

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**  
**INSTITUTO DE ECONOMIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**

**JOÃO MARCOS HAUSMANN TAVARES**

**A ECONOMIA POLÍTICA DA INTERNACIONALIZAÇÃO FINANCEIRA E  
TECNOLÓGICA: UMA ANÁLISE DAS CONTRIBUIÇÕES DE FRANÇOIS  
CHESNAIS E MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES**

**RIO DE JANEIRO**

**2017**

**JOÃO MARCOS HAUSMANN TAVARES**

**A ECONOMIA POLÍTICA DA INTERNACIONALIZAÇÃO FINANCEIRA E  
TECNOLÓGICA: UMA ANÁLISE DAS CONTRIBUIÇÕES DE FRANÇOIS  
CHESNAIS E MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES**

Tese de Doutorado submetida ao Instituto de Economia da  
Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito  
parcial para a obtenção do título de Doutor em Economia.

**Orientador: Prof. Dr. José Eduardo Cassiolato**

**Coorientadora: Maria Mello de Malta**

**RIO DE JANEIRO**

**2017**

*As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade do autor.*

**João Marcos Hausmann Tavares**

**A Economia Política da Internacionalização financeira e tecnológica: uma análise  
das contribuições de François Chesnais e Maria da Conceição Tavares**

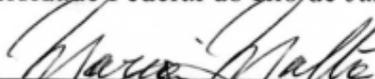
Tese de Doutorado submetida ao Instituto de Economia da  
Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito  
parcial para a obtenção do título de Doutor em Economia

**BANCA EXAMINADORA**



---

Prof. Dr. José Eduardo Cassiolato (Orientador)  
Universidade Federal do Rio de Janeiro



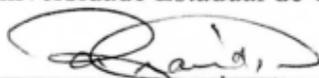
---

Profª Dra Maria Mello de Mafra (Coorientadora)  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

---

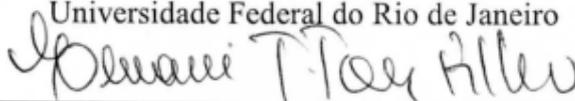
Prof. Dr. Celso Hiratuka  
Universidade Estadual de Campinas

---



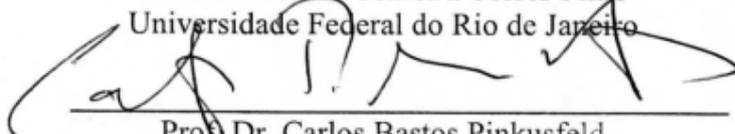
Prof. Dr. Carlos Antônio Brandão  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

---



Prof. Dr. Ernani Teixeira Torres Filho  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

---



Prof. Dr. Carlos Bastos Pinkusfeld  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

## FICHA CATALOGRÁFICA

T231 Tavares, João Marcos Hausmann.  
A economia política da internacionalização financeira e tecnológica: uma análise das contribuições de François Chesnais e Maria da Conceição Tavares / João Marcos Hausmann Tavares. – 2017.  
368 p. ; 31 cm.

Orientador: José Eduardo Cassiolato  
Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro,  
Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia da Indústria e da Tecnologia, 2017.  
Bibliografia: f. 352 – 364.

1. Economia política. 2. Chesnais, François. 3. Tavares, Maria da Conceição. I. Cassiolato, José Eduardo, orient. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Economia. III. Título.

CDD 330

## AGRADECIMENTOS

A defesa da tese de doutorado encerra um ciclo de 11 anos no Instituto de Economia da UFRJ. Uma das coisas mais importantes que eu descobri nesses tempos é que, se bem tenha muito espaço e necessidade pra se avançar institucionalmente e uma enormidade a se pesquisar, o IE-UFRJ é um centro de excelência que não está atrás de nenhuma universidade do mundo. Não há lugar, no Brasil ou no exterior, onde a formação da casa não permita ao discente se colocar de forma consciente e segura nos diferentes espaços de discussão que participa. Se pode faltar conhecimento num ou noutro ponto – e não há como ser diferente – isso certamente é compensado no cômputo geral. E, por isso, tenho realmente orgulho de ser filho da casa e agradeço, de fato, aos integrantes do IE que, direta ou indiretamente, me permitiram concluir o doutorado na instituição. Começo assim agradecendo a Maria da Conceição Tavares, que antes de ser objeto desta tese, é pessoa que fez muito pela história do IE/UFRJ. Agradeço também à generosa receptividade nos encontros que tivemos no curso da pesquisa dessa tese.

Durante a minha estadia em Paris tive também a sorte de conviver um pouco com o François Chesnais. Junto com Catherine Sauviat, a disponibilidade, paciência, respeito e atenção de ambos foram indispensáveis nos momentos ainda iniciais dessa tese. François Chesnais leu os primeiros rascunhos que escrevi sobre o seu trabalho e foi um apoio fundamental, tanto pela referência intelectual, quanto pelo acolhimento que tive na cidade. Chesnais me ajudou pacientemente a recuperar parte de sua bibliografia perdida e me chamou sutilmente a atenção todas as vezes que considerou que eu me desviava da crítica objetiva sobre a sua própria obra. Resta, ao fim, não apenas uma tese, mas também o carinho e o respeito por ambos que me receberam no inverno parisiense.

Nunca é demais dizer entretanto que, seja para o caso de Maria da Conceição Tavares ou François Chesnais, os eventuais erros, omissões, má interpretações e/ou representações dos autores, a despeito do apoio que recebi, são de minha exclusiva responsabilidade.

Meus orientadores José E.Cassiolato e Maria Malta, cada qual por caminhos distintos, foram muito importantes pra mim não apenas nessa tese, mas na amizade e construção ao longo de todos esses 11 anos de casa. O Cassiolato e a sua briga conjunta pela formação do RedeSist me abriram as portas para finalmente me sentir parte verdadeira do Instituto de Economia a partir de metade do meu mestrado, além de ser apoio fundamental pra uma agenda de pesquisa que me motiva. Maria Malta desde a graduação provocava dúvidas que eu era incapaz de dar conta e me obrigou sem saber e por diversas vezes – tenho bem na memória algumas – a reinventar minha forma de pensar a ciência. Foi, assim, fundamental na minha condução à economia política. No curso da construção dessa tese, ademais da orientação que recebi de ambos, agradeço imensa e particularmente ao respeito e defesa da minha agenda de pesquisa que, no início da tese, dificilmente eu seria capaz de sustentar sozinho. Entre outras razões, nesse ponto agradeço também ao Amandio Gomes.

Algumas outras pessoas, em particular, tiveram também presença marcante nesses 11 anos de casa e na construção da tese. Marina Szapiro é companheiríssima do dia-a-dia da sala 104 do IE, com risadas e trocas rotineiras. É professora e amiga querida com quem aprendo rotineiramente das mais variadas questões. Sem o apoio e

confiança que recebo dela, nem esta tese teria sido produzida, nem eu teria tanto prazer de estar presente no IE/UFRJ. Carla Curty foi quem, do lado da minha turma discente, transformou-se em ponto de apoio essencial quando as questões metodológicas e as dificuldades mais abstratas da vida acadêmica batiam à porta – deu, pra elas, sempre encaminhamento e as colocou no seu devido lugar. Além de ter se tornado grande amiga, Carol Mia, também na parte metodológica, discutiu comigo diversos aspectos de organização da tese, me ajudando a resolver alguns dilemas importantes para a construção desse trabalho. Obrigado a vocês!

Cecília Tomassini e Manuel Gonzalo são outras figuras essenciais nessa tese. O sotaque rio-platense carrega uma enorme amizade com ambos no dia-a-dia da 104 e a certeza de que serão ausências sentidas após o término de seus doutoramentos. Carrega também um monte de discussões, por vezes afinadas - por vezes irritantes e provocativas! – mas sempre proveitosas. Muitas delas atravessam sutilmente essa tese. Gabi Podcameni com quem também compartilhei muitas inquietações ao longo desses anos e é também pessoa por quem tenho grande carinho e admiração – e continuaremos compartilharmos muitas brigas juntos. Flávio Peixoto, quando ainda fazia parte do dia-a-dia da 104, é outro com quem troquei muito nesses anos. Fabi Moraes e Tati Moraes deram amizade e apoio corriqueiro e indispensável. Tati, em particular, nos momentos finais dessa tese me ajudou a arrumar os arquivos que tinha e me deu alguma tranquilidade quando o trabalho chegava em seus momentos finais. Mayra, Ariela, Max, Marcelo Matos, Israel, Maria Martha, Eliane, Helena Lastres e todos do RedeSist: obrigado de verdade, vocês são parte desse trabalho.

Rafael Fisher é, certamente, dos que mais compartilhei inquietações sobre todos os assuntos ao longo dos anos, não apenas os de doutorado. É meu irmão desde sempre e com quem sempre aprendi e contei nos momentos mais difíceis. Ricardo é amizade de irmão já há mais de dez anos. Troquei muito a respeito também de problemáticas acadêmicas e foi demais curioso ver quanto muitas das dificuldades acadêmicas na sua área – engenharia – tinham correspondentes análogos no meu campo de pesquisa. Nos mudamos juntos pro apartamento de Copacabana, agora em seus momentos finais, com pessoas que também foram parte central desses anos de doutorado: Carol, Laura Jungman, Néia, Pedro D., Vicente Nucci, Paulo Savaget. Obrigado a todos pelo apoio.

Durante o doutorado diversas experiências foram muito significativas. A elaboração da Carta Discente de 25 de fevereiro de 2015 contou com 100 assinaturas de pós-graduandos. Agradeço a todos que assinaram e, em especial, a Carla Curty e Gabi Freitas, que foram firmes comigo nas tentativas de dar encaminhamento às questões levantadas. Agradeço às trocas com Patrick, Norberto, Lucas (que me ajudou na preparação da defesa), Ju Nascimento e todo o pessoal do LEMA e da minha turma do PPED e do PPGE. Esther Majerowicz me ajudou muito na minha chegada em Paris e adaptação à Paris XIII. Agradeço a todos os meus alunos de quando fui professor substituto, mas, em especial, Kelly Phelps - que deixou um depoimento lindo e inesquecível pra mim ao final do curso de introdução à economia - e aos meus primeiros orientandos: Aline Estacio (FIOCRUZ), Pedro Castiglione e João Gracindo. Entre outros alunos, Caio Mescouto, Virginia Amorim e Andre Melo-Andrade também foram particularmente importantes naquela difícil tarefa de ser professor da UFRJ. Ao pessoal que conheci no Globelics, principalmente: Olga Milkheeva, Lourenço, Sohan Sha, Carlos Gonzalo, Lucía, Rasigan M. e também Zeynep, Raquel e Tulio. Rafael Zincone e Fabiana Gonçalo (pelos serviços de tradução e revisão de português, respectivamente).

D. Mariana e Mariazinha, pela boa recepção em Ipiabas durante a escrita do segundo capítulo. Vilminha e Marcelo, que também me receberam em Brasília, durante os ajustes para a versão definitiva desta tese. Alexandre França, pela ajuda com a agenda de Conceição. Também foi um prazer ter podido trocar um pouco com a Rosa Freire d'Aguiar sobre Celso Furtado durante a minha estadia em Paris.

Agradeço também a diversos amigos. Ian, Andre Herzog e Andre “da Lela” e Felipe, meus amigos de sempre. Camila Buenting, grande amiga também de algum tempo. Às boas discussões com o grupo sobre a “crise brasileira e a economia política” (Teo, Lulu, Bella, Jano, Fabio, Julinha, Karin, Lola, Andre, Thiago, Marina, Ian) e Daiana L., no início do doutorado. Lysia, Aline, Zé Motta, Dedé, João, Fe, Luis, Igor, Allan, Felipe Pongo, Andrei Holanda, Paula e Paola. Meus professores de francês Zoé e Antoine, preparando minha ida à Paris. Ao pessoal do Maison des Sons e de Paris, em particular: Max, Olivia, Marta Q., além de todo o pessoal do EPOG e de Paris XIII - muito obrigado pelo acolhimento na cidade. Muitas pessoas, direta ou indiretamente, foram parte desse longo ciclo de aprendizado e pesquisa. É impossível citar todo mundo e, quanto mais se escreve, maior a injustiça com quem se deixou de fora.

Como pesquisador, não posso deixar de citar alguns professores que tive. Pondé, no curso de metodologia e na orientação da minha monografia (que, para mim, foi um episódio importante). Ao fim da graduação, Angela Ganem fez críticas certeiras na banca. Marina Szapiro e Liliana Acero, no mestrado, me mostraram muita coisa interessante sobre política de inovação e a função social da tecnologia, me fornecendo apoio e contribuição importante e que me acompanham até hoje. Impossível não passar pela UFRJ sem se deixar admirar particularmente pelos trabalhos de um lado, de Mario Possas (que foi gentil em me receber para tirar algumas dúvidas teóricas há alguns meses), e, de outro, do grupo de Economia Política (tive aulas marcantes com Franklin Serrano, Carlos Bastos Pinkusfeld e Carlos Medeiros). Essa tese teria sido impossível sem a possibilidade de me alimentar com essa diversidade de trajetórias de pesquisa. Agradeço também a todos os demais professores com que tive aula, mas me restrinjo a citar representativamente o Ricardo Bielschowsky e Alexis Saludjian, que me deram boas sugestões durante e depois da etapa de qualificação desta tese.

Como prelúdio ao fim desta lista de agradecimentos, minha família. Minha queridíssima, amada e admirável mãe, que não esmorece nas suas lutas e fez-se sempre minha referência. Essa tese seria impossível sem o seu apoio, em todos os níveis. Meu irmão Pedro que adoro e amarra algumas das contas que eu não tenho como lidar, também é essencial pra esse trabalho. Estaremos sempre juntos. Agradeço também a muito querida Lucia Helena, por quem tenho carinho enorme. E ao meu pai, que amo e me introduziu às principais referências culturais que hoje me acompanham. Obrigado a todos pelo apoio irrestrito.

Agradeço a todos que apóiam, pagam e lutam por uma educação pública e de qualidade - essa tese não se viabilizaria sem o apoio anônimo de tantos.

Agradeço também, e não apenas por formalidade, ao Prof. Cédric Durand, da Université Paris XIII, pelo importante trabalho de coorientação do meu estágio doutoral sanduíche na universidade, entre fins de 2015 e início de 2016.

Agradeço ao apoio financeiro recebido, em momentos distintos, pela CAPES (Bolsista da CAPES – Brasil) e pelo CNPq.

*“Se a matéria é imprecisa e os métodos insuficientes,  
como pretender linearidade na abertura do caminho?”*

Celso Furtado (Criatividade e Dependência, 1978)

## RESUMO

TAVARES, J.M.H. A Economia Política da Internacionalização Financeira e Tecnológica: Uma Análise das Contribuições de François Chesnais e Maria da Conceição Tavares. Rio de Janeiro: Instituto de Economia/Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017. Tese de Doutorado.

O presente trabalho desdobra-se em objetivos gerais e específicos. Quanto aos *objetivos gerais*, perguntamo-nos em que medida as pesquisas de Maria da Conceição Tavares e François Chesnais sobrepõem-se ou distanciam-se a níveis de objeto e teoria e exploramos suas respectivas teses associadas. A nível de objeto, a hipótese que defendemos afirma que os desdobramentos da crise do capitalismo nos anos 70 impuseram a ambos os autores um objeto de investigação comum dentro da temática da economia política internacional, passível de apreensão mais precisa a partir de desdobramentos do recorte “internacionalização do capital”. A nível de teoria, destarte importantes diferenciações internas, há importantes elementos de sobreposição e complementaridade na articulação crítica que promovem de elementos de tradição teórica advindos da literatura marxista, keynesiana e da organização industrial. Os lugares diferenciados que ocupam o tema da internacionalização financeira e da internacionalização tecnológica respondem pelo ponto de partida à diferenciação das teses contidas em *A Mundialização do Capital* e nos artigos-gêmeos *A Retomada da Hegemonia Americana* (TAVARES, 1985) e *A Reafirmação da Hegemonia Americana* (TAVARES E MELIN, 1997). Se argumentamos que estes objetos são investigados nas pesquisas sobre a mundialização do capital (Chesnais) e hegemonia americana (Tavares), mostramos, igualmente, que o tema da internacionalização e do capital financeiro são temas centrais e recorrentes ao longo de toda a trajetória intelectual específica dos autores, já percebidos em fins dos anos 60. Com relação aos *objetivos específicos*, busca-se estudar as contribuições dos autores tendo por foco, de um lado, trazer aportes não-redundantes em relação ao acúmulo de conhecimentos hoje dispostos no Brasil sobre os autores quanto, de outro, trazer à tona as primeiras raízes que viriam a compor suas respectivas agendas de pesquisa sobre a mundialização do capital e a hegemonia americana. Do lado de Chesnais, a hipótese que defendemos é que a compreensão de sua pesquisa a partir do tema da acumulação de capital e da internacionalização tecnológica é central à estrutura teórico-analítica do autor até a composição da obra *A Mundialização do Capital*. Do lado de Conceição Tavares, a articulação do tema da acumulação de capital com o subdesenvolvimento em sua pesquisa permite compreender elementos caros à compreensão do tema da internacionalização do capital e do capital financeiro na pesquisa sobre a hegemonia americana.

**Palavras-Chave:** Economia Política; Internacionalização; François Chesnais; Maria da Conceição Tavares

## ABSTRACT

The work presented herein has both, general and specific objectives. Regarding the *general objectives*, we study at which extent the research performed by Maria da Conceição Tavares and François Chesnais are superimposed or distanced at the object and theoretical level, and we explore their associated thesis, respectively. At the object level, the hypothesis that we defend claims that the unfolding of the capitalism crises in the 70s, imposed a common research object on both authors within the topic of international political economy, subject to a more precise apprehension from the development of the category 'internationalization of capital'. At the theoretical level, we argue that despite their differences, there are important elements of superposition and complementarity on the critical articulation they promote of traditional theory elements sprouted from the Marxist and Keynesian literature as well as from the industrial organization. If we argue that this object is studied in researches about the "mondialisation" of capital (Chesnais) and American hegemony (Tavares), we nevertheless show, that the topic of internationalization and financial capital are central and recurrent throughout the entire intellectual trajectory specific to both authors, already perceived by the end of the 60s. The different places that the topics of finance and technological internationalization occupy are of major importance in order to correctly differentiate the thesis contained in *A Mundialização do Capital* (CHESNAIS, 1996a) from the related articles *A Retomada da Hegemonia Americana* (TAVARES, 1985) and *A Reafirmação da Hegemonia Americana* (TAVARES E MELIN, 1997). Regarding the *specific objectives*, we intend to study the authors focusing, on the one side, on bringing non-redundant contributions in relation to the accumulated knowledge available to this date in Brazil about them and, on the other side, on tracking the first roots which would compose their respective research agendas about the globalization of capital and the American hegemony. On Chesnais' side, the hypothesis we defend is that the comprehension of his research based on the topic of accumulation of capital and the technological internationalization is central to the theoretical-analytical structure of the author, until the composition of the workpiece *A Mundialização do Capital*. On Conceição Tavares' side, the articulation of the topic of capital accumulation with the sub development in her research, allows for the understanding of crucial elements for the comprehension of the topics on internationalization of capital and financial capital on her research about American hegemony.

**Keywords:** Political Economy; Internacionalization; François Chesnais; Maria da Conceição Tavares

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1 - A LONGA CONSTRUÇÃO DE A MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: UMA ANÁLISE DA PESQUISA DE FRANÇOIS CHESNAIS .....	8
1.1. INTRODUÇÃO: O CONTEXTO POLÍTICO E INTELLECTUAL DA BIOGRAFIA DE FRANÇOIS CHESNAIS .....	8
1.1.1. Mapeamento das controvérsias e influências gerais de François Chesnais.....	10
1.1.2. Uma Proposta de Periodização da Produção Intelectual e Política de François Chesnais.....	18
1.1.3. Objeto de tese e recorte sobre a obra de François Chesnais .....	21
1.2. A LONGA CONSTRUÇÃO DO LIVRO A MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL.....	22
1.2.1. A problemática metodológica na pesquisa de François Chesnais: considerações preliminares .....	23
1.2.2. A longa trajetória e pesquisa de François Chesnais para a construção das teses de A Mundialização do Capital.....	27
1.2.2.1. De 1967 até início dos anos 80: a chama revolucionária e a apropriação do marxismo .....	28
i. Apropriações iniciais do marxismo e o problema da orientação-seleção do progresso técnico.....	28
ii. Acumulação e internacionalização de Capital nos anos 70 .....	37
1.2.2.2. 1980 – 1985: Crise no capitalismo, o embate sobre “Ondas Longas” na OCDE e a pesquisa Schumpeteriana .....	42
i. Para a compreensão do período 1980 - 1996.....	42
ii. O debate sobre “Ondas Longas” na OCDE e a leitura de Schumpeter..	45
iii. Da relação entre estrutura, concorrência e as características das tecnologias ligadas à microeletrônica .....	54
1.2.2.3. 1985 – 1992: Chesnais contra os agentes da globalização na OCDE e a pesquisa neo-schumpeteriana .....	62
i. Manifestações organizacionais do capital produtivo: a empresa-rede...65	

ii. Competitividade sistêmica, sistemas nacionais de inovação e difusão tecnológica .....	70
1.2.2.4. 1992-1996: A construção da síntese A Mundialização do Capital – preâmbulo.....	84
1.3. CONCLUSÕES DO CAPÍTULO.....	89
CAPÍTULO 2 - DA LONGA PESQUISA SOBRE OS PADRÕES DE ACUMULAÇÃO E O CAPITALISMO: UMA ANÁLISE DA OBRA DE MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES .....	95
2.1 INTRODUÇÃO: RECORTE DO OBJETO E PERIODIZAÇÃO DA OBRA DE MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES .....	95
2.2 A CONSTRUÇÃO DE UMA INTERPRETAÇÃO SOBRE O SUBDESENVOLVIMENTO E A ACUMULAÇÃO DE CAPITAL.....	99
2.2.1 1967-1973: Ocaso e reminiscências da “Fase Cepalina” .....	101
2.2.1.1 Preâmbulo: o objeto “subdesenvolvimento” e a questão do método histórico-estrutural .....	101
i. Subdesenvolvimento e estrutura: da apropriação de Maria da Conceição Tavares sobre o objeto e o método “histórico-estrutural” advindo do estruturalismo latino-americano.....	103
2.2.1.2 A emergência de uma agenda de pesquisa .....	111
i. O ensaio “Além da Estagnação”: da difusão do progresso técnico, das tendências estruturais e da apropriação e utilização do excedente .....	112
ii. O ensaio “Natureza e Contradições do Desenvolvimento Financeiro Recente”: o capital financeiro e o comando da expansão capitalista.....	120
iii. Síntese: as bases de uma agenda de pesquisa insubordinada sobre o subdesenvolvimento.....	130
2.2.2 1974-1984: A afirmação de uma pesquisa insubordinada meio à controvérsia brasileira sobre a acumulação de capital.....	133
2.2.2.1 Acumulação de capital no modelo tridepartamental kaleckiano e a questão da mudança estrutural .....	138
i. Ascensão cíclica e endogeneidade na experiência brasileira a partir do Plano de Metas .....	142
ii. O caráter endógeno da crise e a passagem a um novo padrão de acumulação.....	146
2.2.2.2 Preços e distribuição .....	152
i. A órbita real .....	154
ii. A órbita financeira .....	162
2.2.2.3 Moeda, valor e arbítrio de estado .....	168

2.2.3	Padrões de acumulação e subdesenvolvimento: as sementes de um novo objeto.....	174
2.2.3.1	Padrões de acumulação global, concorrência oligopólica e mudança estrutural: um preâmbulo à “Retomada da Hegemonia Americana”.....	175
i.	Um preâmbulo à Retomada da Hegemonia Americana.....	182
2.2.3.2	Padrões de Acumulação e Mudança Estrutural.....	189
2.2.3.3	Os padrões de acumulação e o subdesenvolvimento brasileiro .....	195
2.3	CONCLUSÕES DO CAPÍTULO.....	201
CAPÍTULO 3 - A MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL E A HEGEMONIA AMERICANA: UMA ECONOMIA POLÍTICA DA GLOBALIZAÇÃO.....		207
3.1.	INTRODUÇÃO: A GLOBALIZAÇÃO E A DIFUSA CONTROVÉRSIA SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO DO CAPITAL .....	207
3.2.	FRANÇOIS CHESNAIS E A LONGA CONSTRUÇÃO DA OBRA A MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL.....	220
3.2.1.	O lugar da tecnologia na internacionalização do capital produtivo, o oligopólio mundial e a formação da aliança intra-triádica .....	223
3.2.2.	Capital Financeiro, Distribuição e Crescimento .....	235
3.2.3.	Keynes e Demanda Efetiva para a compreensão da “hipótese de encadeamento cumulativo depressivo” (“accumulation lente et dépression rampante”).....	245
3.2.4.	As características da era “A Mundialização do Capital” .....	250
3.3.	MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES E A PESQUISA SOBRE A HEGEMONIA AMERICANA.....	256
3.3.1.	Estado e política na pesquisa sobre a hegemonia americana .....	260
3.3.2.	A posição hegemônica em perspectiva .....	265
3.3.2.1.	Moeda e Crise Hegemônica: movimento policêntrico e descentralização de interesses .....	267
3.3.2.2.	Moeda e Retomada Hegemônica: reenquadramento (primeira fase) .....	272
3.3.2.3.	Moeda e Reafirmação Hegemônica: reenquadramento (segunda fase) .....	277
3.3.3.	As posições subordinadas em perspectiva .....	281
3.3.4.	As características da “Economia Mundial” do pós-Bretton Woods .....	292
3.4.	A “MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL” E A “HEGEMONIA AMERICANA” EM PERSPECTIVA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA.....	297
3.4.1.	Globalização financeira e Globalização tecnológica .....	298
3.4.1.1.	Globalização financeira .....	299

3.4.1.2.	Globalização tecnológica.....	303
3.4.1.3.	Considerações: a globalização vista das periferias.....	306
3.4.2.	A hierarquia da “Internacionalização do Capital” na construção da “Economia Mundial” .....	310
3.4.2.1.	Hierarquia e periodização .....	310
3.4.2.2.	Posicionamento crítico .....	313
3.4.3.	Modo de armação das relações de internacionalização: Hegemonia e Aliança Intra-Triádica .....	315
3.4.3.1.	Hegemonia e Aliança intra-triádica .....	316
3.4.3.2.	Crítica .....	321
3.4.4.	Modo de armação das relações de internacionalização: hegemonia, geopolítica e objetivos de estado .....	328
3.4.4.1.	Hegemonia e Geopolítica .....	328
3.4.4.2.	Crítica .....	332
3.5.	CONCLUSÕES DO CAPÍTULO.....	334
	CONCLUSÃO.....	338
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	352
	APÊNDICE - Formalização e comentários adicionais ao modelo de distribuição de Kalecki.....	365

## INTRODUÇÃO

Maria da Conceição Tavares e François Chesnais formaram-se enquanto economistas políticos no século XX. O pensamento econômico emergente em fins do século XVIII e início do século XIX tomava como objeto de teoria as determinações e relações entre a riqueza, a produção, a distribuição, o consumo, a concorrência e o progresso técnico. Se muitos desses objetos foram tratados a partir de teorias fragmentadas, diferentes autores se valeram de diferentes referenciais metodológicos para integrar as distintas peças, no que formavam, cada qual, uma “estrutura de análise” que forneceria um referencial a apreensão dos movimentos econômicos gerais. Seguiu-se a então chamada “economia política” um acúmulo de controvérsias sobre controvérsias, tomando para si diferentes novos objetos e impondo crescente diversidade teórica e analítica.

Como pensadores de seu tempo, Chesnais e Tavares depararam-se com objetos de seu tempo e tiveram que apreendê-los a partir dos referenciais com que se defrontaram. A economia política que lhes alcançou não era a mesma do século XIX e quem a utilizasse deveria assimilar – seja para incorporar ou refutar - os desdobramentos ulteriores do pensamento econômico. A revolução marginalista, a revolução keynesiana, o recorte entre o microeconômico e o macroeconômico, ademais dos surgimentos de tradições de pesquisas fora do círculo universitário europeu – como o estruturalismo latino-americano ou o debate marxista sobre o “imperialismo” - impuseram novas fragmentações no pensamento econômico e criaram diferentes disciplinas e recortes, muitas vezes arbitrários e de fronteira nebulosa. Mesmo a expressão “economia política” foi relegada por muitos como “história do pensamento” e hoje o pensamento econômico dominante estrutura-se sob o termo “ciência econômica”.

Chesnais e Tavares não se propuseram a fazer uma teoria radicalmente nova, mas ambos viram-se, por força de seus contextos e objetos, colocados em posição de articular diferentes referenciais teóricos para compor uma estrutura de análise que pudesse balizar suas respectivas interpretações da realidade que os cercou. Referenciamo-nos a ambas as pesquisas a partir da expressão “economia política” procurando recuperar o sentido anterior à revolução marginalista, que fixa a problemática distributiva *a partir de* um conflito de interesses entre classes, que se move a partir de relações de poder de diferentes naturezas – econômicas e extra-

econômicas. Estendemos sua concepção, ainda, para incorporar a possibilidade de um antagonismo “inicial” de interesses, objetivos e visões políticas para diferentes estruturas e atores sociais, em particular os colocados a partir dos “estados”. Em fins do século XX, o fenômeno por vezes referenciado como “globalização” carregava transformações de escala mundial, reconfigurando a forma e a profundidade dos conflitos no espaço das relações nacionais e internacionais. O tema, de particular complexidade, impunha tanto o estudo de diferentes objetos investigados pelo pensamento econômico do século XIX quanto de outros que, por força da história, apenas o século XX pôde colocar como questão. Em particular, as transformações financeiras e tecnológicas foram marcas da era da globalização e François Chesnais e Maria da Conceição Tavares abordaram a temática tendo como ponto de partida uma “economia política”, no sentido aqui aventado.

O *objetivo geral* do trabalho que ora se introduz é elaborar uma investigação comparativa das pesquisas de Maria da Conceição Tavares e François Chesnais, perguntando em que medida ambas as pesquisas foram compatíveis ou divergentes a níveis de teoria e escolha de objetos – a partir do que explora-se comparativamente suas respectivas teses associadas. A hipótese que se investiga é que, a níveis dos pressupostos teóricos, ao valerem-se de referências próximas advindas do marxismo, do keynesianismo e da literatura da organização industrial, ambos compuseram, cada qual, um arcabouço teórico dotados de coesão interna, mas distintas entre si - estabelecendo entre as pesquisas fortes interseções e complementaridades, bem como algumas divergências. A nível de objeto, a hipótese que investigamos é que a forma de superação da crise do centro do capitalismo dos anos 70 impôs aos autores, pela primeira vez, um objeto comum de investigação – que apareceria respectivamente nas pesquisas sobre a hegemonia americana e a mundialização do capital. O período de análise estudado da obra dos autores restringe-se desde suas publicações de final dos anos 60 até o lançamento, praticamente simultâneo, das obras *A Mundialização do Capital* (Chesnais, 1996a) e *A Reafirmação da Hegemonia Americana* (Tavares e Melin, 1997). A análise comparada das teses contidas nos referidos trabalhos desdobra-se, também, como parte interligada do objetivo geral.

O trabalho que ora se abre procura evitar uma má representação dos autores através de uma proposta metodológica de cunho histórico. Isto é, pretende-se depreender da longa formação teórica, política e social dos autores os principais

elementos que conferem a possibilidade de tornar apreensíveis suas contribuições. Consideramos que as obras anteriormente citadas não irrompem de maneira desvinculada de suas longas trajetórias de pesquisa, mas, sim, forjadas em contextos histórico-específicos e influenciadas pelas diferentes agendas políticas e teóricas de seus respectivos entornos. As diferentes controvérsias que se desdobraram da economia política clássica se acumularam e alcançaram François Chesnais e Maria da Conceição Tavares de forma diferenciada e, ambos, tiveram de interpretá-las de maneira particular.

O que nos compete como proposta metodológica para o presente trabalho é, então, mostrar como essa interpretação e apreensão da economia política evolui na trajetória de cada autor. Por isso, recuperamos suas respectivas formações históricas e procuramos mostrar que, em cada período próprio aos autores, ambos valiam-se de uma “estrutura teórico-analítica” que arregimentava diferentes peças teóricas para informar suas análises – sem romper com a noção de conflito, notadamente de classe, que perpassa o problema da economia política. Influenciada pelos seus respectivos contextos históricos, suas respectivas estruturas teórico-argumentativas passam por transformações internas no decurso dos diferentes períodos. À medida que a situação política e a história lhes impuseram reformular uma ou outra peça teórica de suas estruturas analíticas, é possível depreender o lugar específico e a importância relativa de cada elemento teórico para a compreensão do argumento e tese de cada autor. Consideramos que essa tratativa metodológica permite auferir ganhos de inteligibilidade nas obras dos autores, ao que se impõe que recuperemos, o tão sistematicamente quanto possível, a longa formação da história de pesquisa de cada um dos autores<sup>1</sup>.

Assim, o trabalho que aqui se abre também se permite *objetivos específicos*. Pretende-se que o presente trabalho avance, separadamente, na inteligibilidade das pesquisas de Maria da Conceição Tavares e François Chesnais. Isto é, nos propomos a apresentar uma leitura que seja ao mesmo tempo ancorada nos propósitos centrais da pesquisa dos autores, quanto *não-redundantes* frente ao acúmulo prévio de

---

<sup>1</sup> A pesquisa de tese requereu intenso esforço de recuperação da bibliografia de François Chesnais, até então não disponíveis no Brasil. Uma parte significativa da obra do autor antes dos anos 90 - e que seriam peças-chaves para a reconstrução de sua longa trajetória de pesquisa – não se encontrava publicada ou acessível, em meios físicos ou digitais. Em particular, sua tese de doutorado defendida na Universidade de Nanterre (Chesnais, 1985), de grande importância para os interesses de nosso trabalho, tinha versão única localizada na residência do autor. Tais trabalhos se mostraram peças-chaves para a recuperação dos objetivos da pesquisa do autor e, apenas a partir deles, a pesquisa pôde auferir a viabilidade da metodologia de trabalho escolhida sem alterações e de forma comum a ambos os autores sob investigação.

conhecimentos que atualmente se dispõe no Brasil, separadamente, sobre Maria da Conceição Tavares e François Chesnais. Assim, espera-se, há de se permitir ao leitor depreender partes da estrutura teórico-analítica e das teses dos autores que, sem o esforço aqui realizado, seriam de particular difícil apreensão.

Apresentadas suas respectivas propostas metodológicas, a recuperação da história dos autores a partir de quando incorporaram os problemas da acumulação de capital, da internacionalização e do capital financeiro permite tanto estabelecer pontes futuras de comparação entre os autores – no que liga o *objetivo específico* ao *objetivo geral* – quanto recupera dimensões hoje um tanto ofuscadas das obras dos autores. Argumentamos também que quando ambos compuseram, cada qual, uma estrutura teórico-analítica que aglutinam elementos de tradições teóricas a princípio distintas (como, por exemplo, Marx e Keynes), o fizeram buscando não sobrepor peças teóricas que considerariam, acuradamente ou não, fossem incompatíveis entre si.

No âmbito dos objetivos específicos, a hipótese que defendemos para o caso de François Chesnais, é que a temática da internacionalização tecnológica, como parte do problema da acumulação de capital produtivo e da economia política, é parte inegligenciável da estrutura teórico-analítica de François Chesnais. Ele a toma como centro de sua pesquisa desde fins dos anos 60 e em *A Mundialização do Capital*, primeira obra do autor de grande celebração no Brasil, ela ocupa o centro de sua análise. Se bem até certo ponto legítimo, ler o autor estritamente a partir do viés da *financeirização* (como hoje em geral se faz) esconde elementos de seu argumento que lhe foram historicamente pertinentes.

No que toca à Maria da Conceição Tavares, levando em conta o método histórico-estrutural, ao estabelecer um recorte de análise de sua obra a partir do problema da acumulação de capital e do subdesenvolvimento, é possível depreender contornos de sua pesquisa que são de grande importância para a autora, mas que, por uma razão ou outra, a boa literatura crítica que seguiu a ela manteve ofuscada. Mostramos, por exemplo, que a constituição (ou não) do capital financeiro marca uma importante cisão do problema da acumulação de capital entre países cêntricos e periféricos nas interpretações da autora e que a temática da moeda e da mudança estrutural é de importância central à compreensão da estrutura de análise da autora. Tanto em Maria da Conceição Tavares quanto em François Chesnais, depreende-se,

também, que o tema da internacionalização do capital tem um lugar importante em suas respectivas agendas de pesquisa.

Organizamos os capítulos do presente trabalho em função dos *objetivos gerais e específicos*. Apresentamos, assim, além desta introdução, três longos capítulos seguidos de uma conclusão final. Os capítulos 1 e 2 tratam, separada e respectivamente, das longas pesquisas de François Chesnais e Maria da Conceição Tavares que foram anteriores aos períodos relevante às pesquisas, respectivamente, sobre a mundialização do capital e a hegemonia americana. Como os acúmulos prévios de conhecimentos disponíveis no Brasil a respeito de Chesnais e Conceição Tavares são substancialmente distintos, não nos propusemos a estabelecer um paralelismo estrito da forma de apresentação interna entre os dois capítulos. Assim, embora tenhamos mantido a mesma proposta metodológica e, também, importante paralelismo na organização dos capítulos, nosso objeto nos impôs pequenas diferenças na organização dos mesmos. Em particular, visto que apenas a obra de François Chesnais não havia sido previamente periodizada no Brasil, é parte exclusiva da seção introdutória do capítulo 1 a elaboração de uma proposta de periodização. Com estes dois capítulos, consideramos estar cumprindo com nossos *objetivos específicos*.

O capítulo 3 vincula-se ao *objetivo geral* e, valendo-se da leitura dos capítulos precedentes, propõe-se a estabelecer um contraste crítico entre os objetos (e teses) referentes às pesquisas sobre a mundialização do capital e a hegemonia americana. Inicia-se com uma discussão metodológica que consideramos necessária à identificação rigorosa de uma sobreposição de objetos que, como veremos, embora seja parte importante da história do pensamento econômico (notadamente hoje inscrito no tema da economia política internacional), encontrou particular dificuldade na delimitação de seus recortes. Segue, então, com uma apresentação-síntese dos conteúdos e teses das pesquisas sobre a mundialização do capital (Chesnais) e a hegemonia americana (Tavares). Na última parte do capítulo, invocamos certas categorias de análise que, esperamos, dêem certo rigor na definição do objeto, permitindo estabelecer um contraste crítico entre as principais teses de Conceição Tavares e François Chesnais. Nesta mesma parte, ademais de apresentar a sobreposição-distanciamento dos objetos e teses dos autores, emitimos nosso próprio posicionamento a respeito das convergências e divergências nesse âmbito.

Na conclusão desta tese, após recuperar sinteticamente as conclusões referentes aos objetivos específicos, revisitamos os objetivos gerais. Estes podem ser resumidos à seguinte forma:

(1) Maria da Conceição Tavares e François Chesnais encontram no objeto da agenda de pesquisa sobre a “internacionalização do capital” sua sobreposição. Tratam, assim, de objetos comuns quanto à globalização financeira (internacionalização do capital monetário), à globalização produtiva (internacionalização do capital produtivo), à hierarquia que rege o processo de internacionalização, na problemática da hegemonia e nos determinantes geoeconômicos dos movimentos de altos estados e capitais;

(2) a pesquisa sobre a hegemonia americana e a mundialização do capital possuem teses concorrentes sobre o tema da hierarquia, sobre a temática da hegemonia e suas relações com o sistema monetário internacional nos seus quadros de análise; possuem teses não-concorrentes, ainda que com elementos de diferenciação, sobre os demais objetos sobrepostos. Quanto à hierarquia, a internacionalização financeira é apresentada por Tavares como o movimento que explica o reordenamento da economia mundial após o fim de Bretton Woods. Até *A Mundialização do Capital*, a despeito da importância atribuída à esfera financeira, Chesnais considera que é a internacionalização produtivo-tecnológica que explicaria os principais movimentos da nova fase da economia mundial (que começaria na metade dos anos 80). Quanto às teses sobre hegemonia, Tavares fala num mundo “unipolar” no pós Bretton Woods comandado pelos EUA e o poder de sua política monetária. Chesnais não via no novo ordenamento monetário internacional uma expressão da força do estado americano, mas, sim, do capital monetário. Ademais, embora reconheça centralidade nos EUA em fins do século XX, dá ênfase a uma “aliança intra-triádica” (EUA, Alemanha/Europa, Japão). Esta, ainda que com importante rivalidade interna, rege em bloco as relações de internacionalização (notadamente a partir da tecnologia).

(3) o referencial teórico-analítico dos autores possuem fortes elementos de sobreposição (ainda que com diferenciações internas), sendo os principais: centralidade na importância da acumulação de capital financeiro, desdobrando-se uma autonomia *relativa* interna entre acumulação produtiva e monetária; a internacionalização como subproduto do problema da acumulação de capital de longo prazo, notadamente referenciado aos países cênicos; internacionalização como estruturante dos nexos de dominação econômica nas relações de internacionalização; a importância atribuída à

problemática keynesiana da demanda efetiva (e Kalecki, no caso exclusivo de Tavares); a incorporação crítica da literatura da organização industrial e schumpeteriana para a compreensão da concorrência e da mudança estrutural; uma posição distributiva, ainda que com recortes diferenciados, a partir de um olhar da economia política; importâncias das crises financeiras e do papel do estado para a compreensão da distribuição; subordinação de parte da orientação do progresso técnico ao problema da acumulação de capital;

(4) o referencial teórico-analítico dos autores possui, também, importantes elementos de distanciamento (ainda que com algumas aproximações). Entre os quais, destacam-se: a importância de Kalecki para a compreensão da demanda efetiva e da distribuição; o papel do estado na introdução de inovações e orientação do progresso técnico (trajetórias tecnológicas); diferentes abordagens sobre a difusão tecnológica; distintas noções sobre valor e a moeda; a importância relativa diferenciada da geopolítica no conflito inter-estatal.

## **CAPÍTULO 1 - A LONGA CONSTRUÇÃO DE A MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: UMA ANÁLISE DA PESQUISA DE FRANÇOIS CHESNAIS**

### **1.1. INTRODUÇÃO: O CONTEXTO POLÍTICO E INTELECTUAL DA BIOGRAFIA DE FRANÇOIS CHESNAIS**

Lê-se François Chesnais, hoje no Brasil, a partir da ótica da “financeirização”<sup>2</sup>. As publicações no Brasil dos livros *A Mundialização do Capital* e *A Mundialização Financeira*, em 1996, alçaram o autor a uma das principais referências da imaginação crítica heterodoxa no país. Desde então, referências a sua obra, de diferentes pontos de vista críticos, circularam em diversos textos. Entretanto, é apenas com a eclosão da grande crise financeira de 2007/2008 que se marca o surgimento de uma série de tentativas de fazer interpretações específicas da obra do autor. Primeiramente, foram trabalhos mais curtos. Carcanholo (2008) e Dagnino (2008) fizeram resenhas de até duas páginas de aspectos de sua obra e Marques e Nakatani (2008) publicaram artigo sobre suas contribuições a respeito da “finança capitalista” no “capitalismo contemporâneo”.

A partir do início da década, passam a surgir trabalhos mais extensos. Em 2011, Ilan Lapyda defendeu dissertação de mestrado na USP sob o título *A “financeirização” no Capitalismo Contemporâneo: uma discussão das teorias de François Chesnais e David Harvey*, em que a obra do autor é analisada na “Parte I” (das páginas 26 a 104), dividida em três capítulos: “O processo histórico-político”, “Aspectos Econômicos” e “O Regime Financeirizado”. Em 2014, por ocasião de celebração do aniversário de 80 anos do economista francês, Cassiolato, Matos e Lastres (2014) organizaram o livro *Desenvolvimento e Mundialização: O Brasil e o Pensamento de François Chesnais*, reunindo trabalhos que, ou se propuseram à análise de fenômenos do capitalismo contemporâneo a partir da reclamada influência do autor, ou se propuseram a elucidar aspectos de sua trajetória pessoal ou produção intelectual. Embora haja exceções no

---

<sup>2</sup> A “financeirização” é uma categoria de uso heterogêneo, utilizada de diferentes formas. Uma revisão do termo pode ser visto em Lapyda (2011, p.12-17). Lapyda começa associando o termo a uma “hipertrofia da esfera financeira”, mas, depois, pretende usar o termo para fazer referência a um “movimento de intensificação dos processos financeiros que caracteriza o período recente do capitalismo, iniciado nos anos 1970, sem, contudo, remeter a um autor ou enquadramento teórico específico” (*ibidem*, p.17).

livro organizado por Cassiolato, Matos e Lastres, os trabalhos versaram sobre uma dimensão ou outra das obras do autor que se seguiram a 1996.

Assim, quando iniciamos a pesquisa da tese que ora se escreve, deparamo-nos com pouco material secundário de diálogo ou apoio à compreensão do pensamento de Chesnais prévio à obra *A Mundialização do Capital*. Os importantes trabalhos de Sauviat (2014), Cassiolato(2013), Coutinho (2014) e Cassiolato, Lastres, Matos e Machado (2014) tocam aspectos pessoais e profissionais anteriores à obra, mas não se propõem a fazer leituras sistemáticas da pesquisa do autor. Em particular, Sauviat traça um precioso relato que faz pano de fundo à biografia política e pessoal do autor, fornecendo importantes pistas sobre o contexto em que se forja a pesquisa de François Chesnais antes de 1996. Não encontramos, entretanto, mesmo nos trabalhos mais recentes, uma tentativa, ainda que incipiente, de mostrar *sistematicamente* com que base prévia de conhecimentos irrompe o livro que consolida a celebração do autor francês no Brasil.

Argumentamos que a compreensão da contribuição e pesquisa de François Chesnais ganha em inteligibilidade se compreendida como parte de uma longa trajetória de formação, prática e pesquisa em economia política. Todo o pesquisador desenvolve seu pensamento inserido num contexto social e não há qualquer razão para supor que esse contexto não deixe nele suas marcas, não imponha limites e não abra possibilidades. A construção de uma trajetória de pesquisa requer trabalho e qualquer avanço numa trajetória exige que se possa e que se saiba escolher suas influências, filtrar seus descaminhos e, a partir de suas contribuições, transformá-la criticamente. Assim, argumentamos, é possível trazer outros contornos à leitura da contribuição de François Chesnais para a compreensão da economia contemporânea, em geral, e para o tema da mundialização do capital, em particular. Duas primeiras questões emergem a partir daí: sobre quais estruturas de conhecimentos e agendas de pesquisa debruçou-se François Chesnais? Como tais conhecimentos foram apreendidos e reformulados no seio da pesquisa do autor e de sua prática política?

Esta seção introdutória procura iniciar a resposta a essas perguntas, permitindo situar a escolha das principais obras que competem ao tema da tese, tendo como ponto de partida uma visão de totalidade da obra do autor. O tema da financeirização compõe apenas algumas peças de uma estrutura teórico-analítica que se forma no decorrer de sua própria história. Esta, veremos, inicia-se com estudos sobre a acumulação e

internacionalização de capital (anos 60 e 70), enviesando-se para o tema da internacionalização tecnológica (anos 80) e, apenas nos anos 90, a temática da financeirização ganha centralidade na sua pesquisa.

A seção inicia-se, assim, com o mapeamento geral das influências e controvérsias da obra de Chesnais. O contexto de formação política, intelectual e pessoal tem decisiva influência em qualquer pesquisa e nos compete – notadamente sob apoio de Sauviat (2014) –, de partida, explicitar seus traços mais gerais. Isso nos permitirá apreender a historicidade própria às hipóteses teóricas e metodológicas que alimentam as interpretações do autor. Seguimos, na segunda alínea, com uma *proposta de periodização* de sua atividade política e intelectual, cobrindo o período anterior e posterior à publicação da obra *A Mundialização do Capital*.

A vasta produção bibliográfica de Chesnais, construída durante quase 50 anos, passa por movimentos internos, tanto em termos de orientação teórica, quanto em termos de temática e prática política envolvida. Consideramos que o viés de leitura já estabelecido sobre o autor – a partir da ótica da “financeirização” –, se bem acurado em certas dimensões, pode deixar escapar parte importante do núcleo analítico das teses de François Chesnais caso se prescindia da recuperação da longa trajetória do autor. Assim, uma vez que o esforço de periodização da obra do autor não se realizou previamente, a tarefa mostra-se imprescindível. Tal procedimento permite identificar as partes da obra do autor de forma contextualizada com a própria evolução de sua assimilação dos movimentos do capitalismo mundial.

A seção introdutória finaliza numa terceira alínea. Tendo já apresentado uma visão de conjunto da obra de François Chesnais, poderemos apresentar brevemente como que as fases da obra do autor estudadas no presente capítulo – de meados dos anos 60 até a publicação em 1996 de *A Mundialização do Capital* – relacionam-se com a tese como um todo.

### **1.1.1. Mapeamento das controvérsias e influências gerais de François Chesnais**

O atual professor emérito da Universidade de Paris XIII envolveu-se em sucessivos debates intelectuais, cada qual com linguagem e espaços próprios. François Chesnais (França, 1934) iniciou seus estudos de doutorado na Universidade de Dijon,

em Borgonha (França), em uma época em que o tema da economia não constituía um curso universitário separado (SAUVIAT, 2014, p. 29). Nesta época, um professor de grande relevância para o autor foi Jean Domarchi, em cuja disciplina se liam diversos autores tidos como clássicos no original, passando por Quesnay, Adam Smith, Ricardo até Keynes e Marx. É sob sua orientação que Chesnais iniciaria sua tese de doutorado, que versaria sobre os economistas políticos da Inglaterra e da Escócia, dos séculos XVIII e XIX, que contribuíram ao esforço teórico de Marx em sua “crítica à economia política”.

Pouco após o cumprimento de serviço militar na Guerra da Argélia, tema de grande controvérsia na França e na esquerda francesa (BENSAÏD, 2002; JUDT, 1986), Chesnais junta-se ao movimento trotskista francês em movimento anti-imperialista através da reconstrução da *IV internacional*. Paralelamente, passa a trabalhar também junto ao Conselho Nacional de Ciência em Madrid através de uma vaga conseguida junto à OCDE (1966-1967). Para Sauviat (2014, p. 29), que atualmente também esposa o autor, sua entrada na OCDE marca o “começo de seu interesse acerca das relações entre tecnologia, inovação e acumulação de capital no longo prazo (um termo que ele prefere a ‘desenvolvimento’)”. A vaga que assume na organização internacional fez François Chesnais interromper a conclusão de sua tese de doutorado já em estágio avançado, material que se perderia anos mais tarde em função de uma inundação no apartamento onde morava.

Foi na revista *La Verité (Revue de l’Organisation Communiste Internationaliste et du Comité International pour La Reconstruction de la IV Internationale)* em que Chesnais escreveu seu primeiro ensaio teórico (CHESNAIS, 1967). No trabalho, procurava se inscrever em alguns debates próprios à organização da “*IV internacional Comunista*”, de desdobramentos dispares herdada a partir da iniciativa de Trotsky em seu asilo e combate ao stalinismo soviético. Tratava Chesnais, em particular, das contradições teóricas e materiais entre o desenvolvimento das forças produtivas e suas relações dialéticas sobre a coesão social. A participação na revista trotskista, extinta no início da década de 80, é uma das principais formas de participação intelectual junto aos movimentos sociais, sendo representativa da “vida paralela” (SAUVIAT, 2014) que tinha Chesnais a largo de seu trabalho junto à OCDE.

O economista valeu-se da inserção internacional que permitia sua posição junto à organização para dialogar e participar de diferentes movimentos sociais na América

Latina, tendo, nestes, conhecido figuras a quem Chesnais atribui grande influência em seu pensamento. Participava nestes através de contribuições intelectuais que ficariam bastante referenciadas nesses círculos, além de participar da militância e debates próprios de cada movimento. Chesnais julgava necessário que suas publicações na revista *La Verité e Correspondance Internationale* fossem assinadas sob o pseudônimo de Etienne Laurent<sup>3</sup>. No que toca às suas influências e debatedores internos ao grupo trotskysta de que fazia parte, é Stéphane Just o nome que mais foi referência a Chesnais na sua atividade intelectual e política.

Nos anos 70, no que toca à sua atividade na OCDE, Chesnais foi gradativamente ganhando espaço dentro da OCDE, participando de diversos estudos junto a órgãos de ciência e tecnologia na Europa e América Latina. Tais trabalhos, a partir dos quais obteve ampla experiência material com o tema da tecnologia e das políticas de ciência, tecnologia & inovação (CTI), lhe renderam prestígio entre seus pares, e Chesnais adentra a década de 80 já com participação importante dentro do *Directorate for Science, Technology and Innovation* (DSTI). É neste momento que François Chesnais passa a ter maiores intercâmbios com economistas do Brasil (Cassiolato, Belluzzo, Erber, Coutinho e Tavares), de Sussex (Chris Freeman) e outros que seriam figuras conhecidas no novo debate sobre inovação contemporânea (Lundvall, Giovanni Dosi, Richard Nelson e Luke Soete).

À época, a situação de baixo crescimento econômico, desemprego e alta inflação nos países centrais do bloco ocidental levantavam acerca dos efeitos que uma possível revolução tecnológica teria sobre estas questões (GIERSCH, 1982). Schumpeter estava no centro das discussões. Se bem Chesnais jamais tenha se considerado um autor “schumpeteriano”, ao menos no sentido usual em que se atribui a palavra<sup>4</sup>, deve-se notar que o autor já tinha feito uma leitura atenta de Schumpeter entre fins da década de 70 e início dos anos 80. Nesta época, deu início a uma série de publicações sobre o tema (CHESNAIS, 1982, 1985), influenciando o debate vivo e dispar que ocorria na OCDE de então.

Nesta década, o ambiente da OCDE era marcado pelo embate entre duas visões distintas sobre os problemas crônicos das balanças comerciais de diversos países e do reinício do movimento de internacionalização do capital. Uma de teor neoclássico,

---

<sup>3</sup> Quando fizermos referências a tais textos, não faremos referência ao seu pseudônimo.

<sup>4</sup> “I am no ‘Schumpeterian’ (...)” (CHESNAIS, 1982, p. 36).

cuja principal recomendação de política era a de reduzir os custos salariais, e no departamento econômico, eles publicaram um estudo sobre o tema que trazia, na verdade, uma versão reformulada e renovada do nível salarial como um indicador de competitividade (SHARIF, 2005, p. 753)<sup>5</sup>.

Já a DSTI, entretanto, trabalhava em outra agenda de pesquisa. Chesnais, em retrospectiva, na continuidade de seu depoimento a Sharif (*ibidem*) sintetiza a posição do grupo:

Eu e o grupo de especialistas em Ciência, Tecnologia e Competitividade argumentávamos que a competitividade é, basicamente, um fenômeno social holístico, baseado em um conjunto de fatores, o que chamamos de ‘competitividade estrutural’. Estávamos lutando contra o neo-liberalismo. Nós estávamos fazendo isso no início da rodada no Uruguai. Nós estávamos fazendo isso, apesar de Margaret Thatcher e Ronald Reagan... Nós estávamos dizendo ‘nacional’ quando a tendência era afirmar que os governos devem se curvar... A importância era de fato política e uma sinalização para as pessoas que continuaram a dizer que os sistemas econômicos nacionais não são apenas os mercados, que há instituições, que existem relações sistêmicas.

Em fins da década de 70 e início da década de 80, François Chesnais também trabalhou como professor na *Université Paris-X-Nanterre*. Fazia parte de seu movimento de se manter próximo dos debates acadêmicos e pôde ali, em 1985, por intermédio de Charles-Albert Michalet<sup>6</sup>, defender sua tese de doutorado (CHESNAIS, 1985) – o título seria necessário para atender os novos requisitos institucionais franceses para exercer atividades acadêmicas variadas (*ibidem*). Esta tese, intitulada *Tecnologia, Economia e Transformação Social*, doravante *Tese de 1985*, fazia uma leitura de suas pesquisas na OCDE nos 20 últimos anos<sup>7</sup>. O trabalho na OCDE, embora lhe trouxesse

<sup>5</sup> A citação é de François Chesnais, em entrevista realizada para o interessante trabalho de pesquisa de Sharif. O mesmo vale para todas as citações subsequentes referenciadas na obra de Sharif (2005).

<sup>6</sup> Charles Albert Michalet (1938-2007) tornou-se referência importante na França sobre multinacionais, mundialização e o capitalismo mundial (HUGON, 2002). Foi também aluno de Jean Domarchi, assim como amigo e interlocutor próximo de Chesnais.

<sup>7</sup> Agradecemos a François Chesnais, entre outras razões, por permitir ao presente estudo ter acesso à tese em questão. Nesta, Chesnais faz uma inestimável revisão de suas atividades na OCDE e organiza suas pesquisas sob as seguintes rubricas (CHESNAIS, 1985, p. 2): “1 - A tecnologia, a P&D e a planificação para o desenvolvimento econômico e social; 2 - Despesas de Estado de P&D e estrutura de sistemas científicos e técnicos de certos países capitalistas avançados; 3 - Taxa de lucro, acumulação e concorrência como mecanismos de orientação-seleção de inovações; 4 - Capital financeiro, empresas multinacionais e tecnologia; 5 - A tecnologia, a competitividade internacional e o intercâmbio técnico entre países industrializados; 6 - A tecnologia e as saídas para a crise econômica no capitalismo mundial dos anos 80; 7 - O capital financeiro e a economia do endividamento”. No original: “1 - La technologie, la R-D et la planification pour le développement économique et social; 2 - Dépenses étatiques de R-D et structure des systèmes scientifiques et techniques de certains pays capitalistes avancés; 3 - Taux de profit, accumulation et concurrence comme mécanismes d'orientation-sélection des innovations; 4 - Capital financier, entreprises multinationales et technologie; 5 - La technologie, la compétitivité internationale

abundante “material primário” para sua pesquisa, também impunha seus “limites à reflexão” e havia alguns mecanismos (como “obrigações de reserva”) que limitavam que as posições expostas abertamente por François Chesnais estivessem em forte “contradição com as suas funções oficiais ocupadas” (*ibidem*, p. 5)<sup>8</sup>.

Para fugir da linguagem ocultadora própria aos relatórios da OCDE e poder fazer uma síntese do trabalho numa linguagem que desse mais inteligibilidade aos acontecimentos próprios ao seu objeto de estudo, seria necessário um processo de “re-exame e reinterpretação de dados empíricos sobre os quais eu trabalhei. Este trabalho necessitará de um quadro analítico adequado, portanto diferente, em que, na melhor das hipóteses, não encontraremos muito mais do que já temos” (*ibidem*, p. 6 - grifos do autor)<sup>9</sup>. No que toca os objetivos da tese que aqui se constrói, mostra-se de particular importância a pergunta a respeito deste “quadro analítico” de que fala o autor, uma vez que é exatamente nesse período histórico que está emergindo uma nova fase do processo de “internacionalização do capital”. François Chesnais dá alguns importantes indícios do quadro teórico que orienta a sua pesquisa por detrás das diferentes formas de exposição que seu contexto lhe impõe:

O trabalho efetuado pelos Comitês da OCDE (Comitê de Política Científica e Tecnológica e Comitê de Indústria) me forneceu uma abundante informação com relação ao largo campo que cobre e, ao mesmo tempo, suscitou, cada vez mais em mim, uma necessidade imperiosa de ir além do empirismo bastante marcado que caracterizou, na maior parte do tempo, a discussão sobre as relações entre P&D e a economia na visão da OCDE. Foi assim que pesquisei a partir dos autores que marcaram minha formação econômica, com o falecido Jean Domarchi na Universidade de Dijon - Smith e Ricardo, Schumpeter, mas, sobretudo, Marx - tudo ou parte dos elementos suscetíveis de tornar inteligíveis informações a minha disposição.<sup>10</sup> (*ibidem*, p. 4).

---

et les échanges techniques entre pays industrialisés ; 6 - La technologie et les sorties de crise dans l'économie capitaliste mondiale dans les années 80 ; 7 - Le capital financier et l'économie d'endettement" (tradução técnica de Rafael Zincone).

<sup>8</sup> Deve-se notar que as restrições à pesquisa aberta na OCDE já eram marcantes. É conhecida a história, por exemplo, de que o trabalho de Christopher Freeman sobre Friedrich List e Sistemas Nacionais de Inovação teve sua publicação negada por suposta falta de material para impressão, tendo de esperar mais de 20 anos para que fosse republicado, a partir dos esforços de Lundvall.

<sup>9</sup> No original, “réexamen et de réinterprétation des données empiriques sur lesquelles j'ai travaillé. Ce travail nécessitera un cadre analytique adéquat, donc différent, dont au mieux on ne trouvera plus loin que les jalons” (tradução técnica de Rafael Zincone).

<sup>10</sup> No original, “Le travail effectué pour les Comitês de l'OCDE (Comitê de la Politique Scientifique et Technologique et Comitê de l'Industrie) m'a fourni une abondante information dans le large champ couvert, en même temps qu'il a suscité continuellement chez moi un besoin impérieux de dépasser l'empirisme très marqué qui a caractérisé la plupart du temps de la discussion sur les rapports entre R-D et l'économie à l'OCDE. C'est ainsi que j'ai recherché chez les auteurs qui avaient marqué ma formation économique auprès du regretté Jean Domarchi à l'Université de Dijon -- Smith et Ricardo, Schumpeter,

Nos tempos da OCDE, pôde desenvolver diversos trabalhos sobre a evolução do capitalismo dos EUA, tido como central para a compreensão da evolução da internacionalização do capital no século XX. É particularmente relevante, sobre esta temática, o estudo que faz Chesnais junto a pesquisadores próximos ao “*Centre d’Évaluation et Prospective*”, acerca do papel desempenhado pelos sistemas militares na acumulação de capital, mundialização e tecnologia (CHESNAIS, 1990b/d, p. XVII), que compõe objeto de algumas grandes obras do autor entre a segunda metade dos anos 80 e início dos anos 90.

Na OCDE, ele permaneceria até 1992, chegando a poder conduzir projetos importantes na organização no fim dos anos 80 (OCDE, 1992). O programa *Technology and Economic Programme* iniciou-se em 1988 e terminou em 1991, constituindo-se como a mais importante pesquisa no tema na OCDE de então e sendo a base central da posição oficial da OCDE. Reunia dezenas de pesquisadores espalhados pelo mundo em diversos congressos e colóquios, e Chesnais “foi o responsável pela coordenação geral e preparação final do relatório” (OCDE, 1992, p. 3). A incompatibilidade de suas posições com a agenda da OCDE teria uma expressão limite com a publicação do *Technology and the Economy: The Key Relationships* (OCDE, 1992), a partir do que lhe é oferecido uma aposentadoria precoce e o autor vai à Paris XIII. A OCDE não poderia mais dar margem a diferentes perspectivas em suas recomendações e publicações, pois “a entrada dos países ex-comunistas na OCDE requereu que a eles fosse contado uma única história”<sup>11</sup> (Sauviat, 2014, p. 32).

Chesnais inseriu a sua agenda de pesquisa, dentro e fora da OCDE, num contexto intelectual e político de particular amplitude – opondo-se criticamente a autores schumpeterianos, marxistas, da economia industrial e neoclássicos. O autor procurou construir o seu posicionamento exatamente a partir das tensões, aproximações e afastamentos entre tais tradições. Tinha, nas variantes neoclássicas, seu alvo de crítica mais constante na OCDE e procurou, sempre que possível, afirmar a impossibilidade de conciliar a abordagem neoclássica com os aportes da literatura “heterodoxa” tidos como significativos à compreensão das interdependências econômicas da economia mundial (CHESNAIS, 1985).

---

mais surtout Marx -- les éléments susceptibles de rendre intelligible tout ou partie de l'information à ma disposition" (tradução técnica de Rafael Zincone).

<sup>11</sup> No original, “the entry of the ex-communist countries into OECD required that they were told a single story” (tradução livre).

Foi grandemente influenciado pela leitura dos teóricos do imperialismo (Lênin, em especial), procurando articular suas contribuições com aportes advindos da literatura da economia industrial, da nova literatura da inovação e leituras macroeconômicas keynesianas e marxistas em desenvolvimento na universidade francesa de seu entorno. O livro *A Mundialização do Capital*, lançado na França em 1994 (apenas dois anos após a sua saída da OCDE), vale-se dessas influências e é aclamado como obra de destaque no país. A obra é publicada em diversos outros idiomas e no Brasil ganha edição revista e ampliada (*ibidem*, 1996a), com acolhimento particularmente importante no Brasil, mas de importância também em diversos círculos heterodoxos ao redor do mundo.

Nos anos 90, assim, tanto devido à posição assumida na Universidade Paris XIII (aposentado como professor emérito no fim da década), quanto devido ao prestígio que ganha com *A Mundialização do Capital*, o autor aprofunda seus debates junto à academia francesa. A partir da saída da OCDE, o autor volta a participar mais intensamente dos debates específicos da esquerda do país, passando a fazer resenhas críticas de diversas obras até os anos mais recentes, que assumiram a forma desde notas críticas (como sobre os recentes trabalhos de Piketty e Cédric Durand) (*ibidem*, 2013, 2015), revisão extensa de obras de influência na esquerda<sup>12</sup> e longos artigos sobre o problema da reprodução social e econômica da nova fase do capitalismo – tanto no plano nacional quanto no plano da “economia mundial”.

O tema da reprodução das relações econômicas, sociais e políticas tem grande relevância em sua produção posterior, visto que é tema comum de sua agenda de pesquisa e da agenda de pesquisa da escola da regulação, nova tradição que toma de assalto a academia francesa heterodoxa pós-70. Com relação à Escola da Regulação Francesa, embora de maneira bastante crítica, Chesnais dá atenção e relevo aos seus debates, em particular ao debate que emerge da pesquisa sobre finanças que Michel Aglietta conclui no início dos anos 90. Durante a década de 90, os Estados Unidos cresciam consideravelmente, levantando a questão sobre a superação da crise que se prolongava desde os anos 70. Estavam gestadas as interpretações que classificariam o período pós-80 como uma nova fase do capitalismo<sup>13</sup>, mas ainda eram incertas suas diferentes características. Aglietta, a partir da obra *O capitalismo de Amanhã* (1998),

---

<sup>12</sup> O autor, por exemplo, apresenta seu “The Economic Foundations of Imperialism” (CHESNAIS, 2007) como uma crítica ao trabalho de Ellen M. Wood.

<sup>13</sup> Alguns autores, como Panitch e Gindin (2012), destacam que uma periodização adequada do capitalismo americano deveria ter como corte os anos 90, e não os anos 80.

puxava o debate com uma interpretação otimista frente ao momento histórico vivido pelos EUA.

A partir da segunda metade dos anos 90, a herança militante voltaria a pulsar após uma década de relativo apaziguamento. Junto a colegas de tradição trotskista, criou a revista *Carré Rouge*, em 1996 (SAUVIAT, 2014). Continuou depois e membro do conselho científico do movimento ATTAC, de “combate à hegemonia financeira e à mercadorização do mundo”. Nesse momento, Chesnais organiza algumas coletâneas de textos (CHESNAIS, 1996b, 2005), geralmente como subprodutos de grupos de debate e seminários, notadamente, embora não unicamente, com autores marxistas não regulacionistas.

Esse momento da pesquisa de François Chesnais tem também contribuições de longo alcance, formando uma unidade dispersa entre diferentes artigos e coletâneas. Por exemplo, o trabalho “A Teoria do Regime de Acumulação Financeirizado: conteúdo, alcance e limitações” (*ibidem*, 2002) ganha complementos importantes nos anos seguintes, em parceria com Catherine Sauviat (CHESNAIS E SAUVIAT, 2003; SAUVIAT E CHESNAIS, 2005). A análise do “regime de acumulação sob dominância financeira”, iniciada com a também célebre coletânea *A Mundialização Financeira* (CHESNAIS, 1996b), ganha, ainda, um importante desfecho com o esforço de pesquisa do seminário marxista (BRUNHOFF *ET AL.*, 2006), que complementa a argumentação e a caracterização sobre o *modus-operandi* do capitalismo dos Estados Unidos. Enquanto o capitalismo ocidental ganhava renovado fôlego com a ascensão chinesa, Chesnais retinha sua hipótese ligada à precariedade e à predatorialidade das bases sobre as quais operavam as reproduções das relações econômicas, políticas e sociais.

O professor trabalha, hoje, em sua residência no coração de Paris acompanhado de sua esposa Catherine Sauviat. Continua militando e escrevendo no campo das condições da reprodução econômica e social e suas condições imanentes hoje vigentes na economia mundial, associadas às crises financeiras, da dívida pública (CHESNAIS, 2011) e ecológica – esta última, temática crescente na obra do autor a partir dos anos 2000. Em fins de 2016, lançou a obra *Finance Capital Today* (*ibidem*, 2016), sua publicação de maior amplitude desde *A Mundialização do Capital*.

### 1.1.2. Uma Proposta de Periodização da Produção Intelectual e Política de François Chesnais

Tendo apresentado brevemente uma síntese de sua trajetória pessoal, política e intelectual, propõe-se periodizar a totalidade de sua produção teórico-política em quatro movimentos. Em cada uma das fases, apresenta-se sua caracterização geral, seus elementos de conservação em relação ao período precedente e as sementes que dão origem à fase seguinte.

A etapa de acendimento da “chama revolucionária e a apropriação do marxismo” vai de fins de seu curso de doutorado em meados dos anos 60 até 1980. Nesta fase, iniciada com a sua tese de doutoramento sobre a economia política britânica que foi objeto de apropriação e crítica por Marx, o autor faz uma leitura de Marx influenciada pela sua ação junto à revista *La Vérité*. Nesse âmbito, pôde desenvolver a base teórica e metodológica que iria acompanhá-lo e se expressar nas fases seguintes.

Usa o instrumental não apenas para fazer interpretações das relações sociais, econômicas e políticas da América Latina, Europa e da “Economia Mundial”, mas também, de forma interconectada, das relações entre acumulação de capital e tecnologia. Sua ação política, nesse momento, traduz-se no apoio das organizações revolucionárias de tais países, no fornecimento de materiais teóricos e empíricos originais a algumas partes desses movimentos e, por fim, como parte da Revista *La Vérité*, no apoio à tentativa de reorganização da *IV Internacional Comunista*.

O período é marcado também pela sua entrada na OCDE, em meados da década de 60, e por reservas à exposição de sua ligação com os movimentos sociais da América Latina. Ali teve início seus estudos sobre as relações entre ciência, tecnologia e planejamento econômico-social. Nos quadros da OCDE, defende uma ação, ainda pela ótica do planejamento, de uma política científica e tecnológica subordinada ao desenvolvimento social (em oposição à subordinação histórica ao processo de acumulação de capital e do controle social).

A segunda fase, de “crítica aos agentes da Globalização e a construção da *síntese ‘A Mundialização do Capital’*”, vai de 1980 até 1996. Esta se divide em três subperíodos: i) uma fase de transição, que vai de 1980 a 1985, no processo de desmantelamento de sua participação trotskista e da leitura e incorporação crítica de Schumpeter; ii) uma fase de crítica aos agentes da globalização e participação na

pesquisa (neo-)schumpeteriana, de 1985 a 1992; e iii) de 1992 até 1996, quando se afasta da OCDE, assume cargo de professor na Paris XIII e conclui a célebre obra *A Mundialização do Capital*.

Tendo se encerrado as atividades da revista *La Vérité* e mais afastado dos movimentos sociais da América Latina, Chesnais concentra-se, de um lado, na preparação de sua volta à universidade francesa, e, de outro, na sua crítica aos agentes da globalização dentro da OCDE. Desde o fim de Bretton Woods e a diminuição da lucratividade do alto capital estadunidense, é o debate sobre a superação da crise nos países ocidentais (em torno da temática das “Ondas Longas”) e sobre o liberalismo e a globalização que estão pautando a agenda da organização.

A partir da segunda metade dos anos 80, dentro da OCDE, faz parte da construção da abordagem neo-schumpeteriana e de seu desdobramento ligado aos “Sistemas Nacionais de Inovação” (SNI) (para a construção dessa abordagem, sua participação está particularmente ligada à construção da categoria “competitividade sistêmica”). Neste momento, apropria-se criticamente de alguns dos desdobramentos dos novos estudos sobre inovação e sobre a teoria da firma.

Sua prática política está ligada ao embate e às institucionalidades que emergem da OCDE – faz frente às interpretações neoliberais vigentes na organização e conclama governos e estados a proteger seus SNI frente ao renovado poder econômico-político do capital financeiro. As políticas públicas ligadas à ciência, tecnologia & inovação, defendia Chesnais, deveriam se subordinar planejada e diretamente ao desenvolvimento social e à defesa de empresas de menor porte frente aos oligopólios globais. Nas publicações e espaços fora da OCDE, que têm em sua *Tese de 1985* sua obra mais significativa, explora, em nível teórico, como fazer as conexões de sua filiação marxista com a nova literatura da inovação, da firma e também da macroeconomia keynesiana.

O terceiro subperíodo desta fase é a “construção da síntese ‘*A Mundialização do Capital*’”, que vai de 1992 (momento em que sai da OCDE e começa a dar aulas na Universidade Paris 13) até 1996, quando publica a versão brasileira (revista e ampliada) do referido livro de particular prestígio no Brasil e na França. Nesta fase, Chesnais vê-se pronto para arrumar suas pesquisas teóricas e empíricas do período precedente em termos do debate marxista de *internacionalização do capital* e da construção da “Economia Mundial”. Anuncia o capitalismo de fins do século XX como uma fase qualitativamente distinta da do regime fordista, de estruturas econômicas e sociais

fortemente duais e hierarquizadas, ainda sob liderança relativa do capital produtivo (especialmente na edição francesa, de 1994).

A era da “Mundialização”, terminologia de largo emprego na França, é apresentada como uma fase de depressão longa, puxada pelos efeitos deletérios sobre a distribuição e a demanda efetiva que são inerentes ao processo de internacionalização do capital produtivo, monetário e comercial – o fenômeno seria caracterizado pela expressão “*accumulation lente et dépression rampante*”<sup>14</sup>. Estando fora da OCDE, seu livro dirige-se não à construção de políticas públicas e de normatividades, mas às classes marginalizadas pela dualização da economia mundial, às quais conclama reação. Nesta fase, reinicia seus debates mais próximos junto à academia francesa, tanto junto a autores tido como filiados à “escola da regulação” quanto com relação a autores fora da tradição em questão.

A “construção da hipótese de um regime de acumulação com dominância financeira” vai de 1996 até 2007. O autor abre esta fase, que é a terceira de acordo com a classificação aqui empregada, empenhando-se em fazer uma revisão da sua proposta interpretativa de *A Mundialização do Capital quanto à hierarquia entre capitais* que regeria o processo de internacionalização do capital e da construção da “Economia Mundial”. Iniciado com os dados e trabalhos recolhidos na coletânea que organiza em 1996, *A Mundialização Financeira* (CHESNAIS, 1996b), o período não se fecharia com uma obra-síntese (como faz *A Mundialização do Capital* para o período precedente), mas sim em trabalhos dispersos que formam uma unidade em termos de temática e conteúdo interpretativo.

Cada qual explora peças distintas (mas interconectadas) de sua interpretação. Destacamos algumas de relevo: i) o artigo de embate ao regulacionismo francês “A Teoria do Regime de Acumulação Financeirizado: conteúdo, alcance e interrogações” (CHESNAIS, 2002); ii) A coletânea *A Finança Mundializada* (*ibidem*, 2005); iii) seus dois artigos com Catherine Sauviat, intitulados “O financiamento da inovação no Regime Global de Acumulação dominado pelo Capital Financeiro” e “As transformações das relações salariais no Regime de Acumulação Financeiro” (CHESNAIS E SAUVIAT, 2003; SAUVIAT E CHESNAIS, 2005); iv) seu artigo em *A*

---

<sup>14</sup> A versão brasileira do livro *A Mundialização do Capital* usa a expressão “encadeamento cumulativo de efeito depressivo profundo” (CHESNAIS, 1996a, p. 302). Tendo em vista que François Chesnais atribui particular relevância a essa hipótese e a tradução feita não é literal, manteremos, no corpo do texto e a partir daqui, a utilização da expressão original em francês - remetendo de volta o leitor ao que aqui comentamos.

*Finança Capitalista* (BRUNHOFF ET AL., 2006), intitulado “A proeminência da finança no seio do ‘capital em geral’, o capital fictício e o movimento contemporâneo de mundialização do capital” (CHESNAIS, 2006); e vi) *The economic foundations of contemporary imperialism* (*ibidem*, 2007).

Além das denúncias e do conteúdo político manifestado em seus diversos trabalhos, sua prática política nesse momento passa pela sua colaboração do lançamento da revista *Carré Rouge* (junto a amigos próximos aos movimentos trotskistas) e do movimento ATTAC. Passa a considerar e apoiar a estatização dos sistemas financeiros como um passo imprescindível, ainda que não suficiente, para a instauração de uma nova ordem econômica e social.

A última fase aqui mapeada, ainda em andamento, inicia-se entre 2006 e 2007 e tem no livro *Finance Capital Today* (*ibidem*, 2016) sua obra de maior amplitude. A ascensão da China impõe novos contornos ao Regime de Acumulação Financeirizado. Chesnais detalha e esclarece algumas hipóteses teóricas subjacentes às suas interpretações anteriores (como a categoria de “capital fictício”), ao mesmo tempo em que se vê empenhado em debater as expressões do regime de acumulação em questão na dívida pública e ecológica. Começa a debater com mais intensidade a crise europeia, a ascensão da China, a crise ecológica, a crise financeiram e as suas implicações na economia mundial. Seu norte de atividade política mantém-se sem grandes alterações em relação ao período precedente, defendendo a estatização dos sistemas financeiros com militância na ATTAC e nos círculos intelectuais franceses.

### **1.1.3. Objeto de tese e recorte sobre a obra de François Chesnais**

O objetivo geral desta tese se propõe a analisar a sobreposição e distanciamento dos objetos e teses de *A Mundialização do Capital* e da pesquisa sobre a hegemonia americana de Maria da Conceição Tavares. Argumentamos que as teses centrais de seu clássico livro de 1996 podem ser entendidas como o produto-síntese de uma longa trajetória de pesquisa e prática em economia política que remonta desde, ao menos, os últimos anos da década de 60. Assim, a parte da obra de François Chesnais que tomamos como objeto desta tese diz respeito às duas primeiras fases aqui identificadas: (i) de 1967 a 1980; (ii) de 1980 a 1996.

Mostramos que, no curso da evolução desses períodos, o autor se inicia com uma leitura marxista sobre o problema da acumulação de capital e internacionalização, passando, posteriormente, a incorporar elementos de agendas de pesquisa schumpeterianas e da organização industrial para debater o tema da tecnologia, da concorrência e da mudança estrutural. A partir dos anos 80, em particular, o tema da internacionalização tecnológica mostra-se como parte central de seu objeto de estudos. Diferentemente, o tema da “financeirização” passa a compor parte central de sua agenda de pesquisa apenas a partir dos anos 90.

Em função dos objetivos gerais desta tese, escolhemos deixar para o capítulo 3 uma análise-síntese da obra *A Mundialização do Capital*. No presente capítulo, estamos investigando, apenas, seu contexto de formação e como que o autor constrói criticamente sua estrutura teórico-analítica, articulando elementos das tradições de pesquisa marxista, schumpeterianas e keynesianas – evitando, entretanto, sobrepor elementos que consideraria, acuradamente ou não, fossem incompatíveis entre si.

## **1.2. A LONGA CONSTRUÇÃO DO LIVRO A MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL**

Tendo apresentado a periodização da longa pesquisa de François Chesnais, esta seção preocupa-se em analisar a evolução combinada do instrumental teórico de François Chesnais que informou suas análises e serviu de base às suas práticas políticas em cada momento. Considera-se, pois, que há uma estrutura teórico-analítica que se transforma período a período na pesquisa de François Chesnais, mas sempre mantendo seus elementos de continuidade com a fase anterior. Para isto, dividimos esta seção em duas.

Em primeiro lugar, vamos apresentar alguns dos pilares constitutivos da problemática metodológica que orienta historicamente a pesquisa de François Chesnais. Embora o autor não tenha produção constituída especificamente sobre o que aqui chamamos de “problemática metodológica”, há preocupações explícitas sobre a questão esparsas em sua obra. Apesar de ser possível observar certas mudanças metodológicas ao longo de sua trajetória, há um arcabouço que se mantém relativamente estável ao longo de sua história. É esta problemática metodológica geral que se apresenta nessa seção e fazemos apenas alguns comentários adicionais menores sobre metodologia

posteriormente quando convir à elucidação de uma ou outra questão na sua trajetória de pesquisa.

Na subseção seguinte, adentramos as diferentes fases da longa trajetória de pesquisa de François Chesnais entre meados dos anos 60 até o início dos anos 90. Esta subseção organiza-se em função da periodização anteriormente proposta. Acreditamos que poderemos deprender desta como evolui o pensamento de François Chesnais na tentativa de articulação de elementos de tradições teóricas distintas com que se defrontou ao longo de toda a sua história.

### **1.2.1. A problemática metodológica na pesquisa de François Chesnais: considerações preliminares**

Os períodos da atividade de pesquisa de François Chesnais que são analisados por esta tese começam e terminam a partir de um referencial metodológico próximo em seus aspectos mais gerais. Tanto no seu primeiro ensaio teórico-analítico (CHESNAIS, 1967) quanto em *A Mundialização do Capital* (1996a, p. 48–50) há uma tentativa de vincular sua discussão com a temática discutida pelos teóricos do imperialismo. Notadamente a partir de Lenin e Trotsky, Chesnais promoveu importante pesquisa sobre a internacionalização do capital. O quadro metodológico próprio a este debate se expressa de forma importante nos diferentes debates de que fez parte.

A categoria “economia mundial” é a categoria metodológica que orientou os estudos de François Chesnais sobre o tema da internacionalização de capital. Não é por outra razão que o objeto central do livro *A Mundialização do Capital* é este a que procura se remeter esta categoria: a palavra “mundialização” é o nome, de larga utilização nos círculos acadêmicos franceses, atribuído à fase histórica em que se encontraria a “economia mundial” – Chesnais o escolhe também como forma de combate ao termo “globalização”, de origem anglo-saxã, e às práticas políticas dali emergentes (*ibidem*, p. 23–25). As construções de *interdependências* econômicas e políticas entre estados-nação e classes ao redor do mundo estão no centro da pesquisa de François Chesnais. Assim, se nos propomos a apreender as teses centrais da longa trajetória de pesquisa de Chesnais e do livro *A Mundialização do Capital*, a apreensão do sentido metodológico e teórico que atribui Chesnais a esta categoria deve ser investigada.

A categoria é referenciada em diferentes momentos de sua trajetória. Chesnais, em *A Mundialização do Capital*, discute a categoria “economia mundial” com referência a M.Beaud e C.A.Michalet, dois importantes autores franceses sobre internacionalização do capital. Apoiado nos mesmos, ainda que com alguns afastamentos, apresenta que

a economia mundial é um conjunto fortemente hierarquizado a nível político, bem como econômico, de modo que, a cada etapa, é a partir das “economias nacionais dominantes” que as tendências de funcionamento da economia capitalista vão atingir as “economias nacionais dominadas” (*ibidem*, p. 54).

Em sua *Tese de 1985*, Chesnais considera que, metodologicamente, deve-se partir da análise da “economia mundial” para, depois, analisar cada estado-nação, pois, “para citar Michalet, ‘as diferentes dimensões de internacionalização das economias não são autônomas, de umas com relação às outras’<sup>15</sup> (CHESNAIS, 1985, p. 44). Mais uma vez referenciando-se a C.A-Michalet, define “economia mundial” “como ‘o encontro de tendências à internacionalização e a persistência das entidades nacionais, mesmo modificadas’ ”<sup>16</sup> (*ibidem*, p. 53). Em seu livro mais recente (2016, p.16), logo na introdução, faz referência a Trotsky sobre o tema: “de acordo com Trotsky, considerar a economia mundial não como uma soma das nações, mas como ‘uma poderosa e independente realidade’, ou novamente, conforme lembrado por McNally, uma totalidade”<sup>17</sup>.

Se bem os trechos acima colocados sejam retirados de fases distintas da obra de Chesnais, elas mantêm uma unidade, cada qual ajudando uma à outra na elucidação de sua interpretação. A categoria “totalidade” lhe alcança através de desdobramentos da interpretação hegeliana de Marx. Konder (1981), em conhecida obra sobre a dialética, em que explica que a atividade humana de conhecer o põe defronte a um objeto que é apenas parte de um todo. Assim sendo, tanto o conhecer de sua natureza quanto o avançar da compreensão de seus movimentos só poderiam ser entendidos através da

---

<sup>15</sup> No original, “pour citer Michalet, ‘les différentes dimensions de l’internationalisation des économies ne sont pas autonomes les unes par rapport aux autres’” (tradução técnica de Rafael Zincone).

<sup>16</sup> No original, “comme ‘la rencontre des tendances à internationalisation et la persistance des entités nationales, mêmes modifiées’” (tradução técnica de Rafael Zincone).

<sup>17</sup> No original, “following Trotsky, to take the world economy not as a sum of national parts but as ‘a mighty and independent reality’, or again, as recalled by McNally, a totality” (tradução técnica de Rafael Zincone).

compreensão desta estrutura maior de relações da qual um determinado objeto é apenas parte.

Estas relações, deve-se notar, são antes próprias ao conhecimento-da-realidade do que da própria realidade em si, denunciando o caráter incompleto da atividade humana de pesquisa. Ao mesmo tempo, elas são apenas significativas em relação a um determinado problema concreto. Por conta de sua natureza incompleta e em constante transformação, ela destina-se a dar inteligibilidade da realidade para o sujeito do conhecimento, proporcionando-lhe uma “visão de conjunto” que pode ser exprimida por meio de uma “síntese”. Konder sintetiza (1981, p. 37): “a síntese é a visão de conjunto que permite ao homem descobrir a estrutura significativa da realidade com que se defronta, numa situação dada. E é essa estrutura significativa – que a visão de conjunto proporciona – que é chamada de totalidade”.

As totalidades, entretanto, possuiriam níveis de abrangência – existem “totalidades dentro de totalidades”. No caso dos diferentes objetos investigados pela economia política, estariam todos, incluindo as próprias teorias de análise, inseridos nesta problemática – fazendo com que haja enorme perda analítica sobre as relações causais e do sentido no caso da análise isolada de um dado objeto. François Chesnais, ao longo de toda a sua obra – anterior e posterior ao *A Mundialização do Capital* – utiliza a categoria de “autonomias *relativas*” para estabelecer a primeira relação essencial entre diferentes totalidades e objetos de análise.

A categoria metodológica, entretanto, não é suficiente e, tanto em *A Mundialização do Capital* quanto ao longo de toda a sua obra pós-80, Chesnais (1985, 2016) invoca a noção de *hierarquia* para qualificar melhor as relações que guardam entre si as diferentes totalidades. Se bem não o faça de maneira direta e teleológica – Chesnais promove larga investigação sobre as “mediações” mais importantes desta relação –, trata-se esta de uma noção importante para situar as diferentes peças no esquema interpretativo de Chesnais.

Tomando o livro *A Mundialização do Capital* como referência, o esquema metodológico em torno de totalidades, autonomias relativas e hierarquias é utilizado em diferentes partes interligadas na interpretação, sendo duas as mais relevantes: (i) para estabelecer de onde se originam os determinantes centrais que dão características aos diferentes objetos estudadas (“economia mundial”; “internacionalização do capital”; “acumulação de capital”, etc.); e (ii) para estabelecer de onde se originam os

determinantes centrais das relações entre classes e estados (capital e trabalho; capital monetário, capital produtivo e capital comercial; estados, classes e capitais; etc.). Voltaremos mais à frente para discutir o segundo ponto levantado, que é importante peça à compreensão de toda a sua pesquisa<sup>18</sup>. Esta seção, entretanto, discute o lugar da “economia mundial” no esquema metodológico da obra *A Mundialização do Capital* e argumenta que este quadro pode ser entendido como pano de fundo a toda trajetória de pesquisa do autor .

Em que pese nossa apresentação porventura excessivamente esquemática, os principais níveis de abrangência na obra *A Mundialização de Capital* podem ser entendidos na seguinte ordem (de maior nível de abrangência para menor): acumulação de capital de longo prazo nos países dominantes -> Economia Mundial -> modo de desenvolvimento e regulação das regiões e das economias nacionais. Assim, a “Economia Mundial” é o nível máximo de totalização numa determinada fase do capitalismo, ainda que seja, ela mesma, apenas parte de uma totalidade de nível maior de abrangência (a acumulação de capital de longo prazo).

A hipótese básica que sustenta a obra é que a internacionalização de capital, que tem lugar a partir da crise do capitalismo dos anos 70, origina-se na resolução do problema de acumulação de capital de longo prazo dos países centrais à “tríade” (EUA, Alemanha/Europa, Japão), formando um novo *momentum* da “Economia Mundial”, a que se chamou de “Mundialização do Capital”. Esta nova etapa da economia mundial, que é tanto criadora de interdependências globais entre classes, estados e nações, quanto uma totalidade em si mesma, será o objeto a ser caracterizado por Chesnais no prefácio, no primeiro, no segundo e no último capítulo de seu livro, no qual oferece uma “visão de conjunto”.

Toda a discussão sobre internacionalização do capital dos demais nove capítulos, em que pese as suas autonomias relativas respectivas, terá também como objetivo apresentar essa caracterização. Entretanto, uma vez que o problema da relação entre acumulação de capital de longo prazo, internacionalização e imperialismo coloca-se desde o primeiro ensaio teórico de François Chesnais (1967), o esquema metodológico básico brevemente esboçado ajuda na leitura de todas as fases de sua trajetória intelectual.

---

<sup>18</sup> Ao mesmo tempo, é certamente este o ponto de partida para compreender a pesquisa posterior à obra *A Mundialização do Capital*. François Chesnais, em *A Mundialização Financeira*, desloca as posições hierárquicas relativas entre o capital produtivo e o capital monetário, em favor do segundo.

### **1.2.2. A longa trajetória e pesquisa de François Chesnais para a construção das teses de A Mundialização do Capital**

Chesnais, ao ver-se defronte da necessidade de desenvolver uma análise da “Economia Mundial” como um todo, esteve frente a uma diversidade enorme de objetos com interações complexas, uns em relação aos outros. Chesnais apoia-se nas pesquisas disponíveis em seu entorno que, considerou, pudessem elucidar e dar inteligibilidade aos diferentes objetos e a suas inter-relações em suas diferentes dimensões e níveis de abstração. Veremos que a trajetória de pesquisa de François Chesnais, para alcançar este objetivo, promove um encontro de três grandes movimentos de pesquisa da economia, de corte marxista, keynesiano e schumpeteriano.

Cada uma destas tradições do pensamento econômico tem um lugar específico na pesquisa e no esquema interpretativo de François Chesnais. Tratam-se de lugares distintos – seja em relação ao objeto em análise, suas relações ou ao nível de abstração – sobre os quais o autor, coerentemente ou não, supôs compatíveis e não-concorrentes entre si. Oscilou o autor entre diferentes níveis de abstração e concretude, nem sempre claramente identificáveis. Mas, como autor materialista, buscou recorrer às referidas tradições à medida que a conjuntura econômica e seu próprio lugar de interpretação lhe impusessem a necessidade de retrabalhar teoricamente seu objeto de pesquisa.

Essa articulação deve ser compreendida através da exposição combinada da agenda de pesquisa do autor com a sua própria agenda política. Isso requer que a nossa exposição recupere elementos da conjuntura da economia política mundial da qual fez parte e como isso se apresentava no que estava imediatamente em seu entorno. Para isso, esta seção se organiza em três subseções.

Começamos pelo período que vai de 1967 até início dos anos 80, quando os ideais de revolução e o marxismo estruturam o cerne teórico, político e analítico do autor. Em seguida, estudamos o período que vai do início dos anos 80 até 1985, que também pode ser entendido como um período de transição, quando a crise do capitalismo e o debate sobre “Ondas Longas” na OCDE impõem ao autor uma leitura atenta de Schumpeter.

Na terceira subseção, acertadas as contas com o lugar que as contribuições de Schumpeter poderiam ocupar em sua agenda de pesquisa, o autor faz trincheira junto a

determinados pesquisadores desta tradição frente aos agentes e teóricos neoliberais da globalização internamente à OCDE. Esta subsecção vai de 1985 a 1992.

Por fim, há uma seção relativa ao período de 1992 a 1996. Nesta, fazemos um preâmbulo à obra *A Mundialização do Capital*, procurando evidenciar sinteticamente como que as diferentes agendas de pesquisa de que fez parte projetam-se na obra de forma interconectada. Tendo em vista os objetivos gerais da tese, a análise sistemática da estrutura argumentativa de *A Mundialização do Capital* será feita apenas no capítulo 3.

### **1.2.2.1. De 1967 até início dos anos 80: a chama revolucionária e a apropriação do marxismo**

#### **i. Apropriações iniciais do marxismo e o problema da orientação-seleção do progresso técnico**

Pouco antes de seu assassinato em 1940, Trotsky havia escrito o “programa de transição”, no intento de determinar as tarefas do que seria a *IV Internacional*, pensada como instrumento de mobilização revolucionária mundial pretensamente emancipada do que havia imposto o regime stalinista dos rumos da revolução soviética. Em que pese o fraco desenvolvimento organizacional da *IV Internacional*, carente de sua referência principal, o documento serviria de base a ensaios organizacionais de diferentes movimentos trotskistas ao redor do mundo. Controvérsias se sobrepuseram sobre os diferentes comitês e congressos internacionais herdeiros desse movimento, abrindo importantes fricções e correntes internas na agora fragmentada *IV Internacional*.

Durante o III congresso mundial, em 1953, formou-se um grupo liderado por Pierre Lambert e Stéphane Just na França, que remanesceria à parte das principais tentativas de reunificação que se sucederiam ao longo dos anos. Entre as diferentes questões que culminam a esta segmentação, a tendência do grupo OCI-PCI<sup>19</sup> de Lambert e Just era também criticada por supostamente organizar-se a partir de uma leitura conjunturalista e estagnacionista do Programa de Transição<sup>20</sup>. A OCI-PCI tem

<sup>19</sup> A partir de 1968, o grupo se denomina “Organisation communiste internationaliste (OCI) – Parti communiste internationale (PCI)”.

<sup>20</sup> A estas atribuições críticas que vêm de Daniel Bensaïd, junta-se também a de “catastrofistas”. O autor é um crítico contemporâneo da corrente lambertista e é simpático a Mandel e os “pablistas” e escreve “en 1947, le jeune économiste belge Ernest Mandel maintient l'idée selon laquelle le boom serait de courte durée avant un nouvel essor révolutionnaire. Alors qu'il analysera par la suite les ressorts de l'onde longue et expansive de l'économie mondiale, d'autres – comme le courant lambertiste – s'entêteront, pour rester fidèles à une formule conjoncturelle du programme de transition, à soutenir contre toute vraisemblance,

nova cisão interna em 1974, e François Chesnais ficaria ligado ao que tornaria-se conhecido como “Grupo Just” até 1978.

Em 1967, François Chesnais tinha entrado há poucos anos na OCDE, mas também se mobilizava junto ao OCI-PCI do trotskismo francês (que tinha na revista *La Vérité* seu principal veículo de debates). Entre as diferentes questões que separavam as correntes internas do trotskismo<sup>21</sup>, Chesnais investigaria a natureza e os determinantes do desenvolvimento de longo prazo das forças produtivas, bem como suas possíveis projeções sobre as condições revolucionárias e a coesão social (CHESNAIS, 1967). Debatendo o programa de transição e as possíveis tarefas para organização da *IV Internacional*, Chesnais teria uma tese distinta sobre o documento deixado por Trotsky e os rumos do capitalismo de então.

O programa de transição poderia fornecer elementos para uma caracterização de longo prazo dos rumos do desenvolvimento capitalista. Colocava que a progressão das forças produtivas realimentava-se periodicamente a partir dos mesmos elementos que impunham a marginalização e barbárie social que lhe acompanhava. Isto é, François Chesnais considerava que o desenvolvimento das forças produtivas e a acumulação de capital de longo prazo levavam, no campo econômico, a um desemprego tecnológico (devido ao progresso técnico poupador de mão-de-obra), à precarização do trabalho (piora nas relações trabalhistas) e dificuldades de “realização” da produção (dada as conseqüências negativas que a acumulação de capital impunha para o consumo dos trabalhadores). Esta dinâmica econômica rebateria no campo dos conflitos sociais: o que chamou de “obliteração” e “precarização” do trabalho levaria ao aguçamento dos conflitos de classe – econômicos, sociais e políticos - internamente aos estados-nações. No que toca aos problemas do lado da demanda (“realização” da produção), a saída do capital seria a “busca por mercados externos” e, daí, derivaria uma concorrência intercapitalista que periodicamente assumia a forma de “guerras imperialistas”. Para Chesnais, os conflitos internos e guerras imperialistas emergentes da precarização-

---

en pleine révolution technologique et en pleine croissance de la productivité du travail, que ‘les forces productives ont cessé de croître’ ” (BENSAÏD, 2002, p. 59) ; “Em 1947, o jovem economista belga Ernest Mandel mantém a ideia de que o boom seria de curta duração antes de um novo levante revolucionário. Ao mesmo tempo que analisará, posteriormente, os recursos de ondas longas e expansivas na economia mundial, outros - como a corrente lambertista - se preocuparão em manter-se fiéis a uma fórmula conjuntural do programa de transição, sustentando contra toda verossimilhança, em plena revolução tecnológica e em pleno crescimento da produtividade do trabalho, que ‘as forças produtivas pararam de se desenvolver’” (tradução técnica de Rafel Zincone).

<sup>21</sup> Ver o capítulo 4 de Bensaïd (2002).

obliteração do trabalho e da disputa do mercado, ao mesmo tempo que eram destruidores das forças produtivas (incluindo os próprios trabalhadores), forneciam também ao capitalismo renovada dinâmica através dos estímulos à economia armamentista, (*ibidem*, p. 17–18).

A tese apresentada por Chesnais contém diversos elementos e categorias que acompanharão sua produção intelectual e política futura. Convém, assim, olhar, de antemão, para alguns desses conceitos um pouco mais de perto. Devemos nos ocupar da palavra “capital”, que futuramente comporia o título do livro *A Mundialização do Capital*, e já tem seu primeiro desenvolvimento e importante função na obra escrita para a revista *La Vérité* (CHESNAIS, 1967). A tarefa, que apenas em um primeiro olhar pode parecer simples, está longe de ser trivial. A palavra está no centro de debates de tradições do pensamento econômico, ganhando diferentes significados a depender da abordagem teórica em questão. No artigo de 1967, ela exerce três papéis teórico-analíticos centrais: i) sua função em relação à teoria do valor e da distribuição; ii) sua função como sujeito social; e iii) sua função para a constituição de teorias de longo prazo sobre o desenvolvimento do capitalismo e suas projeções sociais. Ainda que as três funções sejam inter-relacionadas, elas possuem problemáticas específicas e próprias.

Apointa-se, quanto ao primeiro ponto, para uma pesquisa que associa a acumulação (de riqueza) às conjugações entre trabalho, as condições técnicas de produção e os recursos naturais. A ideia, estruturante do pensamento clássico de Smith, Ricardo e, depois, Marx, é de que a atividade social de trabalho gerava uma produção que excedia fisicamente aquilo que fora usado no processo produtivo<sup>22</sup>. Chesnais faria uso de algumas das implicações analíticas mais fundamentais das teorias do valor-trabalho, das quais se deduz uma produção tal que é objeto de disputas antagônicas entre as distintas classes e frações de classe no processo produtivo em um determinado espaço analítico de referência. Em alto nível de abstração, essa distribuição de valor é

---

<sup>22</sup> É importante notar que diferentes agendas de pesquisa que arrancam de Marx deram significados não-coincidentes ao compreender algumas dessas categorias ainda mais fundamentais. É o caso, por exemplo, de grandes debates sobre o que entender como “custo” -Se apenas “técnico”, ou se deveria incluir os “custos de reprodução da mão-de-obra”. Ou, por exemplo, sobre a objetividade e a originalidade analítica das categorias de “mais-valia” e “exploração” (Marx) em relação à “excedente” e “lucro” (D.Ricardo e A.Smith). Ver, para outras posições sobre estes debates em particular, Tavares (1978), Garegnani (1978), entre outros.

construída em função dos respectivos *poderes-de-barganha* dos diferentes atores sociais.

A segunda função analítica fundamental da categoria capital diz respeito à sua utilização como *sujeito social*. Esta forma de conceber a categoria “capital” parte da interpretação dos aportes de Marx que alcança François Chesnais a partir da contribuição de Hilferding (1910) e, principalmente, Lênin (1917), sendo viva na interpretação sobre o “capital financeiro” usada pelos demais “teóricos do imperialismo” e também por Trotsky. Esta função analítica da categoria “capital” permite identificar, por detrás das formas “contingentes”, o conteúdo – uma “massa de valor” – que *age* no campo econômico-social em função de seu interesse particular: a autovalorização<sup>23</sup>. Durante a fase do imperialismo, as diferentes modalidades de capital em diferentes países do centro do capitalismo projetavam-se uns sobre os outros (ademais de suas dominações coloniais) em busca de mão-de-obra, insumos, terra e mercado para buscar sua autovalorização (BREWER, 1980).

Chegamos, assim, à terceira função fundamental que a categoria começa a exercer na interpretação do autor. Das transformações internas da valorização do capital, bem como das requisições socioeconômicas que seu desenvolvimento de longo prazo requeria, apoiado especialmente em Marx (1894), procurou Chesnais uma tendência de longo prazo que se impusesse às condições revolucionárias e à coesão social. Já em seu artigo de 1967, Chesnais considerava importante analisar a evolução de longo prazo da “composição orgânica do capital”, isto é, das relações quantitativas entre “capital constante” e “capital variável” empregado na produção.

Com o desenvolvimento contínuo das condições técnicas de produção, menor quantidade de força de trabalho viva por unidade de produto seria utilizada, forçando, como tendência de longo prazo o aumento da reserva de mão-de-obra através, notadamente (ainda que não exclusivamente), do “desemprego tecnológico” (CHESNAIS, 1967). Tal movimento traria, intrinsecamente, uma queda tendencial da taxa de lucro, que se daria tanto porque haveria uma menor quantidade de trabalho vivo sobre o qual se extrairia a “mais-valia”, quanto porque a diminuição dos salários

---

<sup>23</sup> No trotskismo francês de que Chesnais fez parte, a noção de capital estará também enlaçada com a noção de estado e “aparato estatal”.

forçaria uma diminuição do consumo monetário levando a “dificuldades crescentes encontradas na realização da mais-valia”<sup>24</sup> (*ibidem*, p. 21).

Naquele momento, como também antes para Trotsky, acreditava que a identificação das tendências de longo prazo do capitalismo poderiam lhe auxiliar para estruturar a prática política do OCI-PCI. Chesnais, influenciado pelos teóricos do imperialismo, associou o desenvolvimento das forças produtivas à precarização-obliteração do trabalho, bem como à contínua busca por mercados externos que garantissem a possibilidade de continuidade do processo de valorização do capital. Tendo observado o desenvolvimento das forças produtivas durante as preparações para as duas guerras mundiais e a escalada de regimes autoritários, Chesnais procurou também identificar, no seio deste processo, a forma que a tecnologia assumia, e a função que esta exercia nas condições mais amplas de reprodução sócio-política. A contraditória busca do capital por desenvolver-se num espaço de conflito, tanto na “economia mundial” quanto para manter a dominação interna às unidades nacionais, levariam, conforme veremos mais à frente, ao estímulo estatal das indústrias armamentistas.

O “desemprego tecnológico” e a precarização do trabalho, implícitos no desenvolvimento das forças produtivas, levariam a uma tendência de diminuição do consumo civil e a um problema crônico de “realização da produção”. A conhecida lei da queda tendencial da taxa de lucro só poderia ser compreendida conjuntamente com as condições de demanda com que se depararia a produção: “a plena utilização das forças produtivas adquiridas depende inteiramente do fato de se saber se as mercadorias poderão ser efetivamente vendidas ou não”<sup>25</sup> (*ibidem*).

A tendência do capitalismo, em que pesasse a lei de tendência da diminuição da taxa de lucro através do aumento da composição orgânica do capital era não a diminuição do desenvolvimento das forças produtivas, mas sim a explosão social e o desenvolvimento das forças produtivas puxadas pela economia armamentista (*ibidem*, p. 21–22). A dinâmica em questão afetava o desenvolvimento estrutural das condições de reprodução econômica e social do trabalho, que com o avanço do progresso técnico seria obliterado do processo de produção e, através da força e de demais instrumentos

---

<sup>24</sup> No original, “difficultés croissantes rencontrées dans la réalisation de la plus-value” (tradução técnica de Rafael Zincone).

<sup>25</sup> No original, “le plein usage des forces productives, acquises dépend entièrement de la question de savoir si ces marchandises pourront être effectivement vendues ou non” (tradução técnica de Rafael Zincone).

de controle social, impedido de se mobilizar frente a esta tendência de longo prazo. As condições iniciais de crise econômica e social se reproduziriam – desta vez, entretanto, com contradições em estágio mais avançado<sup>26</sup> – que encontraria nova dinâmica a partir da destruição parcial das forças produtivas e a mobilização armamentista.

O mapeamento, notadamente na Europa e América Latina, das condições revolucionárias e práticas de resistência da classe trabalhadora à escalada autoritária foi tema obstinado de pesquisa durante os anos de escrita na revista *La Verité*. O tema das implicações do desenvolvimento e orientação do progresso técnico sobre a acumulação de capital e as condições de reprodução econômico-sociais, em que pesem as mudanças na sua interpretação, marcará também de forma importante sua pesquisa futura, nos diferentes círculos em que Chesnais transita. Paralelamente às atividades que exercia junto à corrente lambertista, François Chesnais empreendia pesquisa junto à OCDE e participava de colóquios e seminários acadêmicos distintos na França. Em 1975, o economista político publica importante artigo sobre a problemática da seleção das inovações, estendendo-se, embora impedido de citar, alguns de seus temas já tratados na revista *La Verité* (CHESNAIS, 1975).

A publicação foi feita num seminário que procurava investigar a influência das relações sociais no desenvolvimento técnico-científico. Se bem o princípio orientador do evento - de ruptura com o mito da neutralidade da ciência - encontrava coro em François Chesnais, o autor não se mostrou satisfeito com a forma como vinha sendo feita essa crítica. Seu trabalho, intitulado “A análise marxista da seleção das inovações no sistema capitalista” dirige duras críticas às contribuições do seminário, tendo como foco principal o fato de que as pesquisas trazidas não se dirigiam para apreender a

---

<sup>26</sup> Chesnais (1967, p. 22) sintetiza: “A contradição engendra explosões, pois a produção capitalista tende, sem cessar, a ultrapassar seus limites que lhes são imanentes, mas ela somente alcança essa condição empregando meios que, novamente, e em uma escala mais imponente, colocam diante delas as mesmas barreiras’ (Marx, O Capital). Isso se explica pelo fato da tendência à acumulação, a tendência à expansão do capital a produzir mais-valia sobre uma escala ampliada (...) constitui pela produção capitalista, uma lei imposta por constantes modificações dos métodos de produção (...), a luta geral da concorrência e a necessidade de aperfeiçoar a produção e de estender sua escala pela simples razão de se manter e sob risco de desaparecer”. No original, “la contradiction engendre des explosions, car 'la production capitaliste tend sans cesse à dépasser ces limites qui lui sont immanentes, mais elle n'y parvient qu'en employant des moyens qui, de nouveau, et à une échelle plus imposante, dressent devant elles les mêmes barrières’ (Marx, le capital). Il en est ainsi parce que 'la tendance à l'accumulation, la tendance à agrandir le capital et à produire de la plus-value sur une échelle élargie (...) constitue pour la production capitaliste, une loi imposée par les constants bouleversements des méthodes de production (...), la lutte générale de la concurrence et la nécessité de perfectionner la production et d'en étendre l'échelle simplement pour se maintenir et sous peine de disparaître””. (tradução técnica de Rafael Zincone).

“visão de conjunto” das relações econômicas e sociais que incidem sobre a ciência e a técnica.

A não-distinção do que é “parte” e do que é “todo” impossibilitaria os participantes de observar o quanto a ciência, dentro do quadro do capitalismo de então, seria feita de forma subordinada, nas palavras do autor, “em vista do lucro e da dominação social” (*ibidem*, p. 3). Trata-se de algo que o autor atribuía (no quadro de suas relações fundamentais), de um lado, às relações orgânicas entre a pesquisa militar sob suporte estatal e, de outro, à condução de grande parte das pesquisas dentro das bordas do “capital”. O marxismo, segundo o autor, deveria ser retomado como ponto de partida para uma crítica relevante e objetiva à não-neutralidade da ciência (*ibidem*).

A participação no seminário representa também o texto mais antigo hoje disponível em que faz uma avaliação das pesquisas que dariam origem à agenda schumpeteriana com a qual viria futuramente a se envolver. Assim, sua crítica dirigia-se também às pesquisas que dariam origem à agenda neo-schumpeteriana, que, segundo argumentava, estaria reduzida a um campo de investigação “muito limitado e superficial” (*ibidem*, p. 13). Alguns anos antes, o projeto SAPPHO tinha sido conduzido e concluído por Christopher Freeman. Tratava-se de uma das primeiras grandes investigações empíricas ao nível da empresa sobre as condições do sucesso na introdução de inovações para comercialização.

O projeto SAPPHO analisava “pares de inovação” com características similares, mas com aceitação mercadológica radicalmente distintas, e concluía que os determinantes principais do sucesso inovativo seriam (*ibidem*): “i) a capacidade da empresa em compreender e se adaptar às necessidades do cliente (finais ou inseridos na indústria); ii) a capacidade da empresa de se coordenar nas esferas de produção, P&D e comercialização ; iii) a dimensão dos recursos de P&D da empresa; iv) ligações do laboratório de P&D com o sistema nacional e internacional de pesquisa; v) a importância, força e experiência comercial na rede de comercialização da empresa”. Discorrendo sobre as principais problemáticas das abordagens do *mainstream* (“Keynes incluído”), entre as quais destaca a suposição de perfeita substituição entre os fatores capital e trabalho, Chesnais categoriza tais agendas como expressões da “teoria burguesa da inovação” (*ibidem*, p. 14).

No seio das próprias preocupações da agenda de pesquisa sobre a inovação em ascensão – a respeito dos determinantes da seleção e orientação das inovações, bem

como o principal do movimento da base produtiva e da circulação de conhecimentos –, o materialismo histórico do marxismo deveria ser retomado. Perguntava-se o autor, então, quais os movimentos concretos, na etapa em questão do capitalismo, que assumem a orientação, seleção e difusão do progresso técnico.

Desde a segunda grande guerra, liderada por Vannevar Bush, havia emergido uma política explícita de ciência nos EUA. O complexo industrial-militar-acadêmico já estava formado e, a despeito da pressão contrária exercida pela comunidade científica, a nova fase do capitalismo seria marcada por um salto da subordinação da ciência frente ao capital e ao estado articulado no capital. Na época do “maquinismo”, em difusão nos espaços capitalistas até o começo do século, a larga introdução da maquinaria faria com que tivesse havido um “salto na composição orgânica do capital”, aumentando significativamente a parcela correspondente ao capital constante (*ibidem*, p. 27). Destarte sua continuidade, em nova fase, com aprofundamento da produção de máquinas através de máquinas, a principal fronteira técnica que se abria diria respeito à diminuição dos custos relativos ao capital constante – seja pela diminuição dos seus preços, seja pela aceleração da rotação do capital (*ibidem*, p. 29). O capital constante poderia ser decomposto em instalações, máquinas e ferramentas (ligadas às “pesquisas tecnológicas e às ciências de engenharia”), de um lado, e matérias-primas de outro (por sua vez, ligadas à ciência química) (*ibidem*, p. 29).

Ainda que central, o caso estadunidense era apenas parte do movimento maior de tensionamento militar mundial e da grande disputa tecnológica associada que marcaria os anos da Guerra Fria. Chesnais escreve em um momento em que o mundo ainda digeriria a entrada dos EUA no Vietnã, mas antes da afirmação do largo movimento de internacionalização do capital do país que se faria presente no último quartel do século (*ibidem*, p. 22–23 - grifos do autor):

Hoje, é indiscutível que o fator *mais importante* – o mais abrangente em seus efeitos, o mais assimétrico em sua influência – é a orientação da demanda social do capitalismo para a ciência constituída *pelas despesas de P&D efetuadas pelos Estados em relação ao parasitismo próprio do capitalismo em sua fase imperialista*.

Estaria posta, então, a partir daí, centralidade que a fase da acumulação de capital da época projetava na progressão científica e “de suas aplicações tecnológicas”. Ainda assim, Chesnais colocava que tais mecanismos de financiamento não suprimiam

a existência de outros, suplementares, que determinariam, em nível mais concreto, a orientação, seleção e difusão do progresso técnico.

O autor traz o caso estadunidense para mostrar que o financiamento da pesquisa empresarial feita pelas organizações militares do país vinha comumente acompanhado de contratos de compra relacionados às técnicas em desenvolvimento. As empresas que trabalhavam nesse mercado teriam forte vantagem sobre todas as demais, seja em relação às outras empresas do país, seja àquelas relacionadas a estados com menores gastos em P&D. Chesnais argumentava que tais relações seriam centrais ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos internos à organização empresarial. Mesmo que os principais produtos oriundos diretamente da pesquisa tivessem especificações técnicas muito restritivas oriundas das demandas do aparato militar (dificultando *spin-offs* diretos), elas dariam enormes vantagens às empresas que nela se apoiavam. Em especial, porque proviam todos os elementos ao desenvolvimento interno da empresa às capacidades técnicas, científicas e de know-how. Os *spin-offs indiretos* dali decorrentes fariam a empresa inserida nesse arranjo ter enormes vantagens no mercado civil, incluindo o intra-industrial.

Em síntese, o desenvolvimento de longo prazo das forças produtivas, ao se fundar no desenvolvimento de tecnologias armamentistas, imporá renovada capacidade de controle pelas classes dominantes. Para Chesnais (1967), o capitalismo vinha periodicamente destruindo parte dos próprios elementos constituintes de suas forças produtivas (capital e trabalho), ao mesmo tempo em que reorientava o progresso técnico para a economia do armamento e sem superar as contradições internas do desenvolvimento do capitalismo que levariam a mesma situação (*ibidem*; 1975). Assim, tal movimento encontraria suas expressões limites, a princípio, seja na revolução socialista, seja na barbárie social da paz burguesa (CHESNAIS, 1967). As principais orientações do progresso técnico, a depender do contexto histórico-espacial, poderiam ser poupadoras de mão-de-obra (*ibidem*), redutoras de custos do capital constante (CHESNAIS, 1975) e/ou fornecedora de instrumentos modernos de controle social (CHESNAIS, 1967; 1975). A pujança dos controles sociais, notadamente tecno-armamentistas, desenvolvidos no próprio curso do capitalismo fariam Chesnais desacreditar que o socialismo fosse uma tendência histórica imanente do capitalismo. A “luta pelo socialismo”, que Chesnais empreende junto às tentativas de reorganização da *IV Internacional*, justificar-se-ia “por razões puramente idealistas” (*ibidem*, p. 12).

## ii. Acumulação e internacionalização de Capital nos anos 70

Se bem François Chesnais, em fins da década de 50, tenha passado três meses de estágio na Universidade de Cambridge (tendo contato com Sraffa e Joan Robinson, que foram importantes personagens da “controvérsia do capital”), sua pesquisa futura não teve por objeto central esclarecer as categorias mais fundamentais do debate sobre valor e distribuição, nem suas relações em altos níveis de abstração teórica. Sua trajetória intelectual e política o levou, de um lado, para a OCDE (focado em tecnologia e indústria) e, no campo marxista francês dos anos 60 e 70, para os trabalhos junto à revista *La Vérité*, de militância e análise da conjuntura política de então.

Mas isso não significa dizer, de forma alguma, que François Chesnais tenha deixado de dar contribuições próprias a respeito da temática. Pode-se dizer que, no que toca ao valor e distribuição, sua contribuição será focada na compreensão da materialidade concreta dos poderes-de-barganha relativos (e dos atores sociais a que se referem) que determina a distribuição de valor após a crise dos anos 70 – bem como sua relação com a acumulação de capital de longo prazo e a internacionalização. Indo de menores a maiores níveis de abstração e combinando sua pesquisa material dentro da OCDE com a sua pesquisa de corte marxista fora da organização, François Chesnais alcança uma importante tese distributiva, que se propõe a articular diferentes níveis de abstração.

As polarizações distributivas de classe a que se refere, tanto no campo da “Economia Mundial” quanto no campo das economias nacionais, deve ser entendida combinando suas pesquisas no âmbito da OCDE quanto com as referenciadas a partir de Marx (CHESNAIS, 1985). A compreensão mais detalhada e completa da tese distributiva de Chesnais deverá passar por outras peças do esquema interpretativo de Chesnais, em particular na identificação dos sujeitos a que se referem, sua relação com a tecnologia, com o problema da acumulação de capital de longo prazo, da internacionalização, suas projeções sobre as relações sociais mais amplas e suas complexas mediações concretas. Ao longo do capítulo, poderemos investigar como sua estrutura teórico-analítica seria foram construída e reformulada no seio de sua pesquisa e prática política.

Mas concentramo-nos agora, novamente, para a investigação que faria Chesnais da categoria “capital”, tema que revisitaria entre fins dos anos 70 e início dos anos 80. A

sua *Tese de 1985* baseia-se em alguns textos de sua autoria não mais imediatamente acessíveis, como “Capital financeiro e grupos financeiros: pesquisa sobre a origem dos conceitos e suas utilizações atuais na França”<sup>27</sup>, de 1979 (CHESNAIS, 1985, p. 34–37). No âmbito da OCDE, a questão posta era como proceder, teórica e analiticamente, no tratamento dos grupos altamente concentrados de capital, como as multinacionais organizadas em forma de *holdings* que atuavam no campo das biotecnologias (sob seu estudo direto na OCDE de então). Chesnais, neste âmbito, defendia a ideia de que a *holding* era a manifestação concreta, no campo da biotecnologia, da interpenetração em alto nível de abstração do capital produtivo e monetário altamente concentrado (formando o capital financeiro<sup>28</sup>) não apenas na noção de Hilferding e Lênin, mas também de Marx (*ibidem*, p. 35).

Assim, o autor passa a defender a ideia de que as multinacionais, atuando na economia mundial, teriam duas formas básicas de adicionar valor ao seu próprio capital. A circulação do capital apareceria na sua forma “clássica” de adição de valor, percorrendo o caminho “D-M-P-M’-D”, que teria uma natureza também “produtiva”. Sua segunda forma essencial de adição de valor seria de natureza “improdutiva”, própria a uma lógica rentista estritamente financeira, que procuraria percorrer o caminho encurtado “D-D’”. Importante notar que, já em Chesnais (1985) (e também em *A Mundialização do Capital*), as duas lógicas básicas de adição de valor, no capital financeiro e em suas partes, *coexistem* e que, embora o capital monetário possa assumir uma forma de valorização estritamente “rentista” (D-D’), o capital monetário pode também se associar produtivamente, através do financiamento da circulação produtiva.

De forma mais geral, enquanto François Chesnais fazia suas pesquisas no âmbito da OCDE entre fins dos anos 70 e anos 80, a questão de fundo era o declínio *efetivo* da taxa de lucro em diferentes países e, em particular, no principal centro do capitalismo de então, os EUA. O capital articulado no alto estado dos EUA estava enfrentando uma série de desafios à sua lucratividade, em especial na década de 70, como a pressão salarial de um coletivo de trabalhadores organizados, a diminuição do ritmo de aumento

---

<sup>27</sup> No original, “Capital financier et groupes financiers: recherche sur l’origine des concepts et leur utilisation actuelle en France” (tradução livre).

<sup>28</sup> A *holding* seria “uma das principais modalidades contemporâneas do capital financeiro, definido como fusão ou interpenetração do duplo movimento de concentração do capital produtivo e de centralização do capital monetário”. No original, “une des principales modalités contemporaines du capital financier défini comme fusion ou interpénétration du double mouvement de concentration du capital productif et de centralisation du capital argent”, (CHESNAIS, 1985, p. 36 - tradução livre).

da produtividade e a forte competição com as projeções de capitais japoneses e alemães (PANITCH E GINDIN, 2012; TAVARES, 1985). Carregando certos elementos de seus textos mais antigos (já comentados), o autor reafirmaria que enxergava o problema como uma expressão de uma tendência imanente ao capitalismo, de queda tendencial da taxa de lucro de longo prazo que teria, em sua raiz, o crescimento da composição orgânica do capital. Referenciando a um importante artigo de Nathan Rosenberg sobre Marx, diria:

Ele notou que uma das coisas mais interessantes que Marx tem a dizer sobre a tecnologia está relacionada ao modo através do qual o processo de acumulação de capital reage ao que é simplesmente uma tendência ao declínio da taxa de lucro, lutando contra a mesma. Particularmente, ele luta através da tecnologia como um meio de aumentar a taxa de exploração e trazer para baixo a tendência, ou contra o aumento do valor da parte do capital constante – isto é, a luta contra os custos de energia, material e capital, tudo isto é parte desse processo. Assim, parte do que há a ser dito sobre a tecnologia numa abordagem marxista é que esta se coloca como parte integrante do processo de: acumulação, aumento da composição orgânica, a tendência à queda da taxa de lucro, e o modo através do qual o sistema luta contra ela em um longo período de tempo (CHESNAIS, 1983, p. 274–275) <sup>29</sup>.

Se bem a atribuição desta baixa experimentada na taxa de lucro nos EUA a uma suposta tendência imanente do capitalismo seja questão controversa, conforme bem registra Chesnais (1985), ela era também considerada um fato na década de 70. Esta pressão historicamente constituída sobre um determinado grupamento de capitais (no caso, o capital financeiro dos EUA), levaria, segundo o autor, que este buscasse alguma solução histórica para a recuperação da taxa de lucro.

Percebe no movimento de *concentração e centralização de capital* uma solução possível, e historicamente verificada, para que o capital (produtivo e monetário) supere a pressão sobre a taxa de lucro. O que aconteceria na etapa de então do capitalismo é que esta *concentração e centralização* de capitais se dão em nível *internacional* – mais precisamente em nível intra-triádico (EUA, Japão e Alemanha/Europa), onde é particularmente densa. Em meio às diferentes e inter-relacionadas formas de

---

<sup>29</sup> No original, “He noted that some of the most interesting things Marx has to say about technology are related to the way in which the process of capital accumulation reacts to what is simply a tendency toward the falling rate of profit, by fighting it. It fights it in particular through technology as a means of raising the rate of exploitation and bringing the tendency down, or fighting rises in the value of the constant parts of capital – that is, fighting rises in energy, material and capital costs, all these are part of this process. So part of what has to be said about technology in a Marxist approach is that it is an integral part of this process of: accumulation, the rise in the organic composition, the tendency for the rate of profit to fall, and the way the system fights it over a long period of time” (tradução livre).

acumulação de capital, esta se coloca como central porque cria, ao nível da “economia mundial”, uma *aliança econômica, social e política* entre blocos de capital antes separados – condicionando decisivamente as interdependências de classes e estados do planeta.

O autor aproximou-se desta leitura primeiramente através da obra de Lênin (1917) – “Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo”, que já foi citado no primeiro trabalho teórico de Chesnais (1967), publicado na revista *La Vérité*. Vale notar que, futuramente, *A Mundialização do Capital* se apresentaria também como uma atualização dos debates promovidos pelos teóricos do imperialismo, que comporiam parte central de seu “subconsciente teórico” (*ibidem*, 1996a, p. 50). Chesnais considerava que Lênin faria uma síntese importante dos teóricos do imperialismo, revelando a concentração de capital produtivo e centralização de capital monetário no centro do capitalismo de fins do século XIX e início do século XX. Além disso, Lênin procuraria caracterizar “a importância adquirida pela exportação de capitais, em contraposição às exportações de mercadorias, e que têm como efeito desencadear, à escala das relações *entre países*, certos números de mecanismos de centralização internacional de valor e da riqueza, em benefício dos países exportadores de capital” (*ibidem*, p. 49 - grifos em itálico do autor; grifos sublinhados nossos). Hilferding apresentou o caso alemão como se fosse a expressão mais marcante de uma articulação similar entre capitais que se dava em diferentes países. Era a “fase do imperialismo” e diferentes capitais financeiros, de diferentes países e apoiando-se em diferentes estados, projetavam-se sobre suas respectivas colônias na expectativa de garantir a sua própria transformação em D’ – operação que se verificava incapaz de realizar cada qual internamente ao seu espaço nacional.

Já na década de 70, em meio à controvérsia mundial sobre o tema (TAVARES E TEIXEIRA, 1980), o debate sobre internacionalização do capital na França tinha alcançado certo desenvolvimento, com nomes como Michel Beaud, C.A Michalet e C.Palloix dando importantes contribuições. François Chesnais, mais envolto com suas atividades na OCDE e na revista *La Vérité*, não pôde, entretanto, participar ativamente desse debate. Este, entretanto, deixaria suas marcas na pesquisa de François Chesnais: é primeiramente de Palloix (1975, p. 63–106), mas também da primeira e segunda edição do livro de Michalet (1978, 1985), que François Chesnais organizará sua compreensão sobre o movimento de concentração e centralização de capital em nível internacional a

partir de “três modalidades de internacionalização”, dadas em função do que se chamou de “ciclos diferenciados do capital”. A valorização de capital à escala internacional em suas dimensões mais importantes – “o intercâmbio comercial, o investimento produtivo no exterior e os fluxos de capital monetário” (CHESNAIS, 1996a, p. 51) – deveria partir dos ciclos da movimentação do capital, tal como referidos por Marx: “do capital mercantil, do capital produtor de valor e de mais valia; do capital monetário ou capital-dinheiro” (*ibidem*).

Em síntese, tendo como preparativos as próximas seções do capítulo, retomemos rapidamente algumas das distinções básicas entre as categorias capital financeiro, capital monetário e capital produtivo. O “capital financeiro”, definido “como fusão ou interpenetração do duplo movimento de concentração do capital produtivo e de centralização do capital monetário” (*ibidem*, 1985, p. 43), possui a

capacidade particular de combinar as formas “clássicas” de adição de valor no capital (D-M-P-M'-D') com as formas relevantes de uma lógica “rentista” de apropriação de valor, de *valorização improdutiva do capital*, ou ainda a participação dentro da repartição da mais-valia (...) sob uma lógica essencialmente financeira do movimento D-D' (*ibidem*).

Essa propriedade só se afirmaria plenamente no “plano da economia mundial” (*ibidem*). François Chesnais usava tal esquemática abstrata como ponto de partida nos seus estudos da OCDE, ao mesmo tempo em que procurava elaborar sua compreensão sobre a orientação e seleção do progresso técnico. Em fins dos anos 70, tinham sido atribuídas a ele algumas pesquisas sobre tecnologia e produção industrial no campo da biotecnologia e do setor químico. Chesnais revela a vinculação teórica e material que orientava sua pesquisa:

Em certa medida o fio condutor de cinco trabalhos sobre o setor químico é a pesquisa e a análise de certo número de manifestações da capacidade do capital altamente concentrado (particularmente aquele realizado sobre a forma de “holding”, uma forma particularmente forte e eficaz de fusão do capital industrial e do capital dinheiro), valorizando-se em diversidade e mobilidade (tanto geográfica quanto setorial) e centralizando dentro de si (remunerando ou não) todas as espécies de recursos, inclusive conhecimentos científicos e técnicos<sup>30</sup> (*ibidem*, p. 35).

---

<sup>30</sup> No original, “A un degré ou à un autre le fil conducteur des cinq travaux sur le secteur chimique est la recherche et l'analyse d'un certain nombre de manifestations de la capacité du capital hautement concentré, (notamment celui qui a réalisé sous la forme du "holding", une forme particulièrement poussée et efficace de fusion du capital industriel et du capital argent), à se mettre en valeur en façon diversifiée et de façon mobile (tant géographiquement que sectoriellement) et à centraliser vers lui (en les payant ou

A partir da crise americana dos anos 70, se afirmará um processo de concentração e centralização de valor a nível internacional, e Chesnais organizaria parte de sua pesquisa nos anos 80 em torno da ideia de ciclos diferenciados do capital produtivo, monetário e comercial. Michalet teria apresentado o tema de forma ambígua. Faria uma superposição da ideia de compreensão da internacionalização do capital a partir da subordinação “completa” das três modalidades do capital à valorização do capital produtivo, mas, ao mesmo tempo em que apresentaria particularidades relativas aos três ciclos, não recorria claramente às distinções de “hierarquia” e “autonomias relativas”. Parte da pesquisa de Chesnais, entre os anos de 1980 e 1992 e que se projetaria em *A Mundialização do Capital*, teria *também* a intenção de, ao materializar tal debate na solução da crise, deixar menos ambíguas as relações existentes entre os ciclos diferenciados de capital.

#### **1.2.2.2. 1980 – 1985: Crise no capitalismo, o embate sobre “Ondas Longas” na OCDE e a pesquisa Schumpeteriana**

##### i. Para a compreensão do período 1980 - 1996

A pesquisa de François Chesnais a respeito das relações entre acumulação de capital e tecnologia foi fortemente influenciada pelas questões vivas em seu contexto desde fins dos anos 60. A seção precedente explorou o primeiro grande período da produção intelectual e política de François Chesnais, restringindo-nos às partes que julgamos mais relevantes ao objetivo do presente trabalho. Apresentamos sinteticamente as relações fundamentais que organizam a forma como Chesnais organiza pesquisas clássicas no campo da economia política, que inclui as finanças e a tecnologia, com o tema da internacionalização de capital. Algumas delas ganhariam renovada força na década de 70 e 80 e acabariam compondo de forma importante o esquema interpretativo geral de *A Mundialização do Capital*.

Comentamos, anteriormente, que o próprio movimento de internacionalização de capital foi compreendido por Chesnais como *uma* solução histórica possível à problemática da acumulação de capital posta às economias dominantes na década de 70

---

non) toutes espèces de ressources , y compris les connaissances scientifiques et techniques” (tradução técnica de Rafael Zincone).

e 80. Sua pesquisa teórica e analítica não se encerrou aí: a temática, de um lado, foi investigada em um alto nível de abstração e, de outro, deixa em aberto outras soluções históricas possíveis ao problema da acumulação de capital – neste campo, Chesnais investigou com particular assiduidade suas relações com a progressão tecnológica do capitalismo no último quartel do século XX.

Em meio às transformações do capitalismo mundial, a década de 70 assiste a um momento em que novas abordagens teóricas procuram dar conta de suas transformações, seja em sua totalidade, seja em alguns de seus aspectos mais particulares. Isso influenciou bastante também as pesquisas no campo da tecnologia de corte schumpeteriano, provendo recursos e difuso interesse em pesquisas tanto no campo neoclássico quanto para pesquisas que mais tarde viriam a dar origem à abordagem hoje chamada de “neo-schumpeteriana”. Ambas as agendas tinham bastante presença nos círculos de discussão na OCDE.

O debate de François Chesnais frente aos desdobramentos dessas pesquisas, tanto no campo neoclássico quanto no campo neo-schumpeteriano, marcaria o seu trabalho na OCDE: às pesquisas e proposições políticas ligadas que procuravam se sustentar na pesquisa de corte neoclássico, François Chesnais projeta-se frontalmente durante os seus anos na organização. Faz críticas aos fundamentos teóricos (CHESNAIS, 1975), políticos (*ibidem*, 1992a) e pressiona seus interlocutores contra as tentativas explícitas ou tácitas de acomodar aspectos da abordagem em questão num programa “heterodoxo” (*ibidem*, 1985, 1996a). O debate de Chesnais com a abordagem neoclássica, em especial através do combate frente aos teóricos da globalização, será explorado mais adiante e sua compreensão nos ajuda a elucidar tanto o conteúdo quanto parte de suas estratégias de apresentação de sua pesquisa.

Com respeito à pesquisa de corte (neo-)schumpeteriano, a relação de Chesnais é mais complexa, passando de uma crítica forte a alguns de seus trabalhos precursores (*ibidem*, 1975) até o momento em que ele passa a incorporar parte da agenda neo-schumpeteriana em seu esquema interpretativo de análise. Em sua *Tese de 1985*, referindo-se a um texto seu de alguns anos antes sobre a interpretação da obra de Schumpeter, ilustra o primeiro momento em que ele reconhece explicitamente um lugar da contribuição do autor austríaco em seu esquema analítico: na seção “onde situar Schumpeter?” (“où situer Schumpeter?”) coloca os capítulos de 7 a 10 de “Capitalismo, Socialismo e Democracia” (SCHUMPETER, 1942) como centrais à sua análise sobre a

*concorrência* – ainda que subordinados à visão de conjunto e esquema geral que o autor carrega do marxismo. Já havia feito, no mesmo texto referenciado, uma defesa da relevância central da inovação tecnológica na determinação dos parâmetros estruturais, de natureza tanto “estritamente” econômica quanto “extra-econômica” (CHESNAIS, 1982, p. 47–48). Com relação à incorporação específica de parte da pesquisa especificamente neo-schumpeteriana, tal movimento só ficaria claro a partir da segunda metade da década de 80. É a partir daí que Chesnais desenvolve e se apropria, em conjunto com os demais pesquisadores de corte neo-schumpeteriano, de categorias de suporte à compreensão sobre dinâmica e transferência de tecnologia que o ajudam no embate frente aos teóricos da globalização.

Antes de entrar propriamente nesta dimensão particular da evolução de sua pesquisa, é importante retomar sucintamente alguns dos elementos mais diretos de seu contexto. Até bem o início da década de 80, a vida “paralela” de Chesnais a que se refere Sauviat (2014), de militância e atividade intelectual dentro da revista *La Vérité*, era ainda bastante intensa. Alguns eventos da conjuntura política da França mudaram essa situação. A eleição à presidência de Mitterrand pelo partido socialista abre uma nova controvérsia dentro da esquerda francesa e há um afastamento definitivo do Grupo Just, Chesnais incluído, com a maioria do OCI-PCI ainda na primeira metade dos anos 80. Chesnais voltaria a trabalhar mais sistematicamente na militância direta com outros membros da esquerda marxista francesa (não regulacionista) apenas em fins dos anos 90, na revista *Carré Rouge* e no movimento ATTAC<sup>31</sup>.

Paralelamente, a ascensão de Reagan e Thatcher, na virada para os anos 80, marca decisivamente o acirramento da tensão militar dos dois blocos da Guerra Fria e a reafirmação “oficial” do neoliberalismo como doutrina ideológica do alto capital e estado estadunidense e europeu. No campo antes negligenciado da “internacionalização do capital”, as escolas anglo-saxãs de *business* tomam de assalto o debate que agora se intitularia sob a alcunha de “globalização” (CHESNAIS, 1996a, p. 21–25).

A pesquisa de Chesnais vai ser subserviente a dois embates políticos. De um lado, projetaria seu antigo interesse sobre o lugar do armamentismo no quadro das relações tecnológicas, econômicas, políticas e sociais para fazer frente ao militarismo francês. Focando seus estudos nos EUA e na França, tal movimento culminaria com o

---

<sup>31</sup> O “Grupo Just” rearticula-se em fins dos anos 90 sob o nome “*Combattre pour le socialisme*”. “Combate pelo socialismo” (tradução livre).

lançamento de dois livros (*ibidem*, 1990b; CHESNAIS E SERFATI, 1992) que contestariam a retórica econômica comum que dá suporte ideológico aos altos gastos ligados ao militarismo francês. Por outro lado, Chesnais projetaria sua pesquisa para fazer frente aos teóricos da globalização, dentro ou fora da OCDE, direta ou indiretamente ligados ao neoliberalismo em ascensão.

Dentro da OCDE, apropriava-se da linguagem e do instrumental de análise da nova economia industrial e da tecnologia. Havia adquirido prestígio no seio da *Directorate for Science, Technology and Innovation* na organização. Assim, o lançamento, em 1988, do ambicioso projeto intitulado *Technology and Economic Programme*, que tem como produto-síntese o *Technology and Economics: the Key Relationships* (TEP) (OCDE, 1992), seria feito tendo François Chesnais como coordenador geral. O projeto reunia grandes volumes de recurso da OCDE e organizou mais de dez colóquios internacionais que reuniam “várias centenas de pesquisadores”, ao longo de dois anos e meio e em três continentes (GUELLEC, 1992, p. 1137). François Chesnais lidera o relatório final de apresentação, de assinatura institucional e escrita coletiva, mas sobre o qual o autor esteve em posição central de organizar e intervir em diversos capítulos. Deve-se notar, no entanto, que, devido a essas características, é difícil extrair dele, com clareza, a posição particular de François Chesnais sobre a pesquisa empírica. Ainda assim, o trabalho tem extrema relevância para o autor, uma vez que parte bastante significativa da base empírica que aparece em *A Mundialização do Capital*, cuja primeira edição aparece apenas dois anos após o TEP, é extraída direta ou indiretamente do projeto em questão.

## ii. O debate sobre “Ondas Longas” na OCDE e a leitura de Schumpeter

Apesar de o período que foi analisado anteriormente ter gestado diversas das hipóteses de pesquisa em economia política de François Chesnais, algumas delas sofreriam importantes transmutações internas. Enquanto economista “materialista”, a realidade do capitalismo em transformação iria lhe impor que continuasse rearticulando suas investigações teóricas e materiais. Ao mesmo tempo em que a crise do capitalismo estadunidense ficaria evidente, o papel que jogava neste desdobramento a competição internacional advinda dos capitais japoneses e alemães não poderia ser mais tratado à parte da “visão de conjunto” que defendia Chesnais. Deve-se notar, a esse respeito, que

se trata de capitais relacionados a estados com muito menor presença militar ou gastos em P&D militar que os EUA e seria necessário evitar que tais fenômenos entrassem em maiores contradições com a sua explicação sobre os desenvolvimentos centrais do capitalismo. Manteria diversos elementos essenciais de sua apreensão (algumas delas chegariam até *A Mundialização do Capital*), mas transformaria e adicionaria outros para dar conta da realidade em transformação.

Foi neste momento, no início dos anos 80, em que fez uma leitura atenta dos trabalhos de Schumpeter, mostrando-se insatisfeito com a forma como o autor vinha sendo abordado e procurando qualificar esse debate<sup>32</sup>. Dentro dos embates acerca da ciência e tecnologia na OCDE, a questão que se colocava era a respeito do papel que poderia ser desempenhado pela tecnologia na superação da crise. Uma “recuperação schumpeteriana” advinda da entrada na suposta fase ascendente de uma nova “onda longa” poderia, acreditava alguns<sup>33</sup>, enfrentar adequadamente a situação de então de “inflação, baixo investimento e alto desemprego” (CHESNAIS, 1982, p. 33). Até a escrita da sua *Tese de 85*, Chesnais procura, assim, encaixar Schumpeter no seu quadro de análise, naquilo que considerava não ser incompatível com suas acepções fundamentais do marxismo (*ibidem*; 1985).

Permanece bastante crítico a diversas frentes do desenvolvimento da abordagem “neo-schumpeteriana” de então, mas é com ela que passa a dialogar. Diferentemente de seu texto de 1975, não estrutura sua crítica à pesquisa em questão a partir da classificação da mesma como expressão da “teoria burguesa da inovação”. Talvez também por ter empreendido importantes pesquisas em setores específicos, como no caso da biotecnologia, não há mais qualquer sinal de que os considere “irrelevantes”,

---

<sup>32</sup> Ver, a este respeito: “Como todos os grandes seminiais economistas, Schumpeter foi lido de diferentes formas, a partir de diferentes perspectivas teóricas e pontos de vista ideológicos, e ele continuará, é claro, a ser lido assim no futuro. Sente-se, entretanto, que Schumpeter foi particularmente injustiçado em alguns pontos. Ele desenvolveu um quadro analítico extremamente elaborado, compreensível e, é claro, ambicioso e merece ser usado como tal. Mas, ao invés disso, este quadro analítico é usualmente referenciado de maneira extremamente solta, de uma forma que nem Ricardo, nem Keynes, para não falar de Marx, foram jamais tratados. Schumpeter nunca teve o seu J.F.Kahn, seu Roy Harrod ou sua Joan Robinson. E ele sofreu bastante com isso.” (tradução livre). No original, “Like all the great seminal economists, Schumpeter has been read in many ways, from many different theoretical perspectives and ideological viewpoints and he will, of course, continue to be so in the future. It may be felt, however, that Schumpeter has fared particularly badly in some respects. He developed an extremely elaborated, comprehensive and of course ambitious analytical framework, which deserves to be used as such, but which instead is often referred to in an extremely loose manner, in a way neither Ricardo nor Keynes, not to speak of Marx, have ever been treated. Schumpeter has never had his J.F.Kahn, his Roy Harrod or his Joan Robinson, and has considerably suffered as a result” (CHESNAIS, 1982, p. 35).

<sup>33</sup> Ver, por exemplo, Nelson (1982), nos comentários sobre o texto de Chesnais.

passando a valer-se de estudos “micro” como parte da exploração concreta da complexidade de seu objeto e que o ajudariam, depois, na sua busca por fazer abstrações de maior nível de totalidade. Sem perder sua perspectiva própria sobre “totalidades”, estrutura, agora, uma crítica *interna* à questão da relevância nas agendas schumpeterianas: debater inovação sem situar a presença do estado seria como apresentar “Hamlet sem o príncipe”, usando a famosa expressão do autor austríaco (*ibidem*, 1982, p. 67). Esta fase iria durar até a sua saída da OCDE, embora, a partir da segunda metade da década de 80, faria projetar sua pesquisa contra os novos teóricos da globalização, oriundos da academia anglo-saxã liberal e que eram largamente citados dentro da OCDE.

Em relação ao debate sobre as “ondas longas”, a pesquisa neo-schumpeteriana de início da década de 80 dividia autores em dois grandes grupos: o “ultra-schumpeterianismo”, que tinha em Mensch seu representante principal, e as leituras schumpeterianas “não ortodoxas” sobre o tema, que buscavam apoio não apenas em Schumpeter, mas também em Keynes e Marx para dar conta da problemática.

O primeiro grande entrave da discussão, conforme bem identificado por Chesnais (1982) e Nelson (1982), dizia respeito ao próprio objeto de discussão. As “ondas longas” ou os “grandes ciclos” diriam respeito, por exemplo, ao nível de atividade ou à difusão de inovações? Ou, mesmo, ambos: muitos acreditavam que o crescimento econômico poderia ser resultado dos investimentos induzidos por inovação e a geração de empregos a que esta estaria inevitavelmente associada. Não havia, também, clareza a respeito dos indicadores fundamentais a serem utilizados (Kondratieff e Schumpeter, por exemplo, escreveram antes do indicador “PIB” se tornar a medida popular do nível de atividade). Em segundo lugar, quais seriam as “causas” desses ciclos? No caso de conceber-se “ondas longas” tanto de introdução e difusão de inovações quanto de níveis de atividades, quais as relações teóricas umas com as outras?

O ultra-schumpeterianismo de Mensch procurava explicar o fenômeno da difusão de inovações em “ondas longas” a partir do que ele chamou de “inovações básicas” – categoria que, para Chesnais, procuraria apreender o mesmo objeto que a categoria “invenções”, de Schumpeter. Mensch, autor que vinha sendo bastante citado, consideraria que as “inovações básicas”, da qual emergiriam diversas inovações “secundárias”, seriam os motores constituintes do crescimento econômico relacionado às “ondas longas”. As “inovações básicas” não teriam um comportamento aleatório,

estando concentradas nas fases de vale do ciclo – realimentando, através das inovações secundárias, a fase ascendente das “ondas longas”. François Chesnais concordaria com a crítica de Christopher Freeman: os dados sobre “invenções” disponibilizados pelo próprio Mensch simplesmente não sugeriam que as invenções (“inovações básicas”) concentravam-se no vale das “ondas longas”.

Chesnais considerava, ainda, que, se fosse realmente o caso de as “ondas longas” carregarem um comportamento cíclico, necessariamente dever-se-iam buscar os elementos *endógenos* deste mesmo ciclo que afetariam os causadores da irrupção de sua própria realimentação (CHESNAIS, 1985, p. 63). Isso quer dizer que, no caso do próprio “ultra-schumpeterianismo” de Mensch, ainda que valesse sua leitura estatística, as “invenções” deveriam ser determinadas pelos próprios mecanismos internos do ciclo, o que nem seria a posição de Schumpeter a respeito, nem seria o caso do capitalismo.

Para Schumpeter (1942), as invenções, se bem tivessem alguns comportamentos endógenos<sup>34</sup>, seus principais determinantes seriam *exógenos* à difusão das inovações. Os determinantes das invenções, acreditaria tanto Schumpeter quanto Chesnais (CHESNAIS, 1982, p. 44), deveriam ter como ponto de partida questões relativas à sociologia das invenções e outros fatores, igualmente “exógenos” ao ciclo de inovação-difusão, relativos à evolução dos conhecimentos científicos e tecnológicos. Guardando, aqui, alguma continuidade com o seu trabalho de 1975, Chesnais (1982, 1985) argumentaria, ainda, que a evolução dos conhecimentos científicos e tecnológicos mais radicais seria fortemente dependente das ações de estado e das políticas governamentais – que não poderiam, de forma alguma, ser reduzidas a um subproduto do processo de inovação-difusão.

Freeman (1982), Clark e Soete seriam os representantes mais relevantes da outra corrente, de apreensão não-ortodoxa da pesquisa schumpeteriana de então. Embora tivessem posição ambígua com relação à própria existência de determinantes cíclicos das “ondas longas”, os autores efetivamente buscam uma ligação causal de um suposto

---

<sup>34</sup> O principal seria: "the level of R&D expenditure as determined by previous investments and profits and the particular requirement of competition by large firms under oligopoly conditions" (CHESNAIS, 1982, p. 45). “O nível de gastos em P&D como determinado pelos prévios investimentos pelos os lucros, além dos requerimentos particulares para a competição por parte de grandes firmas sob competição oligopólica” (tradução livre).

“vale” em direção ao pico da “onda longa”. Faziam-no combinando elementos de Marx, Keynes e Schumpeter, e apoiando-se também em diversos trabalhos contemporâneos<sup>35</sup>.

Em síntese, o argumento dos autores é que os preparativos militares-governamentais para a Segunda Guerra Mundial, a partir da década de 30, fizeram introduzir uma larga monta de inovações nesta fase que, posterior a 1945, difundir-se-ia grandemente e estaria “por detrás” da fase ascendente associada ao 4º Ciclo de Kondratiev. Já consideramos anteriormente que Chesnais não considera os movimentos de estado e políticas governamentais passíveis de serem enquadrados em uma perspectiva cíclica qualquer que parta da inovação tecnológica. Mas devemos ir além. Se estamos argumentando que a pesquisa de François Chesnais também evolui combinando elementos de Marx, Schumpeter e Keynes, é particularmente relevante compreender a crítica que faz Chesnais a esta corrente “não-ortodoxa”. A crítica ilumina a cuidadosa preocupação teórica da pesquisa do autor francês.

François Chesnais não critica a ausência de ortodoxia nos autores em questão, mas sim a falta de clareza quanto à forma como fazer a combinação entre Schumpeter, Keynes e Marx (CHESNAIS, 1982, p. 46). Para o autor, uma combinação entre autores que têm um esquema teórico-analítico geral e próprio sobre as relações teóricas específicas da economia política do capitalismo, como os em questão, deve ser feita com o cuidado de não sobrepor elementos teóricos concorrentes e incompatíveis entre si.

Deve-se notar que Freeman e Soete, por exemplo, estão entre os pesquisadores da agenda neo-schumpeteriana com os quais mais Chesnais viria a se identificar e, por isso, é relevante notar que, em sua *Tese de 1985*, após se referenciar elogiosa e positivamente a algumas contribuições dos autores<sup>36</sup> (além de Dosi e Nelson), ressalva sobre suas contribuições que: “mas a ‘visão de conjunto’ continua bastante fraca”<sup>37</sup>

---

<sup>35</sup> Cabe a este ponto lembrar que Christopher Freeman teve um passado de militância marxista, tendo sido, inclusive, proibido de entrar nos EUA durante um período considerável de tempo. Já mais afastado de um marxismo clássico, também pôde acompanhar o trabalho do trotskista E.Mandel por conta da militância de pessoas próximas que eram ligadas a movimentos trotskistas na Inglaterra. Mandel tornaria-se uma importante referência no trotskismo francês, ligado à corrente pablista – que, por sua vez, emerge da cisão com o “lambertismo” no final da década de 40.

<sup>36</sup> Levando em conta os objetivos gerais desta tese, é relevante notar que Maria da Conceição Tavares também faz breve referência elogiosa a alguns trabalhos de Christopher Freeman (não necessariamente relacionados à discussão específica sobre Ondas Longas) em aula do curso sobre Economia Política Internacional, recém disponibilizado em vídeo no youtube pela UNICAMP. A autora critica Freeman, entretanto, no que toca a sua noção de espaço e tempo. A autora sugere que a noção temporal de Freeman sobre o tempo vem da noção de ondas longas schumpeterianas o que, para ela, seria inadequado.

<sup>37</sup> No original, “*mais le modele d’ensemble reste très faible*” (tradução livre).

(CHESNAIS, 1985, p. 28). Quando Freeman, Clark, Soete e Mandel buscam, ao mesmo tempo, manter a noção de um movimento cíclico ligado às “ondas longas” (ainda que “não-mecânico”) e relegam parte dessa dinâmica cíclica a um fator “exógeno”, como as grandes guerras, não fica claro, segundo Chesnais, o lugar exato onde situar teoricamente a contribuição de Schumpeter (*ibidem*, 1982, p. 46; 1985, p. 63–64).

Em meio a sua contribuição a melhor elucidação sobre a obra de Schumpeter, o autor aponta suas próprias aproximações e afastamentos frente aos autores. A primeira questão que Chesnais procuraria deixar claro é o que se entende pelo debate de “ondas longas”, que emerge de apropriação schumpeteriana da noção de “ciclos de Kondratieff”<sup>38</sup>. Schumpeter utilizaria o termo de duas maneiras. A primeira seria relacionada à “sua explicação sobre desenvolvimento econômico e a direta associação que ele procura estabelecer entre a existência de grandes descontinuidades no processo de inovação técnica e os padrões da atividade de investimento empresarial, emprego e comércio” (*ibidem*, p. 48). É como projeção desse entendimento que se situa boa parte da discussão sobre “ondas longas” no contexto da década de 80 e sobre o qual Chesnais procura intervir e dar clareza. A crítica interna que faz Chesnais a essas projeções do entendimento sobre “ondas longas”, já aqui salientada, é que tais teorias cíclicas deveriam, para se sustentar logicamente, apresentar os mecanismos *endógenos* dos processos que lhes permitissem argumentar em favor de uma dinâmica cíclica (*ibidem*, 1985, p. 63).

Mas a principal crítica de Chesnais é uma crítica externa. O autor procura trabalhar com *outras* categorias, supostamente mais claras e passíveis de tratamento teórico, sobre partes mais específicas desse objeto ao qual a categoria de “Ondas Longas”, na acepção apresentada, procuraria se referir (retomaremos esse ponto logo em seguida)<sup>39</sup>. Por isso, Chesnais acaba deslocando a utilização da categoria “Ondas Longas” para uma categoria de possível utilização mais metodológica, fazendo referência à segunda acepção utilizada por Schumpeter: “como uma forma de caracterizar sucessivas épocas da economia capitalista e da história social, e, mais especificamente, os precisos padrões de relação entre indústrias em cada época como determinadas pelos sucessivos sistemas tecnológicos”.

---

<sup>38</sup> Kondratieff não pôde desenvolver sua pesquisa mais a fundo devido à perseguição stalinista que culminou com o seu assassinato em 1938.

<sup>39</sup> Nota-se que Nelson (1982), em seu comentário sobre o texto de Chesnais, concorda que o debate sobre “ondas longas” não possui um objeto bem definido.

Para Chesnais, cada época do capitalismo vai ser marcada por um tipo de relação particular entre as indústrias e a progressão dos sistemas tecnológicos<sup>40</sup>. Essa relação, específica a cada fase do capitalismo, determinaria, se não todos, parte relevante dos “parâmetros estruturais” da economia política e as características de cada era. Uma das tarefas principais da pesquisa seria justamente descobrir as formas particulares que estes parâmetros assumiam no capitalismo de então. O autor está partindo, aqui, de uma identidade que encontra entre Schumpeter e Marx na compreensão de que o capitalismo carregava fortes elementos de um “processo evolucionário<sup>41</sup>”:

Em 1942 o conceito de capitalismo como representante de um processo evolucionário tornou-se muito importante para Schumpeter, que não hesitou em valer-se da autoridade de Marx para convencer aqueles recalcitrantes que ‘persistentemente’ continuaram a negar esse fato<sup>42</sup>(CHESNAIS, 1982, p. 37).

Chesnais via-se obrigado a qualificar a sua posição. Muitas vezes, palavras como “evolução” e “desenvolvimento” são mais imprecisas do que convém a um tratamento teórico consistente e claro – que é onde se situa a crítica de Chesnais a C.Freeman, Soerte e Clark. Lembra, portanto, que Schumpeter e Marx atribuem causalidades muito diferentes aos motivos dessa evolução estrutural e um de seus principais esforços é não sobrepor elementos teóricos e analíticos dos dois autores que, acuradamente ou não, supõe incompatíveis entre si. Ainda assim, a básica suposição de que o capitalismo parte de uma “estrutura” em constante processo de transformação “evolucionária”, que afeta suas características e parâmetros, se manteria, independente das causalidades distintas que Schumpeter e Marx atribuem a esta:

---

<sup>40</sup> A compreensão de “sistemas tecnológicos” diz respeito ao conjunto de tecnologias que só seriam operacionalmente funcionais a partir da utilização combinada de diferentes mercadorias tecnologicamente intensivas. Formam, assim, um mesmo sistema de diferentes mercadorias tecnologicamente intensivas que condicionam umas às outras em seus respectivos processos de inovação-difusão. Teriam, também, o potencial técnico de penetração em amplas camadas do tecido industrial.

<sup>41</sup> A referência a Marx feita por Schumpeter está no capítulo 7 em “Capitalismo, Socialismo e Democracia” (1942, p.109). A mesma posição acerca da propriedade deste ponto sobre leitura de Marx feita por Schumpeter encontra-se em Minsky (1992). Um dos principais riscos que assumem as abordagens evolucionárias, nas quais Chesnais não incorre e dentro das pesquisas neo-schumpeterianas, é desconsiderar os papéis dos sujeitos sociais na construção do sistema. Dentro da diversa agenda neo-schumpeteriana, de hoje e de então, o problema aparece de diferentes formas. Uma das formas denunciadas então por Chesnais é, de um lado, o caráter marginal que ocupa as proposições sobre o estado e as políticas na evolução de um dado sistema e, de outro, na implícita suposição de neutralidade política dos movimentos de estado.

<sup>42</sup> No original, “By 1942 the concept of capitalism as representing an evolutionary process had become so important for Schumpeter, that he had no hesitation in calling on the authority of no one less than Marx in person to convince the recalcitrants who 'persistently' continued to neglect this fact” (tradução técnica de Rafael Zincone).

Na perspectiva de Schumpeter as forças por detrás da evolução são, certamente, bastante diferentes daqueles que Marx deu prioridade. Como esse último, entretanto, ele considera o conceito de evolução como algo fundamentalmente diferente da noção de crescimento. Evolução envolve processos de qualitativa mudança que afeta tudo, desde a renda da classe trabalhadora até os elementos básicos da estrutura econômica e, como veremos mais adiante, as condições sociais gerais dentro das quais o capitalismo funciona.<sup>43</sup> (*ibidem*)

Chesnais consideraria que existiriam algumas tecnologias que teriam propriedades que permitiriam a estas se penetrarem de maneira “sistêmica” no tecido produtivo. Essas tecnologias teriam efetivamente a capacidade de transformar disruptiva e decisivamente alguns dos parâmetros estruturais mais relevantes do sistema econômico – no que daria sentido às características das “ondas longas” (no sentido que Chesnais atribui à categoria). Uma das principais questões que colocava Chesnais era a respeito precisamente desses parâmetros e características que se alterariam. Considerava que não necessariamente as novas tecnologias “sistêmicas”, possivelmente em emergência, teriam as características e levariam a transformações paramétricas e estruturais para contribuir para o que chamou de “recuperação schumpeteriana” (que associa à fase ascendente de crescimento econômico do ciclo de Kondratiev). A rigor, as inovações, por si só, não poderiam determinar o nível de atividade. François Chesnais (1982, p. 47) é bastante claro<sup>44</sup> a este respeito:

Minha própria posição é que as "descontinuidades" criadas por certas categorias de grandes inovações são definitivamente reais. Vejo-me inteiramente do lado de quem, como Clark, Freeman e Soete, e outros ainda, que insistem nesse conceito central, contra aqueles que detêm a suposição predominante atualmente de que "ou que a mudança técnica é um processo gradual e contínuo, ou como tal as descontinuidades, como ocorrem, se cancelam mutuamente através do grande número de mudanças técnicas em andamento em qualquer momento" (CLARK ET AL, 1981, p144). As grandes tecnologias têm de fato a capacidade de "perturbar o sistema existente (*vis-à-vis* o conjunto existente de relações entre tecnologias e ramos industriais) e reforçar um processo distinto de adaptação" (SCHUMPETER, 1964, p.75). Mas tais processos de adaptação são incapazes de explicar a evolução (ou o desenvolvimento) e também os padrões cíclicos da atividade

---

<sup>43</sup> No original, “In Schumpeter's perspective the driving forces behind evolution are, of course, quite different from those to which Marx gives priority. Like the latter, however, he sees evolution as being a fundamentally different notion from that of growth. Evolution involves processes of qualitative change which affect everything from the content of the working class budget to the basic elements of the economic structure and indeed, as will be seen later, to the overall social conditions within which capitalism works” (tradução técnica de Rafael Zincone).

<sup>44</sup> A exceção fica por conta do uso da palavra “profitability” (“lucratividade”). Há de se notar que Chesnais (1982) está explicando que a teoria dos lucros em Schumpeter e Marx é radicalmente distinta e considera a proveniente de Marx a mais robusta (*ibidem*, 1985).

econômica. Eles só podem atuar como fatores que amplificam, em algumas circunstâncias, consideravelmente, processos cumulativos de recessão (levando ou não em depressão), e de recuperação, que são determinados por fatores mais fundamentais atuando sobre a lucratividade. Os grandes desenvolvimentos tecnológicos podem constituir fatores que alargam, aprofundam, desenvolvem e multiplicam consideravelmente as oportunidades de investimento decorrentes do restabelecimento de condições de lucro favoráveis a longo prazo (ou pelo menos a médio prazo), mas não têm *per se* a capacidade de criar condições de recuperação<sup>45</sup>.

Concretamente, no momento em que François Chesnais procurava dar conta do lugar que ocupariam as problemáticas schumpeterianas na sua própria agenda de pesquisa, a principal tecnologia com caráter sistêmico em que os principais analistas depositavam fé para puxar a suposta fase ascendente das “Ondas Longas” estava ligada às possibilidades tecnológicas e industriais aberta pelos microprocessadores<sup>46</sup>.

Chesnais consideraria que, *para contribuir à recuperação do nível de atividade econômica*, as tecnologias sistêmicas que se difundissem no capitalismo deveriam ter características próprias de indução do investimento, notadamente em múltiplas indústrias novas, e de criação de empregos (por vezes chamada de “*bandwagon effects*” ou “*carriers*”). Diferentemente do que seria em outras “ondas longas” do capitalismo, como no caso das tecnologias sistêmicas que em outras fases ensejaram as ferrovias ou os automóveis, as tecnologias ligadas aos microprocessadores (futuramente chamadas de Tecnologias da Informação e da Computação – TICs), considerava, não tinham essa característica (CHESNAIS, 1982, p. 56, 1985).

---

<sup>45</sup>No original, “My own position is that the 'discontinuities' created by certain categories of major innovations are quite definitely real. I come down fully on the side of those like Clark, Freeman and Soete, and others yet who insist on this central concept, against those who hold the presently dominant assumption 'either that technical change is a smooth incremental and continuous process, or that such discontinuities as do occur cancel each other out through the large numbers of technical changes in progress at any one time' (Clark et al, 1981, p144). Major technologies indeed have the capacity to 'disrupt the existing system (which I understand as having to be taken in the meaning of the existing set of relations between technologies and industrial branches) and enforce a distinct process of adaptation' (Schumpeter, 1964, p.75). But such processes of adaptation are incapable of explaining either evolution (or development) or cyclical patterns of economic activity. They can only act as factors which amplify, in some circumstances considerably, cumulative processes of recession (leading or not into depression), and of recovery, which are determined by more fundamental factors acting on profitability. Major technological developments may act as factors which considerably widen, deepen, develop, multiply investment opportunities stemming from the restoration of long- (or at least medium-) term favorable profit conditions, but they do not have by or in themselves the capacity to create recovery conditions” (tradução técnica de Rafael Zincone).

<sup>46</sup> As tecnologias ligadas à biotecnologia eram, também, uma aposta comum à época. Chesnais descartou a possibilidade de a tecnologia difundir-se a ponto de ganhar penetração sistêmica no tecido produtivo, grandemente em função do fato de que o desenvolvimento destas tecnologias estava ocorrendo estritamente dentro das bordas do capital privado.

Isso *não* significaria dizer, entretanto, que elas não pudessem desempenhar qualquer papel na construção de uma solução histórica à problemática da acumulação de (frações de) capital. A “saída da crise” (do capitalismo após a crise dos anos 70) e a emergência de uma nova “onda longa”, já considerava Chesnais (1985), poderiam se valer da tecnologia para resolver o problema da acumulação de capital *sem* oferecer qualquer solução econômica ao problema do emprego, do nível de atividade e da distribuição de renda. Como seria o caso, ligado à acumulação das frações de capital intra-triádico no último quartel do século XX e a marginalização-polarização a ela associada - exatamente como viria a ser pesquisado posteriormente por Chesnais e sintetizado em *A Mundialização do Capital* (CHESNAIS, 1996a). Como?

iii. Da relação entre estrutura, concorrência e as características das tecnologias ligadas à microeletrônica

O capital produtivo estadunidense encontrava, nos anos 70, diversos desafios à sua valorização. De um lado, internamente, as tecnologias associadas ao fordismo não mais eram capazes de fazer aumentar a produtividade e, por esta via, acomodar as pressões salariais organizadas dentro do país. Por outro lado, defrontava-se frente à competição dos capitais japoneses e europeus, notadamente alemães, que invadiam os mercados antes dominados por empresas dos EUA. Ao capital produtivo estadunidense, impunham-se poucos caminhos. Poderia desvalorizar-se, como acabaria acontecendo com parte relevante da estrutura produtiva do país nos anos 80. Uma valorização mais modesta, embora não resultasse no seu desaparecimento, poderia também acomodar, ao menos temporariamente, parte das pressões internas e externas que sofria. A saída buscada, entretanto, bem-sucedida para diferentes frações do capital estadunidense, seria de recuperação do seu processo de valorização. A solução histórica mais importante que encontra o capital produtivo dos Estados Unidos, a partir da segunda metade dos anos 70, diz respeito à redefinição dos termos da concorrência frente a capitais japoneses e alemães nos diferentes mercados em disputa a nível mundial. É procurando explicar, meio ao debate schumpeteriano da OCDE, a solução histórica dada à valorização do capital produtivo dos EUA contra os advindos do Japão e da Alemanha, que François Chesnais vai articular o papel da tecnologia e da concorrência com a compreensão da evolução das estruturas capitalistas.

À época, o trabalho sobre o pensamento de Schumpeter foi muito referenciado a partir da ideia de “hipótese schumpeteriana”<sup>47</sup>. Nessa leitura, o autor austríaco teria afirmado existir uma relação positiva e unidirecional entre tamanho da firma (ou concentração de mercado) e introdução de inovações (esta última sendo determinada pela primeira). Parte da literatura industrial na qual se apoiou Chesnais era crítica desta “hipótese schumpeteriana” – ver, por exemplo, Nelson e Winter (1982, p.275-307) – e, em particular, destacam que, embora pudesse haver uma relação “positiva” entre concentração/estrutura de mercado e inovações, esta havia de ser uma relação bidirecional. Em síntese: uma vez que a inovação, em Schumpeter (1942, p.109-113), seria o instrumento concorrencial por excelência, a capacidade de inovar determinaria, também, as transformações nas estruturas de mercado.

Chesnais (1982) posicionou-se neste debate a partir de duas considerações: (i) compartilhava da ideia de que havia uma relação bidirecional entre estrutura de mercado e inovações, hipótese que seria base à compreensão da dimensão “lateral” da concorrência; e (ii) diferentemente do que a maior parte dos schumpeterianos considerava, os oligopólios e as grandes firmas teriam um comportamento ambíguo em relação à inovação tecnológica – isto é, não havia, necessariamente, uma “relação positiva” entre concentração de mercado (poder de mercado) e inovações. Veremos que os desdobramentos que Chesnais faz desse debate lhe permitirá articular a concorrência com o problema da acumulação e internacionalização dos capitais (CHESNAIS, 1982, 1985).

A dimensão lateral da concorrência parte da ideia de que há uma *interdependência entre mercados*. Isto é, as estruturas de mercado (incluindo concentração e tamanhos de firma) dependeriam não apenas da concorrência entre as empresas de um dado mercado, mas também com o que se sucederia em termos de inovação em empresas atuantes em mercados que, *a priori*, não estariam relacionados. Transformações tecnológicas mais radicais poderiam, de fato, reestruturar todas as características estruturais de um mercado.

François Chesnais, no fim do anos 70, tinha estudado um caso sobre a indústria de processamento de açúcar nos EUA, que vinha perdendo espaço crescente por uma inovação “lateral”, vinda da indústria química. Em apenas dez anos, o *high-grade*

---

<sup>47</sup> A alcunha de “schumpeteriana” a esta hipótese, consideram muitos, incluindo Chesnais (1982) e Nelson (1982), seria incompatível com o pensamento do autor austríaco.

*fructose syrups* (HGFS), inovação desenvolvida no âmbito da indústria química, teria conquistado 25% do mercado antes dominado pelas indústrias de processamento de açúcar (CHESNAIS, 1982, p. 66). Diversos outros exemplos, como nos mercados das indústrias farmacêuticas, de aeronaves e automobilística, levaram a conclusões similares (*ibidem*; 1985).

A leitura de Schumpeter permitiria a François Chesnais apreender a dimensão *lateral* da concorrência. Entretanto, o caso de interdependência da indústria de açúcar e química não revela, por si só, a relativa ambiguidade do comportamento de “oligopólios” e “grandes empresas” em relação à inovação (CHESNAIS, 1982, p.63). Isto é, Chesnais argumentava que não necessariamente havia uma relação positiva na causalidade da existência de grandes firmas e de mercados concentrados para o ritmo e a intensidade de inovações e mudança técnica.

De fato, por um lado, a concorrência potencial-lateral em relação a oligopólios assentados em outras indústrias poderia igualmente pressionar o capital à contínua busca de inovações – sob pena (recompensa) de forte desvalorização (valorização) de seus próprios capitais. Entretanto, para o autor, a discussão sobre a “concorrência schumpeteriana” deveria trazer um “reconhecimento do fato de que existirão tentativas de segurar a introdução e difusão de inovações, ao menos temporariamente”<sup>48</sup> (*ibidem*, p.61 – tradução livre). Assim, por outro lado, havia razões para que os oligopólios fizessem o possível para combater a própria progressão da inovação. Inovações mais radicais que viessem a reestruturar o mercado, assentadas em tecnologias e capacitações muito distantes da sua própria base tecnológica, culminariam em fortes desvalorizações do seu próprio capital produtivo por intermédio da obsolescência das suas próprias tecnologias e capacitações.

Uma das questões principais postas ao capital produtivo seria a proteção da valorização (e a luta contra a desvalorização) do seu principal ativo: os ativos e capacitações tecnológicas. De fato, argumentava Chesnais que a construção de barreiras à entrada através dos ativos tecnológicos fazia com que, em condições de estabilidade numa estrutura oligopólica de mercado, houvesse “concentração da inovação essencialmente em problemas de diferenciação de produtos e em processos

---

<sup>48</sup> No original, “The discussion comprises a recognition of the fact that there will be attempts to hold back both the introduction and the diffusion of innovation, at least temporarily” (CHESNAIS, 1982, p. 63).

secundários/incrementais”<sup>49</sup> (*ibidem*, p.65 – tradução livre). Isto é, as barreiras à entrada criadas pelo próprio domínio tecnológico poderiam criar uma tendência a que se refreasse a introdução de inovações mais disruptivas.

Ao mesmo tempo em que Chesnais argumentou que, da concorrência schumpeteriana, se derivariam duas tendências antagônicas da relação entre estruturas de mercado e introdução de inovações, o autor observava um dinamismo tecnológico importante a nível mundial desde os anos 70. Havia, então, a importância de explicitar o porquê deste fenômeno. A esse respeito, o autor escreve que:

A minha tese é de que, em primeira instância, grandes gastos governamentais em P&D e consumo e, em segunda instância, a rivalidade entre grandes oligopólios nacionais tem sido – e ainda são – as principais forças limitando o que, de outra forma, seria a tendência das empresas de lutar contra o progresso e sufocar intensamente a introdução de inovações.<sup>50</sup> (*ibidem*, p.64).

Chesnais começa a introduzir, nesse momento, o que até então era uma tese assumidamente incipiente (*ibidem*): a *internacionalização* e o *estado(-nacional)* seriam componentes centrais à compreensão da introdução de inovações, mudança estrutural e concorrência. François Chesnais permitia-se, a sua forma, utilizar o instrumental analítico schumpeteriano para dar início a uma agenda de pesquisa sobre concorrência, competitividade e mudança estrutural, que percorreria todos os seus demais anos na OCDE até 1992.

Colocando a questão concorrencial em perspectiva, havia um fato estilizado a ser explicado. Durante os 30 anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, as *mais relevantes* transformações estruturais, de valorização e desvalorização de capitais produtivos, davam-se entre capitais de diferentes espaços nacionais. Entre os anos 1950 e 1965, teria sido a vez dos oligopólios estadunidenses reinarem na projeção internacional, limitando o espaço para a conquista de mercados externos por parte das demais principais nações do bloco capitalista. Entre 1965 e 1974, teria sido o *momentum* de projeção internacional dos oligopólios europeus e japoneses procurando adentrar o mercado estadunidense. Ambos os períodos teriam vindo acompanhado de

---

<sup>49</sup> No original, “a concentration of innovation essentially on problems of product differentiation and of secondary or ‘incremental’ process improvements” (tradução livre)

<sup>50</sup> No original, “My thesis is that large-scale government expenditure on R&D and procurement in the first instance, and rivalry between large national oligopolies in the second instance, have been, and still are, the major forces limiting what might otherwise have become absolutely overriding tendencies of firms to fight progress and to smother and stifle innovation to a large extent” (tradução livre).

modificações estruturais particulares, seja em cada estado nacional, seja na economia mundial enquanto tal. Colocando em perspectiva os últimos 35 anos, não se poderia ignorar que o *locus* observado mais relevante, tanto da concorrência quanto da “destruição e criação de estruturas”, estaria colocado a nível mundial.

Assim, a compreensão da introdução e difusão de inovações não poderia se colocar sem, de um lado, situar a discussão no quadro da disputa entre capitais de diferentes países (notadamente EUA, Japão e Alemanha) e, de outro, o papel desempenhado pelo agente historicamente mais importante ao desenvolvimento das inovações mais radicais: o estado. É porque tais temas não estavam presentes nas discussões (neo)schumpeterianas de então que Chesnais excetuaria apenas Freeman na acusação de estas procurarem encenar “Hamlet sem o príncipe da Dinamarca” (CHESNAIS, 1982, p. 67-68). A concorrência entre oligopólios ligados a diferentes estados-nacionais, com ênfase em como esse embate apareceria na transição dos anos 70 para os anos 80, era uma concorrência de forte rivalidade. Por sua vez, as estruturas mais relevantes que influenciariam e sofreriam o efeito dessa concorrência seriam as estruturas de mercado nacionais e da economia mundial (e não de indústrias particulares inseridas no interior de um dado país – ainda que estas pudessem ter sua relevância particular, é claro).

Uma pergunta central, então, dizia respeito a que tipo de mudança estrutural estaria sendo trazida pela introdução e difusão de inovações ligadas a essa nova fase de dinamismo tecnológico, já colocada desde a metade da década de 70 (*ibidem*, p. 67). Esta questão será um dos focos da pesquisa do autor a partir de meados da década de 80, que, como veremos, argumentaria que as mudanças estariam levando à consolidação de um “oligopólio mundial”.

Entretanto, antes de adentrar esta dimensão, é imprescindível que se apresente sinteticamente a forma como se articulariam as empresas de maior dinamismo tecnológico com o estado dos EUA. As tecnologias emergentes dessa relação iriam permitir uma solução à crise americana dos anos 70 e trariam implicações estruturais de diferentes naturezas, não restritas - embora também ligadas - à consolidação do oligopólio mundial. A nova “onda longa”, no sentido atribuído por Chesnais, traria características idiossincráticas à nova fase da economia mundial.

Já foi lembrado anteriormente que o estado dos EUA, desde a II Guerra Mundial, ocupava papel explícito e crescente na construção da ciência do país e na

configuração do complexo militar-industrial-acadêmico (CHESNAIS, 1975). O forte papel, sobretudo militar, no financiamento das pesquisas industriais e acadêmicas, aliadas à grande garantia permitida pelos enormes contratos de compra governamentais dos subprodutos materiais dessas mesmas pesquisas, permitiria às empresas do país forte desenvolvimento de suas capacitações tecnológicas (*ibidem*). Não apenas os *spin-offs* diretos seriam relevantes, mas especialmente os indiretos: a construção dessas capacitações seriam um ativo central ao desenvolvimento de tecnologias para atender o mercado intra-industrial e civil (*ibidem*).

Empenhados no desenvolvimento de redes de comunicações e informações alternativas às tradicionais, com fins militares, os EUA vinham, desde os fins da década de 70, estimulando fortemente a pesquisa nas tecnologias que dariam origem ao que hoje se chamam de “Tecnologias das Informações e da Computação” (TIC). Os semicondutores e os microprocessadores foram parte central desse desenvolvimento. A centralidade do papel desempenhado pela organização federal da DARPA no financiamento de pesquisas militares radicalmente novas, por exemplo, é hoje cada vez mais reconhecida. A organização registra parte de seu papel no desenvolvimento das TICs (DARPA, 2008, p. 35):

Algumas (...) empresas foram especificamente criadas para realizar projetos para a agência, e um número impressionante delas se tornaram nomes reconhecidos em todo o mundo. Sun Microsystems, Apple, Silicon Graphics, Inc., Cisco Systems, Fore, IBM, Compaq, NCR, Cray Research e outras iniciaram programas sob o patrocínio da DARPA para contribuir para a criação ou melhoria da computação distributiva e das arquiteturas de sistemas abertos. A inovação em hardware ligado à revolução da informação foi abordada pela DARPA no mesmo modo, alistando a Hewlett Packard, a Intel, a Motorola, a Analog Devices, a Cisco, a Bay Networks, a Precept, a Intel, a IBM e centenas de outras empresas comerciais para conduzir programas de modelagem de semicondutores, Design e fabricação.<sup>51</sup>

---

<sup>51</sup> “Some (...) companies were specifically created to conduct projects for the agency, and an impressive number of them have become recognized names throughout the globe. Sun Microsystems, Apple, Silicon Graphics, Inc., Cisco Systems, Fore, IBM, Compaq, NCR, Cray Research, and others began programs under DARPA’s sponsorship to contribute to the creation or improvement of distributive computing and open system architectures.

The hardware side of the information revolution was addressed by DARPA in the same mode, enlisting Hewlett Packard, Intel, Motorola, Analog Devices, Cisco, Bay Networks, Precept, Intel, IBM, and hundreds of other commercial companies to conduct programs in semiconductor modeling, design, and fabrication” (tradução técnica de Rafael Zincone).

François Chesnais colocava que a seleção de inovações associadas às pesquisas emergentes estaria, de um lado, indissociada dos critérios impostos pelas políticas de financiamento e de compras governamentais militares nos EUA. Com critérios de alta performance e altamente específicos, as tecnologias emergentes nas empresas apoiadas seriam fortemente condicionadas pelo empreendimento militar dos EUA<sup>52</sup>, ao qual Chesnais (1975) referenciaria, em abstrato, a uma expressão da seleção das inovações tendo em vista a “dominação” (na qual poderia incluir os aparelhos de repressão policial, embora menos representativos naquele momento histórico).

Entretanto, Chesnais considerava que a seleção de inovações relativas aos conhecimentos desenvolvidos nestas empresas também seria subsidiária ao processo de acumulação de capital (CHESNAIS, 1975, 1985). O capital produtivo estadunidense não procuraria valorizar-se estritamente pela sua ligação com empreendimento militar do país, mas também, a partir dos fins da década de 70, procuraria projetar-se internacionalmente e promover uma “resposta” concorrencial aos capitais japoneses e alemães. O papel desempenhado pelas TICs, nesse processo, seria radicalmente distinto do desempenhado por outros sistemas tecnológicos em outras fases do capitalismo. Seriam, portanto, igualmente distintos sobre as diferentes estruturas nacionais e a economia mundial.

No início dos anos 80, embora Chesnais já reconhecesse o caráter nodal dos microprocessadores na configuração de um sistema tecnológico particular, o autor relegava à tecnologia um papel com destino não muito diferente às relacionadas à tecnologia de satélites e às biotecnologias:

Retomemos a questão da materialização da inovação no contexto de grandes ondas de investimento que caracterizou a aparição de indústrias inovadoras no passado. Mesmo que todo mundo concorde com isso, esta não é uma característica da microeletrônica, cujas características específicas repousam bastante sobre sua capacidade de difusão e ‘subversão’, ou transformação interna progressiva de quase todas as indústrias existentes, tanto do lado dos bens de investimento quanto do lado de bens de consumo. A indústria eletrônica já tem perto de trinta anos; para aqueles que raciocinam nesses termos, sua fase de decolagem e de criação de investimentos e empregos pertence ao ‘Kondratiev’ precedente; já passou por transformações sucessivas e gera tecnologias em que ela mesma acaba sendo um campo de aplicação. A indústria espacial (de lançamento de satélites) não se constitui mais como vasta indústria nova: ela é ao mesmo tempo parte das indústrias de armamento, uma indústria que prolonga a existência de empresas de aeronáutica e também, enfim, um campo de aplicação e uma etapa avançada da difusão da microeletrônica. As biotecnologias vão igualmente

---

<sup>52</sup> Ver a este respeito, com um instrumental teórico-analítico distinto, Medeiros (2004).

‘revolucionar’ as indústrias existentes, no entanto, não vão criar novas em lugar dessas já existentes.<sup>53</sup> (CHESNAIS, 1985, p. 65 - grifos do autor).

Deve-se notar, entretanto, que François Chesnais estava caracterizando as tecnologias que dariam emergência às TICs quanto aos seus efeitos sobre o nível de atividade e de geração de emprego. Na própria *Tese de 1985*, entretanto, Chesnais, em meio a uma crítica ao pesquisador e amigo Charles Albert Michalet, assinala que o processo de acumulação de capitais particulares não guarda nenhuma relação unívoca, seja em relação ao processo de reprodução ampliada do capital em geral, seja em relação a uma característica qualquer das relações sociais e políticas (*ibidem*, p. 56) - a acumulação de (frações de) capital, por vezes os mais poderosos econômica e politicamente, poderia se dar em meio a diversas formas de arranjos econômicos e políticos (mesmo em meio a crises, desemprego e instabilidades de diferentes naturezas). Nesta mesma tese, identifica a possibilidade de articular a noção de “concorrência oligopólica” com a “concorrência entre capitais” (*ibidem*, p.44).

O desenvolvimento de diversos outros sistemas tecnológicos iria aumentar significativamente a importância da pesquisa científica e tecnológica na concorrência. Nos EUA, a “orientação do progresso técnico” das TICs passaria a obedecer ao imperativo de habilitar tecnologicamente a reorganização da produção e da pesquisa científico-tecnológica a nível mundial – e isso mudaria radicalmente o caráter da concorrência entre os capitais dos EUA, da Alemanha/Europa e do Japão. Antes marcado por uma relação de enorme rivalidade, esta reorganização permitirá estabelecer entre esses capitais uma relação, também, de forte cooperação. A competição e a valorização do capital produtivo, não apenas estadunidense, mas também europeu e japonês, através do processo de centralização à escala internacional (notadamente via

---

<sup>53</sup> No original, “Reprenons la question de la matérialisation de l’innovation dans les grandes vagues d’investissement qui ont caractérisé l’apparition d’industries tout à fait nouvelles dans le passé. Ainsi que tout le monde en convient désormais, ce n’est pas là une caractéristique de la micro-électronique, dont les traits spécifiques reposent plutôt sur sa très grande capacité de diffusion et de ‘subversion’, ou transformation interne progressive de presque toutes les industries existantes, tant du côté des biens d’investissement que des biens de consommation. L’industrie électronique a déjà près de trente ans ; pour ceux qui raisonnent en ces termes, sa phase d’essor et de création d’investissements et d’emplois appartient au précédent ‘Kondratiev’ ; elle a déjà connu des transformations successives et elle génère des technologies dont elle est elle-même un champ d’application. L’industrie spatiale (lanceurs et satellites) ne se constitue pas non plus comme une vaste industrie nouvelle : elle est à la fois une partie des industries d’armement, une industrie qui prolonge l’existence des firmes aéronautiques et enfin à la fois un champ d’application et un relais puissant de la diffusion de la micro-électronique. Les biotechnologies vont également ‘révolutionner’ des industries existantes, mais pas en créer de nouvelles” (tradução técnica de Rafael Zincone).

internacionalização tecnológica), seriam precisamente um dos focos centrais da pesquisa de François Chesnais a partir da segunda metade da década de 80 (CHESNAIS, 1988a, 1990a/c/d/e, 1992b/c).

### **1.2.2.3. 1985 – 1992: Chesnais contra os agentes da globalização na OCDE e a pesquisa neo-schumpeteriana**

Na OCDE, o então emergente tema da “globalização” foi fortemente influenciado pela academia anglo-saxã, notadamente da *Business School*. Os teóricos da globalização avançavam com amplo apoio midiático e financeiro, em diferentes frentes. De um lado, dentro do arcabouço neoclássico tradicional, a pesquisa se voltava a reciclar suas respectivas leituras da teoria do comércio internacional ricardiana. Numa perspectiva por vezes chamada de “neo-fatorialista” (*ibidem*, 1985), passavam, agora, a incluir o “conhecimento” como determinante da especialização produtiva e, usando o investimento em P&D como *proxy*, procuravam consubstanciar as emergentes teorias de crescimento endógeno<sup>54</sup>. De outro lado, os novos teóricos institucionalistas tiveram seu *momentum*<sup>55</sup>, e as pesquisas de autores como Porter e Williamson canalizaram o interesse por temas sobre organização empresarial. Eram os anos de fim da Guerra Fria, com forte transformação da relação entre capitais de diferentes partes do mundo, e as pesquisas nesse campo tinham forte inclinação à recomendação de políticas liberais, compondo parte relevante do que se convencionou chamar de “Consenso de Washington”. Adentrando a segunda metade dos anos 80, é frente a esse duplo movimento do neoliberalismo que François Chesnais vai desenvolver suas pesquisas.

Desde o início da década de 80, Chesnais (1982) vinha chamando a atenção que a solução histórica dada pelo alto capital estadunidense à competição advinda da Europa e dos EUA estava levando à construção de um *oligopólio mundial*. A rigor, um oligopólio “intra-triádico” – capitaneado por EUA, Alemanha, Japão e suas zonas respectivas correlatas – que passaria por mudanças significativas na forma de concorrerem entre si. Até os anos 70, ela diria respeito à competição entre oligopólios (capitais) dos EUA, Alemanha e Japão. A partir de então, houve uma intensa

---

<sup>54</sup> Robert Solow foi laureado com o prêmio Nobel, em 1987, “por suas contribuições à teoria do crescimento”.

<sup>55</sup> Por exemplo, em 1991 e em 1993, respectivamente, Ronald Coase e Douglas North acabariam sendo agraciados com o prêmio Nobel.

interpenetração de capitais entre esses países, com diferentes formas de IED cumprindo o papel de cimentar um bloco único de capital, ainda que com disputas e rivalidades internas intensas. Assim, *parte* da rivalidade concorrencial oligopólico da relação entre esses capitais esfacela-se.

Restaria naquele momento uma competição inter-oligopólica relativa a, de um lado, o capital intra-triádico e, de outro, às demais regiões da periferia capitalista (América Latina, África, etc. ) e dos escombros do antigo bloco comunista (China, em certo sentido, inclusive) – com uma distribuição absolutamente desigual de poder econômico e político em favor dos primeiros. O pequeno capital intra-triádico também estaria se vendo refém desta nova forma de reafirmação do poderio econômico e político do grande capital intra-triádico. A competição entre os capitais da tríade estaria se transformando numa competição que, embora certamente dotada de rivalidade interna, possuiria, crescentemente, um amplo espaço de cooperação. Já a concorrência desse grupamento de capitais com os países de fora da tríade seria mais acentuada, uma vez que não havia o compartilhamento de uma base tecnológica comum a ser defendida contra potenciais “novos entrantes” no mercado.

Dentro da OCDE, Chesnais procuraria associar tal fenômeno ao que chamavam de “globalização” e, fazendo frente aos “teóricos da globalização”, argumentar que a economia mundial vinha acentuando o seu caráter hierárquico, que não promovia a suposta convergência econômica entre classes e nações. Para contrabalancear essa tendência, os governos, se bem de formas distintas em relação ao período precedente (CHESNAIS, 1990a), deveriam agir ativamente para evitar esse aprofundamento. O tipo de tecnologia e estruturas semi-cartelizadas que marcariam o oligopólio mundial engendrariam um processo de competição e relações intra-industriais com características radicalmente distintas daquelas concebidas, de um lado, pelas teorias neoclássicas tradicionais e, de outro (ainda que de maneira diferente), do institucionalismo anglo-saxão emergente.

Já pudemos assinalar anteriormente que os principais laços de Chesnais com o movimento trotstkista francês esvaem-se na primeira metade da década de 80. Na OCDE, por outro lado, sua pesquisa estava em pleno vapor e, a partir de 1988, o autor seria o responsável científico por projetos de grande envergadura no seio da organização. A OCDE promovia recomendações “neoliberais” de políticas ligadas ao

rebaixamento de salários, que, supostamente, melhorariam a competitividade (em custo) dos países e melhorariam seus respectivos saldos comerciais.

Chesnais propôs-se, então, a dar uma explicação alternativa para o comportamento do comércio e da competitividade no interior da organização. Procurando dar base a recomendações de políticas não-ortodoxas, Chesnais encaminhará sua pesquisa, nesse momento, tendo em vista ao menos três grandes objetivos complementares: (i) para a melhor caracterização das transformações estruturais e tecnológicas das formas de competição oligopólica na nova fase do capitalismo; (ii) para a própria demonstração empírica e teórica da construção do oligopólio mundial<sup>56</sup>; e (iii) para buscar uma “análise unificada do investimento estrangeiro direto, do comércio internacional, da tecnologia e da competitividade na era da globalização [mundialização]” (*ibidem*, 1992c - grifos nossos).

Dentro dos diferentes quadros teóricos da OCDE, Chesnais procura, nesse momento, apresentar sua pesquisa *a partir de e frente às* transformações e contradições das literaturas ali emergentes. Assim, embora parte central de sua prévia estrutura teórico-analítica mantenha-se nesta fase<sup>57</sup>, é o momento da pesquisa do autor em que se encontram menos referências explícitas a sua (antiga) filiação marxista. Apoiando-se, assim, nas pesquisas materiais anglo-saxãs emergentes, de forma a fazer frente à agenda liberal a partir de linguagem de uso corrente nesses círculos. Sem romper com a linguagem que estamos utilizando, nesta seção, apresentamos o que julgamos principal acerca do desenvolvimento das categorias e teorias que permitiriam que Chesnais cumprisse os seus objetivos nesta fase.

---

<sup>56</sup> Procurará fazer o mesmo com as pesquisas da própria OCDE, e o projeto de pesquisa do *Technology and Economic Program* (OCDE, 1992) é marcado por essa iniciativa.

<sup>57</sup> Ver, por exemplo, o título *Multinational Enterprises and the International Diffusion of Technology* (CHESNAIS, 1988a, p. 497–499), em que escreve: "The conceptual approach which underlies the analysis is at the junction point between the most significant Anglo-Saxon work on foreign direct investment and the MNE, and the dominant French approaches towards the analysis of 'internationalization' (DE BERNIS, 1977), 'accumulation at the world level' (AMIN 1970; PALLOIX, 1975), or 'world capitalism' (MICHALET, 1976)". "A abordagem conceitual subjacente à análise está no ponto de junção entre a obra anglo-saxônica mais significativa sobre o investimento direto estrangeiro e a EMN e as abordagens francesas dominantes na análise da "internacionalização" (DE BERNIS, 1977) a nível mundial "(AMIN, 1970, PALLOIX, 1975), ou" capitalismo mundial "(MICHALET, 1976)." (tradução técnica de Rafael Zincone). Recentemente Chesnais (2016- mimeo) reconhece que o seu posicionamento no debate sobre internacionalização do capital com economistas industriais e institucionalistas sempre manteve sua influência do marxismo. Cumpre notar, ainda, que a utilização de definições influenciadas pelo marxismo era muito comum entre os economistas franceses estudiosos do tema da “internacionalização”.

### i. Manifestações organizacionais do capital produtivo: a empresa-rede

As relações entre as estruturas industriais e os sistemas tecnológicos na era da mundialização do capital seriam um fenômeno estreitamente ligado com a constituição do capital intra-triádico (*ibidem*, 1990c/d, 1992b/c, 1996a). No final da década de 80, o debate sobre as “ondas longas” já não pautava mais a discussão interna da OCDE, mas, ainda assim, Chesnais procurava situar o lugar da tecnologia no processo de internacionalização do capital também tendo como referencial as características próprias da nova era da relação entre capitalismo, tecnologia e estruturas produtivas. Quando o alto capital produtivo estadunidense vê-se impelido a buscar uma solução para o seu próprio processo de valorização, este se dá a partir de um contexto tecnológico novo.

A era fordista e a expansão da maquinização para a própria produção de máquinas (*ibidem*, 1975) defrontava-se com o toyotismo japonês e via-se incapaz de fornecer saídas para fazer frente aos múltiplos desafios do alto capital estadunidense. Entretanto, desde a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos vinham investindo fortemente na articulação entre ciência, indústria e militarismo. Diversas capacitações científicas formaram-se de forma relativamente subordinada a partir do projeto Manhattan (nuclear), do *National Institute of Health* (saúde), de organizações ligadas à competição militar e espacial com a URSS (NASA, DARPA; aeroespacial, informática, tecnologias militares), e ciências como a física, química e biologia encontraram um novo patamar de recursos e apoio estatal para se fortalecerem. A nova relação entre os sistemas tecnológicos e a evolução das estruturas industriais seria subproduto da combinação entre as soluções estratégicas dadas pelo alto estado e capital dos EUA com as possibilidades materiais que as novas ciências e tecnologias embrionárias que se gestavam no país.

A maior parte dos economistas institucionalistas de então vinha procurando explicar a competição entre as multinacionais japonesas e estadunidenses através de diferentes teorias da firma. Proliferaram estudos sobre as formas organizacionais das multinacionais associadas a cada país, e os *keyretsu* japoneses passaram a ser vistos como uma forma organizacional-produtiva mais avançada. Foi muito estudada nos marcos da teoria dos custos de transação e das falhas de mercado (Williamson), que concebiam suas transformações como uma adequação das firmas às estruturas menos hierarquizadas, mais eficientes, levando em conta a complexidade e as especificidades

(de localização, física, de capital humano e de ativos específicos) internas à organização da firma (CHESNAIS, 1996a, p. 83–84; PONDÉ, 2002). A interpretação normativa daí emergente procurava arguir pela inevitabilidade das transformações organizacionais da grande companhia dos EUA e se propunha a “mostrar a ilegitimidade teórica da ação das autoridades antitruste” (CHESNAIS, 1996a, p. 83). Chesnais viria a partilhar da ideia de que as transformações organizacionais japonesas, que seriam referência mais tarde às transformações organizacionais das grandes multinacionais da tríade, deveriam ser entendidas como uma transformação da forma como se manifesta o capital (*ibidem*).

Assim, enquanto as subcontratações, deslocalizações e terceirizações das firmas japonesas eram analisadas quanto à “eficiência alocativa” e sua suposta aproximação às “trocas de mercado”, Chesnais abordava a firma como parte de uma estrutura oligopólica. Destacava o fato de que o *keyretsu* deveria ser entendido como uma “densa rede de laços de cooperação entre os membros do grupo”<sup>58</sup> (*ibidem*, 1990c, p. 482). Com isso, o autor realçava sua natureza oligopolística, sob uma estrutura de capital, em que as trocas econômicas (relativas especialmente à comercialização, financeira, informações e tecnologia) entre os entes da rede eram privilegiadas e personalizadas (e não “impessoais”, em um “mercado abstrato”).

As firmas pertencentes a essa rede guardam relações hierárquicas bem definidas, com valores das trocas internas determinados pela posição de poder de cada firma em relação à outra (*ibidem*, p. 481–482). A segunda característica distintiva dos *keyretsu* estava ligada à gestão toyotista de produção. As relações de trabalho (“*lean production*”), as relações profissionais e a gestão de estoques *just in time* passavam a ser gerenciadas a partir da demanda das firmas no centro das redes. A externalização formal de parte das atividades das firmas centrais era acompanhada de uma série de mecanismos de controle para adequar as características da produção (estoques e padrões técnicos de produção) das firmas subcontratadas aos requisitos da firma sob o topo da cadeia hierárquica, mantendo sua natureza verticalizada (*ibidem*, p. 482–483).

Para Chesnais, os *keyretsu* japoneses eram a forma de organização empresarial que serviu de modelo para as empresas norte-americanas e europeias na era da mundialização do capital (*ibidem*; d; 1992b, p. 282). As multinacionais estadunidenses, frente aos desafios de recuperação de sua própria taxa de lucro, teriam gradativamente abandonado a organização multidivisional da produção na era “fordista”, para se

---

<sup>58</sup> No original, “réseau dense des liens de coopération entre membres du groupe” (tradução livre).

organizar em termos do que alguns autores dos anos 80 vinham chamando de “empresa-rede” (*ibidem*). As multinacionais norte-americanas, tendo como pioneira a IBM, puderam empreender uma maior coordenação entre as relações estratégicas e organizacionais entre as empresas coligadas a nível nacional, regional e internacional.

O primeiro importante resultado tecnológico de tal estratégia foi o rápido desenvolvimento e a difusão da microeletrônica e do que hoje se chama de “Tecnologias da Informação e da Computação” (TIC). As revolucionárias organizações japonesas, em período precedente, organizavam-se “a papel e caneta” e apenas mais tarde adotariam também as TICs. A forma estadunidense de adoção dos métodos próprios ao *keyretsu* proveu demanda intra-industrial e recursos para a difusão das TICs, grupamento de tecnologias que foi responsável central para a diminuição dos custos de comunicação a longa distância no período. Aprofundariam a divisão de trabalho entre as firmas coligadas, centralizando as estratégias tecnológicas, de produção e comercialização. Para Chesnais (1992b, p. 282): “Os novos procedimentos de controle administrativo e organizacionais autorizam um incremento qualitativo na capacidade de mover ativos especializados por entre as fronteiras nacionais”<sup>59</sup>.

Com relação à produção, adaptaram os métodos de produção japoneses, introduzindo a gestão de estoques *just in time* (que reduziriam os estoques indesejados) e a produção “sem gorduras de pessoal” (*lean production*) e pressionando politicamente por reformas institucionais que permitissem a nova formatação organizacional. As firmas coligadas passariam a se adaptar e integrar gradativamente uma estratégia *mundial* integrada de produção – ao invés de reprodução, como no caso mais corrente da divisão multidivisional internacional, de manufaturas que replicavam, geralmente em escala reduzida, o processo produtivo e tecnológico da matriz.

Já em relação à tecnologia, as transformações foram também no sentido de centralizar a agenda de pesquisa das subsidiárias àquela definida pelo horizonte estratégico da matriz. A forma de laboratório de pesquisa empresarial que se difunde com maior intensidade na era da mundialização do capital diz respeito aos “laboratórios interdependentes internacionais” (IIL) (*ibidem*, p. 276). Sobre a construção e subordinação das agendas de pesquisa dos laboratórios em empresas coligadas, Chesnais sintetiza:

---

<sup>59</sup> No original, “The new management and control procedures authorize a qualitative increase in the capacity to move specialized productive assets across national frontiers” (tradução livre)

Um IIL realiza projetos de P&D decididos pela direção de P&D empresarial do grupo no âmbito de atividades que envolverão unidades de P&D em uma vasta gama de locais. Seu trabalho é orientado por diretrizes de uma unidade coordenadora central (provavelmente, embora não inevitavelmente, a matriz), para a qual os resultados serão canalizados para avaliação e assimilação com os resultados obtidos através de trabalho complementar em outro lugar. IILs foram criados pela primeira vez na década de 1960, mas permaneceram por muitos anos um pouco excepcionais. Hoje eles são a forma de laboratório estrangeiro encontrada com maior frequência.<sup>60</sup> (*ibidem*).

Com relação à comercialização e trocas econômicas internas às estruturas oligopólicas, as empresas-rede também procurariam centralizar a compra de insumos e produtos semi-acabados. Seria uma solução estratégica empreendida para internalizar os ganhos excedentários gerados na cadeia de produção, assim como garantir a padronização técnica específica adequada à produção-fim da empresa. Um dos principais resultados líquidos desta solução organizacional seria um aumento da troca econômica interna à empresa-rede – sob diferentes formas, sendo o comércio filial-matriz uma das mais relevantes.

Assim, no que toca à organização interna das multinacionais, a “globalização se refere a um conjunto de condições emergentes na qual valor e riqueza são crescentemente produzidos e distribuídos dentro de redes intra-corporativas globais ligadas às ‘empresas-rede’” (*ibidem*, p. 280). Com relação à subordinação estratégica e dos formatos organizacionais, a principal novidade trazida pela empresa-rede é o aumento quantitativo e a mudança qualitativa, em relação às “multidomésticas”, da centralização (hierarquização) das atividades de produção, comercialização e pesquisa tecnológica.

As relações entre subsidiárias, notadamente internacionais, e a companhia controladora, no quadro das organizações multidomésticas residiam, principalmente, na transferência de lucros da subsidiária para a controladora, além da maior facilidade de acesso, por parte da subsidiária, de tecnologias e recursos financeiros disponíveis à companhia controladora. Mas a organização multidoméstica não era caracterizada por uma subordinação estratégica da filial em relação a uma estratégia centralizada e global dada pela matriz (como no caso das empresas-rede). Seus mandatos estratégicos, ainda

---

<sup>60</sup> No original, “An IILs carries out R&D projects decided by the group’s corporate R&D management in the framework of activities which will involve R&D units in a wide range of locations. Its work is guided by directives from a central co-ordinating unit (probably, though not inevitably, the parent) to which results will be channelled for evaluation and assimilation with the results obtained through complementary work elsewhere. IILs were first set up in the 1960s, but remained for many years somewhat exceptional. Today they are the form of foreign laboratory most frequently met” (tradução técnica de Rafael Zincone).

que pairasse alguma subordinação às matrizes, seriam mais livres de controles gerenciais do centro e tinham um horizonte estratégico definido em função de suas atuações regionais.

Em meio às crises e transformações da economia mundial nos anos 70, o desenvolvimento das TICs e a diminuição dos custos de transporte possibilitaram tecnicamente uma mudança nessa organização. A empresa-rede era um método organizacional que centralizava suas decisões estratégicas e, no quadro das multinacionais, seu horizonte estratégico era a da economia mundial. Ainda que pairassem diferenças quanto aos padrões de regionalização das diferentes atividades da empresa multinacional, o caráter 'global' das estratégias da referida organização se refere tanto às atividades produtivas & comerciais quanto para as agendas de pesquisa científica & tecnológica nos diferentes laboratórios.

Por isso, a categoria de "empresas-rede", seja como manifestação da organização da empresa transnacional e dos oligopólios, seja como manifestação contemporânea da categoria "capital produtivo", é peça importante para a compreensão do anseio de Chesnais em criar uma teoria unificada para analisar conjuntamente o investimento estrangeiro direto (como será visto mais a frente), o comércio internacional e a inovação & difusão tecnológica (CHESNAIS, 1990a/c/d/e, 1992a/b/c) na era da mundialização do capital (*ibidem*, 1996a). Foi trabalhada em seu esquema interpretativo para fazer frente aos teóricos da globalização fortemente em voga na OCDE:

Assim, a empresa de rede não representa uma ruptura radical com hierarquias (COASE, 1937; WILLIAMSON, 1975), mas essencialmente uma forma complementar, embora importante, de organizar e administrar cadeias de valor descentralizadas, mas ainda assim fortemente e hierarquicamente controladas. Uma prova da existência dessas grandes hierarquias de força ainda é, certamente, a escala e o crescimento do IED (UNCTC, 1991) e o papel desempenhado pelas multinacionais<sup>61</sup> (*ibidem*, 1992b, p. 282).

Diferentemente dos teóricos institucionalistas que vinham procurando explicar os diferenciais competitivos da tríade estritamente a partir da teoria da firma, Chesnais considerava que a competição oligopólica só poderia ser compreendida tendo como

---

<sup>61</sup> No original, "Thus the network firm does not represent a radical break with hierarchies (Coase, 1937; Williamson, 1975), but essentially a complementary way albeit an important one, of organizing and managing decentralized but nonetheless strongly hierarchically-controlled value chains. A proof of the very great strength hierarchies still have is, of course, the scale and growth of FDI (UNCTC, 1991) and the role played by MNEs" (tradução técnica de Rafael Zincone).

ponto de partida a evolução histórica do sistema econômico social de que tais empresas originalmente partiam. Assim, desde o começo da segunda metade dos anos 80, François Chesnais vinha procurando desenvolver a categoria de *competitividade sistêmica*<sup>62</sup> (CHESNAIS, 1990e; COUTINHO, 2014; COUTINHO, LAPLANE E SILVA, 2014). Embora as soluções estratégias das multinacionais fossem obviamente relevantes, elas estariam condicionadas (quanto às suas escolhas e suas respectivas possibilidades de sucesso) ao sistema econômico-social de que faziam parte.

Cada sistema econômico-social é marcado por uma história própria, responsável pela disponibilidade, em cada período, de um arranjo de capacitações tecnológicas e institucionais próprias, fortemente específicas e díspares umas em relação às outras. É a partir do conjunto de possibilidades abertas e fechadas desses sistemas que uma determinada estrutura de capital opera suas soluções estratégicas. Não apenas o “nível” da acumulação tecnológica dos diferentes sistemas impõe possibilidades, mas a dimensão qualitativa das diferentes capacitações, instituições e trajetórias tecnológicas em curso nos diferentes sistemas imporia condições à exploração e sucesso das soluções organizacionais de cada capital frente aos seus próprios desafios de valorização. A competição entre multinacionais de diferentes países não poderia ser entendida, portanto, sem compreendê-la como parte das relações entre diferentes sistemas, estados e nações.

## ii. Competitividade sistêmica, sistemas nacionais de inovação e difusão tecnológica

É bem certo que toda a abordagem que se propõe “sistêmica” enfrenta o desafio de explicitar a importância relativa de cada objeto em relação ao fenômeno empírico que pretende explicar. De partida há, aí, ao menos dois desafios inescapáveis. Um, relativo à própria natureza do fenômeno em discussão, e outro, relativo aos elementos (“fatores”) que se constituem como seus principais determinantes. A “competitividade sistêmica” de cada estado-nação procurava designar um conjunto de relações institucionais, econômicas e sociais para explicar um fenômeno central da era da mundialização do capital: a competição oligopólica. Como será visto com mais detalhes

---

<sup>62</sup> O primeiro grande estudo do autor sobre a categoria é de 1986, mas, por indicação do próprio autor, utilizamos como referência central sua versão mais acabada, de 1990 (CHESNAIS, 1990e). Veremos, mais à frente, que a categoria está na origem do conceito “Sistemas Nacionais de Inovação” (LUNDVALL, JUROWETZKI E LEMA, 2014; SHARIF, 2005).

ao longo desta subseção, a “competitividade sistêmica” de cada estado-nação corresponde à expressão dos “Sistemas Nacionais de Inovação” (SNI) nas possibilidades de seus respectivos (grandes) capitais de fazer frente à competição oligopólica na economia mundial.

Para o autor, em seu intento de propor uma análise que integrasse “investimento estrangeiro direto, comércio internacional, tecnologia e competitividade” (CHESNAIS, 1992c), o desenvolvimento da categoria analítica mostrava-se central. A “competitividade sistêmica” seria determinante dos diferentes padrões de investimento estrangeiro direto que vinham, por sua vez, alterando substantivamente os diferentes parâmetros de comércio (notadamente especializações e direções entre localidades geográficas) (*ibidem*, p. 2). Naquele momento, as teorias do comércio internacional “neo-fatorialistas”, que liam D.Ricardo através das lentes neoclássicas e procuravam “atualizar” suas contribuições, estavam utilizando indicadores de P&D como *proxy* do “capital humano”, que estaria positivamente relacionado com o comércio internacional. Partindo desta ideia, propunham a desregulamentação dos mercados de trabalho aos países com baixo P&D, de forma a estabelecer uma divisão internacional do trabalho que supostamente maximizasse “estaticamente” os benefícios do comércio internacional para os países “em desenvolvimento”. No novo campo institucionalista, como anteriormente comentado, a tentativa passava por explicar a competição global a partir da teoria da firma. Chesnais negava ambas as correntes, procurando explicar tanto os padrões de comércio quanto de IED a partir da construção histórica, especialmente referenciada, disto que chamou de “competitividade sistêmica” e suas relações com as soluções estratégicas das multinacionais e dos estados.

A categoria de “competitividade sistêmica” enfrentava, ainda, um terceiro desafio: ser parte do combate consistente à sustentação ideológica da expansão militarista francesa. O trabalho mais completo sobre a categoria foi publicado no livro, organizado por Chesnais, chamado de *Competitividade Internacional e Gastos Militares* (CHESNAIS, 1990b), no capítulo “Competitividade tecnológica como competitividade sistêmica” (*ibidem*, 1990e)<sup>63</sup>. À época, os gastos militares estadunidenses passavam por um aumento substancial, sob a orientação política de Reagan na última década da Guerra Fria, o que era acompanhado, ainda que em menor grau, por diversos países

---

<sup>63</sup> No original, “Compétitivité internationale et dépenses militaires” e, “La compétitivité technologique en tant que compétitivité structurelle” (tradução livre)

produtores de armamento, como a França. Ao mesmo tempo, começava a empreitada neoliberal contra os gastos do estado de bem-estar social europeu.

Entretanto, contrariando os argumentos que previam *spin-offs* para uso civil e melhoria da competitividade estimulada pelo investimento militar, a balança comercial dos EUA (e da França) ficava deficitária. Ao mesmo tempo, países como Japão e Alemanha, com produção e gastos militares fortemente restringidos a partir dos desenlaces da II Guerra Mundial, vinham observando o crescimento consistente de seus saldos na balança comercial. Em que pesassem os maciços gastos e investimentos militares em P&D, assim como a força do complexo industrial-militar-acadêmico, não havia evidências empíricas que fizesse a ligação direta destas características da evolução histórica dos EUA com os dados da balança comercial (*ibidem*, p. 131).

Assim, sustentava o autor (*ibidem*, 1990d, p. XVI, e, p. 131–132), o montante de gastos em programas para desenvolvimento tecnológico-militar não poderia legitimar-se pelo seus benefícios indiretos à sociedade civil, nem se restringir a seus efeitos sobre os setores de “alta tecnologia”. Deveria, portanto, ser submetido à revisão, visto que benefícios mais imediatos poderiam ser alcançados através de programas voltados diretamente ao uso civil, à transformação social (*ibidem*, 1985, 1990d, p. XV) e tendo como apoio os mecanismos de difusão inter-setorial de tecnologias e um ramo maior de indústrias menos P&D intensivas (*ibidem*, 1988b, p. 131–132).

Tendo em vista esse triplo desafio, François Chesnais vinha sustentando a ideia de que a evolução dos padrões comerciais estava se sendo determinado pela evolução dos padrões de investimento estrangeiro direto. Neste sentido, ambos seriam parte do mesmo fenômeno: os encadeamentos (*linkages*) industriais e tecnológicos (para frente e para trás) se construía como decorrência da decisão de localidades do investimento das empresas multinacionais. Era preciso, assim, mostrar que o IED estava ligado às soluções estratégicas das multinacionais dos países do centro do capitalismo em relação ao contexto espacial, social e histórico em que respectivamente se encontravam.

Chesnais trabalhava com a ideia de que não se tratava de uma competição entre multinacionais isoladas dos estados. Para ele, todas as multinacionais cresceram num *espaço nacional particular* e se projetaram internacionalmente valendo-se de suas ligações com o *aparato estatal* e da qualidade das *interdependências inter-industriais* de que eram originalmente parte (CHESNAIS, 1990e, p. 134 e 141-143). As condições à escolha e sucesso da competição das multinacionais frente às relativas a outros países

eram, portanto, fortemente condicionadas pelas características do estado-nação de que faziam parte (*ibidem*, p. 134).

A princípio, diversos fatores poderiam ser elencados como relevantes à evolução e projeção das multinacionais: poder político dos respectivos estados, poder financeiro, capacidade de projeção cultural, arranjo institucional, acesso a mercados, desenvolvimento das infraestruturas, entre outros. O desafio de pesquisa e da categoria de competitividade sistêmica estava exatamente em demonstrar qual o papel e qual a importância relativa que cada elemento do sistema desempenha, em cada momento histórico, para explicar o fenômeno da competição entre oligopólios.

Antes de ficar claro, na década de 90, os rumos dados ao sistema financeiro internacional pós-Bretton Woods e o papel relativamente autônomo desempenhado pelas finanças nesse processo, Chesnais, ao longo de sua pesquisa no âmbito da OCDE, atribui centralidade aos determinantes sistêmicos da criação, difusão, apropriação e acumulação tecnológica de longo prazo (*ibidem*, 1990a/b/c/d/e). Isso não significa dizer, a princípio, que outros fatores não tivessem alguma importância (ainda que pudesse ser o caso). No caso das condições salariais, das condições de demanda, do financiamento e dos poderes de estado, atributos de grande relevância e impossíveis de serem negligenciados, para Chesnais, no que toca à competitividade sistêmica, eles foram estudados em relação à sua influência sobre a acumulação tecnológica (que influi conjuntamente na competição via qualidade e via preço) com a qual se defrontam as multinacionais no quadro da economia mundial.

Chesnais, neste momento, estava lendo e/ou trabalhando com pesquisadores que viriam a ser figuras conhecidas da agenda de pesquisa dita “neo-schumpeteriana” (como G.Dosi e N.Rosenberg), notadamente da vertente de “Sistemas Nacionais de Inovação” (como B.A.Lundvall e C.Freeman). As pesquisas do autor fizeram parte da gênese da linha de pesquisa em “Sistemas Nacionais de Inovação” (SHARIF, 2005), categoria que, em diversos momentos, acabou incorporando e se confundindo a de “competitividade sistêmica”. A pesquisa tinha alguns importantes pressupostos sobre a própria natureza da tecnologia e da inovação.

Com estes, Chesnais (1990e, p. 148–149) partilhava da ideia de que o conhecimento está enraizado na própria rede de interações e aprendizados, formais e informais, conscientes e inconscientes que conformaram historicamente os estados nacionais, seus diferentes tipos de instituições e suas aberturas externas. Partes centrais

dos conhecimentos e capacitações necessárias à construção tecnológica se assentariam tanto dentro de uma localidade geográfica quanto em uma rede de instituições e interações sociais historicamente criadas. Isso equivalia a dizer que capacitações necessárias à aplicação tecnológica industrial, que jamais foram estritamente um conhecimento *científico*, sempre estiveram *parcialmente desenraizadas* nas organizações produtivas e em máquinas e equipamentos (DOSI, 1982, p. 151–152)<sup>64</sup>.

Sobre a mudança tecnológica e a inovação, uma importante e conhecida contribuição tinha sido feita alguns anos antes por Dosi (1982). O autor era bem próximo da tradição evolucionária da agenda de pesquisa neo-schumpeteriana (NELSON E WINTER, 1977 e 1982) e introduziu os conceitos de “paradigmas tecnológicos” e “trajetórias tecnológicas” tanto para romper com a suposição de neutralidade do progresso técnico da tradição utilitarista quanto para “superar” a noção de inovação de Schumpeter (1942). O autor italiano coloca que as tecnologias não evoluiriam estritamente transformando a combinação de fatores de produção, nem suas características emergentes seriam passíveis de ser analisadas em termos de “funções utilidade”.

Para Dosi, as tecnologias evoluem em relação a critérios técnicos que muitas vezes não se expressam em termos de transformação na combinação de fatores. Diferentes tecnologias em um sistema econômico social fariam evoluir critérios técnicos de natureza distinta e haveria mecanismos de seleção econômico-sociais (de diferentes naturezas, incluindo aspectos qualitativos da demanda e da oferta) que, ao selecionar certas tecnologias (heurística positiva), negaria, ao mesmo tempo, o desenvolvimento de outras (heurística negativa). A seleção, ao longo do tempo, teria, inerentemente, uma dimensão cumulativa, definindo uma “trajetória tecnológica” historicamente construída. Os “paradigmas tecnológicos”, que emergiriam, parcialmente, das ciências naturais, definiriam um conjunto de possibilidades técnicas e padrão de resolução de problemas sobre os quais diferentes “trajetórias tecnológicas” poderiam emergir. Assim, as noções de “paradigmas e trajetórias tecnológicas” são também uma “superação” das noções

---

<sup>64</sup> Dosi traz uma “definição” de tecnologia assumidamente impressionista: “a set of pieces of knowledge, both directly 'practical' (related to concrete problems and devices) and 'theoretical' (but practically applicable although not necessarily already applied), know-how, methods, procedures experience of successes and failures and also, of course, physical devices and equipment” (DOSI, 1982, p. 151–152). “Um conjunto de conhecimentos, tanto diretamente ‘práticos’ (relacionados com problemas e dispositivos concretos) como ‘teóricos’ (mas praticamente aplicáveis, embora não necessariamente já aplicados), conhecimentos, métodos, procedimentos, experiência de sucessos e fracassos e, naturalmente, dispositivos físicos e equipamentos” (tradução técnica de Rafael Zincone).

schumpeterianas de “inovação radical” (“paradigmas tecnológicos”) e “inovação incremental” (“trajetórias tecnológicas”): produtos e métodos novos introduzidos no sistema econômico passam a ser compreendidos como subprodutos das trajetórias tecnológicas e de suas agendas de pesquisa relacionadas, não mais como a própria “inovação”.

Chesnais leu a contribuição de Dosi com atenção, passando a se valer de algumas de suas categorias propostas mais relevantes (como “trajetórias tecnológicas”). Entretanto, essa leitura tem como ponto de partida seu artigo de 1975 a respeito da “análise marxista sobre a seleção das inovações” (CHESNAIS, 1975), que já pudemos comentar em seções precedentes. O grande risco a que se sujeita a crítica de Dosi quanto à suposição de neutralidade do progresso técnico das teorias econômicas é que o autor apresenta a crítica à neutralidade como mera “independência” em relação à economia e sociedade. Chesnais refere-se à progressão dos troncos centrais das “trajetórias tecnológicas” tendo como condicionamento primeiro sua relação com as imposições seletivas advindas dos projetos de acumulação de frações de capital com forte presença no alto estado dos principais países capitalistas, assim como sua relação com a dominação social do conflito inter-estatal e, até, do policiamento interno ao estado-nação.

Nesta fase, entretanto, Chesnais (1990e) sugere que certos mecanismos de difusão tecnológica, que materializam a seleção mais “fina” dos troncos centrais das trajetórias tecnológicas, são, para a análise de determinadas problemáticas, tão ou mais importantes que a progressão dos “troncos centrais” das trajetórias tecnológicas. Como veremos mais a frente, para Chesnais, os próprios mecanismos de difusão e transferência tecnológica devem ser analisados em relação aos poderes de barganha relativos dos atores envolvidos na relação, bem como seus interesses, projetos políticos e a posição que determinada tecnologia sob seus respectivos controles desempenham em relação à tecnologia central de um determinado sistema tecnológico. Não há definição de “progresso” possível que se defina em relação estritamente a um “paradigma tecnológico” (como propõe Dosi), sem que se coloquem em questão, também, a posição de poder, a inscrição social e o projeto político dos grupos de interesse sob os quais se difundem as trajetórias tecnológicas e seus critérios técnicos relacionados (CHESNAIS, 1975, 1983 e 1992b).

A categoria de “Sistemas Nacionais de Inovação”, embora tendo passado a ser utilizada de diversas maneiras (LUNDVALL, 2007a), construiu-se de forma a se demonstrar o enraizamento local, institucional, organizacional e culturalmente específico da acumulação tecnológica (FREEMAN, 1995; LUNDVALL, 1992). Durante a década de 80 e 90, quando ideólogos do neoliberalismo propunham a abertura política e econômica e enunciavam a existência de uma tecnologia globalizada a ser acessada pelos países mais pobres, era importante afirmar que a criação e difusão da tecnologia e dos ativos intangíveis eram localmente específicos, dificilmente transferíveis (LASTRES *ET AL.*, 1999). Diferentemente do que supunham os modelos neoclássicos, a tecnologia e seus insumos fundamentais não tinham as características de uma mercadoria, e sua “troca” não era operada segundo os princípios do modelo neoclássico.

Em geral, pesquisadores neo-schumpeterianos ressaltam que os ativos intangíveis ligados à tecnologia possuem características como “especificidade”, “forte incerteza quanto ao retorno”, “iliquidez” e “cumulatividade”, que imporiam dificuldades particulares à acumulação e às “trocas” & “transferências” tecnológicas. Chesnais, trabalhando próximo a pesquisadores desta agenda de pesquisa, no curso do desenvolvimento da categoria de “competitividade sistêmica”, procurava empreender estudos precisamente sobre a transferência tecnológica e a difusão de conhecimentos, tanto em nível “global” quanto em nível “nacional” e “regional”, o que aproximava ambas as categorias (CHESNAIS, 1990e, 1992a/b/c).

Dentro da história de cada estado-nação, cada sistema econômico-social construiu uma série de capacitações distintas e específicas. Nos EUA, por exemplo, o conhecimento científico ligado às tecnologias nucleares, militares e de saúde, grandemente influenciado pela competição inter-estatal do século XX, teve grande desenvolvimento (CASSIOLATO *ET AL.*, 2013; MEDEIROS, 2004). Já na Alemanha, desenvolveram-se capacitações científicas distintas muito fortes, como por exemplo, as ligadas à química e à produção de medicamentos (CASSIOLATO *ET AL.*, 2013). Entretanto, grande parte do saber científico esteve enraizada em *redes* de pesquisadores internas às universidades e centros de pesquisa, com utilização e difusão industrial (inovação) por vezes restrita à utilização por parte de organizações públicas e produtores industriais correlacionados. Por exemplo, no caso das tecnologias nucleares,

apenas no fim dos anos 60, difundiu-se seu uso para aplicação civil (energia elétrica nuclear) (*ibidem*).

O conhecimento *científico puro* na era fordista, ainda que certamente fosse necessário a diversas aplicações industriais e à competição em segmentos específicos, não era o fator tecnológico central da competição oligopólica. A grande empresa desenvolvia-se combinando conhecimentos de engenharia (que faziam uso de conhecimentos incorporados na máquina) com o uso de trabalho de baixa qualificação (CHESNAIS, 1990a, p. 394–395), aprofundando a níveis sem precedentes a divisão do trabalho e a utilização da maquinaria. Na nova fase do capitalismo, uma vez que por razões históricas, políticas e institucionais, as multinacionais possuem maiores ligações com o *aparato estatal* e com as características gerais do espaço nacional de que são originalmente parte, sua capacidade competitiva passa a se confundir com a acumulação e as possibilidades *científicas* que seus respectivos estados-nação desenvolveram.

Pesando as diferenças nos padrões de competição da “era fordista”, grandemente influenciada pelos retornos de escala da produção em massa (*ibidem*), Chesnais não negava a importância do estudo sobre interdependências industriais pelo sistema de preços, que poderiam ser parcialmente passíveis de serem apreendidas por matrizes insumo-produto. O autor, entretanto, apropriava-se da pesquisa neo-schumpeteriana em relação à contribuição que poderia trazer sobre as interdependências tecnológicas entre diferentes indústrias e regiões. Não se tratava, assim, de colocar como supostamente antagônica uma concorrência em preço com outra, ligada à qualidade (supostamente associada à inovação): a categoria de “competitividade sistêmica” expressaria como as diferentes características históricas e institucionais do “Sistema Nacional de Inovação” influem na possibilidade das multinacionais ali originalmente assentadas de fazerem frente à competição oligopólica mundial na era da mundialização do capital – mas isso, considerava o autor, influenciava tanto na competição via preço quanto na competição à margem dos sistemas de preços.

No que pesem as comentadas proximidades de Chesnais com autores desta linha de pesquisa, suas diferenças de abordagens, mesmo no que toca mais proximamente à acumulação tecnológica, eram igualmente relevantes. As interdependências tecnológicas eram estudadas, por parte de diversos autores da agenda em SNI, quanto aos mecanismos sociais e institucionais, historicamente criados, de criação e difusão de inovações. Entretanto, a maior parte da pesquisa neo-schumpeteriana de então ignorava

a dimensão do poder organizacional para compreender a direção e difusão tecnológica entre organizações produtivas (FREEMAN, 1994).

Chesnais, diferentemente, considerava que os ativos intangíveis constituintes da tecnologia eram objeto sobre o qual, conscientemente, as organizações produtivas procuravam reter controle e acumular. Os ativos intangíveis eram parte central da acumulação de valor e da competição oligopólica e não haveria razão, no quadro do capitalismo vigente, em supor que as organizações empresariais (capital) não buscassem ativamente mecanismos organizacionais, institucionais e políticos para coibir a apropriação e uso dos ativos intangíveis interiorizados para organizações fora de sua estrutura organizacional:

Para as empresas que o possuem, este ativo é o resultado de investimentos dispendiosos e processos complexos de assimilação de empresas específicas. Representa uma importante vantagem de propriedade específica que a empresa normalmente procura apropriar (ou reter para si) enquanto puder. É por isso que as empresas têm inevitavelmente sempre tendido a fixar limites à sua transferência de tecnologia, a desenvolver políticas complexas em relação a esta transferência e a analisar atentamente as condições em que ocorrem<sup>65</sup> (CHESNAIS, 1992b, p. 271).

Seriam parcialmente bem sucedidos neste empreendimento, a depender, em alto nível de abstração, dos respectivos “*poderes de barganha*” dos entes envolvidos nessa relação (*ibidem*). Assim, a difusão tecnológica tem, não apenas uma “trajetória”, mas uma direção e uma apropriação, também “proprietária”. Os determinantes desses *poderes de barganha* são historicamente referenciados, sofrendo, além dos poderes econômicos e políticos “tradicional” da economia política (historicamente construídos), influência das características da tecnologia em questão. A categoria “regimes de apropriação” é utilizada para apreender as diferentes características que os paradigmas tecnológicos (e suas instituições relacionadas) impõem a esses poderes de barganha, à distribuição do “valor” dos ativos intangíveis e à transferência tecnológica<sup>66</sup>.

---

<sup>65</sup> No original, “For firms which own it [os ativos intangíveis necessários à produção], this asset is the outcome of costly investment and complex firm-specific assimilation processes. It represents an important specific ownership advantage which the firm normally seeks to appropriate (e.g. keep for itself) as long as it can. This is why firms have inevitably always tended to fix limits on their transfer of technology, to develop complex policies regarding this transfer and to examine closely the conditions which it takes place” (tradução técnica de Rafael Zincone).

<sup>66</sup> Ver o capítulo 1 do TEP (OCDE, 1992).

Também é por essa razão que categorias neo-schumpeterianas importantes e de razoável aceitação como “capacidade de absorção” não têm em Chesnais, como têm em boa parte da pesquisa (neo-)schumpeteriana, um entendimento neutro. Na pesquisa (neo-)schumpeteriana, a categoria “capacidade de absorção” era utilizada para fazer referência a um importante fato: que a dominação de conhecimentos por parte de um determinado agente social possui uma “cumulatividade”, isto é, que o domínio de um conhecimento *novo* depende do acúmulo *prévio* de conhecimentos próximos e correlatos. A difusão tecnológica entre diferentes atores econômico-sociais dependeria do nível e da orientação da acumulação tecnológica prévia, necessários à decodificação, tradução, adaptação e até, porventura, à pesquisa própria erigida a partir da nova tecnologia. Entretanto, muitos autores utilizavam (e ainda utilizam) a categoria como se esse fosse o único condicionante (ou o condicionante central) à transferência tecnológica, chegando a referenciar-se como “*slow learners*” países com SNI que não absorvem tecnologias externas. Chesnais não negava o caráter cumulativo do conhecimento e a sua importância teórico-analítica, mas, alternativamente, usava a categoria sendo subsidiária, primeiramente, ao interesse organizacional-empresarial em operar ativamente a transferência tecnológica. Não havia espaço, assim, para um entendimento “neutro” da “capacidade de absorção”, que deveria ser situada de forma subsidiária aos determinantes dos poderes de barganha ligados à difusão e transferência tecnológica.

Dessa forma, as condições ligadas à *transferência* tecnológica também se alteram a depender das condições históricas e dos paradigmas tecnológicos relacionados (CHESNAIS, 1990a/c, 1992b). A partir dos anos 70, em relação à época precedente do capitalismo, haveria uma grande transformação sobre a forma como a tecnologia impactaria na competição oligopólica (*ibidem*, 1990c, p. 466–467)<sup>67</sup>.

Primeiramente, diferentemente das épocas anteriores, o conhecimento *científico* estaria ocupando um espaço de centralidade na construção de tecnologias importantes à competição oligopólica. A “pesquisa fundamental orientada” e a “ciência pura” serviriam cada vez mais de insumos à tecnologia de uso industrial. Em segundo lugar, as tecnologias industriais fariam uso de uma gama diversa de saberes científicos, oriundos de disciplinas, a princípio, separadas. Em terceiro lugar, as novas tecnologias

---

<sup>67</sup> O tema tem uma clara ligação com sua interpretação acerca da problemática das “ondas longas” no capitalismo. Entretanto, em fins dos anos 80, o debate em termos de “ondas longas” já não atraía o mesmo interesse que no início da década.

possuiriam “caráter sistêmico”, isto é, formavam um “sistema tecnológico” com padrões técnicos que condicionavam tecnicamente o uso e difusão de tecnologias próximas. Quando se constituem como parte de um mesmo sistema tecnológico, diferentes mercadorias tecnologicamente intensivas tenderiam a ser usadas ou descartadas de maneira conjunta. Teriam, também, o potencial técnico de penetração em amplas camadas do tecido industrial. Em quarto lugar, os custos de pesquisa e desenvolvimento teriam aumentado substancialmente. Em quinto lugar, dadas as características anteriores, haveria tido um deslocamento do “ponto de localização inicial e dos pontos nodais da difusão tecnológica” (*ibidem*), no interior das indústrias manufatureiras e de serviços<sup>68 69</sup>.

Independente de seus efeitos sobre o nível de crescimento econômico e de emprego (*ibidem*), tais mudanças implicariam grandes condicionamentos às novas estratégias empresariais, tais como: (i) transformação da composição dos recursos especializados complementares à inovação e à apropriação de valor (peso crescente dos *ativos intangíveis* sob a estrutura de capital da empresa); (ii) Sob pena de desvalorização dos ativos intangíveis internalizados das empresas e frente a uma rápida transformação tecnológica: as estratégias tecnológicas das empresas passam a pressionar pela “antecipação da direção das trajetórias tecnológicas ainda indeterminadas” e a formular estratégias de aquisição (internalização) de recursos técnico-científico (CHESNAIS, 1990c, p. 467); (iii) mudanças nas condições de apropriação e proteção tecnológica, implicando também, na mudança da natureza das barreiras à entrada nas diferentes indústrias (com peso crescente para o acesso a recursos de natureza técnico-científico). As formas pelas quais se dá a “transferência tecnológica” sofrem mudanças radicalmente distintas (*ibidem*, 1990a/d); e (iv) mudanças organizacionais capazes de se adequar aos novos paradigmas tecnológicos (*ibidem*). Além disso, quando o conhecimento científico, de altíssimo custo de construção, passa a ocupar posição central na competição industrial, é sobre as redes de pesquisa formais, notadamente em laboratórios de pesquisa e universidades (públicas e privadas), que o capital produtivo procurará incorporar, sob sua organização e agenda, aos menores custos (próprios) possíveis.

---

<sup>68</sup> François Chesnais (1990e) refere-se, aqui, ao caráter central dentro do sistema tecnológico que considera ter os bens ofertados pelo setor produtor de bens de equipamento. Seriam, assim, centrais à acumulação tecnológica.

<sup>69</sup> Importante notar que todas essas características estão também mencionadas em *A Mundialização do Capital* (CHESNAIS, 1996a, p. 142–144).

Conforme posto anteriormente, o caráter sistêmico que ganham as novas características da tecnologia colocariam o setor produtor de bens de equipamento numa posição central à difusão tecnológica (*ibidem*, 1990e). Chesnais argumentou que este setor possui, em geral, uma particularmente densa cadeia de relações com fornecedores e usuários, conformando padrões tecnológicos específicos que passam a constituir referência para o restante das indústrias e setores. Na disputa entre diferentes trajetórias tecnológicas e, portanto, na competição pela valorização dos ativos intangíveis (específicos e ilíquidos) de firmas concorrentes, a imposição de padrões técnicos de um sistema tecnológico específico, para frente e para trás na cadeia de produção, torna-se um diferencial competitivo central. O domínio do setor produtor de bens de produção seria, em função do domínio sobre os padrões técnicos da produção, uso e distribuição, fator central no controle da difusão e transferência tecnológica (destarte sua progressiva perda relativa de espaço no valor agregado do capitalismo em fins de século XX).

Este último ponto, considerava Chesnais (*ibidem*), era importante para contestar o crescimento e os padrões dos gastos militares franceses. Além da constatação de que gastos militares possuiriam exigências técnicas fortemente específicas, selecionando tecnologias associadas de difícil *spin-off* civil direto (*ibidem*, 1975, 1990e), elas não conformavam acumulação tecnológica no setor produtor de bens de produção (*ibidem*, 1990e). Alternativamente, fariam uso dos padrões técnicos e geravam demanda intra-industrial (na forma de importação) para as indústrias produtoras de bens de produção, que, em geral, estavam fora do SNI francês<sup>70</sup>.

Na pesquisa de François Chesnais, as discussões sobre transferência tecnológica foram particularmente relevantes para a compreensão das condições relativas à internacionalização da tecnologia. Frente aos desafios competitivos e os condicionamentos tecnológicos do capitalismo de então, as multinacionais estadunidenses, alemãs e japonesas recorreram ostensivamente à estratégia de *global sourcing* (*ibidem*, 1992b). Isto é, assentados no potencial competitivo-tecnológico de

---

<sup>70</sup> Segundo Sauviat, o livro, organizado por Chesnais, teve repercussão no *establishment* de defesa francês: “It caused a bit of stir in the French establishment. François was invited to be member of a working party on this question at the Commissariat Général du Plan and there was a conference where Marcel Dassault (the head of the biggest firm in the French Defense industry) felt obliged to reply in person to some of the arguments” (SAUVIAT, 2014, p. 32). “Isso causou um pouco de agitação no *establishment* francês. François foi convidado a ser membro de um grupo de trabalho sobre esta questão no “Commissariat Général du Plan” e houve uma conferência em que Marcel Dassault (o chefe da maior empresa da indústria da Defesa francesa) sentiu-se obrigado a responder pessoalmente a alguns dos argumentos” (tradução técnica de Rafael Zincone).

seus próprios estados-nação, passaram a recorrer a outros SNI para incorporar os conhecimentos científicos e demais ativos intangíveis & complementares não acessíveis nos seus países de origem.

Já foi comentado anteriormente que as organizações empresariais passam, a partir dos anos 70, a se organizar na forma de empresas-rede, que, no que toca às estratégias tecnológicas e beneficiadas pelas TICs, é capaz de centralizar e hierarquizar uma agenda de pesquisa científica e tecnológica em nível global. No interior da discussão sobre inovação na OCDE, em que pesquisadores neo-schumpeterianos, institucionalistas e neoclássicos acreditavam que a abertura externa e/ou a criação de capacitações tecnocientíficas atrativas às multinacionais levariam automaticamente à convergência tecnológica entre nações, era importante reafirmar as razões pelas quais as multinacionais instalavam laboratórios e parques produtivos fora de seus países de origem (*ibidem*, p. 293–295).

As multinacionais estariam conscientemente tentando *absorver para si* as capacitações e demais ativos intangíveis disponíveis nos diferentes SNI (*ibidem*, p. 271). Seus ativos ligados à tecnologia eram de enorme importância para eles e não haveria razão para acreditar que não buscariam ativamente prevenir que a difusão tecnológica se desse na direção *do* interior de sua esfera organizacional *para* os demais SNI. A intensidade e as direções nas quais o conhecimento e a tecnologia fluem entre as empresas multinacionais e os SNI em um determinado período seriam grandemente marcadas por um conflito de interesses, explícitos ou não, mediados pelos poderes de barganha relativos dos diferentes entes do SNI e das empresas multinacionais.

Assim, apesar da prévia acumulação de conhecimento ser componente relevante para a própria possibilidade de um determinado SNI de absorver conhecimento das empresas multinacionais, a difusão tecnológica não poderia ser compreendida à parte das relações de poder, projetos políticos e interesses relativos aos estados, governos, empresas multinacionais e demais entes da sociedade. Contrariando acepções ainda correntes na literatura schumpeteriana e institucionalista, não havia espaço para um entendimento neutro das “capacidades de absorção”.

Voltaremos, na próxima seção, à materialização concreta das estratégias de *global sourcing* e sua influência na construção da aliança intra-triádica e do oligopólio mundial. Entretanto, cumpre-nos, a este ponto, sublinhar que os desenvolvimentos feitos até aqui cumpriam satisfatoriamente com seus objetivos políticos e teóricos no

quadro das discussões de Chesnais frente aos diferentes teóricos da globalização em voga na OCDE. Com o então recente desmantelamento do Grupo Just no seio do movimento trotskista francês e ativamente envolvido como “dínamo intelectual” (LUNDVALL, 2007b, p. 13) nas pesquisas do *Technology/Economy Programme* (TEP - OCDE), restava ao autor, como prática política, o debate e a recomendação de políticas públicas<sup>71</sup>.

Colocava que, frente ao que chamaram de “globalização” e às novas mudanças da relação entre indústria e tecnologia, os governos e estados efetivamente deveriam passar por uma transformação - o que, em hipótese alguma poderia ser confundido com uma “diminuição do estado” (CHESNAIS, 1990a, p. 407–409). Reclamava por políticas de CTI que não submetessem a mudança tecnológica nem às necessidades de acumulação do capital e de frações de capital influentes nos altos estados, nem à dominação interna ou inter-estatal dos estados. Mas, diretamente, à transformação social (*ibidem*, 1985, p. 7–14) - o que incluiria tanto a dimensão da *forma* que assume o valor quanto sua distribuição entre classes e nações. Colocava que as políticas do lado da demanda tinham um lugar essencial na seleção de trajetórias tecnológicas socialmente emancipadoras (*ibidem*, p. 15–22): contestou os critérios militares das políticas de compras na França (*ibidem*, 1985, 1990d) e procurou investigar e divulgar os efeitos da melhor distribuição de renda sobre a difusão tecnológica (*ibidem*, 1985, p. 7–22; 1990a, p. 410–411).

Aos países da periferia que empreenderam “políticas de substituição de importação”, lembrava que as condições de difusão e transferência tecnológica mudaram a ponto de torná-las obsoletas (*ibidem*). Além das mudanças gerais do capitalismo, a menor incorporação da tecnologia em máquinas e equipamentos (em favor das redes de pesquisas científicas), as novas formas de organização da multinacional e a imposição de novas barreiras de entrada ligadas ao conhecimento impunham condições distintas sobre as quais se distribuem e operam os poderes de barganha entre os entes do SNI e as multinacionais (*ibidem*, p. 412–413; 1992b). Propôs, assim, paradigmas de organização estatal e de políticas públicas à margem dos grandes poderes constituídos (*ibidem*, 1992b, p. 295)<sup>72</sup>.

<sup>71</sup> Uma interessante síntese das condições, limites e possibilidades que Chesnais enfrentava na OCDE está na seção “O lugar de onde falo” (*Le lieu d’où je parle*), em sua *Tese de 1985* (CHESNAIS, 1985).

<sup>72</sup> Ver, por exemplo: “a única forma de garantir a coesão e a interatividade dos sistemas de produção e de inovação é desenvolver as instituições nacionais e as pequenas empresas nacionais. As EMN podem ser incorporadas na política na medida em que o ambiente nacional tenha por característica uma forte coesão.

Dentro dos próprios relatórios da OCDE e durante o desmantelamento da União Soviética, Chesnais empreendia pesquisa contrária às interpretações neoclássicas e à ideologia neoliberal, conclamando pelo ativismo governamental e estatal – em favor da defesa ativa do emprego, dos salários e de agendas de CTI para a emancipação social. A publicação do relatório do TEP mostrou-se a última batalha do autor nessa arena. A ele, foi oferecida uma aposentadoria precoce. Segundo Sauviat (2014, p. 32), “O chefe do gabinete do secretário-geral lhe disse que a entrada dos antigos países comunistas na OCDE exigia que lhes fosse contada uma única história e que os argumentos dissidentes fossem retirados da agenda”<sup>73</sup>.

#### **1.2.2.4. 1992-1996: A construção da síntese A Mundialização do Capital - preâmbulo**

Pode-se dizer que o livro *A Mundialização do Capital*, organizado e escrito quando o autor já dava aulas na universidade Paris XIII, é a primeira grande síntese da obra de François Chesnais. Após anos de pesquisa no âmbito da OCDE, o autor vê-se, finalmente, livre das principais restrições que o trabalho na organização lhe submete e que ele, quando pôde, não deixou de registrar (CHESNAIS, 1985). Trata-se, assim, da primeira vez em que o autor encontra-se em condições de oferecer uma interpretação de conjunto da economia mundial, ao mesmo tempo em que reflete claramente nestas suas três grandes influências do pensamento econômico: o marxismo, o keynesianismo e o (neo)schumpeterianismo.

---

As EMN não devem ter um papel fundamental; em alguns casos, pode não ser preferível chamá-las. Nesta abordagem, o reforço das principais externalidades está orientado para o apoio das instituições nacionais relacionadas com a inovação e pequenas empresas. Este fortalecimento deve ser também apoiado por um forte sistema financeiro orientado pelo governo e que forneça o capital necessário e pelas políticas bancárias que proporcionam às empresas inovadoras proteção contra aquisições destrutivas e *take-overs*. Dado que a competitividade depende da capacidade das empresas de realizarem os seus próprios investimentos tecnológicos (em relação, mas também em parte, independentemente do investimento público em P&D), o grau de proteção que este investimento recebe contra as aquisições pode tornar-se de vital importância. Em particular, quando a globalização é levada a cabo por considerações financeiras, a componente incorporada às empresas do SNI, que é talvez a mais decisiva para a existência e eficácia dos sistemas nacionais, também pode ser a que é a mais vulnerável. Nas economias capitalistas, existe uma estreita inter-relação entre o processo global de competição, investimento e rentabilidade e os componentes embutidos pela empresa do SNI. É por isso que as instituições financeiras nacionais, e não apenas os governos, mas também as autoridades regionais e, mais importante ainda, o sistema bancário nacional, têm de desempenhar o papel de "guardião" da propriedade dos activos de produção relacionados com a inovação, Alemanha (...)"(CHESNAIS, 1992b, p. 295) (tradução técnica de Rafael Zincone).

<sup>73</sup> No original, “the Secretary General’s chief of cabinet told him that the entry of the ex-communist countries into OECD required that they were told a single story and that dissenting arguments were no longer on the agenda” (tradução técnica de Rafael Zincone).

As referidas tradições alcançaram François Chesnais de maneiras distintas ao longo de sua trajetória política e intelectual, com diferentes trabalhos entre 1967 e 1992, expressando suas leituras isoladas ou combinadas da mesma. Há, mesmo, outras sínteses importantes destas combinações (o caso mais relevante é a sua *Tese de 1985*), mas que jamais abarcaram, ao mesmo tempo, uma interpretação de conjunto da economia mundial. A apreensão da obra *A Mundialização do Capital* ganha inteligibilidade se a compreendermos como um momento-síntese de uma longa trajetória de pesquisa.

Argumentamos, ao longo deste capítulo, que o apoio que François Chesnais retira do marxismo diz respeito à sua interpretação metodológica, à escolha de suas categorias analíticas fundamentais, na teoria do valor e da distribuição, da concepção de estado, na pesquisa sobre acumulação de capital, parte de seus estudos sobre progresso técnico e na prática política que apresenta. Chesnais se valerá de Schumpeter, diretamente, para situar o lugar da concorrência no seu esquema interpretativo geral (CHESNAIS, 1985, p. 28–30) e os determinantes das mudanças estruturais no quadro do capitalismo (*ibidem*, 1982). Apropriou-se, ainda, de parte da pesquisa neo-schumpeteriana em desenvolvimento a partir dos anos 80 na OCDE, em especial da vertente de Sistemas Nacionais de Inovação, para analisar difusão/transferência tecnológica, assim como certas dimensões da própria categoria “tecnologia”. Faria uso, ainda, da larga pesquisa material que circula na OCDE para mediar suas categorias básicas e permitir que a materialidade concreta do capitalismo se impusesse sobre sua interpretação analítica.

Da macroeconomia keynesiana, Chesnais retoma alguns pressupostos do princípio da demanda efetiva para situar os limites que a entrada numa nova “Onda Longa” tem à recuperação da atividade econômica. Entretanto, embora Chesnais tenha tocado no tema das finanças e da macroeconomia em alguns de seus trabalhos até o início da década de 90 (*ibidem*, 1984), este não se tornou mote de sua agenda de pesquisa. Seja no âmbito da OCDE, seja nos debates juntos aos movimentos trotskystas, tais temas não ocuparam o centro dos debates de que fez parte.

A situação mudaria com a saída da OCDE e com as mudanças pelas quais passava o capitalismo mundial nos anos 90. A edição brasileira do livro *A Mundialização do Capital* é, em si mesma, o estudo mais completo até então do autor sobre o tema das finanças. A versão francesa do livro, de 1994, tinha cerca de 40

páginas a menos, sobretudo relacionadas aos capítulos 10 e 11, que tratam da valorização do capital monetário e da financeirização (*ibidem*, 1996a, p.13). Por isso, escolhemos tratar detidamente do tema no capítulo 3, quando apresentarmos a estrutura teórico-argumentativa e as teses centrais da obra-síntese *A Mundialização do Capital* de forma comparada à pesquisa de Maria da Conceição Tavares sobre a hegemonia americana.

No capítulo 3, mostramos, também, que alguns dos entendimentos fundamentais sobre concorrência e competitividade, tal como estudados nesse capítulo, expressam-se também no campo das finanças. Ademais, o autor fará uso de uma apropriação do princípio da demanda efetiva, de corte keynesiano, para propor o que considera algumas das características mais importantes da economia mundial em fins do século XX: a hipótese de *Accumulation lente et dépression rampante*<sup>74</sup>, parte central de sua caracterização da era da mundialização do capital.

O livro *A Mundialização do Capital* foi publicado em 1994, na França, e em 1996, em uma edição revista e ampliada no Brasil. O objeto do livro é o movimento de internacionalização do capital (produtivo e monetário) e a construção, a esta associada, de interdependências de classes e dos estados-nação na economia mundial. François Chesnais está desde 1992 de volta à universidade francesa, agora como professor da Paris 13 e o trabalho dá continuidade e acabamento às suas pesquisas na OCDE, mas com uma tarefa adicional. Não se trata mais, tão somente, de procurar desmontar as naturalizações, equívocos interpretativos e reclames de políticas liberais dos teóricos da globalização, dentro da OCDE ou da academia anglo-saxã, em suas diferentes formas. Trata-se agora, também, de se colocar dentro do debate da esquerda na França. Com *A Mundialização do Capital*, Chesnais oferece, pela primeira vez, uma interpretação de conjunto da “economia mundial” em fins do século XX.

Até o fim dos anos 70, o tema da internacionalização do capital teve importantes debatedores franceses. Michael Beaud, Perroux e Palloix inseriram-se numa controvérsia mundial sobre o tema. Na França, a primeira edição do trabalho *O Capitalismo Mundial*, de Charles Albert Michalet, também teve importante acolhimento. Mas a situação tinha mudado nos anos 80 e 90: ao mesmo tempo em que, em meio à escalada do projeto liberal, diminuía o espaço reservado aos intelectuais de

---

<sup>74</sup> A expressão foi traduzida para “encadeamento cumulativo de efeito depressivo profundo” (CHESNAIS, 1996a, p. 302).

esquerda na França, o que sobrava deste espaço, no campo da economia, era cada vez mais ocupado pela agenda de pesquisa que emergia da *Escola da Regulação*.

Isso orientou grandemente a temática parisiense para o tema das “reproduções das relações econômicas e sociais”, mas em países isolados, com grande foco para os estudos sobre a França e os Estados Unidos. Não que não houvesse estudos a respeito da internacionalização de capital, mesmo relevantes, mas estes não alcançavam difusão mais significativa<sup>75</sup>. *A Mundialização do Capital* procura se encaixar nisto que, dentro da concepção metodológica de corte marxista de Chesnais, seria uma falha<sup>76</sup>: a compreensão da evolução das reproduções das relações econômicas e sociais dentro dos diferentes espaços nacionais não são independentes umas em relação às outras e, por isso, a compreensão da “economia mundial” forneceria inteligibilidade ao estudo de cada unidade nacional ou regional em particular.

Cabe, assim, antecipar brevemente algumas das principais teses sobre a “economia mundial” na era da mundialização do capital, a serem desenvolvidas no capítulo 3, e articulá-las com a longa trajetória de pesquisa do autor desde 1967, tal como estudado nesse capítulo.

A partir da segunda metade da década de 80, a transformação e o aprofundamento das interdependências entre classes, estados e nações têm como ponto de partida, na análise de Chesnais (1996a), o debate marxista sobre internacionalização do capital<sup>77</sup>. A materialização concreta das relações que assume as categorias de capital, valor e distribuição é construída por Chesnais no bojo do embate contra os agentes e teóricos da globalização na OCDE. O autor argumentaria que, como resposta ao declínio da taxa de lucro expresso nos anos 70, a solução via “concentração e centralização” de capitais se daria a nível internacional e construiria uma aliança dos capitais financeiros intra-triádicos (EUA, Alemanha/Europa, Japão). Essa aliança teria sido puxada pelo “capital produtivo” e se associaria aos “oligopólios mundiais”, sendo marcada por uma relação de “cooperação e rivalidade” – a internacionalização

---

<sup>75</sup> Por exemplo, Michalet publicou, em 1985, a segunda edição de seu livro *O capitalismo mundial* (MICHALET, 1985). A excelente acolhida que teve o primeiro não impediu que sua segunda edição, completamente reformulada, recebesse a mesma audiência.

<sup>76</sup> Ver Chesnais (1985).

<sup>77</sup> “Para dizer as coisas como são, este livro [*A Mundialização do Capital*] gostaria de aprofundar e atualizar certos debates, ainda hoje reivindicados por alguns como M.Beaud e C.-A. Michalet. A ideia subjacente a esta obra é que a mundialização deve ser pensada como uma fase específica do processo de internacionalização do capital e de sua valorização, à escala do conjunto das regiões do mundo onde há recursos e mercados” (CHESNAIS, 1996a, p. 32).

tecnológica é central à compreensão dos interesses comuns que enlaçam os capitais da tríade. Ao reafirmar seu poder de barganha sobre os demais atores da economia mundial através, principalmente, da tecnologia e das finanças, os capitais financeiros triádicos se apresentariam como os principais conjuntos de atores beneficiários dos fluxos de valor e a apropriação tecnológica na obra *A Mundialização do Capital*. Com algum destaque para o alto capital monetário dos EUA, seriam estes os principais atores beneficiados pelas polarizações distributivas, comerciais e tecnológicas próprias a essa nova era.

É indissociável, daí, a renovada compreensão sobre concorrência e tecnologia que a interpretação teórico-analítica de Chesnais se vale a partir de sua interpretação e condução da pesquisa schumpeteriana nos anos 80 na OCDE: as condições de apropriabilidade de suas formas de difusão tecnológica se apresentam como condicionantes centrais da marginalização produtiva dos países periféricos. Ao contrário do que, por vezes, leituras excessivamente focadas no tema da “financeirização” dão a entender, a geração de valor à forma produtiva D-M-D' não deixaria de existir por conta da afirmação de poder do capital monetário, mas encontra-se condicionada e limitada pelo lado da realização da produção (demanda efetiva).

Apresentaremos, no capítulo 3, que Chesnais considera que as mudanças ligadas à nova fase da “economia mundial” permitiriam ao autor sustentar uma hipótese de “encadeamento cumulativo de efeito depressivo profundo” (*Accumulation lente et dépression rampante*). Os limites e possibilidade de tais hipóteses são impassíveis de apreensão se não compreendidos a partir do acompanhamento de François Chesnais sobre a pesquisa keynesiana. Chesnais anuncia, ainda, uma “crise do modo de desenvolvimento”, que ganha inteligibilidade se tiver sua temática situada em relação às diferentes projeções do marxismo francês de que ele faz parte desde os anos 60 até a publicação da obra *A Mundialização do Capital*. Neste sentido, o tema da “reprodução das relações econômicas, sociais e políticas” é tocado ao fim da obra, em que procura articular o alarme ecológico e a polarização/dualização econômica em todos os níveis da nova fase da economia mundial com um tensionamento social e político que faria, em algum momento no futuro, a uma nova fase – com suas contradições particulares – de articulação das relações econômicas, sociais e políticas.

### 1.3. CONCLUSÕES DO CAPÍTULO

Como muitos dos mais conhecidos intérpretes do capitalismo, François Chesnais *não* desenvolveu uma teoria radicalmente nova. Antes o contrário, procurou valer-se do tanto de conhecimentos acumulados anteriormente e em seu entorno para colocar-se em posição de selecionar as teorias e análises que julgou de maior potencialidade – e criticando o que pensou serem seus principais descaminhos e desorientações. Chesnais é parte da tradição heterodoxa francesa, em que é comum que se componha uma estrutura teórico-analítica a partir de elementos marxistas, schumpeterianos e keynesianos. Se não há, assim, razões para considerá-lo um autor dogmático em quaisquer das tradições, não há, igualmente, razão para desconsiderar *aprioristicamente* a complexidade própria da articulação teórica que informa suas análises do capitalismo. Ao submeter sua longa trajetória de pesquisa a um olhar histórico, pôde-se perceber que há uma clara intenção em não sobrepor peças teóricas e analíticas que consideraria, adequadamente ou não, incompatíveis entre si.

Uma vez finalizado este capítulo, parece-nos difícil não reconhecer que se imponha certo deslocamento do lugar que ocupa a “financeirização” na obra de François Chesnais. O tema das finanças, pelo qual o autor hoje é grandemente conhecido no Brasil, ganha peso em sua pesquisa a partir da década de 90. Ademais, ela também alcança, como veremos no capítulo 3, dimensões que vão muito além do que uma constatação, todavia importante, de que os valores dos ativos financeiros, no último quartel do século XX, teriam aumentado em proporções muito superiores ao de variáveis econômicas “reais”, como comércio e PIB. Ainda em se considerando os elementos próprios à financeirização na compreensão das teses do autor, o escrutínio crítico do autor deve levar em conta a totalidade da estrutura teórico-analítica que compôs.

A sugestão que emerge do capítulo aqui finalizado é que se encontre, nos referenciais marxistas, o ponto de partida à compreensão de sua estrutura teórico-analítica. Assim, a articulação de um referencial metodológico com os problemas de acumulação e internacionalização de capital abre horizontes interpretativos e críticos sobre o autor compatíveis com seus próprios propósitos. É importante situar as autonomias relativas entre “capital produtivo” e “capital monetário” na composição do que os teóricos do imperialismo, dos quais Chesnais fez-se tributário (1996a, p.48-50), chamaram de “capital financeiro”. A centralidade que ocupa o tema da valorização produtiva do capital de forma relativamente autônoma ao tema das finanças ficou

evidente já quando recuperamos seus textos mais relevantes da primeira fase da obra do autor (*ibidem*, 1967, 1975). A internacionalização do capital *produtivo*, entendida como solução histórica encontrada pelos capitais para contra-arrestar a tendência à queda da taxa de lucro, já era destacada na literatura francesa, e Chesnais incorporou o tema na sua pesquisa. Se bem não tenha podido explicitar sua instrumentalização da literatura marxista nos seus trabalhos da OCDE, ficou evidente já a partir de seu texto “A análise marxista das seleções das inovações no quadro do sistema capitalista”<sup>78</sup> (1975 – tradução livre) que o autor procuraria articular criticamente seu trabalho na *Directorate for Science, Technology and Innovation* com o referencial que emprega a partir de Marx.

Adentrando os anos 80, articulou, assim, o tema da internacionalização tecnológica com a problemática da economia política. O problema da “orientação e seleção do progresso técnico” (*ibidem*) foi ponto de partida a sua crítica apropriação do direcionamento dos paradigmas e trajetórias tecnológicas e da apropriação tecnológica (*ibidem*, 1982, 1983, 1985, 1992b). As tecnologias não deixavam de ser neutras apenas por terem sua evolução também condicionada por problemáticas econômicas e sociais, mas sim porque o direcionamento de sua progressão foi orientado de forma a atender os objetivos e interesses das organizações em que se desenvolvem - no que os objetivos dos altos estados e a valorização dos grandes capitais têm peso de destaque. Na transição dos anos 70 para os anos 80, a difusão das TICs a partir do estado e das grandes multinacionais estadunidenses era funcional às necessidades e reorganização internacional do capital, permitindo que a centralização intra-triádica do capital produtivo operasse de forma a reverter a tendência ao declínio da taxa de lucro observada nos anos 70.

Assim, da leitura atenta que fez de Schumpeter no início dos anos 80 (*ibidem*, 1982) – e também da pesquisa “neo-schumpeteriana” que se sucederia (*ibidem*, 1985, 1990a/c/e, 1992b) – procurou apenas incorporar considerações que não fossem incompatíveis com o aporte que trazia de Marx (*ibidem*, 1983). Mantendo-se ligado à compreensão distributiva própria a Marx (conflitante/incompatível com a de Schumpeter), pôde contrapô-la ao lugar da concorrência, da inovação, da mudança estrutural e das chamadas “ondas longas” (*ibidem*, 1982, 1985). Refutou a necessidade

---

<sup>78</sup> “L’Analyse Marxiste de la Sélection des Innovations dans le Cadre du Système Capitaliste. Jalons pour une étude complète” (CHESNAIS, 1975).

de encontrar um suposto mecanismo “endógeno” ao capitalismo que daria o caráter cíclico a uma “onda longa”, seja ela referenciada a um padrão de dinamismo econômico, seja ela referenciada a um padrão de inovação-difusão. Diferentemente, instrumentalizou a categoria de forma mais metodológica, em que a utilizava na categorização de fases históricas do capitalismo, depreendendo, destas, as distintas implicações que seus sistemas tecnológicos imporiam à atividade industrial e à mudança estrutural (*ibidem*, 1982, p. 48).

Balizando os efeitos das TICs sobre a nova fase do capitalismo, valeu-se de Marx e Keynes ao lembrar que estas tecnologias poderiam ser funcionais à recuperação da taxa de lucro sem, no entanto, trazer uma solução à diminuição do nível de atividade econômica. Diferentemente do que seria o caso nas “ondas longas” anteriores, estas novas tecnologias não traziam, por si só, a necessidade de investimento em novas indústrias de base. Como também foram parte de um processo de modernização tecnológica poupadora de mão-de-obra, eram particularmente reduzidos seus efeitos tanto em termos de “multiplicadores” quanto de “aceleradores” (Chesnais usou o termo “*bandwagon effects*”) (*ibidem*, 1982, p. 56, 1985).

Chesnais pretendia apreender as mais relevantes transformações de economia mundial e, uma vez considerada a importância da mudança tecnológica nesse processo, ele precisava explicar os principais mecanismos de surgimento e a difusão de inovações. Muito das interpretações de Marx quanto da de Schumpeter considerariam, cada qual a sua maneira, que muito da mudança tecnológica e das mudanças estruturais decorreriam das próprias características do capitalismo – no que a concorrência teria lugar central (*ibidem*). Mas a leitura proposta por Chesnais observaria que, diferentemente, a concorrência e a concentração de capital (em distintas formas de organização oligopólica), *per se*, teriam uma relação ambígua com relação à introdução de inovações mais radicais.

Na medida em que os ativos tecnológicos passam a compor parte central dos custos e da competitividade, existiria um interesse constituído não apenas relacionado à introdução de inovações radicais, mas também de freá-las. A desvalorização dos ativos tecnológicos e industriais gerais frente à emergência de uma inovação mais radical era razão suficiente para que grandes empresas procurassem mecanismos, privados ou estatais, que lhes garantissem proteção contra essa ameaça. A concorrência *lateral*, que coloca em competição oligopólios previamente atuantes em indústrias radicalmente

distintas, esta sim, poderia dar lugar a inovações mais radicais, que transformassem disruptivamente as estruturas industriais e de mercado. A despeito dessa ambiguidade, o forte dinamismo tecnológico de fins dos anos 70 havia de ser explicado. Ademais de outras considerações internas à competição oligopólica, considerou que os fortes investimentos estatais e o nível de internacionalização das grandes empresas seriam os principais fatores que contribuiriam à introdução de inovações mais radicais (*ibidem*, p.64).

Na segunda metade dos anos 80 e início dos anos 90, assim, o problema da competitividade e da difusão tecnológica, a nível nacional e internacional, torna-se peça central à economia política de François Chesnais. Meio à “globalização” (mundialização), as características próprias aos ativos tecnológicos – fortemente específicas, ilíquidas, cumulativas, com incerteza quanto ao desenvolvimento e de difícil transferência – colocavam no estado-nacional uma unidade de análise indispensável à compreensão da competitividade. Chesnais desenvolve o conceito de “competitividade sistêmica”, mais tarde diluído na categoria “sistemas nacionais de inovação”, procurando depreender que as redes de conhecimento, formais e informais, nas quais se inserem as diferentes multinacionais, eram peças centrais à compreensão da competitividade. A tecnologia era parcialmente desenraizada em máquinas, equipamentos ou patentes e, portanto, não era transferível à forma de mercadoria. As interdependências inter-industriais ocorriam a partir das possibilidades de difusão tecnológica e, uma vez que as multinacionais se originam, cada qual, num espaço nacional particular, suas respectivas articulações em rede com seus estados nacionais era central à compreensão da competitividade.

As empresas multinacionais tinham se reorganizado à forma de empresas-rede. Essa forma de organização articulava laboratórios internacionais interdependentes que tinham o potencial de colocar diferentes agendas de pesquisa e desenvolvimento em diferentes sistemas nacionais de inovação sob orientação organizada em função dos interesses estratégicos centralizados da grande empresa multinacional. A internacionalização tecnológica, assim, era uma internacionalização que atenderia interesses relativamente bem definíveis, e Chesnais impôs qualificar o que se entende por difusão global da tecnologia. Ademais de grandemente circunscrita aos países da tríade, os grandes capitais teriam todo o interesse de controlar a seu favor a direção e intensidade dos fluxos tecnológicos entre sua organização e os diferentes sistemas

nacionais de inovação nos quais se inserem. Chesnais (1992b, p.271) media esta “distribuição tecnológica” a partir da noção de “poderes de barganha” que antepõe interesses de estados nacionais, classes e capitais também no que diz respeito à direção, intensidade e fluxo da tecnologia.

Em 1994, na França, e em 1996, no Brasil, o livro *A Mundialização do Capital* irrompe, assim, como síntese de uma já então longa trajetória de pesquisa crítica e prática em economia política. Já se vão mais de vinte anos da publicação de sua primeira edição. Se certamente a obra tem vida própria que escapa à análise do presente trabalho e sobre a qual outras leituras e recortes podem legitimamente se colocar, a recuperação de sua formação histórica nos permitirá, no capítulo 3 desta tese, apreendê-la sob renovada inteligibilidade.

Se bem Chesnais já tivesse estudado, no início dos anos 80, características próprias às finanças e à acumulação financeira, é apenas na versão brasileira do livro que o tema da financeirização inscreve-se definitivamente no centro da agenda de pesquisa de François Chesnais. Gestada e escrita sob linguagem e complexidades específicas de seu tempo e contexto, o método de análise aqui empreendido permite apresentar um recorte pretensamente objetivo, ainda que parcial, da direção teórica, analítica e política central do qual *A Mundialização do Capital* é apenas parte-síntese. As teses centrais que caracterizam a era da mundialização do capital sustentam-se numa longa pesquisa material e teórica cuja inteligibilidade nos propusemos a recuperar<sup>79</sup>.

Chesnais leu as contribuições keynesianas e da nova literatura da inovação, industrial e organizacional através de uma abordagem marxista e utilizou-as na medida em que julgou compatíveis com sua crítica interpretação desta. No exercício constante do materialismo histórico, deixou o largo estudo da realidade concreta atravessar seu instrumental teórico e as mediações necessárias para dar conta da realidade que se propôs a interpretar e intervir. Sempre orientado por objetivos políticos “contradominantes”, Chesnais circulou entre diferentes linguagens e procurou intervir em diferentes debates, mas sempre manteve uma estrutura argumentativa própria, em constante evolução e pretensamente consistente. A despeito de suas influências

---

<sup>79</sup> Deve-se notar, entretanto, que o livro em questão tem vida própria que vai além do que é passível de investigação pelo presente trabalho. As *teses centrais* do livro são sustentadas por outras que, se bem tenham caráter auxiliar e secundário com relação à argumentação geral do livro (ex: debates sobre metodologia de dados para CTI e investimento estrangeiro – sobre o que Chesnais acumulou expertise relevante na OCDE), possuem importâncias e complexidades específicas cuja análise escapa ao propósito de nosso trabalho.

múltiplas e do fato de que o autor não se propôs a fazer uma teoria radicalmente nova, o lugar que ocupam as finanças e a tecnologia na construção da internacionalização do capital, em fins de século XX, ganha significados idiossincráticos sob sua interpretação se compreendidos como parte do esquema geral de sua pesquisa e interpretação do capitalismo – ainda analiticamente frutíferas e atuais em diferentes dimensões.

É menos relevante a pergunta a respeito de um suposto grau de originalidade do autor - é certo que sua pesquisa forjou-se também na coletividade de seu entorno. O embate intelectual geral e acadêmico não é e nem precisa ser visto como uma competição a respeito de quem produz solitária e primeiramente algum tipo de “descoberta”. Importa, mais, trazer à tona o tanto de acúmulo próprio de sua pesquisa, também comprometida com a análise das projeções das finanças e da tecnologia na internacionalização do capital. Trata-se, sem dúvidas, de um tema caro à compreensão da conformação das características gerais do capitalismo. Se este capítulo tiver servido à abertura de novos caminhos à inteligibilidade e à crítica da longa pesquisa do autor e puder, ademais, contribuir à interpretação da obra *A Mundialização do Capital*, teremos cumprido com o nosso objetivo.

## **CAPÍTULO 2 - DA LONGA PESQUISA SOBRE OS PADRÕES DE ACUMULAÇÃO E O CAPITALISMO: UMA ANÁLISE DA OBRA DE MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES**

### **2.1 INTRODUÇÃO: RECORTE DO OBJETO E PERIODIZAÇÃO DA OBRA DE MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES**

O acúmulo no Brasil sobre a obra de Maria da Conceição Tavares se coloca de forma distinta daquela existente sobre a obra de François Chesnais. Maria da Conceição Tavares é das mais influentes economistas brasileiras da história e suas contribuições à formação da academia brasileira se transmitiram fortemente, em função de sua intensa participação na consolidação de duas das mais conhecidas pós-graduações em economia no país, a UNICAMP e na UFRJ. Ademais, também em função da ampla disponibilidade de textos das diferentes fases da autora no país, a massa escrita disponível no Brasil sobre sua obra já cobre toda a sua formação e ganhou recentemente, com Robilloti (2016), uma competente e abrangente releitura.

Não nos cabe, assim, fazer uma proposta de periodização da obra de Conceição - que tomamos emprestado de Robilloti – nem, tampouco, pretende-se fazer uma leitura-síntese do conjunto da obra de Tavares. Tendo em vista, de um lado, tanto o acúmulo prévio de conhecimentos sobre o trabalho da autora quanto, de outro, a necessidade de perscrutar as primeiras raízes da tratativa teórico-analítica que daria emergência a sua pesquisa sobre a hegemonia americana, o que se impõe ao presente capítulo é um *recorte* sobre sua produção. Nossa intenção, com isso, é dupla: nos propomos a não ser redundantes frente à massa escrita sobre a obra da autora e, de outro, trazer à tona elementos de seu pensamento hoje ofuscados. Nesta introdução, recuperamos brevemente os principais pontos da periodização de Robilloti e, posteriormente, apresentamos o recorte proposto sobre a obra da autora. Apenas alguns elementos biográficos básicos serão apresentados nessa introdução, e deixaremos para apresentar outros de forma subserviente à elucidação do contexto da pesquisa de Tavares ao longo do restante deste capítulo.

Desde que Maria da Conceição de Almeida Tavares (1930 – Anadia, Portugal) chegou ao Brasil, em 1954, a autora esteve presente em alguns dos principais círculos

que compuseram a formação do pensamento brasileiro. Primeiramente participando do grupo BNDE/Cepal, Conceição, até então matemática, fez-se graduada em economia pela Universidade do Brasil em 1960. Adentrou a Comissão de Estudos para a América Latina e o Caribe em 1961, compondo a “segunda geração de economistas da CEPAL”. Participou da fundação da pós graduação em economia da UNICAMP em 1973 e, na UFRJ, além de ser cofundadora do curso de pós-graduação, defendeu tese de doutorado e livre docência, respectivamente, em 1974 e 1978. Foi professora da FGV-RJ, UFRJ, CEPAL, Universidade do Chile, Universidad Nacional do México e da UNICAMP. Na vida política, participou do PMDB no início dos anos 80 e, em 1994, filia-se ao PT.

Com relação ao conteúdo das obras de Tavares, Robilloti (2016, p.221-224) propõe distinguir três fases de seu pensamento. Chama de “fase cepalina” sua produção que vai desde o primeiro ensaio “Auge e Declínio do processo de substituição de importações no Brasil” (1963) até 1972. Trata-se das obras reunidas no célebre livro “da substituição de importações ao capitalismo financeiro” (1973). Nesta fase a autora se inscreve dentro do debate de avaliação crítica do processo de industrialização, tido até fins dos anos 50 pelos autores estruturalistas (como Prebisch e Furtado) como via de “superação” das características deletérias do subdesenvolvimento – tais como a baixa produtividade, má distribuição de renda e tendência estrutural ao estrangulamento do balanço de pagamentos.

A segunda fase, “Desenvolvimento Capitalista no Brasil”, teria início em 1973, passando pela publicação de sua tese de doutorado, “Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil” (TAVARES, 1974). Ademais desta, “Ciclo e Crise: o movimento recente da industrialização brasileira” (TAVARES, 1978) e “Problemas de industrialización avanzada em capitalismo tardios y periféricos” (TAVARES, 1981) são outras obras que marcam o período da autora. Meio à contestação do modelo econômico e político do regime militar, nesta fase produz uma avaliação crítica tanto das teses teóricas e históricas cepalinas (no que revê parte de seu próprio arcabouço teórico), quanto promove uma articulação – original no âmbito do pensamento econômico geral - entre autores da tradição marxista, da literatura industrial e de Keynes e Kalecki.

Robilloti identifica, ainda, um terceiro período, que intitula de fase da “Economia Política Internacional”, tendo início no texto “A Retomada da Hegemonia Americana” (1985) e indo até os dias atuais. Marcada pela era da globalização e as

grandes transformações da economia mundial, Conceição Tavares estaria deslocando o objeto de sua pesquisa. Os textos *A Retomada da Hegemonia Americana* (1985) e *A Reafirmação da Hegemonia Americana* (1997) são obras-chave desse período e abrem um programa de pesquisa sobre as transformações do capitalismo mundial a partir do ponto de vista da periferia – “uma perspectiva absolutamente original dentro da economia política internacional em todos os tempos” (FIORI, 2000, p.211). Robilloti (2016, p.305-306), tendo em vista que encontra produção da autora que não se restringe ao campo da economia política internacional, segmenta as obras desse período sob dois recortes (um “internacional e outro nacional”) (TAVARES, 2000). Coloca adequadamente, entretanto, que o tema do “poder” e do “dinheiro” perpassa toda produção da autora nesse período.

De nossa parte, quando iniciamos os estudos deste capítulo, nos perguntávamos a respeito do papel desempenhado pelo capital financeiro, da tecnologia e da internacionalização na obra de Maria da Conceição Tavares. Afinal, como veremos no capítulo 3, a dimensão monetária do capital financeiro desempenha papel central na compreensão da hegemonia americana e da globalização e traz, ademais conjunto aos demais elementos aqui investigados, terreno fértil à comparação com os trabalhos de François Chesnais. Também observaremos ao longo desta tese, a acumulação de capital pela forma do capital financeiro – no sentido de Hilferding (1910) – marca, em Tavares, uma importante clivagem nos estudos históricos do subdesenvolvimento em contraposição aos países cêntricos (TAVARES, 1971; 1974; 2000).

Ao estudar o Brasil, Conceição (TAVARES, 2000) afirma que não se consolidou um ator social análogo ao capital financeiro dos principais países cêntricos (EUA, Alemanha, Japão), que operasse a centralização e a concentração de capital produtivo e monetário do país em função de um vetor de interesses comum e articulado – em concorrência aberta com os demais capitais financeiros na competição intercapitalista. Nos países cêntricos, diferentemente, a consolidação de um capital financeiro que operasse a concentração e a centralização de capitais impunha, por razões “endógenas” à sua problemática de acumulação, transição e dinâmica às distintas fases do capitalismo – primeiramente já em concorrência oligopólica, passando às fases de concentração e diferenciação até chegar, enfim, à conglomeração financeira (Tavares 1974). Quando a acumulação de capital financeiro, seja em sua dimensão produtiva ou propriamente financeira, via-se incapaz de dar continuidade dentro do estado-nacional

de origem ao seu próprio processo de valorização, encontrava na internacionalização uma saída. Esta internacionalização de capital, também veremos, seria parte central do laço de dominação econômica que condiciona a inserção subordinada da periferia no quadro das relações internacionais – característica básica do conceito estruturalista de “subdesenvolvimento”.

Assim, o recorte que propomos para estudar o sentido da obra de Maria da Conceição Tavares centra-se na articulação entre a “acumulação de capital” e o “subdesenvolvimento”. Sem pretender reivindicar deste recorte sobre a obra da autora como o único legítimo, argumentamos que, a despeito das mudanças de objeto e tratativas teóricas identificáveis ao longo da história de Maria da Conceição Tavares, esta escolha permite identificar importantes elementos de continuidade na estrutura teórico-analítica das distintas fases do pensamento de Maria da Conceição Tavares – incluindo a fase da “Economia Política Internacional”, que compõe o objeto do capítulo 3 desta tese.

Dentro da periodização trazida por Robilloti, o recorte que aqui se propõe impõe que comecemos os estudos da obra de Conceição Tavares pelo que fim da sua fase cepalina. É neste momento, após as transformações do sistema financeiro brasileiro em meados dos anos 60, que Conceição Tavares (1971) se pergunta se não se forjava no Brasil um capital financeiro análogo ao das experiências exitosas do Japão e da Alemanha do pós segunda-guerra. Encontramos nesse seu questionamento a raiz de uma longa pesquisa sobre a acumulação de capital, a internacionalização e do subdesenvolvimento. Cobrimos, então, a afirmação de sua estrutura teórico-analítica original no âmbito do pensamento econômico, que é desenvolvida ao longo da segunda fase do pensamento da autora, tal como identificado por Robilloti. Nela, encontra-se uma articulação criativa, mas pretensamente original e consistente, entre autores de tradições teóricas distintas, da literatura marxista, industrial e da macroeconomia kaleckiana-keynesiana. Por fim, terminamos o capítulo destacando como os padrões de acumulação se interpõe à problemática do subdesenvolvimento nesta mesma fase da autora. Mostramos, ademais, algumas das primeiras conexões que vinculam o tema da hegemonia americana com sua longa pesquisa sobre acumulação de capital<sup>80</sup>. O nosso

---

<sup>80</sup> Damos, assim, certo foco aos momentos de *transição* entre os períodos do pensamento da autora. Nesse sentido, o trabalho que ora se apresenta também corrobora duas hipóteses-diretrizes de Robilloti em relação a estas transições. Com relação à transição entre a primeira e a segunda fase, o autor escreve que Conceição “rompe com os esquemas cepalinos de análise, mantendo, porém, alguns conceitos tratados na literatura sobre o subdesenvolvimento” (ROBILLOTI, 2016, p.245). No que toca à transição entre a

recorte, esperamos, traz à luz elementos analíticos caros à autora, mas que, sem ele, permaneceriam por demais ofuscados meio à rica discussão que se seguiu à obra de Maria da Conceição Tavares.

## 2.2 A CONSTRUÇÃO DE UMA INTERPRETAÇÃO SOBRE O SUBDESENVOLVIMENTO E A ACUMULAÇÃO DE CAPITAL

Tendo apresentado sinteticamente as principais fases da trajetória de Maria da Conceição Tavares, cumpre-nos avançar numa problemática específica de sua obra e que é cara à presente tese: a construção de uma interpretação sobre o subdesenvolvimento e a acumulação de capital. Para isso, o restante do capítulo subdivide-se em três seções.

Na próxima seção, exploramos, primeiramente, alguns elementos centrais à forma como Conceição Tavares se apropria da temática do subdesenvolvimento, dando particular ênfase à questão dos recortes temporais e da definição de seu objeto de pesquisa. Da “fase cepalina” de Conceição Tavares (ROBILLOTI, 2016, p. viii), estamos focando em seu “ocaso”. A transformação das condições sociais, políticas e econômicas no Brasil, marcada pelo golpe civil-militar de 1964, permitem à Conceição abrir uma agenda de pesquisa que viria a “superar”<sup>81</sup> a interpretação adquirida sobre o tema do subdesenvolvimento. Argumentamos que alguns elementos centrais aos seus trabalhos futuros, entretanto, já se encontram presentes de maneira clara em “Além da Estagnação” e “Naturezas e Contradições do Desenvolvimento Financeiro Recente” (TAVARES, 1971; TAVARES E SERRA, 1970), impondo a nós que os retomemos como pontos de partida à discussão que estamos propondo.

Seguimos, numa segunda seção, explorando esta nova fase do pensamento de Maria da Conceição Tavares gestado no curso da grande controvérsia brasileira sobre a acumulação de capital no Brasil. Essa fase foi chamada por Robilotti de fase do “Desenvolvimento Capitalista no Brasil” (2016, p. viii). Por razões de recorte de objeto,

---

segunda e a terceira fase, trata-se, principalmente, de uma mudança de *objeto*. O autor coloca que “a terceira fase de pensamento econômico de Tavares tenha representado menos uma ruptura com a segunda fase do que uma releitura e seus trabalhos, agora repensados a partir de um novo contexto histórico” (ROBILLOTI, 2016, p.224).

<sup>81</sup> A “superção” a que aqui nos referimos procura denotar um movimento do objeto (no caso, a interpretação sobre o subdesenvolvimento de Conceição Tavares), em que, ao mesmo tempo em que se nega e conserva elementos de sua fase precedente, traz outros novos que lhe conferem um caráter próprio.

da nossa parte, entretanto sem pretender fazer disso uma “controvérsia” frente ao excelente trabalho de Robilotti, centramos na análise a respeito das relações entre acumulação de capital e *subdesenvolvimento*.

Nessa fase, Maria da Conceição Tavares está comprometida com dois objetivos. De um lado, procura formar trincheira contra as interpretações oficialistas do governo civil-militar sobre o dinamismo econômico brasileiro. Por outro, procura afirmar, em meio à economia-política crítica brasileira, uma interpretação original e insubordinada sobre a dinâmica concreta da economia política brasileira – o que a força, também, a investigar seus elementos teóricos que lhe dão suporte e a afastam das interpretações críticas concorrentes. No curso da construção de sua interpretação, Conceição Tavares apropria-se criticamente das literaturas de seu entorno - marxistas, kaleckiana, keynesiana e da economia industrial, de forma combinada e na qual não julgou incompatíveis entre si - para a construção de uma pesquisa sobre o subdesenvolvimento em termos insubordinados aos referentes à tradição cepalina.

Na seção seguinte, permanecemos ainda investigando certos elementos dessa mesma fase de pesquisa, mas sob outro enfoque. Mostramos como, no curso dessa nova fase, Maria da Conceição Tavares constitui as bases teóricas para a abordagem da problemática da acumulação de capital nos países desenvolvidos, que são tanto necessárias à compreensão de como e por que o capital das estruturas industriais desenvolvidas se internacionaliza em direção aos países “semi-industrializados”, quanto será “semente” das interpretações contidas na sua fase de pesquisa futura em “economia política internacional”.

Os limites internos dos padrões de acumulação das economias centrais fazem projetar suas estruturas oligopólicas sobre os países subdesenvolvidos, estruturando nestes uma interdependência entre o interno e o externo, que é irreduzível à forma como vinha sendo apresentada pelas interpretações cepalinas ou mesmo as daqueles que pretendem reatualizar as teorias do imperialismo – seja os dependentistas latino-americanos, seja os debatedores sobre a internacionalização do capital na França. Já se encontra nesta fase o ponto de partida para a compreensão da reinterpretação futura sobre a relação entre o subdesenvolvimento e a economia política internacional, que é parte do objeto do capítulo final desta tese.

### **2.2.1 1967-1973: Ocaso e reminiscências da “Fase Cepalina”**

Esta seção divide-se em duas. Exploramos, primeiro, como a interpretação latino-americana sobre o objeto “subdesenvolvimento” chega a Maria da Conceição Tavares, explorando algumas particularidades metodológicas e interpretativas que traz a autora e que julgamos mais pertinentes à construção e inteligibilidade de sua pesquisa. Em seguida, argumentamos que os textos “Além da Estagnação: uma discussão sobre o estilo de desenvolvimento recente no Brasil” (TAVARES E SERRA, 1970) e “Natureza e Contradições do Desenvolvimento Financeiro Recente” (TAVARES, 1971) compõem uma unidade teórico-analítica e que já se permite vislumbrar neles alguns dos elementos básicos que vão compor a pesquisa e a interpretação de Maria da Conceição Tavares nas suas fases pós-cepalinas.

#### **2.2.1.1 Preâmbulo: o objeto “subdesenvolvimento” e a questão do método histórico-estrutural**

O estudo da temática do “subdesenvolvimento” esteve no centro da emergência do pensamento latino-americano. Quando Prebisch (1949) sustentou, frente aos comissionários da CEPAL, que o crescimento econômico latino-americano seria inevitavelmente acompanhado de problemáticas específicas e exclusivas à inserção periférica das economias latino-americanas, afirmou-se a necessidade de uma agenda de pesquisa específica e própria sobre a realidade do continente.

Do conhecido modelo “centro-periferia”, gestou-se uma teoria do subdesenvolvimento (RODRÍGUEZ, 2001, p. 41), preocupada em investigar a problemática específica da formação econômica, social e política da América Latina e como que suas relações com os países industrializados do centro lhe impunham condicionantes, de natureza estrutural, que lhe condicionaram as particularidades de seu atraso econômico-social. O “subdesenvolvimento”, como bem afirmaria Furtado (1961), não seria uma etapa de atraso prévio que antecederesse o desenvolvimento, mas, precisamente a própria inscrição internacional que a sujeita de maneira particular, em função de sua formação histórica das estruturas econômicas e sociais. Essas interdependências entre o interno e o externo se estabelecem de diferentes formas, que vão desde os fortes condicionamentos financeiros, tecnológicos e culturais, até as

formas de dominação econômico-política advindas do centro “desenvolvido” (TAVARES, 2000, p. 129–130).

Desde a entrada no BNDES e levando em conta toda a história que obteve na CEPAL, a autora é marcada pela apropriação – crítica – que faz desta tradição. Tendo em vista os objetivos da presente tese, este preâmbulo pretende apresentar algumas das principais considerações de ordem mais próxima ao que por vezes se chama de “metodologia” e que, consideramos, mostram-se necessários para compreender determinadas particularidades de suas reformulações e reinterpretações sobre o subdesenvolvimento latino-americano.

A tarefa a que efetivamente se compete é revelar que a problemática metodológica (em sentido tão amplo quanto possível) se mostra presente em sua obra, não como mera “curiosidade epistemológica”, mas como estruturante de sua pesquisa, de suas análises e de suas posições políticas. O empreendimento de tal tarefa, acreditamos, é mais bem realizado quando mostramos como Conceição Tavares apreende-as em meio às controvérsias de que fez parte e no próprio curso de sua formação e de sua trajetória política e intelectual.

Espera-se, com isso, que se possam revelar aspectos das obras de Tavares que, na ausência de maiores considerações a respeito, permaneceriam ocultos ou ofuscados – constituindo como fonte importante de mal-entendidos e inviabilizando a superação crítica sobre diferentes facetas de sua obra. Nesse ínterim, então, nossa tese não se propõe a tentar enquadrar e julgar Tavares a partir de pré-concepções da metodologia da ciência, da ideologia ou mesmo da história. Pretende-se, sim, ajudar o leitor a apreender como que Maria da Conceição Tavares se apropriaria e trabalharia alguns aspectos de ordem “metodológica” que circundaram a sua formação e mostrar como, efetivamente, estas questões aparecem e intervêm na sua pesquisa e até mesmo nos seus posicionamentos políticos<sup>82</sup>. Numa livre paródia de um clássico de Tavares (1978), procuramos, com isso, apenas retirar as “pedras no caminho” que o próprio curso de nossa pesquisa nos impôs à compreensão de certas particularidades da interpretação de Conceição Tavares sobre o subdesenvolvimento latino-americano.

---

<sup>82</sup> Nesse sentido, a discussão tratada nessa seção, embora dialogante e apoiada também em Robillotti (2016) e em Andrade e Silva (2010), propõe-se a uma tarefa distinta da dos autores. Não nos propomos a explorar a adequação e/ou o afastamento das questões metodológicas de Conceição Tavares, seja em relação ao “método hipotético-dedutivo (como faz Robillotti), seja em relação a um “método de pensamento babilônico” (como fazem Andrade e Silva).

Cumpra-se, assim, de antemão, destacar que Maria da Conceição Tavares, embora efetivamente pouco tenha escrito sobre questões que hoje se atribuem à filosofia, à metodologia, ou mesmo à ética, não deixou de fazê-lo. Pelo contrário, procurou em diversas ocasiões abrir suas produções escritas com considerações desta lavra.

O caso mais emblemático está logo em “À guisa de Introdução” (TAVARES, 1972) da sua clássica coletânea de ensaios “da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro” (*ibidem*, 1973). Aparece, também, ainda que de passagem, na “Introdução” de sua tese de livre docência (*ibidem*, 1974) e em “Apresentação” de sua tese para concurso à professora titular (1978). Questões de níveis de abstração muito distintas aparecem atravessadas em diferentes obras – a depender, é claro, do que se defina como “metodologia” e do que se julgue relevante discutir, por uma ou outra razão. A este ponto levantaram-se tanto considerações bem conceituais e concretas postas em “Além da Estagnação” (TAVARES E SERRA, 1970, p. 174–176), quanto considerações de nível de abstração mais elevado, presentes em seu clássico segundo capítulo de “Ciclo e Crise” (1978). Tais temáticas voltam com força, ainda que com recorte distinto, em “Economia e Felicidade” (TAVARES, 1991) e são objeto de seção da interessante entrevista que concede a Biderman, Cozac e Rego (*ibidem*, 1996). O atravessamento de questões de natureza mais próxima à “ética da economia política” - ou ao que já se chamou de “filosofia moral” - também é presente ao longo de toda a sua obra, embora apareça de forma mais explicitada e trabalhada em seu recém-referenciado texto de 1991.

Assim, embora não consideremos ter feito um mapeamento exaustivo sobre o tema, acreditamos já poder avançar na elucidação de algumas questões que competem à presente tese. A nossa intenção, em particular, será mostrar como os recortes temporais distintos que se permitem a partir do “método histórico-estrutural” se incidem sobre o objeto e a interpretação de Conceição Tavares a respeito do subdesenvolvimento.

- i. Subdesenvolvimento e estrutura: da apropriação de Maria da Conceição Tavares sobre o objeto e o método “histórico-estrutural” advindo do estruturalismo latino-americano

Nas poucas vezes em que se possibilita trazer à discussão a questão do método em Maria da Conceição Tavares, traz-se à luz o famoso “método histórico-estrutural”

que tanto marcaria o pensamento cepalino e brasileiro desde o clássico “Formação Econômica do Brasil” (FURTADO, 1959). Trata-se do ponto de partida da discussão, por exemplo, da dissertação de Robilotti (2016) e também é objeto de análise de Andrade e Silva (2010).

O desenvolvimento da metodologia histórico-estrutural no seio das estruturas burocráticas brasileiras e cepalinas da qual fez parte permitiu à autora, desde cedo, dialogar sua agenda de pesquisa com autores receptivos a produções intelectuais longe do pretense científico da *Economics*. O método histórico-estrutural era usado para buscar nas formações históricas a montagem das estruturas econômicas, sociais e políticas que condicionariam as relações sociais nos diferentes momentos do tempo e, dada sua ao menos relativa resistência à mudança, imporia uma tendência histórica às dinâmicas socioeconômicas dos objetos sob análise.

O instrumental metodológico vinha se desenvolvendo no seio da tradição do pensamento cepalino, tendo origem em Prebisch (1949) e Furtado (1959), e se gestou, assim, no embate das estruturas burocráticas da CEPAL para sustentar a necessidade de industrialização na América Latina. Frente aos supostos objetivos de desenvolvimento econômico à forma liberal que buscavam impor os comissionários americanos às produções da CEPAL, o desenvolvimento do instrumental metodológico permitiu sustentar toda uma agenda de pesquisa sobre a formação histórica e social da América Latina e como esta impunha condicionantes econômicos de natureza radicalmente distinta dos países do centro. Foi, assim, no contato com o estruturalismo latino-americano, que Conceição Tavares integra a perspectiva histórico-social à análise econômica.

Foi como expressão concreta de uma tendência estrutural que vários autores dessa tradição, sendo Furtado (1966) o mais marcante, veriam a estagnação na América Latina em meados dos anos 60. Se nos é possível fazer uma síntese aqui em poucas palavras, todavia necessariamente injusta com a complexidade própria a Furtado, as estruturas de dominação (internas e externas) sob as quais se forjou historicamente a sociedade brasileira impunham recorrentemente o subemprego, a piora da distribuição de renda e a utilização de tecnologia importada incompatível com a constelação de recursos brasileira. Entre as suas consequências, permaneceria estruturalmente alto o coeficiente de importações e estruturalmente baixos a demanda e os multiplicadores keynesianos na América Latina – a estagnação de meados da década de 60 seria uma

manifestação limite de tendência do modelo de crescimento de então. Em uma tentativa de dar clareza analítica à metodologia e mesmo fazê-la dialogar com o método hipotético-dedutivo, Furtado (1967) chegou até a colocar a formação histórico-social como responsável central por determinadas parametrizações dos modelos macroeconômicos<sup>83</sup>.

O recorte temporal “histórico-estrutural” que Furtado empregou é um recorte de longuíssima duração, que permitiu ao autor efetivamente compreender facetas da sociedade brasileira do início do século XX a partir de características advindas de sua formação histórica<sup>84</sup>. Entretanto, muitas vezes entende-se o estruturalismo à forma determinista, como se a resistência às mudanças estruturais fossem de tal ordem que se consideram elas estáveis ao longo do tempo. De forma menos ou mais explícita, também por vezes uma leitura “dura” do estruturalismo relega a segundo plano o papel histórico-analítico que pode desempenhar diferentes sujeitos sociais na conformação dos rumos históricos das sociedades.

Por fim, a relevância e as influências das próprias questões “conjunturais” na conformação das estruturas econômicas, políticas e sociais são igualmente passíveis de serem vistas como irrelevantes, a depender da leitura que se faça do estruturalismo. A ideia subjacente que desloca a importância da análise da conjuntura entende como se a dinâmica conjuntural já estivesse, *a priori*, determinada pela influência dos fatores estruturais que lhe impõem uma solução determinada.

É relevante notar que Conceição Tavares, embora formada e influenciada na tradição histórico-estrutural, escreve a maior parte de seus textos com recortes temporais de menor abrangência que os de Furtado. No seu primeiro ensaio, “Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações” (TAVARES, 1963), de clara influência cepalina, seu horizonte temporal busca explicar a dinâmica da industrialização brasileira pós-1930. Não é diferente, também, o nível de abrangência temporal dos demais textos presentes na sua clássica coletânea “Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro” (TAVARES, 1973), que encerra sua fase

---

<sup>83</sup> Essa observação devemos à pesquisa de Robilloti, que escreve: “O estruturalismo econômico cepalino, como bem lembra Furtado ‘...teve como objetivo principal pôr em evidência a importância dos ‘parâmetros não econômicos’ dos modelos macroeconômicos. (...) [parâmetros que] ...devem ser objeto de meticoloso estudo’ (FURTADO, 1967, p. 95–96)” (ROBILLOTI, 2016, p. 14).

<sup>84</sup> Ver mais sobre a formação da teoria do subdesenvolvimento na tese de Borja, que pontua que Furtado já trabalha um conceito autônomo de desenvolvimento desde a segunda metade dos anos 50 (2013, p. 164).

cepalina e o mesmo pode ser dito, com algumas qualificações, sobre a maior parte de seus textos que se seguem. Entretanto, essa “contradição” é apenas aparente, e a retomamos apenas de forma a possibilitar que se qualifique a particular relação do método “histórico-estrutural” com a obra de Conceição Tavares, o que nos propomos a fazer a partir dos seguintes elementos.

Primeiramente, o fato de Maria da Conceição Tavares ter efetivamente escrito diversos textos de análise conjuntural não faz de suas interpretações, de forma alguma, imune à influência histórica e estrutural. De fato, ela recorre aos estudos de seus mestres cepalinos, como Furtado e Ignácio Rangel, para começar a compreender as distintas posições de poder, de estado e de comando sobre a estrutura produtiva brasileira como os condicionantes em cada etapa histórica de sua análise. Mas, no início dos anos 70, Maria da Conceição Tavares esteve próxima a João Manuel Cardoso de Mello, que, com sua tese de doutorado *O Capitalismo Tardio* (1975), reinterpreta a formação econômica do capitalismo brasileiro e tem grande influência no embate crítico presente na UNICAMP. Essa obra tem um recorte temporal de longa duração e, segundo Belluzzo (1975, p. 11), tem originalidade marcada por propor uma periodização histórica distinta tanto de Furtado quanto de Cardoso e Falleto.

Ao perguntar-se a respeito da formação do capitalismo no Brasil e da América Latina, Mello estaria historicizando a formação econômica das relações mercantis no país, isto é, aquelas constituídas a partir do trabalho assalariado. Assim, o autor marca uma disjuntiva entre a “economia colonial” e a “economia primário-exportadora”, mostrando que os elementos que animam suas respectivas dinâmicas são radicalmente distintos. Embora ambos os modos de produção produzam para usufruto em espaços exteriores ao país, a “economia primário-exportadora”, que nasce a partir dos empreendimentos do café no século XIX, vale-se de trabalho assalariado à produção da mercadoria. Mello investiga a formação do *capitalismo* no Brasil a partir da origem da demanda que realiza a produção do núcleo capitalista e da generalização do trabalho assalariado (BELLUZZO, 1975, p. 10–12), propondo, assim, uma periodização distinta daquela proposta por Furtado (1959).

João Manuel Cardoso de Mello retoma, assim, a pretensa crítica dependentista aos cepalinos, mas sob outro prisma. Diz que, para Cardoso e Faletto, “Todo o problema parecia estar, portanto, em que a Economia Política da CEPAL não tomou na devida consideração os condicionamentos sociais e políticos do processo econômico.”

(MELLO, 1975, p. 25). Para Mello (*ibidem*, p. 26), daí, o estabelecimento do *modo de produção capitalista* como problemática por Cardoso e Faletto teria sido, esta sim, a principal das contribuições dos teóricos da dependência à compreensão do Brasil. O autor, entretanto, enxergaria os limites da crítica dos teóricos da dependência à construção cepalina porquanto, de um lado, não utilizavam o modo de produção capitalista como critério de periodização da história econômica do país e, de outro, não explicavam a “‘passagem econômica’ de uma etapa a outra, de um período a outro” (*ibidem*, 1975, p. 26). Como da crítica, ademais, dela “não se podendo arrancar de uma periodização correta, nem de esquema que apanhasse concretamente o movimento econômico da sociedade, a perspectiva integradora perdeu-se” (*ibidem*, p. 27).

O suprir destas lacunas seria, assim, segundo o próprio autor, a tarefa de seu célebre livro “O Capitalismo Tardio”. Tavares retomará a problemática de Cardoso de Mello e, sublinhando um contraste com a periodização de Furtado, coloca que o capitalismo industrial “surge muito antes de 1930, e não como resposta a uma crise do setor externo, mas sim num auge do café, com o prolongamento e a diversificação do capital cafeeiro”(TAVARES, 1974, p. 50). Seria, então, no fim do Império e na passagem à República Velha, que se daria o início do capitalismo no país, primeiramente “industrial”, ponto de partida que passa a ser aceito por Tavares para a identificação da acumulação especificamente capitalista no país e para a compreensão da própria formação da economia brasileira.

A partir daí, Conceição Tavares passa a investigar um recorte temporal próprio, frequentemente mais exíguo que os presentes nas obras de Mello e Furtado. São análises de conjuntura que partem, sempre, da pressuposição de uma estrutura por detrás que as condiciona. Tais estruturas econômicas, sociais e políticas, subprodutos da formação histórica latino-americana, entretanto, embora *condicionem*, não *determinam a priori* a resultante das dinâmicas conjunturais sob sua análise. Essas soluções e oscilações conjunturais podem, elas mesmas, alterar particularidades estruturais, por vezes até de relevo para recortes temporais de grandes níveis de abrangência - o método histórico-estrutural é forjado na interação de pesquisas sob recortes temporais de horizontes distintos. Assim, sua leitura do método histórico-estrutural é menos dura, relaxando a suposta resistência das estruturas sociais, econômicas e políticas que, por vezes, advertidamente ou não, se atribui ao “estruturalismo”.

É do nosso entendimento que uma das dimensões metodológicas mais ofuscadas pelos comentadores de Tavares diz respeito exatamente ao cerne do que poderíamos supor mais caro ao pensamento latino-americano: a transformação estrutural. As passagens entre diferentes padrões de acumulação capitalista no país eram problemática explícita da agenda de pesquisa de que fez parte na UNICAMP e trazem, a reboque, mudanças estruturais de grande vulto. As análises de conjuntura por ela construídas a partir da década de 70 são parte da problemática que se pretende investigar ao longo deste capítulo. Quando Conceição Tavares apropria-se criticamente e cita a famosa passagem de Schumpeter na epígrafe de uma de suas mais conhecidas teses (*ibidem*) - “O problema que em geral se visualiza é de como o capitalismo administra as estruturas existentes enquanto que o relevante seria pesquisar como as cria e as destrói” -, há, aí, não um recurso poético-literário da autora, mas uma expressão concreta e consciente de seu objeto de estudo e que lhe acompanha em toda a sua produção intelectual<sup>85</sup>.

Já no seu clássico “Além da Estagnação”, em que precisa analisar a evolução da estrutura de oferta para contrapor-se às teses estagnacionistas (Furtado inclusive), a autora deixa claro que as mudanças estruturais devem ser objeto central da análise do subdesenvolvimento. Retomemos a passagem, que está logo no início da segunda parte do seu clássico texto:

Diz-se, às vezes, que uma economia está estagnada ou tende a esse caminho quando seu crescimento se desacelera em determinado período. No entanto, é possível que enquanto o produto global per capita esteja crescendo a uma taxa reduzida, estejam verificando-se, no interior da economia, avanços e retrocessos significativos na evolução dos diferentes setores ou estratos econômicos, bem como surgindo novas atividades ‘dinâmicas’. Neste sentido, a utilização da categoria ‘expansão’ pode ser mais adequada que a de crescimento, visto que a primeira incluiria dentro de uma economia capitalista as flutuações cíclicas do nível de atividade econômica, bem como o caráter desigual e combinado do desenvolvimento desse sistema. O crescimento como tal representa medir o resultado do processo econômico, sem considerar suas características fundamentais.

A habitual identificação dos conceitos de crescimento e expansão origina-se, provavelmente, no fato de que nas economias capitalistas desenvolvidas a assimilação de ambos é mais fácil, visto que sua maior homogeneidade estrutural expressa e permite um grau de solidariedade maior entre o comportamento dos setores dinâmicos (‘de ponta’) e os demais, embora o desenvolvimento capitalista nem por isso perca seu caráter desigual e combinado. No entanto, para a análise das economias com uma estrutura

---

<sup>85</sup>A nosso juízo, sua “vacina” contra qualquer leitura “dura” do estruturalismo latino-americano deve muito à sua formação e influência marxista-hegeliana, na qual se iniciou por intermédio tanto de sua família portuguesa, quanto da formação marxista de muitos dos matemáticos lusitanos de então (TAVARES, 1996, p. 127–128).

produtiva altamente heterogênea, a identificação dos conceitos mencionados tem consequências muito prejudiciais visto levar à deformação da visão e interpretação das transformações econômicas que, efetivamente, ocorrem (TAVARES E SERRA, 1970, p. 174–175) [grifos dos autores].

Escolhemos o trecho, porque acreditamos que ele materializa, ainda em sua fase cepalina, diversos elementos caros à problemática metodológica que se faz presente na obra de Conceição Tavares. Ela reconhece que o estudo da problemática do subdesenvolvimento requer categorias próprias, que deem conta das especificidades latino-americanas e da particular natureza de sua formação econômico-social. Evidencia que, longe de uma metafísica, tais problemáticas metodológicas têm influência concreta nas suas interpretações e na escolha de seus objetos de estudo. Já no texto de 1970, ela se preocupa com as transformações estruturais que são subproduto das soluções conjunturais (ali, no caso, relativo às transformações do sistema financeiro trazidas a partir do golpe civil militar). Se hoje muito se identificam as teses de Conceição Tavares dá década de 70 com explicações sobre o “crescimento econômico”, o objeto “transformação estrutural” parece hoje negligenciado pela maior parte de seus comentadores.

Quando investigarmos suas teses dos anos 70, mostraremos que a mudança estrutural também se forja, em sua interpretação, no próprio curso da conjuntura. Ainda que orientada por um instrumental teórico que promove efetivas rupturas com a sua fase cepalina, a questão do “crescimento” econômico é apenas uma das facetas resultantes das transformações dos padrões de acumulação – a outra é a própria transformação estrutural. No curso dos ciclos econômicos, o esgotamento das possibilidades de continuidade de um determinado padrão de acumulação dá, necessariamente, passagem ao aparecimento de outro padrão de acumulação – que traz, a reboque, transformações estruturais de natureza própria. Trata-se, assim, de um elemento “aberto” ao longo do tempo, com solução histórica *a priori* indeterminada, ainda que passível de apreensão e inteligibilidade.

Mostraremos, ainda, que há ampla base textual que conecta a natureza de tais transformações estruturais com a evolução dos padrões globais de acumulação, isto é, a investigação dos determinantes “internos” da dinâmica capitalista brasileira não a desvia dos marcos básicos da pesquisa sobre o subdesenvolvimento latino-americano e brasileiro, ainda que faça sob um paradigma distinto daquela que informou seus mestres. Ela mantém, ao longo de todos os anos 70, tanto a procura por entender quais

são as particularidades básicas que distinguem as economias subdesenvolvidas (“semi-industrializadas”) das economias industrializadas “do centro”, quanto a promoção de uma interpretação da dinâmica capitalista articulada à inserção externa, ainda que de maneira distinta. As economias semi-industrializadas, sem capitais centralizados capazes de se defender frente à projeção de oligopólios internacionais de poder organizacional, tecnológico, financeiro e político, têm uma dinâmica de acumulação completamente díspar em relação à das economias centrais. A tendência “estrutural” que emerge do curso dos padrões de acumulação global e nacional é, tão somente, a passagem a um *novo* padrão de acumulação que dá lugar a transformações estruturais de características próprias, de forma desigual, mas combinada.

Por fim, nota-se, também que, embora a maior massa escrita de seus textos tenha um recorte temporal mais próximo à conjuntura, o “método histórico-estrutural” também aparece em sua obra com investigação sob horizontes temporais de grande abrangência (TAVARES, 1974, 1999, 2000). Nestes, o condicionamento do “subdesenvolvimento”, que emerge da formação histórica e social latino-americana de forma articulada com os países “do centro”, é investigado em sua problemática “de longa duração”. Assim, porquanto investiga especificamente um recorte temporal de longuíssima duração em “Subdesenvolvimento, pactos de dominação e luta de classes”, Conceição, referenciando as obras clássicas de Celso Furtado, diz-se “incursionar pelo território do mestre” (*ibidem*, 2000, p. 135).

Também ali, no curso da repactuação da dominação de classe brasileira, articulada no estado e na economia política internacional, deu-se o curso das grandes transformações estruturais pelas quais passou o Brasil ao longo de sua história. O núcleo analítico será as três formas de acumulação de frações de capital historicamente constituídas no país: a mercantil-agrária, a mercantil industrial e a mercantil financeira. Trata-se do pacto entre tais sujeitos sociais e suas mutantes formas de acumulação correspondentes que erigiriam as raízes estruturais sob as quais se organizam a sociedade brasileira e sua inserção externa associada (*ibidem*, p. 139).

Tendo apresentado alguns dos principais eixos metodológicos e objetivos da investigação da obra de Maria da Conceição Tavares ao longo de sua trajetória política e intelectual, deixaremos para apresentar considerações metodológicas mais específicas de forma concomitante e auxiliar à exposição do conteúdo interpretativo nas subseções e seções que se seguem.

### 2.2.1.2 A emergência de uma agenda de pesquisa

Antes da fundação dos centros de pós-graduação em economia no Brasil, o debate crítico brasileiro corria majoritariamente, de um lado, no entorno das estruturas partidárias dos partidos de esquerda no Brasil e, de outro, no seio das estruturas burocráticas de estado e da escola cepalina. Quando a então matemática Maria da Conceição Tavares chega ao Brasil advinda de Portugal, em 1954, conseguiu uma vaga junto ao BNDE, o principal órgão de planejamento e financiamento do Plano de Metas de Juscelino Kubitschek. Dali pôde estabelecer contato com economistas que lhe apresentaram a já então consolidada escola da CEPAL, que tanto marcaria os seus anos de formação e consolidação como uma das mais influentes economistas brasileiras de sua geração<sup>86</sup>.

Finda a industrialização que acompanharia o Plano de Metas, os anos 60 estariam marcados por uma crise econômica e política que desafiava a imaginação crítica. A industrialização acelerada do Brasil dos anos 30 até fins da década de 50, ao contrário do que supunha as diferentes ideologias industrialistas (BIELSCHOWSKY E MUSSI, 2006, 2013), foi acompanhada de preservação do subemprego e da má distribuição de renda (Furtado) e não evitava em seu curso sequer os problemas prebischianos relativos à tendência ao estrangulamento do balanço de pagamentos.

Pelo contrário, a crise dos anos 60 se manifestava em vários dos problemas que se supunham caros ao industrialismo e à sua versão cepalina. O baixo crescimento econômico entre os anos 62-67, a inflação, o estrangulamento externo e a preservação do desemprego e subemprego colocaram em xeque as leituras críticas cepalinas estabelecidas e abriram margem para diferentes flancos de crítica às principais hipóteses explícitas e implícitas do embate crítico sobre o Brasil e a América Latina de então. Erige-se, frente aos principais nomes da CEPAL de então, o núcleo argumentativo dos textos que se impõem retomar como ponto de partida à construção do capítulo de tese que ora defendemos: “Além da Estagnação: uma discussão sobre o estilo de

---

<sup>86</sup> O texto “Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil” se tornou leitura indispensável na CEPAL e à convencionada “boa sabedoria econômica” de então. Entretanto, não é foco do presente trabalho a análise da fase cepalina da autora. Um aprofundamento importante e competente do tema foi recentemente realizado por Robilotti (2016).

desenvolvimento recente no Brasil” (TAVARES E SERRA, 1970) e “Natureza e Contradições do Desenvolvimento Financeiro Recente” (TAVARES, 1971).

Após quase meio século da escrita de “Além da Estagnação”, hoje clássico da literatura econômica brasileira, não nos compete procurar reivindicar uma “verdade última” sobre esta (ou outras) obra (s) de Maria da Conceição Tavares. Entretanto, consideramos que iniciar nossa discussão pela retomada da obra revela ainda faces da longa pesquisa de Conceição Tavares que são importantes para o objetivo da presente tese e que, por uma razão ou por outra, os diferentes embates e leituras que emergiram dali – ricos em diferentes dimensões – não puderam manter à tona.

O ensaio “Natureza e Contradições do Desenvolvimento Financeiro Recente”, publicado apenas um ano após “Além da Estagnação”, revela-se, também, como leitura complementar indispensável à obra feita conjunta com José Serra, posto que estrutura o mote importante de sua pesquisa futura e nos possibilita deprender renovadas e importantes faces das obras posteriores de Conceição Tavares – tanto das clássicas quanto das de menor celebração. Nesses textos, a interação de estado com as diferentes frações de capitais nacionais e internacionais, estes entendidos também como sujeitos sociais e políticos, já trazem as principais categorias fundamentais para entender a dinâmica social, econômica e política que impõe ao país um movimento contínuo de mudança estrutural em diferentes níveis, acompanhada também de padrões específicos de crescimento e distribuição.

Revisitemos, primeiro, o centro argumentativo de Tavares e Serra (1970), combinando elementos extraídos diretamente de sua produção intelectual com o que seus debatedores e intérpretes mantiveram mais vivo e elucidado.

- i. O ensaio “Além da Estagnação”: da difusão do progresso técnico, das tendências estruturais e da apropriação e utilização do excedente

O núcleo argumentativo de Tavares e Serra estruturava-se como crítica a Furtado e já foi objeto de diversas revisões que captaram com suficiente precisão e clareza algumas de suas partes essenciais (ÁVILA, 2006; BIELSCHOWSKY, P., 2011; SALM, 2011). Furtado destacava que a suposta tendência à estagnação, que também supostamente se materializaria na crise da década de 60, derivava-se, pelo lado da demanda, na permanência da histórica má distribuição de renda no Brasil. A despeito da industrialização brasileira em velocidade acelerada nos anos JK, houve lenta

incorporação relativa da mão-de-obra nos novos centros urbanos, uma vez que as tecnologias utilizadas na industrialização, importadas dos países centrais, eram desenvolvidas tendo em vista a constelação de recursos dos países do centro (sendo, assim, poupadoras de mão-de-obra).

Somava-se a isso o deslocamento importante da força de trabalho rural para as cidades, movimento também facilitado pela estruturação da malha rodoviária brasileira. A compressão dos salários e a permanência estrutural do subemprego manifestavam-se como tendência estrutural e comprimiram a possibilidade de crescimento da massa de demanda. Furtado, embora abrisse com maestria uma interpretação sobre o modelo econômico brasileiro que articulava os padrões de demanda com os padrões de oferta (BIELSCHOWSKY, 2007, p. 186), não poderia explicar o espetacular dinamismo econômico brasileiro que viria a partir de fins da década de 60.

Sublinhou-se então, apropriadamente, que a contribuição de Tavares e Serra fornecia explicação teórica e analiticamente consistente sobre a insuficiência das teses estagnacionistas, que, neste momento, apesar da emergência do estagnacionismo à forma da escola da dependência, encontraram em Furtado seu representante mais consistente. Tavares e Serra chamariam a atenção para o fato de que a piora distributiva que ocorria através do achatamento da remuneração das classes trabalhadores poderia ser compatível com o perfil tecnológico e a forma como viria a se estruturar a oferta industrial brasileira (incluindo, aí, seu perfil de financiamento associado).

Após, na primeira parte do texto<sup>87</sup>, apresentar o essencial da crítica teórica a Furtado e um ensaio alternativo de interpretação, a segunda parte explora elementos que supõem alternativos centrais à análise do período. Começa pela evolução da estrutura produtiva brasileira, adentra o tema da introdução e difusão do progresso técnico (“modernização”) e suas implicações em termos de incorporação da mão-de-obra, passando pelo papel do Estado na sua mediação interna e externa de interesses. Finda com um cálculo explicitamente voltado a “evidenciar o equívoco sobre o estreitamento do mercado como suporte da tese de estagnação” (TAVARES E SERRA, 1970, p. 203).

O cálculo de Tavares e Serra tomava emprestado dados sobre a distribuição de renda da CEPAL (um estudo de 1967) e fazia projeções numéricas para o ano de 1970.

---

<sup>87</sup> A “primeira parte” do texto “Além da Estagnação” é aquela que concentra o principal das discussões que se seguiram ao tema. A “segunda parte” do texto é bem menos trabalhada na literatura. Essa nossa percepção é também reforçada pelo fato de que Bielschowsky optou por colocar apenas a primeira parte do texto na coletânea de clássicos da CEPAL, organizada em celebração dos 50 anos da Comissão (BIELSCHOWSKY, 2000).

Concluía, ao analisar a massa de demanda que é consequente da reconcentração de renda e do modesto crescimento econômico (para o referencial da época) que lhe acompanharia, que o suporte “pelo lado da demanda” das teses estagnacionistas não se sustentaria. Apesar das consequências distributivas de todos os movimentos políticos, econômicos e institucionais dos anos 60, a massa de demanda para determinadas categorias de bens teria crescido consideravelmente.

Assim, sem sequer falar em termos do aumento de crédito para consumo, “o montante absoluto da renda dos três grupos que contam realmente para o mercado moderno seria em 1960 de 14.650 milhões de dólares e em 1970 estaria próximo a uns 26.000 milhões, cifra superior ao Produto Interno Bruto do Brasil em 1960.” (TAVARES E SERRA, 1970, p. 203). Os três grupos corresponderiam a um total de não mais que 20% da população brasileira e com um perfil de demanda que era atendido exatamente pelas indústrias em *expansão* no Brasil de então.

Mas quais as características essenciais que teria a indústria que atendia a tal perfil de demanda e o que determinava a profundidade da penetração de tais indústrias na estrutura produtiva brasileira eram questões em aberto e que Tavares se propôs a elucidar. O trabalho sobre essas questões exige que recuperemos o essencial da parte segunda do texto, hoje menos visitada, mas que nos é essencial para os propósitos desta tese e que evidencia a relação entre difusão do progresso técnico, a estrutura produtiva e a agenda sobre o capitalismo financeiro na pesquisa de Conceição Tavares.

Tendo em vista a análise completa do que Tavares então chamou de “estilo de desenvolvimento” brasileiro (ou “modelo de desenvolvimento”), a análise daí poderia voltar-se, primeiro, para a produção que atende a esse perfil e suas implicações gerais para o Brasil. Apesar do fato de que a década de 60 tinha sido marcado pelo crescimento relativamente menor, se posto frente aos números do decênio anterior, as transformações da estrutura vinham passando por largas transformações no Brasil e na América Latina (*ibidem*, p. 174–179). As atividades econômicas que vinham em expansão eram justamente aquelas que permitiriam a produção de produtos diferenciados que atendiam à base de consumo “moderna”. A mudança estrutural associada a este movimento era um fenômeno explorado pelos principais teóricos cepalinos de então, que se digladiavam a respeito das causas, das consequências e da natureza exata desta mesma transformação.

A autora coloca-se sobre os ombros de Aníbal Pinto<sup>88</sup> quando diz que, a este respeito, não haveria qualquer tendência do modelo de desenvolvimento brasileiro de homogeneização da estrutura produtiva, como defendia Antônio Barros de Castro, nem a tendência estrutural poderia ser reduzida às teses neodualistas de então (tese ligada à figura de Oswaldo Sunkel). Faz, ainda que de forma tácita, oposição também a Celso Furtado, quando questiona as implicações que o mestre cepalino vê em termos da má absorção de mão-de-obra “devida a uma utilização exagerada da tecnologia importada, mais moderna, com maior intensidade de capital e conseqüentemente, ‘desajustada’ a nossa constelação de fatores.” (*ibidem*, p. 190–191).

Nos parágrafos que se seguem, procuraremos mostrar como as críticas que Tavares faz a seus debatedores de então (A.B.Castro, C. Furtado e Oswaldo Sunkel) a respeito das tendências da estrutura produtiva a levam, quase que por consequência, a investigar as estruturas de financiamento e propriedade (capital) que comandam a expansão de determinadas estruturas oligopolísticas e suas relações com o capitalismo internacional, o que está apenas apontado em “Além da Estagnação”. Para Conceição Tavares, ainda argumentando em termos mais ricardianos, seria então a “forma de utilização do excedente” que “indica qual o caráter do processo de modernização” (TAVARES E SERRA, 1970, p. 191). Argumentaremos que já em “Natureza e Contradições do Desenvolvimento Financeiro Recente”, ainda que sem o instrumental teórico-analítico que passa a se valer explicitamente ao longo década de 70, está o complemento essencial para o texto “Além da Estagnação”, pois é nele em que se explora o *comando* (patrimonial-financeiro) do processo de expansão capitalista.

O excedente gerado pela introdução do progresso técnico está, assim, sob comando dessas determinadas estruturas de capitais que se encontram, então, em posição de deliberar sobre a referida “forma de utilização do excedente”. É no esquema interpretativo emergente da conjunção dos dois textos que se dá o ponto de partida da agenda de pesquisa de Conceição Tavares na década de 70 – sobre o qual se dará a superação de diversos elementos centrais, mas também a conservação de outros. O que se revela da obra de Conceição, sob este recorte, é, para os objetivos da presente tese, indispensável.

\*

---

<sup>88</sup> Aníbal Pinto debate o tema, por exemplo, em “Naturaleza e Implicaciones de la ‘heterogeneidad estructural’ de La America latina” (1968).

Além das considerações de natureza keynesiana anteriormente colocadas sobre o ensaio ora focado, nos é necessário expor dois pressupostos que informam sua análise. O primeiro pressuposto do texto de Tavares e Serra (1970) é de que a “incorporação e difusão do processo técnico”, tanto no Brasil quanto na América Latina, foi ligada, em cada etapa histórica, “aos setores responsáveis pela dinamização do processo [de *expansão* capitalista] e mais estreitamente integrados ao capitalismo internacional”. Isto é, considerava que o ponto de partida da inovação tecnológica era externo à América Latina, mas adentrava neste pela via do “capital estrangeiro” e, possivelmente, nas atividades complementares de capital nacional. Embora se apoiando em Aníbal Pinto, os autores não consideravam que esse pressuposto tinha, em si, maiores discordâncias entre seus debatedores.

O segundo pressuposto que é importante ter em mente para a compreensão do “modelo” de Tavares e Serra já não seria ponto pacífico e diz respeito à suposição de que o progresso técnico estaria necessariamente vinculado à acumulação de capital - uma vez que a tecnologia estaria incorporada nas máquinas e equipamentos que acompanham o processo de investimento<sup>89</sup>. Os autores, embora apresentem tal hipótese na primeira parte de “Além da Estagnação”, partem também desse pressuposto quando discutem as consequências estruturais do processo de incorporação e difusão do progresso técnico.

Tendo os dois “pressupostos” supracitados sido expostos, permite-se apreender como os autores inserem-se nessa controvérsia. Frente aos autores cepalinos, Tavares e Serra iniciam a discussão levantando a questão de que se, a partir do “primeiro pressuposto” assinalado, poderiam esperar uma tendência à homogeneização da estrutura produtiva. Dentro do estruturalismo latino-americano, o tema tinha particular importância, uma vez que a forte disparidade da produtividade na estrutura produtiva era, desde Prebisch (1949), frequentemente assinalado como uma das principais expressões das “economias subdesenvolvidas”, sendo comumente associado ao reduzido nível de excedente (BIELSCHOWSKY, 2007, p. 185).

---

<sup>89</sup> Tal hipótese é apresentada para criticar o “modelo” de Celso Furtado (TAVARES E SERRA, 1970, p. 161–167). A passagem ilustra de maneira sintética tal ponto: “*É certo que o aumento do coeficiente capital-trabalho num setor ou atividade dá-se simultaneamente com a penetração ou difusão do progresso técnico, embora a difusão seja restringida. Sempre quando se acumula, os ‘novos’ equipamentos que se incorporam à economia são mais ‘eficientes’ para a dinâmica do sistema que os equipamentos preexistentes*” (*ibidem*, p. 165). A hipótese de Tavares e Serra é necessariamente simplificada, mas não parece haver maiores problemas tendo em vista o propósito da discussão dos autores e as características das tecnologias fordistas em difusão à época.

Para Tavares e Serra, a hipótese de uma tendência à homogeneização produtiva só se sustentaria caso se materializassem as seguintes hipóteses: (i) uma transferência do excedente gerado nos setores modernos em expansão para os não-modernos (TAVARES E SERRA, 1970, p. 185); (ii) a transferência de excedentes deveria ser utilizada na forma de investimento nos setores não-modernos (que se modernizariam) (*ibidem*); (iii) deveria haver condições de realização do excedente (demanda efetiva) (*ibidem*, p. 186–187); e (iv) caso alguma das condições não fosse satisfeita, uma hipótese alternativa seria a homogeneização completa da estrutura produtiva pela via da destruição das atividades não-modernas existentes – e a sua substituição completa pelas atividades “modernas” (*ibidem*, p. 185–188).

Se as condições históricas necessárias à materialização dos referidos processos não se verificassem – e Tavares e Serra acreditavam que não –, não se poderia argumentar satisfatoriamente em favor da hipótese de tendência à homogeneização da estrutura produtiva. Para os autores, a transferência de excedentes, que seria dada pelos poderes de barganha relativos aos diferentes capitais e classes, não se daria através do estado devido ao peso e influência histórica que adquiriram os grupos sociais que comandavam o processo de expansão e acumulação no Brasil e na América Latina. As reformas fiscais e financeiras do PAEG não contemplavam a transferência de recursos para as atividades não-modernas. Algumas atividades complementares (solidárias) à expansão do capital estrangeiro na economia brasileira – isto é, com encadeamento produtivo para trás e para frente – poderiam se valer do processo de difusão tecnológica.

Do lado dos investimentos, essa solidariedade se dava apoiada no poder financeiro do estado que mobiliza o capital nacional de forma complementar e solidária ao do capital estrangeiro (*ibidem*, p. 178). Pelo lado da demanda, a complementaridade se dá pela “indução” para trás que as atividades encadeadas poderiam gerar. Entretanto, a já comentada orientação distributiva do estado nos anos 60 (de caráter regressivo) impedia que a demanda fosse canalizada às atividades não-modernas (produtoras de bens de baixa elasticidade-renda), que se veriam, também por este caminho, impedidas de se modernizar. Por fim, a expansão generalizada dos grupos originalmente detentores da tecnologia de ponta para as atividades não-modernas não se dava, uma vez que poderiam, segundo Tavares e Serra, manter a taxa de lucro elevada nos setores sob concorrência de produtores não-modernos, exatamente explorando o diferencial de produtividade que detinham nessas atividades. Consideravam, ainda, que os aumentos

residuais de demanda que poderiam ser canalizados para as atividades não-modernas eram captados pelos investimentos das empresas que carregavam as tecnologias modernas (*ibidem*, p. 188).

Uma vez que Tavares e Serra propõem o recorte a partir dos grupos sociais, incrustados nos altos capitais e estado brasileiro, que comandam o processo de investimento (acumulação) e expansão do capital no Brasil, haveria pouco espaço, ainda, para reviver as concepções dualistas sobre a estrutura produtiva. Quer-se dizer que, embora discordando da possibilidade de uma tendência à homogeneização da estrutura produtiva (como fazia Barros de Castro), Tavares e Serra negam que isso signifique que houvesse independência sistêmica entre atividades modernas e não-modernas, seja se o corte for regional ou por meio de setores.

O processo de acumulação e difusão tecnológica adentraria, sim, todos os setores, atividades e regiões. Entretanto, embora pudesse haver algum desequilíbrio quando o fenômeno é observado por este prisma, o essencial seria que, no interior de cada atividade/setor, houvesse uma disparidade de produtividade e de setores com níveis de produtividade e penetração do progresso técnico muito distintos (*ibidem*, p. 189–190). Os ciclos de modernização e acumulação no Brasil teriam então sido marcados pelo caráter restringido com que penetrou na economia brasileira. Resgatando a velha problemática clássica, que observa a contradição do desemprego tecnológico e a possível absorção da mão-de-obra decorrente do processo de acumulação, as consequências estruturais em termos de absorção de emprego eram, sim, tal como pregava Furtado e outros cepalinos, insatisfatórias (*ibidem*, p. 190).

Colocavam, também junto com Furtado e outros, que havia uma contradição na incorporação do progresso técnico, que, ao liberar mão-de-obra, impunha ao mesmo tempo certa dificuldade para a realização do excedente de certas atividades. Mas não argumentavam que isso se daria devido a uma característica inata da tecnologia (que Furtado supôs inadequada à constelação de recursos brasileira – abundante em mão-de-obra)<sup>90</sup>, mas que, ao se partir da análise do estilo de desenvolvimento brasileiro como um todo, isso deveria passar pela forma de apropriação, transferência e utilização do excedente. Na medida em que o excedente aumentado era captado pelos capitais internacionais “modernos” e os capitais nacionais associados, eram seus proprietários

---

<sup>90</sup> Uma análise rica sobre o modelo completo cepalino e de Furtado sobre a determinação do emprego pode ser encontrado em Serrano (2001).

que constituíam a “base social” que decidia a forma de utilização do excedente (seja pelas suas decisões próprias, como a partir de sua participação nos rumos do alto estado brasileiro). Em termos de impactos estruturais, não havia, assim, qualquer razão através da qual o excedente aumentado fosse utilizado de forma a penetrar os estratos não-modernos da estrutura produtiva brasileira.

A base social dos setores não modernos não se via articulada aos planos de investimento do alto estado brasileiro e nem tinha maiores capacidades de financiamento próprio. A saída que o sistema encontrava para manter o processo de acumulação e expansão capitalista sem que houvesse penetração generalizada do progresso técnico (homogeneização produtiva) seria através do “processo permanente de desconcentração e reconcentração da renda que lhe permite sucessivas ampliações do mercado de acordo com as características de cada etapa de expansão”(ibidem, p. 187). A base técnica, difundida sob comando do capital internacional, dava, assim, as condicionantes que orientavam as reformas de estado para dar continuidade ao processo de acumulação industrial no país.

Serão dois os mecanismos básicos de reconcentração no Brasil que se encontram “nos novos mecanismos de poder exercidos pelo Estado e no crescente controle financeiro e tecnológico, em mãos do capitalismo internacional” (ibidem, p.199). Levando em conta a problemática da direção da mudança estrutural por meio do processo de expansão do capital, detalham Tavares e Serra que “o que interessa não é tanto a concentração da propriedade e da produção, mas sim *os mecanismos de controle dos setores dinâmicos* e o problema da participação das massas incorporadas ao processo de expansão” (ibidem – grifos nossos). Em “Além da Estagnação”, trataram os autores “unicamente, do segundo aspecto do problema” (ibidem). É apenas em “Natureza e Contradições do Desenvolvimento Financeiro Recente” (TAVARES, 1971) que se poderá depreender a materialização do primeiro aspecto do problema.

Assim, do que foi posto até agora, nos é relevante para os fins da presente tese sublinhar duas características da argumentação contida em “Além da Estagnação”. Em primeiro lugar, que ela é passível de apreensão porquanto se atente que ela *não faz* uma análise em termos de crescimento econômico, mas, sim, em termos de expansão capitalista, estudando como certas atividades modernas vinham ganhando paulatinamente espaço frente atividades não modernas na estrutura produtiva brasileiro (tanto as “novas” atividades quanto as “antigas”). O processo de crescimento econômico

era uma decorrência da dinâmica de acumulação fortemente díspar que ocorria no interior da estrutura produtiva brasileira, uma consequência da interação econômica e social dos grupos dominantes no país.

A segunda dimensão que nos compete salientar é que os autores apontam de maneira clara que o cerne do caráter restringido da difusão tecnológica se dá pela via da apropriação e utilização do excedente. Não tanto por suas implicações sobre a distribuição da capacidade de consumir (embora esse seja um elemento relevante), mas principalmente porque condiciona quais os estratos sociais receptários dos investimentos modernizadores pela via do financiamento decidido em função dos interesses dos grupos sociais proprietários que comandam o processo de expansão capitalista. Será em “Natureza e Contradições do Desenvolvimento Financeiro Recente” que Tavares vai investigar sistematicamente este ponto e é por esta razão que se pode entender que ambos os textos compõem uma “unidade” e estruturam o modelo interpretativo de Tavares às vésperas de sua incursão kaleckiana-industrial em suas famosas teses da década de 70.

Muito se ressaltam, hoje, as mudanças do instrumental analítico de Conceição Tavares dentro dos debates da UNICAMP na década de 70, mas pouca atenção se dá aos componentes de continuidade que envolveram a superação do ocaso de sua fase cepalina. Ainda que com um recorte instrumental com referências distintas, já estão claramente colocadas no seu ensaio “Natureza e Contradições do Desenvolvimento Financeiro Recente” (TAVARES, 1971) aspectos essenciais, embora frequentemente negligenciados do objeto e da superação analítica da agenda de pesquisa que acompanhará Tavares nos anos subsequentes. Tendo em vista dar maior inteligibilidade a estas dimensões da análise de nossa autora, devemos então recorrer a este ensaio.

## ii. O ensaio “Natureza e Contradições do Desenvolvimento Financeiro Recente”: o capital financeiro e o comando da expansão capitalista

Embora haja importantes exceções (BRAGA, 2010; ROBILLOTI, 2016), a dimensão financeira é, certamente, uma das facetas das interpretações de Maria da Conceição Tavares menos estudadas. Ainda que sejam inegavelmente legítimas e tenham também nos apoiado na construção do aqui exposto, o interesse do que se segue é menos identificar o que é autônomo e específico da dimensão financeira em

Conceição Tavares e mais em revelar o que da análise da dimensão financeira e do capital financeiro se integra, em cada fase analisada de seu pensamento, ao esquema interpretativo global que propôs a autora.

Como vimos anteriormente, a argumentação construída em “Além da Estagnação” impõe que sua pesquisa recaia sobre as estruturas de capital e dominação que comandam o processo de incorporação e difusão do progresso técnico na economia brasileira. São precisamente essas estruturas que hão de condicionar as principais características do que então chamava-se de “estilo de desenvolvimento”, no que diz respeito à amplitude da difusão do progresso técnico, à evolução da estrutura de oferta, à orientação distributiva, ao crescimento econômico e à forma de inserção externa brasileira. Nosso recorte, ainda que não se reivindique o único legítimo, não é também estranho a nosso objeto. Escrito um ano após “Além da Estagnação”, lê-se logo na abertura de “Natureza e Contradições do Desenvolvimento Financeiro Recente” que o ensaio:

preferiu centrar-se nos aspectos do funcionamento do setor financeiro que, e no seu entender, pode considerar-se mais relacionados com os problemas da expansão e reconcentração da economia brasileira na sua atual etapa. Uma abordagem interpretativa do significado mais geral do setor financeiro no processo recente de recuperação e crescimento acelerado auxilia o esclarecimento de várias questões relacionadas com a natureza do novo estilo ou ‘modelo’ de desenvolvimento que vem adquirindo forma nos últimos anos (TAVARES, 1971, p. 211).

Após descobrir como a solução histórica que impôs o golpe de 1964 “resolve” as problemáticas da acumulação das frações de capital dominantes no Brasil, podem-se depreender as implicações estruturais e macroeconômicas do modelo de desenvolvimento brasileiro. Uma das questões principais que ficou por resolver diz respeito ao lugar que desempenhava o sistema financeiro nas mudanças do “modelo de desenvolvimento” que seguiria ao golpe civil-militar de 1964 e à reforma financeira do PAEG.

O programa de ação econômica do governo é a primeira grande reforma empreendida pelo estado brasileiro de forma a contrapor-se à crise brasileira de então, em termos de inflação, crescimento, balanço de pagamentos e desequilíbrios regionais (COSTA, 2014, p. 30). Será seguido, ademais, pela troca do ministério que trará projeção a Delfim Netto, autorizando uma série de investimentos públicos em

associação com os capitais nacionais e estrangeiros. Tavares nos mostra que as características da acumulação próprias às frações dominantes de capitais nacionais e internacionais impõem requisitos que norteiam e submetem a agenda de estado brasileiro (TAVARES, 1971). É desta interação que se podem depreender as principais características do “modelo” brasileiro e nos cumpre, assim, a partir daí, organizar a apresentação dos parágrafos que se seguem.

\*

A década de 60 assistia ao Japão e à Alemanha crescendo e transformando sua estrutura produtiva e financeira de maneira particularmente vertiginosa - era a época dos ditos “milagres” e a propaganda política fez questão de se referenciar ao momento econômico brasileiro à semelhança das experiências do norte. Havia um debate que se constituía a respeito da medida em que a experiência brasileira era comparável à alemã e à japonesa (*ibidem*, p. 255).

As leituras oficiais imputavam grande importância às reformas do sistema financeiro para o aumento do investimento e da capacidade de financiamento das empresas. Ao mesmo tempo, Maria da Conceição Tavares tinha, por recomendação de Ignácio Rangel, lido “O Capital Financeiro” (HILFERDING, 1910), como forma de completar a sua formação como economista após os estudos da CEPAL (TAVARES, 2010). Tal leitura, como bem registraria Conceição Tavares em diversos momentos anos mais tarde, marcou de forma importante o instrumental analítico da autora (*ibidem*, 1984a, 1999, 2010; TAVARES E BELLUZZO, 1980).

Como já pudemos assinalar anteriormente, a leitura hilferdingiana faz a categoria “capital” cumprir a função de identificar, a partir de uma base de acumulação (real ou financeira), um vetor de interesses que condiciona e estrutura a ação política e social de determinados grupos sociais. Isto é, a categoria “capital” exerceria a função lógica não apenas de “objeto de acumulação”, mas também de sujeito social. Assim, quando Hilferding identificou na Alemanha uma “fusão” do capital monetário e do capital industrial – que Conceição, a partir de Hobson, interpretaria como uma “relação funcional de dominação”, expressando uma “solidariedade de interesses” ou, mesmo, uma “aliança informal” (TAVARES, 1984a, p. 14) -, sob o comando do primeiro, criou uma nova categoria chamada de “capital financeiro”<sup>91</sup>. A categoria teria se mostrado

---

<sup>91</sup> É importante notar que o ensaio de Maria da Conceição Tavares vale-se da categoria “capital financeiro” tanto para identificar o que hoje, na linguagem mais comumente utilizada sobre o tema,

relevante, uma vez que os dois sujeitos sociais teriam se imbuído e complementado num projeto comum de acumulação, em que puderam, em grande medida, submeter e se apoiar no estado alemão para expandir-se interna e externamente frente a atores sociais de outros estados-nação.

Das amplas reformas do sistema financeiro que tomam cabo a partir do PAEG, Conceição Tavares considera essencial apreender que:

A formação de novos grupos financeiros estrangeiros e a rearticulação de alguns velhos grupos nacionais, tendo como centro os bancos de investimento e mediante a fusão prévia de bancos comerciais e agrupação de financeiras, com a sua constelação de agências corretoras e distribuidoras de títulos, é a tendência recente mais importante do processo de reconcentração financeira. Estes novos grupos adquirem posição hegemônica no processo de controle crescente do capital financeiro [monetário/bancário] e alguns deles tentam alcançar a etapa do conglomerado [capital financeiro], ou seja, o tipo de centralização capitalista na qual se entrelaça a expansão financeira com o controle ou participação em empresas produtivas dos mais distintos ramos (TAVARES, 1971, p. 228) [grifos nossos].

Está assim se questionando se o processo não levaria à construção do capital financeiro brasileiro, análogo ao que se identificou tanto na Alemanha quanto no Japão, que pudesse fazer frente à expansão dos capitais estrangeiros dentro da economia nacional. Eram estes, afinal, que vinham orientando e comandando o processo de expansão do capitalismo no Brasil, ensejando às mudanças da estrutura produtiva, patrimonial e distributiva brasileira suas características fundamentais, conforme analisado anteriormente (TAVARES E SERRA, 1970).

Conceição Tavares argumentará que não, as formas de acumulação próprias ao capitalismo brasileiro tinham natureza radicalmente distinta das experiências do norte e não lograram a criação de um sujeito social à semelhança do capital financeiro japonês, alemão ou mesmo estadunidense. Que elementos permitem a autora chegar a essa conclusão?

Conceição preocupa-se, então, em explorar em que medida as reformas do sistema financeiro lograram criar conglomerados que articulassem os objetivos do capital industrial e do capital monetário em torno de um interesse comum. Entretanto, os grupos financeiros atuantes no Brasil teriam tido uma vinculação muito precária com

---

identifica-se como “capital monetário” (ou mesmo “capital bancário” e “capital dinheiro”), quanto para designar a associação em si do capital produtivo (industrial) e monetário. Procuraremos no nosso texto, salvo quando citado trechos da obra de Conceição Tavares, utilizar as categorias de forma a “separar” o “capital monetário” do “capital financeiro”.

a acumulação produtiva, servindo de suporte apenas ao financiamento do consumo, pelo lado da demanda, mas sem comandar um processo de centralização de capital produtivo através de uma possível ampliação de sua carteira de investimentos privados de longa maturação:

Já se pode assinalar que, pela própria dinâmica do processo de expansão em curso, a órbita financeira está ganhando uma autonomia relativa, que põe em risco a manutenção de uma taxa de acumulação, sem haver contribuído até o momento, de forma decisiva, para um aumento da taxa global de poupança interna da economia. Deste modo, parte dos argumentos apoloéticos sobre o desenvolvimento do mercado de capitais e sua influência no aumento da taxa real de poupança-investimento, macroeconômica, não tem recebido apoio da experiência concreta. As relações entre expansão financeira e aceleração do crescimento parecem estar reduzidas, até esta etapa, a uma mera redinamização da economia mediante a expansão à *outrance* dum consumismo restringido e de uma euforia especulativa sem precedentes (TAVARES, 1971, p. 233).

O “capitalismo financeiro” que intitula a coletânea de ensaios clássica de Tavares teria começado a se consolidar no Brasil através das reformas do PAEG. Estaria expresso, em primeiro lugar, através de uma criação de um *locus* próprio de acumulação estritamente financeira, por vezes chamada de “fictícia”, de dinâmica com “autonomia relativa” à do setor produtivo. Quer-se dizer que os capitais líquidos no Brasil passaram a estar diante de uma oportunidade até então inusitada no país: aumentar a sua massa de valor sem passar diretamente pela esfera produtiva.

Há dois mecanismos básicos que Conceição Tavares sugere e que materializariam tal oportunidade. Diz-se respeito, primeiramente, à criação e lançamento de títulos do Tesouro Nacional com correção que os protege da inflação, as chamadas “obrigações reajustáveis do Tesouro Nacional” (ORTN). Embora uma parte dos valores captados pelo Tesouro Nacional através desse canal fosse utilizada efetivamente para cobrir gastos governamentais, a sua maior parte era captada pelo Banco Central sob o argumento de que se estava “enxugando a liquidez” do sistema, como “forma de combate à inflação”.

Independente de mérito e dos objetivos dessa política, sob ótica dos capitais líquidos, estes títulos permitem que se aumente a massa de capital, de forma periódica, sem qualquer conexão com a esfera produtiva. O segundo mecanismo que permitiria a Conceição falar em um *locus* de acumulação financeira fictícia, de menor relevância comparativa, diz respeito ao crescimento experimentando dos valores nominais dos

ativos nas bolsas de valores. Com a aceleração do crescimento do valor das ações das bolsas brasileiras, havia um grande entusiasmo a esse respeito e muitos analistas acreditavam que estariam diante de uma nova forma de financiamento da atividade produtiva. Conceição, entretanto, destacava que boa parte da valorização bursátil era desvinculada a investimentos privados em capital produtivo<sup>92</sup>.

À parte do *locus* de acumulação financeira-fictícia já mencionada, que em si trata-se de um descasamento dos modos de acumulação do capital produtivo e monetário, Conceição vai explorar se não há outros mecanismos através dos quais a acumulação dos capitais nacionais monetários e produtivos poderia apoiar-se mutuamente. Tavares argumenta que o movimento de concentração bancária no Brasil, sob intensa competição interna e sob uma conjuntura em grande transformação, expressa-se como uma “corrida para controlar expandir o sistema financeiro” (*ibidem*, p. 227) nas quais o capital monetário estaria assumindo a forma da intermediação não-bancária. Teria como consequência sua adaptação “às novas circunstâncias mediante uma intensa modernização tecnológica de procedimentos bancários, mas, sobretudo, a buscar apoio na criação ou associação com agências financeiras extrabancárias, nacionais ou internacionais” (*ibidem*). Trata-se do crédito concedido por companhias de crédito, financiamento e investimento, que teve participação aumentada no total de crédito do setor privado de 6% em 1964 para 17% em 1970, ainda que o crédito bancário tenha crescido 14,7% ao ano em termos reais (*ibidem*, p. 231–232).

Assim, ainda que houvesse uma dimensão da acumulação financeira que não fosse propriamente “fictícia”, as experiências estudadas por Hilferding para o capitalismo alemão do início do século XX, bem como as então modernas experiências alemãs e japonesas, não encontravam correspondências maiores com o caso brasileiro. Soma-se ao contraste, ainda, o fato de que o capital monetário atuante no Brasil estava então, de fato, enlaçando-se com capitais monetários e financeiros internacionais:

Dos 30 bancos de investimento existentes em 1969, 10 tinham ligações explícitas com grupos estrangeiros e dos demais todos, à exceção de 4, são originários de fusões ou reorganização de grupos financeiros com o apoio em velhos bancos comerciais. De fato, as tendências à reconcentração

---

<sup>92</sup> Ver, por exemplo: “A valorização extraordinária das ações permite que a capacidade de acumulação interna de um número crescente de empresas se torne cada vez mais dependente de novos desdobramentos de capital que, inegavelmente, reduzem o custo de seu capital de trabalho, mas implicam taxas de descontos crescentes, dados os compromissos de pagamentos de dividendos, que vão se acumulando e diferindo no tempo” (TAVARES, 1971, p. 243).

financeira e à formação de novos grupos financeiros com ou sem articulação com os tradicionais e com o exterior têm-se manifestado claramente desde 1966, tendo-se acentuado ainda antes que se produzissem as mudanças mais recentes na legislação sobre estímulos às fusões de grupos privados (*ibidem*, p. 226).

As transformações estruturais pelas quais passa o sistema financeiro, ainda que sem qualquer analogia possível com as experiências “exitosas” do norte, eram não menos significativas. A professora emérita da UFRJ depreende destas uma série de transformações de natureza macroeconômica e estrutural para o estilo de desenvolvimento brasileiro de então. Vamos a elas.

\*

As possibilidades de financiamento do investimento público e privado, antes de 1964, eram bastante distintas das que se sucederam. Historicamente, os grupos industriais nacionais, contavam basicamente com o autofinanciamento para o investimento de suas atividades. Apenas na década de 50 o BNDE se estrutura e passa a financiar parte da indústria brasileira, e a histórica ligação patrimonial com o capital cafeeiro, bem como o acesso à carteira de crédito agrícola e industrial do Banco do Brasil não provia a todo o sistema acesso ao financiamento.

O estado combinava emissão primária com arrecadação tributária, o que permitia maior poder de autofinanciamento. Para Tavares, ambos os atores, capitais privados nacionais e estado, valiam-se da inflação para periodicamente extrair excedente das classes trabalhadoras, enquanto os capitais estrangeiros tinham ainda o acesso facilitado por via de suas matrizes e acesso a sistemas financeiros mais desenvolvidos no exterior (acesso nem sempre aberto sequer ao estado brasileiro, a dizer pelas fracassadas negociações com as instituições financeiras internacionais dadas no governo João Goulart<sup>93</sup>). Assim, a problemática básica do que diz respeito às condições de financiamento e realização da expansão produtiva naquela fase poderia então ser colocada da seguinte forma:

De fato, as possibilidades de realização do potencial produtivo implícito nos setores novos ou modernizados (de bens de consumo durável, de produtos

---

<sup>93</sup> Ver, a este respeito, o interessante artigo de Bastian (2013).

intermediários e de capital), e em grande medida subutilizados, eram dificultadas por duas circunstâncias básicas:

- o relativamente reduzido poder de compra das camadas sociais 'médias', consumidoras virtuais dos novos bens e serviços;
- a impossibilidade crescente do Governo e das empresas para autofinanciar-se ou lograr a utilização de novas fontes externas, a fim de cobrir suas vendas ou seus programas de investimento autônomos, em alguns casos de longa maturação (TAVARES, 1971, p. 218).

Uma das principais consequências “macroeconômicas” seria que a evolução do crédito bancário passa a ganhar independência relativa da política monetária do governo (*ibidem*, p. 227) - mediante a colocação de “ativos não-monetários” sob poder do público, em que se destacariam a ORTN e os instrumentos de dívidas privadas (aceites cambiais) (*ibidem*, p. 228–229). Deve-se também a isso, aliás, o aumento do crédito que impacta a macroeconomia e o modelo de desenvolvimento de então pelo lado da demanda de bens e serviços finais (*ibidem*, p. 230). Assim, no que toca à influência das transformações da estrutura do sistema financeiro nas condições de financiamento e realização da produção, os principais posicionamentos de Tavares são os que se seguem.

Primeiramente, vai procurar argumentar que, a partir das transformações referenciadas, as transformações financeiras não causaram uma mudança mais substancial na capacidade de financiamento do investimento privado. Conforme já comentado, havia uma grande expectativa a este respeito, uma vez que o mercado de capitais estava em *boom* e o governo havia feito um amplo movimento de apoio à concentração bancária e ao estímulo à criação de bancos de investimento. Conceição Tavares argumenta que as transformações do sistema financeiro não aumentaram o financiamento de longo prazo dado pelas instituições bancárias brasileiras, cuja estratégia orientou-se para o financiamento do capital de giro, o aumento do crédito ao consumidor e a aplicações de recursos nos títulos do governo (*ibidem*, p. 240–241).

A entusiasmada ampliação do mercado de capitais não vinha se devendo principalmente através de um aumento de sua base real, mas era forçada pelas estratégias de valorização das agências financeiras que articulavam o lançamento das ações de capital produtivo nos mercados primários e secundários, e a maior parte das empresas brasileiras permaneceram com estrutura patrimonial fechada. O aumento dos valores transacionados no mercado de capitais era um aumento especulativo (fictício), mormente originado dos estímulos governamentais, sem corresponder a um aumento significativo na base de ativos ou na sua contrapartida real (*ibidem*, p. 243). Assim, o mercado de capitais funcionava antes como um mecanismo de descongelamento de

certos capitais e acumulação fictícia do que propriamente como financiador do investimento. Por isso, contrariando os argumentos do *mainstream*, os recursos provenientes das unidades superavitárias não eram canalizados para o financiamento (*ibidem*, p. 236)<sup>94</sup>.

Em segundo lugar, embora as transformações do sistema financeiro não tivessem aumentado a capacidade de financiamento do investimento privado, ela mudaria, sim, a forma como se financiava o gasto público. Se bem o Banco do Brasil tenha mantido sua capacidade de expandir a base monetária de maneira independente (através da movimentação que mantinha junto ao Banco Central), a criação das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional e o fim da lei da usura protegeram a aplicação de recursos no novo mercado de títulos públicos. Conjuntamente a outros propósitos, relativos à acumulação financeira, o aumento exponencial do lançamento de títulos dessa natureza, ainda que muito superior aos déficits do governo, funcionariam também como uma nova modalidade de financiamento dos gastos públicos.

Em terceiro lugar, as transformações do sistema financeiro impactaram decisivamente o crédito ao consumidor para bens compatíveis com a orientação tecnológica da expansão capitalista de então. O velho sistema bancário diminuiu o número de bancos comerciais, passando de 335 (1962) para 195 em fins dos anos 60. Passam a ter crescente vinculação com os capitais estrangeiros, seja uma vinculação do tipo patrimonial, seja com captação de recursos nos mercados externos. Houve no período, também estimulado pelo governo, mas mormente oriundo da “competição das novas agências extra-bancárias” (TAVARES, 1971, p. 226–227), um movimento importante de concentração bancária. Uma de suas orientações estratégicas mais importantes diz respeito ao financiamento dos bens de consumo “modernos” – o aumento do crédito teria crescido após 1967 a uma taxa global média de 21,4% ao ano. Conjuntamente com os impactos distributivos registrados em “Além da Estagnação” (TAVARES E SERRA, 1970), o aumento do crédito para o consumo moderno foi fator decisivo para a realização da produção do novo estilo de desenvolvimento brasileiro e os novos padrões de expansão capitalista do país pós- 1967.

Formada na tradição histórica, Conceição Tavares também se questiona a respeito dos impactos sobre a demanda em um horizonte mais a longo do tempo.

---

<sup>94</sup> Keynes argumentava que uma das condições básicas para refutar a Lei de Say era negar a máxima de que se compra mercadorias tanto com a parte da renda despendida quanto com a poupada (KEYNES, 1936, p. 56–57).

Acredita assim, “em quarto lugar”, que há dois mecanismos através dos quais as transformações do sistema financeiro poderiam levar, destarte seus efeitos expansivos mais imediatos, a uma diminuição das condições de demanda, se tomados em conta os efeitos do sistema financeiro sobre um horizonte temporal um pouco mais largo.

De um lado, acredita que a via do crédito ao consumidor não poderia continuar a crescer indefinidamente, uma vez que o endividamento das famílias já estava chegando a níveis alarmantes, o que dificultaria a continuidade do aumento do consumo por este canal. Tal mecanismo era agravado pelo fato de que as modificações pelas quais passava o sistema financeiro eram um dos mecanismos mais importantes que imprimiam ao novo estilo de desenvolvimento brasileiro seu caráter regressivo (veremos mais à frente seus mecanismos). A piora distributiva, assim também impactada pela transferência de excedentes para o setor financeiro, dificultaria a continuidade do aumento do endividamento familiar. Outro caminho que alarmava Conceição Tavares seria através da taxa de investimento. A expansão desenfreada dos ativos financeiros, ao desencontrar-se de sua base produtiva e fazer transferir excedentes crescentes em favor da órbita financeira, traria implícita uma pressão sobre a “taxa de rentabilidade esperada por unidade de investimento real”, o que poderia dificultar para que o investimento servisse de sustentação ao consumo de maneira indefinida (TAVARES, 1971, p. 244–246).

À parte das relações existentes entre as transformações do sistema financeiro e as condições de financiamento e realização da produção, a autora vai explorar também outras expressões nas estruturas produtivas e sociais que poderiam ser atribuídas a tais transformações. A principal delas será a influência que exerce na distribuição de renda e na inflação. Argumentará que as transformações financeiras criariam uma correia de transmissão dos juros dos ativos financeiros de curto e médio prazo para os custos financeiros das empresas produtivas, com repasse, a partir daí, para os preços finais (*ibidem*, p. 240–243):

A acumulação financeira se mantém, pois, até 1969/70, mediante uma expansão da dívida pública e privada crescentes e com base numa alta taxa de rentabilidade e negociabilidade de ativos financeiros de curto e médio prazo, que têm seu valor corrigido automaticamente contra a inflação ou oferecem uma taxa de juros antecipada que extrapola as tendências inflacionárias. Esse processo deu lugar a um acentuado aumento dos custos financeiros das empresas e a necessidades crescentes de capital de giro que deprimem sua taxa de lucro líquido e, conseqüentemente, suas possibilidades de acumulação interna.

Na próxima subseção, recuperamos os ensaios “Além da Estagnação” e “Natureza e Contradições do Desenvolvimento Financeiro Recente” para mostrar como eles, ao mesmo tempo em que traduzem o ocaso de sua fase cepalina, já possuem elementos que vão remanescer ao longo de toda a sua pesquisa futura e superação crítica a respeito das interpretações sobre o subdesenvolvimento brasileiro.

### iii. Síntese: as bases de uma agenda de pesquisa insubordinada sobre o subdesenvolvimento

A minha obsessão sobre a intermediação financeira interna e a falta de um capitalismo financeiro digno deste nome, que permitisse à monopolização produtiva evoluir para uma eficaz centralização de capital, percorrem todos os meus ensaios, desde 1967 até os mais recentes. Nenhuma das soluções encontradas pelos sucessivos governos do país, de JK em diante, se revelou satisfatória. Todos foram esquemas provisórios, inventados como expedientes para tocar para frente os projetos, públicos e privados, associados ou não ao capital estrangeiro, utilizando fundos de natureza parafiscal, que, além de se revelarem estruturalmente ineficazes, padeciam do vício expropriatório, no caso da poupança forçada dos trabalhadores, e patrimonialista, no caso da sua utilização pela burguesia nacional e internacional (TAVARES, 1999, p. 476).

Pode-se dizer que a agenda de pesquisa sobre o subdesenvolvimento latino-americano nasce do modelo “centro-periferia” de Prebisch e se afirma com os estudos de Furtado na década de 60 (BIELSCHOWSKY, 2007; TAVARES, 2000). A concepção latino-americana de subdesenvolvimento rompia com a noção etapista reinante e afirmava que o subdesenvolvimento estruturava-se como uma inserção específica nas relações internacionais de dominação de diferentes naturezas, indo desde o espectro econômico e político, passando igualmente por questões relativas à tecnologia e mesmo à cultura. Suas especificidades eram de natureza estrutural e tinham origem histórica, fazendo reproduzir, ao longo do tempo, condições como pobreza, desemprego, subemprego, estrangulamento do balanço de pagamentos, inflação, heterogeneidade estrutural e baixa produtividade média. Essas peculiaridades fariam requerer uma agenda de pesquisa própria, com categorias e apresentação de saídas irreduzíveis aos modelos pensados para os países do centro. O ocaso da fase cepalina de Maria da Conceição Tavares esconde as primeiras luzes do alvorecer de uma renovada agenda de pesquisa sobre o subdesenvolvimento.

Ainda que guarde as mesmas preocupações a respeito das condições estruturais que fazem reproduzir periodicamente o subdesenvolvimento, aí sem dúvidas incluídas sua interação “dependente” com as estruturas econômicas, sociais e políticas internacionais, passa a investigá-la de maneira insubordinada às teses da escola cepalina e das principais vertentes da economia política crítica e anti-governista de então. O golpe de 1964 traz irreversíveis mudanças para o Brasil, e Conceição Tavares está começando a investigar como se dão as “novas relações de dependência” (TAVARES, 1971, p. 254), que se darão em marcos necessariamente distintos da inserção externa no período anterior.

É também neste espaço que suas teses de 1970 e primeira metade dos anos 80 se tornarão clássicos da literatura em economia política do Brasil. Embora não se possa depreender diretamente dos textos que aqui analisamos uma posição fechada sobre como será essa nova relação, até porque era ainda relativamente recente as principais transformações estruturais brasileiras, Maria da Conceição Tavares deixará enunciado que ela será dada como expressão das tendências estruturais pelas quais passava o capitalismo brasileiro e mundial – e isso não poderia ser estudado, jamais, sem se levar em conta a estrutura patrimonial e financeira que comanda o que então poderia ser caracterizado como o “processo de produção e distribuição do excedente” (a nível interno e externo).

A distribuição dos frutos do progresso técnico depende dos mecanismos de controle dos setores dinâmicos *em expansão*, cujo fundamental, pelo lado da propriedade, seria “mencionar a forma com que se demonstrou como a mais eficiente *para controlar os setores dinâmicos*, relacionada com o ‘novo’ capitalismo financeiro que adquire importância crescente” (TAVARES E SERRA, 1970, p. 199 - grifos nossos). Seria este, precisamente, como já foi anteriormente mencionado, o objeto central de estudo em “Natureza e Contradições do Desenvolvimento Financeiro Recente” (TAVARES, 1971).

Por isso, Conceição Tavares dará um peso enorme, nesse ínterim, à compreensão de como os diferentes capitais, nacionais e estrangeiros, expandem-se, solidarizam-se e competem no Brasil. O estado, a despeito do seu caráter como sujeito político próprio (*ibidem*, 1972), aparece como ente em torno do qual se media interesses, “solucionam”-se diferentes facetas da distribuição entre classes e intra-capitais (incluindo externos) e se determina a solução às problemáticas centrais da acumulação própria do então

chamado “estilo de desenvolvimento brasileiro”. A esse respeito, a síntese que propõe Tavares é elucidativa:

[acreditar na estrita correspondência das experiências brasileiras com as do norte] seria esquecer que o capitalismo financeiro representou para os países centrais uma etapa mais avançada do desenvolvimento das forças produtivas internas em sua expansão monopólica em escala mundial, enquanto no caso brasileiro corresponde, somente, a uma tentativa de readaptação da estrutura oligopólica interna às novas regras do jogo econômico financeiro internacional.

Nessa readaptação se configura um processo cujo caráter supõe o estabelecimento de um novo esquema de articulação entre empresas públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, no qual joga um papel decisivo o capital financeiro internacional, e que corresponde a uma nova forma de inserção de setores fundamentais da economia brasileira em um marco distinto de relações de dependência. As características dominantes dessas novas relações estão dadas pela dinâmica da competição entre as grandes empresas monopólicas internacionais, num mercado mundial também em rearticulação (TAVARES, 1971, p. 254).

A autora argumenta que as transformações pelas quais passou o sistema financeiro brasileiro não lograram criar um ente econômico-político-social análogo ao capital financeiro alemão ou japonês no Brasil (*ibidem*). Diferentemente, as transformações estruturais que trouxeram as reformas do sistema financeiro brasileiro, ainda que feito de forma a complementar o modelo de expansão capitalista de então, o fez sem concentrar e centralizar os bancos e demais instituições financeiras junto aos capitais industriais brasileiros dentro de um projeto de acumulação comum, que fizesse frente à projeção dos capitais internacionais na economia brasileira. Pelo contrário, o estado continuou agindo de forma solidária aos capitais internacionais e se valendo dos capitais nacionais como sócios, ainda que menores, do novo modelo de capitalismo brasileiro.

Setores financeiros, mormente através da especulação no mercado de capitais e dos títulos públicos ligados à ORTN, ganhariam, ainda, um espaço de acumulação relativamente autônomo e desvinculado às problemáticas de acumulação própria aos capitais industriais nacionais – podendo mesmo ser antagônico a esses através de crises financeiras. Os capitais industriais em expansão no Brasil foram liderados pelos conglomerados internacionais, de onde se origina o ponto de partida da difusão do progresso técnico, tendo os maiores capitais industriais nacionais se modernizado e expandindo de forma subsidiária, embora sem se concentrar ou se projetar sobre o todo da estrutura produtiva não-moderna.

Não se pretende, com os parágrafos precedentes, encerrar as discussões e a riqueza das teses contidas em “Além da Estagnação” e “Natureza e Contradições do Desenvolvimento Financeiro Recente”. Também seria inapropriado dizer que se pretende decodificar os escritos. Fazemos, sim, uma tentativa de mostrar que algumas problemáticas específicas e hoje negligenciadas da agenda de pesquisa de Maria da Conceição Tavares ao longo de sua subsequente e profícua trajetória intelectual e política já estavam postas nos textos em questão. Apareciam de forma articulada, formando uma unidade de análise – fragmentada, como é próprio ao objeto, e provisória, como é própria à investigação crítica.

Com o alvorecer de sua “fase do desenvolvimento capitalista no Brasil”, materializada com “Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil”, muitas tratativas teóricas e interpretações vão se alterar no pensamento de Conceição Tavares, como foi bem assinalado e registrado por tantos comentadores (ÁVILA, 2006; BIELSCHOWSKY, P., 2011; ROBILLOTI, 2016). Entretanto, as preocupações sobre as condições de reprodução e transformação das estruturas internas e externas que condicionam o subdesenvolvimento brasileiro se manterão. Nossa esperança é que, ao retomar o nascimento da agenda de pesquisa por esses prismas, permitam-se vislumbrar, nas suas teses clássicas dos anos 70 e 80, os elementos que hoje, no debate crítico, por uma razão ou por outra, parecem ofuscados.

### **2.2.2 1974-1984: A afirmação de uma pesquisa insubordinada meio à controvérsia brasileira sobre a acumulação de capital**

Tentar articular problemas teóricos clássicos de acumulação de capital juntamente com alguns traços centrais das contribuições mais relevantes sobre problemas de acumulação oligopólica, através de uma visão não-convencional no interior da chamada ‘Teoria do Subdesenvolvimento’, é uma tarefa que, embora inglória, não resulta (para mim) inútil (TAVARES, 1974, p. 15).

Com o adentrar da década de 70, o embate crítico ganhava força dentro da academia brasileira. A UNICAMP consolida sua pós-graduação em economia e abriga parte central da intelectualidade que hoje anima a imaginação crítica oriunda do estudo em economia política das universidades brasileiras. Circulava neste espaço uma ambição política comum: a de questionar a suposição de legitimidade econômica pretendida pelo governo da ditadura militar (MALTA, 2011). Em época do dito

“milagre econômico”, ou mesmo após seu arrefecimento (1973-1974), Conceição Tavares participa ativamente da crítica ao modelo brasileiro e passa a apoiar-se, nesse ínterim, também nos trabalhos de Beluzzo, Carlos Lessa e João Manuel C. de Mello (BIELSCHOWSKY, P., 2011; MALTA, 2011). Ademais da oposição anti-governista mais ampla, havia também o debate interno à UNICAMP. Os embates de natureza política estavam coadunados a tratativas intelectuais de densidade e aparência tal, que eram capazes de arrebanhar debatedores de diferentes sortes e posições políticas. Internamente ao debate intelectual crítico, muito embora apoiada num esforço coletivo de pesquisa, Maria da Conceição Tavares valeu-se de seus recursos para criar uma agenda de pensamento própria ou, ao menos, que estabelecesse um contraponto às principais vertentes em disputa.

Frente ao forte debate vigente na UNICAMP como decorrência da controvérsia do capital dos decênios anteriores da Universidade de Cambridge, Conceição Tavares afirma, por exemplo, uma leitura pretensamente distinta às soluções “neo-ricardianas” e “neo-marxistas” sobre a categoria capital e a lei do valor (TAVARES, 1978, p. 47–76) – esta última sendo lida não como uma lei de transformação dos valores em preços, mas como uma lei de valorização do capital. A rebeldia de sua pesquisa apoiava-se decerto em um acúmulo prévio de conhecimento realizado por tantos autores, mas, insubordinada às interpretações de seu entorno, alcançava o escrutínio de algumas das categorias das mais fundamentais do pensamento econômico.

Assim, embora seja inteiramente legítimo evidenciar as contribuições de Conceição Tavares para o debate sobre o crescimento econômico na década de 70, como fazem os importantes trabalhos de Pablo Bielschowsky (2011) e Ricardo Bielschowsky (2010), nos parece igualmente importante qualificar as relações entre acumulação, crescimento e capital na pesquisa de Conceição Tavares no “interior da chamada ‘Teoria do Subdesenvolvimento’” (TAVARES, 1974, p. 15), bem como do sentido que a autora dá à sua “visão dinâmica” (*ibidem*, p. 28). Já assinalamos anteriormente que quando do ocaso de sua fase cepalina, Conceição Tavares distinguia a noção de “expansão” com a de “crescimento” e sublinhava sua importância para a discussão sobre mudança estrutural no capitalismo brasileiro (TAVARES E SERRA, 1970, p. 174–175). Ainda que submetido a leis próprias à macroeconomia, o “crescimento econômico” era antes um subproduto das estratégias, interesses e posições

de poder das frações de capital dominantes e influentes no Estado brasileiro, que procuravam submetê-lo às suas necessidades específicas de acumulação.

As características gerais de natureza macroeconômica, como, por exemplo, demanda efetiva, disponibilidade de financiamento e condições do balanço de pagamento eram, é claro, vigentes e, em certo sentido, até “determinantes” - suas causalidades e “leis” próprias poderiam possivelmente fazer impor aos comandados empresariais e de estado as suas próprias contradições. Mas eram, antes, uma manifestação, possivelmente contraditória e não-intencional, das estratégias, interesses, concepções de mundo e posições de poder dos grupos que comandavam o processo de “expansão” de capitais.

É como decorrência dessa concepção que, quando Conceição Tavares fala em “padrões de acumulação” no capitalismo brasileiro na década de 70 (TAVARES, 1974, 1978), ela terá como ponto de partida histórico-estrutural a projeção das estratégias de acumulação dos capitais produtivo, monetário e financeiro das economias industrializadas sobre as semi-industrializadas. Está buscando identificar as formas e padrões através das quais os diferentes capitais - produtivos e monetários, nacionais e internacionais - acrescentam valor a si mesmo e concorrem entre si. Intenciona mostrar quais destas formas são as mais relevantes e predominantes, não exatamente do ponto de vista da *composição* estrutural, mas antes de sua *mudança e dinamização* – que não são necessariamente coincidentes.

Maria da Conceição Tavares também mostra que, assim, como determinadas estruturas oligopólicas dos países centrais, ao projetar-se sobre as dos países semi-industrializados do Brasil e da América Latina, condiciona a *mudança estrutural* e a *sucessão temporal* de determinados padrões de formação e acumulação oligopólica, relativos a diferentes capitais (TAVARES, 1974, p. 26–31). Deste processo, combinado às respostas político-sociais dos atores influenciados por tais movimentos, emerge diferentes características próprias à macroeconomia e à economia política, como crescimento econômico, progresso técnico e distribuição.

É neste espaço metodológico que sua criativa utilização do instrumental kaleckiano ganha sentido. O modelo tridepartamental a permite começar a investigar as expressões econômicas gerais que a interação das diferentes frações de capital e seus respectivos projetos particulares de acumulação faz emergir. Certamente, o crescimento econômico é uma destas expressões gerais e isso já pôde ser investigado com acuidade

em trabalhos prévios (ÁVILA, 2006; BIELSCHOWSKY, P., 2011; BIELSCHOWSKY, 2010; BIELSCHOWSKY, R., 2011; ROBILLOTI, 2016), assim como também é o caso da questão distributiva (BIELSCHOWSKY, P., 2011; MALTA, 2011; ROBILLOTI, 2016). É também devido à riqueza destes trabalhos que nos é permitido centrar nesta dimensão particular que emerge da interação combinada da acumulação oligopólica: a questão da composição e da mudança estrutural que emerge diretamente da interação dos anseios de acumulação oligopólica.

O instrumental tridepartamental que empregou Tavares na análise dos padrões de acumulação do Brasil é, igualmente, central à ótica analítica que aqui se faz. Mais uma vez, sem nos propor a reivindicar uma “verdade última” sobre esta ou qualquer outra faceta da obra de Maria da Conceição Tavares, esperamos que nossa empreitada permita ao leitor visualizar elos causais antes obscurecidos sobre as preocupações clássicas do subdesenvolvimento, permitindo vincular, com esta, temas caros à presente tese (como capital financeiro, internacionalização, acumulação de capital e tecnologia). Também se espera, ademais, que temas próprios à agenda de pesquisa sobre o subdesenvolvimento - como inserção externa, nexos de dominação nas relações internacionais, as particularidades das economias latino-americanas, mudança estrutural e suas implicações em termos de nível de atividade, distribuição, preços, produtividade, difusão tecnológica e balanço de pagamentos - permitam-se ver-se articulados numa estrutura teórico-analítica com elos causais próprios.

De fato, Conceição Tavares opera uma revisão de seu instrumental teórico adquirido na CEPAL, mas não sem manter seus elementos de continuidade: “Como toda revisão crítica, mantém alguns enfoques comuns à visão inicial (por exemplo, a visão de Centro e Periferia) e tenta em simultâneo afastar-se radicalmente dela” (TAVARES, 1974, p. 14). O pensamento cepalino, no qual se forjou, colocava que o subdesenvolvimento era não uma etapa para se alcançar o desenvolvimento, mas uma forma particular de inserção na dinâmica econômica e na política internacional. Não há, até aí, maiores revisões operadas por Tavares. Suas teses da década de 70 ainda investigam a evolução da economia política interna – a América Latina seria caracterizada como países semi-industrializados – de forma coadunada com a das economias do centro, ditas “industrializadas” (*ibidem*). Ainda observa e sublinha que a evolução social, econômica e política interna evoluem de forma “combinada” e “desigual” àquela evolução que parte das economias do centro. A dinâmica econômica,

social e política dos centros, por sua vez, ainda que também não evoluam autonomamente em relação à economia e à política que lhes são externas, evoluem sem levar em maiores considerações as economias subordinadas da periferia.

A diferença maior que passa a promover Conceição Tavares frente ao pensamento cepalino diz respeito, nesse ínterim, em afirmar que era de sorte distinta à natureza desse condicionamento do externo industrializado sobre o interno latino-americano semi-industrializado. Voltou-se Conceição Tavares ao escrutínio das relações de dominação internas à sociedade brasileira como forma, de um lado, para aprofundar o estudo material-concreto sobre o Brasil e, de outro, para contrapor-se ao determinismo próprio às teses da dependência tão em voga.

Nas próximas subseções, partiremos também das características gerais do instrumental kaleckiano, procurando evidenciar as particularidades que julgamos centrais à apropriação específica que dele promove Maria da Conceição Tavares. Procuraremos, até o fim do capítulo, mostrar que as principais preocupações da agenda de pesquisa em subdesenvolvimento permanecem em voga nesta fase da pesquisa de Conceição, com a diferença de que se articulam de maneira grandemente distinta de suas fases prévias. Assim, organizamos seções separadas para o debate de “preços e distribuição” e “moeda, valor e estado”, que se propõem a investigar os elementos básicos que amarram tal articulação.

Tendo em vista a organização geral desta tese, do qual este capítulo é apenas parte, optamos por deixar apenas para o fim do capítulo o escrutínio mais detido da face da internacionalização e da inserção externa relativa a esta fase de sua pesquisa sobre o subdesenvolvimento brasileiro e latino-americano. As tratativas intelectuais que promove frente a seus debatedores no Brasil hão de se colocar também frente às teses então clássicas sobre internacionalização do capital (TAVARES E TEIXEIRA, 1980) e permanecerão vivas e pujantes em toda a sua pesquisa futura na “fase” sobre a economia política internacional. Nisto, se inclui, decisivamente, uma interação central atualizada da ideia dual básica “centro-periferia”, agora, entretanto, investigada nos termos de “economias industrializadas” e “economias semi-industrializadas” – com relações de conteúdo próprio.

### 2.2.2.1 Acumulação de capital no modelo tridepartamental kaleckiano e a questão da mudança estrutural

Já há certo volume de estudos acumulados sobre as teses de Conceição Tavares na década de 70 (ANDRADE E SILVA, 2010; ÁVILA, 2006; BIELSCHOWSKY, P., 2011; BIELSCHOWSKY, 2010; BIELSCHOWSKY, R., 2011; MALTA, 2011; ROBILLOTI, 2016). Sublinhou-se diversas vezes, com propriedade, que a autora faz uso de uma interpretação própria do instrumental kaleckiano para explicar a dinâmica do crescimento da economia brasileira de então, uma dimensão de sua análise que é, sem dúvidas, de relevância inquestionável.

Entretanto, algumas particularidades da forma com que a autora se apropria do instrumental, levando em conta seus efeitos dinâmicos e inexoravelmente instáveis ao longo do tempo, permitem depreender contornos outros da dinâmica tridepartamental. Para isso, há que se reconhecer que existe um desafio metodológico em ler Maria da Conceição Tavares através de Kalecki. Costuma-se referenciar o autor polonês a partir de seus modelos “formais”, em que o autor, seja por força da forma, seja em função dos debates em que se colocou, não raras as vezes adotou hipóteses simplificadores – funcionais aos seus próprios propósitos. A leitura adequada de Conceição através de Kalecki exige enfrentar, com ela, a dificuldade de abrir mão de certas hipóteses simplificadores tendo em vista as discussões que *ela* – e não Kalecki – se colocou.

Mostraremos ao longo desta seção que, para Tavares, a interação entre as ambições de acumulação própria das frações de capital dominantes e em expansão no país carrega, em si, problemas dinâmicos de desproporção à realização e que, materialmente, mostram-se insolúveis. Tais problemas de realização dinâmica, características agudas em países “semi-industrializados”, dariam lugar ao imperativo histórico de *transformação dos padrões de acumulação*, abrindo um período de “crise”. Estes trazem a reboque, expressões sociais diversas, em termos também do nível de atividade econômica e da mudança estrutural. Sob influência dos projetos particulares de acumulação e competição oligopólica nacional e internacional, o crescimento econômico e a mudança estrutural são objetos certamente relacionados, mas, a rigor, separados e dotados de autonomia relativa entre si.

Em fins da década de 50, o Brasil atravessava um período de enorme crescimento econômico. Seguiu-se, então, a um momento de franca desaceleração, entre

1962 e 1967 – período em que se alçou ao governo a ditadura militar. O fortíssimo crescimento econômico no país entre 1968 e 1973 deu lugar a um período de crescimento mais moderado, que continuaria até fins da década. É principalmente sobre esses períodos que se debruçam suas principais teses dos anos 70 (TAVARES, 1974, 1978; TAVARES E BELUZZO, 1978). Seguramente, a adaptação do modelo trissetorial kaleckiano permite à Conceição Tavares apreender também esta dimensão da realidade do capitalismo brasileiro de então, mas procura com ela conectar e complementar sua análise sobre mudança estrutural e acumulação de (frações de) capital. O esquema trissetorial de Kalecki poderia ser expresso da forma que se segue.

\*

Kalecki (1977a) opera uma abstração da sociedade capitalista, propondo uma divisão da estrutura de produção e do gasto em três grandes departamentos (D), desmembrando a estrutura de produção por categorias de uso final num “modelo fechado” e sem governo. “D<sub>I</sub>” estaria ligado às atividades produtoras de “bens de produção”, isto é, ligado aos bens de uso final não utilizados para consumo. O segundo e o terceiro departamentos dizem respeito às atividades que produzem bens de consumo final, em que Kalecki separa os de “consumo dos capitalistas” (D<sub>II</sub>) dos “de consumo dos trabalhadores” (D<sub>III</sub>). Kalecki inclui em cada atividade econômica as “matérias-primas respectivas em todas as fases do processo produtivo” (KALECKI, 1977a, p. 1) e, deduzindo que o valor monetário total da produção, num modelo fechado e sem governo, divide-se em Lucros Brutos (P) (sem depreciação) e salários (W), permite-se criar uma tabela da renda nacional à seguinte forma:

**Tabela 1 - determinação da renda nacional a partir do esquema tridepartamental**

<b>D<sub>I</sub></b>	<b>D<sub>II</sub></b>	<b>D<sub>III</sub></b>	<b>Total</b>
<i>P<sub>1</sub></i>	<i>P<sub>2</sub></i>	<i>P<sub>3</sub></i>	<b>P</b>
<i>W<sub>1</sub></i>	<i>W<sub>2</sub></i>	<i>W<sub>3</sub></i>	<b>W</b>
<b>I</b>	<b>C<sub>C</sub></b>	<b>C<sub>W</sub></b>	<b>Y</b>

Sendo, I = Investimento bruto, C<sub>c</sub> = Consumo dos Capitalistas e C<sub>w</sub> = Consumo dos trabalhadores e Y = Renda Nacional Bruta.

No modelo de crescimento simplificado que construirá Kalecki, o autor supõe a distribuição (funcional) da renda constante (ou seja, mantém-se constante a relação  $W/Y$  para o período de produção sob análise, incluindo para cada departamento em relação às suas respectivas rendas). Para a compreensão do modelo de crescimento, podemos partir da seguinte equação:

$$(1) Y = I + C_c + C_w$$

A simplificação de Kalecki supõe que os trabalhadores gastam o que ganham, permitindo que  $W_1 + W_2 + W_3 = W = C_w$ . Assim, se denominarmos  $W_1/I = \omega_1$ ;  $W_2/C_c = \omega_2$ ; e  $W_3/C_w = \omega_3$ , temos também que

$$(2) C_w = \omega_1 I + \omega_2 C_c + \omega_3 C_w$$

Isolando para  $C_w$ , temos as seguintes operações:

$$C_w - \omega_3 C_w = \omega_1 I + \omega_2 C_c \quad \Rightarrow \quad C_w(1 - \omega_3) = \omega_1 I + \omega_2 C_c ;$$

Para chegar a:

$$(3) C_w = \frac{\omega_1 I + \omega_2 C_c}{(1 - \omega_3)}$$

Substituindo (3) em (1), permite-se visualizar um modelo formal de determinação da renda à forma:

$$(4) Y = I + C_c + \frac{\omega_1 I + \omega_2 C_c}{(1 - \omega_3)}$$

Para os propósitos da presente tese, em que não se coloca em questão a validade do princípio da demanda efetiva<sup>95</sup>, cumpre-se notar que Kalecki coloca como independentes as variáveis de investimento e consumo dos capitalistas. Ainda que se considerem induzidos parte dos investimentos não-diretamente relacionados às atividades produtoras de bens de uso final, há, assim, sempre uma componente autônoma do investimento.

Em “O mecanismo da recuperação econômica”, Kalecki (1977b) atribuirá ao caráter dual do investimento o componente do gasto que determina o caráter cíclico da

---

<sup>95</sup>Ver, a este respeito, Possas e Baltar (1981). Kalecki (1977a, p. 3) reconhece que, a princípio, seria legítimo questionar se a renda ( $Y$ ) determina os gastos ao lado direito da equação ou vice-versa. As duas variáveis independentes da equação guardam uma relação com os lucros totais à forma  $P = I + C_c$ . A saída kaleckiana, também lembrada por Possas e Baltar, é lembrar que a decisão autônoma no sistema capitalista é a decisão de gasto, uma vez que nenhum agente isoladamente pode decidir o quanto ganha a cada período, embora possuam deliberação sobre o que, num dado período, gastam. Assim, o gasto é independente da renda. A recíproca não seria verdadeira e a renda é determinada pelo gasto de maneira unilateral.

atividade econômica. De um lado, ele funciona como demanda efetiva, permitido tanto pela via do efeito acelerador dos investimentos em cadeia, quanto pela via do efeito multiplicador sobre o consumo dos trabalhadores. Por outro lado, na medida em que é também através do investimento em que se aumenta a capacidade de produção num dado sistema econômico, à medida que tais investimentos atinjam a maturidade, o sistema econômico passa a operar sob níveis maiores de capacidade instalada. Esgotados os mecanismos diretos e indiretos do investimento sobre as condições de demanda, essa capacidade instalada aumentada pode encontrar dificuldades para “realizar-se”.

Uma questão que retoma Kalecki (1977c) que nos interessa aqui salienta, trazida por ele quando dos seus comentários a Tugan-Baranovski, é que não há qualquer razão para supor que quaisquer dos mecanismos aventados sejam efetivamente utilizados na proporção necessária para empregar a capacidade instalada disponível. Dado um nível de capital acumulado, uma ociosidade na capacidade e uma taxa de salário tal, o fato de haver *lógico-abstractamente* um investimento tal que pudesse quantitativamente levar a produção à plena capacidade, não haveria nada, abstrata ou materialmente, que garantisse que o investimento tivesse a proporção adequada específica. Havia, assim, um inescapável problema de demanda que era próprio aos ciclos de crescimento, permanentemente sujeitos a crises futuras de realização.

É forçoso lembrar que Kalecki cria um modelo *abstracto* para deixar claras determinadas relações causais. Concebe Kalecki três possibilidades através das quais o investimento pudesse reverter a depressão do ciclo e funcionar como um gatilho à recuperação da atividade econômica (KALECKI, 1977b), a saber: (i) através de mecanismos próprios ao ciclo econômico (destruição da capacidade de produção com manutenção da massa de demanda); (ii) através do investimento derivado da introdução de progresso técnico que aumente a lucratividade do empresariado; e (iii) através dos investimentos públicos.

Em geral, os efeitos sobre o nível de atividade econômica vão depender tanto da forma como se financia quanto da forma como se estrutura tais gastos: quanto maior for a indução do efeito acelerador do investimento, mais robusta será a recuperação da atividade econômica – tal mecanismo será ajudado, secundariamente, pelo efeito multiplicador dado sobre o consumo dos trabalhadores. O empresariado, frente ao aumento da capacidade instalada, ao deparar-se frente a condições de demanda

insuficiente, responde ou com o aumento de estoques ou com uma diminuição do nível de utilização da capacidade instalada. Os empresários isoladamente, que “não investem como classe” (*ibidem*, 1977c, p. 15), veem-se, assim, impelidos a diminuir o investimento, e a demanda diminuída precipita a reversão do ciclo econômico, podendo mesmo chegar à recessão e à depressão na ausência de um provedor de demanda efetiva compensatória (*ibidem*).

O nosso interesse, neste momento, é menos mostrar as contradições e limites próprios a cada uma das saídas teóricas e abstratas que propõe Kalecki, e, mais poder comentar sobre algumas das principais apropriações materiais que Maria da Conceição Tavares faz do instrumental e que, tendo em vista os propósitos desta tese, deve-se revistar. Neste ínterim, nos é particularmente importante falar da materialização concreta do corte departamental-oligopólico de que se vale Tavares, da componente autônoma do investimento, de seus efeitos aceleradores e, por fim, no sentido lógico e histórico que dá Tavares às crises oriundas do problema da desproporção numa economia subdesenvolvida.

i. Ascensão cíclica e endogeneidade na experiência brasileira a partir do Plano de Metas

As diferentes frações de capital dominantes no Brasil e em processo de expansão objetivam, cada qual, sua própria valorização (TAVARES, 1974, 1978). Conceição permite-se aproximar cada fração de capital a um apanhado de empresas sob competição *intra-oligopólica*, estas com características singulares em termos de domínio tecnológico, capacidade financeira, propriedade, etc (TAVARES, 1974). A mesma aproximação corresponde, grosso modo, a um grupamento de “setores” produtivos particulares.

Materialmente, em sua tese “Ciclo e Crise”, Conceição Tavares faz uma análise que parte da interação de quatro grupamentos de capitais, sendo três deles correspondentes, cada qual a um dos três departamentos kaleckianos: ao setor de bens de consumo não-durável aproxima a “D<sub>III</sub>”; ao setor de bens de consumo durável aproxima a “D<sub>II</sub>” (embora com a importante distinção que se trata da produção de bens de consumo “diferenciado” e não “de consumo dos capitalistas”) e ao setor produtor de bens de capital aproxima a “D<sub>I</sub>”. Como os departamentos são divididos, em Kalecki, a partir de categorias de uso final e incluem toda as “matérias-primas respectivas em

todas as fases do processo produtivo” (KALECKI, 1977a, p. 1), o quarto grupamento de capitais corresponderia “aos insumos de uso generalizado do tipo combustíveis, energia e siderurgia pesada” e não tem correspondência com um departamento kaleckiano, com investimento autônomo à renda corrente (devido ao peso do estado nestas indústrias na América Latina) e com demanda dada pelo nível de atividade geral da economia (TAVARES, 1978, p. 80–82).

A partir dos anos 50, o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek introduziu, a partir da atração de investimentos estrangeiros, uma indústria de bens de consumo durável no país ( $D_{II}$ ). Como já havia uma indústria de base relativamente bem desenvolvida no Brasil na primeira metade do século XX, a partir de então, instaurar-se-ia no Brasil uma dinâmica de atividade tal que seria aproximável ao esquema cíclico kaleckiano. Assim, em fins dos anos 50,  $D_{II}$  representava quantitativamente pouco, ainda, em termos de composição da estrutura industrial brasileira, nível de emprego, renda gerada, etc. – um “desequilíbrio estrutural” inicial próprio às economias semi-industrializadas (subdesenvolvidas). Entretanto, no curso dos ciclos econômicos brasileiros a partir de então, sua parcela na produção total brasileira é ampliada. Trata-se da parcela de capitais em expansão no Brasil, e que, destarte seu peso inicial relativamente baixo no país, tinha investimento parcialmente induzido pela capacidade de consumo diferenciado (Conceição não restringe a produção de  $D_{II}$  ao consumo “dos capitalistas”) e parcialmente autônomo à renda corrente (o Brasil funcionou como plataforma de exportação para os países da região). Tinha, ademais, forte efeito alimentador intra-industrial. E, por isso, dizia Conceição que poderia “liderar” o crescimento econômico brasileiro ao mesmo tempo em que se processa uma *mudança estrutural* que empresta progressivamente as características particulares deste oligopólio ao todo da estrutura produtiva brasileira (um ponto que revisitaremos na última seção do capítulo).

Da apropriação kaleckiana particular que faz Tavares para o caso das economias subdesenvolvidas, nos é relevante falar sobre esta “componente ‘autônoma’ do investimento” (TAVARES, 1974, p. 82). Como já visto anteriormente, o investimento no modelo kaleckiano é, juntamente com o gasto em consumo diferenciado, o motor do crescimento econômico. Entretanto, Conceição Tavares considera que há grupamento de setores/oligopólios que tem seu nível de investimento induzido pela dinâmica interna da economia brasileira (em particular, as condições de demanda específicas do setor,

que rebatem no nível de utilização da capacidade instalada do setor) e há setores/oligopólios que investem *à frente da* demanda, isto é, são “autônomos” ao nível de atividade interna do país. É este último tipo de investimento que funciona como um “gatilho” do ciclo econômico, permitindo a reversão ciclo econômico e induzindo - direta ou indiretamente, em maior ou menor intensidade - as diferentes componentes do gasto (consumo dos trabalhadores, investimentos e até gastos públicos e consumo capitalista).

São dois os tipos abstratos de “investimento autônomo” na interpretação de Conceição Tavares: os advindos do setor público em obras de infraestrutura/bens de capital e os interesses que se colocam na economia brasileira como parte das estratégias de concorrência mundial das grandes empresas estrangeiras (*ibidem*). Embora se possa argumentar que, materialmente, tais classes de investimento não sejam entre si independentes, visto haver uma solidariedade de interesses e estratégias entre o estado brasileiro e as grandes empresas multinacionais, elas têm, cada qual, natureza relativamente particular e guardam certos componentes relativamente independentes entre si.

Na reversão cíclica que faz ascender o enorme crescimento econômico dos anos 1968-1973, o papel desempenhado pela irrefutável piora distributiva da década de 60 deve ser colocado em perspectiva. Já vimos anteriormente que a piora distributiva foi acompanhada do aumento da *massa de demanda* para bens de consumo durável (TAVARES E SERRA, 1970) e as reformas financeiras do PAEG também aumentaram o crédito para esses bens (TAVARES, 1971, 1978, p. 91). Estas podem ter tido papel relevante para a conformação da amplitude da ascendência do ciclo econômico, mas, com relação ao gatilho que faz ascender o ciclo econômico pós-67, têm impacto, primeiro, pela via da parcial indução do investimento em  $D_{II}$  (TAVARES, 1978, p.92).

Entretanto, Conceição não relega a segundo plano o papel para a reversão ascendente do ciclo econômico desempenhado pelos investimentos autônomos combinados do setor público com o das grandes empresas internacionais – autônomos à renda corrente e empreendidos *à frente da* demanda. As reformas fiscais e financeiras do PAEG deram capacidade de financiamento ao setor público, agora sob gestão intervencionista de Delfim Netto, e os investimentos públicos e os permitidos pelo Sistema Financeiro de Habitação deslançam. Os investimentos privados, notadamente das grandes empresas internacionais, acompanham, além do atendimento à nova massa

de demanda concentrada, a possibilidade de atender a demanda externa em expansão (TAVARES, 1978, p. 91).

É muito importante ressaltar o seguinte aspecto interpretativo da leitura da Conceição Tavares sobre este momento histórico: só faz sentido falar em recuperação “endógena” do ciclo de atividade caso se considere igualmente “endógenos” os movimentos de estado, o perfil distributivo que impõe e a dinâmica concorrencial da acumulação internacional (TAVARES, 1978, p. 85). Doutra forma, a reversão cíclica não pode se explicar de forma tautológica pelo próprio ciclo, salvo em condições muito específicas e especiais que não encontram correspondência no Brasil de então: “Assim, a retomada da acumulação de capital, em particular o crescimento do investimento produtivo, deve-se a fatores ‘exógenos’ ao funcionamento corrente do sistema industrial” (*ibidem*, p. 92).

A “solidariedade” das estratégias do estado brasileiro à dinâmica da acumulação do capital internacional tem importância central à explicação da reversão cíclica brasileira. A autora coloca: “A lógica da concorrência capitalista das grandes empresas internacionais do complexo metal-mecânico pode levá-las a crescer na frente da demanda. Para isso precisa contar com a capacidade do setor público de promover investimentos complementares. (*ibidem*, p. 83).”. Ademais das mudanças distributivas trazidas pelo PAEG já salientadas, a recuperação a partir de 1967, então, se explicava pois: “A aceleração do crescimento da indústria de construção civil, de material de transporte e mecânica permite através dos seus efeitos encadeados expandir a taxa de emprego e a massa global de salários urbanos” (*ibidem*, p.93). Estas eram, ainda, parcialmente responsáveis “pela recuperação do mercado interno das indústrias de bens de consumo não-duráveis”.

Uma interpretação análoga vale para a ascensão cíclica do fim dos anos 50, em que o Plano de Metas e os investimentos do grande capital internacional se seguiram às instruções da SUMOC, que tiveram papel essencial na instauração da indústria de bens de consumo durável no país – embora o peso do investimento das empresas internacionais seja mais relevante em fins dos anos 60 (*ibidem*, p.83). Também a ruptura desta “condição de endogeneidade”, a partir dos planos externamente subordinados de investimento estatal de Geisel, é parte central, ainda que não exclusiva, da compreensão da insuficiência do II PND na reabertura de um novo ciclo de crescimento econômico no país.

ii. O caráter endógeno da crise e a passagem a um novo padrão de acumulação

Maria da Conceição Tavares afirma que “o caráter acentuadamente cíclico do crescimento industrial brasileiro, a partir da segunda metade da década de 50, deve-se sobretudo à estrutura setorialmente desequilibrada do crescimento econômico” (TAVARES, 1978, p. 80). A apreensão dessa síntese exige que nós retomemos o problema de desproporção, à Kalecki e Tugan-Baranovski, que a autora se apropria e dá sentido à análise da reversão cíclica numa economia semi-industrializada, bem como de suas correspondentes tendências à crise e movimentos estruturais subjacentes.

Em parágrafos precedentes, lembramos que Kalecki criticava Tugan-Baranovski. Ainda que a utilização da capacidade ociosa, numa economia com dado nível de acumulação de capital e salário, pudesse abstratamente encontrar a demanda necessária ao emprego de sua produção correspondente desde que o investimento atingisse uma proporção *determinada*, não havia nada de material ou lógico-abstrato que garantisse que tal massa de investimento se alcançaria num momento de capacidade ociosa indesejada relativamente alta (KALECKI, 1977c).

Kalecki, em “A diferença entre os problemas econômicos cruciais das economias capitalistas desenvolvidas e subdesenvolvidas” (1977d), trabalha ainda com a ideia de mão-de-obra relativa abundante em relação ao nível de capital acumulado inicial, fazendo com que o pleno emprego da força de trabalho requeresse uma taxa de acumulação produtiva particularmente elevada (*ibidem*, p. 136–138). Para esses casos, a problemática levantada ganha contornos ainda mais dramáticos: não bastaria apenas que a massa de investimentos atingisse massa tal que fosse monetariamente compatível com a produção de plenos empregos, mas, em *nível abstrato*, esta deveria ter uma composição específica que fosse compatível com a capacidade produtiva e ociosa de cada departamento e em cada momento do tempo, levando em consideração os diferentes prazos de maturação de seus investimentos e sua estrutura técnica<sup>96</sup>.

Maria da Conceição Tavares retoma essa problemática para a análise das economias subdesenvolvidas, decompondo também tal problemática para o nível da

---

<sup>96</sup> Objetivando nos reter no essencial à compreensão do seu argumento, abstraímos aqui da forma como a questão distributiva e a questão de produtividade impactam nessa problemática. Caso se prescindisse de considerar, por exemplo, a distribuição constante e, ainda, levasse em consideração as diferenças distributivas próprias a cada departamento, bem como a respectiva evolução de cada departamento na composição estrutural total da economia, a problemática da desproporção ganharia contornos ainda mais acentuados. Na análise que segue, abstraímos por um momento também da problemática do financiamento, que retornará na seção final do presente capítulo.

interação intra-departamental. No curso do altíssimo crescimento econômico brasileiro, estariam sendo gestados, ao mesmo tempo, setores com excesso e outros com falta de capacidade ociosa com implicações econômicas das mais diversas (TAVARES, 1978, p. 31–32), sendo especialmente preocupante a restrição físico-produtiva possivelmente imposta sobre a capacidade de produção de gêneros alimentícios e outros bens-salário (KALECKI, 1977d).

Esse problema não seria negligenciável para os casos de estruturas semi-industrializadas, com uma desproporção de início já acentuada no peso relativo de cada departamento (no caso do Brasil,  $D_{II}$  começava a se expandir apenas no fim da década de 50), em altíssimo crescimento econômico e com problemas acentuadamente crônicos de distribuição de renda e heterogeneidade estrutural. As condições lógico-abstratas (econômicas, políticas e sociais) para tal correspondência seriam tão absurdas que Conceição Tavares reiteradamente afirma a irrelevância das agendas de pesquisa que se propoziam a “fechar”, em nível abstrato, a agenda de pesquisa de diferentes economistas críticos de então, passando pela problemática de Harrod-Domar a “neo-marxistas”, “pós-keynesianos” e “neo-ricardianos” (TAVARES, 1974, p. 29–32; 1978, p. 21, 22, 28, 32). Segundo Tavares, os empresários, que já “não investem como classe”, deveriam não só coordenar o montante necessário específico de investimento para determinar o nível de atividade, mas planejar também a sua composição. A engenharia social ligada a tal empreendimento, em especial nos marcos de uma sociedade capitalista, estaria material e historicamente impedida. A autora ironiza: “em torno das condições ‘ideais’ é que têm girado todos os modelos pós-keynesianos de crescimento, como se o investimento pudesse ser planejado idealmente!” (TAVARES, 1978, p. 32).

Ainda que em termos estritamente lógicos, em nível abstrato, tais empreendimentos poderiam ser consistentes, as “condições ‘ideais’” nada falaria sobre a problemática que consideraria a principal:

Parafrazeando novamente Schumpeter, em versão livre, “o problema teórico (e não lógico-formal) da análise dinâmica não é o de visualizar como se administram as estruturas (técnicas e sociais) do capitalismo, senão o de identificar como ele as *cria* e as *destrói* (em seu movimento histórico)” (TAVARES, 1974, p. 28).

Assim, a crise de desproporção passa a ser entendida como uma característica intrínseca do sistema, cabendo explorar os tipos de implicações dela decorrentes<sup>97 98</sup>.

Nesse sentido, uma das principais particularidades da visão dinâmica de Maria da Conceição Tavares em relação à Kalecki é que ela passa a investigar como que tais crises dão passagem, do ponto de vista lógico-histórico, a um *novo padrão de acumulação*, sob comando de frações de capitais que são forçadas a procurar a forma de manter os próprios processos de acrescentamento de valor em curso - de natureza e expressões sobre o todo da estrutura produtiva, econômica e social *a priori* indeterminada. Cumpre-nos, aqui, investigar os efeitos dos problemas de desproporção sobre a reversão descendente do ciclo econômico e sobre a transformação nos padrões de acumulação e nas mudanças estruturais.

Na reversão do ciclo econômico pós-1973, combinam-se elementos explicativos relativos aos problemas dinâmicos tanto oriundos da velocidade da taxa de acumulação - que teria “alcançado para o conjunto da indústria 35% em 1973” (TAVARES, 1978, p. 98) – quanto da composição da estrutura departamental-produtiva brasileira. O aumento generalizado da capacidade produtiva freia novos planos de investimento, deprimindo a capacidade de absorção da mão-de-obra, o que, conjuntamente com os choques exógenos de custo (notadamente o choque do petróleo), faz diminuir a massa de salários.  $D_{III}$ , ainda de peso “muito grande na produção industrial”, experimenta “uma queda acentuada no seu ritmo de crescimento” (*ibidem*, p. 99). Os setores até então líderes, relativos à produção de bens de consumo durável, encontram os limites próprios de seu modo de acumulação nesta fase histórica, visto que “os estoques de bens à disposição dos consumidores mais do que quadruplicaram num período de seis anos” (*ibidem*, p. 99). Cessando-se os investimentos em  $D_{II}$  e  $D_{III}$ , também fica reduzida a demanda para os bens de  $D_I$  – que, entretanto, havia crescido de maneira

---

<sup>97</sup>A insubordinação da pesquisa de Tavares é tal que seu recorte do objeto e sua leitura dos clássicos, se bem não se pretendesse original, seriam um caminho teórico e material de pesquisa em grande medida inexplorado: “A construção teórica do movimento do sistema no tempo, a partir de reduções historicamente significativas, é a grande contribuição do pensamento clássico à teoria econômica dinâmica. E não se compara nem se compadece com a visão acadêmica contemporânea de tentar introduzir o movimento no tempo com uma série de defasagens (*lags*) no ‘tempo matemático’. Apesar de que nem Harrod, em seu ensaio inicial sobre teoria dinâmica, nem Schumpeter, em sua teoria dos ciclos, tratam o tempo dessa forma e, além disso, admitem explicitamente que o sistema se move por uma série de desequilíbrios, a verdade é que não tiveram muitos seguidores desta visão dinâmica” (TAVARES, 1974, p. 28).

<sup>98</sup>Tendo em vista o estado atual do debate em torno do tema, nos é importante frisar o que talvez devesse ser trivial: essas posições de Tavares, que julgamos apresentar de maneira apropriada, corresponderiam às opiniões da autora naquele momento histórico, político e acadêmico particular, também tendo em vista assim o estado de então de tais literaturas.

“desequilibrada” e operava com alta capacidade ociosa desde o Plano de Metas. Aproximando-se do fim da primeira metade dos anos 70, havia um excesso de capacidade instalada incapaz de ser utilizada frente aos planos de investimento dos três departamentos.

A crise de desproporção seria intrínseca ao *modus-operandi* do padrão de acumulação brasileiro e teria se manifestado com intensidade expressiva já neste momento histórico se não fossem os efeitos parcialmente compensatórios do “quarto grupamento de capitais” acima comentados - produtor de bens básicos de uso industrial generalizado, em geral com forte participação estatal e com planos de investimento autônomos à renda corrente. O II PND, empreendido a partir de uma decisão autônoma do estado, traz um piso para o crescimento econômico na segunda metade dos anos 70. Entretanto, dados os níveis prévios de capacidade ociosa em  $D_1$  e, por não ter sido acompanhado pelo investimento autônomo do grande capital internacional (que liderava, como sujeito ativo, o componente cíclico impondo a solidariedade complementar dos investimentos públicos relacionados ao seu próprio padrão de acumulação), é incapaz de fazer reacender o ciclo industrial brasileiro (*ibidem*, p. 118–121, 1999, p. 468–469; TAVARES E BELLUZZO, 1979, p. 13–14).

O que Conceição Tavares propõe-se a ressaltar aqui é tão somente que a relação entre crescimento econômico, distribuição de renda e orientação do progresso técnico – que conformam, grosso modo, o que se convencionou chamar de “padrão de acumulação” – não poderiam se manter nesta fase histórica. Necessariamente um novo padrão de acumulação, com outras características, deveria emergir – como emergiu – sob o que mais tarde chamaria de um novo “pacto de dominação”.

Sua forma histórica era, a princípio, aberta no tempo, e a análise de Conceição não se propõe a antever sua natureza particular, ainda que pudesse trazer pistas a esse respeito<sup>99</sup>. A princípio, em nível teórico-abstrato, por exemplo, o país poderia ter entrado num novo *momentum* de redistribuição de renda de tal ordem que permitisse a incorporação pela via do consumo das ainda grandes camadas mais baixas, reativando

---

<sup>99</sup> Permita-se invocar aqui o comentário de Tavares para esse ponto alguns anos antes: “A verdadeira natureza da crise que enquanto tal assume necessariamente o caráter contraditório de ruptura e de continuidade vai além de sua manifestação econômica enquanto fim de um ciclo de expansão. Desse modo, ela propõe mais problemas do que a simples análise econômica poderia resolver: de um lado, não pode ser previsto o seu desenlace histórico, dentro dos estritos maços do conhecimento científico; de outro, mesmo *a posteriori*, não pode ser apreendida sem um esforço de maior integração analítica das suas dimensões econômicas e políticas, bem como de seu significado mais global” (TAVARES, 1972, p. 17).

um ciclo de acumulação sem alterar a orientação do progresso técnico centrado em bens de consumo duráveis. Ou, alternativamente, sem mudar o padrão distributivo, mas alterando a orientação tecnológica, poderia ter-se difundido uma nova forma de consumo diferenciado que requeresse uma estrutura técnico-produtiva inteiramente distinta da existente.

Tais pequenos demonstrativos lógico-abstratos, independente de seu possível absurdo em termos histórico-materiais ou políticos, propõem-se, tão somente, a evidenciar que a crise, endógena ao padrão de acumulação, imporá apenas a passagem a um *novo padrão de acumulação* – com as correspondentes mudanças estruturais e articulações entre progresso técnico, crescimento e distribuição.

A nosso juízo, não faz qualquer sentido, assim, como por vezes é feito, procurar refutar a análise de Conceição atribuindo-lhe uma particular noção de “endogeneidade” incompatível com os propósitos da autora e mostrando que a efetiva recessão brasileira se seguiu ao “exógeno” aumento de juros do tesouro americano em 1979. Tais análises confundem sua rica análise dos *determinantes internos do nível de atividade econômica* com a sua noção, todavia complementar, de *endogeneidade ao padrão de acumulação* (que está intrinsecamente articulado ao global, tendo em vista a difusão tecnológica do grande capital financeiro internacional, e seu “pacto de dominação” subjacente).

Sob os efeitos políticos e econômicos do “Choque de Volcker”, a tragédia para o povo brasileiro é que o novo padrão de acumulação foi comandado em grande medida pela fração de capital monetário, internacional e nacional. Mudou-se a orientação-difusão do progresso técnico, manteve-se a perversa distribuição de renda (ainda que em outros termos) e o crescimento econômico brasileiro jamais voltou a ser comparável aos experimentados nos já tristes anos do Regime Militar.

\*

Tal como as leituras mais referenciadas de então sobre acumulação de capital de longo prazo (Tavares cita Sweezy e Kaldor), sua “tentativa de redução teórico-histórica” também tem na “relação lucros/salários (...) o ponto central, ou focal, da análise do movimento da acumulação, como na tradição clássica” (TAVARES, 1974, p. 29). Entretanto, as modificações “nessa relação [são] ao mesmo tempo central e aberta ao longo do processo de acumulação que determinam o movimento histórico que leva à ruptura e à posterior superação de um padrão de acumulação e de progresso técnico por

outro” (*ibidem*, p. 30)<sup>100</sup>. Nota-se, assim, que a autora procura antes materializar a abstração kaleckiana para o caso da acumulação de capitais no Brasil e suas implicações em termos de mudança estrutural que resolver as supostas condições de equilíbrio de longo prazo do esquema de crescimento desequilibrado.

Pode-se dizer que as famosas obras de Maria da Conceição Tavares da década de 70 conceberiam duas grandes formas de mudança estrutural. Uma, que se dá no próprio curso dos ciclos econômicos, sendo subdividida em duas. Dentro dos departamentos econômicos, a disputa concorrencial entre os diferentes blocos de capital, nacionais e estrangeiros, trará resultantes tendenciais na composição dos diferentes setores, com expressões estruturais em diferentes variáveis econômicas – como absorção de emprego, distribuição, controle patrimonial, etc. Falaremos mais detidamente sobre como as organizações oligopólicas emprestam suas características às estruturas produtivas na última seção do presente capítulo. Paralelamente, ainda por intermédio da sucessão dos ciclos econômicos, há as mudanças estruturais que emergem da mudança do peso relativo que exercem os diferentes “departamentos” para a composição das estruturas de oferta e demanda. Assim, através dos ciclos econômicos, os departamentos alteram tanto as suas estruturas internas tidas isoladamente, como as suas respectivas representatividades para a composição geral das estruturas econômicas do país.

A segunda grande forma de mudança estrutural que aparece na obra de Maria da Conceição Tavares não se dará através dos ciclos econômicos, mas sim em sua expressão-limite: as “crises econômicas” nas economias subdesenvolvidas, subproduto dos insolúveis problemas de desproporção do investimento e consumo. A contradição aberta pela desproporção do investimento entre os departamentos e seus respectivos aumentos na capacidade de produção não pode se resolver materialmente. O lugar lógico-histórico da crise de desproporção é a abertura de um *novo* padrão de acumulação, trazendo a reboque também período de *mudança estrutural*, de natureza particular.

---

<sup>100</sup> Reafirma, ainda, Tavares que: “Esta diferença metodológica resulta, uma vez mais, de estarmos preocupados com uma visão contraditória da dinâmica do sistema capitalista e das formas históricas de sua superação, em vez de nos atermos aos problemas abstratos de sua reprodução teórica num modelo de equilíbrio em concorrência pura” (TAVARES, 1974, p. 30). Em momento de crise e estagnação dos EUA, é também contra aqueles que advogaram por procurar extrair dos estudos de Marx uma tendência de longo prazo e inexorável à estagnação e à deterioração da taxa de lucro através do aumento da composição orgânica do capital que Conceição Tavares afirmará a sua hipótese e problemática básica (*ibidem*, p. 23–27, 74–75).

A *mudança estrutural*, embora aconteça também na própria evolução combinada das dinâmicas cíclicas dos três departamentos (e das estruturas financeiras), encontra na *crise* o papel determinante do *arbítrio de estado*, tal como exposto no seu famoso capítulo 2 sobre a “lei do valor” (TAVARES, 1978, p. 47–76) para dar passagem a uma nova fase histórica da acumulação de capital. A esse respeito, em particular, falaremos em algumas subseções mais a frente.

Encerrando esta subseção, cumpre notar que duas questões básicas da longa agenda de pesquisa latino-americana sobre o subdesenvolvimento são plenamente compatíveis com a sua leitura sobre os padrões de acumulação, ainda que situada sob articulações irredutíveis às interpretações cepalinas. A inserção externa é reinterpretada tendo como ponto de partida a internacionalização de capital das economias industrializadas sobre as economias latino-americanas semi-industrializadas. No Brasil, tal como estudado, a projeção oligopólica do externo sobre o interno traz a reboque as tecnologias de ponta no departamento de bens de consumo diferenciados, sob solidariedade do estado brasileiro e se permitindo liderar o crescimento econômico nacional, condicionando às suas necessidades a orientação distributiva, a difusão tecnológica e a mudança estrutural. Nesta subseção, pudemos apenas investigar parte de suas implicações mais importantes, centrando-nos, principalmente, na acumulação combinada das frações de capital dominantes no país e suas expressões gerais no nível de atividade.

Também foi caro a toda literatura estruturalista o estudo das especificidades latino-americanas, afirmando aqui uma problemática de natureza particular e irredutível aos esquemas pensados para os países industrializados – o que, conforme demonstrado, foi o ponto de partida de Tavares, empregando noções particulares sobre o estado, presença de capital financeiro consolidado e composição da estrutura produtiva. O exame mais detido destas e de outras dimensões dos temas próprios à problemática do subdesenvolvimento acompanhará os nossos esforços ao longo deste capítulo.

#### **2.2.2.2 Preços e distribuição**

Lembra-nos Malta (2011, p. 195–196) que, no curso do dito “milagre”, Maria da Conceição Tavares foi, ao lado de Albert Fishlow e Luiz Gonzaga Belluzzo, uma das principais referências de contestação dos padrões distributivos implícitos ao modelo de

crescimento econômico trazido pelo governo da ditadura militar. O espetacular dinamismo do “milagre” tinha se deparado com os resultados do Censo Demográfico de 1970, disponibilizado ao público somente em 1972, que mostrava que a distribuição de renda no país vinha efetivamente piorando sob todos os pontos de vista (MALTA, 2011) – algo já presumido por Conceição Tavares a partir do censo de 1967 (TAVARES E SERRA, 1970).

Carlos Langoni era a estrela do discurso oficialista e teve acesso anos antes ao estudo disponibilizado ao público. Ao procurar desvencilhar as relações entre a piora da distribuição de renda e o crescimento econômico do governo, atribuindo especialmente aos diferenciais de educação presentes na sociedade brasileira um suposto diferencial de produtividade do trabalho que seria compensado pelo mercado de trabalho, suas conclusões ecoavam, dentro do embate brasileiro, a antiga revolução marginalista do debate sobre valor e distribuição (MALTA, 2011). Deslocava Langoni, assim, para o indivíduo e para a educação as causas básicas da crescente desigualdade brasileira. Maria da Conceição Tavares, por outro lado, faria ecoar desdobramentos do embate da economia política clássica, que encontrava na distribuição entre “classes” – e não entre “indivíduos” – o fundamento básico da arguição teórico-analítica que articulava produção, crescimento e distribuição<sup>101</sup>.

Embora Maria da Conceição Tavares traga para esse debate contribuições e articulações idiossincráticas, não o fez sem apoiar-se na longa construção de conhecimentos sobre o tema que lhe antecedeu – notadamente a partir de Kalecki e Marx. Com o objetivo de destrinchar um pouco mais de sua articulação idiossincrática, nos é imperativo recordar mais uma vez, ainda que de passagem, que Conceição Tavares não tinha apenas debatedores políticos sobre o tema.

O debate acadêmico abstrato, interno à UNICAMP, ainda refletia alguns dos desdobramentos da “controvérsia do capital” e a autora empreendeu um grande esforço, notadamente junto a Belluzzo, de contestar algumas de suas expressões no seu entorno. Concordamos aqui com Robillotti (2016) que afirma que os textos de Tavares se defrontam, ora explicitamente, ora implicitamente frente às linhas que enquadrrou como “neo-marxistas” (como Sweezy e Emmanuel) e “neo-ricardianas” (TAVARES, 1978, p. 47–48). Após o célebre trabalho de Sraffa (1963), lia-se a “lei do valor” de Marx como

---

<sup>101</sup> A ênfase recai, assim, sobre o que estatisticamente costuma-se chamar de “distribuição funcional da renda”.

uma “lei de transformação de valores em preços”. Sraffa encontrou uma “medida invariante de valor”, através da “mercadoria-padrão”, e parte relevante da agenda de pesquisa em economia política absorveu sua contribuição considerando que este havia resolvido o problema da transformação dos valores em preços<sup>102</sup>. No momento em que Conceição Tavares defende a leitura da “lei do valor” como “lei da valorização do capital” (*ibidem*, p. 47–76), a autora permite-se também, meio a demais objetivos complementares, iniciar sua construção teórico-analítica *diretamente* a partir da dinâmica dos preços de produção.

Numa perspectiva mais geral, Conceição Tavares concebe duas órbitas de autonomia *relativa* entre si: a órbita real (produção/circulação) e a órbita financeira. Começamos analisando como a órbita real/produtiva carrega sua própria dinâmica de preços relativos. Seguimos, depois, apresentando como a órbita financeira impõe à órbita da produção implicações de custo, preços e distribuição. Deixaremos para a próxima subseção o que seria análogo ao “fechamento do modelo” à forma de Tavares, mostrando como o arbítrio de estado “resolve” as contradições dinâmicas das acumulações produtivas, financeiras e monetárias.

#### i. A órbita real

Diferentes comentadores lembraram que Maria da Conceição Tavares funda a sua análise dos preços de produção a partir do esquema tridepartamental kaleckiano, afirmando, não sem alguma razão, que Conceição Tavares inscreve sua contribuição teórico-analítica contra as suposições que vêem uma oposição “estática” entre lucros e salários (seja do campo ortodoxo, seja do campo heterodoxo) (ROBILLOTI, 2016). Ao mesmo tempo, entretanto, mantém-se a autora dentro do paradigma interpretativo da relação entre inflação e conflito distributivo, valendo-se de seu instrumental teórico-analítico também como forma de contestação do Regime Militar (MALTA, 2011).

---

<sup>102</sup> Esta é uma conclusão contestada por Tavares (TAVARES, 1974, 1978). Para a autora, Sraffa, em certo sentido, não resolve o problema das transformações de valores em preços, uma vez que se vale do artifício de fixar “ora o salário, ora a taxa de lucro” (TAVARES, 1974, p. 31) – que o autor italiano expressaria na famosa equação  $r = R(1 - w)$  (SRAFFA, 1963). O que ela fará, sim, é buscar uma relação de preços e distribuição dentro de um paradigma “dinâmico”, kaleckiano-marxista, dando particular ênfase à componente financeira da relação preços/distribuição e deslocando diretamente para a moeda sua noção de valor. Assim, também para Conceição Tavares não se pode considerar preços como independentes da distribuição e a autora busca, também, uma teoria de salários suplementar (TAVARES E SOUZA, 1981).

O que nos competirá sublinhar, aqui, é que tal relação lucros-salários, coloca-se, para Maria da Conceição Tavares, dentro dos marcos gerais expostos anteriormente sobre o padrão de acumulação brasileiro, conferindo-lhe certas particularidades que permitem combinar esta aparente contradição da relação entre taxas e massas de lucro e salários. Conceição Tavares se vale de uma concepção temporal que faz que a relação lucros/salários interaja de forma não linear ao longo do tempo, sob um referencial de crescimento econômico com mudanças estruturais, dentro das condições nas quais opera uma economia subdesenvolvida tal como a brasileira (TAVARES, 1978, p. 22–32).

Para compreender o que está por detrás da interpretação de Conceição Tavares, cumpre-nos mais uma vez, revisitar, antes, Kalecki (1954, 1977a). O autor polonês havia proposto uma interpretação dinâmica para a relação entre preços e distribuição, de forma integrada à análise sobre crescimento. Tendo em vista dar maior fluidez ao texto, deixamos para o apêndice I a demonstração formal do modelo de distribuição de Kalecki (1954). Dele extraímos um modo sintético e formal de expressar a participação dos salários na renda à forma:

$$\omega' = \frac{1}{1 + (k' - 1)(j' + 1)}$$

Onde  $\omega'$  = Parcela relativa dos salários no valor agregado;  $k'$  = Grau de monopólio nos diferentes ramos industriais;  $j'$  = Razão, nos diferentes ramos industriais, entre os custos de matérias-primas por unidade e os custos de salário por unidade.  $\omega'$  não se identifica a  $\omega$ , pois leva em conta “as modificações da composição industrial do valor agregado” (*ibidem*, p. 50).  $k'$  e  $j'$ , por sua vez, procuram, igualmente, condensar o efeito das alterações da importância dos diversos ramos da indústria (*ibidem*). Kalecki, interpretando suas próprias equações, sintetiza:

Em resumo: a parcela relativa dos salários no valor agregado da indústria manufatureira é determinada, não só pela composição industrial do valor agregado, como pelo grau de monopólio e pela razão entre os preços das matérias-primas e os custos de salários por unidade. Uma elevação do grau de monopólio ou dos preços das matérias-primas com relação aos custos de salários por unidade provoca uma queda da parcela relativa dos salários no valor agregado.

Da tabela de determinação da renda num esquema de três departamentos, tal como expresso na subseção precedente, interessa a este ponto realçar como evolui, no tempo, a participação dos salários na renda total. Esta agregação, todavia, será expressão da evolução, num período de tempo determinado, da relação dos salários na renda para cada departamento ( $W_1/I = \omega_1$ ;  $W_2/C_c = \omega_2$ ; e  $W_3/C_w = \omega_3$ ).

A evolução temporal da relação  $W/Y$  não será, entretanto, mera somatória das relações lucro/salário de cada departamento, uma vez que seria necessário levar em conta a alteração da composição estrutural geral da economia. Isto é, qual a evolução do peso relativo de cada departamento, de forma a que a relação entre salários e a renda interna de cada departamento fosse ponderada pela sua representação, em cada período, na estrutura global de produção, levando em conta preços e volume.

Maria da Conceição Tavares está, assim, diante de um tema de interação complexa, dificilmente formalizável sem hipóteses simplificadoras, que é a relação entre mudança estrutural - no que se inclui o que Kalecki chamou de “modificações na composição industrial” - e a parcela dos salários no valor agregado num sistema em crescimento. Trata deste tema junto a demais outros, materializando-lhe para o caso da economia brasileira, em que é obrigada, por força do seu objeto, a se desprender das “hipóteses simplificadoras”. Quando expressa tais “hipóteses simplificadoras”, faz apenas para demonstrar a insuficiência das teses estagnacionistas e das teses que supõem uma estrita oposição entre lucros e salários. Como deveria ser caro a qualquer investigação crítica, sua própria tese não se propõe a ser “definitiva” ou “fechada” – ao contrário, sujeita-se ela mesma à parcialidade e à provisoriedade. Aqui apresentamos as seguintes considerações que podem expressar o que nos é essencial, tendo em vista a integração de suas hipóteses sobre crescimento e distribuição com a sua noção temporal.

A suposição inicial kaleckiana é que os trabalhadores gastam tudo o que ganham, em um período relativamente curto de tempo. Assim, se, por qualquer razão, um aumento salarial geral se dê, haverá nesse mesmo período suficientemente curto um aumento da demanda em  $D_{III}$ . A resultante geral em termos distributivos, para os períodos subsequentes no tempo, se dará, em grande medida, em função das condições estruturais vigentes em  $D_{III}$ . Para Kalecki, os preços de cada atividade econômica tomada isoladamente são formados através da atribuição, por parte do empresário individual, de um *mark-up* “desejado” sobre os custos de produção, de valor que depende das condições gerais de concorrência a que está sujeito.

Para um período suficientemente curto de tempo, se as condições em  $D_{III}$  forem tais que haja uma resposta *pela via do aumento de preços* dos bens de consumo dos trabalhadores, o aumento nominal de salário inicial é corroído, em termos reais, no curso deste mesmo período curto de tempo. Nesse caso, não há melhoria nem da distribuição entre lucros e salários (e só há aumento da massa de salários se houver acumulação de capital ao longo de um período maior de tempo). Essas condições podem se dar, por exemplo, em função de que os bens de consumo dos trabalhadores tenham uma oferta “inelástica” para um período suficientemente curto de tempo (como é o caso, em geral, da agricultura e da produção de bens de matérias-primas) – o que seria em grande medida o caso em estruturas subdesenvolvidas.

As principais condições para que haja uma possibilidade de não-oposição entre lucros e salários são: (i) que haja setores, dentro de  $D_{III}$ , que operem sob condições de capacidade ociosa; e (ii) que se considere um período de tempo tal que se permita uma resposta via do investimento (que é, dentro da esquemática kaleckiana, quem determina em última análise a acumulação de capital). Neste caso, um aumento dos salários (conseguidos por qualquer razão) pode ser respondido pelos setores com capacidade ociosa em  $D_{III}$  através do aumento da produção, sem *necessariamente* (embora possivelmente) haver um aumento de preços correspondente, com posterior aumento do investimento que se permita retornar aos níveis de capacidade ociosa inicialmente desejados.

Assim, nessas circunstâncias, o aumento do investimento de  $D_{III}$  gera demanda para  $D_I$ , que, também sob hipótese de capacidade ociosa, aumenta sua produção e pode responder com o aumento do investimento. Tais aumentos do investimento refletem-se num aumento da renda em  $D_I$  que, supondo *mark-up* constante, mantém a relação lucros/salários, mas com aumento de suas respectivas *massas*, tanto em  $D_I$  quanto em  $D_{III}$  (e, por indução do consumo diferenciado, também em  $D_{II}$ ).

Da relação dinâmica entre os três departamentos, e isso seria particularmente caro aos propósitos de Maria da Conceição Tavares em seus debates internos à UNICAMP na década de 70, extrai-se da teorização kaleckiana que não haveria, necessariamente, uma oposição entre lucros e salários na órbita da produção, uma vez que a variação da *massa* de salários pode implicar uma variação da *massa* de lucros correspondente, desde que determinadas condições na estrutura produtiva mostrem-se satisfeitas. Também isso vincula as problemáticas da mudança estrutural e da

distribuição de renda (apresentadas no apêndice I) com o problema da acumulação de capital, ainda que apenas em nível abstrato <sup>103</sup>.

Embora o pano de fundo teórico-analítico que informa a interpretação de Conceição Tavares sobre salários esteja dentro de sua tratativa teórica sobre “padrões de acumulação” nas suas teses clássicas dos anos 70, os textos que aprofundam e materializam o recorte do padrão de acumulação do ponto de vista distributivo são “Emprego e salários na indústria – o caso brasileiro” (TAVARES E SOUZA, 1981, p. 7–8)<sup>104</sup> e “Problemas de industrialización avanzada em capitalismo tardios y periféricos” (TAVARES, 1980).

É importante notar que se coloca aí uma tentativa, incipiente, mas explícita, de avançar uma teoria da determinação salarial (TAVARES E SOUZA, 1981, p. 7–11) – algo que, conforme se aponta, Tavares supõe irredutível à questão da transformação dos valores em preços (TAVARES, 1974, 1978) pelo fato de o trabalho ser irredutível a um fator ou a uma ‘mercadoria homogênea’ (TAVARES E SOUZA, 1981, p. 7). A procura de um arcabouço que integre a problemática da acumulação de capital à forma kaleckiana com um referencial próprio sobre salários é explicitada no trabalho conjunto de Tavares e Souza:

Em resumo, portanto, a demanda efetiva e os parâmetros de distribuição estabelecem, conjuntamente, uma determinada massa de salários. A massa de salários e o nível de emprego correspondentes a um dado nível de utilização da capacidade produtiva instalada determinam o valor médio do salário em termos de custo para a indústria como um todo. Não obstante, o valor real do salário, em termos de seu poder de compra, é distinto e depende, sobretudo, do índice de preços das indústrias produtoras de bens de consumo para os trabalhadores, índice fortemente influenciado pelos preços das matérias-primas e do índice de preços dos alimentos produzidos fora da indústria (*ibidem*, p. 13).

Os autores se valem de dois recortes sobre o mercado de trabalho: o “mercado interno de trabalho”, que seleciona e hierarquiza trabalhadores dentro das organizações produtivas (por vezes parcialmente integradas em ramos próximos) e o “mercado geral

---

<sup>103</sup> A importância da mudança estrutural para a compreensão da distribuição de renda é tal que Tavares chega a subordinar a importância do *mark-up* a esta: “Assim, a distribuição global da renda e da produção não está determinada *a priori*, pelo *mark-up*, isto é, pela margem de lucro arbitrada pelas empresas sobre seus custos primários ou pela ‘taxa de exploração’ desejada pelos capitalistas. Está determinada pela estrutura produtiva e do gasto num sistema em crescimento e pelo movimento em conjunto da concorrência entre capitalistas e trabalhadores” (TAVARES, 1978, p. 25).

<sup>104</sup> Para os propósitos desta tese, é válido notar que a argumentação deste texto coloca-se defronte também às preocupações estruturalistas, desta vez referenciando a Prebisch, preocupada com o modelo “excludente” de desenvolvimento latino-americano (TAVARES E SOUZA, 1981, p. 3–6).

de trabalho”, em que os grupamentos de capitais selecionam os trabalhadores, qualificados e não-qualificados, para os estratos mais baixos da hierarquia organizacional. A utilização da categoria “mercado interno de trabalho” lhes permite falar numa possibilidade de *dispersão salarial* intra-industrial, intra-setorial, intra-organizacional e intra-departamental.

Ao mercado geral de trabalho associa-se uma taxa de salários – associada a um “piso salarial, sobre o qual se estrutura a distribuição dos salários” (*ibidem*, p. 8). Como a taxa salarial é construída na participação comum de todos os estratos industriais no “mercado geral de trabalho”, ela funciona como um piso salarial comum a todas as indústrias. Assim, o “salário médio” de cada indústria e suas respectivas diferenciações com esse “piso” é tomado como *indicador do nível de dispersão salarial* numa determinada categoria industrial (ou qualquer recorte “micro” que as estatísticas disponíveis permitam). Tanto em nível do mercado interno de trabalho quanto do mercado geral de trabalho, é o poder de barganha das organizações trabalhistas *vis-à-vis* do empresariado que determinam as condições salariais. Para os autores, a determinação do “salário mínimo” expressa e funciona como um “ponto focal” ao conflito distributivo disperso no caso do “mercado geral” de trabalho.

A hipótese básica é que ambas, taxa e distribuição de salários, têm determinantes básicos comuns: o padrão de acumulação de capital. A direção da mudança estrutural “entre departamentos” mostra a importância relativa dos parâmetros distributivos (salários e *mark-up*) sujeita às estruturas oligopólicas internas a cada departamento para a determinação dos preços e da distribuição de renda “de longo prazo”. Conceição Tavares (1978, p. 27) coloca que:

o que vai acontecer com a distribuição de renda entre salários e lucros depende do padrão setorial de acumulação, isto é, de quais os setores que lideram o crescimento, de sua estrutura técnica da produção e de sua estrutura de mercado.

Expandindo um pouco do recorte específico desta seção e vinculando-a à problemática geral do capítulo, nos é imperativo lembrar que os setores que lideram o crescimento, isto é, prendendo-nos aqui exclusivamente à acumulação na órbita da produção, estão ligados, neste momento, a  $D_{II}$  sob comando dos oligopólios

diferenciados comandados pelos capitais internacionais – que, por sua vez, passam crescentemente a se condensar e centralizar à forma da conglomeração financeira.

Desde JK e o Plano de Metas que o Brasil adentra uma nova fase de industrialização acelerada, com instalação do parque automobilístico (facilitada pela conhecida instrução 113 da SUMOC) e da moderna indústria de eletrodomésticos expressando alguns dos principais bens de consumo final “diferenciados” em expansão no capitalismo brasileiro. As características internas dessa indústria, então, são emprestadas progressivamente à estrutura geral brasileira desde fins dos anos 50 – muito embora  $D_{III}$ , central à determinação dos salários *reais*, mantenha-se com grande peso relativo na composição industrial brasileira até fins dos anos 70 e com preços em grande medida colados ao mercado internacional.

Tavares e Souza organizam a evolução dos salários no Brasil em três subperíodos, também ligados aos ciclos e padrões de acumulação: 1952-1959, 1962-1967 e 1968-1974 – cada qual com “padrões salariais” de características próprias. O crescente peso de  $D_{II}$  carrega, em si, um alto nível de dispersão salarial intra-departamental e um alto *mark-up*. As grandes empresas internacionais pagam salários médios *maiores* que o de demais segmentos, ao mesmo tempo em que empregam parcela relevante ao piso salarial. Regulada pelo “mercado geral de trabalho”, ao golpe de estado de 64, segue-se uma imposição de decréscimo do salário mínimo real, que funciona como farol às negociações pulverizadas de salário-piso, inclusive no mercado informal.

De 1962 até fins dos anos 70, responde-se por um longo período de desorganização do sindicalismo no Brasil, forte até início dos anos 60, o que pressiona para baixo o piso salarial e aumenta a dispersão salarial intra-industrial (aumento da distância do salário médio em relação ao piso). Os ganhos gerais de produtividade, altos no primeiro e particularmente no terceiro período foram, em geral, significativamente superiores aos ganhos reais de salários. O alto *mark-up* de  $D_{III}$  e sua colagem aos preços internacionais pressionam, ao longo do tempo, os salários reais para baixo e o seu alto peso na composição industrial total do departamento mantêm alta a relação lucros-salários. Embora com ampla dispersão salarial (setores formais e informais) que condiciona amplas camadas populares à (extrema) pobreza, a massa geral de salários aumenta continuamente nos anos 70 puxada, no limite, pelo investimento autônomo do capital internacional e do estado.

Procurou-se argumentar aqui que Maria da Conceição Tavares (1974, 1978, 1980) e Tavares e Souza (1981) apropriaram-se da leitura kaleckiana combinando as seguintes hipóteses: (i) dentro de um determinado horizonte temporal, o investimento, ao puxar o crescimento econômico, é o que possibilita o aumento combinado da massa de salários e a massa de lucro (sem necessariamente alterar a distribuição de renda); (ii) a condição *sine qua non* da possibilidade de não oposição entre lucros e salários na órbita produtiva é que já tenha previamente tido acumulação de capital com incorporação do progresso técnico tal que a economia opere com setores com nível de capacidade ociosa; (iii) que em economias subdesenvolvidas “semi-industrializadas”, como a economia brasileira investigada por Maria da Conceição Tavares, em que se combinem setores com maiores e menores capacidade ociosa e produtividade, a acumulação de capital se dará “combinando” acumulação de capital *sem* oposição lucros-salários com acumulação de capital *com* oposição lucros-salários (sua interpretação material não deixa de ser uma variante da interpretação inflacionária a partir do conflito distributivo<sup>105</sup>); (iv) que a forma da interação combinada lucros-salários pode se alterar a partir de mudanças estruturais entre departamentos ou das condições internas aos oligopólios; e (v) que o ápice da oposição lucros-salários expressa-se, de fato, quando se cessa o processo de acumulação de capital global num horizonte temporal suficientemente largo – este último caso só se “resolve” pelo arbítrio classista de estado, pois não se permite o aumento combinado das massas de lucros e salários (ou sequer suas manutenções).

Do que foi dito nos parágrafos e seções precedentes, ademais da demonstração do modelo de distribuição de Kalecki (“apêndice I”) previamente mencionado, acreditamos que já sublinhamos de maneira suficientemente clara e concisa as hipóteses (i) a (iv). O inciso (v) requererá, entretanto, maiores trabalhos de nossa parte, uma vez que combina os elementos distributivos mencionados, com seu modelo de acumulação de capital e suas hipóteses sobre estado e moeda – sobre o que falaremos nas seções subsequentes. Retomemos, antes, como a órbita financeira se interpõe na problemática distributiva.

---

<sup>105</sup> Sobre o debate específico a respeito do conflito distributivo, ver Serrano (2010) e Malta (2011).

## ii. A órbita financeira

A apropriação teórico-analítica que faz Conceição Tavares se insere no debate material sobre economia brasileira, em que se desenvolvia um longo debate sobre o conflito distributivo, custos e a componente inercial da inflação brasileira<sup>106</sup>. Neste ínterim, a primeira “indexação” formal, que anos mais tarde alimentaria enormes debates sobre a componente inercial da inflação brasileira, seria as Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN), criadas meio ao PAEG.

Já pudemos assinalar anteriormente que, ao menos desde o início dos anos 70, quando do ocaso de sua fase cepalina (TAVARES, 1971), Conceição Tavares investiga também como que as transformações do sistema financeiro brasileiro são parte do modelo concentrador de renda em curso no Brasil de então e onde o papel das empresas internacionais e do estado tem particular destaque<sup>107</sup>. A “ciranda financeira”, da qual falaria Conceição Tavares em tantas oportunidades, já está integrada nas suas clássicas análises do brasileiro nos anos 70. De fato, é da “integração adequada entre a órbita real e a órbita financeira da expansão” de que se poderia depreender uma explicação sobre preços e distribuição no Brasil, desde que “devidamente trabalhados analiticamente” (TAVARES, 1974, p. 193). Acreditamos que, do que foi exposto até aqui, pudemos dar conta de maneira suficientemente clara e concisa dos principais componentes próprios ao lado “real”. Tal como assinalado por Conceição Tavares (*ibidem*, p. 192-193), estas seriam:

Distorção da estrutura do crescimento, com pressão sobre recursos reais depois que se ocuparam as margens de capacidade produtiva ociosa em setores estratégicos; mudança dos preços relativos contra o poder de compra dos salários, isto é, subida dos preços relativos dos alimentos e dos serviços essenciais e queda dos preços relativos dos bens de consumo não-essenciais; finalmente, a pressão sobre o balanço de pagamentos de um padrão de crescimento que acelera em simultâneo o consumo capitalista, o investimento privado e o investimento público.

Resta-nos, entretanto, sublinhar suas integrações com a órbita financeira. Ademais da resposta da política monetária à entrada de capitais de curto prazo pela via

---

<sup>106</sup> Ver mais sobre este debate em Serrano (2010).

<sup>107</sup> “Essa reformas financeiras permitiram que o novo ciclo de expansão voltasse a dar-se com o predomínio das empresas internacionais e com o afiançamento da presença do estado na economia, que se haviam interrompido de forma dramática em 1963/1964” (TAVARES, 1974, p. 193-194).

da acumulação de reservas, considera que o fenômeno inflacionário também encontra suas explicações pela:

subida das taxas de juros bancários, nacionais e internacionais, provocando um endividamento financeiro crescente, para repagamento do mesmo volume real de dívidas. E, finalmente, (...) a expansão caótica e a especulação do sistema financeiro privado, que se arruína a si mesmo ao redistribuir as margens de lucro globais para acumulação financeira, incrementando a dívida das famílias e das empresas e diminuindo a capacidade real de acumulação privada a longo prazo do setor empresarial (*ibidem*).

Desta “órbita financeira” mencionada por Conceição Tavares, nos é importante separar duas formas de acumulação financeira, a partir de suas distintas relações com a acumulação de capital industrial. De um lado, tem-se uma acumulação financeira articulada com a produção-circulação e, de outro, tem-se uma acumulação financeira “autônoma” que incorpora elementos desintegrados - e até “antagônicos” - à acumulação produtiva, mas fundada em última análise no arbítrio de estado<sup>108</sup>.

A despeito do fato de que ambas, ao se fundirem na acumulação comum de capital monetário, possuem, de fato, mecanismos internos de ligação, permite-se separá-las *abstratamente* para esclarecer algumas de suas propriedades particulares. Orientando o caminho lógico, abstrato e histórico desta ligação, Tavares e Belluzzo (1980, p. 4) indicam, nas formas de então contemporâneas da acumulação do capital bancário, através “do caráter universal e permanente dos processos especulativos e de criação contábil de capital fictício”, um ponto de partida a esta ligação. Tal ordem nos parece ainda útil e seguimos expressando as formas de acumulação “autônomas” e “fictícias” ao capital monetário; depois, suas interconexões com o capital produtivo; e, por fim, as suas implicações sobre preços e distribuição<sup>109</sup>.

No caso do capitalismo dos países ditos “centrais”, Conceição Tavares coloca que a solução à acumulação oligopólica que vinha se afirmando dizia respeito à nova forma de organização do capital, sob a forma do “conglomerado financeiro” à semelhança dos objetos de estudo de Hilferding e Hobson (TAVARES, 1974, 1978, 1984a; TAVARES E BELLUZZO, 1980). Para a persecução do objetivo último de

---

<sup>108</sup> Acreditamos que o ensaio, já analisado, “Natureza e Contradições do Desenvolvimento Financeiro Recente” (TAVARES, 1971), já permite situar historicamente parte da problemática necessária à compreensão desta subseção. Entretanto, retomaremos esse ponto mais detidamente na seção final do presente capítulo.

<sup>109</sup> A implicação distributiva através das crises dos próprios padrões de acumulação e sua relação com o estado estará apresentada em subseção seguinte.

acrescentamento do capital de valor à forma final D', esta nova organização se vale sobre *todas* as formas decompostas e integradas dos capitais particulares – tanto as próprias ao circuito do capital produtivo, quanto aquelas do capital-mercadoria (TAVARES E BELLUZZO, 1980, p. 2).

Entretanto, a despeito da coexistência do imperativo de valorização sob suas diferentes formas, Tavares e Belluzzo indicam que há uma que vinha ganhando particular proeminência: a valorização autônoma do capital dinheiro à forma D-D'. Para a expansão do seu próprio capital, os novos conglomerados financeiros dos países centrais teriam visto aberta uma nova opção, fundada na elasticidade do valor financeiro dos ativos sob sua gerência. Tavares e Belluzzo, apoiando-se em Hobson e observando o fenômeno nos EUA, escrevem a esse respeito:

Segundo Hobson, uma companhia honesta costuma atribuir um valor separado aos ativos tangíveis – terra, edifícios, maquinaria, estoques etc. – e aos ativos não-tangíveis; como patentes, marcas, posição no mercado etc. No entanto, a estimativa *real* do valor dos ativos é efetivamente calculada a partir de sua capacidade de ganhos. Se os ativos tangíveis podem ser avaliados pelo seu custo de produção ou reposição, aqueles de natureza não-tangível só podem sê-lo através de sua capacidade líquida de ganho. Esta, por sua vez, só pode ser estimada como o valor capitalizado da totalidade dos rendimentos futuros esperados, menos o custo de reposição dos ativos tangíveis. É aqui, neste último elemento (ativos não-tangíveis) que reside a elasticidade do capital, comumente utilizada pela “classe financeira” para ampliar a capitalização para além dos limites da capacidade “real” de valorização (TAVARES E BELLUZZO, 1984, p. 4).

Tais mecanismos, que se materializariam na contabilidade e na sua importância para relações internas entre atores dos sistemas financeiros, estariam possibilitando o aumento do valor especulativo em diferentes ativos financeiros (notadamente ações e títulos de dívida privados e públicos). A criação de massa financeira, daí originada, estaria permitindo um aumento substancial da capacidade de crédito e de organização interna do próprio conglomerado, que ganha um espaço de alavancagem insubordinada às autoridades monetárias e faz depender seu processo de valorização geral do capital cada vez mais a partir da expansão “autônoma”, a princípio “fictícia”, do capital monetário.

Países semi-industrializados cujos sistemas financeiros e capitais não alcançaram a etapa da organização do conglomerado financeiro, todavia, encontravam-se sujeitos a um processo com algumas características similares. Tanto por intermédio

das projeções internas que os capitais financeiros internacionais (conglomerados financeiros) quanto pelo possível papel do estado na organização do sistema monetário-financeiro (caso do Brasil), haveria meios igualmente “autônomos” de valorização do capital monetário à forma D-D’.

O lançamento de títulos públicos protegidos pela inflação, permitido a partir das reformas financeiras do PAEG, teria sido realizado de forma muito superior às necessidades de financiamento do setor público. No início da década de 70, as autoridades monetárias brasileiras lançaram um enorme volume de títulos públicos de forma a “esterilizar” a entrada de capital de risco externo e evitar uma sobrevalorização cambial tida como indesejada (TAVARES, 1978, p. 150). Independentemente de qualquer “mérito” que porventura possa se atribuir a esta política, do ponto de vista do capital monetário, os títulos públicos se transformaram numa aplicação financeira de valorização autônoma que materializaria, para o caso da economia brasileira, sua possibilidade de valorização à forma fictícia D-D’<sup>110</sup>.

A compreensão dos mecanismos próprios de acumulação financeira terá impacto central para a compreensão dos fenômenos dos preços e da distribuição na obra de Conceição Tavares. A aceleração do crescimento econômico capitalista, associado a uma diversificação do consumo, faria depender a continuidade da acumulação de capital na órbita real de uma expansão do sistema financeiro correspondente, que lhe permitisse a contínua ampliação do financiamento da produção e da comercialização. Para Conceição Tavares:

É preciso entender, pois, a natureza da maioria dos balanços das grandes empresas e por que seu lucro operativo aparece negativo. Aparece negativo não porque sua margem efetiva de lucro seja mais baixa, mas porque ela está calculada com os custos das matérias-primas e dos estoques atualizados como manda a boa regra da ‘valorização contábil do capital’. Esta atualização contábil dos valores é a maior correia de transmissão inflacionária (...) (TAVARES, 1978, p. 136).

Assim, o peso dos custos financeiros dentro das estruturas contábeis das empresas produtivas vinha ganhando proeminência tal que variações na remuneração dos serviços financeiros teriam impacto decisivo na base sobre a qual se denomina o *mark-up* (lucro desejado) das empresas. A “correia de transmissão” da “órbita

---

<sup>110</sup> A valorização especulativa bursátil também ocorreu no país. Em função do menor peso no sistema financeiro, entretanto, sua importância é relativamente reduzida se comparada à valorização “fictícia” via títulos públicos.

financeira” para a “órbita real” representa esta tentativa, por vezes apenas parcialmente bem sucedida, de repasse, para os preços finais, das variações do custo financeiro que incorreria os diferentes capitais produtivos - e do qual os capitais monetários, organizados em conglomerados financeiros ou não, seriam seus beneficiários últimos.

Para os propósitos desta tese, nos é pertinente lembrar, aqui, o que já foi assinalado anteriormente: que o capital monetário nacional e o capital monetário internacional se vinculam à indústria brasileira de formas bastante distintas (TAVARES, 1971; TAVARES E TEIXEIRA, 1980). O funcionamento das “correias de transmissão” dos juros e de outras formas de expansão do capital monetário para os custos (financeiros) do capital industrial no país se dará por caminhos com idiosincrasias próprias.

As reformas do PAEG não lograram um de seus ditos propósitos, o de vincular o sistema de financiamento privado aos capitais industriais por intermédio de crédito de longo prazo. O financiamento dos grupos empresariais brasileiros manteve-se ligado a mecanismos de autofinanciamento, acessando o capital monetário *internacional* e/ou ao setor estatal. Desta forma, o reconcentrado capital monetário nacional vinculou-se à órbita real pela via do capital de giro e do crédito ao consumo, este último notadamente vinculado ao crédito dos novos bens de consumo duráveis.

Já a ligação do capital monetário internacional com a acumulação produtiva no Brasil acontece de maneira bastante distinta. Sua ligação orgânica com os principais capitais industriais que lideram os ciclos de expansão da indústria brasileira a partir de meados dos anos 50 ocorre tanto pela via do controle direto (propriedade das empresas no país, em geral filiais menores sob comando do centro), quanto pela via do fornecimento de crédito à produção pela via do capital de risco em expansão no sistema financeiro internacional a partir dos chamados “euro-dólares” (TAVARES E TEIXEIRA, 1980).

Resta-nos, por fim, abrir aqui uma conexão central sobre a criação fictícia de ativos financeiros e o fenômeno da distribuição, que vincula esta seção a subsequente e é de crescente importância no capitalismo brasileiro, mundial e na obra de Tavares. A autora escreve que, a rigor, são duas formas de transferência de valor entre fragmentos sociais:

Na verdade, a transferência de valor só pode ser entendida na esfera da circulação de mercadorias entre esses departamentos, isto é, via modificação

nos preços relativos, ou então no âmbito da circulação do capital, via transferência de ativos (direitos de propriedade) (TAVARES, 1974, p. 31).

As variações de massa de riqueza, que crescentemente assume a forma de ativos financeiros (e relações de dívida), é a segunda grande esfera em que há transferência de valor entre e intra classes, estado e demais cortes analíticas que se faça dos atores sociais.

Neste sentido, é importante lembrar que a evolução da criação fictícia de ativos financeiros tem, também, uma componente cíclica e necessita, igualmente, que o crescimento econômico lhe proveja alguma sustentação “real” de seu aumento de valor – a criação “endógena” de moeda, como já vimos, é parcialmente “autônoma” e descolada da órbita produtiva. Acontece que, no curso da reversão para o vale cíclico, o dinheiro que lhe sustentaria parcialmente o valor e que era extraído dos lucros vindos da “órbita real” progressivamente se reduz.

Num primeiro momento, frente à crise da órbita real, o capital opta pela “máxima keynesiana” da “preferência da liquidez” e dá combustível a seu processo especulativo (KEYNES, 1936). No Brasil, o vale cíclico pós-74 era acompanhado de inflação e captação de financiamento externo, das quais o circuito matriz-filial e as empresas estatais foram parte decisivas, e o Banco Central opera sob lógica da “teórica monetária convencional” (TAVARES, 1978, p. 180–181), e emite novos ativos financeiros para “esterilizar” e “enxugar” a liquidez adicional – a “suposta” causa da inflação. A ciranda financeira articula o interno e o externo e cria uma crescente massa de ativos financeiros que não pode ser validada no circuito produtivo em franca desaceleração. Com inflação persistente e quando o próprio mercado cessa de criar liquidez, reclama pelo ativismo da política monetária do Banco Central através do encaixe de seus ativos podres no estado e da validação e emissão dos valores do Título do Tesouro (*ibidem*, p. 174–175). Quando, diante de uma crise aguda do padrão de acumulação, o sistema econômico-social não encontra mais mecanismos à sua continuidade ao longo do tempo, impõe-se, assim, uma solução de estado ao encontro de uma nova articulação entre crescimento, distribuição e progresso técnico.

A compreensão de como Conceição Tavares enxergou tal problemática exige que repassemos às suas interpretações sobre moeda, valor e arbítrio de estado.

### 2.2.2.3 Moeda, valor e arbítrio de estado

Junto a Belluzzo, dentro do debate teórico da UNICAMP da década de 70 (BIELSCHOWSKY, P., 2011), Maria da Conceição Tavares entende a teoria do valor de Marx não como uma teoria da determinação dos preços, mas como uma teoria da valorização do capital - no que se contrapõe explicitamente tanto às teorias neomarxistas da exploração (à La Emmanuel, Sweezy e Baran), quanto à abordagem Sraffiana em debate na década de 70 (TAVARES, 1978, p. 47–48)<sup>111 112</sup>.

Na medida em que, para a etapa histórica do capitalismo em análise, não considera os preços como dados a partir de qualquer problemática de transformação dos valores em preços, ela procura se afastar tanto de qualquer noção de equivalência entre “mais-valia” e “lucro” (que encampa seus debatedores “neo-marxistas”), quanto dos lucros como limitados por uma “taxa máxima de lucros” extraída de uma medida invariante de valor à clássica forma sraffiana  $r = R(1 - w)$ . Os constructos teórico-analíticos daí decorrentes (*ibidem*, p. 47–77), longe de se constituírem numa abstração metafísica de Conceição Tavares, se materializam concretamente e de maneira central em toda a sua trajetória analítica do capitalismo brasileiro e mundial.

Para Tavares (1978), com a grande acumulação de capital e o desenvolvimento das técnicas, o tempo de trabalho socialmente necessário à reprodução (ampliada) do capital se reduz a ponto de que o “trabalho vivo” seja crescentemente “desnecessário” à produção, isto é, a relação entre “capital constante” e “capital variável” – a composição orgânica do capital - aumentou consideravelmente. Assim, tanto pelo fato de o “trabalho vivo” estar perdendo gradativamente espaço na reprodução do capital, quanto pelo fato de considerar que não se resolve qualquer problemática de transformação dos valores em preços sem uma teoria dos salários derivável da “lei do valor”, considera Tavares que a denominação monetária conjunta dos preços e da distribuição está sujeita

---

<sup>111</sup> Não é propósito desta tese averiguar em que medida a interpretação de Tavares corresponde ou não, efetivamente, à problemática do valor na obra de Marx.

<sup>112</sup> Ver, de “Ciclo e Crise”, seção 2.1 (“Dois Conceitos ‘Equivocados’ de Lucro”) e seção “1º movimento: A constituição de lucro e do capital como unidade contraditória”: “A conversão da ‘mais-valia’ em lucro, que em Marx é uma passagem lógica para entender a natureza do lucro, tem dado lugar a um sem-número de controvérsias que obscurecem, através de citações fora do contexto, o movimento geral da ‘lei do valor’ como lei de valorização do capital” (TAVARES, 1978, p. 54).

igualmente a condições sociais e políticas<sup>113</sup> - não pelo “valor-de-troca” da “mercadoria força-de-trabalho” (*ibidem*, p. 61).

Com isso, Tavares desvincula qualquer problemática intrínseca de “deterioração da taxa de lucro” pela via do aumento da composição orgânica do capital, à forma como é corriqueiramente pensada. O que a reprodução ampliada do capital em um dado período de produção faz requerer, sim, pelo lado dos custos de produção, é um crescente adiantamento de dinheiro e a “valorização” do capital imobilizado - “fictícia”, porque não tem mais o substrato de trabalho que lhe desse *medida* de valor. Nas condições vigentes de organização do sistema financeiro, esse dinheiro requer uma remuneração, abstratamente referida como “juro”. A grande questão, assim, é que o juro é definido de forma independente de quaisquer condições de produção, seja interpretado como “mais-valia”, seja como “excedente”.

Os juros, materialmente, podem assumir diversas formas de valorização financeira, incluindo as suas formas “fictícias” de valorização bursátil, contábil ou via títulos públicos (tal como apresentados na seção precedente). Uma vez que a taxa de juros que remunera os títulos públicos – estes de crescente importância para a organização dos sistemas financeiros brasileiro e mundial - é arbitrada pelo estado através de suas autoridades monetárias, as condições sociais, políticas, econômicas, financeiras e organizacionais de *enforcement* desta taxa *real* de juros são o fundamento “último” da distribuição e dos preços. Não há “lastro” da distribuição ou dos preços, seja em variantes da noção metalista, seja em qualquer medida invariante de valor. Os títulos públicos e demais ativos financeiros requerem, entretanto, uma *medida* para fazer o cálculo de sua valorização real (ou mesmo da manutenção de sua massa de riqueza). Assim, a moeda, para Tavares, ademais de outras funções lógicas, é ela própria, ao mesmo tempo, unidade de conta e medida do valor - jamais invariante, mas “lastreada”, sim, num “pacto de dominação” social que permita manter relativamente estabilizada a expressão monetária da distribuição<sup>114</sup>: “Se algum *lastro* existe, este caso, na dívida

<sup>113</sup> Conforme visto anteriormente, os salários também não são dados pelo tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção, mas pelos seus poderes de barganha, social e historicamente constituídos. O *mark-up*, remuneração do capital industrial, é regulado pelo seu poder de barganha (mercado/concorrência + político).

<sup>114</sup> Pablo Bielschowsky (2011, p. 237), por sua vez, propõe, alternativamente sobre Tavares (1978), a seguinte síntese: “Tavares conclui defendendo que Marx deve ser lido à luz da economia industrial e da macroeconomia de Kalecki e de Keynes. Após repetir a análise de Belluzzo (1975) sobre a transformação da lei do valor em lei da valorização, Tavares afirma que o desenvolvimento das forças produtivas e do capital financeiro termina por negar a realidade da lei do valor, uma vez que o lucro deixa de ser regulado pela mais-valia, pois: (i) com o desenvolvimento das forças produtivas, o preço passa a ser determinado

acumulada, é o poder do Estado, que legitima a posição de poder dos grandes bancos e do grande capital” (TAVARES, 1978, p. 44 - grifos da autora).

A construção material de uma moeda que cumpra a função lógica de reserva de valor, unidade de conta e meio de liquidação de contratos sempre foi tarefa problemática, tanto no Brasil quanto no sistema monetário-financeiro internacional. Meio ao colapso de Bretton Woods e, tendo em vista o fenômeno inflacionário no Brasil, as formas materiais através das quais as funções abstratas da moeda eram desempenhadas perpassaram a preocupação de Conceição Tavares ao longo dos anos 70 – e adiante.

Assim, se bem tenham se tornado mais célebres os desdobramentos de tais preocupações para o tema da “hegemonia americana” (TAVARES, 1985; TAVARES E MELIN, 1997), são, nas suas teses de 70, em que se encontram as raízes básicas à apreensão da relação entre o concreto e o abstrato que envolve o tema da moeda em sua obra. Nestas, já se faz presente a noção de que as funções da moeda se acham cindidas entre ativos de natureza distinta, que permitirá a Conceição Tavares falar numa “moeda financeirizada”. Vejamos o seguinte trecho de sua tese *Ciclo e Crise*:

Na verdade, quando se fala em ‘liquidez’, no caso do nosso sistema financeiro, há que separar rigorosamente dois aspectos: a liquidez monetária e a financeira. A liquidez monetária está relacionada com a quantidade de dinheiro requerida para a circulação corrente da produção, isto é, pelos requerimentos de pagamentos em dinheiro ou em cheques emitidos contra contas correntes bancárias. Desta moeda, enquanto meio de pagamento/circulação, não há possibilidade absoluta de fuga, já que é um dinheiro de curso ‘forçado’, em parte pela circulação de mercadorias entre as empresas e pelo desembolso e gasto da massa de salários e ordenados. (...) Esta é uma função tradicional do dinheiro como meio de pagamento, que sempre existiu no Brasil e vem sendo desempenhada pelo sistema bancário sem grandes variações ou tendências de longo prazo (enquanto proporção do produto real). A crescente monetização da economia e a expansão do sistema bancário apenas tendem a alterar a relação entre o papel-moeda e os depósitos bancários em favor destes últimos. A segunda forma de liquidez é a financeira, que decorre da perfeita transacionabilidade de um enorme volume de títulos financeiros como se fossem dinheiro. Efetivamente, a maioria dos títulos financeiros (...) são líquidos e circulam dentro do sistema financeiro como moeda-financeira. São não apenas transacionáveis através da aplicação de ‘deságios’, mas são também ‘liquidáveis’, isto é, reconversíveis à forma monetária original no mercado de dinheiro. Esta duplicidade do ‘dinheiro’ com dois tipos de liquidez, o dinheiro monetário e o financeiro, reflete claramente a separação objetiva das funções do dinheiro enquanto meio de pagamento, instrumento geral de crédito e instrumento de reserva e

---

apenas pela concorrência; e (ii) o desenvolvimento das relações financeiras abre a possibilidade de valorização financeira independente da mais-valia. A politização dos preços e salários completa a negação da lei do valor”.

valorização financeira do capital-dinheiro que está presente de modo peculiar no nosso sistema financeiro (...). A presença crescente dos títulos públicos perfeitamente líquidos no âmbito da circulação financeira e, ademais, destituídos de qualquer risco (com proteção contra a inflação e garantia de um piso mínimo de taxa de juros) exprime nitidamente a importância desta característica ‘peculiar’ do sistema financeiro nacional (TAVARES, 1978, p. 148) [grifos nossos].

Embora o dinheiro monetário, através do papel-moeda ou dos depósitos à vista no setor bancário, sempre vá desempenhar parte das funções lógicas da moeda (em grande medida por conta da sua função de contraparte “líquida” nas relações de troca – a “circulação de mercadorias”) <sup>115</sup>, ela perderá gradativamente parte de sua proeminência nesta etapa histórica do capitalismo. Continua, é claro, dando as condições de validação e realização da órbita da produção e da circulação. Assim, tal perda se dá majoritariamente em função de que passa gradativamente a ser a *moeda financeira* o referencial básico de reserva de valor no sistema econômico.

Neste momento histórico, em particular, a crescente inflação brasileira foi acompanhada pelas mudanças do sistema financeiro que permitiram a criação dos títulos públicos pós-fixados (ORTN), protegidos contra a inflação e mantenedoras, portanto, do valor *real* da riqueza acumulada pelas classes e agentes possuidoras de tais ativos. Ademais, como bem sintetizado na citação acima copiada, tal forma de moeda permite tanto a transacionabilidade (liquidez) de ativos financeiros entre si quanto é convertível na moeda em sua forma “monetária”.

É importante se lembrar de suas implicações para as funções desempenhadas pelo capital monetário em expansão no Brasil de então (nacional e internacional). A noção de “endogeneidade da moeda”, que comporia parte importante do arcabouço da economia política crítica no Brasil parte, em Conceição Tavares, da valorização fictícia dos ativos financeiros, que em algumas de suas expressões particulares, corresponde à criação de moeda financeirizada. Esta, sendo igualmente convertível em dinheiro monetário, ganha expressão e toma para si o principal das principais funções lógicas da moeda – cujas emissões ganham crescente independência da política monetária do Banco Central. O capital monetário apoia-se nesse mecanismo para, ao mesmo tempo,

---

<sup>115</sup> Não deixa de haver, aqui, uma apropriação *particular* da noção “cartalista” da moeda - que compreende que sua “liquidez” é derivada do poder de estado, que lhe outorga o curso. Um debate e uma versão atualmente difundida da noção cartalista pode ser encontrada em Wray (2003) – cujo trabalho também foi comentado por Bastos (2004).

valorizar a si mesmo, financiar parte da produção/circulação de mercadorias e apropriar-se de parte crescente de valor que circula em outras órbitas.

Importante notar que, no caso do capital monetário de origem internacional, a expansão desenfreada dos euro-dólares entre fins da década de 60 e durante todos os anos 70 era igualmente uma forma de criação autônoma de moeda “financeirizada”. Após o colapso de Bretton Woods, não tinham, entretanto, uma *medida* de valor que lhes desse segurança e sobre o que se denominar a riqueza acumulada (TAVARES E MELIN, 1997, p. 66). Embora pudesse crescer em massa de valor o capital monetário em seu conjunto, na ótica dos capitais monetários particulares, o risco a que se sujeitavam com as imensas valorizações e desvalorizações dos diferentes ativos monetário-financeiros era bastante expressivo.

De forma irônica, Conceição coloca que a denominação de um padrão estável de valor e a “reorganização do sistema monetário e financeiro internacional” são a preocupação ao assentamento da nova forma de acumulação própria ao conglomerado financeiro em ascensão, e não a resolução da suposta estagnação secular do capitalismo, os “fantasmas dos velhos clássicos” (TAVARES, 1974, p. 74–75). Como ficaria claro mais à frente, não se trata, de forma alguma, de encontrar uma medida de valor *no metal* que *desse* estabilidade ao sistema monetário-financeiro internacional, mas sim um arranjo monetário que fosse *em si mesmo medida estável de valor* e que pudesse ser líquida em nível do enorme volume de transações econômico/financeiras internacionais.

Desde o lançamento da ORTN, o Brasil paradoxalmente tinha “solucionado” tal problemática a nível interno meio ao pacto de dominação comandado pelo governo militar. No que tange o sistema financeiro internacional, entretanto, o sistema se resolveria pela subida unilateral dos juros do tesouro americano comandado por Paul Volcker, assentado seu valor real tanto na dura gerência interna e conservadora da tensão estrutural dos EUA quanto da combinada diplomacia “do dólar” e “das armas” (TAVARES, 1985) – um “pacto de dominação” na economia política internacional<sup>116</sup>.

Seria um componente central da estrutura do capitalismo de então, tendo, portanto, expressões múltiplas e possivelmente contraditórias em diferentes variáveis econômicas e sociais. Embora central, trata-se apenas de uma “peça” a mais no quebra-

---

<sup>116</sup> Veremos mais sobre a “retomada da hegemonia americana” e as correspondentes diplomacias envolvidas no capítulo seguinte. Também é digno de nota que Conceição privilegie a análise do exercício do poder do alto estado americano a nível internacional, despendendo menor esforço de análise ao “pacto de dominação” interno aos EUA. Para mais sobre esse último ponto, ver Panitch & Gindin (2012).

cabeça analítico de Conceição Tavares, devendo, assim, ser compreendido de forma conjunta com o todo de seu esquema interpretativo. Além de suas implicações para a compreensão do volume de crédito disponível na economia brasileira, acreditamos que, do que foi exposto nesta e nas seções anteriores, já se depreende de forma suficientemente clara e concisa a relação entre preços, distribuição e criação autônoma (endógena) de moeda financeira.

\*

Não há nada de metafísico na noção de valor e moeda de Maria da Conceição Tavares, mas sim uma articulação com diversos dos demais elementos de sua análise do capitalismo de então. O tema, assim, coloca em evidência as contradições conjuntas em que se aglutinam concretamente a economia, a política e a sociedade – e, por isso, é tema tão imbricado e de difícil apreensão.

O que há, sim, mais uma vez, é uma noção temporal específica por detrás desta interpretação de Conceição Tavares, um esboço de teoria de estado e uma pesquisa sobre a problemática concreta dos padrões de acumulação e seus limites nas etapas históricas do capitalismo brasileiro (e também mundial). Estas, entretanto, podem ser apreendidas se tomadas em conjunto, como bem lembra a autora na abertura de suas reflexões finais da tese *Ciclo e Crise*:

A crise que atravessa a economia brasileira apresenta manifestações múltiplas, que vão da desaceleração do crescimento industrial aos problemas de balanço de pagamentos, à desordem financeira e à aceleração inflacionária. Esta situação só é inteligível se tomadas em conjunto as sucessivas manifestações do esgotamento do ciclo de expansão interna coincidindo com a crise econômica internacional. O predomínio da órbita financeira sobre a produtiva que se verifica no movimento recente do capitalismo internacional fez valer os seus direitos de ‘senhorio’ e conduziu a economia interna ao sorvedouro especulativo e inflacionário, que torna a política econômica nacional impotente para lidar com a conjuntura (TAVARES, 1978, p. 183).

Já comentamos, nos últimos parágrafos da seção antecedente, da ligação, no curso dos ciclos econômicos, entre o dinheiro que circula na órbita real e o da esfera financeira. Tomando assim a problemática de forma integrada, o que se destaca é que são, nas crises agudas do padrão de acumulação, que o estado se defronta frente a uma massa de ativos financeiros de valor fictício, que representa a forma de riqueza crescente no capitalismo financeiro dos grupos dominantes.

Invoca-se, a partir daí, o arbítrio de estado para determinar o valor da compensação das relações de dívida, com suas correspondentes formas arbitrárias de socialização das perdas – o que explica a “transferência de valor” que se dá “no âmbito da circulação do capital, via transferência de ativos”, comentado por Tavares como central à compreensão da distribuição (TAVARES, 1974, p. 31).

Por fim, sublinha-se que Maria da Conceição Tavares não vincula, então, a “lei do valor” a uma “lei de determinação dos preços”, mas, sim, a uma lei de movimento geral do capital, alcunhada, com referência a Belluzzo, de “Teoria da Valorização do Capital” (TAVARES, 1978, p.49). O que fica indicado em Tavares (1974; 1978) e Belluzzo<sup>117</sup> (1980) é que da lei do valor “apenas” se poderia derivar o imperativo histórico-concreto de cada capital transformar a si mesmo (“transformação morfológica do capital”), buscando novas soluções organizacionais em cada espaço e tempo de forma a dar continuidade ao seu próprio processo de valorização - sujeito, ademais, a uma concorrência capitalista e a um conflito de classe. O debate sobre as formas históricas dos padrões de acumulação e a concorrência oligopólica de Tavares (1974) está intimamente ligada a esta concepção.

Deixemos, entretanto, para a próxima seção a exposição das principais determinações complementares que vinculam a problemática da expressão dos padrões de acumulação em economias em posição de desenvolvimento com o subdesenvolvimento.

### **2.2.3 Padrões de acumulação e subdesenvolvimento: as sementes de um novo objeto**

Acreditamos que a forma como estudamos os padrões de acumulação nas seções anteriores muito diz sobre a interpretação de Maria da Conceição Tavares a respeito da dinâmica cíclica da atividade econômica brasileira, dos movimentos estruturais-produtivos entre os três grandes departamentos referenciados e dos padrões distributivos

---

<sup>117</sup> Ver: “Definitivamente, na visão de Marx, as formas históricas pelas quais o sistema capitalista, em suas várias etapas, da concorrencial à monopólica, vai resolvendo, tanto a perequação da taxa de lucro, quanto os problemas da distribuição da renda entre salários e lucros, não depende de uma ‘luta de classes’ *abstrata* que se realiza ao nível político, senão das próprias mudanças da estrutura técnica do capital e de sua *forma de organização social* enquanto ‘poder de comando sobre o trabalho’.” A crise, complementa, “muda apenas a forma pela qual se restabelece um novo ciclo de valorização do capital.” (BELLUZZO, 1980, p. 116-117) [grifos do autor]. Para uma visão crítica, ver Serrano (2007)

implícitos nesta dinâmica – no que se inclui parte do “pacto de dominação” a ele subjacente e o papel do estado nesse processo.

Nesta última seção do capítulo, procuramos trazer à tona a problemática dos padrões de acumulação globais, da “morfologia” interna do capital e das estruturas oligopólicas que foram relevantes à compreensão de Tavares sobre o tema das mudanças estruturais e o subdesenvolvimento. Assim, as relações específicas entre capital financeiro acumulação e internacionalização se vêem integradas, em seus principais elementos, com os temas das mudanças estruturais, dos ciclos de expansão industrial, do crescimento, da distribuição e da difusão do progresso técnico, da inserção externa e da formação dos pactos de dominação no Brasil. Em outras palavras, teremos, ao fim da seção, terminado de apresentar como a relação entre os padrões de acumulação (global e nacional) e a pesquisa sobre o subdesenvolvimento brasileiro se inserem conjuntamente na estrutura teórico-analítica que compunha Tavares.

Esta seção subdivide-se em três. Na primeira parte, exploramos mais profundamente a formação e as características principais das estruturas oligopólicas nas economias industrializadas, cuja interação compõe a forma dos padrões de acumulação das economias industrializadas, condicionando, ao mesmo tempo, seus limites e passagens a um novo padrão de acumulação. Na segunda subseção, exploramos as principais ligações entre a internacionalização de determinadas estruturas oligopólicas e as principais formas de mudança estrutural associadas à progressão dos padrões de acumulação. Por fim, ademais com o que foi exposto nas subseções e seções precedentes, teremos, então, um mapa completo que nos permitirá recuperar uma “visão de conjunto”, em termos das conexões entre as formas de então dos padrões de acumulação e a problemática do subdesenvolvimento nesta fase da obra de Conceição Tavares.

### **2.2.3.1 Padrões de acumulação global, concorrência oligopólica e mudança estrutural: um preâmbulo à “Retomada da Hegemonia Americana”**

Sobre as mudanças estruturais provenientes das crises agudas do padrão de acumulação, bem como suas distintas relações com as características das organizações oligopólicas, exploramos em seções precedentes apenas algumas das suas facetas.

Entretanto, a projeção histórica de determinadas estruturas oligopólicas dos países industrializados sobre os semi-industrializados cria condicionamentos e interdependências entre os padrões de acumulação internos à economia brasileira (e latino-americana) com os padrões de acumulação globais.

Afirmando uma agenda de pesquisa insubordinada, Conceição Tavares aponta para elos entre o interno e o externo que são, todavia, irredutíveis aos propostos pelos clássicos esquemas cepalinos ou pelos teóricos da dependência (TAVARES, 1974; TAVARES E TEIXEIRA, 1980). Os limites endógenos aos padrões de acumulação global, a concorrência oligopólica e sua vinculação micro-macro, bem como suas primeiras relações com a agenda de pesquisa de Tavares sobre a hegemonia americana, são o objeto da presente subseção.

Já pudemos comentar anteriormente, valendo-nos para o estudo dos padrões de acumulação em países semi-industrializados, que é frente às interpretações sobre as tendências intrínsecas da acumulação de capital nas economias capitalistas que Tavares propõe-se colocar. A insubordinação da agenda de pesquisa de Tavares reivindica uma reinterpretção, em termos dinâmicos,

[da] estabilidade empiricamente verificável, para algumas economias maduras (Estados Unidos e Inglaterra, particularmente), em períodos longos, da relação lucros/salários e da relação capital/produto, em vez de ser utilizada como base empírica para modelo de crescimento equilibrado (TAVARES, 1974, p. 52).

Já vimos, anteriormente, que, para Tavares, não emergiria nenhum tipo de tendência intrinsecamente *estagnacionista* do aumento da utilização de capital por unidade de produto. Entretanto, Tavares também investiga qual a forma com que o capital se aprofunda. Ou, mais rigorosamente, as formas através das quais as frações de capitais dominantes valorizam-se a si mesmas e o que isso traz, neste processo, em termos de expressões num determinado “padrão de acumulação”. As fases das formas históricas de acumulação das economias desenvolvidas têm, cada qual, características, contradições e soluções próprias e, considera Tavares, são irredutíveis às formas como vinham sendo interpretadas até então.

Tais fases associam-se aos principais padrões históricos de acumulação nos países de então industrializados, cada qual associada à emergência de um determinado tipo de organização oligopólica, com características idiossincráticas. Estas se expandem

nas estruturas econômicas dos países até encontrarem limites, endógenos ao padrão de acumulação que conformou, e que abrem a possibilidade de entrada de um novo padrão de acumulação (que não necessariamente ocorre com a mesma intensidade ou forma em cada país). São tais características internas das organizações oligopólicas que são a base material e tecnológica que fornecem a natureza particular de cada forma de acumulação de capital, bem como suas estratégias, interesses e até ideologias associadas. Quando dominantes, tais frações de capital se apoiam nos estados e submetem parte deles mesmos às suas próprias estratégias internas de expansão.

Também se propõe, para o caso dos países industrializados, utilizar uma “visão dinâmica”, mas, ao fazer um recorte temporal de maior amplitude, não pode se supor a existência de um departamento de bens de consumo durável. As expressões estruturais e macroeconômicas das interações das frações de capital dominantes não podiam, assim, ser analisadas sob o modelo tridepartamental kaleckiano em qualquer tempo histórico. Até mesmo a problemática da demanda efetiva apresentar-se como relevante à acumulação de capital, para Tavares, é uma questão de construção histórica.

Para os objetivos desta tese, é necessário nos focar nas principais formas de expansão oligopólica no pós-guerra, relacionadas ao “oligopólio diferenciado” e à “conglomerção financeira”, cerne da contribuição dinâmica “micro-macro” da autora, razão pela qual retomamos apenas brevemente a historicidade própria aos padrões de acumulação ligados à formação das demais estruturas oligopólicas. Procurando situar o capitalismo de então no longo processo histórico de acumulação de capital dentro do capitalismo mundial, Conceição Tavares identifica quatro grandes fases históricas.

A primeira e a segunda dizem respeito à longa fase do capitalismo competitivo, quando o nível de progresso técnico impunha condicionantes pelo lado das estruturas de oferta à acumulação e à distribuição lucros-salários. A primeira, relacionada ao setor de bens de consumo, seria caracterizada pela introdução do progresso técnico nas estruturas de “oligopólio competitivo” – expressão que, segundo Possas (1987, p. 179), foi cunhada por Tavares (1974, p. 63–69).

Trata-se de uma estrutura de mercado relativamente concentrada e de produtos homogêneos, com barreiras à entrada relativamente baixas, combinando alguma competição com *certa* coordenação em preços<sup>118</sup> - que fazem com que a resposta

---

<sup>118</sup> Possas (1987, p. 179–180) relembra que disputam mercados, em geral, de bens de consumo não-durável de diferenciação limitada. Coloca, ainda, que, normalmente, disputam mercado em condições

oligopólica ao aumento da demanda ocorra pela via da adequação do grau de utilização (POSSAS, 1987, p. 179–182; TAVARES, 1974, p. 63–69). O baixo progresso técnico faria com que o valor da produção fosse apenas pouco maior do que os custos de reposição do capital e da mão-de-obra, mantendo baixos os níveis excedentes disponíveis à acumulação de capital. Considera que o progresso técnico se orienta, primeiramente, à redução da utilização de mão-de-obra por unidade produzida e para a redução dos custos dos bens salários.

O excedente, aumentado ao longo do tempo, transfere-se progressivamente para o setor produtor de bens de produção através das mudanças dos preços relativos entre ambos os departamentos (caso de rigidez temporária dos salários à baixa) ou, de forma possivelmente combinada, através do aumento da relação lucros/salários (no caso de hipótese de superpopulação relativa) de forma desigual entre os dois departamentos (em favor do produtor de bens de produção) (TAVARES, 1974, p. 44).

O departamento produtor de bens de produção seria associado ao “oligopólio concentrado” (*ibidem*, p. 63–69). Este mercado possui bens relativamente homogêneos e tem importante barreira à entrada vinculada às economias de escala (POSSAS, 1987, p. 171–174; TAVARES, 1974, p. 63–69). Possui, assim, certa tendência à concentração e responde às oscilações das condições de demanda, enquanto oligopólio, também através do ajuste do grau de utilização da capacidade instalada.

Neste segundo momento, tendo sido deslocado progressivamente para estes recursos do setor de bens-salário, o progresso técnico passa a se orientar e difundir sobre o setor de bens de produção, começando a haver um aumento significativo do excedente. É apenas a partir daí que a acumulação de capital não depende mais estritamente da oposição entre salários e lucros – a estabilidade histórica da relação entre lucros e salários esconderia uma falsa neutralidade distributiva do progresso técnico, que se esfacelaria na fase seguinte.

Assim, a progressiva concentração e centralização de capitais passa a impor um tipo de problemática distinta às condições “macroeconômicas” - a difusão generalizada do progresso técnico, ao aumentar o potencial de “excedente”, deslocaria o problema da continuidade do processo de acumulação para o lado da demanda efetiva, o que daria início à “terceira fase” do capitalismo:

---

vantajosas contra empresas “marginais”, de menor porte, que, geralmente, oferecem pouca resistência competitiva.

Uma vez que a acumulação não está mais limitada pela baixa produtividade da mão-de-obra *vis-à-vis* o poder de compra dos salários, estes podem agora subir mais facilmente sem que fique ameaçada a margem de lucro global do sistema; muito ao contrário, a relação lucros/salários pode ser crescente. Assim, o *limite* da acumulação passa a estar dado não pelas condições de ‘produção de mais-valia’, mas sim pelas condições de sua realização dinâmica em escala ampliada (TAVARES, 1974, p. 78).

Assim, nessas duas primeiras fases, o capitalismo concorrencial estruturou formas oligopólicas que, frente às contradições de seus próprios processos de crescimento, impôs uma mudança no padrão de acumulação das economias maduras. O avançar do século XX difundiria uma solução histórica a esta problemática através da diferenciação produtiva (*ibidem*, p. 73). Os ciclos de expansão do “oligopólio diferenciado” – expressão empregada por Labini (1956, p.23) - também seriam estudados por Steindl. Não seria o caso, entretanto, para o caso de suas expressões históricas no pós-guerra, visto que a obra de Steindl, em edição única, foi lançada em 1952. Algumas frações empresariais do oligopólio competitivo tinham promovido um progresso técnico orientado à produção industrial de uma nova gama de bens de consumo capitalista (TAVARES, 1974, p. 49), impondo à Conceição Tavares que passasse a esquematizar analiticamente a interação das formas de acumulação de diferentes blocos de capital de forma distinta à fase precedente do capitalismo.

As novas formas de consumo capitalista, sob lenta, mas progressiva generalização, absorvem demanda de consumo que é parcialmente independente do montante de salários e, neste sentido, independente igualmente da decisão de produzir. Primeiramente, os novos bens de luxo são comprados pelos agentes de maior riqueza acumulada ou cuja renda advenha dos lucros – a rigor, uma parcela que “independa da decisão de produzir”, muito embora, materialmente possa valer-se do consumo também das rendas salariais muito superiores à média. Num segundo momento, desde que a produtividade do setor aumente e se atinja aos limites dos mercados “capitalistas”, pode-se passar à incorporação de estratos de renda mais baixos, embora tal ampliação mostre-se limitada posteriormente pela própria distribuição de renda - pessoal, mas também funcional, pela maior competição via preços e rebaixamento de *mark-up* - e demais componentes de tamanho de mercado, no que se coloca, em particular, a popularização do crédito para consumo diferenciado. O investimento em capacidade produtiva para atender a essa demanda inicial tem, é claro, efeito indutor central sobre o

investimento do departamento de bens de produção e também sobre o consumo, à semelhança do modelo tridepartamental kaleckiano já antes estudado<sup>119</sup>.

Para articular tal dinâmica com a problemática dos padrões de acumulação, Conceição Tavares reinterpreta Steindl a partir de sua problemática "sobre as diferenças entre estruturas industriais competitivas e monopólicas no processo de acumulação que se apoiam na forma como se gera e elimina excesso de capacidade". No "segundo momento" anteriormente referenciado, a ampliação da participação do novo departamento na economia desloca e se apropria de massa de demanda diretamente dependente da produção, ligada aos salários aumentados, possivelmente também por crédito, no curso do seu processo de ampliação da capacidade. Assim, do ponto de vista da expressão sobre as relações macroeconômicas que advêm das suas formas competitivas, "refere-se ao problema da diferenciação de produtos e do esforço de vendas, concluindo que, a longo prazo, tenderiam a anular-se mutuamente como mecanismos de expansão relativa de mercado".

Possui, também, tendência intrínseca à concentração e à "internalização" de certas "externalidades" industriais, podendo formar uma estrutura de mercado do tipo "oligopólio diferenciado-concentrado" (POSSAS, 2001, p. 177–179; TAVARES, 1974, p. 90–95). Esta, quando se vincula a um setor concentrado, soma-se a suas características: possuem barreiras à entrada ligadas tanto às escalas das plantas produtivas quanto àquelas de diferenciação – embora continuem limitadas, em última instância, pelo crescimento de seus mercados de produtos diferenciados. Entretanto, nesses casos, o efeito acelerador do investimento é particularmente forte, podendo dar origem à intensa instabilidade cíclica.

A este ponto, a contribuição de Tavares propõe-se a "superar" a de Steindl por se apropriar de seu instrumental teórico tendo em vista *outros* objetivos. Enquanto Steindl propôs-se "a construir um modelo endógeno que se aproximasse das condições de funcionamento da economia americana até o imediato pós-guerra", Tavares nota que as soluções organizacionais de acumulação interna do oligopólio diferenciado (-concentrado) poderiam ter expressões díspares se tomassem suas implicações em termos

---

<sup>119</sup> Para Conceição Tavares, a introdução do consumo capitalista dentro do esquema tri-setorial kaleckiano afastaria tanto da noção "clássica ortodoxa" que veria, neste, um desperdício do excedente, quanto da vertente sraffiana, que a postularia como "passivo para a formação da taxa de excedente e de lucro" (Sraffa) (TAVARES, 1974, p. 33).

não apenas da economia americana, mas da economia mundial (TAVARES, 1974, p. 70).

Conceição chama a atenção que, se, do ponto de vista *interno* à dinâmica dos EUA, o oligopólio diferenciado gere, como tendência, um problema de sobrecapacidade produtiva, a solução à continuidade da acumulação oligopólica é a perscruta de mercados *externos*. Trata-se "de uma diferenciação de mercado, por estrutura de consumo, isto é, por tipos de consumidores e também *espacial*." (*ibidem*, p. 71- grifos nossos). Ou seja, a solução-limite, do ponto de vista destas frações de capital de uma dada economia industrializada onde a massa de demanda não é mais suficiente à ocupação da capacidade em expansão, é o acrescentamento de seu próprio valor através da *internacionalização do capital*.

Faz isso através da procura, em outros mercados, da demanda que inicialmente não mais encontra em seu próprio mercado nacional: "alcançados os limites, em cada etapa da expansão do mercado nacional nos grandes países produtores de origem, o oligopólio diferenciado passa a expandir-se e a competir à escala internacional, invadindo finalmente a periferia do sistema capitalista" (*ibidem*). Esta é a solução a que se aventura a concorrência intercapitalista do pós-guerra, colocando em disputa os blocos de capital japonês, alemão e estadunidense em diferentes territórios. Retomando os vínculos com a seção precedente e o conteúdo geral do capítulo, é a expansão das indústrias internacionais produtoras de bens de consumo diferenciados no mercado brasileiro e latino-americano em ascensão que permite a instalação em certos países da América Latina do departamento produtor de bens de consumo diferenciados (D<sub>II</sub>).

Historicamente, isso não pode continuar indefinidamente, uma vez que tal modelo de acumulação passará a encontrar os problemas de realização dinâmica também nos países que adentra, que, sob estruturas subdesenvolvidas, manifestam-se de forma ainda mais ampliada (como visto na seção anterior). Assim:

as tendências a longo prazo correspondem a um aprofundamento da relação capital/consumo, com queda de preços relativos dos bens de consumo capitalista que, apesar dos efeitos perversos que têm sobre as estruturas de consumo urbano (particularmente em países subdesenvolvidos), possuem uma eficácia relativa para neutralizar a tendência à estagnação (*ibidem*, p. 72).

Como estamos argumentando, o "fim" de um padrão de acumulação traz, a partir de Tavares, não a tendência à estagnação, mas a condição histórica de entrada de um

novo padrão de acumulação. Este, necessariamente, emergirá das soluções organizacionais das frações de capital dominantes, tendo em vista a valorização apenas de suas *respectivas* massas. Isto é, as condições "macroeconômicas" e "sociais" que vêm como expressão desta solução, em geral sob submissão estatal, não estão no horizonte estratégico destas mesmas frações de capital. No caso, notadamente a partir dos anos 70 e tendo em vista o impasse em que se via o grande capital estadunidense, sua solução foi a reorganização à forma da conglomeração financeira, sobre o que falaremos na subseção a seguir – que será antecedido, entretanto, de uma breve introdução às transformações de sua agenda de pesquisa a partir do “Choque de Volcker”.

#### i. Um preâmbulo à Retomada da Hegemonia Americana

Tornou-se célebre o artigo “A Retomada da Hegemonia Americana” (TAVARES, 1985), da primeira metade dos anos 80. Tendo em vista os objetivos gerais desta tese, é importante sublinhar aqui que as mudanças percebidas por diversos comentadores na obra de Maria da Conceição Tavares, a partir da “fase da economia política internacional”, não refletem uma mudança do cerne de seu instrumental teórico de análise, mas sim uma mudança da agenda de pesquisa e do objeto de Maria da Conceição Tavares.

Seu instrumental teórico vinha se aperfeiçoando desde o início da década de 70 e não se percebe uma revisão, consciente ou não, de seu arcabouço teórico-interpretativo. Deixemos, de princípio, que os principais atores desta agenda de pesquisa falem por nós. A pesquisa conjunta que passa a empreender a partir de meados dos anos 80, junto a José Luis Fiori e aos demais autores do clássico livro *Poder e dinheiro*, recebe de Fiori a seguinte colocação:

O livro *Poder e dinheiro* retoma explicitamente o caminho aberto pela teoria do ‘capital financeiro’ e do ‘imperialismo, de Hilferding e de Bukharin, a verdadeira origem teórica – ainda que não na forma de uma disciplina acadêmica – do que veio a se chamar, depois de 1970, ‘economia política internacional’ (FIORI, 2000, p. 221).

Já o artigo de Tavares e Teixeira é apresentado, no clássico *A Retomada da Hegemonia Americana* (TAVARES, 1985, p. 29), como aquele que contém os “traços essenciais” do “movimento de transnacionalização”. Neste, lê-se:

O processo de internacionalização tem como motor a dinâmica do grande capital industrial e financeiro. É a eficácia da concorrência capitalista, a busca de novos mercados e as respostas nacionais reforçando os laços capitalistas que engendram, de dentro do sistema, a transmigração de capitais, dos Estados Unidos para os países europeus, em primeiro lugar, e dos países centrais em seu conjunto para o mundo periférico, posteriormente (TAVARES E TEIXEIRA, 1980, p. 6).

O que procuramos argumentar com isso é que, se decerto dotado de idiosincrasias próprias, o clássico artigo que abre a agenda de pesquisa pós-80 de Tavares expressa um *momento* de uma longa investigação das tendências estruturais que, partindo da problemática da acumulação de capitais, coadunam o econômico e o político das economias ditas “cênicas” (industrializadas/desenvolvidas) e “periféricas” (semi-industrializadas/subdesenvolvidas)<sup>120</sup>. Como a projeção de acumulação do capital financeiro incide sobre a América Latina e o Brasil, conforme argumentamos, já era tema de pesquisa insubordinada de Tavares desde o “ocaso” de sua fase cepalina e remanesce decisiva e explicitamente em desenvolvimento na década de 70.

A problemática do “capital financeiro” é retomada, ainda, em artigo conjunto com Belluzzo intitulado “Capital Financeiro e a Empresa Multinacional” (TAVARES E BELLUZZO, 1980), com Teixeira em “A Internacionalização do Capital e as ‘Multinacionais’ na Indústria Brasileira” (TAVARES E TEIXEIRA, 1980) e na “Apresentação” do trabalho de Hobson (TAVARES, 1984a). Queremos, com essa argumentação, advogar pelo seguinte ponto: recuperar o tratamento teórico e interpretativo de Tavares desenvolvido no curso da construção de sua interpretação sobre padrões de acumulação e subdesenvolvimento, se decerto com algumas adaptações, permite compreender muito do que há por detrás da pesquisa que abre

---

<sup>120</sup> Tavares diz que “me dou o luxo de acreditar que aquele *Hegemonia Americana* minha tem muita ideia minha mesmo. Porque pouca gente tinha pensado naquilo. (...) Foi a primeira vez que escrevi sobre um pensamento que já me acompanhava há muito tempo” (TAVARES, 2014, p. 29). Não há porque dizer, assim, que ela “volta”, a partir dos anos 80, a creditar a evolução da economia brasileira aos “determinantes externos”, que ela supostamente teria abandonado nesta década – a relação externo/interno nunca saiu da agenda interpretativa de Tavares, apenas se articulava de maneira radicalmente distinta do que em sua fase cepalina, conforme argumentamos anteriormente. Há de se deixar claro e diferenciado o que é “endógeno ao padrão de acumulação” e o que são os “determinantes internos do nível de atividade econômica”.

Conceição Tavares com *A Retomada da Hegemonia Americana*. Suas teses da década de 70 já são recheadas de sementes de uma renovada agenda de pesquisa em economia política internacional e subdesenvolvimento. Voltemos, assim, à temática geral do capítulo e da seção.

Já pudemos apresentar anteriormente que a “crise de um padrão de acumulação”, em suas expressões mais agudas, é exatamente o momento em que não se encontram mais mecanismos de se manter a relação, numa determinada fase histórica, entre crescimento, progresso técnico e distribuição. Nesta relação se interpõe o “pacto de dominação”, no qual o estado opera um papel central, de forma combinada às suas específicas relações com as frações de capital dominantes e cada etapa e em cada território. Em outras palavras, as distintas formas históricas de organização oligopólica (morfologia do capital) procuram submeter os estados e suas políticas aos seus próprios requisitos de acumulação. Sua solução, em termos históricos, analíticos e materiais, não pode ser previamente determinada e trará, a reboque, as características das mudanças estruturais que engendram.

Seus efeitos sobre as economias desenvolvidas e subdesenvolvidas serão, entretanto, *a priori* abertos ao longo do tempo. Embora Conceição Tavares, em 1974, efetivamente dê alguns apontamentos a respeito das suas expressões macroeconômicas para as economias desenvolvidas, sua intenção é apenas mostrar que os limites próprios à concorrência dinâmica em oligopólio diferenciado (-concentrado) dos distintos blocos de capital se solucionam, historicamente, dando passagem à afirmação da conglomeração financeira e à projeção da competição oligopólica interna dos países centrais industrializados, primeiramente entre si, depois sobre os países semi-industrializados da periferia (TAVARES, 1974, p. 71–75).

Os conglomerados financeiros serão a forma histórica de superação dos limites à acumulação industrial pelo oligopólio diferenciado, que será representativa da fase contemporânea do capitalismo anunciada por Conceição Tavares (1974). A compreensão de sua morfologia interna do “capital financeiro” também será estudada na “Apresentação” da obra de Hobson (*ibidem*), lançada um ano antes da “Retomada da Hegemonia Americana”.

O conglomerado financeiro opera uma progressiva centralização e concentração, sob tutela do capital monetário, dos diferentes oligopólios nos diferentes setores industriais. Conceição Tavares coloca que, diferentemente dos demais oligopólios, não

é propriamente uma “máquina de crescimento”, uma vez que o que faz é encontrar um amplo espaço de valorização de sua própria fração de capital monetário sem necessariamente ter de ampliar o valor de sua dimensão produtiva – submetendo parte das agendas de estados a proteger tais formas de acumulação.

Uma parcela significativa desta se dá a partir dos mecanismos das diferentes formas de acumulação fictícia, seja através de aplicação em títulos públicos de rentabilidade arbitrária, seja através da criação endógena de ativos monetário-financeiros de massa e unidade de conta que guardam apenas residual relação com sua “base real”. Em períodos de crise, o encaixe de ativos privados nas estruturas de estado, sob remuneração e valor “arbitrários”, expressa o arbítrio classista de estado, seu compromisso com a valorização financeira fictícia e a indissociável “socialização dos prejuízos”.

À parte de sua acumulação estritamente financeira, o conglomerado financeiro passa a gerir, a nível mundial e multinacional, um conjunto crescente de ativos industriais, com formas inovadoras de internalização das externalidades dos benefícios de atividades industriais, com paralela externalização social de seus riscos e prejuízos. Assim, mesmo no campo do capital produtivo, o conglomerado financeiro encontra possibilidades que antes se relacionam à “racionalização monetária” de seus próprios recursos que do acrescentamento de valor do capital social geral.

Trata-se de uma forma “extremamente eficiente ao nível *interno* de acumulação das chamadas empresas multinacionais” (TAVARES, 1974, p. 73 - grifos nossos), mas que impõe efeitos “profundamente desestabilizadores ao nível das economias nacionais e do mercado financeiro internacional” (*ibidem*), em termos, por exemplo, de “acumulação polarizada dos lucros”, “os desequilíbrios de balanços de pagamentos”, “estagnação” e “inflação” em “escala mundial” (*ibidem*, p. 74). Durante a década de 70, a operação em escala internacional do capital financeiro, mormente a partir dos EUA<sup>121</sup>, encontrará suas principais dificuldades pelo lado do desarranjo do sistema monetário e financeiro internacional, que é incapaz de lhe prover um referencial estável de reserva de valor e de valorização – retirando do primeiro plano do horizonte estratégico/político a solução da problemática da estagnação econômica própria aos anos 70 (TAVARES, 1974, p. 75). Como se teria chegado a esse impasse histórico?

---

<sup>121</sup> As particularidades da reorganização do sistema financeiro dos EUA reinventam-se a partir destas prioridades, de forma muito distinta e muito mais eficaz do que os relativos aos capitais financeiros alemães e japoneses.

Desde o pós-guerra, o enfrentamento concorrencial intercapitalista recebe de Tavares e Teixeira (1980, p. 9–19) uma periodização aproximada em quatro etapas (pós-guerra até 1955-1958; 1958-1965; 1965-1974; 1974-1980). A primeira, de domínio comercial e financeiro do capital financeiro dos EUA, tendo em vista desde “recursos a minerais estratégicos e a abertura de filiais com vistas aos movimentos de exportação”, sendo a hegemonia e a *pax americana* mantidas com forte apoio militarista sob a *umbrella* atômica.

Faz, entretanto, emergir a “resposta” agressiva do capital financeiro [industrial/produtivo “aliado” ao bancário/monetário] do Japão e Alemanha (*ibidem*, p. 10), que impõe o “desafio americano” e dá sentido à passagem à fase seguinte. No plano financeiro, é o período de consolidação das instituições de Bretton Woods com paralela exportação de capital bancário dos EUA, que realimenta o sistema de financiamento e dá lugar a um sistema de pagamentos europeu. Ao mesmo tempo, entretanto, diferentes respostas nacionais, notadamente de Japão e Alemanha (mas também da França e da Itália), já fazem diminuir significativamente a participação dos EUA nas exportações internacionais. O amplo domínio estadunidense na indústria bélica teria, entretanto, “efeitos de encadeamento e empuxe interindustrial extremamente limitados” (*ibidem*, p. 14).

A terceira etapa “corresponde à transnacionalização global do subsistema de filiais e marca, ao mesmo tempo, o advento da crise de hegemonia da potência nacional americana” (*ibidem*). No plano comercial e produtivo, os blocos de capital estadunidenses encontram firme resistência naqueles do Japão e da Alemanha, e o crescimento americano puxado pelos gastos militares, embora também alimentado pelo circuito matriz-filial internacional, é desacompanhado de melhoras no saldo comercial e, destarte, o gigantismo da economia dos EUA, não possui elevado dinamismo. O sucesso da instauração do sistema de Bretton Woods traz ainda, paradoxalmente, seus próprios mecanismos de desorganização da imposição do padrão dólar, devido à especulação no mercado de euromonedas, à revelia do controle do FED e vai a colapso a estabilidade do padrão monetário. Do lado militar, o Vietnã representa, ainda, uma contestação da capacidade dos EUA de manter a *pax americana*.

O sistema americano perde *momentum* e a quarta etapa, que emerge a partir de 74, “assiste ao desmoronamento da velha ordem econômica e as tentativas, até agora sem resultados, de remendá-la” (*ibidem*, p. 16). A franca “rivalidade intercapitalista,

submetida ao teste da união forçada de interesses, sem um comando unificado de qualquer plano, mal oculta as rupturas e deslocamentos das estruturas nacionais de poder” (*ibidem*). A falta de um padrão monetário internacional estável, bem como o declínio do crescimento da ainda maior economia do planeta, lança o *core* do bloco capitalista numa crise de diferentes níveis.

Suas tentativas de reatualização dos “padrões de acumulação” através de sua expansão conjunta sobre os países comunistas enfrentam resistência das condições estruturais de operação do modo de produção da URSS e da China. O lado da periferia capitalista, embora menos evidente, é ainda ameaçado pelos limites internos dos padrões de acumulação dos países integrados. Há, ainda, o problema de verem-se obrigados a enfrentar nascentes blocos de capital dos “Newly Industrialized Countries”. Assim, “fica difícil imaginar qualquer reordenamento do sistema internacional” através da continuidade ou reatualização da “velha ordem econômica”, que estabeleça o “equilíbrio oligopolista ao nível dos países centrais” (*ibidem*, p. 18–19).

Sobre esse impasse histórico, Tavares e Fiori escrevem que “a desregulação e financeirização da economia internacional [na era da ‘globalização’] (...) faziam parte de um esforço estratégico bem-sucedido de restauração da hegemonia mundial dos EUA, posta em xeque durante os anos setenta” (TAVARES E FIORI, 1997, p. 8). A partir da interpretação de Conceição Tavares, quando a grande fração de capital estadunidense vê-se impedida de acrescentar valor a si mesma à forma da organização oligopólica diferenciada, sua *resposta*, nos termos utilizados pela autora durante a década de 70, é a reorganização oligopólica à forma da *conglomerção financeira*<sup>122</sup>.

---

<sup>122</sup> Vale a pena, aqui, revisitar a morfologia específica do capital financeiro estadunidense, explicada por Tavares às vésperas da “Retomada da Hegemonia Americana”: “A grande empresa americana constrói seu poder monopolista sobre o caráter intrinsecamente financeiro da associação capitalista que lhe deu origem. É dessa dimensão, mais do que da base técnica, que se deriva a capacidade de crescimento e de gigantismo da organização capitalista ‘trustificada’. Conquista de novos mercados, controle monopolista de fontes de matérias-primas, valorização ‘fictícia’ do capital, tendência irrefreável à conglomerção, tudo isso está inscrito na matriz originária da grande corporação americana. E esta se desenvolve apoiada em dois pilares: a finança e o protecionismo e privilégios concedidos por seu Estado ‘liberal’. Qualquer forma de capital ‘trustificado’ conduz necessariamente a uma concentração de capital financeiro que não pode ser reinvestido dentro da própria indústria trustificada. Deve expandir-se para fora. Os novos lucros têm que ser transformados em capital financeiro geral e dirigidos para formação e financiamento de outras grandes empresas. Assim, o processo de concentração e consolidação monopolista avança de forma generalizada em todos os ramos industriais onde prevaleçam métodos de produção capitalista. Por maior que seja a extensão do espaço nacional monopolizado e protegido pelo Estado nacional, como era o caso dos Estados Unidos, a expansão contínua dos lucros excedentes obriga a busca de mercados externos, tanto para as mercadorias quanto para os investimentos diretos e exportação ‘financeira’ de capital” (TAVARES, 1984a, p. 13–14).

Em particular, a partir dos requisitos internos de acrescentamento de valor de sua fração dominante de capital monetário, submetem progressivamente diferentes estados, incluído o estadunidense, aos seus próprios propósitos. Sem pressupor que os movimentos de estado se dão exclusivamente em função do interesse econômico – a “diplomacia das armas” a que se refere é investigada formal e exaustivamente pela geopolítica de Fiori – Conceição Tavares está reabrindo uma investigação que coaduna o político e o econômico no campo das relações internacionais: “Poder” e “Dinheiro” apoiam-se um ao outro através do arbítrio de estado, mas são irredutíveis entre si (FIORI, 2000, p. 218–221; TAVARES, 1978, p. 47–76).

Ao retomar esta equação pelo lado do dinheiro, nos conturbados anos 70 e 80, deve-se, assim, revisitar a forma através da qual esta nova articulação de capital financeiro acrescenta valor a si mesma, quais as contradições materiais disto em fins dos anos 70 e como isso se vincula com a problemática geral do capítulo. Em última instância, é o alto capital monetário estadunidense que faz requerer a particular solução de Volcker ao impasse do sistema financeiro-monetário internacional. O exorbitante aumento de juro do FED e a correspondente atração maciça de capitais de curto prazo ocorreram de forma aglutinada às medidas de *enforcement* arbitrário de uma estrutura fiscal regressiva no plano interno e o *enforcement* recessivo externo pela combinada diplomacia “do dólar”, supervalorizado, e “das armas” no plano internacional. Tal solução teria sido extremamente funcional aos desígnios belicistas requeridos pelo tensionamento da Guerra Fria, com aumento exorbitante dos gastos militares do governo federal estadunidense. As indústrias de alta tecnologia ligadas ao complexo militar estadunidense são difusoras do novo progresso técnico e da acumulação real. A nova organização do sistema financeiro e fiscal do país permite a essas indústrias renovadas fontes de financiamento e demanda.

Ao mesmo tempo, o capital monetário encontra um padrão de medida de conta (o dólar) e um ativo financeiro que é reserva de valor e traz a premissa de cálculo de autovalorização: o título público do tesouro americano e a sua taxa básica de juros, respectivamente. As funções lógicas da moeda estão, assim, “desmembradas” no novo “sistema monetário-financeirizado internacional” (TAVARES E MELIN, 1997), resolvendo conjuntamente as problemáticas próprias e específicas com que se deparava inicialmente a acumulação do alto capital monetário e o Estado estadunidense. Dando passagem a um novo “padrão de acumulação”, a resolução da problemática material da

moeda, bem como ao seu apoio no arbítrio de estado (TAVARES, 1978, p. 47–76) necessário à resolução dos pactos de dominação nacionais e internacionais envolvidos, é a condição da afirmação da tese de retomada da hegemonia americana (*ibidem*, 1985).

### 2.2.3.2 Padrões de Acumulação e Mudança Estrutural

Destacamos, anteriormente, que a dinâmica dos padrões de acumulação impõe determinados tipos de mudança estrutural e apreendemos uma delas, relativa à evolução da participação de cada departamento na composição da estrutura do Brasil e suas respectivas expressões na renda<sup>123</sup>. Demos pistas relativas a dois outros tipos de mudança estrutural que emergem da evolução dos padrões de acumulação em economias subdesenvolvidas, focando no Brasil, mas, sobre elas, propomo-nos a investigar um pouco mais<sup>124</sup>.

A crise de um padrão de acumulação, em que não se encontram mais mecanismos de se manter a relação numa determinada fase entre crescimento, progresso técnico e distribuição (no que se inclui “pacto de dominação”), é, como já dito anteriormente, o espaço de uma solução aberta, indefinida *a priori*, mas que há de dar lugar a um novo padrão de acumulação. Relaciona-se, assim, a um tipo de mudança estrutural mais profunda, que se dá na transição entre padrões de acumulação.

Nestes casos, uma vez que se cessam os mecanismos econômicos, sociais e políticos que permitiam à continuidade da acumulação, abre-se um momento histórico de conflito aberto entre as frações de capital, classe e estado, e o valor fictício criado na relação entre as grandes empresas privadas e o estado é premente de desvalorização. Isso significa que os ativos reais das empresas não sustentam mais as expectativas de renderem rendas ou valorizarem-se de forma a cobrir as dívidas anteriormente acumuladas. Nestes casos, o estado é chamado para fazer o arbítrio da distribuição da

---

<sup>123</sup> Também foi estudada a componente autônoma das mudanças estruturais pelas quais passa o sistema financeiro. Nesta seção, entretanto, quando falarmos de certas mudanças estruturais que se interpõem ao sistema financeiro, estamos tratando mais propriamente de suas vinculações não-autônomas em relação à evolução da estrutura produtiva – salvo quando explicitamente dito o contrário.

<sup>124</sup> É importante notar que tal “decomposição” das mudanças estruturais aparece na obra de Tavares, mas de forma implícita – isto é, sem que ela segmente de maneira expressa três subtipos de mudança estrutural. Fazemos isto, pois, acreditamos ajudar a situar a problemática do que a autora denomina apenas como “transformação estrutural” ou “mudança estrutural”. Conceição Tavares escreve, ainda, que “todas as modificações nos padrões de acumulação podem dar-se em forma combinada ou recorrente no tempo. Além disso, a passagem de um padrão ao outro tende a provocar crises temporárias, mas profundas, na forma de articulação do sistema capitalista” (TAVARES, 1974, p. 43).

riqueza (notadamente relações de dívida) e, não raras as vezes, vale-se de seu poderio na determinação da medida de valor dos ativos para garantir a manutenção de um valor de capital às suas frações dominantes, ao mesmo tempo em que impõe, através de seus mecanismos sociais, econômicos e políticos disponíveis, a socialização dos prejuízos.

Vimos, na seção precedente, que os limites endógenos dos padrões de acumulação das economias desenvolvidas no pós-guerra estruturam dois tipos de organização oligopólica. O oligopólio diferenciado (-concentrado) supera os limites dinâmicos de demanda do mercado através, de um lado, da projeção intercapitalista (incluindo periférica) e, de outro, através de sua progressiva reorganização à forma da “conglomerção financeira”. Assim, deve-se notar que os problemas materiais e dinâmicos dos padrões de acumulação latino-americanos e brasileiros surgem de forma combinada às projeções nas economias semi-industrializadas da periferia de uma solução à acumulação de capital operada por blocos de capital sob concorrência capitalista mundial.

De partida nesta fase, procura compreender as naturezas específicas do subdesenvolvimento para o todo da América Latina (TAVARES, 1974, p. 79–122), mas procurará focar a materialização da problemática para o caso brasileiro (*ibidem*, p. 123–196; 1978, p. 77–186). Como já pudemos, nas seções precedentes, focar-nos nos determinantes endógenos do padrão de acumulação nas economias industrializadas, cumpre-nos, agora, avançar um pouco mais na compreensão teórico-metodológica de como sua progressiva penetração nas estruturas industriais subdesenvolvidas emprestam características particulares ao padrão de acumulação brasileiro.

As mudanças estruturais que ocorrem *no curso* dos padrões de acumulação, ligadas ao ciclo de expansão industrial, podem ser de duas formas. Uma delas diz respeito à forma geral dos padrões de acumulação, que alteram progressivamente a participação de cada “departamento” nas estruturas industriais das economias subdesenvolvidas. Neste curso, as características destes oligopólios e o condicionamento geral que garantem a vigência de um determinado padrão de acumulação impõem mudanças estruturais de peso nas economias subdesenvolvidas.

Entretanto, já estudamos detidamente tais mecanismos na seção 2.2 precedente, tendo como ponto de partida o instrumental kaleckiano, e recuperamos aqui apenas para possibilitar um recorte próprio e contrastá-lo com os demais tipos de mudança estrutural comentados mais detidamente nesta seção. Assim, um segundo subtipo de mudança

estrutural pode ocorrer também pela via *intra*-departamental (não apenas pela participação de cada departamento na composição geral da estrutura produtiva na economia).

Enquanto a *evolução* da *composição* da crescente demanda alocada *entre* os diferentes departamentos pode valer-se do instrumental trissetorial kaleckiano para analisar sua dinâmica, a disputa por frações de mercado *intra*-departamental se dá sobre a massa de demanda que é relativamente exógena à concorrência oligopólica interna aos departamentos tomados isoladamente. Tomar a demanda como “condições de mercado exógenas” à competição oligopólica é uma noção já presente em Steindl (POSSAS, 1987, p. 152), autor que tem grande influência na obra da autora.

Assim, a concorrência entre diferentes empresas ganha um aspecto particular quando observada do ponto de vista “interno” a cada fração de mercado nacional. Não se trata assim, apenas, de que a concorrência ocupe algum lugar, todavia importante na determinação do investimento autônomo à renda corrente do país e que decorre da competição intercapitalista mundial. As diferentes empresas que ganham espaço na disputa concorrencial-oligopólica emprestam suas características ao departamento de que são parte e, a partir daí, impactam igualmente as mudanças estruturais que se dão no curso dos ciclos próprios aos padrões de acumulação.

Trata-se das mudanças nas “estruturas de mercado”, para utilizar os termos que Possas emprega na sua análise da obra de Steindl (*ibidem*, p. 159)<sup>125</sup>. Esse tipo de mudança estrutural acontece no curso dos próprios ciclos de expansão do capital e é, assim, concomitante à mudança do peso relativo de cada departamento na estrutura econômica do país. Coexistem, então, no curso dos ciclos de expansão analisados por Conceição Tavares em “Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil” para o caso das economias subdesenvolvidas (TAVARES, 1974, p. 79–84).

Vinculadas às suas estratégias de acumulação, seus respectivos perfis patrimoniais-financeiros, produtivo-tecnológicos, salariais, comerciais, etc., disputam a participação na composição do próprio perfil de um dado departamento. Entretanto, abstraímos aqui, *por um momento*, dos efeitos de indução no tempo e demais

---

<sup>125</sup> Referindo-se elogiosamente à obra de Steindl, Possas coloca que “ela não entende o conceito de concorrência como restrito às formas exteriores em que se apresenta – em preços, em produtos, vendas etc. -, mas ao processo fundamental que, assentado na própria natureza da economia capitalista, é capaz de gerar o *movimento* incessante em que se realiza a acumulação de capital – sem alcançar qualquer equilíbrio – que *conforma e transforma* a estrutura dos mercados (POSSAS, 1987, p. 159) [grifos do autor].

articulações econômicas entre os “departamentos” apenas para deixar mais claras determinadas relações sobre o tema da mudança estrutural que, doutra forma, permaneceriam obscurecidas. Conforme coloca Tavares, as diferenças estruturais são “inseparáveis para a compreensão do processo de acumulação”, mas “devem ser distinguidas por razões analíticas” (*ibidem*).

Assim, pouco até agora foi dito acerca da “mudança estrutural intra-departamental”, trazida por intermédio da concorrência empresarial sobre uma massa de consumo dada “exogenamente”, seja ela crescente, declinante ou estável. Importante sublinhar que um departamento em expansão, como no caso de  $D_{II}$  no Brasil pós-50, pode comportar o crescimento da participação relativa de determinados perfis organizacionais (no caso, por exemplo, a ligação patrimonial-financeira com os países industrializados) sem, no entanto, isso corresponder necessariamente ao desaparecimento de outro perfil.

Tavares e Teixeira (1980), por exemplo, afirmam que a crescente internacionalização da economia brasileira entre a década de 50 e 70 ocorreu sem maiores desnacionalizações associadas. A expansão geral em  $D_{II}$  permitiu que o capital internacional ganhasse espaço na economia brasileira sem que houvesse desnacionalização. Outro exemplo diz respeito à vigência, sempre lembrada, das condições de heterogeneidade estrutural latino-americana, que se vincula à penetração sempre limitada e solidária do grande capital “moderno”, nacional e estrangeiro, no tecido produtivo da região (TAVARES E SERRA, 1970). A mudança estrutural terá influência decisiva em diversos parâmetros, igualmente “estruturais”, que dão magnitude e direção às diferentes variáveis econômicas.

A penetração nas economias subdesenvolvidas das empresas internacionais empresta certas características básicas a tais estruturas, de forma proporcional às suas possibilidades de participação e entrada nos mercados existentes ou em expansão. Tais “características” admitem diversos recortes, e Conceição Tavares considera que, tendo em vista a problemática da evolução dos padrões de acumulação das economias subdesenvolvidas, “os cortes relevantes do ponto de vista analítico passam a ser os de pequena e grande empresa, nacional e estrangeira, privada e pública, que serão analisadas do ponto de vista da organização e das formas de concorrência em distintas estruturas de mercado” (TAVARES, 1974, p. 80).

Em termos de posicionamento de mercado, o recorte mais relevante, segundo Tavares, é o “fato de serem propriedade estrangeira” (*ibidem*, p. 81), razão pela qual começamos por este prisma. O relacionamento matriz-filial permite ao capital internacional as condições idiossincráticas de financiamento da atividade industrial, tanto por intermédio de vantagens de acesso à tecnologia e demais componentes de diferenciação produtiva (de competição em preço e não-preço), quanto por razão de seu acesso preferencial a uma disponibilidade de garantias e recursos financeiros que lhe trazem condições especialmente competitivas em termos de custo financeiro. Nesse sentido, não vale para as filiais dos oligopólios internacionais o que Steindl chamou de “princípio do risco crescente” (*ibidem*) que, aliás, deixa de ser componente explicativa dos determinantes do investimento (*ibidem*).

Essa relação com a matriz permite que as filiais tenham vantagens únicas também em termos de escala produtiva, uma vez que, em diversos mercados em ascensão no país, a escala mínima requerida poderia ser, ao mesmo tempo, insignificante para o capital internacional e relativamente alta para as empresas brasileiras (TAVARES, 1974, p. 92). Em geral, seria o caso que, nas estruturas oligopólicas em questão, o capital internacional teria vantagem importante em termos de tecnologia, diferenciação de marcas, propaganda, organização, escala e financiamento. A autora diz que há uma assimetria particularmente forte nas estruturas oligopólicas nas economias subdesenvolvidas, “em termos de poder de acumulação, distribuição da renda e incorporação do progresso técnico” (*ibidem*, p. 79).<sup>126</sup>

Tais diferenciais competitivos podem ser centrais à compreensão de sua participação em diferentes mercados, mas isso não significa dizer, por diversas razões, que seu potencial de ocupação dos mercados seja ilimitado. As vantagens dos grandes capitais nacionais estariam mais ligadas ao seu controle historicamente adquirido sobre parcela relevante dos recursos naturais, assim como pelo fato de ter influência relevante em determinadas estruturas de estado do país, capazes de impor barreiras protecionistas que lhes provêm algum diferencial competitivo em determinados mercados. Isso inclui as empresas públicas, mas que, em geral, têm a vantagem de ter acesso diferenciado a recursos financeiros, nem sempre imediatamente acessíveis ao capital privado. Operam, assim, com grande escala e em mercados com algum grau de proteção. Tavares

---

<sup>126</sup> Vale notar que Conceição Tavares lembra mais uma vez de Aníbal Pinto em sua tese “Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil”, reafirmando, a partir daí, que se tem a “razão básica da permanente heterogeneidade estrutural das economias subdesenvolvidas” (TAVARES, 1974, p. 79–80).

considera que as empresas pequenas não têm maiores vantagens competitivas percebidas, mas conseguem ocupar a franja de certos mercados, ou nichos inexplorados pelas grandes empresas que, por razões estratégicas ou organizacionais, não se mostram interessadas a dominar tais espaços.

Conceição Tavares não dá qualquer indicação de ter-se afastado da concepção de que não há, destarte a forte competição do grande capital internacional e privado nacional, qualquer tendência subjacente de superação das condições de “heterogeneidade estrutural”. O grau de penetração dos diferentes perfis em diferentes atividades econômicas é sempre limitado (*ibidem*, p. 94), em última instância, pela formação histórica e pela presença de empresas maiores articuladas em partes do estado brasileiro, com suas barreiras à entrada subjacentes, ou as menores ocupando os espaços de mercado dificilmente alcançáveis pela grande empresa internacional.

Uma vez conformado o padrão de acumulação no país, a partir do Plano de Metas, este duplo movimento de mudança estrutural tem dois grandes mecanismos. D<sub>II</sub> passa a ocupar crescente espaço na composição industrial total, ao mesmo tempo em que sua estrutura oligopólica referencial, o oligopólio diferenciado-concentrado, ganha crescente participação de empresas estrangeiras. Suas estratégias de expansão, entretanto, são solidárias a muitas das nacionais que mantêm participação relativa em diversos nichos internos.

Assim, neste sentido, Tavares (*ibidem*, p. 89) e Tavares e Teixeira (1980) afirmam que ocorre no Brasil uma “internacionalização sem desnacionalização”. A solidariedade do perfil de investimentos para a criação de uma estrutura produtiva capaz de atender a um padrão de consumo final fez com que no Brasil houvesse uma segmentação relativa de mercados entre o nacional e internacional. A desnacionalização “absoluta”, na forma de quebra ou compra de empresas nacionais, tende a ocorrer principalmente em períodos de crise (TAVARES, 1974, p. 99).

Sublinhamos, com isso, que diversas características estruturais do país alteram-se em função dessas particularidades. Há um aumento crescente do estoque de capital a se remunerar no país. Ao mesmo tempo, o circuito matriz-filial e a ligação do mercado de euromonedas com grandes empresas nacionais criam um canal pró-cíclico de entrada de capital de risco. Ademais, paralelamente, explica-se, a partir daí, o crescimento de importações crescentes dentro do circuito matriz-filial, com arbitragem de preços que vinculam transferências de valores fictícios contábeis. Deixamos, entretanto, para a

próxima subseção, que é também a última do capítulo, algumas de suas principais implicações para a temática do subdesenvolvimento.

### 2.2.3.3 Os padrões de acumulação e o subdesenvolvimento brasileiro

Resta-nos, por fim, mostrar como que a nova fase da pesquisa de Conceição Tavares está recolocando algumas das principais temáticas do subdesenvolvimento, ainda que em termos e causalidades muito distintas das que informaram o estruturalismo latino-americano no qual se formou. Quando Prebisch (1949) antepôs-se, em fins dos anos 40, aos comissionários estadunidenses da CEPAL e reclamou a revisão de suas proposições políticas, argumentava que as características estruturais específicas das economias latino-americanas impunham certas tendências, tornando certas problemáticas recorrentes e irredutíveis àquelas postas aos países “desenvolvidos” (BIELSCHOWSKY, 2007, p. 184; RODRÍGUEZ, 2001, p. 46)<sup>127</sup>. Neste fim de capítulo, refletimos a respeito de quatro das problemáticas básicas relativas à agenda sobre o subdesenvolvimento: as causas das especificidades das economias subdesenvolvidas, a tendência ao estrangulamento externo, a questão da distribuição de renda e as características centrais à periodização adequada da formação da economia brasileira.

Sobre as especificidades estruturais das economias subdesenvolvidas afirma que o condicionamento econômico primeiro da inserção externa ocorre pela sua posição *vis-à-vis* o dinheiro internacional. Isto a diferenciaria de Furtado e de grande parte do pensamento latino-americano, que colocavam, na falta de um núcleo endógeno gerador de progresso técnico, o centro econômico argumentativo a respeito do nexo de dominação internacional. É antes o fato de que a *propriedade* e o *financiamento* das empresas atuantes nos setores em expansão são, em geral, externos às economias subdesenvolvidas que fornece suas características principais. Os grandes capitais

---

<sup>127</sup> Em grande medida, utilizamos aqui a referência a Prebisch (e também a Furtado) de forma tal que dê certo afastamento do autor argentino em relação às proposições comumente referenciadas a ele. Fazemos isso, pois estamos de acordo com Bielschowsky (2007, p. 184) de que há descaminhos e má-interpretações recorrentes sobre a obra de grandes dos mestres, o que faz com que o trabalho de reinterpretação dos grandes autores exija uma pesquisa própria. Assim, tal escolha se dá em razão de que o propósito deste capítulo não é, a rigor, reinvestigar os termos exatos do pensamento de Prebisch, mas sim contrapor o avanço de Conceição Tavares à agenda de pesquisa sobre subdesenvolvimento – esta abrangendo apropriações inevitavelmente sujeitas a “desvios” e omissões em relação aos que abriram tal pesquisa. Importantes trabalhos de leitura sobre a obra de Prebisch podem ser encontrados em Rodriguez (2001) e, de Furtado, em Bielschowsky (2007) e Borja (2013).

internacionais trariam, sim, a reboque a tecnologia de ponta, de produto e processo, com diferencial competitivo particular: tal como na sua fase cepalina, ainda vale para Tavares “considerar o progresso técnico como endógeno ao processo de acumulação” e as empresas nacionais e públicas só teriam acesso às tecnologias “difundidas” (TAVARES, 1974, p. 82–83).

Entretanto, para Conceição Tavares, o problema da orientação/seleção do progresso técnico (escolha das técnicas) não ocorre por qualquer noção de escassez expressa em termos de preços relativos (visão neoclássica), para a recuperação do exército industrial de reserva (clássico/marxista), ou em relação à constelação de recursos de seu “país de origem” (Furtado). Em particular, do ponto de vista das economias subdesenvolvidas, a autora está dizendo que o problema central estaria nas suas expressões no arranjo particular dos “padrões de acumulação”. Emergem daí as diretrizes básicas da forma de atuação distributiva e do padrão de investimento do Estado, conformando as relações entre crescimento, distribuição e perfil do progresso técnico (*ibidem*, p. 85-86). A escolha das técnicas dar-se-ia, assim, a partir de decisões internas aos oligopólios em competição internacional, tendo em vista seu objetivo próprio: a acumulação de sua fração de capital.

Isso quer dizer que elas se adaptam, sim, às condições e possibilidades vigentes de determinação do padrão de acumulação em cada espaço nacional, mas o fazem, principalmente, tendo em vista seus interesses próprios de acumulação interna. As expressões produtivas em termos de utilização de mão-de-obra, preços relativos, bem-estar social, crescimento, mudança estrutural ou ao uso da constelação de fatores nacionais adaptam-se indiretamente a este problema central (*ibidem*, p. 84–85).

Assim, o nexa de dominação internacional, seria, para Tavares, o comando patrimonial-financeiro da expansão capitalista e imposição, através do estado, das relações sociais adequadas à determinada classe de produtos tecnológicos, deslocando, a segundo plano, a questão das características tecnológicas do processo produtivo e sua suposta adequação à constelação de fatores das economias subdesenvolvidas<sup>128</sup>.

É por isso que Conceição afirma ter uma “obsessão” pelo tema do capital financeiro desde seus ensaios de fins dos anos 60 (TAVARES, 1999, p. 476). A falta de um capital financeiro que se constituísse como centro de acumulação, centralizando e

---

<sup>128</sup> Isso a afasta também de Prebisch, pois, como bem lembra Mello (1975, p. 14–15), o autor também coloca na propagação desigual do progresso técnico o núcleo da sua teoria do subdesenvolvimento.

concentrando capital produtivo e monetário nacional, impediria que se constituísse um sujeito político-econômico-social que fizesse verdadeira frente e concorrência “não-solidária” às projeções dos interesses do capital financeiro internacional no Brasil.

O fato do BNDES ter histórica e parcialmente suprido a necessidade de crédito de longo prazo ao setor produtivo não o fez desempenhar tal função social: sua orientação estratégica acompanhou a do estado, sempre de forma solidária e sobredeterminada pelas agendas dos grandes capitais internacionais. É aqui que se coloca sua controvérsia, com Beluzzo e Coutinho, comentada em “Ciclo e Crise” e “Império Território e Dinheiro” (TAVARES, 1978, 1999, p. 468–469), de que o BNDES e o estado brasileiro não desempenharam o papel de “sujeito ativo” do capital financeiro. Ainda que tenha se vinculado ao capital produtivo, não se articulou a uma base social autônoma e antagônica ao capital financeiro internacional. Seriam, assim, menos importantes, nesse âmbito, as proposições de Belluzzo e Coutinho, ao atribuírem ao estado um pretenso caráter “superior” na capacidade potencial de ser uma organização com possibilidades econômicas indisponíveis ao capital privado nacional (TAVARES, 1999, p. 468–469).

É essa ausência que impediria à organização do sistema financeiro-produtivo qualquer comparação com as experiências estadunidenses, alemãs e japonesas, de capitais financeiros soberanos e, ao menos, até os anos 70, em franca concorrência intercapitalista aberta por espaços de mercado. Nas economias latino-americanas, é a projeção dos capitais financeiros das economias industrializadas que lhes outorgam as características próprias dos padrões de acumulação, bem como as suas tendências estruturais subjacentes. Tal fenômeno seria de relevância central à compreensão de diversas das problemáticas próprias sobre as quais se debruçou a pesquisa do estruturalismo latino-americano, embora, como estamos argumentando, à forma distinta e relativamente “insubordinada” de seus mestres.

Tomemos, como exemplo primeiro, as conhecidas proposições a respeito à tendência ao estrangulamento externo. O pensamento latino-americano ecoou, de Prebisch, duas razões básicas para explicar a recorrência histórica das situações de vulnerabilidade externa. Uma vez que os países “do centro” seriam, em grande medida, exportadores de manufaturados, e os países “da periferia” produziram matérias-primas e alimentos, tal configuração da divisão internacional do trabalho importaria uma tendência comercial desfavorável às economias periféricas latino-americanas.

De um lado, creditou tal fenômeno à evolução desfavorável, para a periferia, dos preços relativos dos produtos manufaturados e dos produtos primários (maior crescimento do primeiro em relação ao segundo). Por outro, considerava que, à medida que aumentava as rendas das economias, os padrões de consumo tinham cestas cada vez mais compostas por produtos manufaturados do que por produtos primários. Assim, à medida que centro e periferia aumentavam a sua renda, a periferia encontraria, pelo lado do comércio, uma tendência recorrente à carência de divisas externas para adquirir os bens manufaturados – dos quais emergiriam “repercussões” negativas de naturezas diversas no quadro econômico e social da região.

A este ponto, Medeiros e Serrano (2001) atribuem que a contribuição de Tavares aglutina a dinâmica financeira à compreensão das condições de restrição externa para sustentar que, uma vez que as filiais tinham acesso privilegiado às matrizes, elas também tomariam emprestado capital de curto prazo no auge do ciclo. O movimento de investimento estrangeiro seria igualmente determinado pelo nível de atividade interna e algumas grandes empresas, notadamente públicas, poderiam acessar os recursos do crescente mercado de euro-dólares. Assim, uma vez que, no auge do ciclo o aumento da renda implicaria igualmente em aumento do influxo de capital externo no país, o problema do estrangulamento externo se colocaria em termos distintos daqueles postos por Prebisch.

Não há, assim, desfacelamento da questão da vulnerabilidade externa, mas, apenas, sua redefinição em termos distintos. Não haveria, de fato, mais a restrição absoluta da capacidade de importar, tal como acontecera na América Latina, em décadas anteriores, em grande parte sob vigência do acordo de Bretton Woods. Mas haveria, sim, tanto uma expressão de longo prazo da crescente vulnerabilidade externa, quanto esta se manifestaria e “repercutiria” de forma distinta do que em fases precedentes.

A determinação das entradas de crédito e o investimento externo, em Tavares, são fortemente influenciados pelo nível de atividade interno<sup>129</sup>. A já explicada internacionalização crescente das estruturas produtivas brasileira traria, também, um aumento correspondente de longo prazo do pagamento dos serviços da dívida, na forma

---

<sup>129</sup> Seria possível, ainda a seguinte qualificação: Conceição Tavares diz que o investimento externo de  $D_{II}$  sobredetermina o do estado brasileiro e ambos são relativamente autônomos à renda corrente, com parte dos investimentos, sendo o gatilho do próprio ciclo expansivo. Também é forçoso lembrar que o Brasil funcionaria parcialmente como plataforma de exportação regional e *parte* dos investimentos externos do país autônomos à renda corrente *interna* serviriam, em última instância, ao atendimento da demanda por bens de consumo duráveis do mercado latino não-brasileiro.

de remessas de lucro, juros e arbítrio contábil das transações comerciais e financeiras da relação matriz-filial. Também afirma Tavares que parte dos encadeamentos para trás das empresas internacionais era atendida por dentro do grupo de que fazia parte, com aumento persistente relativo aos coeficientes de importação no país.

Assim, no longo prazo, haveria uma tendência *estrutural* à vulnerabilidade externa que se *manifestaria* em fase de vale dos ciclos econômicos, uma vez que o saldo comercial não conseguiria permanecer estruturalmente acima das remessas de lucros, dividendos e juros. Tavares está dizendo, ainda, que a repercussão econômica da vulnerabilidade externa também seria de natureza distinta do que era estudado à forma cepalina anteriormente, uma vez que não significaria a restrição absoluta da capacidade de importar por escassez de divisas (como até meados dos anos 60) – influenciando a economia, antes, pela via dos preços dos bens salários e pela via financeira.

A determinação do emprego e da distribuição também é tema de grande particularidade na obra de Tavares. Tomando como exemplo Prebisch, segundo Tavares e Souza (1981, p. 3), “o pensamento econômico e social latino-americano da década de 60 (...) colocava ênfase na debilidade do ritmo de absorção de mão-de-obra nas atividades modernas da indústria e dos serviços, resultando disso a tendência ao crescimento ‘espúrio’ do emprego”. Furtado, na década de 60, também criticou o uso de tecnologias intensivas em capital, pensando o Brasil como um modelo de mão-de-obra abundante, com mobilidade ampliada desde a implementação da malha rodoviária no país. Haveria, assim, uma tendência marcante no país ao subemprego (BIELSCHOWSKY, 2007, p. 185) e uma premente má distribuição de renda, mesmo com aumento da produtividade.

Tavares reconhece a problemática da má distribuição de renda e do perfil empregatício como problemas intrínsecos às estruturas econômicas e sociais do país, mas a faz de maneira distinta: não considera que houve qualquer dificuldade de absorção da mão-de-obra pelos setores modernos, que cresceram em ritmo acelerado entre os anos 50 e 80 (TAVARES E SOUZA, 1981, p. 3–7). Referenciando-se aos trabalhos de Souza e Fajnzylber, também lembra que tais setores pagavam salários *maiores*, em média, que diversos outros segmentos produtivos do país.

A grande questão é que o perfil tecnológico que promovia os capitais externos requeria uma estrutura de consumo concentrada, e o estado brasileiro, condicionado por tal exigência de valorização das frações de capital dominantes internacionais, impôs um

pacto de dominação com perfil de investimentos e de distribuição compatível com tal modelo. Fez isso através do rebaixamento arbitrário do salário mínimo que se seguiu ao golpe de 64. Tavares e Souza interpretam que a diferença dos salários médios nos mercados de trabalhos *internos* aos oligopólios em relação ao piso salarial que gira em torno do salário mínimo, no mercado de trabalho *geral*, é um indicador de discrepância distributiva interna a cada estrutura oligopólica.

Assim, o aumento da participação das empresas internacionais no país, notadamente através da expansão de  $D_{II}$  na composição estrutural do país e do rebaixamento do salário mínimo, tornou mais acentuada a piora distributiva. Em paralelo, o alto *mark-up* em  $D_{III}$  e a colagem dos preços de diversos bens-salário ao mercado internacional (vinculado ao câmbio), o repasse dos juros aos preços finais e a “socialização dos prejuízos” através do estado meio às crises agudas do padrão de acumulação, desvinculavam, em grande medida, o problema da distribuição de renda à lenta absorção da mão-de-obra pelos setores modernos *vis-à-vis* o exército industrial de reserva. Assim, seriam as características estruturais que emergem da dinâmica dos padrões de acumulação e seu pacto de dominação subjacente que recorrentemente faziam acompanhar o crescimento econômico com preservação do subemprego e da má-distribuição de renda.

Por fim, resta-nos recuperar alguns dos problemas de pesquisa anunciados anteriormente quando comentamos a obra de João Manuel Cardoso de Mello, da qual Tavares toma parte e afirma junto à interpretação da formação do Brasil e do subdesenvolvimento. Os anos da ditadura civil militar serviram à criação de uma nova forma de acumulação de capital, centrada no "capitalismo financeiro", com modos próprios de acumulação, como foi descrito no decorrer deste capítulo. É forçoso lembrar que Mello estabeleceu sua pesquisa da Unicamp mostrando como se afirma o modo de produção capitalista no país, estendendo sua análise até os anos 30, de forma a contrapor-se à interpretação de Furtado e da dependência. Tavares se apoia em Mello, mas, ao investigar um período distinto de análise, irá mostrar o aparecimento de uma nova forma de acumulação no país, a princípio, relativamente autônoma à acumulação de capital industrial. Assim, não há exatamente uma repetição da tese de Mello, mas uma complementação sobre um período não estudado<sup>130</sup>.

---

<sup>130</sup> Em sua mais completa interpretação sobre o subdesenvolvimento no Brasil, feita anos mais tarde, falará Tavares (2000) de três formas centrais de acumulação de capital no país. A distinção que emprega da acumulação de capital-dinheiro para uma determinada fase própria às variantes do “pacto de

### 2.3 CONCLUSÕES DO CAPÍTULO

No presente capítulo, estudamos a obra de Conceição Tavares partindo das relações entre subdesenvolvimento e acumulação de capital. Tendo em vista os objetivos gerais e específicos desta tese, procuramos depreender, a partir daí, duas dimensões da obra da autora: de um lado, perguntamo-nos a respeito das raízes da agenda de pesquisa sobre a hegemonia americana, no que se impõe pensar a respeito do problema da internacionalização de capital e do capital financeiro. De outro, esperamos ter trazido à tona facetas da obra da autora que os trabalhos prévios sobre a autora, embora ricos em várias dimensões, teriam deixado ofuscado. Em se finalizando o capítulo, acreditamos que o recorte proposto cumpre satisfatoriamente ambos os propósitos.

Já lembramos que Conceição vinha procurando articular “problemas teóricos clássicos de acumulação de capital” com determinadas características dos estudos industriais sobre oligopólios, “no interior da chamada ‘Teoria do Subdesenvolvimento’” (TAVARES, 1974, p. 15). A “inglória” tarefa, como reconhece Tavares, não é, todavia, ininteligível e se mostra, também para nós, potente em inúmeras dimensões. Meio a diversas controvérsias materiais, teóricas e abstratas do período da ditadura civil-militar, Conceição Tavares afirmou uma agenda própria de pesquisa sobre o capitalismo brasileiro e mundial, através da qual expressa uma articulação criativa e pretensamente compatível de diversas literaturas econômicas que lhe ajudariam a compor uma interpretação original da conjuntura de que fez parte.

Conceição Tavares herda da tradição cepalina a problemática do subdesenvolvimento e isto se expressa nas obras da autora dos anos 70 de diferentes formas. Primeiramente, mostramos que sua proximidade a João Cardoso de Mello no debate sobre a formação econômico-social do Brasil, bem como sua apreensão do método histórico-estrutural, impõe a Tavares uma preocupação particular com a relação entre acumulação de capital e mudança estrutural. São as distintas formas que o capital encontra pra valorizar a si mesmo, ademais das relações de trabalho assalariadas, que

---

dominação” do país corresponde, precisamente, ao assentamento do “capitalismo financeiro” no país como aqui estudado.

marcaria uma periodização adequada da formação do capitalismo no Brasil e de sua forma de inserção nas relações internacionais.

Os distintos “padrões de acumulação” marcaria, assim, as principais características das diferentes fases históricas do capitalismo, brasileiro e mundial. Uma das principais recuperações da autora de Marx reside na idéia de que a valorização de (frações de) capital, submetendo parte do estado aos seus interesses, não pode-se dar à mesma forma indefinidamente, uma vez que encontraria, enquanto tendência, limites à continuação do seu processo de valorização. Os padrões de acumulação articulam uma fase determinada da articulação entre a orientação do progresso técnico, distribuição e crescimento e esta articulação, de tempos em tempos, deveria ser modificada de forma a dar continuidade ao processo de valorização de capital. Diferentes formas de mudança estrutural viriam a reboque desse processo.

Para Tavares, não há como “equilibrar” o padrão de acumulação e afirma que seus desequilíbrios dinâmicos trariam, tão somente, a passagem a um *novo* padrão de acumulação. Daí se deriva também o imperativo de “transformação morfológica do capital”, de caráter necessariamente aberto ao longo do tempo. A direção desta transformação não seria derivável da “lei do valor” entendida enquanto “lei de movimento geral do capital”, mas, sim, de suas manifestações concretas. Invoca então os estudos de organização industrial para mostrar as distintas formas históricas que o capital se organiza e encontra para perpetuar seu processo de valorização. A orientação do progresso técnico é subordinada à acumulação de capital, isto é, ela não tem por princípio observar a constelação de recursos interna ou externa à economia brasileira (e não é, também, necessariamente poupadora de mão de obra). No caso que mais interessou os estudos do presente capítulo, o oligopólio diferenciado(-concentrado) é uma solução de transformação morfológica que orienta o progresso técnico à diferenciação de produtos.

Cada fase de padrão de acumulação tem seus próprios limites históricos e Tavares recorreu a Steindl e Kalecki para mostrar que os padrões de acumulação do pós guerra – tanto nas economias cêntricas quanto nas subdesenvolvidas – teriam características particulares desta era. Sobre as economias cêntricas, Steindl já teria demonstrado que a nova forma de acumulação de capital que emerge com a diferenciação “em  $D_{II}$ ” encontraria limites de longo prazo pelo lado da demanda.

Portanto, para Conceição, este teria de encontrar soluções históricas ao seu próprio processo de valorização.

Tavares avança sobre Steindl ao argumentar que, em se colocando não apenas a economia cêntrica em perspectiva, mas, sim, a economia mundial, uma solução histórica encontrada pela parcela produtiva do capital financeiro dos países cênicos é a *internacionalização de capital*. Isto é, a busca por fontes de demanda, primeiramente em outros países cênicos e, em segundo lugar, nas economias subdesenvolvidas-periféricas, poderia prover uma solução, ainda que temporária, aos limites de realização dinâmica que o capital encontra internamente ao seu espaço nacional. A segunda saída aventada por Tavares – recorrendo majoritariamente à Hilferding e, principalmente, Hobson - é a “transformação morfológica” à forma do *conglomerado financeiro*.

Tomando o Brasil como referente, do ponto de vista das economias subdesenvolvidas, a projeção do capital financeiro internacional pela via da internacionalização em  $D_{II}$  impôs ao país um renovado padrão de acumulação. É em fins dos anos 50 que tanto se completa o “capitalismo tardio” no Brasil com determinantes internos do nível de atividade econômica quanto se cria uma dinâmica de acumulação no país sob liderança de grandes capitais internacionais, que estruturou uma indústria de bens de consumo durável no país. A difusão do progresso técnico, centrada na diferenciação de produtos, requeria um perfil de demanda foi alcançado no Brasil através da concentração de renda e do desenvolvimento do crédito ao consumo, notadamente a partir do golpe civil-militar (PAEG).

As frações de capital dominantes no país, estrangeiro e nacional, impelidas a valorizar suas respectivas estruturas de capital, conseguiram subordinar parte do alto estado brasileiro - que empreendeu um perfil de investimento “solidário” e impôs uma orientação distributiva compatível a estes propósitos. Ademais, as próprias transformações do sistema financeiro materializaram-se concretamente de forma a complementar as necessidades de financiamento da produção e do consumo do perfil tecnológico trazido pelos oligopólios internacionais. Com as reformas do PAEG, o capital monetário nacional encontrou a valorização fictícia de seus próprios ativos e não operou uma centralização e concentração junto ao capital produtivo que entrasse em maiores competições abertas frente ao capital financeiro internacional (produtivo e monetário).

No Brasil, nestes anos, ao contrário do que supôs a tese estagnacionista de Furtado, a perversa orientação distributiva se mostrou funcional ao forte dinamismo do padrão de acumulação. A acentuada desproporção das estruturas de produção, investimento e consumo, entretanto, imprimiam ao crescimento brasileiro forte componente cíclico. Sua fase de “vale” foi parcialmente compensada, em fins dos anos 70, pelos investimentos estatais do II PND, de forma até certo ponto independente da coalizão política-empresarial que permitiu a instauração do Regime Militar. Os problemas de realização dinâmica seriam inerentes ao padrão de acumulação do Brasil e o “Choque de Volcker” viria apenas a trazer uma solução histórica particular à passagem a uma *nova* articulação entre crescimento, distribuição e progresso técnico (padrão de acumulação).

Os limites à valorização do capital, nos países cêtricos, trazem ainda uma paralela transformação morfológica do capital financeiro americano à forma do “conglomerado financeiro”. Ademais de outros problemas próprios à hegemonia americana, como vamos estudar no capítulo 3, o “Choque de Volcker” não deixa de expressar, também, os interesses desta nova forma de capital financeiro. A procura de uma moeda internacional que seja reserva de valor e líquida é preocupação central do capital monetário internacional meio à desestruturação de Bretton Woods. Ademais de congregar as demais formas de valorizar o capital produtivo, a valorização do capital que é específica ao conglomerado financeiro passa pela valorização direta de D em D'. O crescimento econômico deixa de ser condição central à acumulação de algumas das principais frações de capital dominantes. Parcela significativa do capital financeiro passa a prescindir, assim, da passagem à “órbita real” e a nova fase histórica não encontraria seus limites tendenciais pelo lado da realização da produção – razão pela qual Kalecki e Steindl não são referências básicas de seus textos após 1980.

As necessidades de autovalorização do grande capital monetário articulado nos países cêtricos projeta-se no país a partir da internacionalização financeira e da “diplomacia do dólar forte” (veremos mais a respeito no capítulo 3). O estado brasileiro tomou para si os custos da desvalorização dos ativos financeiros privados em explosão em fins dos anos 70, arbitrando seus respectivos valores de compensação e socializando os prejuízos através de uma estrutura fiscal regressiva, desvalorização do câmbio, rebaixamento de salários e com o ajuste recessivo.

Assim, ademais de uma criativa articulação das tradições marxistas, da literatura da organização industrial e das problemáticas kaleckianas e keynesianas, Conceição está promovendo, também, avanços sobre o pensamento estruturalista latino-americano. O nexos de dominação econômica internacional a que se refere o conceito de subdesenvolvimento quando fala da inserção externa latino-americana tem estreita ligação com a problemática da internacionalização do capital e do capital financeiro. Conceição afirma a originalidade da agenda de pesquisa que em economia política em relação à escola cepalina a partir do “tópico do dinheiro internacional” e escreve (TAVARES, 2000, p. 132):

A questão do padrão monetário internacional não foi, porém, incorporada à escola latino-americana de economia política, que preferiu centrar-se no progresso técnico e na industrialização nacional como uma forma viável de resposta ao subdesenvolvimento.

A partir daí, Conceição Tavares coloca em primeiro plano o controle patrimonial-financeiro das estruturas produtivas e do sistema financeiro do país (TAVARES, 1999, p. 476). O poder de arbítrio de estado do valor da moeda, em sua forma financeirizada de fins dos anos 70, expressa a preocupação de manter ou valorizar a massa de capital das frações que comandam o pacto de dominação nacional e sua relação com a dominação internacional. A não-existência de um “capital financeiro” nacional, que fizesse concorrência não-solidária aberta frente aos capitais financeiros cênicos é característica importante da natureza do pacto de dominação dos países subdesenvolvidos.

As tendências de vulnerabilidade externas aparecem de forma igualmente distintas do que considerou central o estruturalismo, uma vez que a crescente internacionalização patrimonial-financeira das estruturas do país impunham níveis insustentáveis ao balanço de pagamentos por força, principalmente, da conta de serviços e rendas. Suas expressões, em contexto pós Bretton-Woods, não eram mais compreensíveis em termos de falta de divisas e “restrição da capacidade de importar”, mas impactam decisivamente a distribuição, de um lado, pela correia da colagem dos preços de insumos e bens do departamento produtor de bens-salário colados nos mercados internacionais e, de outro, pelo aumento de juros que impunham socialização dos prejuízos através do orçamento público e do *mark-up* empresarial. Assim, os

diferentes tipos de mudanças estruturais que se forjavam a partir dos padrões de acumulação em seu conjunto davam o sentido das tendências estruturais com que tanto se preocupou a agenda de pesquisa sobre o subdesenvolvimento.

O recorte que empreendemos sobre a obra da autora não se reivindica o único legítimo. Não procuramos, neste capítulo, apresentar uma “verdade última”, seja sobre esta, seja sobre qualquer outra faceta de seus trabalhos. Outras leituras e recortes sobre suas teses aqui analisadas podem igualmente se colocar e, sobrepondo-se às aqui analisadas, estabelecer um contraste crítico. Consideramos, entretanto, que o recorte aqui empreendido é capaz de trazer à tona elementos que julgamos importantes para Conceição e para os propósitos gerais desta tese: em torno da relação entre padrões de acumulação, mudança estrutural e subdesenvolvimento, emergem elos causais e materiais que, sob outros recortes, permaneceriam ofuscados e que nos propusemos a recuperar. Reforçamos, a partir daí, suas aproximações e afastamentos com diferentes correntes interpretativas ortodoxas e heterodoxas, incluindo muitas das quais informam a imaginação crítica da boa economia política brasileira. O capítulo dá-se por encerrado por considerar já ter permitido ao leitor, senão necessariamente um olhar “mais verdadeiro” sobre a obra de uma das maiores economistas de nossa história, uma leitura objetiva sob enfoques hoje dificilmente apreensíveis sem o apoio de uma pesquisa como a que aqui realizamos.

## **CAPÍTULO 3 - A MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL E A HEGEMONIA AMERICANA: UMA ECONOMIA POLÍTICA DA GLOBALIZAÇÃO**

### **3.1. INTRODUÇÃO: A GLOBALIZAÇÃO E A DIFUSA CONTROVÉRSIA SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO DO CAPITAL**

A crise americana dos anos 70 possui um lugar particular na temática geral da tese que ora se apresenta. Na medida em que seus desdobramentos impactaram de maneira dramática todo o hemisfério ocidental, impôs-se um novo objeto de investigação a diferentes observadores em diferentes partes do mundo, de diferentes prismas, lugares e posições políticas e ideológicas. No que interessa a presente tese, enquanto Maria da Conceição Tavares era parte da luta pela afirmação de uma democracia solidária e soberana no Brasil, François Chesnais desafiava a sustentação ideológica do neoliberalismo presente na OCDE. Ambos, em contextos distintos, viram-se atravessados, cada qual à sua maneira, pela mesma conjuntura do capitalismo mundial. É parte central desta tese mostrar que, embora tenha cada qual partido de histórias intelectuais e políticas próprias, viram-se postos diante de um desafio de interpretação de um objeto comum.

Maria da Conceição Tavares e François Chesnais partem de histórias e lugares distintos para apreender o mesmo fenômeno. Se a ambos foi imposto um objeto de interpretação comum, suas respectivas interpretações requerem, necessariamente, um recorte sobre objeto, escolhido a partir de determinados objetivos políticos, com o que se determinam certas escolhas quanto às facetas do fenômeno a serem analisadas ou excluídas, atribuindo-lhes nomes, períodos e relações. Mas, se bem ambos tenham tido trajetórias políticas e intelectuais relativamente independentes, posto que apenas no início dos anos 80 chegaram a se conhecer nos seminários da UNICAMP, foram ambos marcados, também, por objetivos analíticos e referenciais teóricos até certo ponto próximos.

Seja dialogando com o estruturalismo latino-americano, com a escola da regulação francesa, com os movimentos sociais ou mesmo a partir de leituras autônomas de Schumpeter e do marxismo, François Chesnais e Maria da Conceição

Tavares partiram do conhecimento acumulado pelos que se propuseram a pensar seus objetos de inquietação intelectual. E, valendo-se destes, procuraram ambos as composições críticas particulares - mas pretensamente consistentes e acuradas - montadas a partir de referências marxistas, da economia industrial e da inovação, bem como da macroeconomia keynesiana e, para o caso de Tavares, também kaleckiana. No plano político, cada qual a sua maneira e sujeita às suas próprias contradições, buscaram em grandes linhas a afirmação de um projeto que permitisse a afirmação dos interesses e aspirações contra-dominantes.

Não é assim, de forma alguma, estranho que, em ambos os livros seminais dos anos 90, *A Mundialização do Capital* (1996a) e *Poder e Dinheiro: Uma economia política da globalização* (1997), possa-se ler logo em suas aberturas a referência crítica ao mesmo termo: “globalização”. Oriundo das literaturas anglo-saxãs e jargão comum de jornalismo, o termo seria incapaz de definir um objeto e dar estatuto teórico-analítico a um dos fenômenos mais relevantes e carentes de assimilação em fins de século XX. Ainda assim, o termo foi usado inicialmente com grande conotação positiva e propagandeava uma agenda geralmente associada à ideia, tão vaga quanto forte, de que a liberalização das forças de mercado no plano global traria como resultante uma tendência à homogeneização nas diferentes variáveis econômicas (distribuição, crescimento, tecnologia, finanças, etc).

Viram-se, assim, Chesnais e Tavares obrigados a enfrentar a agenda política, social e ideológica que carregavam. Chesnais denunciou o uso propagandista da palavra e chegou a reclamar em favor de sua substituição pela de referência francesa, “Mundialização”, que aludiria, precisamente, à nomeação da fase da “Economia Mundial” que se erige após a resolução da crise do capital americano dos anos 70 (CHESNAIS, 1996a, p. 23–25). Tavares, já tendo denunciado sua imprecisão conceitual (TAVARES E FIORI, 1997, p. 7) conclama por lhe despir da ambiguidade e diria que “convém separar pelo menos dois fenômenos: a internacionalização da produção e do comércio, um processo de longa duração, e a globalização financeira, operada a partir da ‘diplomacia do dólar forte’, (...), “uma política deliberada de retomada da hegemonia mundial” (TAVARES, 1997). De fato, o movimento “globalização” marca uma ruptura na história do século XX. Diz Hobsbawm (1994,p.15) que:

A uma Era da Catástrofe, que se estendeu de 1914 até depois da Segunda Guerra Mundial, seguiram-se cerca de 25 ou trinta anos de extraordinário

crescimento econômico e transformação social, anos que provavelmente mudaram de maneira mais profunda a sociedade humana que qualquer outro período de brevidade comparável. Retrospectivamente, podemos ver esse período como uma espécie de Era de Ouro, e assim ele foi visto quase imediatamente depois que acabou, no início da década de 1970. A última parte do século foi uma nova era de decomposição, incerteza e crise.

Mas, se o fenômeno “globalização” se afirma de tal forma relevante e se diferentes observadores procuraram apreendê-lo em nível teórico analítico a partir de referenciais distintos, como assentar num referencial teórico-analítico comparativamente as interpretações que encaminharam Maria da Conceição Tavares e François Chesnais? Coloquemo-nos em questão, pois, a sugestão de Fiori. Tratando da disciplina “economia política internacional”, colocaria o autor que “em sínteses, internacionalização e hegemonia são os dois conceitos que melhor sintetizam o debate contemporâneo sobre ‘a crise americana’ dos anos setenta e seus desdobramentos até o pós-Guerra Fria” (FIORI, 1997, p. 97). Perguntamo-nos, aqui, até onde e em que medida a sugestão de Fiori nos ajudaria a avançar na hipótese de definir um objeto de investigação e terminologia comum a Tavares e Chesnais.

Com relação à palavra “hegemonia”, se bem esta tenha raízes bastante referenciadas em certas tradições marxistas, costumeiramente associadas a Gramsci<sup>131</sup>, também esta categoria é usada de forma não homogênea (HOBSBAWM, 2011, p. 286–287; TEIXEIRA, 1993, p. 17–18). A década de 70 tinha trazido reconhecimento póstumo mundial da obra do autor, processo que teria sido impulsionado pela divulgação em inglês de seus textos e pela desestalinização pós-50 (HOBSBAWM, 2011, p. 285–286). Para Hobsbawm, é neste momento que se abre uma discussão sobre a “teoria marxista da política”, exercício que Marx, Engels e Lênin teriam deixado apenas apontamentos incompletos e que introduz a ciência política no arcabouço marxista (*ibidem*, p. 289–291).

Nesse sentido, o avanço permitido por Gramsci, ao introduzir o conceito, teria sido demonstrar que uma situação de dominação pode se fazer também de um consenso por parte do grupo dominado, que identificaria na ideologia defendida pelos grupos dominantes também representativa de seus próprios interesses (*ibidem*, p. 294). Tendo

---

<sup>131</sup> Além da reabertura da temática trazida por Gramsci, Hobsbawm também destaca que sua originalidade reside na “observação de que nem a hegemonia burguesa é automática, e sim obtida mediante ação e organização políticas conscientes” (HOBSBAWM, 2011, p. 294). No campo da “economia política internacional”, Fiori (2000, p. 9) coloca que Robert Cox teria sido pioneiro na utilização do conceito “hegemonia” para o estudo das ordens mundiais.

em vista os propósitos desta tese, entretanto, é menos relevante perguntar a respeito da genealogia ou das definições exatas do conceito – reconhecidamente heterogênea - e mais em usá-la como referencial à comparação dos objetos e teses de Conceição Tavares e François Chesnais<sup>132</sup>. Meio a esta indefinição, partimos da sucinta sugestão de Fiori para organizar o debate sobre a “economia política internacional” (FIORI, 1997, p. 97). Dialogando com Arrighi e Cox, o autor coloca que:

Uma proposta que resgata dois aspectos essenciais do problema ausentes do último trabalho de Giovanni Arrighi: as relações de classe e as relações de poder entre os estados centrais e periféricos. Para Cox, a hegemonia internacional não se reduz apenas a uma universalização dos interesses nacionais do hegemon. A própria definição destes interesses nacionais é uma resultante de contradições e conflitos entre classes e frações de classes, e dentro das burocracias estatais (*ibidem*, p. 96–97).

A despeito das diferenças de linguagem, não nos pareceria inapropriado estender a síntese proposta por Fiori para afirmar, já nesse ínterim e à primeira vista, que passariam a ter Tavares e Chesnais um objeto em grande medida sobreposto nas longas pesquisas sobre a hegemonia americana e a mundialização do capital. Do lado de François Chesnais, chamamos a atenção que, desde seus primeiros ensaios (CHESNAIS, 1967), a aludida “reprodução das relações sociais, econômicas e políticas” é tema importante de suas pesquisas. O tema se coloca primeiramente nos embates internos à revista *La Verité* e, notadamente a partir dos anos 90, frente aos teóricos regulacionistas. A evolução dos conflitos por poder e riqueza de diferentes estados, classes e frações de classe, internas e externas, atravessa a sua agenda.

Argumentamos, no capítulo precedente, que as disputas por riqueza e poder por parte de estados e classes são tidas como pressuposto das análises de Conceição entre “padrões de acumulação” e “subdesenvolvimento” nos anos 70. A partir de “A Retomada da Hegemonia Americana”, a transposição do tema para o quadro das relações internacionais passa a ser objeto direto de sua pesquisa. Em ambos, Chesnais e Tavares, é central notar que a questão da hegemonia trata de uma disputa por posição de primazia dentro de uma determinada relação social, em planos nacionais ou internacionais, onde há sujeitos sociais em posições diferenciadas e definidas uma *em*

---

<sup>132</sup> Não é nossa intenção nesse parágrafo procurar argumentar por uma suposta filiação de Tavares ou Chesnais a Gramsci. O que queremos é apenas sublinhar que o conjunto de questões trazidas pelo autor italiano, segundo Hobsbawm, tinha entrado definitivamente no debate marxista e que os autores, de uma forma ou de outra, ecoam este movimento das ideias marxistas em sua agenda de pesquisa.

*relação* a outra: uma relação de dominantes e subordinados, de liderança e atraso, de exercício de poder e subordinação ao poder. Não há, seja em Chesnais ou em Tavares, um “interesse nacional” que se defina de forma independente dos interesses de classe, frações de classe e das burocracias estatais que lhes acompanham.

Com relação ao tema “internacionalização”, é forçoso reconhecer que, ao menos à primeira vista, sua utilização como recorte poderia também dar lugar a certa imprecisão analítico-conceitual – precisamente do que procuramos escapar. Entretanto, se recuperamos o trabalho de Tavares e Teixeira (1980) sobre as tradições de pesquisa no campo da economia sob o recorte “internacionalização do capital”, depois atualizado em Teixeira (1983), percebe-se que, a despeito de certa imprecisão, diferentes agendas de diferentes tradições críticas e lugares ocuparam-se em alguma medida do tema. Os autores não deixaram de transparecer certa perplexidade, com relação à “montanha de papel escrita”, mas que “jogam muito pouca luz sobre o assunto” (*ibidem*, p. 1) e os diferentes “argumentos e contra-argumentos”, complementa Teixeira (1983, p. 129), não teria “conseguido integrar em um mesmo corpo teórico os diversos problemas suscitados, muitos dos quais fogem ao âmbito de uma análise estritamente econômica”. Com esse recorte, agrupavam desde diferentes “correntes de pensamento marxistas, à escola anglo-americana da teoria do oligopólio internacional e à versão latino-americana de origem cepalina” (TAVARES E TEIXEIRA, 1980, p. 1).

O mesmo faria François Chesnais em sua mais recente publicação, em que, na introdução, faz breve menção ao marco teórico-analítico de *A Mundialização do Capital*. Nele contrasta sua filiação marxista na discussão sobre internacionalização do capital industrial frente às teorias de globalização produtiva dos teóricos anglófonos das escolas de *business* (CHESNAIS, 2016, p. 13), notadamente a partir de Stephen Hymer e John Dunning, e constata certa sobreposição de temáticas, ainda que com a utilização de categorias e articulações internas díspares. Fazendo uma revisão sob um recorte mais próximo à academia anglo-saxã e chamando de “teorias de empresas transnacionais”, Ietto Gillies (2014, p. 52–53) relata igualmente certa imprecisão de recorte de objeto desta larga agenda de pesquisa. Assim, se bem o tema “internacionalização do capital” permita estabelecer contrastes e aproximações entre diferentes tradições de pesquisa, parece-nos igualmente notório que só há possibilidade deste se revestir de maior precisão conceitual quando inserido no interior de cada uma das tradições em particular.

Teixeira (1983) retoma Tavares e Teixeira (1980) e procura fazer uma apresentação do tema “internacionalização do capital”. Ao comentar como as diferentes tradições de pesquisa (anglo-saxônica, neomarxista e latino-americana) aproximam-se de uma ou de outra dimensão do objeto “internacionalização do capital”, Teixeira lhes reconhece certa validade, mas as critica no ponto que considera essencial: suas respectivas incapacidades de “apreender-lhe movimentos contraditórios” e de entender “como (e porque) os blocos de capital se ‘descolam’ de sua base nacional e transnacionalizam a economia mundial” (TEIXEIRA, 1983, p. 132–133).

A escola anglo-saxônica - notadamente expressa na *Harvard Business School* com Vernon, Knickerbocker, Hyver, Caves e Rowthorn - veria a internacionalização da grande corporação americana que “se impõe por suas próprias características organizacionais”. As correntes que chama de *neo-marxistas* veriam como resultado díspare, seja por razão da concorrência entre blocos de capital nacional (Mandel), seja em função do “conluio oligopolista” contra as nações da periferia (Bettelheim). A variante neo-marxista de Emmanuel – apresentada como análoga à de Palloix -, da escola da dependência, trataria da troca desigual que se processa na economia mundial e de que Samir Amin diria respeito diretamente a uma “acumulação à escala mundial” (TEIXEIRA, 1983, p.134). As posições latino-americanas cepalinas, referenciadas em Fajnzylber, Furtado, Vuskovic e Prebisch, teriam como recorte teórico-analítico fundamental, a “industrialização nacional”, o “capitalismo pós-nacional” e a “postulação de alternativa socialista como modo de reordenamento das sociedades do continente [no plano mundial]” (*ibidem*, p. 135).

Faz-se, assim, importante situar, de partida, como Conceição Tavares e François Chesnais, quando vinculados a esse debate, outorgam características próprias. O tema da internacionalização do capital nos é, assim, particularmente caro. Conforme visto nos capítulos precedentes, a expressão denota um objeto de particular relevância para o tema de que se ocuparam Conceição Tavares e François Chesnais, ao mesmo tempo em que é peça central da estrutura teórico-argumentativa dos autores. Como ponto comum, suas respectivas utilizações da palavra “capital” remetem, em ambos, a um recorte específico, largamente difundido a partir de leituras *hilferdingianas* de Marx, das funções analíticas comuns tanto de “sujeito” quanto de “objeto de acumulação” que denota o termo.

Chesnais (1996a, p. 81) chama capital de “categoria econômica fundamental” e diz que a categoria capital permite a abstração – por um momento – das formas concretas-empresariais que assume, de forma a denotar certa massa de valor que *age* no campo econômico-social-político em busca da autovalorização. Retoma o autor, ademais de Lênin e Trotsky, a tradição francesa de Michalet, Beaud e Palloix e coloca a internacionalização do capital a partir dos ciclos diferenciados de três modalidades - o capital mercantil, produtivo/industrial e monetário (*ibidem*, p. 51–53) – que se internacionalizam de forma relativamente autônoma para contra-arrestar o que lhes seria incidente: a tendência histórica de declínio da taxa de lucro (MARX, 1894, p. 161–176).

Tavares (1974, 1978) inscreve a “lei do valor” não como “lei de determinação dos preços”, mas como “lei de movimento geral do capital”, perscrutando o imperativo histórico de transformação “morfológica” do capital para encontrar soluções organizacionais aos limites histórico-concretos de seus próprios desafios à autovalorização. Neste âmbito, avança uma discussão sobre as crises de realização à forma de Kalecki e Steindl, combinando, com estes, elementos à compreensão da forma morfológica do capital a partir das teorias de oligopólio. Se Kalecki e Steindl investigam os limites à acumulação de capital numa “economia fechada”, Tavares estende a saída às crises dinâmicas de realização com que se defronta internamente cada bloco de capital pela via da “internacionalização”. Mas a busca por “mercados externos” - já antigamente posta por Rosa Luxemburgo<sup>133</sup> - não se circunscreveria à forma produtiva de valorização do capital e mesmo a valorização estritamente financeira do capital teria como imperativo a sua projeção internacional (TAVARES E BELLUZZO 1980; TAVARES 1984a).

A lista de interlocutores diretamente referenciados em suas obras é também próxima: para Chesnais, na sua abordagem sobre o tema da internacionalização do capital, “permite certa interface com a questão do desenvolvimento e, portanto, com economistas terceiro-mundistas, notadamente Samir Amin, Celso Furtado e André Gunter Frank” (CHESNAIS, 2016, p. 13 - tradução livre); para Tavares e Teixeira

---

<sup>133</sup> O primeiro a procurar uma articulação entre o fenômeno do imperialismo com o problema de “realização” do valor foi o precursor Hobson. Keynes teve certa influência de Hobson para a enunciação do “princípio da demanda efetiva” (TAVARES, 1984a, p. 10), mas é Rosa Luxemburgo – e depois Kalecki – que retomam a temática para tratar do tema da internacionalização do capital e do imperialismo. Adicionalmente à amplitude atribuída por Rosa Luxemburgo aos “mercados externos”, chamamos também a atenção para a internacionalização tanto pela perscruta de demanda em países diferentes do de origem quanto, também, pela via das demais formas de internacionalização do capital (pela via do investimento produtivo e financeiro, por exemplo).

(1980, p.3) o tema também se coloca frente a Celso Furtado e ao que chamaram de “neo-marxismo” (como Samir Amin) e à escola francesa (como Palloix). Pudemos observar com mais detalhes nos capítulos precedentes o que aqui se apresenta. Retomamos o tema aqui de forma suficiente a poder constatar apenas que, de fato, o tema das causas, formas e consequências da “internacionalização do capital” foi parte importante, ainda que não exclusiva, da inquietação política e intelectual de François Chesnais e Maria da Conceição Tavares ao longo dos períodos respectivamente estudados. Frente ao debate da internacionalização do capital, suas respectivas pesquisas avançam sobre o problema de valorização do capital financeiro<sup>134</sup>.

Cada qual a sua maneira, em ambos, a internacionalização do capital aparece como forma histórica de solução ao problema da acumulação das frações de capital dominantes e previamente concentrados/centralizados em seus respectivos estados-nações. Ao verem-se confrontados, por diferentes razões espaciais e históricas, com impedimentos à continuidade de seus próprios processos de valorização dentro dos sistemas econômicos nacionais, a internacionalização apresentava-se como possível solução. Se a acumulação interna de diferentes frações de capital responde pela concorrência dentro de um sistema econômico nacional, a projeção internacional da acumulação de distintas frações de capital dá lugar à competição intercapitalista mundial. François Chesnais coloca que o *locus* dessa competição é a *Economia Mundial*, categoria a que atribui lugar metodológico central. Tavares, ao menos nesse campo, oscilou mais com relação à categoria analítica que empregava, mas não renega sua utilização e o utiliza explicitamente, por exemplo, em ensaio de 1997:

No plano do Poder e do Dinheiro os EUA comandam hoje um ‘jogo global’, que tenta sobrepor os conceitos de ‘ordem unipolar e de Economia Mundial’, mas cuja convergência está longe de consolidar-se e de ser benéfica e incluyente para a maioria dos países do mudo (TAVARES E MELIN, 1997, p. 57).

---

<sup>134</sup> Esta nota se propõe apenas a relembrar o leitor da escolha linguística que anteriormente já apresentamos e que vale também para este capítulo. Tanto Maria da Conceição Tavares quanto François Chesnais fazem oscilar o objeto de referência da expressão “capital financeiro” para denotar o que aqui distinguimos, a partir da trajetória que se seguiu à literatura hilferdinguiana, entre “capital financeiro” e “capital monetário”. “Capital Financeiro”, salvo nas citações dos autores, é usado para se referir exclusiva e genericamente ao sujeito social que se erige a partir da “aliança” entre o “capital produtivo” e o “capital monetário” (que pode, a princípio, assumir diferentes formas e englobar o “capital comercial” – fusão, informal, etc). Deve o leitor, pois, tomar tais distinções como estabelecidas quando estas expressões aparecem no restante do capítulo que ora se abre e, também, na conclusão com que se encerrará esta tese.

A concentração e centralização de capital financeiro [produtivo e monetário] e a busca por novos mercados dentro das relações econômicas, políticas e sociais internacionais está presente em ambas agendas de pesquisa. François Chesnais vê no embate dos teóricos do imperialismo as “obras críticas precursoras” de *A Mundialização do Capital* e considera que estes habitam “o maior lugar no ‘subconsciente teórico’ do autor ao escrever este trabalho” (CHESNAIS, 1996a, p. 50). Contrapondo a experiência brasileira do século XX com aquelas dos países do centro, Maria da Conceição Tavares declara uma “obsessão” pela “falta de um capitalismo financeiro digno deste nome, que permitisse à monopolização produtiva evoluir para uma eficaz centralização de capital”(TAVARES, 1999, p.476) e remete recorrentemente o tema a Hilferding e Hobson (TAVARES, 1984a).

O embate e os objetos dos teóricos do imperialismo foram, então, um ponto de partida comum dos autores. Dificilmente seria o caso para autores que encontraram a tradição marxista em meados dos anos 50 e 60, época ainda muito próxima daquela em que o debate do imperialismo tomou corpo. De fato, não são apenas suas referências, mas suas efetivas instrumentalizações do debate denotam - de forma análoga a Hilferding, Lênin e Bukharin (TEIXEIRA 2002, p.327) -, que a internacionalização do capital seria uma tendência inerente ao capitalismo e de natureza estrutural. O clássico debate marxista em torno da palavra “imperialismo” projetou-se sobre o campo hoje reconhecido como o da “economia política internacional”. Mas se a história estudada pelos teóricos do imperialismo não é exatamente a mesma da “era da globalização” e se certamente não há porque supor que Maria da Conceição Tavares e François Chesnais tenham se submetido aos recortes de objetos e problemáticas postos pelos teóricos do imperialismo, também decerto estes não lhes foram de todo indiferentes.

Aloísio Teixeira (2002) nos introduz à temática e recorda que o termo “imperialismo” não tinha significado e conotação pejorativa que assumiria mais tarde – na segunda metade do século XVIII, em época de extensos domínios coloniais, a “classe dominante inglesa orgulhava-se de ser ‘imperialista’”. Segundo o autor, “foi a partir do final do século e, principalmente, no começo do século XX que o termo adquiriu um significado novo, associado a formas de dominação econômica: domínio dos mercados, controles das fontes de matérias-primas e acesso privilegiado a oportunidades de investimento” (*ibidem*, p. 323). A ressignificação do termo, decerto, não teria escapado ao intenso debate que os movimentos proletários, socialistas e de esquerda procederam

em seu entorno (HOBBSAWM, 1987, p. 92–93). O ambiente intelectual contra-dominante teria sido largamente marcado pela difusão das obras *O Capital* (MARX, 1894) e *A Origem das Espécies*, de Darwin (1859) (TEIXEIRA, 2002, p. 315), e o uso teórico da palavra “imperialismo” propriamente dita teria tido seu marco fundante no título *Imperialismo, um estudo*, de Hobson. Para Hobsbawm (1987, p. 93–94), a distintiva primeira que marcava a utilização do termo pelos analistas “não-marxistas”, aí excluído Hobson, por aqueles que se lançavam ao debate a partir de Marx era que estes últimos – em que pese suas importantes diferenças internas<sup>135</sup> - mostravam que as práticas políticas genericamente associadas ao “imperialismo” tinham *também* uma inescapável fundação econômica e seus efeitos – também de ordem econômica – tinham beneficiários de classes e nações específicas, não “gerais”.

O mundo em que viviam seus debatedores assistia a transformações de vulto<sup>136</sup>, e a formação, características e tendências da “economia mundial” poderiam desvelar novas orientações táticas e estratégicas aos movimentos proletários – significativamente melhor organizados do que no capitalismo do último quartel do século XX. Quando Hobson e Hilferding mergulhavam na forma concreta de articulação dos capitais industriais e bancários – formando os capitais financeiros, respectivamente a cada estudo, de EUA e Alemanha –, encontraram uma nova característica do capitalismo. Hilferding, em particular, teria encontrado, na formação do capital financeiro, a estrutura social fundante das práticas a que mais se associava o imperialismo: a formação dos impérios coloniais (TEIXEIRA, 2002, p. 326–327).

A concentração e centralização de capitais e a procura por assegurar os mercados levariam à promoção, acoplada no estado, de práticas protecionistas e preços de monopólio. Aos problemas de realização interna, obtinha-se como “saída” a exportação de mercadorias e capitais. Cada capital financeiro de cada estado-nação relevante

<sup>135</sup> Ver, para isso, Teixeira (2002, p. 325–336).

<sup>136</sup> Teixeira apresenta “um resumo dos traços característicos da economia mundial no período 1875-1914. (...) ao risco da simplificação podemos apontar: (i) a ‘globalização’, com a extensão dos processos de industrialização a novas regiões (...); (ii) a ‘diferenciação dos centros’, com a predominância industrial dos Estados Unidos e da Alemanha, e a permanência da Inglaterra como centro financeiro e comercial; (iii) A ‘revolução tecnológica’, que afetou tanto as ‘condições gerais da produção capitalista’ (sistemas básicos de transporte, comunicação e energia) (...); (iv) A ‘financeirização da economia’, com a concentração bancária e a articulação entre bancos e empresas produtivas, o crescimento das sociedades por ações e da exportação de capitais; (v) O novo papel do Estado no domínio econômico, diretamente como provedor de serviços públicos e como gestor de políticas econômicas ativas, e indiretamente, na conquista de colônias e na defesa do patrimônio externo; (vi) Mudanças na estrutura da empresa capitalista e no padrão de concorrência, com a concentração do capital e da produção, aumento da escala, novas formas de competição intercapitalista e a introdução da administração científica e profissionalização de gerentes e executivos empresariais” (TEIXEIRA, 2002, p. 308).

buscava o apoio no próprio poder de estado – armamentista inclusive – para garantir o controle das áreas coloniais e influências de suas zonas de domínio (*ibidem*). Se bem a criação do objeto “economia mundial” e as interdependências econômico-sociais e políticas relacionadas não datem do período 1875-1914, o objeto passaria a mover-se *também* por razões econômicas próprias a essa época: a internacionalização do capital financeiro.

Para Anthony Brewer (1980), os objetos de que tratam as teorias do imperialismo teriam sido abordados sob diferentes nomes e, sob essa perspectiva, faz uma cronologia do debate partindo já mesmo de Marx. Passa, pois, por Rosa Luxemburgo, o influente não-marxista Hobson e depois por Hilferding, Bukharin, Lênin, Baran, os teóricos da dependência e Emmanuel. Também Brewer considerou que as definições de “teorias do imperialismo” não eram precisas e nem se propôs, ao mesmo tempo, a trazer uma “definição” própria (*ibidem*, p. 3). Alternativamente, considera como ponto de partida que as teorias do imperialismo deveriam ser pensadas como um todo articulado, em que cada elemento analítico só se define em relação aos demais objetos deste todo (*ibidem*) e, por isto, organizou o seu livro por autores - cada qual entendido como uma totalidade em si mesmo. Notou, entretanto, que todos os autores têm, na ideia de desenvolvimento do capitalismo enquanto “modo de produção”, seu ponto de partida comum (*ibidem*, p. 11). A progressão do capitalismo nas economias dominantes impõe, por diferentes razões, uma determinada projeção de capital sobre demais sistemas econômico-sociais, garantindo progressivamente a formação de um sistema mundial, em que as diferentes regiões do mundo evoluem historicamente de forma interdependente uma em relação às outras.

Assim, seja enquanto sistema ou apenas tecendo a interdependência entre espaços territoriais antes previamente isolados, a categoria “Economia Mundial”, embora aparecesse de maneira distinta na obra de cada autor, teria um significado passível de ser apreendido dentro do contexto geral argumentativo de cada autor, com os respectivos distintos lugares nas relações sociais de produção desempenhados historicamente por cada classe, estado-nação, território e suas formas econômicas e políticas de reprodução e dominação subjacentes.

Ao procurar guias às ações práticas que pudessem ajudar à orientação dos movimentos proletários em diferentes partes do mundo capitalista, alguns de seus debatedores procuravam desvelar tendências próprias à “Economia Mundial”. E, para

isso, muitos deles se prestaram a sua caracterização. Lênin teria sido notório no diálogo com Bukharin (*A economia mundial e o imperialismo*, 1915) e também partindo de Hilferding em usar o termo “imperialismo” como nome desta então nova “última” fase da economia capitalista – a mesma a que Hobsbawm preferiu denominar de “Era dos Impérios” (1875-1914) (HOBSBAWM, 1987, p. 27). Teixeira lembra que por vezes o autor a denominava de fase do “capitalismo monopolista, ou de fase do capital financeiro, ou ainda de imperialismo”. Desde então, a referência a esse nível de totalidade em alta abstração passou a ser objeto de caracterização por demais caro a muitos dos debatedores que se seguiram ao tema<sup>137</sup>.

Teixeira, entretanto, precisamente adverte que não há, mesmo aí, acordo quanto à natureza dos fenômenos a se caracterizar e escreve que “a discussão sobre os traços distintivos fundamentais do capitalismo contemporâneo tem ocupado vasta literatura, sem que se tenha chegado a posições consensuais, mesmo no interior de cada uma das correntes de pensamento que lhe desbravam o terreno” (TEIXEIRA, 1983, p. 129). Ainda assim, embora nos pareça apropriado o argumento de Brewer de que as teorias do imperialismo compõem uma unidade integrada e que se prestam à análise enquanto tal – seus elementos ganham sentido e “definição” quando inseridos no todo da estrutura teórico-analítica de seus debatedores -, não se deve tomar por irrelevante suas partes tidas de maneira relativamente isolada. As apreensões por demais “totalizantes” do tema “Economia Mundial” podem esconder diferenciações do seu interior – pretensamente incorporadas à “síntese” - de relevo para diferentes objetos e circunstâncias políticas. Assim, por exemplo, Teixeira (1993, p. 18–24) faz uma (de)composição das temáticas discutindo a um só termo, mas de maneira separada, a problemática da hegemonia, da ordem internacional, do imperialismo, da dominação, do centro cíclico principal e da internacionalização do capital – no que subsidia sua noção correlata de “ordem internacional”.

De todo o visto, parece-nos que o recorte proposto por Fiori a partir das categorias “internacionalização do capital” e “hegemonia” permite elucidar diferentes faces do debate. Entretanto, ainda que já nos permita situar Chesnais e Tavares numa

---

<sup>137</sup> A caracterização desta nova fase da economia mundial proposta por Lênin é sintetizada por Teixeira à seguinte forma: “1) Aumento da concentração da produção e do capital, levando à formação dos monopólios; 2) fusão do capital bancário com o capital industrial, dando origem ao capital financeiro e à oligarquia financeira; 3) Predomínio das exportações de capital sobre as exportações de mercadorias; 4) Formação de cartéis internacionais que dividem entre si o mercado mundial; 5) Término da partilha territorial do mundo entre as grandes potências” (TEIXEIRA, 2002, p. 335).

agenda de pesquisa até certo ponto comum, não determina uma problemática fechada. Não se pode, entretanto, cair na conveniência de relativizar as características próprias do objeto em análise, ainda que as terminologias e organizações do debate sejam de tal forma díspares que se mantenha certa nebulosidade sobre as fronteiras de temas tão relevantes. A saída que esta tese propõe e utiliza tem como pressuposto de que a complexidade multifacetada do tema não pode, a rigor, ser apreendida em sua completude – seja qual for o recorte, nível de abrangência ou abstração que se empregue. Não cabe, assim, seguir a máxima cientificista conclamando por um recorte “mais específico” do objeto, uma vez que isso tanto não resolve a insuperável impossibilidade de apreensão completa do objeto, quanto nega de forma apriorística a conformação de um sistema de maior nível de abstração enquanto objeto (e a caracterização do “sistema” “Economia Mundial” é objeto de parcela relevante desta trajetória de pesquisa). Por mais bem-vinda que seja, não pode, igualmente, sequer apinhar-se de maneira definitiva numa pretensa melhor historização dos termos do difuso debate que Fiori interessantemente organiza com as noções de “internacionalização” e “hegemonia”.

Propõe-se aqui, sim, que a materialidade concreta do nosso próprio objeto revele os recortes que lhe são mais apropriados a sua apreensão. O nosso objeto, é valioso aqui relembrar, não é o tema da internacionalização do capital *per se*, mas são, antes, as pesquisas de Maria da Conceição Tavares e François Chesnais, respectivamente, sobre *A Hegemonia Americana* e *A Mundialização do Capital*. Perguntamo-nos em relação aos próprios recortes de objeto empregados pelos autores, discutindo seus limites e potencialidades, aproximações e afastamentos, bem como suas teses associadas. Ao que aqui nos propomos, entretanto, não se pode fugir de certa discricionariedade. Se já argumentamos no decorrer desta introdução pelos ganhos de partir, a partir de Fiori (1997) e Teixeira (1983), do tema “internacionalização do capital”, recorreremos à história e a desdobramentos do debate porque estes tanto influenciaram os autores sob análise quanto nos ajudam, ainda que de forma incompleta, a perceber algumas das mais importantes distinções e teses empregados nas pesquisas de Chesnais e Conceição Tavares.

O restante do capítulo organiza-se, então, à seguinte forma: iniciamos, nas próximas duas seções, recuperando o contexto e os referenciais próprios, respectivamente, aos trabalhos que carregam as teses sobre “A Mundialização do

Capital” (François Chesnais) e a respeito da “Hegemonia Americana” (Maria da Conceição Tavares). Procuramos depreender deles suas articulações internas, entendendo que suas respectivas estruturas teórico-analíticas, embora representem em cada qual uma fase nova de suas respectivas pesquisas, guardam certa consistência e continuidade com suas fases prévias – salvo onde se revelem boas razões para argumentar do contrário. Lemos, assim, suas respectivas produções à luz do que escreveram anteriormente, por nós já analisados nos capítulos precedentes.

Na seção seguinte, exploramos a pergunta que compete a este capítulo, isto é, em que medida as teses contidas sobre a mundialização do capital e a hegemonia americana tratam de objetos sobrepostos ou díspares e mostramos comparativamente, assim, um contraste entre suas respectivas teses. Usamos, para isso, algumas categorias que emergem da temática da “internacionalização do capital” e da “hegemonia” como parte do nosso instrumental analítico de referência. Tendo em vista o objeto geral da tese que ora escrevemos, deve-se sublinhar que retomaremos no capítulo de conclusão uma análise comparativa mais abrangente das longas trajetórias de pesquisa e produção em economia política dos autores. Diferentemente, o capítulo aberto por esta introdução prende-se, apenas, a desdobrar a difusa temática da internacionalização do capital previamente explorada para as fases em que suas respectivas pesquisas analisaram o capitalismo do último quartel do século XX.

### **3.2. FRANÇOIS CHESNAIS E A LONGA CONSTRUÇÃO DA OBRA A MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL**

No capítulo 1, apresentamos uma proposta de periodização do conjunto da obra de François Chesnais em quatro períodos (1967 a 1980; 1980 a 1996; 1996 a 2007; 2007 – atual) e argumentamos que a obra *A Mundialização do Capital* representa o fechamento do segundo período. François Chesnais vinha, especialmente desde os anos 80, re-estreitando suas relações com a universidade francesa, primeiramente oferecendo cursos e orientando trabalhos na Universidade de Nanterre - onde também pôde, com o suporte de seu antigo colega C.A. Michalet, defender a importante *Tese de 1985* (comentada no capítulo 1). Neste trabalho, assim como em alguns outros apresentados em diversos seminários externos à OCDE – especialmente no Brasil, próximo a pesquisadores da Unicamp (COUTINHO, LAPLANE E SILVA, 2014; SAUVIAT,

2014) – pôde explorar e expor as relações que via de sua pesquisa na OCDE com o instrumental analítico que carregava do marxismo. Conforme já colocado no início do capítulo 1, entretanto, não pôde empreender ao mesmo tempo uma interpretação-síntese, insubordinada e teoricamente assentada do movimento de conjunto da economia mundial. A tarefa, anunciada em sua *Tese de 85*, pôde ser empreendida após assumir cargo de professor na Universidade Paris XIII e ministrar diversos cursos na organização. Veio a ser completada com a publicação de *A Mundialização do Capital* na França em 1994 e, em edição revista e ampliada, no Brasil, em 1996.

François Chesnais deixou a OCDE em 1992. Durante os quatro anos que se seguiram a sua saída da OCDE, assentaram-se importantes transformações, não apenas em seu contexto pessoal, mas também no movimento geral do capitalismo e da economia mundial. Os EUA puderam abaixar fortemente suas taxas de juros e encaminhavam um período de crescimento econômico sem se submeter internamente ao nível de tensão estrutural que marcou a década de 80. As bolsas estadunidenses valorizavam-se de maneira avassaladora e, a despeito da nova “normalidade” estadunidense, o poder da alta finança e as crises financeiras na América Latina e Europa, entretanto, remanesciam como o “novo normal”.

As instabilidades financeira e social, entretanto, perduravam como características marcantes de diversos países. Em 1992, o financista George Soros, através do *Quantum Group of Funds*, impôs a forte desvalorização cambial do *pound* ao Banco da Inglaterra, lucrando um bilhão de dólares com a operação. Entre 1994 e 1995, a crise financeira mexicana veio acompanhada de recessão de 5% do PIB em 1995, desemprego de 25% da população ativa e uma taxa de inflação de quase 50% (CHESNAIS, 1996a, p. 31). Na França, a empreitada de Jacques Chirac de desmantelamento do estado de bem-estar social enfrentava forte resistência grevista que, em 1995, chegou a ter amplitude comparável com os movimentos de maio de 68. Ao mesmo tempo, Chesnais, que sempre acompanhou a evolução dos acontecimentos monetários e financeiros (*ibidem*, 1984, 1985; CHESNAIS E DAUBERNY, 1980) e lhe atribuía particular destaque (CHESNAIS, 1990a), afasta-se da OCDE e ganha disponibilidade de tempo para empreender pesquisa sobre o tema. As pesquisas sobre finanças e moeda vinham ganhando força na universidade francesa, com Michel Aglietta, concluindo, em 1990, a primeira grande pesquisa sobre globalização financeira. Quem quer que se propusesse a compreender os movimentos centrais da

realidade de então e sua implicação sobre as classes trabalhadoras não podiam negligenciar a temática.

O instrumental que tinha desenvolvido Chesnais para lidar com a temática combinava, como era comum na universidade francesa, elementos de tradições teóricas distintas, como Marx e Keynes<sup>138</sup>. Assim como fazia com as pesquisas de corte schumpeteriano, atribuía a cada elemento um lugar específico, procurando não sobrepor peças teóricas que, supôs, fossem efetivamente incompatíveis entre si. Tomada de assalto pela agenda de pesquisa da Escola da Regulação francesa, que se centrava sobre a temática da reprodução das relações econômicas e sociais em países isolados, os trabalhos sobre internacionalização do capital tinham perdido força na França. Esta teve nomes importantes, como Palloix, Perroux e, mais recentemente, C.A. Michalet (*ibidem*, 1996a, p. 50–51; TAVARES E TEIXEIRA, 1980). Chesnais procurava, então, reafirmar a importância da problemática, situando seu trabalho tanto como uma reafirmação do tema no seio da universidade francesa quanto uma atualização não dogmática (CHESNAIS, 1996a, p. 50) dos antigos teóricos do imperialismo, como Hobson, Hilferding e, principalmente, Lenin (*ibidem*, p. 48–50).

A forma como Chesnais enxergava sua pesquisa na OCDE frente ao debate marxista sobre internacionalização do capital exige que retomemos a tensão existente entre as categorias “capital”, “multinacionais” e “oligopólio”. Já livre dos constrangimentos impostos pelas linguagens e restrições institucionais após voltar para a universidade francesa, o autor, em *A Mundialização do Capital*, atribui à palavra “capital” o *status* de “categoria econômica fundamental” (*ibidem*, 1996a, p. 81). Faz isso através de sua apresentação como sujeito social e escreve na subseção “parêntese sobre o conceito de capital”:

Com efeito, uma das maneiras de captar a extrema diversidade das formas de atividade e dos modos de desdobramento das multinacionais consiste em abstrair, por um instante, as formas concretas em que o capital encarna (empresas predominantemente industriais ou de produção de serviços, bem como instituições bancárias e financeiras) e voltar ao capital como categoria econômica fundamental. O capital define-se como um valor (que, no caso das multinacionais, atingiu determinada massa), cujo objetivo é a autovalorização, a obtenção de lucro, em condições nas quais o ramo industrial, bem como a localização geográfica do comprometimento do capital, têm, em última análise, caráter contingente.

---

<sup>138</sup> É o caso, por exemplo, de Suzanne de Brunhoff (BELLOFIORE, 2016), uma importante figura da esquerda e da academia francesa e que fez parte das referências intelectuais de Chesnais.

Em *A Mundialização do Capital*, em especial em sua primeira edição francesa (de 1994), as também já assinaladas autonomias relativas entre capital produtivo, monetário e comercial têm, como ponto de partida analítico, o capital produtivo (*ibidem*, 1996a). Na presente seção, iniciaremos retomando a problemática da internacionalização do capital produtivo, mostrando a centralidade que ocupa a tecnologia nessa construção e suas implicações sobre a polarização (dualização) geográfica espacial do capitalismo de então, tanto em termos tecnológicos, mas também produtivos, comerciais e distributivos. Em seguida, procuramos situar o lugar que ocupa a pesquisa sobre finanças e capital monetário na centralização de punções de valor exercidos pelo capital financeiro intra-triádico e, em particular, pelo assentado a partir dos EUA. É também neste momento em que analisamos as condições macroeconômicas para a geração de valor e a hipótese de “*accumulation lente et dépression rampante*”<sup>139</sup>, evidenciando o principal do lugar que ocupa a pesquisa keynesiana na interpretação da economia mundial em *A Mundialização do Capital*. Por fim, fazemos uma seção com as características próprias à “Economia Mundial” na era da Mundialização do Capital a partir de François Chesnais.

### **O lugar da tecnologia na internacionalização do capital produtivo, o oligopólio mundial e a formação da aliança intra-triádica**

Cabe, de partida, enunciar algumas das teses auxiliares à obra “*A Mundialização do Capital*”. Frente à crise americana dos anos 70, o alto capital produtivo teria conseguido recuperar seu próprio processo de valorização. Se bem tenha visto um período com algum crescimento econômico, esta valorização combinaria diferentes instrumentos que renovaram o poder de barganha das multinacionais para absorver ativos intangíveis e valor dos demais “Sistemas Nacionais de Inovação” (SNI), estados, classes e frações de classe. A natureza da interdependência dos estados-nações na economia mundial se alteraria na era da globalização. Oligopólios dos EUA, Japão e Alemanha/Europa reorganizaram os termos de suas concorrências e houve importante concentração e centralização de capitais a níveis intra-triádicos. O autor considerava a

---

<sup>139</sup> Conforme já comentado, a versão brasileira do livro *A Mundialização do Capital* usa a expressão “encadeamento cumulativo de efeito depressivo profundo” (CHESNAIS, 1996a, p. 302). Também comentamos que, tendo em vista que François Chesnais atribui particular relevância a essa hipótese e a tradução feita não é literal, manteremos, no corpo do texto a utilização da expressão original em francês e remeteremos de volta o leitor a esta nota.

crise pela qual passava o alto capital estadunidense na década de 70 como uma expressão histórica da queda tendencial da taxa de lucro. E, por isso, é central que se investigue como o capital teira revertido essa tendência.

Ainda que a acuidade dos termos exatos das interpretações marxistas sobre o fenômeno seja tema controverso (existe um longo e complexo debate sobre isso), o declínio das taxas de lucro nos EUA, considerou Chesnais, era de fato uma experiência dos anos 70 e não mais apenas uma possibilidade teórica do capitalismo. *Uma* das principais soluções históricas dadas a esse problema, tal como estudado por Chesnais, esteve ligada ao processo de concentração e centralização de capital a nível internacional (CHESNAIS, 1996a, p. 73). Entre outras formas utilizadas de recuperação da margem de lucro (por exemplo, a diminuição dos salários estadunidenses acompanhada de criminalização dos movimentos sociais)<sup>140</sup>, o alto capital estadunidense pressionou ativamente por isso. Valeram-se de suas ligações com o aparato estatal dos EUA pressionando por reformas liberais compatíveis com sua agenda e suas transformações organizacionais.

Ademais, Chesnais estende em *A Mundialização do Capital* algumas das teses estudadas no capítulo 1: a necessidade de reorganização do capital a nível internacional teria pressionado pela orientação e seleção do progresso técnico para o desenvolvimento das TICs e das tecnologias de transporte. Tais desenvolvimentos tecnológicos tinham, assim, natureza muito distinta daquelas da era fordista. Se eram, igualmente, funcionais à recuperação da taxa de lucro, esta não se fazia mais centralmente através da criação de efeitos multiplicadores e aceleradores do investimento. Conforme visto no capítulo 1, as novas tecnologias permitiriam que os capitais triádicos dispusessem das técnicas adequadas para lidar com os requisitos organizacionais de suas novas estratégias, a nível produtivo e tecnológico.

Tal processo de concentração e centralização de capital a nível internacional teria levado à construção de alianças oligopólicas internas à “tríade” (CHESNAIS, 1992a). Seriam dois os principais mecanismos, interconectados, através dos quais se materializa este processo: um, ligado à propriedade, como os mecanismos de fusão e aquisição entre empresas (*ibidem*, 1996a, p. 61–65); outro, que seria próprio à concentração de capital produtivo, ligado às alianças e aos acordos de cooperação tecnológica (*ibidem*, 1992a, p. 20–25; 1996a, p. 144-149 e 165-169). A construção do

---

<sup>140</sup> Ver, a este respeito, o excelente trabalho de Panitch & Gindin (2012).

“oligopólio mundial” que emergirá deste processo, ainda que seja marcada por uma relação interna de “concorrência e cooperação” (*ibidem*, 1996a, p. 24), corresponderia à criação da construção de uma aliança “intra-triádica” entre os altos capitais e estados dos países mais poderosos da tríade (*ibidem*, 1995, p. 9–10).

É importante lembrar que, durante os anos 70, os capitais e estados da Alemanha, Japão e Estados Unidos empenharam-se numa firme competição pela hegemonia capitalista. Após as projeções cruzadas da internacionalização de capital entre os países (cujas características apresentaremos logo adiante) nos anos 80, os mesmos atores se constituem como a base do bloco de poder que açambarca o todo da tríade, sob a liderança do capital financeiro estadunidense. Pautada pelos atores mais poderosos e influentes no quadro do capitalismo, terminaria garantindo que nenhuma mudança maior nas relações econômicas, políticas e sociais seria realizada caso fossem antagônicos a essa nova hierarquia de poder no quadro da economia mundial.

O processo de concentração de capital *produtivo*<sup>141</sup> e centralização de capital *monetário* são, ambas, partes interconectadas de uma mesma problemática, da projeção na economia mundial do capital *financeiro* enquanto tal (*ibidem*, 1996a, p. 290–293). Ainda assim, as “autonomias relativas” e as distinções entre as categorias autorizam, em certa medida, para que possamos analisá-los, a princípio, separadamente. Nesta subseção, comentamos sobre o processo de concentração do capital produtivo.

Durante os anos 80, houve um enorme crescimento do IED, que foi acompanhado de mudança igualmente significativa em seus padrões regionais. Tal inflexão é, certamente, uma das principais marcas distintivas da era da mundialização do capital (“globalização”) em relação à precedente, e François Chesnais documentou<sup>142</sup> o processo e discutiu suas implicações em diversos trabalhos (*ibidem*, 1996a; OCDE, 1992). Enquanto em 1980 os valores monetários documentados de IED alcançaram US\$ 504 bilhões, em 1989, a cifra alcançaria US\$ 1,4 trilhão, um movimento que já dava sinais de força desde os anos 70 (*ibidem*, 1996a, p. 65). Enquanto em 1967, 30,6% deste

---

<sup>141</sup> Em *A Mundialização do Capital*, o “capital produtivo” diz respeito muitas vezes também ao que, em estatísticas correntes, aparece como “serviços”. A exceção mais clara fica por conta das atividades financeiras (cujos atores mais relevantes seriam a manifestação contemporânea dos capitais monetários).

<sup>142</sup> Em *A Mundialização do Capital*, François Chesnais apresenta uma vasta quantidade de material estatístico e empírico. O autor vale-se imensamente do material produzido no âmbito do TEP-OCDE (1992 – comentado no primeiro capítulo), reproduzindo, em seu livro, diversos dados e figuras já apresentados no relatório do projeto e em outros artigos anteriores, aqui largamente referenciados. Embora com algumas informações dispersas em seus diferentes trabalhos, o material empírico mais completo e abrangente sobre a temática encontra-se, em primeiro lugar, no relatório TEP e, em segundo lugar, no livro *A Mundialização do Capital*.

total foi para países “em desenvolvimento”, esta participação caiu para 19,2%. Tanto no interior da percentagem restante que cabe aos países industrializados quanto dentro do grupo dos países subdesenvolvidos, o movimento foi intensamente concentrado (*ibidem*, p. 65–66). Durante a década, o comércio intra-tríade (Japão/EUA/Europa), embora com crescimento menos espetacular que os ligados ao IED (*ibidem*, 1992a, p. 4), subia sua participação no total mundial de 13% para 17% e as transferências tecnológicas, medidas em termos de quantidade de acordos de cooperação e de licença tiveram enorme concentração nos países mais avançados do interior da tríade (*ibidem*, 1996a, p. 67).

Assim, foram os investimentos inter-cruzados no interior da tríade, liderados por EUA, Japão e Alemanha, que foram as forças motrizes desse movimento. Os fluxos para a América Latina não alcançavam a mesma proporção, enquanto a África continuava isolada dos principais fluxos de IED, e a China (e alguns outros países do leste asiático) apenas começava a receber aportes mais significativos de investimento estrangeiro direto. Naturalmente, observando-se dados mais de perto de diferentes indústrias e países, padrões mais específicos poderiam ser observados (o Japão, por exemplo, recebeu comparativamente menor IED que EUA e Europa), mas a tendência geral permitia a Chesnais afirmar que a dimensão produtiva da “globalização” era bastante regionalizada no interior da tríade (*ibidem*, 1995, p. 76)<sup>143</sup>.

O fenômeno era o subproduto das estratégias das grandes empresas da tríade frente aos comentados desafios da década de 70. Dadas as diferentes formas de revalorização do capital produtivo, o IED resultante assumiria algumas formas distintas. Ia de diferentes modalidades de fusões e aquisições de firmas, passando por parcerias tecnológicas diversas e investimentos “*greenfield*”, até a aplicações financeiras de curto prazo mascaradas como investimento de longo prazo<sup>144</sup>. Entretanto, o processo não teve como marca central a criação de capacidade produtiva, visto que ao menos três quartos dos investimentos diretos entre países avançados “tinham por objeto a aquisição e a fusão de empresas já existentes, ou seja, tratava-se de *uma mudança de propriedade do capital* e não de uma criação de novos meios de produção” (*ibidem*, p. 9). A concentração de capitais a nível internacional não prescindiu de formas clássicas para a

---

<sup>143</sup> Trata-se de uma afirmação contrária, por exemplo, algumas interpretações de grande influência na OCDE, como a relativa às “indústrias globais” a partir de Michael Porter.

<sup>144</sup> Seria central o IED também na internacionalização do capital monetário.

recuperação da margem de lucro. As aquisições e fusões de diferentes firmas no espaço intra-triádico muitas vezes tiveram como corolário o fechamento de fábricas em algumas das regiões, concentrando a produção em localidades de menor custo de produção e permitindo um aumento da escala produtiva e a diminuição dos números de concorrentes (*ibidem*, p. 9–10; 1996a, p. 129–137).

É também particular da nova fase do capitalismo, que as empresas multinacionais se valem de seu poder de seletividade das diferenças salariais (bem como de outros insumos à produção) para elaborar suas estratégias de “racionalização da produção” de forma *integrada* e centralizada tendo vista a economia mundial (ao invés da maior autonomia das múltiplas estratégias de mandato regionalizado). Chesnais demonstra que, ao observar o fenômeno pela ótica de alguns dos principais indicadores de concentração industriais classicamente utilizados, o processo, no plano internacional, levaria a estruturas de oferta de diferentes indústrias a índices de concentração produtiva que a literatura industrial havia caracterizado como “oligopólio” (*ibidem*, 1992a, p. 6; 1996a, p. 95–97). Os casos eram particularmente graves em indústrias-chave, tanto do novo paradigma tecnológico ligados às TICs, quanto de indústrias que foram marca da era fordista (como a automobilística).

O processo de enxugamento dos custos de produção sob as novas condições tecnológicas, segundo Chesnais, atingia tanto as decisões de localidade quanto de quantidade de mão-de-obra empregada. Tratava-se, em verdade, de fenômenos interligados. Os novos métodos de produção internacionalmente integrada permitiam a melhor coordenação intra-empresa (multinacional) tanto entre a produção de insumos intermediários e produto final, quanto da produção final com as condições de estoque e demanda dos seus mercados de atuação. O paradigma organizacional de *lean production*, isto é, “sem gorduras de pessoal”, e a gestão de estoques *Just-in-time* tornaram-se, sob inspiração dos *keyretsu* japoneses, uma das principais formas de redução de custos de produção (*ibidem*, 1996a, p. 35). Como ficaria claro no caso das indústrias mecânicas e elétricas, que teriam sido objetos de estudo mais sistemáticos pela literatura industrial e institucionalista então em voga, os custos com mão-de-obra de média e baixa-qualificação na produção cairiam sensivelmente. Nestas indústrias, teriam sido reduzidas, em média, de 25% dos custos totais de produção na década de 70 para aproximadamente 10% na entrada dos anos 90 (*ibidem*, p. 130).

À época, os padrões de localização industrial na década de 80 e início de 90 levaram Chesnais a argumentar que tal redução, conjuntamente com as economias de especialização produtiva (*ibidem*, p. 131–135), faria com que aumentasse o viés de proximidade da decisão da localização da produção em relação aos mercados consumidores. Isto é, as regiões próximas aos centros da tríade, como México (para os EUA) e a periferia europeia (para o centro europeu), seriam privilegiadas nas estratégias de racionalização produtiva das multinacionais, em detrimento de países mais distantes (como os da América Latina).

A segunda grande expressão das estratégias do capital produtivo da tríade frente à diminuição da taxa de lucro do alto capital estadunidense da década de 70 diz respeito às suas estratégias tecnológicas. Os custos relacionados à pesquisa tecnológica, ao contrário dos relacionados à mão-de-obra de média e baixa-qualificação, cresciam exponencialmente, e as estratégias relacionadas à tecnologia passariam a ser de grande impacto sobre a lucratividade do capital<sup>145</sup>. Para Chesnais, as mudanças que impõem as novas condições tecnológicas fazem dos acordos de cooperação e aliança tecnológica um meio central de compartilhamento de custos, riscos e de acesso aos recursos complementares e insumos tecnológicos variados à estratégia produtivo-tecnológica empresarial.

Enquanto diversos analistas faziam investigações isoladas de uma ou outra forma de transferência tecnológica, Chesnais era um dos poucos economistas que buscava entender as diferentes instituições de produção e difusão internacional da tecnologia dentro de um movimento geral. Isto é, onde quer que as organizações multinacionais vissem possibilidade de apropriação de ativos intangíveis necessários à sua agenda produtivo-tecnológica, ela se modelava organizacionalmente e buscava mudanças e formas institucionais para poder valer-se de tais insumos tecnológicos. Foi durante os anos 80, por exemplo, que as grandes companhias estadunidenses conseguiram começar a colocar crescente parte de universidades e laboratórios públicos sob sua agenda de pesquisa, socializando internamente aos EUA os custos de

---

<sup>145</sup> Tal mudança se dá em função das razões exploradas na seção do capítulo 1, referente ao subperíodo 1985-1992. Estas são reproduzidas integralmente em *A Mundialização do Capital* (CHESNAIS, 1996a, p. 142–144). Para dar uma dimensão da importância dos valores envolvidos no movimento, vale notar que tal característica se projeta fortemente para os dias atuais: a pesquisa, produção e uso para o novo e já contestado caça da *U.S. Forces* (F35) possuem custos totais estimados que giram entre US\$ 400 bilhões e a mais de US\$ 1 trilhão - estimativas que variam grandemente a depender da técnica de redesconto utilizada (HEBERT, 2011). Tais exorbitantes custos estão gerando enorme controvérsia nos EUA e estariam ligados a problemas relacionados, principalmente, à fase de P&D.

construção dos ativos intangíveis, ao mesmo tempo em que extrai, a partir dos mesmos, lucros privados. A legislação estadunidense “Bayh-Dole”, que serviria de referência para diversas transformações mundiais das institucionalidades universitárias, foi um passo decisivo nessa direção. Assim, as agendas de pesquisa científico-tecnológicas passariam a contar tanto com “fontes internas” quanto com “fontes externas” (à firma), dentro do SNI de onde dada multinacional é originária ou não.

O movimento, podendo ser entendido como “*global sourcing*” (CHESNAIS, 1992b) ou como a dimensão da pesquisa tecnológica da “estratégia tecno-financeira” da firma (*ibidem*, 1996a), a partir dos anos 70, tomou proporções globais. Podemos comentar, anteriormente, que o novo modelo organizacional das multinacionais (em empresa-rede) colocou-se em condições de centralizar uma agenda de pesquisa científico-tecnológica relativa à estratégia mundial da multinacional. O fato de haver uma estratégia tecnológica sob coordenação centralizada *não* significaria, como muitos supuseram, que o processo se resumisse à construção de um grande laboratório no país de origem da multinacional. No caso de “países pequenos”, importante distinção para Chesnais (1992b, 1996a, p. 149–152), a diminitude do mercado doméstico, por poder ser condicionante central do aprendizado através das relações “usuário-produtor” (LUNDVALL, 1992), pode, por vezes, até pressionar a multinacional por estabelecer o laboratório principal fora do país originário. Mas o processo geral (ligados a países grandes e pequenos) empenharia, sim, uma reorganização de laboratórios no exterior, com fechamentos de partes consideradas redundantes e com a reorganização dos laboratórios internacionais para que pudessem compor parte da divisão de tarefas da pesquisa científico-tecnológica.

Embora houvesse exceções (em geral ligadas a multinacionais de “países pequenos”), os laboratórios no exterior costumavam estruturar-se como “laboratórios integrados internacionalmente”, de forma que pudessem valer-se, sob supervisão centralizada, da pesquisa científico-tecnológica que acessam os diferentes laboratórios coligados (CHESNAIS, 1992b; 1996a, p. 149–152). Mesmo quando houvesse a necessidade de pesquisas semi-autônomas, seja devido às especificidades setoriais ou do mercado regionalizado, a transferência de conhecimentos internas à organização multinacional poderia servir de ponto de partida ao atendimento tecnológico requisitados por tais particularidades.

Ainda assim, nenhuma multinacional se encontrava capaz, independente, de construir ou acessar a ampla gama de conhecimentos necessários para fazer frente à competição oligopólica. Parte significativa do IED desse período correspondia às diferentes formas encontradas pelas multinacionais para operar sua estratégia de *global sourcing*. O IED, assim, por vezes era a contrapartida da aquisição de pequenas e médias firmas de alta intensidade tecnológica e de caráter estratégico central (*ibidem*, 1996a, p. 153), por vezes se manifestava como contrapartida das “parcerias estratégicas” ou como parte de uma *joint-venture*. As relações inter-firmas, tais como com outros entes de pesquisa e desenvolvimento dos SNI, foram concebidos como:

as an instrument of external technological sourcing where large firms build on the strength of their in-house corporate R&D and choose alternative routes for sourcing complementary technology in the course of which they establish what are basically alternative forms of hierarchical relationships with smaller and weaker firms or organizations<sup>146</sup> (*ibidem*, 1996c, p. 29).

Ainda que estatísticas sobre transferência tecnológica sejam de difícil construção, o trabalho de Chesnais na OCDE, no “*Department for science, technology and industry*”, permitiu-lhe acessar e coletar uma ampla evidência empírico-material para sustentar suas teses (OCDE, 1992). Em *A Mundialização do Capital*, François Chesnais faz uma síntese das múltiplas formas que, a princípio, podem assumir as relações das multinacionais com os diferentes entes dos SNIs. As seguintes estão diretamente ligadas como contrapartidas do IED (CHESNAIS, 1996a, p. 148): i) unidades de P&D nas filiais; laboratórios filiados, criados ou integrados pelas aquisições/fusões (produção privada da tecnologia, em base multinacional); e ii) acordos tecnológicos com universidades ou com pequenas e médias empresas estrangeiras (aquisição da tecnologia no exterior, por compra ou por relações assimétricas).

Adicionalmente, outras podem estar indiretamente ligadas ao IED, pois, muitas vezes, a propriedade de estrutura e redes de pesquisadores em SNIs externos aos originalmente ligados a uma determinada multinacional são pré-condições para o acesso aos ativos intangíveis que interessam à mesma. São eles: i) compra de patentes,

---

<sup>146</sup> “Como um instrumento de aquisição externa de tecnologia, onde grandes firmas, montadas sobre a força de seu P&D corporativo interno, escolhem rotas alternativas como fontes complementares de tecnologia, no curso do que estabelecem o que seria, basicamente, formas alternativas de relações hierárquicas com firmas e organizações menores e mais fracas.” (tradução livre)

aquisição de licenças e de *know-how* industrial (diversas modalidades de acompanhamento tecnológico/aquisição da tecnologia no exterior); ii) intercâmbio entre laboratórios, trabalhos conjuntos, intercâmbio informal (intercâmbio cruzado de conhecimentos e tecnologias com o exterior, por colaboração, parceira e intercâmbio paritário); iii) alianças estratégicas de tecnologia com outras multinacionais (intercâmbio cruzado de conhecimentos e tecnologias com o exterior, por colaboração, parceira e intercâmbio paritário). Além do *sourcing* científico-tecnológico, a presença no exterior pode ser condição necessária seja para a proteção dos conhecimentos das inovações no exterior (através de depósitos de patentes, por exemplo), seja para a valorização do seu capital tecnológico (como venda de patentes, cessão de direitos, produção, vendas e como plataforma de exportação).

Embora François Chesnais também ressalte a importância que outros fatores ligados às estratégias de rivalidade oligopólica podem ter para a explicação do fenômeno, a síntese da estratégia de *global sourcing* serve para explicar os padrões de IED que cabem ao capital produtivo na construção da mundialização do capital. Os investimentos-cruzados dos países centrais à tríade – e não entre outros países – encontraram aí, nesta época, parte central de sua fundação. Os investimentos cruzados das multinacionais eram parte da tentativa de absorver para si, a menores custos possíveis e sob as melhores condições de apropriabilidade, os ativos intangíveis/complementares não disponíveis internamente ou em seus respectivos SNIs. O exorbitante fluxo de IED do Japão e da Europa para os EUA era parte do interesse das multinacionais de ambos os países de possuírem uma janela de acesso à intensa e ampla base de conhecimentos científicos disponíveis nos EUA. Também as multinacionais dos EUA (notadamente da indústria farmacêutica e da informática) projetavam-se à Europa, com o interesse “de se colocarem em contato com os potenciais científicos europeus em biologia molecular ou em ciências matemáticas”<sup>147</sup> (CHESNAIS, 1996a, p. 152). Chesnais apresenta sinteticamente parte do sentido de tais movimentos nas relações intra-capitais, entre capitais e estados, e entre capitais e SNIs na era da mundialização do capital:

---

<sup>147</sup> Em outro momento de sua pesquisa, Chesnais e Sauviat (2005) também ressaltam que o SNI estadunidense pôde absorver potencial científico e tecnológico de outros países a partir do processo conhecido como *brain drain* (atração de cérebros), permitido pelas peculiaridades e pujança do SNI estadunidense. Tal movimento constitui-se fator também relevante à “competitividade sistêmica” (ver capítulo 1).

Tais operações devem ser vistas tomando em consideração as atividades de acompanhamento tecnológico e de aquisição de insumos especializados (conhecimentos científicos abstratos, bem como tecnologias complementares já testadas) junto às universidades, centros de pesquisa públicos e pequenas firmas de alta tecnologia (...). São elas que asseguram a ‘internalização das externalidades’ no campo da P&D, ou, de forma mais crua, a ‘sucção’ de tecnologias (...). Mesmo quando não toma a forma de ‘roubo’, essa internalização pode se dar mediante contratos de cooperação tecnológica ‘leoninos’ (...) (*ibidem*, p. 153).

O *global sourcing* (*ibidem*, 1992 b/c) das multinacionais estruturaria os traços mais marcantes da “internacionalização tecnológica”, transformando as multinacionais nas únicas organizações constituídas, hoje, atuando em todos os campos da internacionalização tecnológica (*ibidem*, 1996a, p. 146–149). Chesnais usa a categoria “aliança estratégica” para designar especificamente “os acordos de cooperação relativos à tecnologia, constituídos entre os grandes grupos, dentro dos oligopólios”, que assumem a forma de redes em processo de adensamento na década de 80 (*ibidem*, p. 167). A centralidade que passa a impor à tecnologia, em termos de custos e diferencial competitivo, traz particularidades às relações constituídas entre as multinacionais da tríade (e, por consequência, também seus SNIs e estados). A tecnologia – e, por extensão, as redes locais e internacionais de conhecimento e pesquisa – passam a ser parte central, ainda que com particularidades, da própria noção de oligopólio e *capital* (*ibidem*, 1985, p. 35 e p. 40-42; 1992a, p. 20–24; 1996c, p. 23; a). O oligopólio, constituído como espaço de cooperação e rivalidade<sup>148</sup> entre os grupos industriais, tem nos ativos tecnológicos sua dimensão central de cooperação. Os ativos intangíveis, centrais ou complementares às multinacionais, passam, assim, a ser parte tão relevante quanto às “fusões e aquisições” para fazer o “acimentamento” de um capital produtivo triádico e para dar o “direito a participar na repartição dos lucros” (*ibidem*, 1985, p. 41). Se bem haja disputas internas relevantes entre suas frações de capital, passam a se apresentar como bloco conjunto que se antepõe aos capitais fora da tríade.

Para Chesnais, a construção da aliança intra-triádica, sob o espaço do “oligopólio mundial”, é um dos mais relevantes fenômenos da era da mundialização do capital. Elas comprometiam os grupos relacionados numa determinada agenda de

---

<sup>148</sup> “The referred alliances, shaped both by technological agreements and by mergers & fusions & acquisitions, shouldn’t be understood as harmonic, though. They do constitute themselves as a building of many kinds of barriers to entry and to exit of many outside competitors, there’s recognition of their shared interests. There’s also a mutual dependence of the world markets. But there’s also a fierce competition among their actors”.

pesquisa, ensejando trajetórias tecnológicas estruturadas a partir de ativos intangíveis dificilmente acessíveis por competidores potenciais de fora do oligopólio em questão. Isso levaria Chesnais a argumentar que a construção de ativos intangíveis inacessíveis por parte de competidores potenciais devesse ser considerada a mais importante “barreira à entrada” do capitalismo contemporâneo. Seus custos, riscos e tempo para maturação, relativos às pesquisas compartilhadas, seriam astronômicos e de forte caráter específico e ilíquido. Sob o imperativo de valorização de seus ativos intangíveis, tal situação exerceria forte pressão de comprometimento dos entes internos ao oligopólio com a continuidade das agendas de pesquisas em direções específicas, independente de seus efeitos socioeconômicos e criando o que diversos economistas da tecnologia chamariam de “efeitos de aprisionamento” (“*lock-in effects*”).

As multinacionais inseridas nesta estrutura oligopólica pressionariam seus respectivos aparatos estatais para impedir que potenciais competidores possam acessar estes ativos intangíveis ou desenvolver agendas de pesquisa e trajetórias tecnológicas alternativas. Neste sentido, por exemplo, o acordo TRIPS, assinado em 1994 como decorrência da rodada do Uruguai, foi um marco na construção de barreiras não-alfandegárias, impondo forte proteção à propriedade intelectual dos países do centro do capitalismo. Ao mesmo tempo, as “normas de antecedência”, que padroniza critérios técnicos de produção sob os quais se desenvolvem rotas tecnológicas e mercados, passam a ser partes importantes da centralidade da barreira à entrada de competidores potenciais. A IBM, por exemplo, “conseguiu obter o reconhecimento *de facto* das suas próprias normas entre os produtos ‘compatíveis com IBM’ e outros” (*ibidem*, 1996a, p. 175).

Argumentamos que a leitura da obra *A Mundialização do Capital* ganha em inteligibilidade se compreendida como representativa de um momento-síntese de uma longa trajetória de pesquisa também sobre a internacionalização produtiva. Chesnais procurou apreender dos seus estudos sobre indústria e tecnologia no âmbito da OCDE características da assim chamada “globalização produtiva” com a estrutura teórico-analítica advinda do debate sobre a “internacionalização do capital”. Procurou, em grande medida, materializar e fornecer as mediações necessárias à apreensão da indústria e da tecnologia na nova fase da economia mundial.

De acordo com a análise aqui sintetizada, a forma através da qual o grande capital produtivo dos EUA lidou com a pressão sobre sua taxa de lucro moldou um

padrão internacional de valorização do capital produtivo, através da reorganização das estruturas produtivas e tecnológicas num espaço intra-triádico. François Chesnais vinha sustentando a ideia de que a evolução dos padrões comerciais estava se subordinando à evolução dos padrões de investimento estrangeiro direto. Em época marcada pelo baixo crescimento econômico nas economias capitalistas, o comércio dificilmente poderia representar um campo autônomo da internacionalização do capital. Tal como visto no capítulo 1, o paradigma organizacional de “empresas-rede” materializa o movimento de reorganização do capital produtivo.

Ademais de formas clássicas de concentração e centralização de capital a nível internacional, Chesnais está chamando a atenção de que a internacionalização tecnológica é uma das principais soluções intra-triádicas à crise da taxa de lucro dos anos 70. As problemáticas próprias às agendas de pesquisa, desenvolvimento e inovação passam a tornar parte central do componente estratégico das empresas multinacionais. Isto se coloca tanto pela viabilização de colocar a economia mundial como horizonte estratégico de renovadas formas de valorização do capital, quanto pela perscruta, específica a esta fase histórica, de ativos intangíveis dos Sistemas Nacionais de Inovação, como parte central das estratégias competitivas e de valorização de capital em si. Expressando parte aproximada da internacionalização produtiva, o investimento estrangeiro direto intra-triádico aumenta substancialmente a partir dos anos 80. Se bem tenha tido certo crescimento nos EUA e Japão que permitissem a valorização do capital pela via da perscruta por novos mercados em crescimento, o IED vinha acompanhado de uma tentativa de internalizar os ganhos excedentários da cadeia de valor para dentro da estrutura das frações de capital de que fazia parte. Neste ínterim, por exemplo, insumos estratégicos (ativos intangíveis), comércio intra-companhia e para parceiros coligados substituiriam, através de diferentes mecanismos, os *linkages* industriais previamente existentes.

É por isso que o IED supera o comércio em todos os rankings medidores da integração internacional, e é analisado em diversas obras (sendo *A Mundialização do Capital* a mais representativa) em grande medida, de forma subsidiária aos padrões de IED e as relacionadas alianças tecnológicas e produtivas. Recuperando a noção de “hierarquia” invocada por Chesnais, são por estas razões que a internacionalização do capital produtivo estava hierarquicamente acima da internacionalização do capital comercial na era da “Mundialização” e é também, determinante da “polarização

induzida do comércio e dos fluxos de tecnologia” (CHESNAIS, 1996a, p. 67). A internacionalização do capital produtivo e sua dimensão tecnológica jogariam, assim, papel central nas diferentes modalidades de polarização e hierarquização que constituiriam as marcas da era da mundialização do capital.

### 3.2.2. Capital Financeiro, Distribuição e Crescimento

Antes de se tornar conhecido como autor de grande contribuição para a compreensão dos regimes de acumulação sob dominância financeira (*ibidem*, 1996b, 2002, 2006; CHESNAIS E SAUVIAT, 2005), a pesquisa de Chesnais, especificamente sobre o campo das finanças e moeda, tinha, até 1985, como referências básicas Marx, Keynes, Minsky, Dillard, Suzanne de Brunhoff e Schumpeter (CHESNAIS, 1985, p. 72). Nesta subseção, procuraremos mostrar o que faz François Chesnais afirmar que faz o capital monetário, durante a era da mundialização do capital, exercer forte punção distributiva dos países da periferia capitalista para os capitais financeiros dos países da tríade e, em particular, para o capital monetário dos EUA (*ibidem*, 1996a, p. 239). Estamos a princípio focados, portanto, na dimensão *analítica* da obra do autor e, muito embora façamos algumas notas a respeito do posicionamento político que atravessa seu trabalho, restringimos estas até o ponto em que consideramos suficientes a deixar em evidência a dimensão analítica interna à obra do autor.

Para isso, precisaremos mostrar porque, para o autor, a despeito do fato de que “a esfera financeira representa o posto mais avançado do movimento de mundialização do capital” (*ibidem*, 1996a, p. 239), a “autonomia do setor financeiro nunca pode ser senão uma autonomia *relativa*” (*ibidem*, p. 241 - grifos do autor). Ao longo desta subseção, procuraremos mostrar porque essa contradição que enuncia Chesnais é apenas aparente. A expansão própria e autônoma do capital monetário teria, como expressão limite, as crises financeiras – mas as formas como estas se solucionam sempre incidem, de uma maneira ou de outra, sobre o processo de produção, realização e distribuição de valor. Diferentemente do que ocorre a partir da crise de 1929, o estado passa a solucionar as crises financeiras de forma a garantir que o processo de valorização do capital monetário avance. A assunção das dívidas do capital monetário, por parte dos estados, impediria a “eutanasia do rentista” e garantiria, através do estado, as punções de valor real de classes e países menos favorecidos em direção ao capital financeiro

triádico e estadunidense. Ademais à parte das crises mencionadas, no seio do “capital financeiro”, o capital monetário passa a exercer também punção distributiva frente ao capital produtivo que procura, de forma parcialmente bem sucedida, repassar o ônus à classe trabalhadora e aos estados.

Refletindo o menor papel que ocupava o tema até 1992 na pesquisa de Chesnais, no capítulo 1, dedicamos pouco espaço à dimensão das finanças em sua obra. O autor, embora sempre atento à evolução de como intervém tal problemática na economia mundial (CHESNAIS, 1984, 1985; CHESNAIS E DAUBERNY, 1980), passou a tê-la como fio condutor de sua pesquisa apenas a partir de sua saída da OCDE. A edição brasileira do livro *A Mundialização do Capital* consiste, em si mesmo, como a maior exploração, até então, sobre o capital monetário e o capital financeiro. Também é a primeira vez, como é também para o caso do capital produtivo, que ele se encontra em posição de fazer uma análise integrada de tais elementos para conformação das características da nova fase do capitalismo. Ainda assim, isso não significa dizer, de forma alguma, que a obra em questão seja independente da pesquisa prévia que Chesnais acumulou sobre a temática. Alguns dos trabalhos mais relevantes sobre o tema puderam ser recuperados e disponibilizados para nossa análise no decurso da construção da tese que ora se apresenta. Tais obras nos dão pistas do caminho de pesquisa empreendido por François Chesnais, fornecendo às teses centrais da obra *A Mundialização do Capital* renovada inteligibilidade.

Chesnais, que sempre teve contato com movimentos sociais da América Latina, no início da década de 80, vinha fortalecendo seus laços com a pesquisa da UNICAMP no Brasil, através, principalmente, da participação de seminários e colóquios (CASSIOLATO ET AL., 2014). Pôde, assim, acompanhar os desdobramentos da crise da dívida brasileira, conjuntamente com as recomendações do FMI de políticas de austeridade. Publicaria, na França, um artigo na revista *Tiers-Monde*, em 1984, intitulado “*Quelques remarques sur le contexte mondial de la dette des pays en développement et la nature du capital prêté*”<sup>149</sup>. Antes de se tornar célebre por suas contribuições sobre “internacionalização financeira” (CHESNAIS, 1996a) e o “regime de acumulação financeirizado” (*ibidem*, 1996b, 2002; CHESNAIS E SAUVIAT, 2005), o autor apresentava-se como um “não especialista” na área (CHESNAIS, 1985, p. 73).

---

<sup>149</sup> Em tradução livre: “Alguns comentários sobre o contexto mundial da dívida dos países em desenvolvimento e a natureza do capital emprestado”.

Já considerava, entretanto, que poderia apontar contribuição relevante ao tema, partindo da análise integrada da situação financeira de diferentes países - rotineiramente analisados de maneira isolada do resto do mundo.

Se seu plano de análise era, também no campo do capital monetário, a “Economia Mundial” (*ibidem*), seu ponto de partida teórico parte da compreensão das “finanças” como uma indústria (*ibidem*, 1996a, p. 240–241). Isto é, a atividade financeira seria, em si, um centro de formação de lucros e não, como muitos implicitamente supunham, um mercado cuja razão-de-ser é o financiamento da atividade de produção e circulação (aqui usadas em sentido amplo, fazendo referência, também, ao financiamento do Estado e das fusões e aquisições do capital produtivo). O sistema financeiro não seria, apenas, um “facilitador de trocas”. Isso não significaria dizer, é claro, que o financiamento das atividades de produção e circulação não pudesse ser, a princípio, um mercado passível de exploração e lucratividade por parte do capital monetário. Significava dizer, sim, que esta era *uma* forma entre tantas outras possíveis para a valorização do capital monetário (que, na era da mundialização do capital se manifestaria nas “finanças”).

A indústria financeira, igualmente sujeita a uma concorrência entre diferentes frações de capital, procuraria se valer de todas as formas disponíveis para valorizar a si mesma, independente dos efeitos indiretos sobre o corpo econômico-social que poderia gerar. Há, entretanto, uma particularidade no que toca aos efeitos indiretos da indústria financeira, ligada à influência de suas atividades nas variáveis macroeconômicas e distributivas. Em *A Mundialização do Capital*, François Chesnais investiga quais as mais importantes formas que o capital monetário encontra para valorizar-se na nova fase do capitalismo, bem como suas implicações macroeconômicas para a conformação das novas características da “Economia Mundial”.

O processo de transformação da economia mundial para a era da mundialização do capital, no plano financeiro, teria lugar já no fim da década de 60. A internacionalização bancária estadunidense, rumo à City Londrina, teve como precedente fundamental a estratégia dos próprios bancos londrinos para operar as contas das multinacionais americanas na Europa (CHESNAIS, 1996a, p. 252–253). Estes, já desde o início da década de 50, passam a oferecer como atrativo às multinacionais a operação em *dólar* de suas contas. No fim dos anos 60, em um momento em que a libra esterlina via-se pressionada a desvalorizar-se frente ao ouro e os EUA ainda operavam à

paridade fixa o padrão dólar-ouro, tal serviço financeiro tinha particular atratividade. O sucesso e explosão do assim chamado mercado de “euro-dólares” no fim dos anos 60 logo atrairia a competição bancária estadunidense na City Londrina. O mercado, que movimentava aproximadamente 4,5 bilhões de dólares em 1960, chegaria a 160 bilhões de dólares em 1973, constituindo-se, essencialmente, como um mercado interbancário “dominado pelo oligopólio de uns cinquenta dos maiores bancos dos países da Tríade” (*ibidem*, p. 253–255). Esta estratégia de valorização do capital monetário através da criação “autônoma” de crédito seria permitida pelos “multiplicadores bancários”:

Com efeito, entre 1964 e 1968, o tamanho do mercado de eurodólares aumentou em 35 bilhões de dólares, ao passo que, no mesmo período, os déficits acumulados dos EUA, que vinham alimentá-lo com recursos novos, aumentaram apenas para 9 bilhões de dólares. A diferença está relacionada à existência de um multiplicador de criação de crédito, baseado nas longas e imbricadas cadeias de operações, bem como na pirâmide de créditos e dívidas que ia sendo montada, graças ao caráter interbancário do mercado e à ausência de reserva obrigatória e de mecanismos de controle<sup>150</sup> (*ibidem*, p. 255).

A internacionalização do capital monetário estadunidense para a City Londrina, através da criação de ativos financeiros denominados em dólar exerceria, como contrapartida macroeconômica, forte pressão na própria paridade ouro-dólar (e, por extensão, ao dólar sob o padrão vigente de então), encaminhando a desarticulação do sistema de Bretton Woods finalizada em 1973. Chesnais, instigado desde o início dos anos 80 com os rumos da crise financeira na América Latina (CHESNAIS, 1984), investiga as implicações do novo *momentum* deste período para a região, que iria do início da década de 70 até o Choque de Volcker. Destaca, em relação a essa fase, a internacionalização do capital monetário do centro para a América Latina (ao invés de dos EUA para a City Londrina). Desta vez, entretanto, a criação de crédito através do multiplicador bancário passa a ter como base sobre a qual opera o multiplicador, não mais apenas os déficits orçamentários estadunidenses, mas também a ascensão dos petrodólares.

---

<sup>150</sup> De forma convergente, em outra passagem, Chesnais coloca: “Para os bancos, a montagem dos empréstimos concedidos estava diretamente ligada ao funcionamento do multiplicador. Tratava-se de componentes de um balanço complexo, feito de muitas contas a pagar e a receber; de uma criação convencional, para não dizer fictícia, de liquidez, destinada a garantir a entrada de lucros bancários” (CHESNAIS, 1996a, p. 256). Embora a expressão “capital fictício” seja desenvolvida plenamente apenas mais tarde na obra de Chesnais (2006), o autor já a utiliza, de forma incipiente, pelo menos desde o início da década de 80 (*ibidem*, 1984, p. 527).

Durante a década de 80, em meio às negociações de ajustes estruturais impostas pelo FMI à América Latina, Chesnais considerava importante denunciar que esta “economia do endividamento”, que tinha como agentes, nas duas pontas de negociação dos produtos financeiros, os atores privados da América Latina e do centro (EUA, em particular) (*ibidem*, p. 518–519), era parte da estratégia de valorização do capital monetário dos países do centro do capitalismo. As dívidas do terceiro mundo, em geral, e da América Latina em particular, não eram independentes da criação de liquidez no centro do capitalismo e da enorme lucratividade que vinham conseguindo os operadores financeiros nas praças latinas. A suposta “irresponsabilidade” latina, que atribuía o FMI como “causa” da crise da dívida da América Latina, também teria sua ponta nos países do centro do capitalismo. Mostrava, ainda, que se tratava de uma operação entre capitais privados e, considerava Chesnais, quaisquer “ajustes” a serem tomados não “deveriam” se valer do estado para impor mecanismos de socialização dos custos através da diminuição do emprego e de punções sobre a renda dos trabalhadores<sup>151</sup>.

Entretanto, através do estado dos EUA (notadamente, o FED), vinha se viabilizando no capitalismo renovadas formas de valorização do capital monetário, com severas implicações macroeconômicas e distributivas, tanto no plano nacional, quanto no plano da economia mundial. O aumento do endividamento do estado estadunidense, ligado ao modelo de financiamento da guerra do Vietnã e, depois, nos anos 80, da doutrina militarista de Reagan, gera um enorme mercado sobre o qual se valoriza o capital monetário triádico nos anos 70 e 80. Ao mesmo tempo, ao longo dos anos 70, o FED passa a centralizar os mecanismos de supervisão e gestão da liquidez, exercendo a função de emprestador de última instância dos bancos que, porventura, vissem-se financeiramente fragilizados. As posições assumidas por esses mesmos bancos na América Latina, por mais arriscadas que fossem, poderiam contar com operações de salvamento e resgate por parte do FED (*ibidem*).

---

<sup>151</sup> Posto que, muitas vezes, as leituras sobre o autor, notadamente no campo das finanças, têm experimentado certa dificuldade de ir além da prática política do autor, ressaltamos a importância de deixar em evidência a dimensão *analítica* da obra de François Chesnais. Entretanto, a pesquisa do autor não se propõe à neutralidade e é parte, em si mesma, de sua militância política em favor das classes e países marginalizados. Uma das formas com que o autor encontrou para lidar com a não neutralidade das pesquisas da política envolveu, muitas vezes, um juízo aberto sobre as implicações políticas e as acusações morais dos proponentes liberais com que se propôs a dialogar. Durante a década de 80, tal pretensão assumia a forma de combate aos “agentes da globalização”, e o mesmo vale para a “globalização financeira”. É importante lembrar a este ponto, como fazia então o próprio autor (CHESNAIS, 1984, p. 517), que a acusação de “irresponsabilidade” sobre os governos e estados da América Latina já era nesta época, como é até hoje, parte central da argumentação *ideológica* neoliberal sobre suas respectivas situações de endividamento.

Para Chesnais, tal mecanismo poderia impedir a desvalorização do capital monetário, mesmo que criado autônomo e ficticiamente (isto é, sem contar com valores advindos, em última instância, na produção e circulação). Ao longo do tempo, tal mecanismo poderia se transformar não apenas em um impeditivo à desvalorização do capital monetário, mas também em um próprio elo de valorização próprio. Tratava-se da nova forma de gestão das crises por parte do FED: a “validação” das dívidas bancárias “podres” por parte do estado, permitida pelas suas próprias fontes de financiamento (que combinaria, nos anos 80, atração de capitais de curto prazo do resto do mundo e aumento regressivo da tributação, apenas parcialmente sustentadas por algum crescimento econômico “real”) poderia, ao longo do tempo, se transformar numa punção de valor real por parte do capital monetário sobre os demais atores sociais financiadores do estado dos EUA (*ibidem*; 1985, p. 75–76). A doutrina do “*too big to fail*”, afirmada durante o salvamento do banco Continental Illinois em 1984, assentaria esta prática que, ao longo do tempo, teria efeitos deletérios em termos de endividamento do estado americano e de distribuição (*ibidem*, p. 75).

O crescimento do poder de extração de valor por parte do capital monetário, ao se valer do poder exercido através do FED de Paul Volcker e da doutrina liberal de Friedman-Reagan, projeta-se também sobre os países de fora da tríade. O caráter *inter-temporal* (“ao longo do tempo”), aqui destacado, de punções “reais” de valor por parte do capital monetário sob tutela do FED estendia-se aos países da periferia. Sob efeitos da crise da dívida, a pressão econômica, política e ideológica orquestrada a partir do centro assumiria a forma de programas de contenção de gastos, aumentos da tributação, reformas institucionais liberais, privatização e demais formas que representariam, para Chesnais, uma punção de valor real dos países e classes mais desfavorecidos em favor do capital monetário sob tutela do FED. Chesnais pensava em termos de acumulação de capital (monetário) de longo prazo e que, ao longo do tempo, não seria independente da geração de valor “produtivo”. A seguinte passagem ilustra a materialidade concreta da noção intertemporal abstrata com que trabalhava o autor:

Entre 1980 e 1983, houve primeiro uma diminuição brutal das entradas líquidas de créditos privados para os países em desenvolvimento, que passaram de 26 a 1,6 bilhão de dólares. Depois, a partir de 1984, o fluxo simplesmente passou a correr em sentido contrário, tornando-se uma transferência líquida de 25 bilhões de dólares aos bancos credores (...). A dolarização das economias devedoras (...), bem como a colocação à venda de setores inteiros da economia, como na Argentina, são consequências diretas do endividamento e dos meios empregados para garantir o pagamento dos juros (*ibidem*, 1996a, p. 256–257).

Desde os anos 70, um dos mecanismos centrais à valorização do capital monetário está relacionado à punção que exerce através dos mercados de câmbio. Para Chesnais, este é o mercado de maior utilização pelos grupos financeiros para obter lucros financeiros puros, isto é, sem fazer o circuito completo D-M-D'. O mercado de câmbio estaria mesmo à frente, em termos de volume e espaço de valorização “especulativa”, do gigantesco e em crescimento mercado de títulos públicos. O mercado, já em 1992, movimentava, em média, 1,3 trilhões de dólares por dia. Referindo-se a dados dos anos 80 – que mostram que o crescimento anual percentual das transações dos mercados de câmbio superou em muito o crescimento do PIB, dos fluxos de IED e do comércio dos países da OCDE –, Chesnais (1996a, p. 244 - grifos do autor) coloca que “estima-se que o montante das transações vinculadas ao comércio internacional de mercadorias representaria *apenas* 3% do montante das transações diárias nos mercados de câmbio”.

O caráter especulativo que Chesnais atribui às atividades financeiras no mercado (a transformação D-D') não resulta, entretanto, estritamente de seu volume. O autor reconhece a dificuldade de precisar a separação do que dá suporte à produção e circulação real do que é lucro estritamente financeiro e que significaria, de uma forma ou de outra, uma “punção de valor real” sobre outros atores sociais. Mas Chesnais contesta, sim, os argumentos que atribuem funcionalidade à produção e circulação real oferecidas pelos serviços em torno do mercado de câmbio. Haveria um número extremamente concentrado de atores que agem no mercado financeiro que mobilizam diretamente recursos da ordem de 43% das transações financeiras de Londres e 40% em NY – segundo o “FMI (...) 30 a 50 bancos (e um punhado de corretora de títulos) manejam o mercado de câmbio das principais divisas” (*ibidem*, p. 288). Os investidores institucionais estavam em crescimento, notadamente nos EUA, e na década de 90 já detinham carteiras grandes em títulos estrangeiros (fundos de pensão = US\$ 125 bilhões; fundos mútuos = US\$ 90 bilhões) (*ibidem*, p. 289). Atores como os *Hedge Funds* encontravam-se capazes de apostar contra moedas debilitadas e mobilizar, seja diretamente (dado o nível de concentração), seja por efeito indireto, valores muito superiores aos que os Bancos Centrais conseguiriam mobilizar. Pressionavam pela desvalorização de moedas e levavam Bancos Centrais a socializar os prejuízos, repassando seus déficits para os tesouros nacionais e/ou repassando os custos de

desvalorização cambial ao capital produtivo e às demais classes dos estados. Jamais podendo ser compreendido como um mero “facilitador das trocas”, o mercado de câmbio estaria se constituindo também como um “centro de lucro” (*ibidem*, 1996a, p. 290).

Chesnais investiga, também, as transmutações internas do capital monetário que acompanham a internacionalização financeira. Em outras palavras, a concorrência de diferentes grupos pelos espaços de valorização financeira é objeto de investigação em *A Mundialização do Capital*. Neste sentido, Chesnais explora as implicações decorrentes da ascensão das diretorias financeiras ao comando dos grupos industriais<sup>152</sup>. Tal processo, que também seria chamado de “financeirização” dos grupos industriais, é antes apresentado como estratégia de diversificação dos mercados de atuação dos grupos industriais – que passam cada vez mais a buscar nos espaços financeiros não apenas mais uma fonte de financiamento à produção e circulação, mas sim um centro de lucros “não-operacionais” (*ibidem*, p. 275–293).

Projetando a importância das capacitações específicas à análise da concorrência, Chesnais diz que o acúmulo prévio, pré-1985, de experiências destas diretorias com operações financeiras internacionalizadas de suporte à internacionalização produtiva e comercial teriam fornecido “vantagens específicas” a tais grupos. Estas estariam ligadas à capacitação com operações plurimonetárias, à capacitação de internalização de ganhos em cadeias de valor e a operação combinada da liquidez em diferentes setores de atuação dos grupos industriais entrantes na concorrência financeira. Em particular, o que o autor ressalta é que estes grupos teriam tido papel muito mais ativo na globalização financeira do que por vezes dá-se a entender, notadamente a partir de 1985 (*ibidem*, p. 279). A desregulamentação e abertura financeira abriram a possibilidade de operações “que privilegiam a aprendizagem de finanças anterior e a riqueza e densidade das redes de relações”, internas às empresas que são multinacionais “há muito tempo”. Ocupando certo espaço dos bancos tradicionais, os grupos industriais em diversificação e as instituições financeiras não-bancárias passam a ser os principais atores que introduzem inovações financeiras, por vezes com papel mais proeminente da chamada “globalização financeira” (*ibidem*, p. 279-280; 291-292).

---

<sup>152</sup> Este tema vai ganhar progressivo espaço em sua agenda de pesquisa. Embora já esteja presente em *A Mundialização do Capital*, entretanto, é ainda relativamente incipiente a sua hipótese de que o fenômeno estaria afetando os investimentos em inovação (CHESNAIS, 1996a, p. 290). Conforme é posto neste parágrafo, aqui, a financeirização dos grupos industriais é apresentada antes como diversificação dos grupos industriais que passam a competir com instituições financeiras dentro do mercado financeiro.

Em síntese, parte da pesquisa de Chesnais em *A Mundialização do Capital* está investigando as formas pela qual o capital monetário se valoriza. A dimensão financeira da mundialização do capital não se resume, para Chesnais, de forma alguma, apenas na constatação, todavia importante, de que há um enorme aumento em quantidade e preços dos ativos financeiros gerais, muito superiores à evolução de demais variáveis reais (*ibidem*, 1996a, p. 243–248). Enfrentando de frente a escassez de estudos sobre o tema e a leniente precariedade da estatística fornecida pelos estudos oficiais sobre o tema, o autor procura investigar a importância e as formas através do qual o capital monetário se valoriza da maneira encurtada: isto é, à forma D-D' (“lucros especulativos” ou “valorização fictícia”) ao invés de à forma D-M-D'. Embora mesmo essa forma última (D-M-D') não guardasse nenhuma relação unívoca com relação ao processo de distribuição, esta seria subserviente (funcional) à produção e geração de valor. Por outro lado, visto que a valorização do capital monetário através do circuito D-D' não traria uma geração de valor, ela só poderia se efetivar, no longo prazo, através de punções de valor “real” sobre as demais classes e atores sociais. Isto valeria também para as relações entre capital monetário e capital produtivo no *interior* do capital financeiro: a constituição das finanças como centro de lucro teria feito com que grupos industriais promovessem a ascensão de seus corpos financeiros às diretorias de nível hierárquico crescente (*ibidem*, 1996a, p. 275–293). A estratégia de diversificação destes grupos previamente industriais para atuação “relativamente autônoma” do mercado financeiro teria sido bem sucedida e, conjuntamente com as novas instituições financeiras não-bancárias, passam a compor parte central do que o autor entender por “capital monetário”.

Considerou Chesnais que tais elementos em conjunto, inevitavelmente, teriam um efeito distributivo regressivo e dá sentido ao argumento do autor de que a “autonomia do setor financeiro nunca pode ser senão uma autonomia *relativa*” (*ibidem*, 1996a, p. 241 - grifos do autor). Chesnais reconhece a dificuldade de distinguir claramente entre as duas formas de valorização do capital monetário, mas procura argumentar que, na nova fase do capitalismo, o mercado de câmbio, o mercado de títulos públicos e a nova forma de gestão das crises financeiras – gestadas pela própria tentativa de valorização autônoma do capital monetário – são os componentes centrais que fazem da valorização D-D' a forma dominante de valorização do capital monetário. Traz implícito, assim, também uma teoria de estado. Tal como o capital, em geral, só

existe em articulação ao aparato estatal, o autor coloca que o capital monetário se enlaça no alto estado dos EUA através da “economia do endividamento”, ganhando renovado poder de barganha à distribuição de valor. O capital monetário, apoiado no FED, passa a submeter econômica, política e ideologicamente os diferentes estados de forma que estes “validem” a transformação D-D’ através da punção de valores reais sobre outros entes sociais (materializando-se através de privatizações, aumento regressivo de tributação, desvalorizações cambiais, transferências de dívidas privadas para o setor público, criminalização dos movimentos sociais, etc).

Tendo em vista os objetivos gerais deste capítulo, é importante notar que Chesnais conta a história da “globalização financeira” a partir da problemática de valorização do capital monetário. Isto é, o desmoronamento de Bretton Woods e a entrada de uma nova fase no sistema monetário-financeiro internacional é feita, a partir da valorização do capital monetário, *contra* os diferentes estados, submetidos à “economia do endividamento” – inclusive os EUA. Nesta nova fase, haveria uma “ausência de uma moeda que funcione como moeda internacional, no pleno sentido do termo”, que desempenhasse as funções de “padrão de referência, de meio de pagamento e de instrumento de entesouramento” – tida como necessárias para “garantir às relações econômicas o máximo de estabilidade que o sistema capitalista permite”. (CHESNAIS, 1996a, p.249).

Após o desordenamento do sistema monetário internacional no entre guerras, Bretton Woods teria, “bem ou mal”, desempenhado tal função, submetendo as instituições financeiras às autoridades dos estados e sua valorização aos requisitos do capital produtivo e comercial<sup>153</sup>. Se o “sistema de Bretton Woods refletia a hegemonia absoluta dos EUA na concorrência intercapitalista” (CHESNAIS, 1996a, p.249), as novas formas de valorização financeira (notadamente a criação dos euromercados) refletiam “uma etapa importante na reconstituição da força do capital monetário”. Estamos argumentando que Chesnais afirma que a nova fase do capitalismo diz respeito à formação de uma aliança intra-triádica em que a força hegemônica dos EUA é notada, porém diluída entre os pólos da tríade. Assim, a passagem a uma nova fase do sistema monetário e financeiro internacional “reflete também (...) o fato de que os EUA deixam

---

<sup>153</sup> Para Chesnais (1996a, p. 249), “até 1914, o ouro foi uma moeda internacional no pleno sentido do termo, isto é, o ‘equivalente geral’”. Bretton Woods, ao vincular o dólar ao ouro, ao mesmo tempo que garantia uma posição de poder aos EUA, mantinha algumas das principais características da moeda internacional.

de ter uma posição industrial incontestável pelos outros países e, ao mesmo tempo, deixam de cumprir o papel que lhes tinha sido atribuído em Bretton Woods” (CHESNAIS, 1996a, p.250).

A constatação, por parte de Chesnais, de que é crescente a forma de valorização do capital monetário através de seu circuito encurtado D-D’ não quer dizer, entretanto, de forma alguma, que a valorização do capital produtivo D-M-P-M’D’ deixe de existir ou que prescindia de um suporte creditício durante seu processo de produção e circulação. Apenas que, na era da mundialização do capital, ela vinha deixando de ser a principal forma de valorização do capital financeiro enquanto tal (CHESNAIS, 1996a, p.52-53). Dificilmente poderia ser de outra maneira para o autor, em se considerando que esta forma de valorização depende em grande medida do crescimento econômico/nível de atividade e que Chesnais compreendia a era da mundialização do capital através da hipótese de “*accumulation lente et dépression rampante*”. Convém, então, explorá-la.

### **3.2.3. Keynes e Demanda Efetiva para a compreensão da “hipótese de encadeamento cumulativo depressivo” (“accumulation lente et dépression rampante”)**

Conforme comentado anteriormente, uma das teses centrais de François Chesnais diz respeito à caracterização da era da mundialização do capital como caracterizado por o que chamaria de “*accumulation lente et dépression rampante*”. Chesnais (*ibidem*, p. 304) escreve:

A conjuntura mundial dos anos 90 apresenta, pois, as características de uma depressão econômica longa (...). Mesmo que a retomada, tantas vezes anunciada, viesse a se concretizar, é provável que não seria mais do que parte de uma ondulação, sobre o fundo dessa depressão longa. Se considerarmos os elementos decorrentes da análise que apresentamos, pode-se sustentar a hipótese de que as formas assumidas pela mundialização dos grupos industriais (capítulos 3,4 e 5), dos grandes grupos de distribuição (comércio atacadista e varejista) e do capital monetário (capítulos 10 e 11) exercem, de modo estrutural, um efeito depressivo sobre a acumulação. Esse efeito é global, embora seu impacto sobre os países e os conjuntos ‘regionais’ (isto é, continentais) permaneça diferenciado, de modo que o caráter mundial da depressão não comportou uma sincronização das conjunturas dos três pólos da Tríade (antes pelo contrário).

Pode ser argumentado que, a rigor, a concepção de Chesnais ligada à acumulação (de capital) não se reduziria nem a crescimento econômico e nem a investimento. De certo, já quando Chesnais aproxima as redes de conhecimento e demais ativos intangíveis à noção de capital, o problema da acumulação ganha contornos próprios e dinâmica parcialmente independente daquela que determina o crescimento do PIB e das taxas de investimento (ver capítulo 1). Ainda assim, a aproximação analítica com os determinantes do crescimento econômico e do investimento (capital produtivo) poderia ser feita, sem maiores prejuízos conceituais. Chesnais, que tivera contato com a pesquisa keynesiana, primeiramente, nos cursos de Jean Domarchi na Universidade de Dijon, e com Joan Robinson, no curto estágio em Cambridge em fins da década de 50, sempre acompanhou criticamente a evolução das ideias keynesianas. Reteve, entre outros elementos, a problemática da demanda efetiva (KEYNES, 1936) como central à compreensão da acumulação de capital de longo prazo e, por extensão, do que edição brasileira do livro *A Mundialização do Capital* traduziu para “hipótese de encadeamento cumulativo de efeito depressivo profundo” (CHESNAIS, 1996a, p. 302–309).

Chesnais apresenta a temática partindo da ideia de que os diversos elementos que se apresentam como marcas da mundialização do capital conformam um “sistema”. A pesquisa do autor procura deixar mais claras as mútuas influências que os diferentes componentes do sistema “economia mundial” exercem, de forma interdependente, no processo de acumulação de capital (produtivo) de longo prazo. Acreditamos que, com o que foi exposto até aqui sobre a obra de Chesnais, a compreensão conjunta do sistema “encadeamentos cumulativos ‘viciosos’” e dos principais determinantes da demanda efetiva ganha renovada inteligibilidade.

O “ponto de partida” de análise de Chesnais é a internacionalização do capital que conforma a nova fase da “Economia Mundial” em meados da década de 80 (a mundialização do capital). As formas que o capital encontra para recuperar sua taxa de lucro incidem em todas as esferas de sustentação da demanda efetiva e do crescimento – dentro destes, Chesnais atribui centralidade aos seus efeitos no consumo através do desemprego e da piora da distribuição de renda (*ibidem*, p. 304–306). A internacionalização de capital produtivo, tal como estudado em *A Mundialização do Capital*, influiria na determinação da demanda efetiva através de dois grandes canais de efeitos contrários. De um lado, como será sintetizado ao longo dos próximos parágrafos,

a partir dos efeitos indiretos que impõem aos gastos do governo e ao consumo, tal canal teria um efeito depressivo. Por outro lado, o investimento resultado da internacionalização de capital produtivo intra-triádico (a dimensão produtiva da “mundialização do capital”) “influi no comportamento do investimento, ou acentua suas características, da seguinte forma: forte propensão às aquisições/fusões; prioridade dos investimentos de reestruturação e racionalização; e, sobretudo, fortíssima *seletividade* na localização e escolha dos locais de produção” (*ibidem*, p. 308 - grifos do autor).

O investimento teria efeitos desiguais entre as regiões, introduzindo um viés relativo de crescimento econômico nos países centrais da tríade. Tal como anteriormente estudado, isso se daria em função da nova capacidade organizacional do capital produtivo de exercer um poder de *seleção* das áreas e regiões do globo onde investir, de forma integrada às suas estratégias globais de comercialização e valorização do capital. A internacionalização do capital nessa nova fase do capitalismo seria, ainda, importante componente indutor da intensidade e característica dos investimentos que não se configuram como IED. Apesar do caráter dinamizador próprio a essa dimensão do investimento, os efeitos líquidos (diretos e indiretos) seriam “um investimento de média ou fraca dinâmica, altamente seletivo no plano espacial, do qual seria pouco realista esperar que venha a desempenhar papel de locomotiva numa retomada cíclica mundial sustentada” (*ibidem*, p. 309).

Um segundo componente da demanda efetiva que é central à análise é o consumo. A era da mundialização do capital exerceria uma pressão baixista sobre o consumo, em função tanto da diminuição do nível de emprego quanto da piora na distribuição de renda (*ibidem*, p. 307–308). A internacionalização cruzada, no plano da tríade, do capital produtivo em busca de recuperar sua taxa de lucro age no sentido de uma concentração da produção, com métodos organizacionais ligados ao *Just-in-time* e ao *lean production* (sem gordura de pessoal). O efeito líquido apontaria na diminuição da mão-de-obra empregada por unidade de produto. A condição necessária para manter o nível de emprego é que haja aumento na venda de mercadorias de forma proporcional a compensar a menor utilização de força-de-trabalho por unidade de produto, o que não estaria acontecendo na era da mundialização do capital. Diferentemente do que seria no caso da era fordista (*ibidem*, 1990a), as características do paradigma tecnológico emergente das TICs e o desenvolvimento de suas trajetórias tecnológicas no interior das estruturas de capital previamente existentes impediriam que a tecnologia exercesse os

“efeitos de compensação”, em termos de multiplicadores e aceleradores (*ibidem*, 1996c, p. 23).

Com relação à piora na distribuição de renda, importante em função dos “efeitos já estudados por Keynes, em termos de enfraquecimento da propensão de consumo marginal” (*ibidem*, 1996a, p. 308), o renovado poder de barganha do capital financeiro exerce pressão baixista sobre os salários. O aumento do poder de influência do capital financeiro (notadamente monetário, mas também produtivo) sobre os estados pressiona por reformas tributárias de cunho regressivo, rebaixando o nível dos rendimentos do trabalho. O capital produtivo, ao reorganizar-se a nível internacional e diminuir relativamente a demanda por mão-de-obra, pressiona o estado pela flexibilização dos contratos de trabalho e de redução de demais benefícios trabalhistas indiretos (parte destes movimentos incidiriam diretamente sobre as rendas monetárias dos trabalhadores). As reorganizações estudadas no interior do capital produtivo (empresa rede, TICs e métodos de produção com enxugamento de pessoal) lhe conferem novo patamar de mobilidade, pressionando os salários para baixo também a partir do aumento da competição da classe trabalhadora ociosa (que cada vez mais se coloca em competição a nível global) (*ibidem*, p. 306–307). Nesse ínterim, os efeitos seriam diferenciados entre as regiões, sendo a situação dos países da tríade de menor gravidade, pois, ao menos até o início da década de 90, “o efeito combinado das novas tecnologias e das modificações impostas à classe operária, no tocante à intensidade do trabalho e a precariedade do emprego, foi proporcionar (...) zonas de baixos salários e reduzida proteção social, bem perto de suas bases principais” (*ibidem*, p. 35).

O terceiro componente da demanda efetiva central à “hipótese” de Chesnais diz respeito aos “gastos do governo”. Ademais do componente ideológico próprio ao neoliberalismo, Chesnais considera que a situação fiscal dos estados durante a era da mundialização do capital se deteriora e que isso “diminui a capacidade de intervenção dos Estados para sustentar a demanda” (*ibidem*, p. 308). Pode ser entendido que a deterioração da situação fiscal dos estados tem como componentes centrais a “economia do endividamento” e os efeitos retroalimentadores próprios ao crescimento econômico. A crescente subordinação dos estados às estratégias de valorização D-D’ de parte do capital monetário faz com que as dívidas privadas sejam, ao longo do tempo, assumidas pelos estados. Este processo, também referenciado como “economia do endividamento”, teria forte efeito de aumento total dos endividamentos públicos (estoque) e dos encargos

das dívidas públicas sobre os orçamentos dos estados (fluxo). A arrecadação dos estados (fluxo), para Chesnais, também é influenciada pelo próprio crescimento econômico e as estruturas tributárias de arrecadação. Com relação a estas últimas, o autor considera que o poder assumido pelo capital financeiro (com particular ênfase em relação ao capital monetário) sobre os estados vinha agindo no sentido de aumentar a regressividade das estruturas tributárias dos estados.

No plano da “Economia Mundial”, enquanto sistema, a evolução do comércio não tem efeitos sobre a demanda efetiva total (exportações de todos os países se equivalem às importações totais) e, por isso, Chesnais não o introduz como componente explicativo da hipótese de encadeamento ora em análise. A evolução comercial introduz algum viés de crescimento para os países que performam relativamente melhor em termos comerciais. Entretanto, a despeito dos fluxos de IED estarem estruturando relações favoráveis para os países centrais à tríade (em relação às periferias mundiais e da tríade) e a despeito de que diversas trajetórias tecnológicas de biotecnologia evoluam substituindo matérias primas de exportação de diversos países em desenvolvimento (*ibidem*, p. 220–223), tais mecanismos evoluem apenas gradativamente ao longo da era da mundialização do capital.

A diminuição do crescimento econômico, por sua vez, seria resultado integrado de todas as interações do sistema e traria, em si, um componente “endógeno” de realimentação depressiva. Chesnais considerava que a tentativa de saída deste ciclo vicioso por parte de governos através do “aumento da dívida pública” esbarraria em importantes limites. Por influência das “taxas de juros positivas”, tais mecanismos costumavam atuar “no sentido de aumentar o peso orçamentário do serviço da dívida” (*ibidem*, p. 308), retroalimentando a “economia do endividamento”. Chesnais considerava que, no campo das despesas públicas e do sistema financeiro, a saída teórica possível, ainda que histórica e politicamente impedida, seria a redução das taxas de juros reais e a prática da “eutanásia do rentista” - expressão que toma emprestado de Keynes (1936, p. 343–345). Isto significa que Chesnais trabalhava com a ideia de que a destruição de parte do valor do capital monetário (a parte que se valoriza estritamente à forma D-D’) durante as crises seria meio imprescindível tanto para reduzir a influência do capital monetário sobre os estados quanto para aliviar suas respectivas situações fiscais.

A configuração do capitalismo no fim do século XX, tal como analisado por François Chesnais, impõe ao autor uma dose elevada de pessimismo. O “encadeamento cumulativo de efeito depressivo profundo” colocaria grande pressão sobre as polarizações da “economia mundial” e, por extensão, sobre dimensões mais fundamentais do próprio “modo de desenvolvimento”. A degradação das dimensões ecológicas e humanitárias, que acompanharia os grandes movimentos da mundialização do capital, se aceleraria a níveis alarmantes, projetando a crise econômica sobre níveis básicos de sociabilidade e limites ambientais incontornáveis. Pouco após a publicação de *A Mundialização do Capital*, Chesnais adere ao movimento francês ATTAC, engajado na “auditoria cidadã da dívida tendo em vista a sua anulação, ao menos parcial, e na renacionalização-socialização do sistema bancário” (CHESNAIS, 2013, p. 3). Chesnais apresenta-se, nesta mobilização, assim, ansiando por uma reformulação estrutural no sistema, intervindo não apenas nos efeitos da mundialização do capital, mas, sobretudo, nas fontes econômicas e organizacionais de poder que conformariam a natureza dos estados contemporâneos.

#### **3.2.4. As características da era “A Mundialização do Capital”**

Ao longo de toda a obra *A Mundialização do Capital*, François Chesnais defende teses sobre assuntos particulares, importantes dentro de seus respectivos contextos. Algumas teses, entretanto, têm um atributo diferenciado, uma vez que se referem diretamente às características da “Economia Mundial”. Dentro de uma determinada etapa do capitalismo, que no caso em questão se iniciaria em meados dos anos 80, é esta a categoria de maior nível de totalidade a que se refere Chesnais. Caracterizar a era da “Mundialização do Capital” é, portanto, dar sentido à obra e ir de acordo aos seus propósitos mais importantes. As demais teses apresentadas ao longo do livro, sem dúvida, importantes, são teses de suporte. Assim posto, vamos a uma síntese tentativa das principais características elencadas por François Chesnais em *A Mundialização do Capital*.

Em primeiro lugar, a era da Mundialização do Capital seria uma era marcada tanto pelo aprofundamento quanto, principalmente, pelas transformações das interdependências entre classes, estados e nações dentro da economia mundial. Com o processo de internacionalização de capital, a “economia mundial” estaria assentada, de

forma que nenhuma unidade nacional poderia ser analisada separadamente em relação às outras. Nota-se que Chesnais atribui a essa característica especial importância, visto que, nos embates da universidade francesa (e Chesnais tinha assumido uma vaga de professor na universidade Paris XIII), grandes nomes do regulacionismo francês, como Boyer, analisavam a nova etapa do capitalismo que se seguia ao “regime de acumulação fordista” em termos de unidades nacionais relativamente isoladas. Procurava-se caracterizar o novo mecanismo de regulação em vigor a partir da somatória das observações das formas de regulação em diferentes espaços nacionais isolados, enquanto Chesnais negava essa possibilidade em favor da noção de que estas cada vez mais deveriam ser vistas dentro de um sistema que ligam umas às outras, a “Economia Mundial” (CHESNAIS, 1996a, p. 297–299). Como solução histórica particular ao problema de acumulação de capital de longo prazo frente ao declínio da taxa de lucro nos anos 70, a internacionalização do capital fez-se através da concentração e centralização de capitais a nível intra-triádico – a formação da aliança intra-triádica estruturada sob oligopólio mundial é corolário deste movimento.

A estruturação da “economia mundial” não era uma novidade, mas alcançava forma e intensidade particulares após meados dos anos 80 e vinha sendo ignorada por parte relevante da academia francesa. É particularmente relevante, para os objetivos desta tese e para as François Chesnais dentro deste espaço de debate em particular, notar que a internacionalização do capital a que faz referência contempla, no seu interior, três modalidades: relativa ao capital produtivo, ao capital monetário e ao capital comercial. O capital também é uma “totalidade sistêmica (...), que deve ser pensado como unidade diferenciada e hierarquizada” (*ibidem*, p. 18). A melhor forma de compreender o trabalho de Chesnais é através da ideia de “autonomias relativas” entre capitais: cada qual possuindo determinantes parcialmente próprios e parcialmente determinados pelos que estão acima hierarquicamente.

Em *A Mundialização do Capital*, a construção da internacionalização de capital após a crise dos anos 70 é regida pelo imperativo de valorização do capital produtivo, em especial na edição lançada na França, em 1994. Na edição lançada no Brasil em 1996, o autor começa a dar maiores sinais de transformação de sua interpretação, que seria concluída com o lançamento do livro *A Mundialização Financeira*, também de 1996 - em que coloca o capital monetário hierarquicamente acima do capital produtivo na constituição do “capital financeiro” e na construção da nova fase da “Economia

Mundial”. Por isso, se em *A Mundialização Financeira*, é possível marcar Bretton Woods e a recentralidade da City (Forex) no desenvolvimento do mercado de eurodólares, em *A Mundialização do Capital* (que compete à presente tese), a “nova fase da economia mundial” tem início em meados dos anos 80, quando a liberalização de IED e do comércio começam a mostrar seus efeitos no espaço intra-triádico.

Em segundo lugar, a era da mundialização seria uma era marcada pelo aprofundamento de dualizações (polarizações) em nível mundial, com o aprofundamento da hierarquização. As dualidades dizem respeito às polarizações distributivas (entre classes e estados), de poder (igualmente entre classes e estados), de fluxos de comércio, tecnologia e financeiros (entre regiões: os países da Tríade frente aos demais e também interno aos espaços nacionais – numa aproximação ao esquema centro/periferia<sup>154</sup>). Ao contrário do que promulgavam os teóricos da globalização inscritos na agenda neoliberal, a construção da economia mundial não traria, em si, uma tendência à homogeneização entre os diferentes países e atores do sistema econômico social. Sendo um fenômeno intra-triádico, com investimentos internacionais cruzados, a internacionalização de capital em fins do século XX, até então, teria marginalizado classes e nações sob todas as óticas de análise.

Do lado dos investimentos estrangeiros, os anos 80 teriam assistido a uma transformação dos fluxos de IED (de produção, de serviços e também da indústria financeira). Aumentando em muito em relação aos anos do período “fordista”, o IED voltava a se tornar a forma central de internacionalização de capital (que no período “fordista” seria dado pelo comércio), mas tinha deixado de se direcionar aos países fora do centro do sistema. Os países da “Tríade” (EUA, Alemanha/Europa e Japão) e suas regiões imediatamente correlatas tinham se tornado os principais beneficiários de tais fluxos. Tal movimento estaria induzindo, até então, também uma polarização comercial e tecnológica, que excluía grandes regiões do planeta desta “globalização”. A decisão estratégica dos investimentos estrangeiros era determinada pelas grandes multinacionais da tríade, em relação de rivalidade e cooperação intra-oligopólica. Com renovados formatos organizacionais (principalmente a “empresa-rede”), operava suas decisões de investimento com alto grau de mobilidade e seletividade entre as nações, retirando poder dos estados-nacionais de tomarem suas decisões de maneira soberana.

---

<sup>154</sup> Ver, por exemplo, o quadro esquematizante das relações centro-periferia apresentado na introdução (CHESNAIS, 1996a, p. 36) e também referenciado no último capítulo (*ibidem*, p. 314).

A este movimento, somava-se o movimento cada vez mais autônomo do capital monetário, mormente de origem estadunidense, que centralizava valor real e fictício em direção às bolsas de valores internas à tríade, minando as disponibilidades fiscais dos estados nacionais, em especial os “da periferia”. O capital monetário também experimentava renovado poder de punção de valor tanto frente aos estados, através da “economia do endividamento” e das novas formas de gestão das crises financeiras, quanto internamente ao capital financeiro, devido à ascensão das diretorias financeiras aos altos graus administrativos internas às *holdings* e transnacionais. A “adaptação” das políticas e estados à nova realidade, que reclamavam entusiasticamente os teóricos da globalização, seria uma forma dissimulada de imposição de uma nova ordem comandada pelo capital intra-triádico. Seus efeitos eram na direção do aprofundamento das marginalizações, e não uma etapa à homogeneização futura entre os estados, classes e nações. O desmoronamento do sistema de Bretton Woods representou o fim da era em que as relações de internacionalização estariam ancoradas numa moeda internacional “no pleno sentido do termo” e expressa, a partir da ascensão do mercado de eurodólares, a renovada força de valorização “autônoma” do capital monetário – inclusive frente ao estado dos EUA, antes dotado de “hegemonia absoluta”.

A terceira grande característica da era da Mundialização do Capital que aparece na obra de Chesnais é, em verdade, uma extensão associada da anterior, que merece destaque em função da centralidade que o tema ocupa na produção intelectual e política de Chesnais. Trata-se do aprofundamento das desigualdades de classe referente, de um lado, aos benefícios da orientação do progresso técnico e, de outro, da distribuição de valor. Do lado da orientação e seleção do progresso técnico, Chesnais vem afirmando a hipótese de que sua construção ganha um renovado *momentum* de subordinação crescente à organização e interesses dos grandes oligopólios intra-triádicos, em detrimento tanto de estados quanto dos interesses das classes marginalizadas. Patentes e normas de antecipação para garantir um “regime de apropriação” favorável aos interesses do grande capital intra-triádico, bem como a construção de novos métodos organizacionais associadas à empresa-rede impedem que a orientação do progresso tecnológico se volte à problemática social e/ou dos países fora do centro da economia mundial. Os principais exemplos são: a produção *Just-in-time*, métodos de *lean production* sem “gordura de pessoal”, novos materiais e biotecnologia substituindo as demandas comerciais de matérias primas compradas pelo centro da

periferia, e subordinação ao grande capital das agendas de pesquisa construídas inicialmente fora das bordas oligopólicas intra-triádicas. Aliado a essas problemáticas, o exponencial aumento da mobilidade de capital, as flexibilizações das relações trabalhistas, o enxugamento do setor público e a diminuição dos mecanismos que sustentam a demanda efetiva exerceram forte pressão baixista adicional sobre os salários, marcando a marginalização e polarização de classe internamente a cada país e na economia mundial.

François Chesnais já enuncia, em especial na versão brasileira de 1996, que cada vez mais a acumulação de capital na “Economia Mundial” se dá sem que haja uma criação “real” de valor correspondente (no sentido de um excedente produtivo). Esta tese vai ganhar cada vez mais centralidade na sua obra a partir de 1996 e é parte de sua noção de “financeirização”. Para François Chesnais, a acumulação de capital intra-triádica no pós-Bretton Woods é apenas parcialmente fundada na reprodução ampliada do capital em geral (no momento imediatamente precedente ao que o livro foi publicado, havia algum crescimento econômico nos EUA e no Sudeste Asiático, principalmente). Uma parte significativa da acumulação das frações de capital que são dominantes nos países da tríade se dá por apropriação direta de valor e riqueza oriundos de grupos externos a essas frações de capital. As interdependências institucionais criadas no pós-*Bretton Woods* permitem que o sistema financeiro intra-triádico, aqui com enorme ênfase para o caso estadunidense, centralize as punções de valor e riqueza dos demais sujeitos sociais da “Economia Mundial”. Os ganhos especulativos e a criação de valor fictício (D-D’) já aparecem como mecanismo artificial e endógeno do capital monetário de criação de obrigações financeiras com garantia última dos bancos centrais, através dos quais se dá punção de valores reais – sob pena de crises financeiras (ou *através de* crises financeiras, como exemplificado no caso Mexicano). A centralidade atribuída por François Chesnais aos mercados cambiais se dá devido tanto à enorme dimensão deste mercado quanto à função que exerce tais mercados para a organização desta punção de valor a nível internacional, movimento que ganha grande força na era da Mundialização do Capital.

Em quarto lugar, Chesnais defende a hipótese de que a era da Mundialização do Capital seria marcada pelo “encadeamento cumulativo de efeito depressivo profundo” (*accumulation lente et dépression rampante*) (CHESNAIS, 1996a, p. 300–309). Para François Chesnais, diversos dos fatores anteriormente comentados têm uma

realimentação endógena, que apontam para um período de baixíssimo crescimento econômico. François Chesnais vale-se grandemente aqui de uma interpretação do princípio da demanda efetiva, de corte keynesiano, cujos determinantes procura materializar na nova etapa do capitalismo. Para Chesnais, a acumulação capitalista não é independente das condições de “realização” (demanda) da produção. Há, a partir daí, uma grande importância que o autor atribui à determinação do consumo, do investimento e dos gastos públicos.

Tendo como referência a economia mundial, ele sustenta que a era da mundialização do capital é marcada pelo decréscimo do consumo e dos gastos governamentais, sendo compensada apenas parcial, insatisfatória e seletivamente (em termos locais) pelo aumento do investimento das multinacionais (IED). No caso da diminuição da parcela referente ao consumo, a relação direta que elenca Chesnais é o aumento do desemprego e a piora na distribuição de renda que, por sua vez, é causada por diversos fatores associados à construção da *Mundialização do Capital*. A diminuição dos gastos públicos teria duas causas diretas principais e inter-ligadas. De um lado, Chesnais sustenta-se numa teoria do estado, anunciando que os movimentos de estados e governos estavam se submetendo às novas formas de capital emergentes, em particular em função do poder financeiro do capital monetário estadunidense e do neoliberalismo – as políticas de austeridade associadas a esta ideologia pressionavam pela diminuição do gasto público. Por outro lado, o gasto público também seria diminuído pela crise fiscal dos estados, subproduto direto da queda das receitas fiscais e do aumento das transferências de renda para o capital monetário e fictício (Chesnais dá particular destaque para os estoques e encargos crescentes da dívida pública e suas relações com o mercado cambial). Para Chesnais, o aumento relativo dos investimentos econômicos diretos na “economia mundial” era subproduto da reorientação internacional das multinacionais (capital produtivo) que projetavam sua estratégia de forma crescentemente hierarquizada. A reorganização produtiva tinha como corolário o aumento do IED, ainda que de maneira fortemente seletiva entre espaços regionais e nacionais. Diferentemente de como teria sido na era fordista, o novo paradigma tecnológico ligado às Tecnologias da Informação e da Computação (TICs) não teria inserção produtiva e atributos tecnológicos dinamizadores da atividade econômica em termos de efeitos “keynesianos” multiplicadores e aceleradores. O resultado combinado dessas tendências iria à direção de um decréscimo geral da demanda efetiva com

componentes que se retroalimentariam cumulativamente, marcando uma era com um crescimento significativamente inferior a do período imediatamente anterior.

Por fim, Chesnais apresenta, ainda, uma quinta grande característica da era da Mundialização do Capital. Como corolário das tendências citadas, Chesnais elenca uma crise do “modo de desenvolvimento”, considerando que as novas relações sociais e econômicas se estruturavam de maneira fortemente instáveis. Frente à escola da regulação francesa, Chesnais afirmava que a regulação que garantia a coesão e estabilidade da “reprodução das relações econômicas e sociais” foi rompida pela mundialização do capital – origem negligenciada pelos principais trabalhos regulacionistas da época. A marca da nova era seria a instabilidade, especialmente de natureza econômica (expressa por crises financeiras sucessivas). A continuidade dessas relações, alertava Chesnais, poderia levar a um tensionamento ecológico e social sem precedentes, com aumento das reações, organizadas e desorganizadas, das massas marginalizadas pela mundialização do capital. Importante notar que esta temática, da “reprodução das relações econômicas e sociais”, projetando o objeto da economia política frente às problemáticas sociológicas, políticas e até ecológicas sempre foi tema da agenda de pesquisa de François Chesnais, desde seu primeiro ensaio, em 1967. Ele desenvolve o tema à parte da evolução da escola da regulação, mas se coloca frente a ela na discussão durante a década de 90, no momento em que está voltando à academia francesa e quando crises cambiais e financeiras sucessivas chacoalham a economia mundial, em especial as periféricas.

### **3.3. MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES E A PESQUISA SOBRE A HEGEMONIA AMERICANA**

Conforme colocado na introdução, a trajetória de François Chesnais e de Maria da Conceição Tavares correm por caminhos, em grande medida, paralelos. Se apenas na década de 90, François Chesnais encontra-se livre das limitações formais que o contexto da OCDE lhe impunha para oferecer uma visão de conjunto da economia mundial, Conceição Tavares, já em fins dos anos 70, dava início à organização de pesquisa coletiva em que se formulava uma interpretação sobre a crise americana, a desestruturação do sistema monetário internacional e suas implicações nas relações econômicas e políticas internacionais. O esforço envolvia vários professores e

pesquisadores da Faculdade de Economia e Administração (FEA) e do Instituto de Economia Industrial da UFRJ (MALTA, 2012, p. 386). Foi uma época de intensa atividade acadêmica, orientando diferentes dissertações de mestrado e teses de doutorado de futuros professores da Unicamp e da UFRJ, muitas delas com foco explícito em experiências de desenvolvimento comparado e a nova ordem internacional<sup>155</sup>.

Data desta época, também, uma série de trabalhos que documentam a pesquisa que daria origem aos seus clássicos ensaios sobre a hegemonia americana (TAVARES, 1983, 1984a; TAVARES E BELLUZZO, 1980). Entre 1980 e 1985, Conceição Tavares está em transição para um novo *momentum* da sua já então longa e profícua trajetória intelectual e política.

Também já foi antes comentado que o desafio de (re)leitura da obra de Conceição parte de condições igualmente distintas daquela realizada sobre Chesnais. Se bem o autor francês tenha participado ativamente dos debates na UNICAMP a partir da década de 80, os principais comentadores da obra de Chesnais trabalham sua pesquisa *posterior* à célebre obra *A Mundialização do Capital*. Mesmo esta obra, que lhe alçou particular prestígio no Brasil e na França, ganha com a tese que ora se escreve apenas a primeira leitura *sistemática* da sua formação e sentido. Diferentemente, se bem acreditamos que ainda há muito trabalho a se realizar sobre a obra de Conceição - não necessariamente circunscritas à produção de literatura secundária sobre a autora -, já há alguma massa escrita também sobre seus escritos a respeito da hegemonia americana (FIORI, 2000; POSSAS, 2001; ROBILLOTI, 2016; SADER, 2010)<sup>156</sup>. Os trabalhos precedentes que trataram diretamente de “A Retomada da Hegemonia Americana” tiveram por opção fazer meritórias sínteses dos textos que compõem esta fase da obra de Tavares e que certamente ajudam numa leitura geral sobre o tema. Se todos auxiliam à compreensão do tema, é o trabalho de Fiori, em particular, que se impõe como referência à compreensão do contexto e dos rumos da pesquisa de Maria da Conceição Tavares.

Fiori (2000, p. 211–214), além de oferecer uma proposta de síntese combinando os textos de 1985 e 1997 e do conjunto de publicações em *Poder e Dinheiro e Estados e Moedas* (*ibidem*, p. 222–234) propõe uma leitura da autora em termos da construção de

---

<sup>155</sup> Ver, por exemplo, Teixeira (1983).

<sup>156</sup> Há, ademais, um conjunto amplo de excelentes trabalhos que dialogam e avançam com e sobre dimensões parciais de diversas obras desta fase de pesquisa de Tavares. Grande parte deles se encontram nos “livros vermelhos” organizados por Fiori, Tavares e Medeiros (BRAGA, 1997; FIORI, 1999 e 2004; FIORI E MEDEIROS, 2001).

um programa de pesquisa insubmisso sobre economia política internacional a partir de um “ponto de vista da periferia” (*ibidem*, p. 207–218). Embora não possamos prescindir de apresentar também uma síntese dos elementos principais da pesquisa sobre a hegemonia americana na obra de Tavares, não poderemos também exaurir o que há nas teses de Tavares. Dimensões da obra que aqui nos escapam podem ser procuradas nos demais textos precedentes. O que fazemos, sim, é retomar o recorte de Fiori para, em seguida e se possível, trazer à tona elementos e articulações que consideramos caros à compreensão da estrutura teórico-analítica de Tavares que nos é particularmente cara à comparação com o trabalho de François Chesnais.

Para Fiori, o objeto de estudo desta fase da pesquisa de Tavares entrelaça-se com algumas das questões básicas comuns à agenda de pesquisa dos estudiosos anglo-saxões em Economia Política Internacional (EPI). Uma destas diz respeito ao que implica, para o quadro das relações internacionais, a existência de uma potência hegemônica dominante e única. Fiori (2000) coloca que o corpo de ideias em EPI que viria a se denominar “teoria da estabilidade hegemônica”, a partir de autores como Charles Kindleberger, Robert Gilpin e Stephan Krasner, nascia da preocupação de que a crise dos anos 70 desembocasse no fascismo à forma como a crise dos anos 30 teria levado à Europa. Partindo da academia anglo-saxã, consideravam, em síntese, que a existência de uma potência liberal dominante seria condição necessária à ordem e à cooperação econômica e política internacional, razão pela qual seriam entusiastas de um projeto hegemônico norte-americano (*ibidem*, p. 207–208). O campo da EPI passa por uma agenda de investigação histórica, perguntando-se dos sucessivos períodos de “nascimento, estabilização e declínio das sucessivas ‘ordens político-econômicas mundiais’ e porque alguns países conseguem impor e depois perder a supremacia mundial” (*ibidem*, p. 208). A identificação do programa de pesquisa de Tavares com aquele da “Economia Política Internacional” diria respeito, assim, também ao que se constitui a capacidade de imposição da hegemonia política e econômica internacional<sup>157</sup>.

Frente ao campo da EPI, a antecipação, já em 1985, de que estava em curso um movimento de retomada da hegemonia americana, segundo Fiori, é a distintiva primeira da obra de Tavares. Na transição dos anos 70 para os anos 80, a supremacia americana

---

<sup>157</sup> Para Sader (2010), é a “capacidade de enquadramento” fornecida pela instrumentação econômica que vincula sua análise econômica à materialidade das relações de dominação e a consequente utilização adequada do conceito de “hegemonia” por parte da autora.

era questão em aberto e diversos analistas em EPI proclamavam o fim da hegemonia americana. Nas palavras de Tavares (1985a, p. 6) em meados da década de 80:

Em síntese, a existência de uma economia mundial sem pólo hegemônico estava levando à desestruturação da ordem vigente do pós-guerra e à descentralização dos interesses privados e regionais. Os desdobramentos da política econômica interna e externa dos EUA, de 1979 para cá, foram no sentido de reverter estas tendências e retomar o controle financeiro internacional através da chamada diplomacia do dólar forte.

A alusão que faz Tavares sobre a “diplomacia do dólar” (e também “das armas”) diz respeito ao uso - por parte dos atores com proposta hegemônica - dos diferentes instrumentos de natureza econômica, política e militar para impor uma agenda hegemônica no plano internacional. A capacidade hegemônica de impor-se dependeria de seus “fatores de força”, dos “poderes” de seus instrumentos de coerção nas relações internacionais de dominação, sendo estes de diferentes naturezas. Tavares enuncia que isto é parte central da composição de seu objeto de estudos em 1985: “o fulcro do problema não reside sequer no maior poder econômico e militar da potência dominante, mas sim na sua *capacidade de enquadramento* econômico-financeiro e político-ideológico de seus parceiros e adversários” (*ibidem*, 1985b, p. 28 - grifos nossos).

Para Fiori, nestes âmbitos, uma das principais características originais de Tavares é que enquanto a maioria dos analistas em EPI estrutura sua arguição sem efetivamente romper a cisão entre a economia e política internacional, Conceição estaria juntando a “análise política e econômica, reunindo num mesmo argumento o movimento de retomada da supremacia americana, o surgimento de um novo regime de acumulação mundial e o redesenho das relações Centro/Periferia, em escala global” (FIORI, 2000, p.211)<sup>158</sup>. Ainda que não exclusivo ou independente, o papel da moeda e o poder relativo dos instrumentos de política monetária é o grande destaque dado por Fiori (*ibidem*, p.211-213) para a compreensão da capacidade de imposição hegemônica por parte dos EUA no pós-Bretton Woods. Quanto às características do ordenamento mundial, o “argumento de Tavares” diria que “configuração econômica”, em termos de crescimento, distribuição, divisão do trabalho e capacidade de empreendimento de

---

<sup>158</sup> Em outra passagem, coloca que “sua tese é que a retomada da hegemonia americana e a nova ‘financeirização capitalista’ são duas faces de um mesmo processo, resultante das políticas do próprio governo norte-americano, amadurecidas na hora em que o poder parecia estar em decadência” (FIORI, 2000, p. 213).

políticas autônomas por parte dos estados nacionais moldava-se de forma “seletiva”, “hierárquica”, “unipolar” e “instável” na “economia-mundo” (*ibidem*, p.214).

Não é de forma alguma estranho que a “insubordinada pesquisa” da autora na década de 70 tenha chegado, de fato, a encontrar a problemática da EPI. No capítulo anterior, mostramos que a categoria “capital financeiro” é peça analítica central aos seus estudos sobre subdesenvolvimento e padrões de acumulação. Para Fiori, encontra-se na “teoria do ‘capital financeiro’ e do ‘imperialismo’, de Hilferding e Bukharin, a verdadeira origem teórica – ainda que na forma de uma disciplina acadêmica – do que veio a se chamar, depois de 1970, ‘economia política internacional’” (*ibidem*, p. 211). Argumentamos que, ao recuperar a formação da pesquisa de Tavares e a historicização própria do conjunto de trabalhos que compõem a longa trajetória da autora, permite-se apreender certas articulações internas e *outras* dimensões “insubordinadas” relevantes da pesquisa de Tavares que permaneceriam doutra forma ocultadas ou ofuscadas mesmo diante do rico contraste com a pesquisa em EPI<sup>159</sup>.

### 3.3.1. Estado e política na pesquisa sobre a hegemonia americana

Para isto, ademais de recuperar a longa formação da pesquisa de Maria da Conceição Tavares desde o ocaso de sua fase cepalina (Capítulo 2), nosso ponto de partida é o mesmo do de Fiori. Diz o autor que:

[Tavares] propõe uma leitura (...) que não se submete à agenda da política externa norte-americana e introduz o ponto de vista da periferia do sistema: uma perspectiva absolutamente original dentro da economia política internacional em todos os tempos. (...) Sua tese central, na verdade, é um programa de pesquisa de grande fôlego (Fiori, 2000, p. 211).

---

<sup>159</sup> A comparação com a obra de François Chesnais, tal como proposta por esse capítulo, exige que também façamos uma “síntese” da pesquisa de Conceição sobre a hegemonia americana. Em particular, tendo em vista uma comparação com o autor, exploramos de maneira suficientemente rigorosa as seguintes dimensões: i) a relação dos principais sujeitos sociais em disputa no campo da economia política internacional; ii) a situação de seus respectivos interesses/objetivos na crise dos anos 70; iii) a natureza e a força dos instrumentos disponíveis para esses sujeitos sociais fazerem impor seus objetivos/interesses sobre os demais atores nas relações sociais de dominação interna/externa; iv) quais as expressões macroeconômicas e estruturais, para a economia mundial e a para a periferia, decorrentes da persecução da proposta hegemônica dos EUA frente às respostas dos principais competidores no campo da economia política internacional pós-1979. Tendo estes elementos sido apresentados de maneira suficientemente precisa, será possível, enfim, estabelecer um quadro de referência à comparação crítica das sobreposições e afastamentos dos objetos, teses e estruturas teórico-analíticas de ambos os autores.

O período que vai de 1980 a 1985 constitui os anos de transição da pesquisa de Maria da Conceição Tavares. No capítulo precedente, mostramos que, no que toca à internacionalização do capital, esta aparece na obra da autora como uma solução histórica dos capitais para viabilizar seu imperativo de autovalorização mas que, seja devido a problemas dinâmicos de realização (TAVARES, 1974) ou dos limites à aplicação rentável do excedente financeiro (*ibidem*, 1984a; TAVARES E BELLUZZO, 1980), não se permite fazê-lo internamente. Como consequência das limitações à valorização no espaço interno, há um imperativo histórico na transformação na forma como se organiza o capital e/ou a projeção internacional – ambas das quais geralmente envolvem certo grau de concentração e centralização. Fazendo uso de sua influência/domínio nos estados de que é parte, a projeção recíproca no plano da economia mundial da origem à competição intercapitalista. Neste ínterim, os principais constructos teórico-analíticos que informam a obra da autora já foram por nós suficientemente analisados no capítulo precedente.

A pesquisa sobre qualquer novo objeto de estudo dificilmente não tem como ponto de partida a referência e a crítica, ainda que possivelmente contraditória, a seu próprio acúmulo prévio de conhecimentos e visões de mundo sobre as temáticas que lhe são próximas. Se argumentamos ser possível falar num novo foco do objeto de estudos de Conceição Tavares a partir de 1980, há, também, diversos elementos de continuidade na sua estrutura teórico-argumentativa nas duas fases de sua pesquisa. Em retrospectiva, a elucidação do programa de pesquisa que abre “A Retomada da Hegemonia Americana” permite observar como evolui a análise de Tavares a respeito do objeto de que fala a categoria *hegemonia*. Veremos até o fim do capítulo que, a despeito de certas aproximações com as noções de estado e política entre Conceição Tavares e François Chesnais, há também distintivas importantes quando se explora o tema.

Embora tenha já encontrado a filosofia marxista já ainda em Portugal, foi Ignácio Rangel quem recomendou à Maria da Conceição Tavares que completasse sua formação obtida na CEPAL nos anos 60 com a leitura de *O Capital Financeiro*, de Hilferding (1910). A autora se debruçaria anos mais tarde, ainda, sobre o trabalho do não-marxista Hobson (HOBSON, 2005; TAVARES, 1984a), também de relevância para as teorias do imperialismo (BREWER, 1980). Foi comum na tradição dos teóricos do imperialismo transpor para o plano das relações internacionais a concepção originária que orientava a dominação dentro de cada estado-nação. O domínio, a

coerção e comando numa relação social interna, no quadro do capitalismo, não se davam tão somente através do monopólio da força do estado, mas pela coerção econômica direta do capital sobre a classe trabalhadora que, para acessar os meios necessários a sua subsistência, seriam impelidos a vender sua força de trabalho no mercado, sob condições de barganha que, em geral, imporiam aos trabalhadores a posição de “subordinado/dominado” numa dada relação social. Há, ainda, o comando e a coerção arbitrária de determinadas classes sobre outras que se erigem a partir do arbítrio de estado, viabilizado através do poder de força que lhe é particular e pretensamente exclusivo.

A concepção de domínio sobre o estado, embora variante entre os teóricos do imperialismo, tinha como ponto comum a subjugação do mesmo em última instância em função do interesse econômico do capital, aproximando o estado da ideia de um “comitê da burguesia” (MEDEIROS, 2001, p. 83–84). Neste ponto diferente, segundo Brewer (1980, p. 75), seria a idiosincrasia de Hobson entre os teóricos do imperialismo tendo em vista a concepção de que o estado não respondia aos interesses do “capital em geral”, mas apenas das suas frações dominantes. Isto é, os movimentos de estado poderiam não ser subservientes à acumulação de capital em geral, mas apenas daquelas frações que se revelam em cada espaço e período histórico dominantes. Bottomore coloca, ainda, que os autores que conferem autonomia *relativa* do Estado não o consideram “simplesmente como o instrumento de uma classe”, chegando a distinguir a “dominação econômica do governo político” (BOTTOMORE, 1983, p. 110). A concepção apresentada por Hobson encontra eco nos textos de Maria da Conceição Tavares já na década de 70, ainda que a autora nesta década não se proponha a fazer uma análise *totalizante* dos movimentos de estado e da ideologia associada, procurando explicitamente restringir sua análise ao plano econômico (TAVARES, 1972).

Nos anos 70, Conceição apreendia os movimentos econômicos e políticos brasileiros através da ideia de um “padrão de acumulação”, que articulava fases determinadas de crescimento econômico, progresso técnico e distribuição. Na medida em que tinha como pressuposto “endógeno” a relação “solidária” de comando do alto estado brasileiro com as agendas dos capitais nacionais e principalmente estrangeiros, trazia implícito, quando da análise por qual passava o Brasil, assim, um “pacto de

dominação”<sup>160</sup>. O II PND representou a principal política soberana e “desenvolvimentista” do estado brasileiro (sob comando militar-autoritário), tendo sido seguido pelas políticas de ajuste recessivo negociadas com o FMI que marcaram o início dos anos 80. Na raiz do problema de “A Retomada da Hegemonia Americana”, perpassava, assim, uma nova questão concreta à compreensão do “pacto de dominação” na *periferia*: ao que se submete a agenda das classes políticas e empresariais que comandam o alto estado brasileiro? As relações econômicas e políticas internacionais, das quais a América Latina era parte, estavam carentes de renovada apreensão analítica.

O transplante para o quadro das relações internacionais do estatuto teórico-analítico que se apoia para investigar as relações de dominação internas a cada espaço nacional foi acompanhado de ampliação de seu escopo de análise. Em “A Retomada da Hegemonia Americana”, aparece pela primeira vez uma análise que se propõe a explicitar o lugar que ocupam a dinâmica de guerra e a busca por poder militar e político para a explicação dos movimentos de certos estados centrais: o aumento dos gastos militares de Ronald Reagan (“keynesianismo bélico”), por exemplo, embora pudesse mesmo ser funcional à acumulação produtiva, tem seu lugar histórico apresentado no texto como parte de uma busca de supremacia militar do alto estado americano no plano internacional. Se em cada estado-nação há uma situação de relativo monopólio da força exercido por cada estado, a extensão de tal suposição para o quadro das relações internacionais carece de concretude histórica. Durante a Guerra Fria, os estados dos EUA e da URSS disputavam entre si a supremacia militar do globo e nenhum dos estados estava em condição de coagir e arbitrar unilateralmente outro por intermédio exclusivo da força - não-monopolizada no quadro das relações internacionais. Embora a autora jamais tenha afirmado que os estados se subjugam apenas ao “interesse econômico” da fração de capital dominante (nacional ou internacional), é apenas na abertura do programa de pesquisa sobre a hegemonia

---

<sup>160</sup> Sobre este ponto em particular, parece-nos acurada a centralidade que ocupa o tema “frações de capital” na leitura de Octávio Rodríguez sobre a contribuição de Tavares. Fazendo uma síntese de sua leitura de Tavares, o autor diz que se argumentou “que as dificuldades que enfrenta a ação do Estado não são só de índole técnica e econômica. Conforme se viu, consideram-se também como de base sociopolítica, pois os modos de conformação e desenvolvimento dos vínculos entre ‘frações do capital’ limitam sua autonomia (...)” (RODRÍGUEZ, 2009, p. 398). Se bem o objeto de que trata o “pacto de dominação” esteja, em certa medida, implícito ao longo de toda a sua obra, tal expressão só ganha *status* central no seu futuro ensaio interpretativo sobre o subdesenvolvimento brasileiro (TAVARES, 2000).

americana que isso passa a se tornar objeto de estudos seus e do coletivo de pesquisa de que participa<sup>161</sup>.

A natureza da subordinação, sua profundidade e mecanismos de sustentação (políticos, armamentistas, econômicos e ideológicos) eram, entretanto, questões em aberto para o Brasil dos anos 80 e impunha a Tavares um objeto distinto em diversas dimensões do que aquele com que se defrontou ao longo dos anos 70. Sua evidente preocupação com o ponto de vista da periferia é claramente manifesta ao fim da primeira versão do texto “A Retomada da Hegemonia Americana” (TAVARES, 1985a, p. 12–15). No começo desta década, o país via-se defronte a uma então inusitada situação de recessão, aumento da inflação, acirramento do conflito distributivo, agravado por uma sequência de desvalorizações cambiais e aumento da taxa de juros. Perpassando todos os problemas, o refinanciamento da dívida externa em particular - grandemente aumentada na década anterior-, mostrava-se impossibilitado à forma que vinha sendo feita nas décadas anteriores. O aumento exorbitante de juros imposto pelo FED desloca os capitais de curto prazo para o financiamento da dívida pública americana e a situação do balanço de pagamentos brasileira (e latino-americanas) torna-se dramática. A “periferia latino-americana”, diz Tavares (1985a, p. 12), “já transferiu nos últimos anos [para os EUA] quase 100 bilhões de dólares entre juros e perda das relações de troca”.

Cessados os fluxos de capitais de curto prazo, o FMI desembarcava no país sob orientação explícita de Ronald Reagan, impondo através de cartas-compromissos condicionalidades específicas da organização para a concessão de recursos em dólares. Se bem tenha sido apenas nos anos Geisel que o alto estado brasileiro teria empreendido um ensaio estratégico de afirmação de uma agenda soberana em relação aos atores privados e estatais internacionais (tendo em vista situar-se como potência regional no período de crise da hegemonia americana) (*ibidem*, 1999), a entrada da década de 80 marca um redeslocamento do centro decisório<sup>162</sup> das políticas fiscais, monetárias e

---

<sup>161</sup> Embora Conceição Tavares tenha efetivamente estruturado um programa de pesquisa aberto e que permita apreender os lugares diferenciados que ocupam os instrumentos de enquadramento hegemônico de outra natureza (política, militar e ideológico), a maioria dos seus próprios textos versou sobre a dimensão e instrumentação econômica da hegemonia. Neste campo, como reconhece a própria autora, Fiori foi forte referência na introdução “formal” dos estudos da “geopolítica” no grupo de pesquisa.

<sup>162</sup> Ver sobre a relação entre os problemas do subdesenvolvimento e da orientação do poder de centros de decisão em Furtado (2013, p. 49–50). Tavares, em “Globalização e Estado Nacional”, também reitera sua preocupação com a problemática: “confusões ideológicas à parte e mesmo aceitando que o regressismo conjuntural possa ser mais duradouro, só posso terminar este ensaio com as palavras de mestre Furtado na sua constante busca pela existência de uma Nação Brasileira: ‘O ponto de partida de qualquer novo

econômicas gerais do estado brasileiro. Esta inclinava sua subordinação ao comando externo e a uma orientação ideológica de forma irredutível ao que tinha sido ao longo, não apenas da década anterior, mas de todo o século.

A pesquisa sobre a hegemonia americana trata de uma relação social de dominação internacional, bem como da identificação da natureza dos instrumentos através dos quais determinado grupo social impõe uma determinada configuração destas mesmas relações sociais de dominação, tendo em vista suas próprias concepções de mundo, interesses e objetivos. A partir daí, pode-se dizer que, nesta fase da pesquisa de Conceição Tavares, diferentemente da anterior, o seu foco no objeto desloca-se sem alterar sua estrutura teórico-analítica: ela está preocupada em responder como os grupos dominantes (estatais e privados) instrumentalizam, de forma interdependente, os poderes econômico, militar e político-ideológico. Não se trata apenas, assim, de apresentar a situação posta à acumulação de capital, ao subdesenvolvimento ou ao crescimento econômico, mas também em perguntar como tais problemáticas intervêm nos objetivos e interesses dos referidos grupos dominantes, “hegemônico” ou “subordinados” no quadro das relações nacionais e internacionais<sup>163</sup>.

Coloquemos separadamente em duas próximas subseções, pois, em perspectiva os desafios à posição “hegemônica” e às diferentes posições “subordinadas”.

### 3.3.2. A posição hegemônica em perspectiva

Valendo-se da evolução da interpretação de Tavares sobre “estado e política”, parece-nos relevante, assim, reter de forma mais precisa quem são os atores que exercem a proposta hegemônica. Se, do título, seu clássico trabalho já se aponte para a resposta “Estados Unidos”, há igualmente de se perguntar a quem se refere, quando se fala em “Estados Unidos”. Em “A Retomada da Hegemonia Americana”, só há sentido analítico falar em “poder” e “capacidade de enquadramento” quando combinado, de

---

projeto alternativo de Nação terá que ser, inevitavelmente, o aumento da participação e do poder do povo nos centros de decisão do país, (sublinhado meu)” (TAVARES, 2002, p. 34 - grifos da autora).

<sup>163</sup> Há, é claro, implicações macroeconômicas, distributivas e estruturais gerais desse exercício de poder que poderiam acabar, por vezes, se mostrando até mesmo contraditórias aos próprios objetivos de longo prazo identificados da potência hegemônica. A retomada da hegemonia americana significaria tão somente dar “aos EUA a capacidade de retomar a iniciativa”, “apesar de mergulhar o mundo numa recessão generalizada” (TAVARES, 1985a, p. 30). A posição dominante dos EUA faz apenas com que os “destinos da economia mundial (...) [encontrem-se] na dependência das ações da potência hegemônica” (*ibidem*).

forma precisa, aos “atores” ou “sujeitos sociais” que detêm e exercem esse poder. De fato, de forma consistente com sua concepção de dominação interna de estado-nação, Tavares (1985b, p. 29) refere-se à “elite financeira e militar” que comanda o alto estado e capital estadunidense. Os pactos de dominação internos a cada estado-nacional podem ou não situar a problemática “nacional” de forma combinada aos interesses “classes subordinadas”, mas certamente vão procurar *apresentar* os interesses das classes dominantes como representativas de um suposto interesse comum, “nacional” – este é parte do lugar lógico da “hegemonia” interna a cada espaço-nacional (a ideologia enquanto instrumento ideológico de dominação, que se torna “consentida”). É neste sentido que a problemática de Conceição Tavares a respeito da hegemonia americana não passa, ao menos num primeiro momento, a um suposto “interesse americano geral”, muitas vezes entendido como à recuperação da performance macroeconômica dos EUA. De forma mais precisa, o “ordenamento mundial” em cada fase histórica é subproduto da competição intercapitalista e interestatal por poder e riqueza a que as altas frações de capital e o alto estado a que os estados-nação centrais estão inevitavelmente sujeitos.

No capítulo precedente, ao escrever sobre o “preâmbulo” da retomada da hegemonia americana, trouxemos à tona uma breve periodização dos dilemas da hegemonia americana desde o pós-segunda guerra baseados no importante trabalho de 1980 produzido por Tavares e Teixeira. Àquela altura, a sustentação e os efeitos do que futuramente viria a se chamar de “Choque de Volcker” eram ainda incertos e o seu impacto, para o reordenamento mundial e a competição intercapitalista e interestatal a este associado, dificilmente poderia ser antecipado (TAVARES E TEIXEIRA, 1980, p. 18–19). Cinco anos depois, em a “A Retomada da Hegemonia Americana”, seus efeitos sobre a problemática hegemônica já se mostrariam aparentes. Tavares e Fiori (1997, p.8), em perspectiva, escrevem que:

numa época em que era comum escrever sobre o ‘declínio’ dos EUA e o surgimento de uma nova ordem ‘policêntrica’, o artigo de Conceição Tavares defendeu, na contramão do consenso então vigente, que os movimentos de desregulação e financeirização da economia internacional não eram fruto de um desenvolvimento espontâneo e autônomo das forças de mercado. Pelo contrário, faziam parte de um esforço estratégico bem-sucedido de restauração da hegemonia mundial dos EUA, posta em xeque durante os anos setenta.

Maria da Conceição Tavares coloca na organização e desorganização do sistema monetário-financeiro internacional o ponto de partida para analisar a problemática hegemônica. Nesta seção nos perguntamos, assim, como que a moeda se interpõe sobre os objetivos militares-estatais e interesses de valorização de capitais dos principais atores em disputa no sistema internacional. Veremos que, em se prestando atenção rigorosa em certas passagens centrais da obra da autora, revelam-se peças da estrutura teórico-analítica de Tavares próprias ao objetivo anunciado de seu clássico artigo<sup>164</sup>. Estamos particularmente focados nos elos materiais que fazem a passagem histórica da “descentralização dos interesses privados e regionais” (movimento policêntrico) (TAVARES, 1985a, p. 6) à articulação “em seu proveito [dos EUA] dos interesses do rebanho disperso” (*ibidem*, 1985b, p. 34). Estas peças, veremos, são importantes aos propósitos desse capítulo.

### 3.3.2.1. Moeda e Crise Hegemônica: movimento policêntrico e descentralização de interesses

É importante, assim, começar pela compreensão de algumas das regras básicas dos acordos assinados em 1944 na cidade de Bretton Woods (EUA), que deram certo ordenamento ao sistema monetário internacional até início dos anos 70<sup>165</sup>. A vigência dos acordos dependia de dois compromissos básicos, a saber: que os EUA fariam a conversibilidade do dólar em ouro e que esta conversibilidade se daria a uma taxa fixa previamente determinada. As alterações desses compromissos, se porventura necessários, deveriam ser acordadas a partir de um centro decisório dentro dos fóruns do FMI, conferindo-lhe certo caráter multilateral. Tendo em vista que os acordos também traziam um período de rigidez na mobilidade internacional dos capitais – salvo em operações financeiras de origem comercial (TORRES FILHO, 2013, p. 435) –, as alternativas de readequação do Balanço de Pagamentos passavam majoritariamente ou pela utilização dos recursos do FMI ou pela requisição de desvalorização cambial –

---

<sup>164</sup> “O que este ensaio pretende demonstrar é como esta vitória ‘político-ideológica’ foi **precedida** por um **reenquadramento** por parte do governo americano do **movimento policêntrico** que vinha tendo lugar a partir da **transnacionalização** dos capitais de origem norte-americana” (TAVARES, 1985a, p. 29 - grifos nossos).

<sup>165</sup> Para uma análise crítica e completa, ver o inestimável trabalho “Do ouro imóvel ao dólar flexível” (SERRANO, 2002).

ambas as formas devendo passar pelos fóruns decisórios do FMI<sup>166</sup>. Robert Triffin (1972) identificaria aí uma expressão da contradição fundamental do arranjo de Bretton Woods, abrindo as bases para uma interpretação que se tornaria bastante conhecida entre os debatedores do tema, incluindo Conceição Tavares<sup>167</sup>. Para o autor, para que os países inseridos no sistema monetário internacional encontrassem-se livres de problemas no Balanço de Pagamentos, era necessário que os EUA tivessem déficits globais no BP, seja pelas transações correntes, seja pela conta capital ou em ambos. Entretanto, no momento em que isso acontecesse, o crescente acúmulo de dólares provocaria desconfiança nos demais atores quanto à capacidade dos EUA garantir a conversibilidade à taxa fixa previamente acordada, o que poderia levar à pressão pela conversão, aprofundando a contradição e dificultando a solução histórica de financiamento do gasto federal do país<sup>168</sup>.

Se, no início dos anos 70, ambos os compromissos foram rompidos de maneira unilateral pelos EUA, já há algum tempo que pairavam tensões no plano internacional quanto aos desdobramentos do acordo. Durante a maior parte da década de 50, os EUA acumularam superávits comerciais, o que colocava o resto dos países capitalistas em dificuldade de manter o fluxo de divisas ordenado, a uma taxa de câmbio fixa de suas moedas frente ao dólar. A partir da década de 60, as relações econômicas internacionais passam, entretanto, por sensível inflexão. Os EUA passam a enfrentar de maneira sistemática a resposta competitiva dos capitais produtivos japoneses e alemães, o que diminui significativamente seu superávit comercial (que chegaria a ser deficitário em alguns anos da segunda metade da década). Ao mesmo tempo, os bancos norte-

---

<sup>166</sup> Há movimentos relevantes para o ordenamento do sistema, mas que não estavam previstos nos acordos. É o caso do Plano Marshall, por exemplo, para a compreensão do influxo de capitais americanos na Europa.

<sup>167</sup> O autor tem explícita influência na interpretação de Conceição Tavares (BRAGA, 1997, p. 31) e na agenda de pesquisa coletiva que abre (*Poder e Dinheiro*). Entretanto, um desdobramento crítico da hipótese de Triffin, em certo sentido subproduto desta mesma agenda de pesquisa, pode ser encontrado em Serrano (2002). Não encontramos referências a Triffin na obra de François Chesnais *A Mundialização do Capital*.

<sup>168</sup> O “Dilema de Triffin” é sintetizado por Serrano (2002, p.246) da seguinte forma: “quanto mais o país central acumular sucessivos déficits da balança de pagamentos financiados em sua própria moeda, maior tenderá a ser a razão entre a quantidade de moeda-chave em circulação na economia mundial e as reservas de ouro do país central. Se o processo continua por muito tempo, fatalmente a falta de lastro em ouro da moeda-chave ficará cada vez mais clara e a manutenção da conversibilidade ficará cada vez mais problemática. Assim, o “dilema” viria da contraposição de dois fatos. De um lado, se o país central tem déficits persistentes, a conversibilidade e a sobrevivência do sistema serão ameaçadas. Mas se, por outro lado, o país central evitar déficits na balança de pagamentos à guisa de manter a moeda-chave com uma cobertura razoável em ouro, o comércio mundial não poderá crescer satisfatoriamente, pois haverá uma crônica falta de liquidez internacional”.

americanos começam a entrar na Europa e, negociando no mercado de euro-moedas, começam a criar ativos financeiros denominados em dólares à revelia dos controles do FED ou das instituições de Bretton Woods. Tais movimentos fazem com que haja crescente acúmulo de reservas e ativos em dólares pelos diferentes atores, privados e estatais, que deveriam, em tese, ter sua conversibilidade em ouro à taxa fixa previamente acordada.

Durante a década de 60, o fato de que o preço do ouro no mercado londrino tinha se descolado da taxa de conversão ouro-dólar já seria uma expressão desta instabilidade sistêmica, que sinalizava “que os negociantes de moedas atribuíam uma probabilidade não desprezível a uma desvalorização do dólar” (EICHENGREEN, 2002, p. 163). Ao mesmo tempo, já havia contestação e insatisfação de diferentes altos estados quanto às condições que lhes eram impostas por conta do arranjo e das condições de refinanciamento. Dentro dos arranjos multilaterais, posições como as denúncias de De Gaulle, pelo lado da França, do “privilégio exorbitante” dos EUA (*ibidem*, p. 193), decorrentes de sua suposta capacidade de senhoriagem da moeda internacional, recorrentemente davam lugar às propostas de reordenamento do sistema monetário internacional (que passasse pela diminuição da importância relativa do dólar, quer fosse através de direitos especiais de saque, quer se constituísse através de atribuição de maior importância ao ouro)<sup>169</sup>.

No início dos anos 70, os EUA rompem unilateralmente com os dois compromissos básicos do acordo de Bretton Woods (paridade dólar-ouro em 1971 e conversão dólar-ouro em 1973). A tentativa passaria por recuperar o saldo comercial e a valorização do capital produtivo estadunidense através da desvalorização cambial<sup>170</sup>. O dólar, entretanto, entra em período de forte desvalorização/volatilidade frente aos demais ativos financeiros internacionais, minando sua posição como moeda de referência do sistema financeiro internacional e impondo problemáticas à política monetária do país que não se encontravam até então. Tal movimento interpõe-se de maneira fortemente diferenciada sobre os interesses, objetivos e alianças que estruturam a proposta hegemônica e suas implicações para o resto do mundo.

---

<sup>169</sup> Ver sobre os “direitos especiais de saque” em Eichengreen (2002, p. 162–184).

<sup>170</sup> Panitch e Gindin (2012) mostram, ainda, que nesta época houve já uma incipiente tentativa de aumento de juros do FED, abortada em função de seus efeitos então contraditórios no sistema financeiro interno aos EUA.

Tendo estabelecido este pano de fundo fornecido pelo sistema monetário internacional, podemos agora estudar como isto intervém na “descentralização de interesses” e “polícentria” a que nos referimos previamente (TAVARES, 1985b, p. 29). Em outras palavras, como está evoluindo a competição/aliança que estrutura a problemática hegemônica. É importante notar que, já muito antes do lançamento de seu clássico artigo sobre a retomada da hegemonia americana, Tavares já antecipa que a relação orgânica de estado com certas frações de capital que lhe confirmam base de sustentação social possa criar uma solidariedade de interesses internacional com apoio de um forte estado nacional:

A unificação transnacional dos esquemas de valorização do grande capital não implica, como muitos autores parecessem supor, na tendência à desaparecimento do Estado Nacional como agente articulador, em cada mercado, dos capitais locais com a empresa multinacional. Muito ao contrário, a necessidade permanente de administrar esta articulação impõe um avanço do assim chamado “capitalismo monopolista de Estado”. Embora esta “administração” esteja limitada a um espaço econômico que só alcança uma fração do capital global internacionalizado, em geral dominante nos mercados hospedeiros, o Estado Nacional tem de operar esta articulação não apenas no interesse e “defesa” do capital local (que aparentemente lhe dá a base de sustentação política), mas também para garantir a reprodução ampliada da fração do capital internacional ali ancorada. É neste sentido que os interesses são convergentes e que se “solidarizam” os blocos de capital privado local, internacional e estatal (TAVARES E BELLUZZO, 1980, p. 6).

A crise americana e a combinada organização do sistema monetário erigido sobre os acordos de Bretton Woods impunham um reordenamento das alianças/competições hegemônicas (TAVARES, 1984a e 1985; TAVARES E BELLUZZO, 1980; TAVARES E TEIXEIRA, 1980).

A exportação de capitais monetários dos EUA para a Europa e Japão cria uma solidariedade de interesses entre capitais privados “transnacionais” que desestruturam o sistema de Bretton Woods. Ademais do dilema a que sujeitaram o FED, o “endogeinização internacional da moeda” (TAVARES E MELIN, 1997) e os petrodólares criam espaços de valorização independente e descompromissados com os objetivos e interesses do alto estado e capital produtivo dos EUA. Se os interesses do alto capital monetário estadunidense se confundiam à massa financeira de propriedades europeias e dos NICs em valorização a partir do mercado de euro-dólares, os interesses do capital produtivo e objetivos estratégicos dos altos-estados europeus e asiáticos não estavam bem alinhados com os do alto capital e alto estado dos EUA. A Alemanha, o

Japão e a França reclamavam por um reordenamento do sistema monetário internacional que retirasse qualquer concepção de “privilégio” que este desse à gestão monetária e fiscal dos EUA.

A desestruturação do sistema monetário internacional pressiona contra a solidariedade transnacional dos capitais produtivos da tríade e o conflito de classes interno à potência hegemônica. No pós-guerra, a internacionalização do capital dos EUA engendrou a “generalização do padrão manufatureiro americano” (TAVARES E TEIXEIRA, 1980, p. 5), e a recuperação econômica da Europa e do Japão do pós-guerra tinha sido feita de forma solidária à valorização do capital produtivo dos EUA. Japão e Alemanha, entretanto, organizaram respostas competitivas e seus capitais industriais, em franca atualização tecnológica, vinham corroendo os espaços de valorização do capital produtivo estadunidense na última década e meia anterior ao “Choque de Volcker” (*ibidem*, p. 10–15). A estagflação da economia americana e os ensaios de desvalorização competitiva do dólar mostraram-se incapazes de fazer recuperar a valorização da fração produtiva do capital produtivo americano que se mantiveram atrás na disputa comercial frente às concorrências japonesas e alemãs. A inflação exprimia um conflito distributivo aguçado nos EUA, pressionado pelas desvalorizações do câmbio, pela ainda então forte organização sindical dos EUA e pelo fim dos sucessivos ganhos de produtividade da era fordista. As tentativas de recuperar a valorização do capital produtivo americano pela desvalorização do dólar, assim, não surtiam efeito e, de quebra, ainda minavam a posição do dólar como moeda internacional (*ibidem*, p. 15).

Pelo lado do conflito inter-estatal militar, a dinâmica da Guerra Fria (notadamente, guerra do Vietnã) pressionava o alto estado americano pelo aumento de gastos públicos. Um novo arranjo de financiamento e atualização produtiva e tecnológica compatível com a visão bélica do país era uma segunda perna do desafio a que se sujeitava o estado-nacional estadunidense na década de 70, pressionando o tesouro americano numa direção distinta daquela a que se sujeitava o FED. Se bem a presença da OTAN garantisse algum alinhamento político do bloco ocidental (*ibidem*, p. 11), havia certa pretensão de soberanias relativas no campo que os EUA consideravam sua “base ampliada do pacífico”. Entretanto, nesse campo, o confronto com a URSS e sua esfera de aliança, bem como frente aos países não alinhados, impeliu uma problemática bélica específica ao alto estado americano. O financiamento dos gastos militares, a atualização produtivo-tecnológica e, enfim, a soldagem da aliança ocidental

em processo de desestruturação com a crise dos anos 70 constituíam-se como algumas das principais projeções econômicas à problemática militar estadunidense.

Em síntese, os capitais monetários da tríade EUA-Europa-Japão solidarizavam-se no plano internacional, seus capitais produtivos passaram a competir abertamente e o alto estado americano via-se defronte a uma problemática a princípio relativamente cindida das estratégias de valorização do alto capital monetário do país, sem encontrar meios de soerguer o capital produtivo estadunidense e sob inegligenciável contestação estatal (tanto interna ao bloco capitalista quanto frente à URSS).

A compreensão de como a problemática da moeda se interpõe às alianças e competições dos sujeitos sociais que estruturam a proposta hegemônica nos permitirá apreender porque Tavares lê os movimentos do Choque de Volcker como um movimento que “articulou em seu proveito os interesses do rebanho disperso” (TAVARES, 1985b, p. 34) e sustenta que a hipótese básica do artigo é que há um “reenquadramento por parte do governo americano do movimento policêntrico que vinha tendo lugar a partir da transnacionalização dos capitais de origem norte-americana” (*ibidem*, p. 29). Há um novo alinhamento de classe interno aos EUA, permitindo que fração de capital dominante fosse de natureza distinta daquela a que se subordinava o alto estado americano frente à competição intercapitalista mundial. Assim, que instrumentos detinham a elite financeira e militar estadunidense para afirmar sua hegemonia? Em outras palavras, como estes atores poderiam submeter seus principais concorrentes e parceiros aos seus próprios objetivos, bélicos e de valorização – isto é, da combinada acumulação de “poder” e “dinheiro”?

### **3.3.2.2. Moeda e Retomada Hegemônica: reenquadramento (primeira fase)**

A “operação” da “articulação” de interesses e objetivos, não é automática e requer um exercício ativo e consciente, condicionado ao poder dos instrumentos de coordenação disponíveis. Para Conceição Tavares, o “reenquadramento político-ideológico” – que garantiria *futuro consenso* à dominação – tem algo que lhe “precede”, que diz respeito aos dispositivos da “política econômica interna e externa dos EUA”

(TAVARES, 1985b, p. 29–30)<sup>171</sup>. O exercício de poder do alto estado americano, unilateral e arbitrário, tem como marco a saída de Paul Volcker da reunião do FMI em 1979, aduzindo que este “poderia propor o que desejasse, mas os EUA não permitiriam que o dólar continuasse desvalorizado tal como vinha ocorrendo desde 1971” (*ibidem*, p. 33). Mas que mecanismos detinha Volcker para fazer valer seu categórico posicionamento? Estes não eram de forma alguma claros, e Conceição Tavares procura elucidar o tamanho do poder de fogo que é específico à política monetária dos EUA.

A violenta subida da taxa de juros dos títulos públicos seria o ponto de partida à resolução da problemática comum da então renovada forma de valorização do alto capital estadunidense e, também, de seu alto-estado. A subida da taxa de juros é acompanhada de uma emissão de títulos públicos correspondente, de montante que fosse necessário à manutenção desta política. “Esta dívida”, diz Tavares (*ibidem*, p. 35), “é o único instrumento que os EUA têm para realizar uma captação forçada da liquidez internacional e para canalizar o movimento do capital bancário japonês e europeu para o mercado monetário americano”.

Neste momento do sistema monetário internacional, em que o dólar já vencia a disputa da função de *unidade de conta* das transações financeiras na década de 70, assiste aos títulos públicos do tesouro americano assumir a função de *reserva de valor* – função perdida pelo dólar com a grande volatilidade de sua cotação no mercado internacional com a ruptura de Bretton Woods. A manutenção do dólar como meio de quitação de contratos e a defesa do valor real dos títulos públicos americanos explicam-se tanto por razões internas quanto por razões externas aos EUA.

A exorbitante criação de dívida do tesouro americano atrai massas financeiras de propriedade não só estadunidense, mas também da Europa e dos NICs, que encontram todas, ali, um enorme espaço de autovalorização remunerados a partir do juro determinado pelo FED. Pressionando os balanços de pagamentos das periferias e enxugando a liquidez internacional, “não há outra alternativa” de valorização dos

---

<sup>171</sup> Discutindo o conceito de hegemonia, a constatação de Aloísio Teixeira é precisamente correspondente a esta “precedência” que chamamos a atenção de Tavares. Teixeira diria: “a nova forma de dominação – a liderança independente do consentimento – com que os Estados Unidos submetem a todos manifesta-se, antes de mais nada, em sua capacidade de tomar decisões, movidos unicamente por razões internas, desconhecendo solenemente o fato de que essas decisões afetam substancialmente todos os povos e países; é como se não precisassem mais se dar conta dos interesses e aspirações dos demais, que passam a ser considerados simplesmente como não-existentes” (TEIXEIRA, 2000, p. 11- grifos nossos). Embora concordemos com Robilloti (2016) que Conceição passa na década de 80 crescentemente a dar ênfase à interposição da “ideologia” nas dimensões “materiais”, acreditamos que aqui se imponha qualificação. O *consenso* à proposta hegemônica americana vem *a posteriori* de um enquadramento “material”.

capitais para os “grandes bancos internacionais” (*ibidem*, p. 34). À valorização do dólar decorrente deste renovado influxo de capitais junta-se a solução autoritária do conflito distributivo interno aos EUA (apoiada também numa reforma fiscal de cunho francamente regressivo), com consequências centrais à diminuição da inflação – protegendo a valorização real (em dólares) das aplicações em títulos públicos americanos.

No plano das relações internacionais, entretanto, a afirmação de uma moeda hegemônica requeria uma “política externa” que lhe desse suporte, centrada no que Conceição chamaria de “Diplomacia do Dólar” a ser combinada com uma “Diplomacia das Armas” (TAVARES E MELIN, 1997, p. 55–57)<sup>172</sup>. A atração de massa financeira conteria o processo de desvalorização do dólar, recolocando-o na posição de coordenação do sistema monetário-financeiro internacional - ainda que sem qualquer tipo de acordo multilateral, tal como se articulou desde Bretton Woods até as seguidas tentativas de reordenamento durante os anos 70. Ao mesmo tempo, sua agenda política internacional pressionaria os países devedores a “honrar” os serviços financeiros, *em dólar*, de seus respectivos passivos externos. Valia-se, para isso, no caso da América Latina, de seu poder de ingerência sobre as antigas instituições de Bretton Woods, notadamente o FMI, que era o gestor do único fundo significativo restante ao refinanciamento da dívida externa latino-americana. Pode-se argumentar, ainda, que a diplomacia das armas, embora orientada para fazer frente à URSS, servia de um “poder de dissuasão de última instância”, em caso a orientação econômico-política frente à crise do continente fosse por demais antagônica ao projeto hegemônico estadunidense<sup>173</sup>.

A diplomacia do dólar e das armas que se seguem ao Choque de Volcker enfrenta tanto a problemática imposta à valorização do capital monetário dos EUA (e da Europa/Leste Asiático) à escala internacional quanto os desafios geopolíticos do alto

---

<sup>172</sup> Conceição Tavares, já no início da década de 80, procurava apreender as relações do alto estado americano e do capital financeiro, procurando apreender o sentido da ação de sua política externa: “a internacionalização do capital se dá a partir da estrutura da grande empresa, aqui já referida, e condensa todos os mecanismos anteriores de expansão: mercantis, industriais e financeiros. Condensa, também, em suas “políticas externas”, as práticas dos Estados imperiais anteriores, desde a face liberal do comércio exterior, até a face protecionista interna e francamente intervencionista na defesa das reservas estratégicas de matérias-primas. Por isso tudo, implica, também, na imposição de um padrão monetário hegemônico” (TAVARES E BELLUZZO, 1980, p. 6).

<sup>173</sup> Este parágrafo baseia-se também no texto-homenagem de Fiori à Conceição (FIORI, 2000, p. 218–220), em que o autor projeta a relação poder-de-estado e valor-da-moeda, já estudados no capítulo 2 em Tavares (1978), para o campo das relações internacionais.

estado americano. Por um lado, ainda não era tão evidente o declínio da URSS, e a supremacia militar do bloco capitalista necessitava de reafirmação. Os anos 70 haviam tido sensível declínio do orçamento federal militar norte-americano. Do ponto de vista militar, assim, a exorbitante criação de dívidas públicas, combinada com uma reforma fiscal, proveu uma solução de financiamento aos volumosos gastos militares que a ofensiva de Reagan frente a uma tensionada Guerra Fria requeria. O “privilégio” do alto estado americano se manteria precisamente na relação monetário-fiscal, pois “todos os grandes bancos internacionais estão em Nova Iorque, não apenas sob a *umbrella* do FED, mas também financiando obrigatoriamente – porque não há outra alternativa – déficit fiscal americano” (*ibidem*, p. 35). Os EUA passam a enfrentar uma inusitada situação que ficaria conhecida na literatura como *twin deficits* (déficits gêmeos), experimentando, a um só tempo, um não-solucionado déficit na balança comercial e um déficit fiscal. Este último, por sua vez, via crescer pelo lado dos gastos seu componente financeiro e militar. Em que pese tal situação, o capital monetário internacional ainda financiava o déficit americano e era essa uma das principais expressões do poder americano. O aumento expressivo de recursos possibilitava que os EUA levassem ao limite as tensões da Guerra Fria, conferindo renovada pujança à indústria militar americana.

No que toca à valorização e a competição intercapitalista, a questão posta ao alto à elite financeira americana articulada no FED era como recuperar o processo de valorização do capital monetário e garantir soberania na condução das políticas internas sob sua ingerência (mormente monetária e fiscal), em um mundo em que o dólar se desvalorizava e os capitais financeiros buscavam valorização em praças que se propunham a fazer política de forma autônoma aos EUA, como o Japão e a Alemanha<sup>174</sup>. Embora passando por violenta tensão estrutural interna (que levou à desvalorização de capitais produtivos estadunidenses tecnologicamente defasados e alguns bancos), o aprofundamento dos gastos militares (“keynesianismo bélico”) e a abertura ao investimento externo moderno da Europa e do leste asiático (Japão), os EUA passam por um período de renovado crescimento econômico (TAVARES E MELIN, 1997, p. 74), garantindo também espaços de valorização produtiva comum ao capital financeiro triádico e se reafirmando como a *trade locomotive* mundial.

---

<sup>174</sup> Vale notar que, quando Tavares e Melin (1997, p. 68) escrevem que o dólar não esteve verdadeiramente ameaçado, referem-se à “última década e meia”, portanto, a partir de consolidado o Choque de Volcker.

Já em 1985, Conceição afirmou que “a resposta europeia e japonesa tem sido forçosamente de ‘aliança’ com os EUA” (TAVARES, 1985a, p. 12 - grifos nossos). Nenhum outro país estava efetivamente pronto a oferecer uma alternativa estratégica crível e realista para estes poderes de fogo norte-americanos e os países subordinados tiveram uma articulação monetária-fiscal muito mais complicada do que a experimentada a partir do alto estado estadunidense. Era específica aos EUA a possibilidade de criar ao mesmo tempo uma massa de títulos públicos de volume muito superior ao de qualquer país tido isoladamente por dispor de todos os demais instrumentos, meios e compromissos em manter o dólar valorizado.

A enorme massa de ativos financeiros da década anterior, quando denominada em múltiplas unidades de conta, tinha liquidez restrita e ficava, ainda, sujeita a fortes riscos de desvalorizações de sua massa. Não havia assim reserva de valor que desse suporte às transações financeiras e fosse referência à acumulação. Principalmente após a declaração unilateral de inconvertibilidade do dólar em ouro, o dólar passa por sucessivas desvalorizações e nenhum outro ativo financeiro tinha volume e estabilidade, fazendo com que o sistema não dispusesse mais de uma única unidade de conta dos contratos e nem mesmo possuísse uma moeda que funcionasse de reserva de valor seguro (o que fazia até crescer o interesse e a possibilidade de denominação das transações financeiras em outras moedas, como o iene e o marco alemão). Com o Choque de Volcker, a valorização do dólar possibilitada e a enorme massa de títulos públicos do tesouro americano, o novo sistema monetário-financeirizado encontra uma unidade de conta segura, garantindo maior segurança nas operações de risco. Mais importante, os títulos do tesouro americano passam a servir como reserva de valor e, enquanto o FED sanasse suas obrigações, garantiria segurança ao capital monetário e remuneração à taxa de juros do FED.

Em síntese, conforme sustenta Tavares (1985b, p. 37), a diplomacia do dólar cumpria o seu papel quando soldava "os interesses do capital financeiro internacional, sob comando americano". A diplomacia do dólar forte arrebanhava, dentro dos marcos do bloco capitalista, a fração monetária do capital financeiro que se internacionalizava, ao mesmo tempo em que financiava o crescente e exorbitante déficit fiscal que se direcionava para o setor armamentista e operava uma redistribuição regressiva da renda. No que toca ao reordenamento do sistema monetário e financeiro internacional, esta se resolve de maneira unilateral, quando a moeda internacional não teria mais “lastro” em

ouro - o dólar e o título público americano cumprirem as funções da moeda internacional, de reserva valor e unidade de conta. Do ponto de vista do alto capital dos países capitalistas centrais, a política de Volcker abre um amplo espaço de valorização financeira (grandemente, agora, de caráter ‘fictício’), dando lugar a um *momentum* de participação no exercício hegemônico sem igual das elites financeiras (em particular, embora não unicamente, a estadunidense) que se encontram em capacidade única de deliberar soberana e unilateralmente pela política monetária e fiscal dos EUA. Do ponto de vista militar, a solução de financiamento, a atualização tecnológica e o acesso à riqueza disposta no espaço estadunidense permitem igualmente propor uma soberania bélica unilateral no plano internacional. A combinação da dupla diplomacia articulava o aprofundamento dos gastos militares – o “keynesianismo bélico” – para sustentar a posição frente à URSS, bem como garantir que, em última instância, o lidar com as obrigações em dólar dos países endividados sob influência americana não fosse através de uma ruptura e alinhamento com outras propostas de hegemonia. A estratégia minava as possibilidades de refinanciamento da dívida do “Terceiro Mundo” grandemente aumentada na década de 70, ao mesmo tempo em que pressionava as inflações regionais e se impunham como norma o ajuste recessivo e a liberalização financeira através do FMI. Os capitais produtivos intra-triádicos, por fim, passam a encontrar no crescimento dos EUA um importante espaço comum de valorização, ainda que parcela antiga do capital produtivo norte-americano tenha tido de sofrer definitiva desvalorização.

Os desdobramentos dos anos 80 e 90 viriam a confirmar a hipótese básica de Tavares, de que a tendência à descentralização (dos interesses privados e regionais percebida por diferentes autores a respeito das perspectivas da economia política internacional nos anos 70) estava sendo revertida e centralizada sob coordenação das elites financeiras e militares que se entrelaçavam a partir do alto estado americano. Esta, entretanto, não estava consolidada em meados dos anos 80 e nos é forçoso estudar a necessidade de “reafirmação” da proposta hegemônica dos EUA.

### **3.3.2.3. Moeda e Reafirmação Hegemônica: reenquadramento (segunda fase)**

A política de liberalização financeira, em conjunção com o aumento exponencial da massa de ativos financeiros, promove um aumento das transações financeiras

internacionais e mantém a forte pressão à volatilidade nos diferentes mercados monetários. Isso abre ao capital monetário tanto a possibilidade de ganhos financeiros ligados à especulação com moedas e arbitragem (com as diferentes taxas de juros dos bancos centrais nacionais), quanto cria um mercado de risco, em que se desenvolvem inovações financeiras ligadas ao que se chamaria de “derivativos” operadas mormente por companhias de *Hedge* (TAVARES E MELIN, 1997, p. 65). A taxa de juros do FED já é significativamente inferior nos anos 1985-1990 em relação à primeira metade da década e sofre nova redução de patamar nos cinco anos seguintes. Ao mesmo tempo, dá-se início aos “Acordos de Plaza”, em que os EUA conseguem articular uma desvalorização coordenada do dólar frente às principais moedas internacionais<sup>175</sup>. Com o desmantelamento da União Soviética<sup>176</sup>, podem-se agrupar, em dois grandes grupamentos de fenômenos intra-bloco capitalista, as razões pelas quais a hierarquia e a estrutura da hegemonia americana ainda necessitariam de reafirmação após 1985: as “respostas nacionais” dos competidores/aliados e os desdobramentos internos do sistema monetário e financeiro internacional.

De fato, se bem parcela do alto capital produtivo estadunidense tenha recuperado seu próprio processo de valorização a partir do mercado interno dos EUA (e, num segundo momento, também externo), a balança comercial do país mantém-se forte e crescentemente deficitária. Desde a segunda metade da década de 80, diversos analistas colocavam que, em função da fragilidade “estrutural” do país (grandemente “percebida” através dos *twin deficits*), haveria, em algum momento, uma “fuga do dólar” e se ancorariam sobre outras moedas. Japão e Alemanha, além de manterem forte a valorização de seus respectivos capitais produtivos e enormes saldos comerciais, procuram fazer política monetária e fiscal autônoma aos EUA.

A força de suas “respostas nacionais”, traduzida no enfrentamento comercial que se sobrepôs à desvalorização do dólar via Acordo de Plano, chegou a impor atualização

---

<sup>175</sup> As razões pelas quais os EUA tomam essa iniciativa abrigam diferentes interpretações. Por um lado, aparece como uma nova tentativa americana de recuperar a competitividade comercial do país, que via a balança comercial aprofundar seus déficits frente a Japão e Alemanha. Por outro lado, a julgar pela descrição do posicionamento do *Board* do Morgan no alto estado americano, os déficits comerciais não eram vistos como “um problema”, podendo ser remediados por uma “estratégia de competitividade” (TAVARES, 1985a, p. 43). Tal processo corresponderia, igualmente, a uma perda patrimonial relevante dos detentores da dívida pública americana, notadamente os grandes bancos japoneses (TAVARES E MELIN, 1997, p. 61).

<sup>176</sup> Medeiros (2008) faz importante reflexão sobre o desmantelamento da URSS, coadunando fatores políticos e econômicos externos e internos – no que dá ênfase à desorganização militar que se segue à derrota no Afeganistão e que, ao desestruturar o aparato de coesão federativa soviética, impede uma resposta soberana à forte crise econômica e externa de fins dos anos 80.

nos mecanismos de coordenação hegemônica internos ao vitorioso bloco capitalista da Guerra Fria<sup>177</sup>. Japão e Alemanha continuaram, nesse momento, tentando erigir uma moeda internacional e fazer política monetária e fiscal autônoma aos EUA. Mas, a despeito da força dessas respostas, o iene não chegava a ser usado nem nas importantes praças financeiras de Hong Kong e Cingapura como unidade de conta (*ibidem*, p. 69) e a maior ambição alemã se materializaria e limitaria futuramente no Euro que, em meados da década de 90, ainda era um projeto carente de afirmação. A força atualizada dos mecanismos/instrumentos de coordenação hegemônica monetário-financeira, argumentaria Tavares e Melin, sobrepõe-se à evolução da competição produtiva intercapitalista.

Com a diminuição de patamar das taxas de juros do FED, os títulos públicos estadunidenses deixam de servir de ativo central à valorização financeira dos capitais monetários internacionais, que mudam suas estratégias de valorização. Conforme já anunciado, passam, a partir de então, a valorizar-se através dos ganhos com a especulação nos mercados cambiais, com a arbitragem de juros possibilitada pela liberalização financeira e, por fim, com as operações com derivativos das companhias de hedge. O título público do tesouro americano mantém-se, entretanto, como ativo de segurança máxima do sistema e “converte-se em ativo internacional, utilizado nas carteiras de quase todas as instituições financeiras” (TAVARES E MELIN, 1997, p. 67). Conjuntamente com o dólar, exercem no “sistema monetário financeirizado” as funções de segurança e de provisão de liquidez (*ibidem*, p. 63–64), o que é um desmembramento da função clássica de “reserva de valor”.

Ainda que tenha havido sensível aumento das transações financeiras internacionais entre diferentes países, o dólar manteve-se presente “em alguma das pontas”, mantendo-se como unidade de conta básica mesmo em operações plurimonetárias (*ibidem*, p. 62–63). Parece-nos possível ler tal movimento em função do fato de que o mercado de hedge com derivativos em crescimento é fortemente concentrado e dominado pelos atores do sistema financeiro dos EUA, cujos negócios se estruturavam, de antemão, com o dólar em uma das pontas. Suas operações

---

<sup>177</sup> Trata-se de analistas com diferentes interpretações sobre o fenômeno. Aloísio Teixeira, por exemplo, em 1994, não foi imune à hipótese. Revendo suas próprias posições, o autor colocaria anos mais tarde que “a leitura feita pela maioria dos analistas convergiu para a opinião de que se era verdade que os Estados Unidos haviam deslocado suas peças no tabuleiro com vistas a restaurar sua dominação, seus parceiros e competidores no mundo capitalista haviam contra-atacado e, de tal modo, que pareciam estar tendo a iniciativa no jogo” (TEIXEIRA, 2000, p. 3)..

internacionais eram a base do grande mercado de derivativos que se desenvolveu a partir de fins dos anos 80 e projetam, através de sua “vitória” na competição intercapitalista nos mercados financeiros internacionais, a organização e as particularidades do sistema financeiro dos EUA para o resto do mundo<sup>178</sup>.

Neste momento, os instrumentos materiais de coordenação hegemônica passam por certa inflexão. Não se trata mais, como seria até 1985, do fato dos títulos públicos americanos serem o instrumento direto de atração de capital monetário internacional e que submeteria os demais estados nacionais às difíceis condições impostas por ocasião das suas respectivas necessidades de refinanciamento do balanço de pagamentos. Nesse ínterim, o papel desempenhado pelos agora “limitados” fundos do FMI na imposição das condições hegemônicas no início dos anos 80 é gradativamente reduzido (*ibidem*, p. 69). Com o forte desenvolvimento das inovações e liberalizações financeiras, a possibilidade de arbitragem com taxas de juros de diferentes países pressionaria por um alinhamento “*automático*” (ou, “via mercado”) das políticas monetárias dos diferentes bancos centrais mundiais àquela determinada unilateralmente pelo FED.

As expectativas de valorização ou desvalorização cambial levariam, por si só, a fortes entradas e saídas da grande massa de capital líquido, frente às quais mesmo os Bancos Centrais mundiais teriam poucos instrumentos – mesmo os de países “de moeda forte” e/ou com o apoio do FMI (TAVARES, 1993a, p. 41). Maria da Conceição Tavares ressalta, nesta fase, que as relações Bancos Centrais-Tesouros Nacionais viram o epicentro do arbítrio distributivo que se faz através do estado, pois é a partir deste centro decisório/institucional que, em meio às crises financeiras/cambiais que irrompem esporadicamente, dá-se a “sanção de ganhos” e a “distribuição de perdas” das oscilações patrimoniais, financeiras e cambiais (FIORI, 1997, p. 143; TAVARES, 1993a, p. 55; TAVARES E MELIN, 1997, p. 67). O único Banco Central que não tem como sofrer um ataque especulativo contra a sua própria moeda é o FED, e os títulos do tesouro estadunidense não pagam, igualmente, um “prêmio de risco” cambial.

---

<sup>178</sup> A nosso juízo, não estão tão claras as razões deste fenômeno específico – a manutenção do dólar como unidade de conta entre 1985 e 1996 - em Tavares e Melin (1997). As linhas que escrevemos a esse respeito baseiam-se também, assim, tanto na estrutura argumentativa de sua histórica trajetória de pesquisa, quanto de uma leitura do texto de Braga (1997, p. 198–199) - explicitamente referenciado em Tavares e Melin (1997, p. 63). Braga (1997) desenvolveu conhecida tese sobre “financeirização” em 1985 sob orientação de Luiz Gonzaga Belluzzo. Ademais, Tavares e Melin (1997, p.62) dizem que: “a presença ‘obrigatória’ do dólar em ao menos uma das pontas de todas as operações de securitização e arbitragem nos principais mercados de derivativos cambiais afirma definitivamente a posição dominante da moeda americana nos mercados financeiros globalizados”.

Durante a década e meia de vigência da diplomacia do dólar, frente às grandes oscilações da taxa de juro do FED (entre 20% e 4,5% ao seu *desideratum* entre 1979 e 1990), não há a temida “fuga do dólar” (TAVARES E MELIN, 1997, p. 62–63). Pelo contrário, o dólar apenas se solidifica como referencial básico para o sistema financeiro internacional, na medida em que o aumento exorbitante da volatilidade monetária e da especulação financeira relacionada a partir de 1988 (quando teria se completado a desregulação dos países capitalistas avançados) acontece, *pari passu*, ao crescimento do volume de derivativos ligados a operações de securitização de risco e arbitragem financeira - todas com alguma “ponta” denominadas em dólar e com forte concentração operacional de instituições financeiras estadunidenses.

Às sucessivas bolhas e ataques contra moedas que se seguem indistintamente entre países de moedas “fortes e fracas” no início da década de 90, o FED inicia a coordenação à margem das agências multilaterais, diretamente entre bancos centrais. Os títulos do tesouro americano passam definitivamente a servir menos como ativo direto de valorização patrimonial, mas sim como base de cálculo e moeda financeira. Tal movimento coloca-se, inclusive, contra países que empreenderam respostas nacionais pretensamente soberanas e consistentes, minando, como veremos mais a frente para o caso do Japão, suas autonomias fiscais. A *reafirmação* hegemônica vale-se do peso da massa financeira líquida global para impor, a partir dos anos 90, uma “coordenação hegemônica informal à margem da atuação das agências multilaterais” (*ibidem*, p.62), sob supervisão do FED. Ficaria claro, entretanto, que a única moeda e política monetária/fiscal autônoma *a dos demais países* é aquela referenciada no dólar. É importante notar que, nesta fase, a grande mobilidade de capital monetário, embora encontre no FED seu principal “apoio de estado”, impõe, mesmo a este, certos limites instrumentais na condução de suas políticas (*ibidem*, p. 70)<sup>179</sup>.

### 3.3.3. As posições subordinadas em perspectiva

---

<sup>179</sup> Ver também a aproximação a que se permitem Tavares e Melin (1997, p. 65): “daí a coordenação, espontânea ou forçada, com o dólar, por parte de todos os bancos centrais relevantes, sob comando do FED. Como é natural, vários bancos centrais, ao seguir esta política de ‘coordenação’ (*que alguns autores chamariam ‘ditadura do capital financeiro’* [monetário], por contraposição à visão neoliberal da ‘soberania e espontaneísmo de mercado’ tendem a entrar em contradição com as políticas nacionais de gasto fiscal, em particular as de natureza social”. Em síntese, o que chamamos aqui de “capital monetário” ganharia *momentum*, mesmo frente ao “alto estado” americano, na condução da proposta hegemônica.

Medeiros (1997) lembra que, nos anos 80 e 90, as interpretações dominantes promulgadas pelos principais organismos de pesquisa internacional giravam entre a afirmação de que as disparidades de desempenhos econômicos observadas entre os países eram devido, ou a persecução de políticas econômicas “corretas” (*market-friendly*), ou em razão da existência de “fundamentos” econômicos sólidos – em termos, por exemplo, de desenvolvimento exportador, educação, equilíbrios macroeconômicos, uso de tecnologias modernas e política & desenvolvimento industrial (MEDEIROS, 1997, p. 282–285). Alternativamente, a pesquisa que promove Tavares (e, até aí, também os demais participantes do livro *Poder e Dinheiro*) coloca que as condições econômicas nas quais cada economia se insere são fortemente determinadas pelo lugar que ocupa cada estado-nacional dentro da proposta hegemônica geoeconômica e geopolítica (TAVARES, 1999). Isto é, o estado hegemônico, frente a um estado-nacional subordinado, exerce seus instrumentos de enquadramento econômico de maneira menos ou mais permissiva a depender do lugar geoeconômico e geopolítico do estado-nação subordinado.

Do lado geopolítico, a ainda vigente e tensionada Guerra Fria colocava o leste asiático em posição distinta na barganha com os EUA, *vis-à-vis* a relativa desimportância latino-americana de então para o confronto frente às “experiências socialistas” asiáticas<sup>180</sup>. Nosso foco nessa seção, entretanto, está no plano geoeconômico e em como as inserções produtivas, comerciais e financeiras diferenciadas se interpõem à possibilidade de empreendimento de “respostas nacionais” que dão lugar às diferentes assimetrias no plano das relações econômicas e políticas na economia política internacional. Perguntamo-nos, aqui, de um lado, como os mecanismos de enquadramento monetários se interpõem à autonomia dos estados-nacionais subordinados e, de outro, quais as condições básicas – político-sociais – para que os estados-nacionais usem seus espaços de autonomia para empreender respostas nacionais (sejam elas consistentes ou não). Valemo-nos dos contrastes das pesquisas sobre o caso brasileiro e japonês, subordinados a partir de instrumentos de enquadramento distintos, para depreender parte do que julgamos essencial da estrutura argumentativa que partilha Conceição Tavares.

---

<sup>180</sup> Ver também “neste novo cenário, as estratégias econômica e militar do hegemon apontam numa mesma direção: a da redução crescente da autonomia dos estados mais frágeis, que ficam incapacitados para estabelecer e sustentar seu próprios objetivos nacionais, sejam eles econômicos ou político-militares” (FIORI, p.213 ou 214).

Cabe, assim, perguntar como o sistema monetário internacional interpõe-se à autonomia dos países não-emissores da moeda internacional. Antes do colapso de Bretton Woods, os chamados “mecanismos de ajuste automático do Balanço de Pagamentos” operavam através, principalmente, do FMI e do Banco Mundial. À assimetria de crescimento econômico e situação comercial entre os diferentes países e sob pena de desarranjo estrutural com consequências econômico-sociais potencialmente avassaladoras, duas “saídas” básicas aos problemas de balanço de pagamentos colocavam-se defronte os estados nacionais: a desvalorização cambial e o refinanciamento em divisas.

Frente aos compromissos de Bretton Woods, entretanto, os estados-nacionais estavam comprometidos a manter fixa a paridade de suas moedas nacionais ao dólar. Ademais, o financiamento requerido por parte dos estados<sup>181</sup> para financiar os desequilíbrios “temporários” do balanço de pagamentos poderia ser requisitado junto ao Banco Mundial e/ou FMI – estes dispondendo de divisas originadas de aportes realizados por países membros quando da assinatura do acordo. As condições de acesso a esses recursos financeiros foram matérias controversas durante os acordos de Bretton Woods: à proposta de Keynes de criação de cláusulas de acesso automático aos recursos antepôs-se o principal credor do fundo, os EUA, que “queria condições restritivas à utilização das verbas do FMI” (MOFFIT, 1984, p. 22). Não tendo sido postas com clareza as condições de acesso aos recursos ou mesmo da autorização à desvalorização cambial, a liberação dos valores do fundo ficava condicionada por critérios decisórios fundados sobre mecanismos organizacionais de que os EUA detinham particular influência. Destes mecanismos, o mais importante era o fato de que o poder de decisão de última instância era o “Conselho Consultivo”, organizado com distribuição de votos tal que garantia aos EUA poder de veto (*ibidem*, p. 24)<sup>182 183</sup>.

---

<sup>181</sup> No início do século, o crescimento das moedas fiduciárias nacionais teria deslocado para as autoridades monetárias nacionais certa capacidade de fazer ajustes financeiros compensatórios do balanço de pagamentos, que antes ficaria mormente dependente dos movimentos próprios aos negócios bancários feitos com moeda-mercadoria (ouro e prata) (TRIFFIN, 1972, p. 61–63).

<sup>182</sup> Outra fonte importante de ingerência estadunidense sobre o fundo “era o fato de White, o primeiro diretor-executivo americano no FMI, ter organizado o corpo de economistas do Fundo com seus colegas do Tesouro, entre eles Frank Coe, Edward Bernstein e Irving Friedman. Devido à imprecisão de várias resoluções-chave de Bretton Woods, o controle sobre o corpo técnico tornava-se um elemento crucial no traçado das diretrizes da política da nova instituição” (MOFFIT, 1984, p. 24). Nota-se, também, que, segundo Moffit (*ibidem*, p. 22–24), a aprovação dos acordos de Bretton Woods representou certo abrandamento da influência dos banqueiros de Wall Street na agenda do alto estado estadunidense. Mantiveram certa influência, é claro, mesmo no FMI por intermédio do novo “Conselho Consultor Nacional” a quem o fundo também deveria reportar antes de tomadas as decisões importantes.

Conceição Tavares argumenta que o rearranjo do sistema monetário-financeiro internacional pós-Bretton Woods cria novos instrumentos que garantem a soberania das políticas estadunidenses com as correspondentes submissões das políticas econômicas para os demais países capitalistas, diminuindo gradativamente a importância relativa das instâncias decisórias que comandam o FMI e o Banco Mundial em favor do *Federal Reserve* dos EUA (FED) e da dinâmica relativa autônoma do mercado financeiro. Assim como Bretton Woods tinha uma estrutura institucional que garantia aos EUA sua posição hegemônica, esta nova fase da hegemonia americana também requer um conjunto de instituições financeiras particulares. Estas instituições, necessárias ao aumento da mobilidade internacional de capitais, não estavam previamente dispostas em muitos dos países não-centrais e suas criações compuseram parte explícita da agenda estadunidense vinculada à “primeira fase” da Diplomacia do Dólar.

O caso brasileiro é ilustrativo da forma como a diplomacia do dólar opera em seus estágios iniciais. Logo após o “Choque de Volcker”, aumentam-se grandemente os juros cobrados necessários à rolagem da dívida de curto prazo, antes enormemente aumentada nos anos 70. Principalmente após a crise do México de 1982, os juros que remuneram o lançamento dos títulos públicos tornam-se impeditivos ao refinanciamento da dívida externa. Na primeira fase da “diplomacia do dólar”, conforme colocado, os EUA fazem valer seu poder decisório no FMI e desembarcam no país impondo condicionalidades estruturais para o refinanciamento em dólares e o país submete-se a seguidas maxi-desvalorizações cambiais que tensionam o conflito distributivo interno e o cumprimento de uma agenda de corte de gastos que, supôs, deveria sanar a situação fiscal brasileira. Sem outras alternativas de financiamento, o país era “pressionado” (material e ideologicamente) a seguir as propostas do FMI, submetendo suas políticas institucionais, fiscais e cambiais àquelas projetadas pelos EUA através da organização. Apesar do *boom* exportador da metade da década, não se resolveu a situação do balanço de pagamentos e a situação fiscal não atendia à expectativa dos fundos. Durante

---

<sup>183</sup> Por fim, a impossibilidade de um dado estado-nação encontrar no FMI anteparo aos reajustes na taxa de câmbio ou ao refinanciamento em divisas do BP teria como expressão-limite a “escassez” absoluta ou relativa de divisas, que não poderia ser “comprada” nos mercados legais a qualquer taxa pelos diferentes atores econômicos – com todas as suas expressões diversas dificilmente antecipáveis em termos econômicos, políticos e sociais. Moffit nota que o problema da escassez de dólares foi “problema primordial” no pós-guerra, tendo sido relativamente solucionado para a Europa através do “Plano Marshall” (em relação ao qual os dispêndios do FMI e do Banco Mundial não eram mais que uma fração) (MOFFIT, 1984, p. 25–27). Os EUA, por ser o emissor da moeda internacional, não enfrentavam problemas análogos.

a década de 80, o Brasil assinou sucessivos acordos com o fundo e declarou uma moratória da dívida em 1987. Ao fim dos anos 80, teve início a criação de instituições ligadas à abertura financeira da economia brasileira.

Com a diminuição dos juros do FED e a progressiva liberalização financeira, a partir do final da década, ficam mais em evidência os funcionamentos dos mecanismos de enquadramento via mercado (também presentes anteriormente), próprios à forma como se insere o Brasil na “segunda fase” da diplomacia do dólar. Vincula-se ao problema *externo* do balanço de pagamentos uma crescente “interdependência juro-câmbio-fiscal” nos planos *internos* aos estados nacionais, a partir das operações nos mercados de títulos públicos e cambiais. (TAVARES, 1983, p. 17; *ibidem*, 1985b, p. 36; *ibidem*, 1993b; TAVARES E MELIN, 1997, p. 65). Assim, entrelaçam-se duas problemáticas à periferia latino-americana: a recuperação da capacidade interna de operar uma política fiscal “autônoma” e um problema estrutural de vulnerabilidade do balanço de pagamentos.

Ambas se entrelaçavam à coordenação hegemônica pós-Bretton Woods através das dificuldades monetárias dos Balanços de Pagamentos. A interdependência juro-câmbio pode ser ilustrada esquematicamente à seguinte forma: uma suposta necessidade de refinanciamento do balanço de pagamentos através da atração de massa financeira líquida internacional se dá mediante o aumento de juros dos bancos centrais (elevando-o a taxa superior do FED). Desta forma, enquanto na conta de capitais há influxo de dólares, na balança comercial, a valorização cambial pressiona pelo aumento das importações e diminuição das exportações<sup>184</sup>. Alternativamente, em caso a saída ao estrangulamento externo aventado fosse a desvalorização cambial, os movimentos antagônicos (em termos de seus efeitos sobre as condições do Balanço de Pagamentos) e interdependentes se veriam igualmente presentes. Uma vez que a valorização ou desvalorização cambial, por si só, gera perdas (e ganhos) sobre o principal do capital líquido investido, houve um grande debate – por vezes misturado ao dos “determinantes estruturais” – sobre as “expectativas” quanto à valorização e desvalorização do câmbio, que levariam a fluxos de entrada e saída de grande soma. A esse respeito, a autora escreve que:

---

<sup>184</sup> “Dada a magnitude dos fluxos financeiros privados, os bancos centrais ficam cada vez mais impotentes para praticar uma política monetária autônoma. O caráter endógeno do déficit financeiro do setor público impede, por sua vez, que a política fiscal tenha um caráter compensatório ativo para neutralizar os aspectos recessivos da política monetária”.

Keynes já estava morto havia tempo, e a ‘síntese neoclássica’ da época não previa o que acabou ocorrendo, ao não levar em conta o papel desempenhado pelas expectativas de flutuação cambial sobre os movimentos de capitais a curto prazo. O resultado foi, em geral, que a fuga de capital especulativo acompanhava as desvalorizações requeridas para equilibrar as balanças comerciais. Vale dizer, o ‘câmbio flexível’ provocava movimentos de sentido contrário nas duas contas centrais do balanço de pagamentos, a comercial e a de capital (TAVARES, 1993a, p. 26).

Assim, o aumento da mobilidade do capital internacional a partir dos anos 70 cria uma “interdependência juro/câmbio” que é “em geral uma armadilha que impede o funcionamento automático dos ajustes do balanço de pagamentos” (TAVARES E MELIN, 1997, p. 65). Se bem tal fenômeno tenha expressões diversas<sup>185</sup>, seria no plano fiscal em que ela se projeta diretamente criando não apenas uma “interdependência juro/câmbio”, mas uma “interdependência juro/câmbio/fiscal”: tanto o aumento de juros quanto a possível prática de esterilização monetária do influxo de dólares (o lançamento de títulos públicos supostamente feito para diminuir a oferta monetária interna) vinculam a política fiscal à iniciativa do Banco Central. No caso da América Latina, em forte situação de vulnerabilidade externa na década de 80, a vinculação do mercado de câmbio ao de títulos públicos vinha delineando a forma estrutural da crise por qual passavam os estados nacionais da região<sup>186</sup>:

A utilização frequente da emissão de títulos da dívida pública imobiliária, como instrumentos de regulação de mercados financeiros e cambiais abertos e voláteis, tem se revelado muito precária nas experiências de quase todos os países. Os casos do Chile, México e Argentina, em diferentes épocas, e do Brasil, no período de 1988-1990, demonstram com clareza que o montante da dívida interna se torna rapidamente incontrolável se não há capacidade de absorção fiscal dos impactos desestabilizadores de um mercado monetário que opera baseado em títulos públicos de alta liquidez e elevadas taxas de juros. Porém, mesmo que exista tal capacidade, é difícil obter estabilidade cambial e monetária com mercados financeiros abertos e desregulados. Assim, as políticas fiscal, monetária e cambial tornam-se não somente interdependentes, mas contraditórias (TAVARES, 1993b, p. 78-79).

---

<sup>185</sup> Não poderia ser ignorado “também o papel das desvalorizações cambiais na ampliação dos efeitos inflacionários dos choques externos, entrando em contradição com as políticas de estabilização de salários e preços” (TAVARES, 1993a, p. 26).

<sup>186</sup> Preocupações em relação à correlação da situação do balanço de pagamentos com o plano fiscal eram recorrentes à época, posto que os EUA, embora por razões radicalmente distintas, também experimentavam uma situação de correlação de certas contas no balanço de pagamentos com a política fiscal - que lá ficaria conhecida por *twin déficits* (déficits gêmeos). Deve-se notar, ainda, que não há qualquer paralelo possível de estabelecer entre o entendimento trazido por Tavares sobre a necessidade de “ajuste fiscal” com os reclames de “equilíbrio fiscal” – “fiscalistas” - trazido no seio do argumento neoclássico.

Na medida em que os mecanismos de *enforcement* da política monetária americana dependem, principalmente, no plano econômico, de certo desajuste externo nas demais economias, as condições estruturais “diferenciadas e assimétricas” do balanço de pagamentos condicionam a força dos instrumentos de coordenação hegemônica e do grau de autonomia relativa fiscal de cada estado-nacional. A autonomia<sup>187</sup> dos estados-nacionais brasileiros e latino-americanos vê-se fortemente comprometida ao longo de todo o movimento de retomada e reafirmação da hegemonia americana.

O caso japonês é sensivelmente diferente e o país passou relativamente imune à primeira fase da diplomacia do dólar. Quando da elevação da taxa de juros básica por parte do FED, em 1979, é forçoso lembrar, Japão (e Alemanha) já tinham posição muito distinta em relação aos demais países na divisão internacional do trabalho. A proposta hegemônica americana não contemplou em grande medida uma competição aberta entre seus respectivos capitais produtivos, permitindo que capitais produtivos alemães e japoneses comandassem o processo de atualização tecnológica dos EUA. Os Estados Unidos observaram de forma até relativamente passiva a desvalorização de parte de sua estrutura produtiva antiga e a mesclagem/divisão de seus setores modernos com aqueles do Japão e Alemanha.

Assim, em relação ao resto do mundo, a parcela de participação no mercado americano foi ocupada grandemente pelos países, garantindo-lhes tanto saldos comerciais vultosos quanto excedentes financeiros que “voltavam” aos EUA pela conta capital (investimento direto ou, principalmente, através da compra de títulos públicos americanos). Até o fim da década de 80, tais posições no balanço de pagamentos permitiram certa margem de autonomia às políticas monetárias e fiscais e, mesmo, sustentar propostas monetárias que funcionariam como reserva dentro dos circuitos regionais que liderariam (Europa, através do “Sistema Monetário Europeu”, e Leste Asiático).

Neste primeiro momento, o contraste do caso japonês e brasileiro ilustra tanto alguns dos limites do poder de enquadramento da primeira fase da diplomacia do dólar,

---

<sup>187</sup> Sobre as relações entre “autonomia”, “balanço de pagamentos” e “ajuste fiscal”, ver: “uma economia só pode considerar-se ajustada, do ponto de vista fiscal, quando o padrão de financiamento e de gestão do setor público ganha autonomia suficiente para absorver as flutuações do balanço de pagamentos sem solapar o equilíbrio fiscal. Vale dizer, quando a cada novo desequilíbrio temporário do balanço de pagamentos não se faz necessário desvalorizar fortemente a moeda, proceder a um aumento involuntário da dívida interna e externa que voltam a requerer um novo ajuste fiscal” (TAVARES, 1993b, p. 77).

quanto a importância das organizações políticas internas e a diferenciação geoeconômica própria a cada país. Tavares diz que o banco central japonês (Banco do Japão) sempre se submeteu ao Ministério da Fazenda (Tesouro), através de seu financiamento a taxas de juros baixas mesmo “quando obrigado a colocar títulos no mercado aberto a taxas muito mais altas” (TAVARES, 1993a, p. 45). Ademais de políticas industriais e tecnológicas adequadas, é exatamente porque o Japão encontrou uma solução de financiamento que rompia com a aludida interdependência juro/câmbio/fiscal que lhe permitiu “realizar uma trajetória estável e relativamente dinâmica de desenvolvimento, mantida desde 1977 até o início da década de 90” (*ibidem*).

Há o que a autora chama de “capitalismo organizado” no Japão: o capital financeiro (no sentido hilferdingiano) é base social à organização de seus respectivos estados, que permite que os espaços de autonomia macroeconômicos-geopolíticos erijam respostas nacionais soberanas e consistentes a nível industrial (*ibidem*, p. 22). Também seria um capitalismo “regulado”, de forma que “as pressões recíprocas dos agentes econômicos privados e do Estado ocorram de forma ordenada, de modo a conciliar interesses, criando consensos estratégicos na política de reestruturação industrial, além de permitir a coordenação operacional da política econômica” (*ibidem*, p. 55).

Se até o início da década de 70, o mercado interno era a principal fonte de dinamismo industrial japonês, à crise internacional da década de 70 e o esgotamento do “milagre de crescimento” (1953-1973), o Japão respondeu através da reorganização industrial e tecnológica, fazendo das exportações o centro dinâmico a partir de então. Sob empuxe da política industrial de 1976 do Ministério da Indústria e do Comércio Japonês (MITI), o ganho de competitividade deu-se através da incorporação de inovações organizacionais e produtivas, que lhes permitiu ganhos na competição em qualidade e preço (TAVARES, TORRES FILHO E BURLAMAQUI, 1991, p. 124–125). Os flexíveis *keiretsu* incorporaram os métodos “*Just-in-time*” e “*Kaban*” e, embora mantivessem o trabalho especializado, o aumento da produtividade<sup>188</sup> não era inteiramente repassado aos trabalhadores.

---

<sup>188</sup> A título de exemplo, em 1984, o “consumo de matérias-primas [reduziu-se] a 60% dos níveis de 1973” (TAVARES, TORRES FILHO E BURLAMAQUI, 1991, p. 126).

Assim, mesmo frente às tentativas de desvalorização do dólar (década de 70 e segunda metade da década de 80), a economia japonesa se manteve industrialmente dinâmica e a internacionalização produtiva nos EUA, Europa e leste asiático com o Iene valorizado (*endaka*) garantia ganhos organizacionais em termos de acesso à tecnologia e custos locacionais reduzidos (inclusive mão-de-obra) (*ibidem*). A internacionalização do alto capital japonês ao longo da década de 70 e 80 trouxe-lhes certa proteção tanto do lado do passivo quanto dos ativos às oscilações cambiais, proteção que não se estende ao conjunto da sociedade japonesa: “vale dizer, a internacionalização da economia e da parte mais dinâmica das elites de poder põe em risco a solidariedade vertical e horizontal da sociedade japonesa” (*ibidem*, p. 136). Entretanto, ainda assim, a flexibilidade das novas tecnologias teria sido incorporada no Japão mantendo parte das características de hierarquia e estabilidade, tidas como históricas às relações de trabalho no país (TAVARES, 1993a, p. 44).

Na primeira metade da década de 80, o Japão se aproveita do crescimento econômico americano e da abertura ao IED para ampliar seu mercado e ter acesso a certos insumos tecnológicos presentes nos EUA. A estratégia do alto capital produtivo japonês, até o fim da década de 80, mostrou-se capaz de se adaptar às flutuações do dólar como imposto pelo FED. Assim, a massa financeira excedente gerada das atividades produtivas é “utilizada” de forma a autovalorizar-se. As estratégias de valorização financeira abertas ao capital japonês, entretanto, passariam por importante inflexão ao longo da década de 80.

O “enquadramento” do Japão é um desdobramento da “segunda fase” da diplomacia do dólar. A liberalização financeira ativou mecanismos endógenos do setor financeiro que terminou, por fim, a submeter o Banco do Japão (e a Fazenda) à coordenação hegemônica informal do FED (TAVARES E MELIN, 1997, p. 62). O Banco Central japonês manteve as taxas de juros em 5% na primeira metade da década de 80, passando a 2,5% na segunda metade da década de 80 (TORRES FILHO, 1997, p. 392), no intuito de compor o empuxo ao dinamismo interno do mercado japonês num contexto de desvalorização do dólar. Tais taxas eram substancialmente inferiores ao do FED e forçou a valorização da massa de lucros obtidos com seus mega superávits através, de um lado, da internacionalização do capital monetário japonês (bancos e instituições financeiras, mormente nos EUA e no circuito euro-dólares) e, de outro, na aplicação interna e fortemente especulativa nos mercados de ações e terras – ativos que

Torres Filho (1997) coloca como centrais à contratação de empréstimos por parte de famílias e empresas junto aos bancos japoneses. O *zaitech*, denominação japonesa dos lucros empresariais por arbitragem financeira, transformou-se em prática comum nas grandes empresas, transformando gradativamente o setor financeiro como espaço de valorização patrimonial autônoma do capital financeiro japonês. As oscilações cambiais passam a encontrar nas estruturas contábeis das empresas japonesas a correia de transmissão de somas patrimoniais vultosas que submetem a política fiscal e monetária japonesa aos movimentos do FED.

O até então longo dinamismo japonês e a valorização financeira “fictícia” tiveram como contrapartida uma bolha especulativa no mercado acionário e de terras japonesas de grande vulto, que se transformariam no centro de preocupação das autoridades econômicas do país no início da década de 90 (*ibidem*, p. 396–397). Entre 1989 e 1990, o Banco do Japão e o Ministério da Fazenda passam a agir conjuntamente com a adoção de um ajuste recessivo, através do aumento da taxa de juros e da imposição de limites à concessão de crédito aos bancos japoneses, dando início ao estouro das bolhas de ações e imobiliárias.

Sucedeu-se uma forte recessão e perda patrimonial de empresas japonesas com posições especulativas, trazendo uma crise financeira cuja reestruturação demandaria montas que chegavam a “US\$ 400 bilhões em março de 1995, o que representava 80% do PIB brasileiro do mesmo ano” (*ibidem*, p. 402). A atribuição de valores contábeis fictícios contou com o consentimento tácito das políticas do Banco Japonês e do Ministério da Fazenda com uma reestruturação fiscal que transfere para o estado parte relevante das perdas patrimoniais (*ibidem*, p. 402–407). As tentativas de reverter as políticas de ajuste falham, a deterioração da relação dívida pública/PIB passa a crescer continuamente a partir da década de 90, e os amplos superávits comerciais japoneses se mantêm. A partir dos desdobramentos da internacionalização do capital monetário japonês e do enlaçamento iene-dólar, a relativa autonomia da Fazenda em relação ao Banco (central) do Japão é desfeita ao longo da década.

No contexto dos anos 90, fortemente marcado pela diminuição da taxa de juros do FED, o conjunto do capital monetário japonês vale-se grandemente da liquidação de ativos no exterior para cobrir a dificuldade de suas situações financeiras internas. O influxo de divisas pressiona pela valorização do Iene frente ao dólar. Entretanto, tal movimento corresponderia a uma desvalorização do patrimônio do capital monetário

geral japonês, posto que, com a internacionalização das décadas anteriores, grande parte de sua riqueza está denominada em dólar<sup>189</sup>. Assim, frente ao risco sistêmico, o governo japonês se vê pressionado a intervir continuamente no mercado de câmbio para garantir a relação iene/dólar e vinculando finalmente suas políticas monetárias e fiscais aos movimentos do câmbio. Melin lembra, entretanto, que tais intervenções só puderam se realizar com apoio e anuência do FED, que lhes pressiona como contrapartida por reformas estruturais ligadas à desregulação financeira que diminuem a presença do Iene no arranjo financeiro ligado à internacionalização do próprio capital monetário japonês (MELIN, 1997, p. 350–352) <sup>190</sup>. A segunda fase da diplomacia do dólar termina, assim, por submeter a até então bem-sucedida resposta nacional autônoma do Japão.

A relação entre as políticas e os mercados monetários, cambiais e fiscais é, assim, radicalmente distinta no caso asiático e latino-americano. No caso do Japão, com os amplos saldos comerciais frente aos EUA nos anos 70 e 80, o país torna-se *credor* dos EUA. Na experiência latino-americana, não se acumulam saldos comerciais com os EUA na segunda metade dos anos 70, e os problemas do balanço de pagamentos se aprofundam a partir do “Choque de Volcker” e da crise mexicana de 1982, que força o aumento das taxas de juros do capital líquido que vinha financiando o déficit em transações correntes. Entretanto, com vulnerabilidade estrutural no balanço de pagamentos ou não, ambos Brasil e Japão terminaram por ver-se “enquadrados” à proposta hegemônica americana.

Assim, pode-se depreender que, para Conceição, o “grau de liberdade” e a “autonomia relativa” que tem cada estado nacional para operar as políticas monetárias, fiscais e cambiais estão condicionados pela capacidade de encontrar uma solução de financiamento interna tão resistente quanto possível das condições de “vulnerabilidade” e “volatilidade” do mercado cambial. As condições do balanço de pagamentos, deve-se lembrar, não dependem apenas das condições econômico-estruturais internas a cada

---

<sup>189</sup> Para Melin (1997, p. 378–379), as multinacionais japonesas não tiveram grandes perdas com as variações cambiais, tendo o ônus ficado restrito a pequenas e médias empresas e consumidores.

<sup>190</sup> Torres Filho coloca que não é mais necessário aos EUA usar a taxa de juros “para submeter os parceiros ocidentais. A globalização dos mercados financeiros e a internacionalização dos capitais liberaram forças capazes de colocar em xeque, por motivos endógenos, sistemas nacionais dos mais diferentes portes. (...) A capacidade de determinação das taxas de câmbio é atualmente o fator mais relevante de poder econômico internacional e o dólar, como padrão básico dos preços de bens, contratos e ativos internacionais, coloca os EUA em posição ímpar para comandar o processo. Na medida em que os japoneses realizaram a internacionalização de sua riqueza em ativos denominados no dólar norte-americano, reduziram a autonomia de suas instituições nacionais e aumentaram a capacidade de retaliação dos americanos” (TORRES FILHO, 1997, p. 409–410).

espaço nação, mas de suas respectivas inserções econômicas e geopolíticas *diferenciadas* no quadro das relações internacionais e regionais – em especial de como elas estão situadas frente aos poderes centrais (TAVARES, 1985 e 1993a; TAVARES E MELIN, 1997). No que escapa estritamente aos condicionantes impostos pela moeda internacional, é importante notar que cada grupo dominante em cada espaço nacional possuiria uma *estratégia* - possivelmente contraditória e também atravessada por ideologias diversas - para orientar ação/utilização dos espaços de autonomia em cada momento do tempo. Por fim, seja maior ou menor o grau de autonomia relativa de cada alto-estado para empreender suas políticas fiscais e monetárias, a utilização dos espaços de autonomia para efetivamente empreender uma política pretensamente soberana depende da constituição prévia de uma base social, com interesses e objetivos próprios, que dê organização ao estado-nacional de que é parte.

#### **3.3.4. As características da “Economia Mundial” do pós-Bretton Woods**

Fiori (2000) bem chamou a atenção de que a agenda de investigação sobre as sucessivas ordens mundiais é parte comum tanto do programa de pesquisa da disciplina em “Economia Política Internacional” quanto daquele aberto por Maria da Conceição Tavares. Em meados dos anos 90, as obras de François Chesnais, *A Mundialização do Capital* e *A Mundialização Financeira*, dão renovado *momentum* às terminologias francesas no cenário da economia política brasileira, e Tavares e Melin (1997) procuram caracterizar em traços gerais o que chamaram de “Regimes de Acumulação”. Se bem a terminologia adequada ao problema não nos pareça tema irrelevante, o propósito desta tese está mais em desvelar como elas se inserem numa estrutura teórico-argumentativa geral, considerando que apenas a partir daí elas possuem significado efetivo. Importa assim, antes, a caracterização possível a ser atribuída à nova fase do que aqui designamos como “Economia Mundial”.

Primeiramente, o aparecimento de uma nova fase da história da economia e da política mundial seria marcado pela combinação de uma forte valorização relativamente autônoma dos capitais monetários internacionais com a atuação soberana da política monetária americana – dando passagem a uma nova fase do “sistema monetário-financeirizado internacional”. A internacionalização das instituições bancárias dos EUA e a endoginização internacional da moeda precipitam o fim de Bretton Woods, dando

tom à problemática hegemônica dos EUA nos anos setenta. O “Choque de Volcker” é o marco inicial da nova fase da economia mundial, pois é a partir deste movimento que se estrutura uma proposta hegemônica que compatibiliza as formas de autovalorização do capital monetário, americano e internacionais (notadamente Europa + Japão), com os imperativos das elites militares dos EUA, prementes de novas magnitudes de financiamento público à escalada militar de Reagan. A concentração dos capitais produtivos à nível internacional e a competição intercapitalista a esta associada é fenômeno relevante, porém não é *determinante* à compreensão da nova fase da hegemonia americana. A solução da crise americana desvaloriza parcela do velho capital produtivo dos EUA, mas o crescimento interno dá lugar a certa valorização combinada tanto do capital produtivo moderno dos EUA, quanto daquele do Japão e Alemanha. A transnacionalização produtiva, por sua vez, é fenômeno que ocorreria há mais de cem anos da história do capitalismo e não seria, portanto, específico a esta nova fase.

Nesta nova fase, a valorização do grande capital monetário internacional é a principal forma de acumulação dos capitais financeiros internacionais. Como principais materializações concretas da forma abstrata de valorização “D-D”, suas principais estratégias de valorização migram do início dos anos de aplicação em títulos públicos do tesouro americano para as operações combinadas, no plano monetário e financeiro internacional, com especulações, *hedge* e arbitragem feitas mormente pelas grandes instituições financeiras americanas. O exorbitante crescimento de volume dos mercados financeiros e cambiais é marca central desta nova fase do capitalismo. O capital monetário passa a submeter os estados centrais e periféricos, generalizando, a partir da diplomacia do dólar, um perfil de política neoliberal regressiva no plano fiscal, de efeitos de redução generalizada do crescimento econômico (TAVARES E MELIN, 1997, p.71-72).

Após a forte liberalização financeira mundial operada a partir da diplomacia do dólar, os altos capitais monetários têm objetivo de valorização relativamente autônomo e não estão completamente subordinados nem mesmo ao FED, que funciona como supridor de última instância e garante a utilização dos títulos públicos do tesouro americano como “moeda financeira” que estrutura as operações no sistema monetário-financeiro internacional. As elites financeiras americanas têm posição central de poder entre os diferentes capitais monetários internacionais, posto que têm ingerência

assentada sobre o principal organizador do sistema monetário-financeiro internacional – o FED. O alto estado americano opera uma política fiscal autônoma, sem pagar prêmio de risco e com mercado para os títulos públicos assentados pela posição central que ocupa o dólar no sistema monetário-financeiro internacional, independente dos massivos déficits comerciais estruturais dos EUA (*ibidem*, 1997, p. 76).

Em segundo lugar, a nova fase do (des)ordenamento mundial seria caracterizada pelo crescimento das assimetrias nos planos nacionais e internacionais, em termos sociais, geográficos e de crescimento (*ibidem*, 1997,p.72). No que toca ao crescimento econômico e sua dimensão espacial, é possível ler a posição da autora a partir de Tavares e Melin (1997), como faz Fiori (2000, p. 15) ao dizer que “a nova configuração econômica mundial apresenta dinamismo territorial seletivo e hierarquizado, concentrando-se nos Estados Unidos, na Europa e em alguns países do Leste Asiático, pelo menos até 1997 (com exceção da China)”. Com relação ao recorte *espacial* das “assimetrias e diferenciações” no plano internacional, nesta fase, a antiga dicotomia cepalina centro/periferia é agora decomposta, antes, em EUA, “América Latina”, Ásia (leste) e Europa<sup>191</sup>. Assim, a antiga noção dual passa a ser utilizada apenas “no interior” de cada região.

Já no que concerne ao problema distributivo do plano social, Maria da Conceição Tavares dá particular atenção às modificações distributivas que se fazem através das estruturas fiscais dos estados. Neste íterim, as relações Bancos Centrais-Tesouros Nacionais são o novo epicentro do conflito distributivo no pós-Bretton Woods. Há, neste campo, um arbítrio de estado tanto em relação às distribuições de renda quanto à evolução das distribuições patrimoniais de riqueza<sup>192</sup>. Seja nos países que entraram numa fase de “modernização conservadora” com capital financeiro organizando seus respectivos estados (Alemanha e Japão), seja nos casos em que não há esse sujeito social constituído, as transformações dos estados têm ido à direção de enxugamento das políticas de bem-estar social e aumento do comprometimento dos gastos públicos com serviços da dívida (TAVARES E MELIN, 1997, p.74-76; TAVARES, 1993a). As estruturas fiscais dos estados também estariam sofrendo pelo lado dos gastos, em função dos subsídios implícitos e transferências patrimoniais

---

<sup>191</sup> África, Oceania e Centro-oeste asiático foram objetos de estudos menos sistemáticos pelos pesquisadores sob influência e interlocução de Conceição.

<sup>192</sup> Uma das hipóteses de Braga (1997) é a de que a riqueza, nesta fase do capitalismo, assume crescentemente a forma financeira.

próprias ao apoio estatal às reestruturação e revalorizações de capitais (TAVARES, 1993a, p. 65). Transferências patrimoniais de vulto significativo, por meio de estatização de dívida e diversas outras modalidades contábeis, representariam uma “socialização das perdas e privatização dos lucros” (*ibidem*). Estes efeitos decorrentes das transmutações das formas de valorização do capital produtivo e financeiro, embora globais e diferenciados, são particularmente fortes nas economias periféricas. Pelo lado do mercado de trabalho, a diminuição do crescimento econômico em relação à fase precedente e a onda de “modernizações conservadoras” e flexibilizações das leis trabalhistas teria, também, pressionado contra emprego e a renda.

Uma terceira característica desse novo *momentum* da economia mundial é um desdobramento da anterior, que tem particular importância para o programa de pesquisa de Tavares. Trata-se da constatação de que, nesta nova fase, há sensível perda na capacidade de resposta e soberania dos estados nacionais “subordinados” e “periféricos” frente ao poder do grande capital financeiro amparado no estado hegemônico. Pode-se falar, assim, numa assimetria diferenciada da distribuição de poder econômico e político. A primeira fase da “diplomacia do dólar” subordina as políticas monetárias e fiscais internacionais ao comando americano através do aumento do juro e do estrangulamento da capacidade de rolagem da dívida – notadamente latino-americana – e vale-se da submissão periférica ao fundo internacional restante de início dos anos 80, o FMI, para impor sua proposta hegemônica. Na segunda fase, já aumentada a liberalização financeira e, tendo em vista a enorme escalada de operação com derivativos e mercados cambiais, resta aos Bancos Centrais “subordinados” uma coordenação “via mercado” e “forçada” às operações do FED, no que se torna imperativo um pagamento de “prêmio de risco” cambial aos países e gerenciamento das “expectativas cambiais” que explicam a especulação e a volatilidade das moedas. A relação juro-câmbio torna-se interdependente e vinculam as políticas dos Bancos Centrais periféricos àquela do FED.

À interdependência juro/câmbio que vincula as políticas monetárias dos diferentes países, soma-se uma interdependência *fiscal*. Há, mesmo entre os estados-nacionais não-hegemônicos, uma inserção internacional produtiva e financeira fortemente diferenciada e que impacta, através das contas dos balanços de pagamento, as respectivas evoluções dos mercados cambiais. Numa época fortemente marcada por crises financeiras internacionais, Tavares coloca que a difusão dos usos por parte dos

bancos centrais de títulos públicos como instrumentos de regulação dos mercados cambiais de crescente magnitude e volatilidade impõe forte aumento do endividamento e dos custos das dívidas públicas frente ao PIB. A consolidação da proposta hegemônica assenta-se com a racionalização “*consensual*” dos “submetidos” à crença de que “não resta alternativa”, política e estratégica, àquela que se erige a partir dos objetivos próprios às elites financeiras e militares dos EUA – a difusão e aceitação da ideologia neoliberal seria também marca central da submissão periférica à proposta hegemônica. A evolução combinada da estrutura fiscal-financeira dos estados com o posicionamento ideológico das elites dominantes minaria a capacidade de resposta e expansão de gastos públicos dos estados nacionais.

Por fim, em quarto lugar, Conceição Tavares articula a problemática geoeconômica à geopolítica e afirma que a nova fase da nova “desordem” política e econômica internacional é marcada pela supremacia e pelo arbítrio unipolar não apenas econômico, mas, também militar dos EUA (TAVARES E MELIN, 1997, p.78-84). Para o período em questão, “ao que tudo indica, a atuação internacional dos EUA tem se caracterizado justamente por um endurecimento de sua estratégia de dominação, sobretudo após a ruptura do bloco soviético em 1989-90.” (*ibidem*, p.82). A pesquisa da autora abre a articulação inovadora, do ponto de vista da periferia, entre a problemática geoeconômica e geopolítica, mostrando que a dinâmica de afirmação propriamente militar é irreduzível à econômica e se articula, com essa, na delineação da problemáticas relações internacionais.

No campo militar, mais do que em qualquer outro, após o desmantelamento da URSS os EUA se tornam unipolar na afirmação de seu poder. Intervém, assim, no campo geoeconômico como um ou outro autor, nacional ou não, está posicionado defronte à problemática geopolítico-militar das elites financeiras e militares americanas. Para a década de 90, Tavares e Melin (*ibidem*, p.83) colocam que Alemanha (Europa) e Japão não se tornam interlocutores privilegiados dos EUA em matéria de segurança e, sim, a Rússia. O desconforto europeu e japonês é mostra do arbítrio unilateral e hegemônico dos EUA, mesmo no interior da chamada “tríade”. As fortes instabilidades e incertas econômicas, materializadas na grande volatilidade e nas crises financeiras, somam-se à desagregação do tecido social e Tavares e Melin colocariam que “a própria universalização de condições duras de exclusão torna-as de difícil sustentação e propicia a ocorrência de transformações sociais profundas que terminam por alterar a doutrina e

a própria ordem hegemônica” (1997, p. 80). Ao contrário do que pressupõe o liberalismo americano da “teoria da estabilidade hegemônica”, a pressão política, econômica, e social cumpriria também a função de, por ela mesma, mobilizar atores sociais em torno de agendas – por vezes com alguma consistência e força – que contestem a própria proposta hegemônica (FIORI, 2000; TAVARES E MELIN, 1997, p.78-84).

### **3.4. A “MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL” E A “HEGEMONIA AMERICANA” EM PERSPECTIVA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA**

Conforme levantado na introdução, a proposta deste capítulo procura desdobrar a temática da internacionalização do capital para a análise da pesquisa sobre a mundialização do capital e a hegemonia americana. Entretanto, argumentamos na introdução que, se bem a temática da “internacionalização do capital” permita definir um objeto e um tratamento teórico mais bem definido que aquele trazido pela palavra “globalização”, também ela encontra importantes dificuldades de se definir enquanto objeto. Partindo de Fiori (1997) e Teixeira (1983, 2000), procuramos mostrar sinteticamente que, mesmo que a “internacionalização do capital” se revista de maior precisão conceitual quando inserida dentro de escolas de pensamento específicas, ainda assim, remanesce certa nebulosidade sobre as fronteiras do objeto e suas teses de referência.

Como saída organizativa, avançamos sobre a proposta de Brewer (1980) que, analisando os autores inseridos na tradição dos teóricos do “imperialismo”, considerou que os objetos e categorias analíticas ganham definição quando contrastados com o todo da estrutura teórico-analítica de cada autor. Propusemos como qualificação à proposta de Brewer que, se bem consideremos apropriada sua estratégia analítica, uma vez ela tendo sido realizada, seria possível analisar partes relativamente isoladas das estruturas teórico-analíticas de cada autor. Esta tarefa exigiria categorias de análise específicas que seriam, igualmente, passíveis de certa nebulosidade quanto a sua definição. Argumentamos que frente a esta inescapável definição do objeto de que falam essas categorias analíticas, impõe-se certa discricionariedade. Advogamos, pois, que o nosso ponto de partida seria procurar nas referências e escritos dos próprios autores François Chesnais e Maria da Conceição Tavares as categorias de análise relevantes e que

pudessem estabelecer um contraste crítico entre seus objetos particulares, teses e estruturas teórico-analíticas gerais. Este esforço, entretanto, iria requerer um trabalho adicional igualmente discricionário sobre as próprias categorias analíticas, feitas a partir de uma apropriação nossa de referências bibliográficas diversas.

Assim, se na introdução já recuperamos sinteticamente como se inscrevem Chesnais e Tavares nas diferentes abordagens sobre a “internacionalização do capital”, na seção anterior, apresentamos o que consideramos uma síntese adequada do todo da estrutura teórico-analítica de suas respectivas pesquisas sobre a mundialização do capital e a hegemonia americana. Desdobramos na seção anterior, ainda, uma temática particular, também comum à tradição dos teóricos do imperialismo (TEIXEIRA, 2002), ligada à “caracterização da economia mundial”, focando-nos no que há de específico nesta nova fase. A seção que aqui se abre desdobra comparativamente outras facetas do difuso objeto “internacionalização do capital” para analisar a obra dos autores.

Começamos pela análise da “globalização”, que ambos os autores trabalham a partir da “internacionalização do capital”. Seguimos, então, com a discussão sobre a “hierarquia” do comando do processo de internacionalização de capitais, tema a que Chesnais atribui notável relevância e que permite estabelecer um contraste crítico importante com a pesquisa de Conceição Tavares sobre a hegemonia americana. Seguimos, pois, debatendo comparativamente a questão da “hegemonia”, referenciando-a como parte do que Tavares e Teixeira (1980, p. 1) chamaram de “modo de armação das relações de internacionalização” que define, igualmente, um objeto comum sobre o que propuseram Chesnais e Tavares teses relativamente distintas. Por fim, investigamos em que medida o objeto da “geopolítica” interpõe-se à problemática de François Chesnais e Maria da Conceição Tavares.

### **3.4.1. Globalização financeira e Globalização tecnológica**

François Chesnais e Maria da Conceição Tavares enunciaram suas pesquisas sobre a mundialização do capital e a hegemonia americana contra aqueles que se mostravam entusiastas da “globalização” e procuraram, ambos, dar estatuto teórico-analítico ao termo “globalização” – partindo da problemática do capital financeiro e da difusa agenda de pesquisa em “internacionalização do capital”. Assim, pudemos apresentar as distintas estratégias de acumulação a nível internacional do “capital

produtivo” e “capital monetário”, reassentando a “globalização produtiva e financeira” numa agenda de pesquisa passível de ser contrastada analiticamente. Por detrás da estrutura teórico-analítica geral de um ou outro autor e do foco dado por um ou outro autor, ambos compuseram, cada qual a sua maneira, teses sobre a “globalização produtiva” e a “globalização financeira” [que nesta seção identificamos aos conceitos de “internacionalização do capital produtivo” e “internacionalização do capital monetário”]. Chesnais, como já argumentado, toma o tema da tecnologia como central à internacionalização na fase da economia mundial que propôs a analisar e, por isso, preferimos o termo “globalização tecnológica” à “globalização produtiva”<sup>193</sup>.

Apresentemos comparativamente suas teses sobre a globalização financeira e tecnológica.

### 3.4.1.1. Globalização financeira

Procuramos aqui depreender os principais elementos de aproximação e afastamento entre as teses de Chesnais e Conceição sobre a globalização financeira. Argumentamos aqui que, ademais de sua inscrição diferenciada na problemática da hierarquia (a ser analisada posteriormente), três elementos mostram-se chaves à compreensão comparativa de suas respectivas teses sobre a internacionalização financeira: (i) o lugar marcadamente diferenciados que ocupa o tema da moeda e do sistema monetário internacional em Chesnais e Tavares; (ii) distintas visões sobre o relacionamentos entre a posição hegemônica americana e a internacionalização financeira, em especial se comparada a obra do autor francês ao texto *A Retomada da Hegemonia Americana* (TAVARES, 1985). Maior aproximação entre os autores a partir de Tavares e Melin (1997); (iii) a forte aproximação e complementaridade em suas respectivas caracterizações das valorização internacional do capital monetário e suas influências nos sistemas financeiros;

A primeira grande distinção sobre suas teses a respeito da globalização financeira não é propriamente “financeira”, mas, antes “monetária” e diz respeito ao

---

<sup>193</sup> Poderíamos, igualmente, falar numa “internacionalização financeira” e numa “internacionalização tecnológica”. Em particular, o termo “globalização” costuma remeter à internacionalização que se dá na nova fase da economia mundial em fins do século XX. Deve-se notar, ademais, que Chesnais usa o termo “globalização” também para se referir ao nome dado à nova fase da economia mundial que emerge a partir da internacionalização do capital pós 70. Conforme já argumentado, entretanto, ele defende a utilização do termo francês “mundialização” (mondialisation) pra designar essa nova fase.

papel desempenhado pela moeda nas transformações do sistema monetário e financeiro internacional em fins do século XX. Se bem ambos marquem que há um crescente desempenho das funções monetárias por parte dos ativos financeiros (CHESNAIS, 1996a, p.248-249; TAVARES E MELIN, 1997, p. 62-68), Chesnais diz que, com o fim de Bretton Woods não há mais uma “moeda internacional, no pleno sentido do termo” (1996a, p.249-250) e Conceição, alternativamente, coloca que “Esta moeda [financeira] existe e é, naturalmente, o dólar, sob o comando da política monetária e cambial do FED.” (TAVARES E MELIN, 1997, p.67).

Conceição coloca, desde *A Retomada da Hegemonia Americana* (1985) que o fato de os ativos financeiros ligados às instituições financeiros dos EUA estarem desempenhando as funções monetárias relevantes em cada fase permite que o país seja dotado de capacidade idiossincrática de financiamento do gasto público. Apesar dos massivos déficits comerciais, os capitais monetários internacionais financiam obrigatoriamente o déficit público americano e o país, a partir de certo momento, não paga risco cambial – o novo sistema monetário e financeiro internacional expressa, assim, a retomada e a reafirmação da hegemonia americana. Há autonomia da política monetária de forma particular para os EUA a partir das transformações do sistema monetário internacional.

Chesnais, alternativamente, não vê as transformações do sistema monetário internacional como uma forma de reafirmação do poder americano, mas, sim, de afirmação do poder do capital monetário *contra* a valorização de capital produtivo ou a posição hegemônica do alto estado dos EUA, suposta “absoluta” sob Bretton Woods (CHESNAIS, 1996a, p.248-251). Chesnais associa a não-existência dessa moeda – que existiria em Bretton Woods em função da paridade dólar-ouro - à falta de estabilidade das relações econômicas e sociais e a insubordinação da valorização do capital monetário ao estado e ao capital produtivo. O autor também considera que as transformações do sistema financeiro dão renovada capacidade de financiamento aos “governos dos países industrializados”, mas coloca, ao mesmo tempo, que a “economia do endividamento” fez com que “quanto mais se aprofundaram os déficits orçamentários, mais aumentou a parte dos orçamentos reservada para o serviço da dívida pública, mais forte se tornou sua pressão sobre os governos” (CHESNAIS, 1996a, p.258-259).

Mostramos, entretanto, que a pesquisa sobre a hegemonia americana possuem duas fases e o texto *A Retomada da Hegemonia Americana* e *A Reafirmação da Hegemonia Americana* não são redundantes. Os textos tratam de momentos históricos distintos em que há marcadas diferenças nas formas de “enquadramento hegemônico”. Na “segunda fase” da “diplomacia do dólar”, mostramos, o enquadramento se dá crescentemente “via mercado”, a partir das forças “endógenas” ao sistema financeiro. A partir daí, chegam Tavares e Melin (1997, p.65) a associar sua visão do momento com uma “ditadura do capital financeiro [monetário]”, o que abranda, em certa medida, sua diferenciação em relação à posição de Chesnais. Entretanto, marcamos que a posição hegemônica dos EUA, é, para Tavares e Melin, reafirmada, ainda que por formas de coordenação “informal”.

Para Maria da Conceição Tavares o aumento do juro do FED é o principal meio através do qual o alto estado americano soluciona a descentralização de interesses que ameaçava sua posição hegemônica nos anos 70. Conceição lembra que há uma explosão de ativos financeiros denominados em dólar a partir de fins dos anos 60 que escapam dos controles de movimento de capitais próprios à era de Bretton Woods, sob comando americano. O capital monetário, americano e internacional, passa a estar diante de um cenário global de valorização especulativa, tendo, todavia, que enfrentar a alta volatilidade das diferentes moedas e ativos financeiros que não encontram na década de 70 uma moeda de referência. Na década de 80 (e principalmente durante a sua primeira metade), após o Choque de Volcker, o capital monetário encontra na aplicação em títulos públicos do tesouro americano um espaço de valorização relativamente autônomo dos da valorização dos demais capitais, mas permite o financiamento da escalada militar de Reagan. A combinação da valorização do dólar, o estancamento da inflação estadunidense e o lançamento de uma enorme massa de títulos públicos garantidos pelos poderes de estado americano (diplomacia das armas e do dólar) afirmam um novo “padrão monetário-financeirizado” e garantem a diminuição dos riscos de desvalorização dos capitais monetários internacionais, sob regência dos EUA.

Paulatinamente, a partir da segunda metade da década de 80, a liberalização financeira e as instituições do sistema financeiro americano trazem inovações financeiras que ganham os mercados financeiros globais. As estratégias de valorização do capital monetário passam gradativamente, notadamente a partir da década de 90, a se sustentar nos mercados de derivativos e das práticas de hedge, especulação cambial e

arbitragem. Os títulos do tesouro americano cumprem a função de “moeda financeira” e garantem liquidez e segurança às aplicações no novo sistema monetário-financeirizado internacional. Isto é, na medida em que as projeções intercapitalistas das instituições financeiras americanas estão ancoradas nos referidos ativos financeiros, o dólar, como unidade de conta, está presente sempre “em ao menos uma das pontas” da esmagadora maior parte das transações financeiras mundiais. Posto que é o emissor da moeda internacional, o FED é o único que não paga prêmio de risco e tem capacidade única entre os bancos centrais para colocar títulos públicos no mercado e financiar seu próprio tesouro, independente do déficit comercial estrutural dos EUA.

Cumpra notar que no momento em que ambos os autores vêm na internacionalização e na acumulação de capital monetário seu referencial de análise, há importantes elementos de sobreposição na caracterização da globalização financeira. É notório, por exemplo, que ambos chamaram a atenção para o crescimento exponencial da massa de ativos financeiros em proporção muito superior a variáveis econômicas como “PIB” e “comércio”. Ambos viam tal processo como expressão da “autonomia relativa” da acumulação financeira em relação à acumulação produtiva, fazendo com que esta pudesse ser analisada, num primeiro momento, de maneira “separada” da dimensão produtiva. Assim, ambos estudaram as formas específicas de valorização empreendidas pelos atores nos mercados financeiros que passavam por grande mudança. As formas de valorização “relativamente autônomas” e mais marcantes do início dos anos 90, notaram ambos os autores, passavam pela especulação nos mercados cambiais, nos mercados de derivativos e na aplicação de títulos públicos.

Entre os problemas mais relevantes e característicos da nova fase do capitalismo, ambos os autores também os situam uma problemática distributiva tendo como ponto de partida o aumento exorbitante das dívidas públicas pós-70 e na forma de resolução das crises que emergem da já então crescente volatilidade das volumosas massas financeiras e cambiais. Tanto para Tavares quanto para Chesnais, a evolução da representação de classe no estado é essencial à compreensão da forma de solucionamento de crises e ambos, neste momento histórico, chamam a atenção para o renovado domínio do capital monetário nos estados centrais e periféricos. Para os autores, as crises fiscais dos estados são problemáticas relevantes à capacidade de gasto dos mesmos (embora, como já visto, com diferenciações entre os autores) e a problemática fiscal mostra-se condicionada pela gestão monetária imposta pelo

renovado poder do capital monetário quanto pelas crises fiscais ligadas às mudanças estruturais derivadas das transformações da forma de acumulação produtiva.

A nosso juízo, o que é uma das mais interessantes contribuições de Chesnais no âmbito da globalização financeira é a de deixar claramente indicado que concebe as “finanças como indústria”. De fato, como boa parte da literatura sobre o tema “finanças” provém da macroeconomia, fica por demais oculto o que talvez devesse ser ponto de partida: as estratégias de valorização e as forças competitivas de cada grupamento de instituições financeiras. François Chesnais estende a importância das capacitações específicas acumuladas no arranjo da empresa para debater por que determinado grupamento de capitais se afirma na esfera competitiva ao invés de outro qualquer. Sem procurar encerrar a discussão desta difícil temática, o autor projeta uma noção schumpeteriana de concorrência sobre a esfera financeira<sup>194</sup>.

Daí parte sua explicação, por exemplo, de por que as multinacionais “produtivas”, ao diversificarem suas atividades para a obtenção de lucros financeiros (não-operacionais), foram tão bem sucedidas durante a globalização financeira: as capacitações previamente acumuladas no interior da firma de operação em diferentes países, lhes proviam “vantagens específicas” ligadas ao conhecimento com operações plurimonetárias e sob distintas legislações contábeis. Não há, aí, concorrência com a de Tavares, ainda que a autora, ao longo de sua história, tenha em geral situado a força competitiva do capital monetário dos EUA da sua capacidade de criação autônoma de crédito e moeda e na vinculação geral com o poderio do estado americano.

### 3.4.1.2. Globalização tecnológica

A problemática da “globalização produtiva” aparece para Chesnais e Tavares de maneira diferenciada. Há, aqui, a se destacar dois pontos, um relativo à sua ligação com a problemática da hegemonia e outro relativo à caracterização da globalização produtiva. No que toca ao primeiro ponto, Chesnais, em *A Mundialização do Capital*, vê o movimento de globalização produtiva – a partir da internacionalização tecnológica - como forma de estreitamento das relações entre EUA, Alemanha(Europa) e Japão,

---

<sup>194</sup> Ver Minsky (1992) sobre a relação entre inovação e finanças em Schumpeter.

enquanto Maria da Conceição Tavares apresenta as modernizações japonesas e alemãs como “respostas nacionais” frente à tentativa de enquadramento hegemônico dos EUA. No que toca ao segundo ponto, se para Chesnais a mundialização (globalização) marca uma nova fase do processo de internacionalização do capital produtivo com características idiossincráticas e antes não vistas no capitalismo (notadamente a internacionalização tecnológica), Maria da Conceição Tavares considera a nova fase de internacionalização do capital produtivo e comercial como mero prolongamento de “um processo histórico de longa duração” (TAVARES, 1997, p.73).

A visão histórico-estrutural de Maria da Conceição Tavares expressa-se nas suas interpretações conjunturais sobre a “modernização conservadora” que evidencia importantes distinções com a leitura proposta de François Chesnais. Para a autora, a condição para que um espaço de autonomia de política econômica seja efetivamente usado para empreender uma “resposta nacional” competitiva é que haja uma base social com objetivos e interesses soberanos na competição inter-capitalista. No Japão e na Alemanha em fins do século XX, seus respectivos capitais financeiros, enlaçando capitais monetários e produtivos, dão certa organização e direcionamento ao estado na tentativa de condução de “respostas nacionais”.

Foram, afinal, bem sucedidos no campo produtivo-tecnológico já nos anos 80 e mantiveram-se na década de 90 na dianteira comercial em relação aos EUA. Entretanto, as mudanças institucionais, organizacionais e tecnológicas impactaram de maneira fortemente regressiva na organização e nas estruturas fiscais dos diferentes estados (fator este também lembrado por Chesnais). Tendo, pois, relativamente circunscritos seus ganhos às classes dominantes, Conceição chamou suas modernizações de “conservadoras”. Apesar de falar em respostas “nacionais”, Conceição reconhece que há um movimento de “transnacionalização produtiva”. Entretanto, para Conceição, a dimensão transnacionalização produtiva intra-triádica evolui de maneira “forçada”, ligada por mera solidariedade de interesses momentâneos (notadamente se aproveitando do crescimento econômico dos EUA nos anos 80 e 90) do que por uma aliança propriamente dita (examinaremos este ponto até o fim do capítulo).

Chesnais também considera que a globalização produtiva dá-se principalmente num contexto intra-triádico e que também carrega, em si, uma polarização distributiva. Entretanto, as formas como se projetam esta internacionalização e a importância atribuída por Chesnais ao fenômeno são bastante distintas. Para o autor, há grande

centralização de capital produtivo, com notável influência da internacionalização tecnológica. O alto capital produtivo americano, defronte a concorrência japonesa e alemã, vale-se do novo paradigma tecnológico das TICs e desenvolve trajetórias tecnológicas que lhe permitem uma reorganização à escala internacional. Sua forma, em “empresa-rede”, é uma adaptação do modelo japonês *keyretsu* e permite, mesmo meio a um período de baixo crescimento econômico, centralizar a apropriação de valor para dentro das estruturas de capital dominantes nos países centrais. Para isso, a centralização e concentração de capital produtivo a nível internacional cria um “oligopólio mundial” estruturado pelo eixo EUA-Japão-Alemanha. Esta se materializaria tanto através de formas clássicas (racionalização produtiva, aumento de escala, progresso técnico poupador de mão-de-obra, fusões e aquisições patrimoniais) quanto de formas específicas à era da mundialização do capital (alianças tecnológicas diversas).

O que o autor coloca é que a forma como que a ciência moderna se organiza e se vincula à tecnologia industrial de fins do século XX marca um diferencial central desta nova fase do capitalismo e que abre importantes espaços de cooperação entre o capital triádico. Os custos e os riscos ligados ao desenvolvimento de novas tecnologias, fatores centrais à competitividade sistêmica, vinham crescendo de maneira astronômica a partir dos anos 70, com peso cada vez mais relevante da pesquisa básica orientada e maior necessidade de articulação de ativos intangíveis de alta especificidade. As estratégias de *global sourcing* dos altos capitais produtivos orientam as empresas transnacionais a colocarem-se em condição de acessar e apropriar-se de ativos intangíveis em Sistemas Nacionais de Inovação distintos daqueles de seus países de origem. Nestes espaços, passam a dispor de insumos tecnológicos específicos, de alto custo de desenvolvimento (mas que muitas vezes haviam sido previamente bancados com dinheiro público). Os capitais da tríade apoiam-se em seus respectivos estados para criar condições institucionais para que a difusão tecnológica se dê na direção dos diferentes SNI ao redor do mundo para o interior das bordas do capital (e não ao contrário) e transformam os requisitos ao empreendimento de P&D na mais importante das barreiras à entrada da era da mundialização do capital.

As novas tecnologias e as estratégias de *global sourcing* estruturam-se em torno de redes de laboratórios internacionais interdependentes, colocando as diferentes agendas de pesquisa e desenvolvimento em diferentes espaços nacionais com influência

do capital produtivo transnacional orientado por uma estratégia de acumulação produtiva centralizada<sup>195</sup>. Além do compartilhamento intra-triádico de custos e riscos ligados à P&D, também há fechamento de espaços laboratoriais tidos como redundantes. Tais requisitos tecnológico-organizacionais criam pressões de liberalização produtiva, cujos efeitos seriam mais visíveis a partir da segunda metade da década de 80 - quando os fluxos de IED intra-triádico dispararam e determinam, via comércio intra-capital, a forma de valorização do capital comercial e os padrões das balanças comerciais nacionais. Os mecanismos sinteticamente descritos permitiriam ao capital produtivo triádico, a despeito da existência de importante rivalidade interna, a recuperação soberana de sua valorização comum, ainda que em meio a um período de baixo crescimento mundial.

### 3.4.1.3. Considerações: a globalização vista das periferias

A apreensão de suas teses se identificam enquanto crítica à suposição neoliberal de que a globalização carrega uma tendência à homogeneização econômica e social. Assim, o intuito por detrás de ambas as agendas de pesquisa sobre a internacionalização tecnológica, produtiva e financeira é mostrar os elos que produzem as polarizações entre classes e nações em fins do século XX.

Por terem neste momento de suas respectivas histórias se posicionado François Chesnais e Maria da Conceição Tavares contra as proposições dos entusiastas da globalização, tomaram ambos como objeto os efeitos que a chamada “globalização” teria sobre as classes e países previamente marginalizados. A alcunha de “Consenso de Washington” representava o conjunto de recomendações dominantes, notadamente difundidas através do FMI e do Banco Mundial, que se centrava, grosso modo, “na desregulamentação dos mercados, abertura comercial e financeira e redução do tamanho e papel do Estado (para chegar ao chamado estado mínimo” (TAVARES 1993 [1994] p.76). Os entusiastas da globalização conclamavam “adaptação” às políticas de promoção da liberalização irrestrita das atividades industriais, comerciais e financeiras e vendiam a ideia de que este movimento seria “benéfico” e “necessário” àqueles que a

---

<sup>195</sup> Vale notar que Tavares e Melin, de forma análoga, também afirmam que “Do ponto de vista dos mercados, o regime de acumulação vigente implica em que todas as decisões relevantes que se referem à produção ‘globalizada’ sejam tomadas por um conjunto restrito de empresas e bancos dos países centrais cuja estratégia é efetivamente global” (1997, p.77).

estes se submetessem (CHESNAIS, 1996a, p.25-26). Propagava-se a ideia, pois, que dela decorreria uma maior homogeneização distributiva, facilidade de acesso à tecnologia e a recursos para investimento, bem como produziria uma equalização das taxas de crescimento econômico dos diferentes países.

Ambos fizeram uma leitura crítica não-antagônica – e a nosso juízo adequada – da existência de efeitos deletérios sobre as classes “marginalizadas” e os “países periféricos” na era da globalização. O fato de que Tavares e Melin tenham usado o termo “assimetrias” (de crescimento e distribuição), e François Chesnais descreva-se preferencialmente a partir de noções “polarização e dualidade” não nos fornece maiores elementos de contraste sobre suas estruturas teórico-analíticas do que o que foi até aqui explorado. Recorreram aos termos no que lhes foi cada qual conveniente à enunciação de suas teses para fazer frente ao que propagavam os entusiastas da globalização. Ambos as usam para contrapor-se à falsa ideia de que a “globalização” traria uma homogeneização produtiva, distributiva, tecnológica, financeira e comercial. As pesquisas sobre a Mundialização do Capital e a Hegemonia Americana colocam, assim, cada qual por caminhos próprios, que há, em fins do século XX, um crescente poder dos capitais financeiros (articulados nos estados) dos países centrais contra os estados da periferia e contra as classes trabalhadoras.

O que se compete, pois, é perguntar-se em que medida uma ou outra tese sobre os principais movimentos de internacionalização elucida a problemática dos países periféricos e das classes marginalizadas. Embora passe também por outros caminhos que de principal materializa este crescente poder de barganha dentro da periferia, em Tavares, é principalmente a integração no sistema monetário internacional e a correspondente “interdependência juro-câmbio-fiscal” que submete estados nacionais periféricos à proposta hegemônica dos EUA. Do lado de Chesnais, embora com uma abordagem diferente sobre a moeda, as punções de valor real em favor dos capitais financeiros também são estudadas pela via financeira e pela sua influência nos estados periféricos. Ademais, Chesnais, em particular, promove inovadora investigação sobre a punção, em favor dos países centrais, de valor de ativos tecnológicos intangíveis.

No que toca ao renovado poder das finanças, o que está colocado sobre a polarização distributiva em François Chesnais é que, nesta nova fase do capitalismo, a valorização do capital monetário nunca é completamente “autônoma”, e esta só pode ser entendida provida de uma “autonomia relativa” em relação à acumulação de capital

produtivo. O que Chesnais está apontando também é que, enquanto tendência, o nível de acumulação “real” de “valor trabalho” impõe certo limite “de longo prazo” à valorização do capital monetário. Este “ajustamento” se dá por meio de crises esporádicas e a forma de gestão das crises, uma vez que supõe o crescente domínio do capital monetário sobre os estados centrais pós-70, assume formas que expressam uma distribuição de “valor real”, à forma de renda ou riqueza, das classes e capitais de menor poder em favor das frações de capital dominantes assentadas no estado.

Conceição não trabalha com uma teoria do valor análoga a de Chesnais, mas também coloca como central o papel do estado e seu arranjo de sustentação no solucionamento das crises para a explicação da polarização distributiva. Chama a atenção de que é o poder arbitrário de estado na determinação sobre o valor da moeda que é o principal mecanismo de distribuição de renda e riqueza meio às crises periódicas do capitalismo. Grande parte de sua pesquisa sobre a hegemonia americana procura descortinar como se resolve o arranjo do sistema monetário internacional e coloca que é o FED, no plano da economia mundial, e suas relações com tesouros e bancos centrais<sup>196</sup>, no plano das economias nacionais, o epicentro dos conflitos distributivos mundiais e internamente a cada estado-nação. Conceição Tavares está preocupada com suas implicações na autonomia dos estados periféricos na condução de políticas econômicas soberanas. Por isso, foi Conceição Tavares quem se debruçou “materialmente” sobre os “instrumentos de enquadramento” que criam a interdependência “juro-câmbio-fiscal” que tanto restringiram a soberania dos países periféricos (TAVARES, 1993a; b).

Conforme já enunciado, a pesquisa material de Chesnais lhe dá particular sustentação para perscrutar a dimensão tecnológica da polarização distributiva na era da mundialização do capital. Entre os atores públicos ou privados na nova fase do capitalismo, a grande empresa transnacional aparece como a única capaz de atuar em todas as esferas da internacionalização tecnológica. Adentra, pois, os diferentes sistemas nacionais de inovação e, ainda que condicionado pelos regimes de apropriação próprios às diferentes tecnologias, vale-se de sua influência sobre os estados e seu poder

---

<sup>196</sup> Seguindo o pensamento aberto por Conceição Tavares e Belluzzo neste ponto, ver também Fiori: “é desta perspectiva que deve olhar-se para o novo papel dos Bancos Centrais no jogo do poder e da riqueza mundiais. (...) Mas tirando o caso alemão, norte americano e japonês, os demais Bancos Centrais deixaram de ser instrumentos dos seus estados, mas mantêm-se como ‘garantidores’ das parcelas de riqueza privada mantidas dentro de suas jurisdições bancárias. É deste ponto de vista que se deve analisar o conflito crescente entre os Tesouros e os Bancos Centrais de quase todos os países europeus. E agora, mais recentemente, a retomada do conflito entre as demandas sociais das populações e a estratégia monetária dos Bancos Centrais” (FIORI, 1997 p.143).

financeiro para controlar a difusão tecnológica na direção dos sistemas nacionais de inovação para o interior das bordas de seu capital nas diferentes modalidades de internacionalização tecnológica (CHESNAIS 1996a, 146-149). Diferentemente do que considera os entusiastas da globalização, o adentrar de uma empresa internacional num país periférico não permite a este um acesso mais barato à tecnologia. Coloca, sim, os ativos intangíveis específicos aos diferentes sistemas nacionais de inovação sob comando e controle do capital financeiro (produtivo) que passa a induzir a direção das pesquisas científicas e tecnológicas, tendo em vista as necessidades de sua exclusiva estratégia de valorização produtiva e comercial global.

Por fim, as novas tecnologias, notadamente ligadas às TICs, conferiram solução organizacional ao capital produtivo tal que lhes conferiu um alto grau de liquidez que lhes deram renovado poder de barganha contra os salários (posto que as classes trabalhadoras foram crescentemente postas em competição global umas contra as outras) e os tributos de estado (devido às condições únicas de deslocalização de plantas produtivas, também permitindo-lhes estabelecer um viés de seletividade em favor dos espaços geográficos de menor tributação incidente).

Para contrapor-se ao renovado poder do capital financeiro internacional, François Chesnais e Maria da Conceição Tavares tinham pontos de partida diferenciados sobre políticas econômicas<sup>197</sup>. Em comum, é conhecido o fato de que ambos, em algum momento de sua trajetória, passaram a se mostrar favoráveis à anulação ao menos parcial de dívidas dos estados, como forma de diminuir a massa de ativos financeiros que, consideram, é também fonte de submissão dos diferentes estados ao poder do capital monetário internacional.

Dois contrastes mais marcantes em relação às suas respectivas “posições políticas” se impõem. Chesnais torna-se militante pela nacionalização e socialização dos sistemas financeiros nacionais. Considera esta a condição à possibilidade de que os lucros financeiros pudessem ser revertidos, por diferentes caminhos, de volta aos estados e classes desfavorecidos. Ao mesmo tempo, quando se via inclinado a fazer proposições de políticas industriais, considerava que elas não deveriam ter como objeto “apoiar” a grande empresa transnacional, mas sim as pequenas e médias empresas. Os grandes bancos, preferencialmente públicos, poderiam servir de guardiões patrimoniais

---

<sup>197</sup> Retemo-nos aqui a enunciar as diferenças fundamentais de suas posições de política econômica estrutural. Não cabe, para o presente trabalho, examinar a “prática política” de Chesnais e Tavares em seu sentido mais amplo nem, tampouco, suas posições sobre políticas de caráter mais conjuntural.

dos ativos tecnológicos, protegendo os sistemas nacionais de inovação e suas pequenas e médias empresas contra o poderio de mobilização de ativos tecnológicos posto ao grande capital financeiro internacional (CHESNAIS, 1992b).

Como saída aventada por Conceição Tavares para o Brasil, ainda que histórica e politicamente impedida, ademais de ansiar pelo aumento da participação das classes marginalizadas/trabalhadoras nos centros decisórios de estado, considerava necessário à acumulação de capital que houvesse capital financeiro que fizesse concorrência “não-solidária” à projeção de capital financeiro internacional sobre o país. “Criticava”, pois, o BNDES, que tinha estratégia de ação “sobredeterminada” pelas frações de capital dominantes internacionais e nacionais, não se constituindo como um sujeito social que criasse um vetor de acumulação comum junto ao grande capital produtivo brasileiro. Ainda que contrastantes, suas respectivas “defesas” da periferia passam, ambas, por uma solução soberana das instituições financeiras nacionais, que *se contraponha* às projeções de interesses das empresas produtivas e financeiras do grande capital financeiro internacional.

### **3.4.2. A hierarquia da “Internacionalização do Capital” na construção da “Economia Mundial”**

Argumentamos, anteriormente, que Chesnais e Tavares produziram teses sobre a internacionalização do capital financeiro, tanto na sua fração produtiva quanto na monetária. Se bem seus respectivos estudos sobre o movimento geral do processo de internacionalização do capital do pós-Bretton Woods os situem diante de uma problemática comum, suas respectivas *teses* quanto à hierarquia que rege o processo de internacionalização no pós-Bretton Woods é o segundo grande contraste que aqui se impõe. A partir desta problemática, desdobram-se diretamente as distintas periodizações propostas pelos autores à compreensão da “nova fase da economia mundial”.

#### **Hierarquia e periodização**

Chesnais coloca que a problemática da hierarquia entre capitais no processo de internacionalização, desde que colocado de forma sem ambiguidade, permite dar

“clareza” analítica ao conjunto do movimento de internacionalização do capital e, por extensão, às subjacentes características da economia mundial e das relações fundamentais entre os estados nacionais (CHESNAIS, 1996a, p. 27). Trata-se, também, de um objeto central para Conceição: em 1997, quando da publicação de *Poder e Dinheiro*, Tavares diz que resolveu “contribuir para a tarefa coletiva de construção deste livro, juntando os cacos de minhas reflexões, desde 1984 até agora, sobre a hierarquia das relações internacionais do ponto de vista da predominância política e econômica da potência hegemônica” (TAVARES, 1985b, p. 27). A questão da hierarquia passa por descobrir em que medida uma das modalidades de capitais (produtivo, comercial ou monetário) condiciona o movimento das demais na determinação das características da internacionalização e, por extensão, da fase da “economia mundial” a que se propôs a analisar<sup>198</sup>. Seria, assim, um referencial importante à periodização do movimento da economia mundial posto que, se feito da maneira apropriada, daria certo ordenamento ao conjunto de informações disponíveis, fornecendo ao pesquisador renovada inteligibilidade sobre seu objeto.

Na pesquisa sobre a retomada da hegemonia americana, Maria da Conceição Tavares coloca que é a internacionalização financeira [de capital monetário] que permitiria tornar inteligível a nova fase da “economia mundial”, enquanto em *A Mundialização do Capital*, especialmente em sua versão francesa de 1994, é a internacionalização produtiva [do capital produtivo/industrial] que seria o movimento central à estruturação de uma nova fase da economia mundial. Como já previamente notado, se bem na versão brasileira do livro (de 1996) já se colocam sinais quanto à mudança de interpretação de François Chesnais, é apenas em obra posterior - *A Mundialização Financeira* (CHESNAIS, 1996b) - em que o autor assenta definitivamente a hipótese de que o capital monetário estaria hierarquicamente acima do capital produtivo na construção da nova da fase da economia mundial<sup>199</sup>.

---

<sup>198</sup> Esta seção discute a problemática da hierarquia entre capitais, que embora trate de objeto comum entre os dois autores, guarda, como não poderia deixar de ser, nuances na sua articulação com demais elementos da estrutura teórico-analítica dos autores. Em particular, mostraremos mais a frente que a problemática da geopolítica incide certa cisão no debate sobre a “hierarquia política” ou “econômica”.

<sup>199</sup> Conforme já notado, a transformação das relações de hierarquia está registrada pelo próprio Chesnais no prefácio de *A Mundialização Financeira*: “a (...) diferença se apoia, no fundo, precisamente sobre a hierarquização dos fatores atuantes na economia mundial contemporânea. O livro anterior [*A Mundialização do Capital*] havia sido escrito partindo da ideia de que a mundialização do capital constituía uma etapa a mais no processo de internacionalização do capital produtivo. Era, portanto, centrado na organização e nas operações contemporâneas das multinacionais. Destacava-se o fato de que a mundialização do capital era mais impulsionada na esfera financeira que em qualquer outro domínio. Mas, apesar de tratar-se do papel desempenhado pelas taxas de juros reais positivas sobre o nível e a

É importante notar que, neste íterim, trata-se de *teses* distintas sobre a hierarquia entre capitais estadunidenses na regência da internacionalização do capital do pós-Bretton Woods. Mas uma vez posta estas teses, é notório que François Chesnais e Maria da Conceição Tavares focaram-se em elementos concretos de suporte às teses distintas: foi o que vimos na subseção precedente. Enunciaram, a partir daí, passagens históricas diversas, apresentaram estatísticas sobre objetos diferentes e usaram argumentos teóricos de diferentes debates para sustentar um ou outro argumento de suporte à tese. Assim, da diferença com relação às *teses* sobre a *hierarquia* do processo de internacionalização do capital, também se produziram estudos que tiveram focos e objetos que *não* se sobrepõem: a internacionalização do capital produtivo (Chesnais) e a internacionalização financeira [do capital monetário] (Tavares), se certamente compõem ambas um movimento geral de internacionalização do capital [financeiro], apreendem, deste, partes distintas. Ainda assim, a despeito do foco de seus estudos ter-se concentrado numa ou noutra dimensão da internacionalização do capital, tanto a dimensão produtiva quanto a financeira foram comentadas por ambos os autores.

A partir das distinções da hierarquia, flagra-se uma distinta periodização da fase da economia mundial que fecharia o século na pesquisa sobre a *Hegemonia Americana* em *A Mundialização do Capital*. Em Tavares (1985; TAVARES E MELIN, 1997, p. 57), é o “Choque de Volcker” (1979) que é usado como referência inicial à fase da retomada da hegemonia americana, evento que não possui destaque na obra *A Mundialização do Capital*. Na obra do autor francês, em que pese o fato de que na versão brasileira haja importante espaço destinado à internacionalização do capital monetário e, como parte deste campo, à fragmentação do sistema de Bretton Woods, a periodização da nova fase da Economia Mundial tem como referência a liberalização do IED. Desloca-se o início deste período, assim, para meados dos anos 80 e é apenas em obra posterior, *A Mundialização Financeira*, que François Chesnais passa a usar o desmoronamento de Bretton Woods e a internacionalização do capital monetário para a City londrina como marco à compreensão da visão de conjunto da nova fase da economia mundial.

---

orientação da acumulação, como da financeirização dos grupos industriais, a interpretação do movimento de conjunto do capitalismo mundial partia, ainda, das operações do capital industrial. A partir dos dados e das análises reunidos neste novo livro, um deslocamento qualitativo se impõe. É da esfera financeira que é necessário partir se desejarmos compreender o movimento em seu conjunto” (CHESNAIS, 1996c).

A periodização proposta por Tavares e Melin para a nova fase da economia mundial, assim, é decomposta em três subperíodos (1979-1985; 1985-1989; 1989-1996). As informações que são reunidas em Tavares e Melin (1997, pp. 57-62) estão todas ligadas ao movimento de internacionalização financeira e às interdependentes gestões monetárias: o primeiro subperíodo se inicia com o “Choque de Volcker” e o correspondente influxo de capital monetário para os EUA, o segundo subperíodo se inicia com a desvalorização do dólar via Acordos de Plaza e a afirmação do movimento de desregulação/inação financeiras e, por fim, o terceiro liga-se ao afrouxamento unilateral da política monetária dos EUA (diminuição dos juros), que se conecta a uma sucessão de crises cambiais e financeiras ao redor do mundo.

François Chesnais, diferentemente, não explicita subperíodos e marca, apenas, a abertura da nova fase da economia mundial a partir da metade dos anos 80. O que o autor sublinha é que seria nesta fase que verifica-se um crescimento muito superior do IED na área da OCDE em relação ao crescimento do PIB e da formação bruta de capital fixo. Enquanto entre 1985 e 1989 de um número-índice, (1975=100), de aproximadamente 200 para 350 no caso do PIB, o IED salta de 200 para 800 (CHESNAIS, 1996a, p.59). O autor, na versão brasileira do livro, já argumenta que, incluído nesse campo, se encontram fortemente os investimentos financeiros em carteira e serviços financeiros gerais (não necessariamente fruto de lucros de caráter “fictício”), mas também mostra que esse explica-se por outras atividades de serviços não-financeiros, movimento que vincula teoricamente à acumulação produtiva à escala internacional. Os serviços não-financeiros estariam grandemente vinculados ao oferecimento de novos produtos tecnológicos imateriais ligados às TICs (vinculadas à venda de produtos “físicos”) e ao renovado poder organizacional de controle da distribuição de valor na cadeia de produção que essas novas tecnologias fornecem ao capital triádico(CHESNAIS, 1996a, p.185-208).

#### **3.4.2.2. Posicionamento crítico**

A nosso juízo, quanto à hierarquia do processo de internacionalização do capital, chegaram François Chesnais e Maria da Conceição Tavares a teses distintas não em razão de uma maior ou menor capacidade intelectual e crítica de um ou outro autor, mas, antes, grandemente influenciados pelo contexto de formação de suas respectivas

pesquisas. Maria da Conceição Tavares forjou sua longa pesquisa sobre *A hegemonia americana* no Brasil, e François Chesnais escreve *A Mundialização do Capital* após longa estadia no *Department for Science, Technology and Innovation* (DSTI-OCDE) e estando presente em Paris. Ainda que com traços em comum (posto que ambos influenciados pelo mesmo movimento histórico geral), as realidades concretas europeia e latino-americana guardavam especificidades relevantes. Eram igualmente díspares os debatedores próximos a Chesnais na OCDE e nas universidades francesas daqueles postos no Brasil.

O importante papel que teve o Investimento Estrangeiro Direto e a internacionalização tecnológica na conformação das características da Economia Mundial não é um “erro” de François Chesnais, mas uma realidade relevante para o contexto “intra-triádico” (Europa-EUA-Japão). É acurada a percepção do autor de que, nesta nova fase da economia mundial, em flagrante distinção ao da por vezes chamada “Era de Ouro do Capitalismo”, a internacionalização do capital, mesmo em sua “órbita real”, se dá menos pelo aumento do comércio – como argumentado por alguns de seus interlocutores franceses - que pela via da internacionalização da pesquisa científico-tecnológico e/ou das fusões e aquisições destinadas à racionalização produtiva. A explicação do flagrante aumento do IED era objeto de discussão ferrenha frente aos teóricos da globalização dentro da OCDE e, ainda que François Chesnais tenha sempre colocado as posições das periferias em questão, o que lhe chamou a atenção era o fato objetivo de que o IED e a internacionalização da pesquisa científico-tecnológica não se dirigiam de maneira consistente, por exemplo, para a América Latina ou a África. Tomando por referência o caso brasileiro, que até os anos 70 ostentava as primeiras posições como país receptor de IED, é apenas em fins da década de 90 que o IED volta a assumir papel verdadeiramente relevante na conta capital do balanço de pagamentos (CASSIOLATO, ZUCOLOTO E TAVARES, 2014, p. 200).

Ainda que François Chesnais estivesse atento às implicações da dívida externa latino-americana na década de 80 (CHESNAIS, 1984), foi Maria da Conceição Tavares quem testemunhou de perto todas as implicações da “diplomacia do dólar” sobre o estado e a sociedade brasileira. A inscrição histórica e locacional não ofusca os méritos da autora - visto até que tantos outros autores da região não apreenderam o fenômeno à forma de Conceição -, mas mostra que as condições para a colocação de sua pioneira tese estavam muito mais postas em seu contexto pessoal do que àquelas colocadas ao

redor de François Chesnais. Se bem a Europa decerto tenha sofrido certa influência da restrição de liquidez produzida pelo “Choque de Volcker”, a situação era muito menos dramática que na América Latina e observava, ainda, um movimento compensatório cruzado de IED que, já na década de 80, não era desprezível.

Não se trata, aqui, de defender a tese já superada pelo próprio autor: de fato, quanto ao *problema da hierarquia entre capitais* que regeu os movimentos mais relevantes da internacionalização de capital pós-Bretton Woods, a sua tese central em *A Mundialização do Capital* se impõe decisivamente uma “superação”. Neste ponto o que se argumenta, sim, é que ao decompor a referida problemática da hierarquia, muito da pesquisa de François Chesnais se mantém de pé. Seu estudo sobre as causas, formas e consequências da internacionalização produtiva e tecnológica é rico em inúmeras discussões e revisitá-lo, como aqui já se fez, é tarefa frutífera para um sem número de outras discussões de relevo. Assim, por exemplo, consideramos que se bem Conceição Tavares esteja correta em afirmar que a transnacionalização produtiva é fenômeno existente já desde fins do século XIX, não se deve depreender desta afirmação que a internacionalização do capital produtivo nos anos 80 não possua características específicas e relevantes na fase do capitalismo de fins de século XX – ainda que seus movimentos não estejam “hierarquicamente acima” daqueles ligados à internacionalização de capital monetário.

### **3.4.3. Modo de armação das relações de internacionalização: Hegemonia e Aliança Intra-Triádica**

Questionar-se a respeito da hierarquia que comanda o processo de internacionalização em fins do século XX, se bem central à compreensão da nova fase da economia mundial, não avança de forma suficiente para tratar da questão da hegemonia e da definição da natureza das relações de classe e estado internacionais, parte do que Tavares e Teixeira (1980, p. 1) chamaram de “modo de armação das relações de internacionalização”. Impõe-se, então, um terceiro e importante contraste entre as teses de Conceição e Chesnais a partir da problemática da hegemonia e das relações de classe e estado internacionais.

### 3.4.3.1. Hegemonia e Aliança intra-triádica

A compreensão comparada das posições de Maria da Conceição Tavares e François Chesnais requer que desdobremos a problemática em três pontos. Primeiramente, argumentamos que apresentam teses conflitantes no que toca o objeto da hegemonia – entendendo, esta, pela definição dos atores sociais que se encontram em posição de primazia no comando e controle dos principais instrumentos de poder da nova fase do capitalismo. Mostramos, ademais, que suas distintas teses relacionam-se, sobretudo, às suas também distintas posições sobre (i) quais são os instrumentos de poder relevantes à análise da hegemonia na economia mundial; (ii) a natureza das relações de classe internacionais – entre capitais – que se forjam durante os anos 80.

A primeira distinção flagrante que se impõe sobre as respectivas interpretações dos autores nessa temática diz respeito ao que chamamos de “hegemonia”. A questão passa por compreender como se distribui a liderança no comando dos principais centros decisórios políticos e econômicos da economia e da política mundial que emerge pós-superação da crise americana dos anos 70. Colocando em outras palavras, indagamo-nos como Chesnais e Tavares viram a distribuição do poder sobre os instrumentos econômicos e políticos na fase do capitalismo a que aqui se faz referência.

A hipótese central de Maria da Conceição Tavares, já aventada desde seu ensaio de 1985, diz respeito à retomada e reafirmação da hegemonia americana, isto é, a emergência de uma “ordem mundial” em que as elites financeiras e militares dos EUA centralizariam de maneira grandemente *unipolar* as principais decisões políticas e econômicas do globo, retirando autonomia decisória dos demais atores inseridos no sistema político e econômico internacional, ainda que de maneira diferenciada. Diferentemente, embora Chesnais reconheça certa centralidade do capital financeiro e do estado americano nos anos 90, a hipótese posta em *A Mundialização do Capital* é de que há uma aliança intra-triádica, de eixo articulado dos altos capitais financeiros de EUA-Europa (Alemanha)-Japão, que opera de forma conjunta a liderança econômica e política mundial. Embora a aliança fosse caracterizada por uma relação de “cooperação e rivalidade”, Chesnais a trata como sujeito que age política e economicamente em bloco, no que se antepõe principalmente à emergência de capitais concorrentes em outras partes do mundo e, também, às classes trabalhadoras e pequenos capitais de suas próprias regiões.

É forçoso notar que, se há neste íterim certamente uma sobreposição de tema e objeto, no que produziram François Chesnais e Maria da Conceição Tavares teses contrastantes, ambas possuem consistência interna em suas respectivas estruturas teórico-analíticas. Uma vez que Maria da Conceição Tavares alça a valorização do alto capital monetário e o (des)ordenamento do sistema monetário internacional aos condicionantes econômicos centrais da “ordem mundial”, ela faz do poder de comando e controle das políticas monetárias do FED o novo principal centro decisório econômico mundial. Sua capacidade de imposição de condições financeiras coloca condições frente às quais todos os demais bancos centrais do mundo tiveram cedo ou tarde de submeter-se. Por extensão, os tesouros nacionais têm suas respectivas capacidades de financiamento via lançamento de títulos públicos determinados, em última instância, pelas condições trazidas pelo FED e, daí, possuem sua “soberania” decisória relativamente restringida.

Para Tavares, embora a arrecadação tributária influa na capacidade de gestão fiscal interna e esta tenha visto dificuldade de crescer em diferentes países também em função da maior mobilidade de capital produtivo, são as transformações na esfera financeira que colocam os EUA em posição hegemônica. Como os diferentes estados nacionais veem-se, assim, restringidos em suas respectivas capacidades de condição “soberana” de suas políticas internas (TAVARES, 1993a; b), é internamente consistente a hipótese de Tavares de que há uma hegemonia no plano econômico exercido a partir do alto estado dos EUA. Seu alto estado, posto que lança a moeda internacional, é o único capaz de determinar sua política monetária e fiscal sem ter de haver-se com problemas estruturais postos na relação entre balanços de pagamentos e mercados cambiais. Conceição Tavares permite-se, igualmente, falar numa hegemonia que não é apenas econômica, mas também militar. Os EUA passam por um reordenamento interno que alinha os interesses e objetivos das elites financeiras e militares do país: diferentemente de como se colocava a problemática no início dos anos 70, o “Choque de Volcker” trouxe uma solução de financiamento às necessidades da doutrina Reagan de aumento dos gastos militares para fazer frente à URSS, ao mesmo tempo em que cria um largo espaço de valorização segura para o capital monetário internacional sob comando das elites financeiras do país.

A tese de François Chesnais em *A Mundialização do Capital*, a despeito de seu contraste com a de Maria da Conceição Tavares, tem, igualmente, consistência interna

dentro de sua estrutura teórico-analítica. Uma vez que o autor alça a valorização do capital produtivo via concentração e centralização à escala internacional como a saída central à crise do capital financeiro americano dos anos 70, os principais instrumentos de comando e controle econômico dizem respeito à capacidade de financiamento dos capitais financeiros (que permite fusões e aquisições de diferentes sortes entre os países da tríade) e a capacidade de mobilização internacional de insumos tecnológicos específicos a cada sistema nacional de inovação.

As instituições financeiras (notadamente americanas, mas também londrinas e japonesas) dão capacidade de financiamento aos capitais financeiros e estados da tríade sem igual e permitiram, conjuntamente a “financeirização” da organização administrativa das empresas transnacionais, a centralização de valor mundial em direção ao capital monetário dos altos capitais financeiros da tríade. A ruptura de Bretton Woods e à passagem a um novo sistema monetário internacional, já notamos anteriormente, não representa uma reafirmação da hegemonia americana, mas um espaço de *perda* relativa da posição hegemônica do estado dos EUA, em favor do capital monetário internacional. Em *A Mundialização do Capital*, Chesnais coloca que há, sim, renovada capacidade de financiamento dos estados a partir do novo sistema monetário internacional, mas não marca maiores diferenciações, dentro destes, para o caso dos EUA. Adicionalmente, ainda que com acento ao peso dos EUA, também a capacidade de ganhos especulativos e fictícios dos altos capitais monetários vê-se distribuída conjuntamente entre os países da tríade (forma de valorização relativamente autônoma à produção). Por fim, o aumento da liquidez dos capitais produtivos e monetários também retira margem de manobra dos estados-nacionais de suas políticas internas.

Ao mesmo tempo, para o autor, são os capitais produtivos triádicos que estão previamente assentados sobre sistemas nacionais de inovação mais desenvolvidos, permitindo a estes facilitado acesso cruzado aos principais insumos necessários ao que chamou de “competitividade sistêmica”. Uma vez que considera que o domínio sobre os insumos necessários à persecução de P&D responde pela principal forma de “barreira à entrada” na competição intercapitalista moderna, a capacidade de apropriação e direcionamento das agendas de pesquisa e desenvolvimento representaria um “poder econômico” central à configuração da “economia mundial”.

Também as distintas visões de Tavares e Chesnais sobre a problemática da hegemonia se relacionam diretamente à forma como ambos enxergam as relações de classe nos anos 80 - em particular, entre os capitais “triádicos”. Tavares e Teixeira, revendo o debate sobre “internacionalização do capital”, colocam que as diferentes escolas de pensamento tratam de um problema central, a respeito da “existência de um descolamento entre os blocos de capital monopolizados e sua base nacional de origem, dando lugar a um processo de transnacionalização” (1980, p.1). A pergunta que resta, pois, é em que medida esta “transnacionalização”, produtiva ou monetária cria uma aliança ao nível triádico. Ademais, argumentamos que a despeito de algumas diferenças nas formas como Chesnais e Tavares compreendem o que por vezes se chama de “conflito inter-estatal” e “geopolítica” (que veremos na próxima seção), a forma como estado se interpõe na configuração dessas alianças geoeconômicas também deve ser qualificada. Temáticas de largo espectro e com certas sobreposições, “movimentos e teorias de estados”, “conflito inter-estatal”, “geopolítica”, “geoeconomia” e “relacionamento supranacional dos diferentes capitais financeiros nacionais” possuem contrastantes papéis de destaque na estrutura teórico-analítica nas pesquisas sobre a mundialização do capital e a hegemonia americana.

Na obra de ambos os autores há o que Tavares e Teixeira (1980, p.1) chamaram de “descolamento dos blocos de capital em relação a sua base nacional” (transnacionalização). No entanto, é muito importante para a compreensão da estrutura argumentativa tanto de Chesnais quanto de Tavares sublinhar que este “descolamento” não anula a existência de um estado nacional atuante. Em François Chesnais, o descolamento fica flagrante na própria enunciação da tese de “aliança intra-triádica” e, também, como já lembramos no primeiro capítulo, na vinculação comum na tradição francesa de que fez parte da noção de “capital” com “aparato estatal”: supõe-se que as empresas multinacionais cresceram historicamente num espaço nacional particular e se projetaram internacionalmente valendo-se de suas ligações com o aparato estatal e da qualidade das interdependências inter-industriais de que eram originalmente parte (CHESNAIS, 1990e, p. 134 e 141–143).

A despeito de importante rivalidade interna, as alianças tecnológicas e o controle cruzado patrimonial-financeiro teriam estabelecido uma base de valorização produtiva comum, que é base à referida aliança intra-triádica. Os diferentes atores triádicos que dele se beneficiam estariam comprometidos com a defesa da valorização desses mesmos

ativos produtivos e financeiros (criando o que Chesnais chamou de “acimentamento” de capitais). Suas ligações internas com os sistemas nacionais de inovação são articuladas com organizações e instituições públicas e uma parte significativa da defesa da progressão das trajetórias tecnológicas que se dão internamente às bordas de seus próprios capitais se faz através de pressão política sobre as institucionalidades públicas dos diferentes estados.

A articulação entre transnacionalização e estado na pesquisa sobre a hegemonia americana de Conceição pode ser percebida explicitamente já nos anos de preparação de sua hipótese sobre a “Retomada da Hegemonia Americana”. Em 1980, Tavares e Belluzzo escreveram que:

A unificação transnacional dos esquemas de valorização do grande capital não implica, como muitos autores parecem supor, na tendência à desaparecimento do Estado Nacional como agente articulador, em cada mercado, dos capitais locais com a empresa multinacional. Muito ao contrário, a necessidade permanente de administrar esta articulação impõe um avanço do assim chamado ‘capitalismo monopolista de Estado’. Embora esta ‘administração’ esteja limitada a um espaço econômico que só alcança uma fração do capital global internacionalizado, em geral dominante nos mercados hospedeiros, o Estado Nacional tem de operar esta articulação não apenas no interesse e ‘defesa’ do capital local (que aparentemente lhe dá a base de sustentação política), mas também para garantir a reprodução ampliada da fração do capital internacional ali ancorada. É neste sentido que os interesses são convergentes e que se ‘solidarizam’ os blocos de capital privado local, internacional e estatal (TAVARES E BELLUZZO, 1980, p. 6).

Até certo ponto, Conceição Tavares carregou, ao longo de toda a pesquisa de hegemonia americana, tese sobreposta a de Chesnais nisto que chamou em 1980 de “unificação transnacional dos esquemas de valorização do grande capital”. Entretanto, enquanto Chesnais a aliança intra-triádica marca uma cooperação soberana entre seus respectivos capitais, para Tavares, esta própria unificação mostrou-se como uma *submissão* à estratégia do alto capital e estado americano: “a resposta europeia e japonesa tem sido até agora forçadamente de ‘aliança’ com os EUA, mas o seu destino de longo prazo com a ‘periferia’ do centro está por ver-se” (TAVARES, 1985a, p. 12).

Para Tavares, a “aliança econômica”, em grande medida, explica-se porque a valorização do capital produtivo e monetário (japoneses e alemães) fez-se no espaço nacional americano em função, respectivamente, do crescimento econômico dos EUA no início da década de 80 e na aplicação em títulos públicos para financiar o déficit fiscal armamentista do país. Mas ela é, ao mesmo tempo, “forçada”, uma vez que Japão

e Alemanha não dão maiores alternativas aos seus respectivos capitais financeiros, pois progressivamente perdem soberania das políticas monetárias e fiscais com a reorganização do sistema monetário e financeiro internacional sob a “diplomacia do dólar”. Ainda que “informal” e “forçada”, tal aliança solidifica-se pelo fato de que são, em grande medida, os mesmos espaços de valorização dos capitais alemães, japoneses e estadunidenses – espaços estes que estão submetidos à ingerência soberana dos EUA.

Por fim, a comparação entre as teses sobre a natureza da aliança triádica em François Chesnais e Maria da Conceição Tavares traz, assim, uma geografia contrastante. São diferenciadas suas teses sobre o modo de armação das relações econômicas internacionais, visto que, embora em ambos haja uma “transnacionalização” dos capitais produtivos e monetários, a “aliança” entre os polos da tríade aparece de maneira muito mais desbalanceada nas teses de Maria da Conceição Tavares do que na de François Chesnais. Ver, por exemplo, a seguinte passagem de Tavares e Melin: “quaisquer considerações sobre uma possível equiparação em termos monetários e militares entre os polos da Tríade que produziria um reequilíbrio de poder nos três continentes parecem inteiramente prematuras e deslocadas” (TAVARES E MELIN, 1997, p. 79). Este desbalanceamento de poder interno à aliança permite à Conceição Tavares falar numa geografia econômica com os EUA exercendo papel cêntrico e hegemônico. Chesnais, diferentemente, faz uma geografia econômica para o período em análise aproximando à noção de dualidades e polarizações, com menor peso à “hegemonia” americana. No seu plano maior de abstração, sua estrutura teórico-analítica tem consistência interna quando remete a um esquema “Centro-Periferia” denotando por “centro” os países do polo da tríade (CHESNAIS, 1996a, p. 37–40).

#### **3.4.3.2. Crítica**

Essa subseção, com relação à problemática da hegemonia e da aliança intra-triádica, argumenta por: (i) as distintas teses dos autores sobre a hegemonia americana e triádica devem ser compreendidas também em função dos distintos contextos sociais e objetivos políticos em que as longas pesquisas de Chesnais e Tavares se construíram; (ii) a despeito dos distintos contextos sociais, ambos os autores procuraram dar

“objetividade” às suas afirmativas e há caminhos teórico-analíticos para avançar sobre a problemática.

De partida, parece-nos crucial, ao colocar ambas as interpretações em perspectiva, notar como suas respectivas inscrições sociais colocam-se sobre as suas teses. O enclave histórico latino-americano condiciona que no Brasil se olhe com particular ênfase ao imenso poderio econômico e político dos EUA, pois, de fato, o país foi o principal parceiro comercial brasileiro ao longo do século XX, seus representantes políticos negociaram a dívida externa latino-americana nos anos 80 e 90, a influência cultural do país é incontestável e, por fim, a projeção militar dos EUA na região foi fator importante, ainda que muitas vezes de maneira indireta, na desestabilização da democracia em diferentes países do continente. A influência dos EUA na Europa ao longo do século XX foi também marcante, notadamente a partir do Plano Marshall. Entretanto, tanto devido ao lugar diferenciado que ocupou a região frente aos interesses estratégicos político-militares dos EUA quanto em razão das pretensões internas constituídas de relativa soberania, o poderio americano impôs-se de maneira diferenciada na região. O que se deve reconhecer de partida é que tanto a tese que ora se escreve quanto a produção da longa pesquisa sobre a hegemonia americana fez-se sobre condições marcadamente distintas do que aquelas em que François Chesnais forjou sua pesquisa.

Assim, se bem ambos os autores François Chesnais e Conceição Tavares debatam um objeto em diversas dimensões comuns (como aqui se afirma), seus respectivos objetivos políticos imediatos eram notadamente diferentes e isso traz implicações centrais à enunciação de suas respectivas teses. Maria da Conceição Tavares, ao enunciar a retomada da hegemonia americana em 1985, tem certa influência na formação nos quadros burocráticos e contra-dominantes no Brasil. Às voltas com “a década perdida”, a dívida externa e sob pressão das cartas-compromisso do FMI de orientação recessiva (sob forte ingerência estadunidense), a realidade brasileira imediata sentia o peso direto do poder da política monetária americana. Não havia razão porque precaver sua pesquisa de qualquer (suposto) exagero no “acento” ao peso da hegemonia americana.

O objetivo de Conceição, claramente manifesto na primeira versão de seu clássico artigo “A Retomada da Hegemonia Americana”, era um chamamento à “capacidade de autodeterminação” do país em meio a uma realidade concreta que se

mostraria difícil, mas com certo espaço à soberania (TAVARES, 1985a, p. 14 e 15). Por isso, escreve que: “país soberano é aquele que reconhece a realidade mundial, mas não se deixa intimidar por ela, fazendo escolhas corretas e negociando com seriedade e responsabilidade, tentando superar os limites do Presente para abrir espaço ao Futuro”. Considerava, pois, necessário à alta burocracia brasileira não deixar intimidar-se pelo tamanho do poderio americano aqui tão influente, ainda que reconhecesse sua particular capacidade de enquadramento.

A inscrição de Chesnais é, todavia, diferente. Ainda que com histórica ligação com os movimentos sociais latino-americanos e a partir dos anos 80 com a academia brasileira, *A Mundialização do Capital* e as teses sobre o “oligopólio mundial” (triádico) colocam-se primeiramente frente, respectivamente, à esquerda francesa e aos estudiosos neoliberais da OCDE (lotados em Paris). Na OCDE, François Chesnais perseguia agenda contrária à influência neoliberal na organização e intencionava difundir internamente paradigmas políticos que permitissem aos países “periféricos” sob sua influência certo tipo de ativismo estatal não neoliberal. No que toca a esquerda francesa, Judt (1986) lembra que o passado imperial-colonial francês (que adentra com força a segunda metade do século XX) foi matéria controversa, e Chesnais, neste âmbito, ao longo de sua história pessoal, mostrou-se legitimamente preocupado com as influências deletérias do exercício imperial francês.

Queremos argumentar, com isso, que, em ambos os círculos, não haveria nenhum ganho político para os objetivos de François Chesnais desresponsabilizar o alto centro europeu de suas respectivas responsabilidades políticas sobre as condições dos países periféricos sob suas respectivas influências. Não havia, pois, porque reivindicar maiores acentos ao peso da hegemonia americana caso isso viesse acompanhado de “desresponsabilização” do papel político “imperial” importante exercido pela Europa e a França. François Chesnais havia, há muito, abandonado qualquer traço de “nacionalismo” na sua prática política.

Não queremos argumentar, com isso, que a diferenciação de seus objetivos políticos e realidades concretas imediatas expliquem toda a diferença de suas teses relativas à “hegemonia americana” (Tavares) e à “Aliança Intra-Triádica” (Chesnais). Esta diferenciação não se propõe a descomprometer um ou outro autor de eventuais imprecisões e ou mesmo “erros” cometidos. A nosso juízo, entretanto, a correta apreciação de seus recortes de objeto e de suas teses analíticas ganha forte

inteligibilidade em se observando os condicionamentos político-concretos diferenciados de um ou outro autor.

A tese que ora escrevemos é produzida no Brasil e o enclave histórico brasileiro também nos impõe certo estranhamento a qualquer tentativa de retirar o acento do peso da hegemonia americana, tal como feito por François Chesnais. Objetivamente, ainda, ademais do incontestado desbalanceamento de poderio militar em favor dos EUA, o país possui centralização decisória para reger seus poderes econômicos que não encontram correspondência na Europa – que está sujeita, antes, à aguçada competição inter-estatal e inter-capitalista *interna*. Em outras e poucas palavras: os EUA estão “unificados” e a Europa, não – logo, os instrumentos de poder estão alavancados no país americano. Entretanto, deve-se reconhecer que, igualmente, se esta tese fosse defendida, por exemplo, na Argélia (largamente influenciada pelas políticas imperiais francesas), qualquer tentativa de retirar o acento do poderio político, econômico e militar francês/europeu apareceria igualmente descabida. Concluimos neste ponto que, tomando por conta o contexto social e político específico de Chesnais, a enunciação da tese de uma aliança intra-triádica é, em si, um bem-vindo posicionamento pró-periferia e anti-imperialista vindo do centro.

A nosso juízo há, entretanto, caminhos para avançar objetivamente no contraste de suas respectivas teses, a despeito do contexto diferenciado de produção da pesquisa dos autores. Uma pergunta de fundo que fica é “o que materializa” uma aliança de capitais e estados e o seu “grau de solidez”. Não à toa, Chesnais (1996a) e Conceição (1984a) mostraram ambos desconforto com o uso de Hilferding do termo “fusão” para caracterizar as relações internas ao capital financeiro entre o capital monetário e produtivo<sup>200</sup>.

Propomos, assim, uma interpretação a partir de Chesnais e Tavares: A hipótese implícita que ambos os autores abraçam é que a aliança entre capitais e estados se materializa na medida em que os sujeitos sociais diferenciados encontram objetivos e

---

<sup>200</sup> Infelizmente, entretanto, para o caso de Chesnais, embora o material hoje disponível seja suficiente para explorar as acepções mais importantes que carrega o autor do tema, há um texto específico sobre a categoria capital financeiro que foi impossível de ser recuperado no curso de nossa pesquisa. Os esforços que empreendemos para recuperar parte da obra de Chesnais contaram com a ajuda do autor e uma menção importante sobre o texto perdido pode ser encontrado na sua Tese de 1985, que o autor foi gentil em nos disponibilizar. Também é possível encontrar referência direta ao debate em *A Mundialização do Capital* (1996, p.290-293). Também nos parece importante (re)sublinhar o que já comentamos anteriormente.: as posições e possíveis erros da tese que ora se escreve é de nossa exclusiva responsabilidade.

interesses comuns. O grau de solidez dessa aliança depende, igualmente, do quão relevantes estes interesses se apresentam para um ou outro autor. Adicionalmente, sua temporalidade ou permanência parece depender do quão historicamente estável esta coadunação de interesses e objetivos se mantém.

Por exemplo, quando Conceição Tavares subscreve Hobson e diz que a aliança entre capitais produtivos e monetários na constituição do capital financeiro é “informal e temporária” e constitui-se como uma “solidariedade de interesses” (TAVARES, 1984, p. 14), ela está adequadamente dizendo que a distinta base de acumulação “prévia” de cada sujeito social é o único compromisso “inalienável” desse mesmo sujeito social. Pode ser que, historicamente, diferentes sujeitos sociais se “solidarizem” com outros, mas isso depende de condições materiais específicas e que não podem ser dadas por suposto. Responder em que medida é historicamente estável e relevante aquilo que une base de acumulação previamente separadas pode ajudar a encontrar as bases materiais apropriadas à caracterização de uma aliança. Chesnais (1996a, p. 291) também pretere o termo hilferdingiano “fusão” para falar da composição interna do capital financeiro e prefere partir de algo mais abrangente e historicamente aberto, a que chama de “interconexão”.

Tomando esta hipótese como ponto de partida, permite-se uma apreciação crítica a respeito da natureza e intensidade da aliança entre capitais produtivos “triádicos” de que falam Chesnais e Tavares. Assim, Chesnais usa adequadamente o termo “acimentamento” de capitais produtivos triádicos para mostrar o papel que teve, neste ínterim, o compartilhamento intra-triádico dos enormes custos e riscos ligados à produção tecnológica de então. Traz como suposto, a nosso ver também adequadamente, que os ativos tecnológicos mais relevantes à era da mundialização do capital são fortemente específicos e ilíquidos e, portanto, cumprem o papel de estabelecer uma base de acumulação comum e relativamente estável entre os capitais produtivos triádicos. É igualmente adequada a consideração do autor de que isto não anula a concorrência interna deste bloco de capitais em processo de “acimentamento”, notadamente em função da fragmentação patrimonial-financeira que remanesce a despeito dos processos de centralização e concentração internacional nos anos 80 e 90 (fusões e aquisições). Entretanto, a despeito do inegável crescimento da importância deste tipo de ativos à competitividade internacional, não parece haver estudos completos que quantifiquem a importância relativa dos ativos tecnológicos – em geral

“intangíveis” – na composição do patrimônio das principais atividades industriais de então<sup>201</sup>.

O fato dos EUA ter se tornado o centro do crescimento econômico mundial nos anos 80 e 90 não cria uma “aliança” propriamente dita entre capitais produtivos triádicos. Frente a este mercado em crescimento, eles estão em concorrência, disputando, entre si, distintas frações do mercado estadunidense. O fato de haver um crescimento econômico constituído nos EUA cria certa “solidariedade de interesses” entre os criadores desses mercados e os diferentes capitais produtivos em concorrência. Uma vez que este mercado deriva-se dos gastos públicos armamentistas nos anos 80 e da bolha financeira alimentadora do crédito ao consumo nos anos 90, o que acreditamos poder dizer é que isto criaria uma solidariedade de interesses entre cada capital produtivo triádico tido isoladamente com o alto estado e o alto capital monetário dos EUA. A natureza desta “solidariedade de interesses” supranacional entre distintos capitais e o alto estado e capital monetário americano, entretanto, é sólida apenas à medida que este mercado responde pelas principais fatias do crescimento econômico mundial.

Conceição Tavares parece ter sido acurada na percepção de que há um alinhamento de interesses entre as elites financeiras/militares dos EUA e o capital monetário internacional no início dos anos 80. O alto capital monetário dos EUA, mas também internacional, encontra um espaço de valorização através do lançamento de títulos públicos do Tesouro Americano no início dos anos 80. Este lançamento de títulos públicos é funcional à escalada militar da doutrina Reagan.

Conceição e Chesnais também são felizes em pôr em questão a “interconexão” *interna* do capital financeiro, isto é, em que medida alinha-se capital produtivo e monetário quanto à base e formas de acumulação (CHESNAIS, 1996a, p. 276-280 e p. 290-293; TAVARES, 1984, p. 13–15). Se bem em ambos a componente monetária do capital financeiro tenha ganhado forte “autonomia relativa” frente à componente produtiva, ambos perguntam-se a respeito do que há de se suas dinâmicas que são “interdependentes”.

Por exemplo, a relação indústria-BNDES no Brasil é usada por Tavares para mostrar que não basta uma relação de financiamento para compor um capital financeiro

---

<sup>201</sup> Esta lacuna estatística certamente não se deve aos trabalhos de François Chesnais, que teve papel central dentre o grupo de economistas que mais trabalhou pela melhora da qualidade e disponibilidade internacional de material empírico sobre tecnologia e inovação (OCDE, 1992).

análogo ao das experiências alemãs e japonesas do século XX: no caso brasileiro, as políticas do estado (BNDES inclusive) seriam “sobredeterminadas” pelas formas de projeção dos padrões de acumulação internacionais no Brasil. Ou seja, uma relação de financiamento não cria, necessariamente, uma “aliança” entre capitais e nem cria necessariamente um ator social soberano no quadro da competição inter-capitalista. Chesnais coloca que o “entrelaçamento entre as finanças e a grande indústria” na era da mundialização do capital se dá menos através de grandes bancos e mais através de “instituições financeiras não-bancárias” que se criam como diversificação dos grupos industriais. A ascensão das diretorias financeiras ao topo da organização das multinacionais alia fortemente “indústria” e “finanças”, sob comando estratégico destas últimas e com implicações decisivas nas estratégias de acumulação produtiva (CHESNAIS, 1996a, p. 290–293).

Não queremos, com estas breves considerações sobre a natureza das relações entre capitais, encerrar a temática. Mas, antes, mostrar que é um objeto de pesquisa relevante à economia política sobre o que produziram avanços particulares Chesnais e Tavares. A despeito de sua centralidade para diferentes discussões (não apenas de forma subsidiária à problemática da hegemonia), o tratamento teórico-analítico da temática parece negligenciada e, acreditamos, ademais, há espaços para avanço. Nota-se, ainda, que é parte relevante da pesquisa de Chesnais pós- mundialização do capital compreender qual a natureza concreta do capital, das relações internas ao capital financeiro e suas implicações para diferentes temas da economia política.

Conforme foi argumentado ao longo desta seção, as questões da aliança intra-triádica e da hegemonia tratam, também, da forma como o estado se interpõe na forma como se armam as relações de internacionalização. A despeito de algumas similaridades já notadas entre ambos os autores a esse respeito, argumentamos também que há elementos de diferenciação quando se toma por conta a componente “geopolítica-militar”. Esta, entretanto, é parte de objeto de análise da próxima subseção.

#### **3.4.4. Modo de armação das relações de internacionalização: hegemonia, geopolítica e objetivos de estado**

No que toca à questão da hegemonia, há, ademais, uma notável diferenciação em uma específica dimensão dos objetos: ainda que ambos Chesnais e Maria da Conceição

Tavares tenham focado seus estudos no âmbito “geoeconômico”, suas respectivas incursões sobre a “geopolítica” colocam-se de maneira também distinta. Entretanto, o que por vezes se chama, grosso modo, de “geopolítica” e “conflito inter-estatal” exige certa qualificação.

#### 3.4.4.1. Hegemonia e Geopolítica

Retomemos brevemente a interessante abordagem de Medeiros (2001), que faz uma análise da natureza e dos movimentos de estado na compreensão do desenvolvimento e do conflito inter-capitalista e inter-estatal em diferentes abordagens. O autor também advoga contra algumas variantes marxistas, notadamente assentadas no debate sobre “imperialismo” que, segundo autor, seriam muito influenciadas pela ideia de que seria possível encontrar uma motivação econômica de última instância para o conflito inter-estatal e as guerras internacionais<sup>202</sup>. Alternativamente, Medeiros recupera T.Hobbes e a síntese que a seguir copiamos é usada pelo autor exatamente para denotar, ademais do apoio mútuo entre “poder e riqueza”, que o que aqui se chama de “conflito inter-estatal” ou “geopolítica” não teria causas e motivações de última instância *apenas* econômicas, mas também pela permanente ameaça de guerra e acumulação de poder militar:

De acordo com Hobbes, o poder sobre as coisas é um instrumento do poder sobre os homens, e este só ocorre na medida em que há excesso de poder de um sobre o outro, porque poderes iguais se anulam. Para Hobbes, a fórmula aplicava-se tanto aos indivíduos do próprio país quanto aos Estados. Se o Estado era concebido como solução à guerra entre os cidadãos, e a lei era a coerção aceita para a manutenção da paz, na esfera das relações internacionais, não havia um Estado, um monopólio da força, não havia leis; a lei era imposta pelo mais forte, e a guerra, permanente ameaça (MEDEIROS, 2001, p. 94).

---

<sup>202</sup> Escrevemos a respeito que “Medeiros considera que as análises de Marx e do ‘neo-marxismo’ relegam um papel ao Estado no desenvolvimento econômico apenas nas fases ‘pré-capitalistas’ (como quando do papel de transição no feudalismo para o capitalismo). Assentado o capitalismo com a dominação da burguesia no estado, sua dinâmica seria explicada inteiramente pela acumulação e a concorrência. Em decorrência, os movimentos de estado, mesmo no âmbito internacional, seriam movimentos de poder de interesses acoplados no estado, tendo como fim ‘essencial’ a acumulação privada dos grupos específicos por ele representados. Assim, a geopolítica e a guerra – temas explicitamente reivindicados pela tradição marxista em questão – foram expressões [tendências] de grandes movimentos históricos, cujas institucionalidades e razões políticas específicas se tratavam de dissimulações de interesses econômicos” (ARROIO E TAVARES, mimeo, p. 11).

Projetando esta dimensão específica da temática da natureza e dos movimentos de estado para Tavares e Chesnais, cabem, assim, as seguintes considerações.

Fiori (2000) notou adequadamente que Maria da Conceição Tavares articula, a um só tempo, o plano econômico e o político para a compreensão dos movimentos gerais que configurariam a chamada “nova ordem mundial”: a “diplomacia das armas” e a “diplomacia do dólar” instrumentalizavam o poderio militar e monetário em função de um duplo objetivo: a valorização dos capitais das “elites financeiras” dos EUA e a afirmação soberana unilateral no plano das relações militares. Fiori argumenta que ambos os objetivos e instrumentos de coerção não são entre si redutíveis um ao outro e apresenta-os como duas faces de uma mesma moeda – isto é, uma apoia-se na outra. Maria da Conceição Tavares (1985; TAVARES E MELIN, 1997), trazendo um ponto de vista da periferia, teria sido pioneira na materialização analítica destas tratativas teóricas para o pós-Bretton Woods.

A partir desta interpretação, por exemplo, aumento dos gastos públicos militares dos EUA na década de 80, embora tenha de fato reativado a possibilidade de valorização dos capitais produtivos modernos em solo americano, deve a sua existência grandemente não por conta da aceitação de uma suposta “agenda” trazida pelos supostos representantes do capital produtivo nos EUA, mas principalmente, isto sim, pela “visão estratégica” das elites militares preocupadas com a afirmação da segurança americana na tensionada Guerra Fria frente a ainda aparentemente pujante URSS. A requisição de aumento de gastos públicos teria sido operada pelas elites militares com o propósito, “de última instância”, de ter uma afirmação militar soberana - própria à “dinâmica de guerra” e irredutível a uma “motivação econômica de última instância”.

Convém aqui salientar, então, que em *A Mundialização do Capital* não há, a rigor, uma análise “geopolítica” deste tipo e seu objeto restringe-se, pois, a uma análise do que aqui, por contraste, chamamos de “geoeconômica” (ligado à análise dos movimentos e conflitos de estado a partir de motivações econômicas e instrumentos de coerção econômicos). Perguntamo-nos, pois, em que medida este recorte do objeto de *A Mundialização do Capital* é uma forma de trazer mais profundidade na análise material sobre o que é “geoeconômico” ou do quanto o recorte proposto reflete, por si só, um posicionamento teórico- ideológico de Chesnais.

Se procurarmos nos seus textos que antecedem *A Mundialização do Capital*, encontram-se duas obras do autor tocam mais diretamente o tema. Conforme já dito no

capítulo 1, em *Competitivité Internationale et dépenses militaires* (CHESNAIS, 1990b) e *L'armement en France : genèse, ampleur et coût d'une industrie* (CHESNAIS E SERFATI, 1992), o autor está organizando uma frente de argumento contra o aumento dos gastos militares na França em meio a um processo de desmantelamento do estado de bem-estar social do país. O autor desconstrói a argumentação relativa aos supostos ganhos de competitividade com que as elites militares do país procuram justificar o repasse orçamentário ao ministério da defesa e reivindica um redirecionamento direto para a pesquisa e desenvolvimento de orientação social direta.

Chesnais e Serfati argumentam que as relações entre estado e capital no plano militar-armamentista têm natureza relativamente diferenciada de país a país e de período histórico a período histórico. Entretanto, como parte de seu argumento, dedicam Chesnais e Serfati um capítulo de seu livro à compreensão das relações entre a indústria militar francesa e orientação diplomática-militar externa do país. Onze anos após a publicação de *A Mundialização do Capital*, período a rigor *fora* do coberto pelo trabalho que ora se escreve, Chesnais escreve “The Economic Foundations of Imperialism” (2007) em que a questão que se pergunta é abordada de maneira mais direta. Uma vez que possui núcleos argumentativos próximos do texto de 2007, o capítulo comentado de Chesnais e Serfati, destarte focar-se na França, pode ser entendido como uma aproximação da posição de François Chesnais geral a respeito do tema a partir dos anos 90 sobre as relações entre “geopolítica” e “geoeconomia”<sup>203</sup>.

Em ambos os trabalhos (CHESNAIS, 2007; CHESNAIS E SERFATI, 1992), François Chesnais procura mostrar que, por detrás dos empreendimentos beligerantes da França no após segunda-guerra (*ibidem*) e dos EUA nos anos 90 e 2000, há uma motivação econômica fundamental por detrás que o explica: a motivação específica das frações de capital dominantes, armamentistas ou não, que comandam cada estado<sup>204</sup>.

<sup>203</sup> Salienta-se, entretanto, que já há passagens esparsas sobre o tema desde seu primeiro ensaio, em 1967 (sinteticamente apresentados no capítulo I desta tese).

<sup>204</sup> A título de exemplo, ver as seguintes passagens: “Essa vontade tenaz de vender armas explica o porquê da França ser um tanto engajada no Oriente Médio. Essa região apresenta, com efeito, a característica de uma zona de guerra permanente desde a Segunda Guerra Mundial. Além disso, possui clientes – uns mais outros menos solventes – graças a suas receitas petrolíferas, algo que outros países em desenvolvimento não têm.”, no original “Cette volonté tenace de vendre des armes explique pourquoi la France est tellement engagée au Moyen-Orient. Cette région présente en effet la caractéristique d’être une zone de guerre permanente depuis la Seconde Guerre mondiale. De plus, elle possède quelques clients plus solvables ou un peu moins insolubles grâce à leurs recettes pétrolières, que les autres pays en voie de développement.” (CHESNAIS E SERFATI, 1992, p. 167) (tradução técnica de Rafael Zincone). No que toca às intervenções da França na África, Chesnais e Serfati criticam o militarismo francês e escrevem que “Tais intervenções militaires permitiram a vários governos africanos manterem-se no poder frente a movimentos populares de insurreição e ataques do exterior, aos quais não teriam resistido sem

Nesse sentido, a beligerância seria explicada principalmente pelos interesses contraditórios que sustentam politicamente os diferentes estados-nação, mas a recíproca *não* aparece inserida na estrutura teórica-argumentativa de Chesnais: a ameaça e a dinâmica de guerra, no sentido específico aventado por Medeiros (como motivação de “última instância” irredutível à “motivação econômica”) não possuem relevância essencial em seu argumento.

Também nos trabalhos o autor deixa claro que considera que há instrumentos de “coerção econômica e não-econômica” (no que se incluem os instrumentos militares) que são analiticamente relevantes à compreensão das distribuições de poder nas relações internacionais <sup>205</sup>. Entretanto, se bem seja claro que, em nível teórico-abstrato, o autor dê importância aos instrumentos de “coerção não-econômica”, a análise material feita em *A Mundialização do Capital* prende-se, tanto em objetivos/motivações quanto dos instrumentos de coerção, à dimensão *geoeconômica* da dominação internacional operada pelos altos estados e capitais dos países centrais.

Ademais dos contextos diferenciados das pesquisas de Chesnais e Tavares já antes explorados, a opção de François Chesnais de não incluir a análise “geopolítica” na sua célebre obra *A Mundialização do Capital* é um elemento adicional de compreensão do porquê, embora reconheça a centralidade dos EUA na nova fase da “economia mundial”, prefira falar numa “aliança intra-triádica”. Materialmente, no campo militar mais que em qualquer outro, a liderança dos EUA nos anos 90 é incontestável. É forçoso notar, entretanto, que Maria da Conceição Tavares *também focou sua própria pesquisa*

---

ajuda francesa. No entanto, tiveram igualmente por objetivo a defesa de interesses econômicos de importantes mineradoras e petrolíferas de propriedade de grandes grupos franceses”. No original, “Ces interventions militaires ont permis à plusieurs gouvernements africains de se maintenir au pouvoir face à des mouvements populaires insurrectionnels ou des attaques extérieures auxquels ils n’auraient pas résisté sans l’aide française. Mais elles ont eu également pour objectif de défendre les intérêts économiques miniers et pétroliers importants détenus par quelques grands groupes français.” (CHESNAIS E SERFATI, 1992, p. 173) (tradução técnica de Rafael Zincone). Já no caso dos EUA nos anos 2000, época em que já passa a considerar o capital monetário hierarquicamente acima, diz que: “Eu apenas posso afirmar novamente que a doutrina de Guerra-sem-fim é a resposta ao emaranhado de contradições criado pelo remodelamento de toda a economia americana para atender os interesses pelo capital financeiro dominado pelos fundos de pensão” (2007, p. 141). No original, “I can only stress again that the doctrine of war without end is a response to the tangle of contradictions created by the remodelling of the whole of the US economy to meet the needs of fund-dominated finance-capital”. (tradução livre)

<sup>205</sup> Ver, a título de exemplo: “a coerção econômica, ou a apropriação de excedente através de mecanismos puramente econômicos, não pode ser garantida pelas classes capitalistas de forma estável e na escala requerida pelo capital portador de juros. (...) meios de coerção não-econômicos são requeridos em todos os pontos no quadro das relações sociais que constituem o imperialismo como um sistema global” (CHESNAIS, 2007, p. 126). No original, “economic coercion, or rather the appropriation of surplus by purely economic mechanisms, cannot be insured for capitalist classes in a stable way on the scale required by interest- and dividend-bearing capital. (...) non-economic means of coercion are required at every point of the set of social relationships which constitute imperialism as a global system” (tradução livre)

na dimensão geoeconômica. O fato de falar num *momentum* de reafirmação da hegemonia americana e de reconhecer que no plano teórico-abstrato há instrumentos de coerção e motivações “de guerra” (de “âmbito geopolítico”) não significa que ela tenha empreendido larga pesquisa material sobre o assunto. O que a autora faz, sim, é deixar claramente indicado em suas obras clássicas o lugar lógico que a “geopolítica” ocupa. Neste ínterim, entretanto, como a própria autora reconhece, é José Luis Fiori quem lidera a primeira tentativa de sistematização do tema no coletivo de pesquisadores de que participa Maria da Conceição Tavares.

#### 3.4.4.2. Crítica

A nosso juízo, falar no que grosso modo chamamos de “motivação econômica” ou numa “motivação de guerra” de “última instância” traz uma discussão rica, mas também recheada de nuances metodológicas. Naturalmente, não compete a nós explorá-las em exaustão. Compete-nos, sim, tratá-las até o ponto em que se permita avançar na crítica sobre a estrutura teórico-analítica de Maria da Conceição Tavares e de François Chesnais.

Difícilmente um ou outro autor – e certamente também não é o caso de Medeiros (2001) – considera que existam *apenas* uma “motivação econômica” *ou* uma “motivação de guerra” para compreender as projeções beligerantes recíprocas entre os diferentes estados nacionais. Elas não se expressam de maneira “pura” e “isolada” e certamente, em se explorando de perto todas as emergências de guerra relevantes, sempre se poderiam encontrar vestígios “econômicos” e preocupações “de guerra” e “segurança” distribuídos entre os atores mais relevantes. Para todos o que praticam uma análise historicista e que procuram, sob diferentes roupagens metodológicas, identificar certas tendências estruturais, o que se compete perguntar é em que medida um ou outro elemento teórico-abstrato expressa-se concretamente nos movimentos histórico-estruturais do objeto sob análise.

Consideramos, pois, que a geopolítica da Guerra Fria traz em si elementos essenciais à compreensão, por exemplo, da própria existência de um keynesianismo bélico operado pelo alto estado dos EUA nos anos 80. Ainda que não-exclusivo, tal aumento de gastos públicos, também consideramos, foi importante à reafirmação do país como centro dinâmico do capitalismo mundial e à superação da crise estrutural

americana dos anos 70 (o que nos aproxima, neste ponto, da hipótese de Conceição Tavares). François Chesnais não afirma o contrário, mas, ainda assim, é possível dizer que a interpretação expressa em *A Mundialização do Capital*, ao não deixar melhor indicado o lugar lógico ocupado pela dinâmica da guerra, carece de um elemento analítico central aos seus próprios propósitos - pois ajudaria a compreender algumas das principais características da Economia Mundial.

Entretanto, o que argumentamos é que o procedimento de análise “científica” de uma situação não deve impor ao seu objeto uma motivação “geopolítica” ou “geoeconômica” - ainda que as considere, de partida, como *possibilidades* teórico-abstratas. Pelo contrário, deve procurar deixar que a própria materialidade concreta das estruturas do objeto diga em que medida um ou outro tipo de motivação ajuda a tornar inteligível certo tipo de movimento estrutural a que se atribui relevância.

Ao longo da análise aqui realizada, já deixamos clara a importância de situar suas respectivas teses dentro do contexto político e pessoal próprio a cada autor. Neste sentido, por exemplo, não nos pareceria uma hipótese analítica ruim explicar a diplomacia militar francesa no norte da África a partir de “motivações econômicas” que emergem do lobby das altas frações de capital dominante no estado do país, tal como fizeram François Chesnais e Claude Serfati (1992). Embora a tese que ora escrevemos careça de elementos de suporte a essa afirmação, é difícil imaginar, por exemplo, como uma suposta ameaça à *segurança interna* da França traga elementos analíticos *relevantes* à compreensão estrutural da armação das relações internacionais militares da França com o norte africano. A histórica presença de empresas francesas ali assentadas desde os tempos coloniais e a forte indústria militar francesa dão indicativos que este objeto de fato possa, por exemplo, ser tratado sinteticamente a partir de motivações econômicas e sem maiores menções a problemáticas específicas de segurança que porventura existam. É possível que a tradição imperial francesa tenha influenciado a posição de François Chesnais sobre o assunto. Entretanto, em se tratando especificamente de *A Mundialização do Capital* e sem que isso retire os inesgotáveis méritos de sua célebre obra, é uma lacuna relevante que não se encontre, ao menos indicado na obra, um debate sobre em que medida o que aqui se chamou de motivações “geopolíticas” da Guerra Fria se impôs (ou não) *sobre as políticas econômicas* dos países da tríade.

### 3.5. CONCLUSÕES DO CAPÍTULO

A nível de objeto, a hipótese que o presente trabalho investiga é que a forma de superação da crise do centro do capitalismo dos anos 70 impôs aos autores, pela primeira vez, um objeto comum de investigação – que apareceria, respectivamente, nas pesquisas sobre a hegemonia americana e a mundialização do capital. A partir do que apresentamos neste capítulo, consideramos poder afirmar que os objetos a que procuramos referir as categorias analíticas que emergem do tema “internacionalização do capital” foram tema de investigação comum tanto da pesquisa sobre a hegemonia americana (Maria da Conceição Tavares) quanto sobre a mundialização do capital (François Chesnais). A averiguação comparada de suas teses ganha também em inteligibilidade se apreendida como parte de uma longa investigação teórica e analítica em economia política.

Assim, partimos do tema da acumulação de capital e de suas relações com o tema do capital financeiro e a internacionalização em fins do século XX. Embora articulando de maneira distinta, em ambos os autores encontra-se próprio imperativo de valorização da unidade “capital” a “causa” do processo de internacionalização de capital – a projeção internacional cruzada de capitais financeiros previamente monopolizados nas economias dominantes dá origem à competição intercapitalista. A crise e a resposta à crise americana na década de 70 foram vistos por Chesnais e Conceição a partir de lugares sociais distintos e tendo por base seus respectivos acúmulos prévio de conhecimentos, produziram, ambos, teses dotadas de coesão interna, mas passíveis de contraste porque tomaram como objeto temáticas comuns.

Maria da Conceição Tavares argumentou que os anos 80 assistiam um movimento de retomada e reafirmação da hegemonia americana, tido como em xeque no decênio precedente. O novo sistema monetário-financeirizado internacional pós-Bretton Woods seria subproduto do movimento combinado de internacionalização relativamente autônoma do capital monetário e da política monetária de afirmação hegemônica comandada por Paul Volcker. Sem resolver o desequilíbrio estrutural da balança comercial estadunidense (notadamente em função da concorrência japonesa e alemã), as duas fases da diplomacia do dólar permitiram aos EUA renovada capacidade de financiamento do gasto público e autonomia da política monetária. O movimento garantiria a hegemonia americana de forma unilateral, pois reafirmava a um só tempo

sua supremacia militar e a valorização de capital pertinente às suas elites financeiras sob coordenação do FED. Afirmado os objetivos e interesses das elites americanas, nenhum outro país disporia de tamanho poderio e autonomia militar e monetária – Japão, Alemanha vêem-se obrigados a se submeter à agenda estratégica americana.

Quanto ao problema da hegemonia, François Chesnais em *A Mundialização do Capital* reconhece a centralidade dos EUA, mas advoga que ela se forja a partir de uma aliança intra-triádica. Ainda que dotada de importante rivalidade interna, Chesnais está chamando atenção de que o movimento cruzado de internacionalização do capital, subproduto da competição intercapitalista entre os países da tríade (EUA, Alemanha/Europa, Japão) produziu certo *acimentamento* de capitais triádicos, notadamente a partir da internacionalização tecnológica e de suas relações com as características da ciência moderna. Em especial na edição brasileira de *A Mundialização do Capital*, o capital monetário também cumpre função central de colocar o capital financeiro triádico diante de uma base de valorização comum. Assim, em função das relações financeiras e tecnológicas, os países da tríade constituiriam um ator econômico social que age politicamente em bloco no quadro das relações internacionais – ainda que com importante rivalidade interna. Chesnais não via em *A Mundialização do Capital* as transmutações do sistema monetário internacional como um espaço de reafirmação da hegemonia americana, mas, sim, da afirmação da valorização relativamente autônoma do capital monetário *contra* o espectro de valorização do capital produtivo e contra as autonomias dos estados – muito através da “economia do endividamento”. Ainda assim, há renovada capacidade de financiamento em função do exorbitante crescimento dos mercados financeiros que é estendida, em *A Mundialização do Capital*, a todos os países da tríade e, nesse ínterim, não há destacamento aos EUA de forma equivalente ao dado por Conceição.

A diferenciação das respectivas teses relaciona-se também aos lugares hierárquicos diferenciados que ocupam o tema da internacionalização produtivo-tecnológica e financeira na regência da internacionalização do capital nas pesquisas sobre a hegemonia americana e a mundialização do capital. François Chesnais coloca que da internacionalização do capital produtivo, mormente a partir da tecnologia e parcialmente expresso estatisticamente através dos Investimentos Estrangeiros Diretos, extrai-se uma periodização adequada da nova fase da mundialização do capital, começando a partir da metade da década de 80. Conceição observa da

internacionalização financeira (do capital monetário) e das políticas monetárias dos EUA os principais movimentos econômicos que levam à nova fase da economia mundial, esta iniciando-se a partir do Choque de Volcker, em 1979. Conceição, embora reconheça que há um movimento de transnacionalização produtiva, entende que ela é fenômeno já antigo na história do capitalismo e apresenta a modernização japonesa e alemã como “respostas nacionais” bem sucedidas no campo produtivo-comercial contra a hegemonia americana - e, portanto, não pode extrair dela elementos explicativos à hegemonia americana e à periodização que propôs relevante à caracterização da nova fase da economia mundial.

A despeito das teses concorrentes sobre a situação de hegemonia, da moeda e da hierarquia na regência do processo de internacionalização de capital, as pesquisas sobre a mundialização do capital e a hegemonia americana possuem tanto interseções quanto complementaridades para o campo de investigação de que são parte. A forma como Conceição introduz o tema da geopolítica, trazendo uma problemática de soberania militar irredutível à acumulação, traz elementos ricos à compreensão das relações de internacionalização e do próprio contexto do qual a acumulação é parte. A produção da tese sobre internacionalização tecnológica de Chesnais, a partir de uma perspectiva de economia política, introduz uma agenda de investigação própria no campo da globalização produtiva. Ambos perguntaram-se quais os limites do descolamento da acumulação financeira em relação à produtiva e como isto se interpõe às autonomias dos países centrais e periféricos. As distintas estratégias de valorização do capital monetário, que Chesnais e Tavares denunciaram que passam a ter forte influência nos estados contemporâneos, valem-se da acumulação financeira em mercados de hedge, derivativos, títulos públicos e cambiais e respondem pelo espetacular aumento das transações financeiras e da volatilidade em nível internacional.

O empenho deste capítulo avança sobre as hipóteses gerais próprias ao presente trabalho. Ademais de argumentado que a crise e a solução da crise do capitalismo pós-Bretton Woods impuseram a ambos os autores objetos de pesquisa em grande medida sobrepostos, o trabalho realizado nesse capítulo permite, igualmente, avançar na compreensão e na crítica das respectivas estruturas teórico-analíticas que informam uma ou outra pesquisa. Em particular, do lado de Chesnais, a apreensão do importante lugar que ocupa a tecnologia na acumulação de capital e nas relações de internacionalização ganha inteligibilidade se apoiada no entendimento que o autor acumula sobre o tema

desde 1967, tal como apresentado no capítulo 1. O tema das finanças ganha paulatina importância na agenda de pesquisa de François Chesnais desde o início da década de 90, mas é apenas posteriormente à obra *A Mundialização do Capital* que ela torna-se *central*. No caso da autora brasileira, ademais de situar de forma mais suplementar o papel da tecnologia no esquema analítico de Tavares, o capítulo 2 afirma a centralidade do papel e as relações da moeda, da política monetária e da evolução do objeto “capital financeiro” no seu esquema analítico sobre a acumulação de capital e as relações de internacionalização.

Deixemos, entretanto, para a conclusão do trabalho que ora se apresenta uma comparação mais abrangente dos referenciais teóricos que valeram-se Tavares e Chesnais na construção de suas respectivas estruturas teórico-analíticas.

## CONCLUSÃO

Recorremos à longa trajetória de formação das pesquisas de François Chesnais e Maria da Conceição Tavares para apreender renovada inteligibilidade de seus trabalhos. Em particular, como objetivo geral da tese, nos perguntamos em que medida suas agendas de pesquisa possuiriam pontos de interseção ou afastamento a nível tanto de escolha de objetos quanto de teoria. Estudamos a lógica interna de suas respectivas estruturas teórico-analíticas e procuramos considerar que a diferenciada inscrição histórica de suas trajetórias intelectuais lhes colocaram frente a contextos e debates a princípio distintos. Pudemos, então, argumentar que é apenas na crise que se segue ao desmoronamento de Bretton Woods que se impôs a ambos os autores, pela primeira vez, um objeto de investigação comum – este, passível de ser apreendido a partir de desdobramento do difuso debate sobre a “internacionalização do capital” e que se expressaria nas pesquisas sobre a mundialização do capital (Chesnais) e a hegemonia americana (Tavares).

Com relação aos *objetivos específicos*, nos propusemos a mostrar faces das pesquisas que foram caros aos autores, mas que, por uma razão ou outra, não estão ressaltadas hoje meio ao acúmulo de conhecimentos disponíveis no Brasil sobre o pensamento de Maria da Conceição Tavares e François Chesnais, tidos isoladamente. Organizamos nosso trabalho, então, de forma a tornar inteligíveis os caminhos que percorreram François Chesnais e Maria da Conceição Tavares, perguntando-nos a respeito das primeiras raízes que viriam a compor suas respectivas agendas de pesquisa sobre a mundialização do capital e a hegemonia americana.

Ambos os autores se valeram de uma articulação entre aportes advindos de tradições teóricas distintas e procuramos apreender suas estruturas teórico-analíticas de forma a atender aos objetivos gerais e específicos. Procurando ir de acordo com seus próprios objetivos internos e, ao mesmo tempo, servir de referência à compreensão das pesquisas sobre a mundialização do capital e a hegemonia americana, deveríamos articular o problema da acumulação de capital, da internacionalização e do capital financeiro. Desta relação se conectaram os dois recortes que propusemos para os autores: acumulação de capital e internacionalização tecnológica (para o caso de

François Chesnais) e acumulação de capital e subdesenvolvimento (para o caso de Tavares).

Os referidos recortes permitem ao mesmo tempo fornecer inteligibilidade às pesquisas sobre a mundialização do capital e hegemonia americana (*objetivo geral*) e uma leitura não redundante dos autores em relação ao acúmulo de conhecimentos sobre os mesmos atualmente vigentes no Brasil (*objetivos específicos*). Ao relacionar os recortes das pesquisas de ambos os autores com os temas de acumulação de capital, internacionalização e capital financeiro permitiu-se estabelecer um referencial comum e funcional à comparação entre ambos os autores, sem que tenha se mostrado inconsistente com seus respectivos intentos centrais de pesquisa. A tese procurou se organizar em função dos referidos objetivos e dividiu-se, portanto, em 3 capítulos.

No capítulo 1, investigamos a evolução das obras de François Chesnais, propondo uma periodização de sua obra (que não havia sido realizada no Brasil) e argumentando que o tema das relações entre internacionalização tecnológica e acumulação de capital, numa perspectiva de economia política de corte marxista, é o mote central de toda a sua trajetória de pesquisa anterior ao *A Mundialização do Capital*. O viés de leitura do autor a partir do tema da financeirização, atualmente grande em voga, deve ser situado como referente à pesquisa que o autor constrói a partir dos anos 90. A “financeirização”, embora de fato tenha presença importante no livro *A Mundialização do Capital*, ganha particular destaque no seu argumento a partir da obra *A Mundialização Financeira*. Para Chesnais, as finanças teriam dinâmica apenas *relativamente* autônoma à acumulação produtiva e seria um imperativo estudar, também, como se acumula e se distribui o valor produtivo no capitalismo – no qual a tecnologia passa a ser parte central em fins de século XX.

O tema da internacionalização do capital é apresentado como uma das possíveis soluções históricas à acumulação de capital, que nos anos 70 expressaria a tendência declinante da taxa de lucro. Chesnais procurou articular elementos das tradições schumpeterianas e keynesianas de forma que, consideraria, garantisse que não fosse inconsistente com sua apreensão crítica das principais categorias e princípios teóricos sobre a acumulação de capital que importa do marxismo. A dimensão tecnológica das estratégias globais dos grandes capitais se transformaria em elemento central à concentração e centralização internacional intra-triádica após a crise dos anos 70. Uma vez que as novas tecnologias tinham conhecimento parcialmente enraizado em redes

formais e informais de pesquisa (e, portanto, parcialmente desenraizados em máquinas e equipamentos) e dado que os ativos tecnológicos se transformavam em elemento central do capital e da competitividade, Chesnais pôde articular a categoria de sistemas nacionais de inovação com a problemática da internacionalização e da economia política.

No capítulo 2, lemos as obras de Maria da Conceição Tavares a partir da relação entre acumulação de capital e subdesenvolvimento. Mostramos que quando a autora se propõe a fazer uma pesquisa insubordinada frente ao pensamento cepalino (e ao pensamento econômico geral), não o fez sem, também, manter importantes elementos de continuidade. Assim, o problema da mudança estrutural, caro ao pensamento estruturalista, seria um dos principais desdobramentos dos sucessivos padrões de acumulação que se forjam na economia brasileira. A temática da capital financeiro marca uma importante clivagem entre países cêtricos e periféricos e o seu papel como estruturante do nexo de dominação econômica nas relações de internacionalização se encontram presentes na obra da autora desde o ocaso de sua “fase cepalina”.

Os padrões de acumulação, desde fins dos anos 50, seriam “comandados” pelo grande capital financeiro internacional ancorado no estado brasileiro, tendo como sócio-menor os capitais brasileiros. Historicamente, a acumulação de capital via-se defronte a limites, em geral de realização dinâmica, que impunha-os reorganizar sua forma industrial (transformação morfológica), trazendo novos padrões consumo, distribuição, crescimento e mudança estrutural que representavam a passagem a um *novo* padrão de acumulação. No caso dos países cêtricos, uma das principais saídas ao problema de realização dinâmica (mas também estritamente financeiro) era sua internacionalização para os países da periferia. Assim, enquanto a literatura estruturalista conectava o subdesenvolvimento às dificuldades de endogeneizar o progresso técnico na periferia, Maria da Conceição Tavares alçou o dinheiro e o comando patrimonial-financeiro do processo de acumulação de capital o cerne básico da problemática do subdesenvolvimento – esta poderia determinar, ademais, os próprios espaços de difusão tecnológica.

No capítulo 3, nos propusemos a demonstrar que as pesquisas sobre a mundialização do capital e hegemonia americana versavam, em grande medida, sobre objetos comuns – que se definiriam a partir de categorias desdobradas da difusa agenda de pesquisa sobre a internacionalização do capital. Ademais de revelar algumas das

características principais da economia mundial, argumentamos que, apesar de ser impossível exaurir a temática, há sobreposição de objetos no que toca aos problemas da globalização financeira, da globalização produtivo-tecnológica, da hierarquia que rege os processos de internacionalização, na hegemonia e alianças que armam as relações de internacionalização e da geoeconomia. Assim, seria permitido estabelecer um balanço crítico comparativo entre suas principais teses no campo da economia política internacional.

A hierarquia econômica que rege o processo de internacionalização é tema de particular preocupação para os autores e marca uma importante cisão a respeito de suas teses. Até *A Mundialização do Capital* (1996a), o autor francês considerava que as principais características da economia mundial poderiam ser inferidas grandemente a partir dos movimentos de internacionalização do capital produtivo (globalização produtiva) – no que a internacionalização tecnológica desempenharia papel central em fins do século XX. Conceição Tavares, diferentemente, conduziu a pesquisa sobre a hegemonia americana de forma a situar na internacionalização do capital monetário (globalização financeira) o movimento que dá sentido à visão de conjunto da economia mundial. Embora François Chesnais seja hoje conhecido pelas suas teses sobre *financeirização*, é apenas em obra posterior - *A Mundialização Financeira* (1996b) - em que o autor registra que passa a ter na internacionalização do capital monetário o referencial à compreensão das relações de hierarquia da era da mundialização (globalização). Até *A Mundialização do Capital* (1996a), a nova fase da economia mundial começaria em meados dos anos 80, quando a liberalização comercial e produtiva mostraria seus principais efeitos. Diferentemente, a pesquisa sobre a hegemonia americana encontra no desordenamento de Bretton Woods e na reorganização do sistema monetário internacional a partir do Choque de Volcker o início de uma nova era do capitalismo.

François Chesnais, em particular, coloca que em fins do século XX a internacionalização produtiva possui traços específicos e relevantes, idiossincráticos dessa nova era. Esta idiossincrasia se daria, em grande medida, pela forma como se organiza e distribui a tecnologia e as agendas de pesquisa e desenvolvimento. Conceição Tavares, embora reconheça que há mudanças na forma de organização da produção, não as destaca como de maior relevância e lembra que a transnacionalização produtiva é fenômeno antigo na história do capitalismo.

Na nova fase da economia mundial, Maria da Conceição Tavares defende a tese de que as relações de internacionalização se armam tendo como polo hegemônico unipolar a elite financeira e militar dos Estados Unidos. François Chesnais reconhece certa centralidade dos EUA (em especial de suas elites financeiras), mas afirma que a internacionalização produtiva cruzada entre EUA, Alemanha/Europa e Japão teria criado uma “aliança intra-triádica” que, apesar de possuir forte rivalidade interna, se antepõe em bloco frente à periferia nas relações internacionais de dominação econômica. Sobre a temática da “moeda”, Conceição atribui um papel muito específico à reorganização do sistema monetário internacional e o coloca como central à reafirmação da hegemonia americana (o país disporia de condições únicas de operação da política monetária, mesmo com déficit comercial crescente e estrutural), enquanto Chesnais observa o desmoronamento de Bretton Woods não como expressão de “poder” dos EUA, mas, sim, do capital monetário *frente* aos estados e o capital produtivo. Maria da Conceição Tavares abre uma pesquisa que situa, diferenciadamente da geoeconomia, as relações geopolíticas e os dilemas de guerra à compreensão dos movimentos políticos dos estados-nações centrais. Chesnais, provavelmente influenciado pelo histórico anti-imperialista de parte da esquerda francesa, indica restringir à dimensão geoeconômica as análises dos objetivos dos movimentos dos estados-nações centrais.

Resta, no que toca aos objetivos gerais, mostrar em que medida é possível estabelecer demais pontos de contato e afastamento entre as teorias que apoiaram suas respectivas investigações.

À primeira vista, Maria da Conceição Tavares e François Chesnais teriam, de fato, poucos motivos para possuir certa interconexão de suas assertivas teóricas e analíticas. Tendo desenvolvido a esmagadora maior parte de suas respectivas trajetórias de pesquisa no Brasil e na França, respectivamente, as idiossincrasias de seus contextos lhes inseririam dentro de debates distintos. Enquanto Conceição estava revisando as teses da CEPAL, estudando a América Latina e contrapondo-se ao regime militar e aos embates teóricos que giravam na UNICAMP dos anos 70, Chesnais vivia uma vida dupla – de um lado militando pela reorganização da *IV Internacional* e, de outro, pensando os problemas da ciência, da tecnologia e da inovação na OCDE.

Ainda assim, não foi de forma alguma totalmente casuístico que seja possível estabelecer uma controvérsia entre ambos os autores. Era comum que se lesse em certos círculos internos da OCDE a literatura estruturalista da América Latina – François

Chesnais chega a fazer menção a Celso Furtado na introdução de seu mais recente livro (Chesnais, 2016, p.13). Ademais de próximo de movimentos sociais latino-americanos na década de 70, o autor passa a visitar com certa regularidade o Brasil e a UNICAMP a partir dos anos 80. Até a publicação da obra *A Mundialização do Capital*, visitou os centros de pós-graduação brasileira diversas vezes, notadamente a partir dos debates sobre indústria e tecnologia em Campinas (Coutinho ET AL, 2014). O intercâmbio não apenas a partir das universidades brasileiras, mas também das francesas, fez com que François Chesnais e Maria da Conceição Tavares se conhecessem, ficassem amigos e mantivessem certo contato, principalmente até fins dos anos 90.

Casuisticamente ou não, pode-se depreender de suas trajetórias de pesquisa que ambos referenciaram-se em tradições de pensamento comuns com sobreposições em seus traços mais gerais. Recorreram ambos aos trabalhos de Marx e à literatura emergente a partir do embate sobre o imperialismo no início do século XX. Visitaram Schumpeter e procuraram, cada qual, expandir seu arcabouço teórico a partir dos novos desdobramentos de literatura industrial. A macroeconomia keynesiana também instigou ambos os autores. Ainda que de forma bastante diferenciada, ambos conheceram a literatura estruturalista latino-americana e ambos debateram diferentes variantes do marxismo francês.

Há, também, é claro, referências exclusivas de um ou outro autor. Maria da Conceição Tavares apropria-se de forma importante do instrumental de Kalecki, autor a que não encontramos menções na obra de Chesnais. Se bem Chesnais tenha conhecido a literatura estruturalista latino-americana, é apenas em Conceição, também, em que se percebe uma influência *direta* cepalina sobre sua obra. Já o autor francês dialoga diretamente com diferentes variantes do marxismo francês, no que se inclui importantes debatedores sobre a internacionalização do capital, da escola da regulação e das controvérsias na revista *La Vérité*. É apenas Chesnais, também, que instrumentaliza categorias analíticas desenvolvidos na linha de pesquisa em Sistemas Nacionais de Inovação (de corte “neo-schumpeteriano”). Dos teóricos do imperialismo, Chesnais carrega um “subconsciente teórico” (Chesnais, 1996a, p. 50) de Lênin e Trotsky (Chesnais, 1967) e Conceição desdobra-se principalmente a partir de Hobson, Hilferding e se encontram nela também raízes advindas de Rosa Luxemburgo.

Finda esta tese já se faz evidente o que antes de nosso trabalho não podia ser tido como trivial em diferentes círculos de discussão na academia brasileira: ambos

compuseram uma estrutura teórico-analítica que carrega importantes sobreposições a nível de objeto e teoria. Resta, entretanto, dificuldades, pois isso não nos diz o suficiente, ainda, a respeito de quais peças teóricas separadamente os autores comparativamente articulam, cada qual, dentro de suas respectivas estrutura teórico-analítica. É forçoso lembrar o que se destacou recorrentemente ao longo dos capítulos: acuradamente ou não, ambos propuseram-se críticos de articulações de distintas tradições teóricas que não evitassem a sobreposição de peças teóricas que fossem concorrentes entre si.

O cerne metodológico de Maria da Conceição Tavares procura não estabelecer uma contraposição “dura” entre o marxismo e o estruturalismo(1972), mas, ainda sim, encontra no método histórico-estrutural seu referente de pesquisa. Já François Chesnais aponta para um horizonte metodológico que tem como referente o antigo debate marxista sobre o imperialismo, articulando as noções de hierarquia, economia mundial, totalidades e autonomias relativas.

É possível ler ambos os autores, também, a partir dos desdobramentos do problema da acumulação de capital e do capital financeiro. O capital representa, em ambos, tanto um objeto de acumulação quanto um ator/sujeito/estrutura social que *age* nas relações sócio-políticas a partir de seu próprio interesse. É relevante à boa leitura dos autores notar que ambos usaram a expressão “capital financeiro” para designar o que, ao longo desta tese, chamamos separadamente de “capital monetário” e “capital financeiro” – o segundo restrito à “interconexão” entre capital produtivo e capital monetário, que origina uma estrutura social orientada por um vetor de interesses comum. A leitura de ambos os autores é também enriquecida em se fazendo a distinção dos interesses do “capital em geral” daqueles relativos estritamente ao de sua fração dominante, apoiada no estado. A estrutura teórico-analítica de ambos os autores carrega implícita, também, um esboço de teoria de estado, na medida em que consideram que os movimentos e políticas econômicas do estado se explicam em grande medida pelas ideologias e presenças das elites políticas e econômicas que lhe organizam. Notadamente nos países cêntricos, o movimento da internacionalização do capital é em ambos, também, derivado da problemática da acumulação de capital que se projeta para fora quando, a depender de certas razões específicas, vê-se impossibilitado de valorizar-se a nível interno.

Os caminhos através dos quais ambos os autores manifestam a interdependência entre as formas de acumulação são bastante distintos, mas ambos supõem que há autonomia *relativa* na acumulação de capital na forma produtiva e na forma financeira. Isto é, nos parece mais consistente ler ambos os trabalhos notando que, mesmo quando passam a salientar do crescimento exorbitante das massas financeiras muito superiores às variáveis reais (como no caso do capitalismo de fins do século XX), isto não significa dizer que problemáticas próprias e relativamente específicas da acumulação produtiva deixam de existir. Deve-se notar, também, que ambas as trajetórias encontram a problemática da demanda efetiva, de corte keynesiano, para explicar o crescimento econômico (é restrita à Tavares a análise da demanda efetiva a partir, também, de Kalecki).

No que toca à problemática distributiva, ambos expressaram de forma diferenciada a antiga aceção da economia política, que entende que o valor a ser distribuído no capitalismo depende, em alto nível de abstração, aos diferentes poderes de barganha próprios às classes – ao invés do paradigma marginalista/utilitarista, que supõe que os salários seriam remunerados pela produtividade marginal do fator trabalho. Na década de 70, Conceição Tavares, a partir de Kalecki, defendeu que os salários não estavam determinados pela “lei do valor”, mas partia diretamente dos preços de produção. As massas de salário evoluíam combinando mudança estrutural e os padrões salariais próprios aos poderes de barganha de cada padrão de acumulação e poderiam não ser antagônicas às massas de lucro (produtivo). O lucro financeiro poderia extrair da órbita real remuneração à forma fictícia e as diferentes manifestações do juro (desde os dos títulos públicos até os créditos intra-firmas) foram considerados centrais à análise da distribuição entre classes, intra-capitais e, também, através do estado (em particular no momento de crise, em que se arbitra unilateralmente o valor das compensações das relações de dívida).

Chesnais não faz referência a Kalecki e, ao menos no que toca ao problema distributivo, é possível estender para o nosso período de análise o que afirma Carcanholo (2008, p.6), que Chesnais submeteria sua perspectiva distributiva de forma adequada a uma teoria do valor. Também passa a colocar os lucros “fictícios” originados notadamente nos mercados de câmbio e títulos públicos, como centrais à compreensão da distribuição em fins do século XX. Para o autor, é impossível que a valorização fictícia se descole completamente da “órbita real” e periodicamente o

capitalismo faria esse “ajuste” através de crises e punções distributivas através do estado. Assim, o capital produtivo “real” não é “melhor” que a valorização “fictícia”, mas sua valorização é, sim, condição à possibilidade de que, no longo prazo, o aumento do lucro não se dê estritamente às custas dos salários ou da expropriação de riqueza. Em ambos Chesnais e Tavares, assim, o estado desempenha papel central na problemática distributiva, notadamente no solucionamento “de classe” que dá às crises financeiras. É particular de Chesnais, ainda, a extensão de uma problemática distributiva para o campo da tecnologia.

No que toca à introdução e difusão de inovações, as análises de Maria da Conceição Tavares assumem que a tecnologia vê-se, em geral, incorporada em máquinas e equipamentos, de forma que o investimento produtivo carrega a difusão tecnológica. Quanto à introdução de inovações, Tavares estuda a periferia e, por isso, estende a afirmação de parte do pensamento latino-americano de que a introdução de inovações viria dos países do centro, notadamente através das multinacionais (com orientação do progresso técnico subordinado à acumulação de capital). François Chesnais promove importantes estudos sobre os EUA e argumenta que a “orientação do progresso técnico” (desdobrado em paradigmas e trajetórias tecnológicas) subordina-se diferenciadamente à acumulação de capital e aos objetivos de estado. Primeiramente o estado e, em segundo lugar, a internacionalização são fatores centrais à introdução de inovações, uma vez que a concorrência em oligopólio, por si só, imporá um interesse ambíguo às grandes empresas para introduzir inovações. Quanto à difusão de inovações, é parte de agenda de pesquisa que mostra que a difusão tecnológica é feita de forma parcialmente desenraizada das máquinas e equipamentos. Isto é, em outras palavras, considera que a tecnologia está enraizada em redes de pesquisa e aprendizado formais e informais e que, em grande medida, estes são intransferíveis. As formas de difusão tecnológica se alteram radicalmente com as novas características da produção moderna, cujas tecnologias “sistêmicas” fazem uso crescente de conhecimentos científicos que se enraízam em redes de pesquisa territorialmente organizadas e dificilmente replicáveis/transferíveis.

Assim, é difícil situar as multinacionais, para Chesnais, como uma organização “difusora” do progresso técnico - há algo como uma “distribuição tecnológica” que propõe Chesnais. A relação entre classes e estados está mediada, no campo tecnológico, pela relação entre as empresas multinacionais e os sistemas nacionais de inovação

(SNI). Os poderes-de-barganha relativos das organizações dos SNI e das multinacionais é condicionada por fatores econômicos, políticos e também tecnológicos e, considera, que esta determina a direção e intensidade dos fluxos da difusão tecnológica (dos SNI para multinacionais ou vice-versa). Para François Chesnais, os ativos intangíveis funcionariam também como uma nova forma de “capital” e os controladores das redes de pesquisa e aprendizado poderiam valer-se desse capital para aumentar os seus poderes-de-barganha e a apropriação de valor “tangível” e “intangível”. No que toca à orientação do progresso técnico (trajetórias tecnológicas), argumenta que se ela está associada à acumulação de capital e aos objetivos de estado, isto é uma manifestação de poder dos grupos dominantes – sua militância também passa por “desnaturalizar” esse fenômeno e procurar formas de orientar a tecnologia tendo em vista “objetivos sociais”. Argumentamos que há, assim, para Chesnais, uma “economia política da internacionalização tecnológica”.

Quanto algumas das mais tradicionais “interdependências” econômicas dos estados-nação, cabe duas considerações relacionando as relações entre IED, comércio e remessas de juro e lucro. Em particular nas suas teses dos anos 70, Tavares dá particular relevância às implicações que o passivo externo das economias possuem à compreensão de algumas das principais contas do balanço de pagamentos, argumentando que o investimento estrangeiro nas economias latino-americanas impõe um problemático crescimento das saídas de divisas pela conta de serviços e rendas. Embora também comentado nos anos 70 por Conceição, Chesnais, em particular, dá grande peso à compreensão da evolução comercial nos anos 80 e 90 a partir dos investimentos estrangeiros diretos (há uma relação positiva de causalidade do IED para o comércio). A “competitividade sistêmica” de cada estado nação se expressaria, em Chesnais, não apenas nas balanças comerciais, mas, também – e de forma interrelacionada - na capacidade de exportar capitais.

Assim, com relação à hipótese que investigamos de que seria possível estabelecer uma controvérsia a nível de teoria entre os autores, a pesquisa realizada impõe duas considerações. Primeiramente, de fato, fica claro que ambos os autores não apenas compartilharam referenciais teóricos comuns e procuraram não sobrepor peças teóricas incompatíveis<sup>206</sup>, mas também que esses referenciais desempenharam funções e

---

<sup>206</sup> Embora haja vários exemplos que permitem sublinhar essa preocupação como explícita de ambos os autores. Entre as principais, ver a crítica de Chesnais (1982) a Freeman e a contraposição que faz entre

papéis próximos dentro de suas respectivas “estruturas teórico-analíticas”, ainda que com alguns distanciamentos. O que a nossa pesquisa de fato confirma de nossa hipótese é que é possível estabelecer um contraste deste arranjo de teorias como um todo – isto é, que papel desempenham diferentes categorias de análise e teorias dentro da estrutura teórica que informaram suas respectivas análises. Como foi destacado, a despeito de algumas divergências, há importantes convergências nas formas que articulam os referenciais marxistas, da literatura da organização industrial e keynesianos. Embora a nosso ver isso atenda às nossas expectativas com relação à hipótese que aventamos – posto que consideramos essa estrutura como o elemento de relevância central (pois efetivamente informa uma análise) – é forçoso reconhecer que há ao menos também uma qualificação a ser feita.

Se olharmos para os campos mais “finos” e “internos” às teorias e categorias de que se valeram, os debates a que se propuseram Maria da Conceição Tavares e François Chesnais foram recortados, em geral, de tal forma que impossibilita maiores escrutínios comparativos de suas contribuições. Nesse sentido, por exemplo, o tema da “mudança estrutural” nos é particularmente instigante: na década de 70, Tavares se propôs a debater o tema a partir das transformações no curso dos “padrões de acumulação” e na passagem entre “padrões de acumulação”. Como se demonstrou no capítulo 2, é tema de central relevância e se articula de forma complexa ao crescimento, distribuição e orientação do progresso técnico e, até, do pacto de dominação. Chesnais (1982), por sua vez, debateu o tema da mudança estrutural a partir da lógica interna das relações entre concorrência, inovação e estrutura com autores da tradição schumpeteriana (parte deles girando sobre o tema da “hipótese schumpeteriana”). O que sublinhamos é que cada um desses debates encerra todo um encadeamento lógico com uma complexidade própria e a despeito de que giram ambos sobre o tema da “mudança estrutural” e passam pelo problema da tecnologia e da concorrência, é particularmente difícil estabelecer um contraste “fino” sobre suas contribuições nesse campo. Em geral, escolheram participar de debates sobre as lógicas internas de peças teóricas recortadas a partir das controvérsias das trajetórias intelectuais e específicas de que fizeram parte. Ainda que a problemática imponha certos limites à comparação dos autores a nível de teoria, nos parece claro que ela não anula a possibilidade de se fazer uma comparação da estrutura

---

Schumpeter e Marx. Do lado de Conceição, ver sua cuidadosa articulação micro-macro em Tavares (1974).

teórica como um todo (ademais, traz por vantagem a *possibilidade* de fornecerem estudos “complementares”).

A exceção mais relevante a essa qualificação, entretanto, confirma nossas hipóteses mais gerais. A categoria *capital financeiro* – que destacamos como referencial de leitura de suma importância para ambos os autores - foi objeto de importante escrutínio interno tanto de François Chesnais quanto de Maria da Conceição Tavares. Ainda que situados em contextos distintos, viram-se ambos obrigados a investigar as relações lógicas internas que compõem a categoria e há, neste caso, formas de contrapor suas considerações internas sobre a temática (Tavares, 1984; Tavares e Belluzzo, 1980; Chesnais, 1985; 1996a). Ao fim do capítulo 3, pudemos propor uma forma de instrumentalizar *parte* dessa controvérsia da lógica *interna* do capital financeiro, extrapolando-a para o debate sobre as alianças de classe na forma como que se armam as relações de internacionalização na economia política internacional.

O que gera certa surpresa é não o fato de que, como estamos vendo, *exista* tanta sobreposição e possibilidades de contrastes críticos sobre suas agendas de pesquisa. O que se considera um desafio à boa prática da crítica acadêmica é que, ainda que existam tais sobreposições e contrastes, seja de tal ordem difícil à academia contemporânea reivindicar realizar uma crítica objetiva e comparativa que ao mesmo tempo respeite suas escolhas internas e diferenciadas a níveis de recortes de objeto, agendas políticas e estruturas teórico-analíticas. A nossa juízo, uma crítica que constrói diálogo passa, muito, pelo estabelecimento de uma crítica *interna* aos propósitos de um ou outro autor. Em outras palavras, não é necessário que se recorra a má-representações e “espantalhos” para propor uma crítica, o tão objetiva quanto possível, frente às inevitáveis lacunas de suas respectivas assertivas.

\*

Algumas das principais demandas sociais que se colocam à academia econômica são legítimas, mas ao mesmo tempo contraditórias. Reivindica-se, primeiro, que ela deve ser clara, passível de entendimento e o tão simples quanto possível: justamente, quer-se dela apreensível pelo maior número de pessoas possíveis e que suas descobertas possam, de alguma forma, serem instrumentalizadas para o impacto positivo na sociedade. Ao mesmo tempo se demanda dela certo rigor lógico, tarefa de difícil natureza e que raramente pode ser apresentada de maneira clara. Entretanto, quando se leva em conta o tamanho de barbaridades perpetradas a partir de aceções lógicas e

eticamente frouxas – às vezes com as “melhores das intenções” – faz-se, desta demanda, igualmente pertinente. Propõe-se, ainda, que o conhecimento acadêmico também verse sobre temas relevantes. Diferentes grupos sociais e agendas críticas partem de lugares sociais distintos e, a despeito da lógica, da ética e da possibilidade de apreensão de uma ou outra pesquisa, elas não se apresentam da mesma forma pertinentes para os diferentes grupos sociais.

Aproximando-nos dos momentos finais dessa tese, vê-se que essas contradições atravessaram a pesquisa que aqui se realizou em todas as instâncias. Maria da Conceição Tavares e François Chesnais foram obstinados na intenção de tomar como objeto o que fosse de mais relevante à apreensão dos principais problemas sociais e políticos de contexto histórico-social. Acurados ou não, procuraram igualmente trazer rigor à discussão e procuraram em tradições acadêmicas díspares a elucidação sobre um ou outro objeto. Viram-se ambos, entretanto, confrontados com uma realidade de tal forma complexa que não se deixa apreender em toda a sua cadeia de causalidades. Tiveram assim, ambos, que procurar apresentar sínteses que permitissem ao mesmo tempo comunicar as suas teses sem que isso concorresse com suas principais premissas.

Da nossa parte, nos vimos igualmente sujeitos a essa teia de questões. Procuramos falar de dois autores de grande complexidade e, na medida em que nos foi possível, representar suas posições de maneira ao mesmo tempo clara, respeitosa com sua estrutura lógica e tocando em temas *relevantes* (a despeito de controversos). Se fomos menos ou mais bem sucedidos num ou noutro ponto – certamente falhamos em alguns – cabe ao leitor e à banca examinadora averiguar.

O objeto da economia política alcança alguns dos principais determinantes do sofrimento social e da angústia que varrem o planeta. Críticos de sua abordagem ou não, sua relevância enquanto objeto é inquestionável. Ao mesmo tempo, a forma como a abordagem da economia política toma o tema das finanças, da moeda, da tecnologia e da internacionalização é ainda campo de pesquisa aberto, no que a boa literatura crítica ainda possui particular dificuldade para expressar-se de forma clara e rigorosa. Ainda que problemática central ao menos desde fins do século XX, o tema sequer se encontra organizado em torno de uma única disciplina acadêmica.

Ainda que sujeito a seus próprios limites – muitos dos quais não pudemos aqui tocar - o recorte de pesquisa de François Chesnais e Maria da Conceição Tavares continua frutífero em inúmeras dimensões. Não é rara a aposta de procurar articular

tradições teóricas de literaturas distintas, a partir do estruturalismo ou em torno de variantes de Marx, de Keynes/Kalecki e/ou da literatura da organização industrial. Há, é verdade, quem se ressinta da estratégia e há igualmente de se reconhecer que não são poucas as dificuldades desse tipo de pesquisa - embora muitas das críticas pareçam vir apenas de um estranho dogmatismo. A nosso juízo, entretanto, as apropriações particulares que fizeram Maria da Conceição Tavares e François Chesnais também sobre as relações entre economia política, internacionalização, finanças e tecnologia são bem-vindas às críticas e reformulações em diferentes aspectos. A apreensão de suas leituras permite ao pesquisador um eixo estruturante coeso onde enganchar, de forma tão organizada quanto possível, uma ou outra nova peça necessária à apreensão da complexa realidade que lhe cerca.

Trata-se, ao menos, do que alimentou a esperança da volumosa tese que aqui se encerra.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, G. **Trabalho e Mundialização do Capital** - A nova Degradação do Trabalho na era da Mundialização. Londrina, Editora Praxis, 1999.

ANDRADE, R. P. DE; SILVA, R. C. DE. Uma mestra na periferia no capitalismo: a economia política de Maria da Conceição Tavares. **Revista de Economia Política**, v. 30, p. 539–559, 2010.

ARROIO, A.; TAVARES, J. M. H. **Mudanças na Geopolítica Mundial a partir da Ascensão dos BRICS**. Rio de Janeiro: UFRJ, mimeo.

ÁVILA, J. G. D'. **O Desenvolvimento Econômico Brasileiro entre 1930-1977 na obra de Conceição Tavares** - Análise de quatro ensaios. Niterói: UFF, 2006.

BASTIAN, E. F. O PAEG e o plano trienal: uma análise comparativa de suas políticas de estabilização de curto prazo. **Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 43, n. 1, p. 139–166, mar. 2013.

BASTOS, C. P. RESENHA: Wray, L. Randall. Trabalho e moeda hoje: A chave para o pleno emprego e a estabilidade dos preços. **Revista Econômica**, v. 6, n. 1, 2004.

BELLOFIORE, R. **Obituary - Suzanne de Brunhoff - Royal Economic Society**. Disponível em: <<http://www.res.org.uk/view/art1Jan16Obituaries.html>>. Acesso em 10 de maio de 2016.

BELLUZZO, L. G. DE M. Prefácio. *In*: MELLO, J. M. C. DE (Ed.). **O Capitalismo Tardio**. Campinas: 1975.

\_\_\_\_\_. Valor e capitalismo. Ed. Brasiliense, São Paulo, 1980

BENSAÏD, D. **Les trotskysmes**. Paris: Presses universitaires de France, 2002.

BIELSCHOWSKY, P. Crescimento, distribuição de renda e progresso técnico: a controvérsia sobre os padrões de acumulação. *In*: MALTA, M. M. DE (Ed.). **Ecos do desenvolvimento: uma história do pensamento econômico brasileiro**. Rio de Janeiro: Ipea : Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2011.

BIELSCHOWSKY, R. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Record, 2000.

\_\_\_\_\_. As Contribuições de Celso Furtado ao Estruturalismo e sua Atualidade. *In*: **Celso Furtado e o século XXI**. 1. Ed. Barueri: Manole, 2007.

\_\_\_\_\_. Conceição e o Crescimento Econômico Brasileiro. *In*: GUIMARÃES, J. (Ed.). **Leituras críticas sobre Maria da Conceição Tavares**. Belo Horizonte: Editora UFMG ; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.

\_\_\_\_\_. Homenagem à professora de todos nós! Por Ricardo Bielschowsky. *In*: CORRÊA, V. P.; SIMIONI, M. (Eds.). **Desenvolvimento e igualdade**. Rio de Janeiro: Ipea, 2011.

\_\_\_\_\_. Padrões de Desenvolvimento na economia brasileira: a era desenvolvimentista (1950-1980) e depois (1981-2003 e 2004-2008). *In*: **Padrões de desenvolvimento econômico (1950–2008)**. Brasília, CGEE: Centro de Gestão de Estudos Estratégicos, 2013.

\_\_\_\_\_.; MUSSI, C. El pensamiento desarrollista en Brasil: 1930-1964 y anotaciones sobre 1964-2005. *In*: **Brasil y Chile, una mirada hacia América Latina**. Santiago de Chile: RIL Editores, 2006.

BORJA, B. **A Formação da Teoria do Subdesenvolvimento de Celso Furtado**. Rio de Janeiro, UFRJ, 2013.

BOTTOMORE, T. B. (ED.). **Dicionário do Pensamento Marxista**. Oxford Inglaterra: Zahar, 1983.

BRAGA, J. C. DE S. O irracional e o inteligível no capitalismo financeiro. *In*: GUIMARÃES, J. (Ed.). **Leituras críticas sobre Maria da Conceição Tavares**. Belo Horizonte: Editora UFMG ; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.

\_\_\_\_\_. Financeirização global - o padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo. *In*: TAVARES, M. DA C.; FIORI, J. L. (Eds.). **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

BREWER, A. **Marxist theories of imperialism: a critical survey**. London; New York: Routledge, 1980.

BRUNHOFF, S. DE *et al.* **A Finança Capitalista**. Tradução de Rosa Maria Marques e Paulo Nakatani. São Paulo: Alameda, 2006.

CARCANHOLO, R. Interpretações sobre o capitalismo atual. **Herramienta**, 2008.

CASSIOLATO, J. E. O Brasil e o Pensamento de François Chesnais. *In*: CASSIOLATO, J. E.; MATOS, M. P. DE; LASTRES, H. M. . (Eds.). **Desenvolvimento e Mundialização: o Brasil e o Pensamento de François Chesnais**. Rio de Janeiro: 2014.

\_\_\_\_\_. "Empresas transnacionais e o desenvolvimento tecnológico brasileiro: Uma introdução ao artigo". Present International Patterns of Foreign Direct Investment: Underlying causes and some policy implications for Brazil. **Revista de Economia Contemporânea**, 17, (3), p.365-422, set-dez/2013. Rio de Janeiro, 2013

\_\_\_\_\_.; ZUCOLOTO, G.; TAVARES, J. M. H. Empresas transnacionais e o desenvolvimento tecnológico brasileiro: uma análise a partir das contribuições de

François Chesnais. *In: Desenvolvimento e Mundialização: o Brasil e o Pensamento de François Chesnais*. ed E-papers. Rio de Janeiro: *e-papers*, 2014.

CASSIOLATO, J. E. *et al.* Fronteiras Tecnológicas subordinadas às estratégias nacionais de desenvolvimento: as experiências dos Estados Unidos da América, da China, do Japão e da Alemanha. *In: GOMES, G. (Ed.). Dimensões estratégicas do desenvolvimento brasileiro*. Brasília: CGEE - Centro de Gestão de Estudos Estratégicos, 2013.

CHESNAIS, F. Les contradiction entre les forces productives et les rapports sociaux de production et ses traits spécifiques dans le cadre du système capitaliste. *La Vérité*, 1967.

\_\_\_\_\_. L'Analyse Marxiste de la Sélection des Innovations dans le Cadre du Système Capitaliste. Jalons pour une étude complète. *In: Incidence des Rapports Sociaux sur le Développement Scientifique et Technique*. Paris, 1975.

\_\_\_\_\_. Schumpeterian Recovery and the Schumpeterian Perspective - Some Unsettled Issues and Alternative Interpretations. *In: GIERSCH, H. (Ed.). Emerging technologies: consequences for economic growth, structural change, and employment: symposium 1981*. 1. Aufl ed. Tübingen: Mohr, 1982.

\_\_\_\_\_. Marx's Crisis Theory Today. *In: FREEMAN, C.; ROYAL COLLEGE OF ART; DEPARTMENT OF DESIGN RESEARCH (Eds.). Design, innovation and long cycles in economic development: proceedings of an international seminar at the Royal College of Art, London, April 1983*

\_\_\_\_\_. Quelques remarques sur le contexte mondial de la dette des pays en développement et la nature du capital prêté. *Tiers-Monde*, v. 25, n. 99, p. 517–532, 1984.

\_\_\_\_\_. **Technologie, Economie et Transformation Sociale**: Note de synthèse en vue de la soutenance de la thèse de doctorat d'Etat sur travaux. Paris: 1985.

\_\_\_\_\_. Multinational Enterprises and the International Diffusion of Knowledge. *In: DOSI, G. (Ed.). Technical change and economic theory*. v. 988. London, Pinter London, 1988a.

\_\_\_\_\_. Les accords de coopération technique entre firmes indépendantes. *STI Revue (OCDE)*, 1988b.

\_\_\_\_\_. Present international patterns of foreign direct investment: underlying causes and some policy implications for Brazil. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 17, n. 3, p. 376–422, 1990a [2013].

\_\_\_\_\_. (ED.). **Compétitivité internationale et dépenses militaires**. Paris: *Économica*, 1990b.

\_\_\_\_\_. Accords de coopération interfirmes, dynamique de l'économie mondiale et théorie de l'entreprise. *In*: HUMBERT, M. (Ed.). **Investissement International et Dynamique de L'Économie Mondiale**. Paris: Économica ed., 1990c.

\_\_\_\_\_. Avant-propos. *In*: CHESNAIS, F. (Ed.). **Compétitivité internationale et dépenses militaires**. CPE-Économica. Paris: Économica, 1990d.

\_\_\_\_\_. (ED.). La compétitivité technologique en tant que compétitivité structurelle. *In*: **Compétitivité internationale et dépenses militaires**. CPE-Économica. Paris: Économica, 1990e.

\_\_\_\_\_. L'Oligopole International Comme Dimension Centrale de la "Globalisation". *In*: **European firms and industries coping with globalisation**. Rennes: 1992a.

\_\_\_\_\_. National Systems of Innovation, Foreign Direct Investment and the Operations of Multinational Enterprises. *In*: LUNDVALL, B.-Å. (Ed.). **National Innovation Systems: towards a theory of innovation and interactive learning**. EUA: Anthem Press, 1992b.

\_\_\_\_\_. An Approach to a Unified Analysis of Foreign Direct Investment, International Trade, Technology and Competitiveness in the Context of Globalisation. *In*: **Convergence and divergence in economic growth and technical change**. Maastricht: 1992c.

\_\_\_\_\_. A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século. **Economia e Sociedade**, v. 5, p. 1–30, 1995.

\_\_\_\_\_. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996a.

\_\_\_\_\_. (ED.). **A mundialização financeira: gêneses, custos e riscos**: São Paulo: Xamã, 1998 [1996b].

\_\_\_\_\_. Technological agreements, networks and selected issues in economic theory. *In*: COOMBS, R. (Ed.). **Technological collaboration: the dynamics of cooperation in industrial innovation**. Cheltenham, UK ; Brookfield, Vt., US: E. Elgar, 1996c.

\_\_\_\_\_. A Teoria do Regime de Acumulação Financeirizado: conteúdo, alcance e interrogações. **Economia e Sociedade**, v. 11, n. 1, jun. 2002.

\_\_\_\_\_. **Finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências**. São Paulo: Boitempo, 2005.

\_\_\_\_\_. A proeminência da finança no seio do "capital em geral", o capital fictício e o movimento contemporâneo de mundialização do capital. *In*: BRUNHOFF, S. DE *et al.* (Eds.). **A Finança Capitalista**. Tradução de Rosa Maria Marques e Paulo Nakatani. São Paulo: Alameda, 2006.

\_\_\_\_\_. The economic foundations of contemporary imperialism. **Historical Materialism**, v. 15, n. 3, p. 121–142, 2007.

\_\_\_\_\_. **Les dettes illégitimes**. Paris: Raison d’agir, 2011.

\_\_\_\_\_. Reflexions sur “Le Capital au XXIe siècle” de Thomas Piketty. **Les Possibles**, n.1, 2013.

\_\_\_\_\_. Capital fictif, dictature des actionnaires et des créanciers : enjeux du moment présent. **Les Possibles**, n.1, 2015.

\_\_\_\_\_. **Finance capital today: corporations and banks in the lasting global slump**. Leiden ; Boston: Brill, 2016.

\_\_\_\_\_.; DAUBERNY, M. L’or et la marche à la dislocation du marché mondial. **La Verité**, n. 590, 1980.

\_\_\_\_\_.; SAUVIAT, C. The financing of innovation-related investment in the contemporary global finance-dominated accumulation regime. *In*: CASSIOLATO, J. E.; 2003

\_\_\_\_\_.; SAUVIAT, C. O Financiamento da Inovação no Regime Global de Acumulação Dominado pelo Capital Financeiro. *In*: LASTRES, H. M.; CASSIOLATO, J. E.; ARROIO, A. (Eds.). **Conhecimento, sistemas de inovação e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: UFRJ Contraponto, 2005.

\_\_\_\_\_.; SERFATI, C. **L’armement en France: genèse, ampleur et coût d’une industrie**. Paris: Nathan, 1992.

COSTA, P. **Uma revisão crítica das políticas de estabilização do Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG)**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.

COUTINHO, L. Prefácio. *In*: CASSIOLATO, J. E.; MATOS, M. P. DE; LASTRES, H. M. . (Eds.). **Desenvolvimento e Mundialização: o Brasil e o Pensamento de François Chesnais**. Rio de Janeiro: *e-papers*, 2014

\_\_\_\_\_.; LAPLANE, M.; SILVA, A. L. G. A Contribuição de Chesnais para a Economia Industrial e da Tecnologia no Contexto da Terceira Revolução Industrial e sob Dominância Financeira. *In*: CASSIOLATO, J. E.; MATOS, M. P. DE; LASTRES, H. M. (Eds.). **Desenvolvimento e Mundialização: o Brasil e o Pensamento de François Chesnais**. Rio de Janeiro: *e-papers*, 2014

DAGNINO, R. **Neutralidade da ciência e determinismo tecnológico: um debate sobre a tecnociência**. Campinas: UNICAMP, 2008.

DOSI, G. Technological paradigms and technological trajectories: a suggested interpretation of the determinants and directions of technical change. **Research policy**, v. 11, n. 3, p. 147–162, 1982.

EICHENGREEN, B. **A globalização do capital: uma história do sistema monetário internacional**. Tradução de Sergio Blum. São Paulo: Editora 34, 2002.

FIORI, J. L. Maria da Conceição Tavares e a hegemonia Americana. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 50, p. 207–235, 2000.

\_\_\_\_\_. Globalização, Hegemonia e Império. *In*: TAVARES, M. DA C.; FIORI, J. L. (Eds.). **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. Estados, moedas e desenvolvimento. *In*: FIORI (Ed.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: RJ Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_. (ED.). **O poder americano**. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

FREEMAN, C. Innovation and the Process of Economic Growth. *In*: GIERSCH, H. (Ed.). **Emerging technologies: consequences for economic growth, structural change, and employment: symposium 1981**. 1. Aufl ed. Tübingen: Mohr, 1982.

\_\_\_\_\_. The Economics of Technical Change. **Cambridge Journal of Economics**, v.18, p. 463-514, 1994.

\_\_\_\_\_. The National System of Innovation in Historical Perspective. **Cambridge Journal of Economics**, v. 19, n. 1, p. 5–24, 1995.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 34a. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1959.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: 1961.

\_\_\_\_\_. **Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina**. Rio de Janeiro: 1966.

\_\_\_\_\_. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1967.

\_\_\_\_\_. Aventuras de um Economista Brasileiro. *In*: FURTADO, R. F. D'; BRANDÃO, C. (Eds.). **Essencial Celso Furtado**. Clássicos. São Paulo: Penguin, Companhia das Letras, 2013.

GAREGNANI, P. La realidad de la explotación. **Rinascita**, v. 9,12 y 13, 1978.

GIERSCH, H. (ED.). **Emerging technologies: consequences for economic growth, structural change, and employment: symposium 1981**. 1. Aufl ed. Tübingen: Mohr, 1982.

GUELLEC, D. La technologie et l'économie, les relations déterminantes. **Revue économique**, v. 43, n. 6, p. 1137–1142, 1992.

HEBERT, A. Lies, damn lies. **AIR FORCE magazine**, n. Julho de 2011.

HILFERDING, R. **Finance capital: a study of the latest phase of capitalist development**. London ; Boston: Routledge & Kegan Paul, 1910.

HOBBSAWM, E. J. **A Era dos Impérios (1875-1914)** [s.l.: s.n.].

\_\_\_\_\_. Gramsci. **In: Como mudar o mundo: Marx e o marxismo, 1840-2011**. Tradução de Donaldson M Garschagen. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

HOBSON, J. A. **Imperialism: a study**. New York: Cosimo, 2005.

HUGON, P. Charles Albert Michalet - Qu'est que la mondialisation? **Révue Tiers Monde**, 2002.

IETTO-GILLIES, G. The Theory of the Transnational Corporation at 50+. **Economic Thought**, p. 38–57, 2014.

JUDT, T. French Marxism 1945-1975. **In: Marxism and the French Left: studies in labour and politics in France, 1830-1981**. Oxford : New York: Clarendon Press; Oxford University Press, 1986.

KALECKI, M. **Teoria da Dinâmica Econômica**. [s.l.] Nova Cultural, 1954.

\_\_\_\_\_. As equações marxistas de reprodução e a economia moderna. **In: Crescimento e ciclo das economias capitalistas : ensaios**. São Paulo: Editora Hucitec, 1977a.

\_\_\_\_\_. O Mecanismo de Recuperação Econômica. **In: Crescimento e ciclo das economias capitalistas : ensaios**. São Paulo: Editora Hucitec, 1977b.

\_\_\_\_\_. O Problema da Demanda Efetiva em Tugan-Baranovski e Rosa Luxemburgo. **In: Crescimento e ciclo das economias capitalistas : ensaios**. São Paulo: Editora Hucitec, 1977c.

\_\_\_\_\_. A diferença entre os problemas econômicos cruciais das economias capitalistas desenvolvidas e das economias subdesenvolvidas. **In: Crescimento e ciclo das economias capitalistas : ensaios**. São Paulo: Editora Hucitec, 1977d.

KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Atlas, 1936.

KONDER, L. **O que é dialética**. São Paulo (SP): Brasiliense, 1981.

LASTRES, H. M. M.; MACIEL, M. L. (Eds.). **Systems of Innovation and Development - Evidence from Brazil**. [s.l.] Edward Elgar, 2003.

\_\_\_\_\_. *et al.* Globalização e Inovação Localizada. **In: CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, HELENA MARIA MARTINS (Eds.). Globalização e inovação**

**localizada:** experiências de sistemas locais no Mercosul. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 1999.

LENIN. **Imperialismo:** fase superior do capitalismo. São Paulo: Navegando Publicações, 1917.

LUNDVALL, B.-Å. Introduction. *In:* LUNDVALL, B.-A. (Ed.). **National Systems of Innovation:** towards a Theory of Innovation and Interactions; EUA: Anthem Press, 1992.

\_\_\_\_\_. Post-Script: Innovation System Research. Where it came from and where it might go. *In:* **National Innovation Systems:** towards a theory of innovation and interactive learning. 2. ed. London: Pinter Publishers, 2007a.

\_\_\_\_\_.; JUROWETZKI, R.; LEMA, R. **Combining the Global Value Chain and the Innovation System perspectives:** A new agenda for Globelics research? *In:* 11th Asialics International Conference 2014. Daegu, Korea: 2014.

MALTA, M. M. DE. Sensos do Contraste: o debate distributivo do milagre. *In:* GANEM, A.; MALTA, M. M. DE (Eds.). **Ecos do desenvolvimento:** uma história do pensamento econômico brasileiro. Rio de Janeiro: Ipea : Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2011.

\_\_\_\_\_. Interpretar e transformar o mundo: o propósito de Aloísio Teixeira. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 16, n. 3, p. 385–392, dez. 2012.

MARQUES, R. M.; NAKATANI, P. **A finança capitalista:** a contribuição de François Chesnais para a compreensão do capitalismo contemporâneo. *In:* XXXVI ENCONTRO DA ANPEC. Salvador (Bahia): 2008.

MARX, K. **O Capital:** Crítica da Economia Política. Livro Primeiro. São Paulo: Nova Cultural, 1996 [1867].

\_\_\_\_\_. **O Capital:** Crítica da Economia Política. Livro Terceiro. São Paulo: Nova Cultural, 1996 [1894].

MEDEIROS, C. Globalização e inserção internacional diferenciada da Ásia e América Latina. *In:* TAVARES, M. DA C.; FIORI, J. L. (Eds.). **Poder e dinheiro:** uma economia política da globalização. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. Rivalidade estatal, instituições e desenvolvimento econômico. *In:* **Polarização mundial e crescimento.** Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

\_\_\_\_\_. O Desenvolvimento Tecnológico Americano no Pós-Guerra como um Empreendimento Militar. *In:* FIORI, J. L. (Ed.). **O poder americano.** Coleção Zero à esquerda. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

\_\_\_\_\_. Desenvolvimento econômico e ascensão nacional: rupturas e transições na Rússia e na China. *In*: FIORI, J. L.; MEDEIROS, C.; SERRANO, F. (Eds.). **O mito do colapso do poder americano**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008.

\_\_\_\_\_.; SERRANO, F. Inserção Externa, Exportações e Crescimento no Brasil. *In*: FIORI, J. L.; MEDEIROS, C. (Eds.). **Polarização Mundial e Crescimento**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MELIN, L. E. O enquadramento do Iene: a trajetória do câmbio japonês desde 1971. *In*: TAVARES, M. DA C.; FIORI, J. L. (Eds.). **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

MELLO, J. M. C. DE. **O Capitalismo Tardio**. 2a. ed. Campinas: FGV, 1975.

MICHALET, C. A. **Le capitalisme mondial**. 2e éd. entièrement ref ed. Paris: Presses universitaires de France, 1985.

MINSKY, H. Schumpeter and Finance. **Hyman P.Minsky Archive**, 1992.

MOFFIT, M. **O Dinheiro do Mundo: de Bretton Woods à beira da insolvência**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

NELSON, R. Comments [on “Schumpeterian Recovery and the Schumpeterian Perspective - Some Unsettled Issues and Alternative Interpretations”, by François Chesnais]. *In*: GIERSCHE, H. (Ed.). **Emerging technologies: consequences for economic growth, structural change, and employment: symposium 1981**. 1. Aufl ed. Tübingen: Mohr, 1982.

\_\_\_\_\_.; WINTER, S. G. In search of a useful theory of innovation. *In*: **Innovation, Economic Change and Technology Policies**. [s.l.] Springer, 1977. p. 215–245.

\_\_\_\_\_. **An evolutionary theory of economic change**. Cambridge, Mass.: Belknap Press of Harvard University Press, 1982.

OCDE. **Technology and The Economy - The Key Relationships: TEP - The Technology/Economy Programme**. Paris: OCDE, 1992.

PALLOIX, C. **L'internationalisation du Capital - Éléments critiques**. Paris: François Maspero, 1975.

PANITCH, L.; GINDIN, S. **The making of global capitalism the political economy of American empire**. London; New York: Verso, 2012.

PINTO, A. **Naturaleza e Implicaciones de la “heterogeneidad estructural” de la America Latina**. 1968.

PONDÉ, J. L. Organização das Grandes Corporações. *In*: KUPFER, D.; HASENCLEVER, L. (Eds.). **Economia industrial: fundamentos teóricos e práticas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2002.

POSSAS, M. L. **Estruturas de mercado em oligopólio**. São Paulo (SP): HUCITEC, 1987.

\_\_\_\_\_.; BALTAR, P. E. A. Demanda Efetiva e Dinâmica em Kalecki. **Pesquisa de Planejamento Econômico**, p. 107–160, abr. 1981.

POSSAS, M. S. Maria da Conceição Tavares. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, 2001.

PREBISCH, R. **O Desenvolvimento Econômico da América Latina e Alguns de seus Problemas Principais**. [s.l.] CEPAL, 1949.

ROBILLOTI, P. C. N. S. **O desenvolvimento capitalista na obra de Maria da Conceição Tavares: influências teóricas, economia política e pensamento econômico**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2016.

RODRÍGUEZ, O. Prebisch: Actualidade de sus ideas basicas. **Revista de la Cepal 75**, 2001.

\_\_\_\_\_. **O estruturalismo Latino-Americano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira : Cepal, 2009.

SADER, E. Imperialismo e Hegemonia. *In*: GUIMARÃES, J. (Ed.). **Leituras críticas sobre Maria da Conceição Tavares**. Belo Horizonte; São Paulo: Editora UFMG; Fundação Perseu Abramo, 2010.

SALM. O Debate sobre a tendência à estagnação. *In*: MALTA, M. M. DE; GANEM, A. (Eds.). **Ecos do desenvolvimento: uma história do pensamento econômico brasileiro**. Rio de Janeiro: Ipea : Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2011.

SAUVIAT, C. Some Notes on What I know About François' Intellectual Trajectory. *In*: CASSIOLATO, J. E.; MATOS, M. P. DE; LASTRES, H. M. (Eds.). **Desenvolvimento e Mundialização: o Brasil e o Pensamento de François Chesnais**. Rio de Janeiro: *e-papers*, 2014

\_\_\_\_\_.; CHESNAIS, F. As Transformações das Relações Salariais no Regime de Acumulação Financeira. *In*: LASTRES, H. M. .; CASSIOLATO, J. E.; ARROIO, A. (Eds.). **Conhecimento, sistemas de inovação e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: UFRJ Contraponto, 2005.

SCHUMPETER, J. A. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. [s.l: s.n.].

SERRANO, F. Acumulação e Gasto Improdutivo na Economia do Desenvolvimento. *In*: FIORI, J. L.; MEDEIROS, C. (Eds.). **Polarização mundial e crescimento**. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

\_\_\_\_\_. O conflito distributivo e a teoria da inflação inercial. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 14, n. 2, p. 395–421, 2010.

\_\_\_\_\_. Do Ouro Imóvel ao Dólar Flexível. **Economia e Sociedade**, v. 11, n. 2, p. 237–253, jul. 2002.

\_\_\_\_\_. Teoria do Valor de Marx: Excedente ou 'Transfiguração Crítica'?. 2007

SHARIF, N. History and Development of the national innovation systems (NIS) conceptual approach. *In: DRUID TENTH ANNIVERSARY SUMMER CONFERENCE 2005*. Copenhagen, Denmark: 2005.

SRAFFA, P. **Produção de mercadorias por meio de mercadorias**. São Paulo: Nova Cultural, 1963.

TAVARES, M. C. Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil. *In: Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro*. 2a. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1963.

\_\_\_\_\_. Natureza e Contradições do Desenvolvimento Financeiro Recente. *In: Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro*. 2a. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

\_\_\_\_\_. À Guisa de Introdução. *In: Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro*. 2a. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

\_\_\_\_\_. **Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro**. 2a. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

\_\_\_\_\_. **Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil**. Campinas: UNICAMP, 1974.

\_\_\_\_\_. **Ciclo e crise: o movimento recente da industrialização brasileira**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1978.

\_\_\_\_\_. **Problemas de Industrialización Avanzada en Capitalismos Tardios y Periféricos**. Rio de Janeiro: Instituto de Economia Industrial/UFRJ, 1980 [1986].

\_\_\_\_\_. A Crise Financeira Global. **Revista de Economia Política**, v. 3, n. 2, p. 15–25, 1983.

\_\_\_\_\_. Apresentação. *In: HOBSON (Ed.). A Evolução do Capitalismo Moderno: Um Estudo da Produção Mecanizada*. São Paulo: Editora Nova Cultura Ltda, 1984a [1996].

\_\_\_\_\_. **Texto para discussão 65**. Rio de Janeiro, Instituto de Economia Industrial/UFRJ, 1984b.

\_\_\_\_\_. A retomada da hegemonia norte-americana. **Revista de Economia Política**, v. 5, n. 2, p. 5–15, 1985a.

\_\_\_\_\_. A retomada da hegemonia norte-americana. *In*: TAVARES, M. DA C.; FIORI, J. L. (Eds.). **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**. Petrópolis: Editora Vozes, 1985b. [1997]

\_\_\_\_\_. Economia e Felicidade. **Novos Estudos Cebrap**, 1991.

\_\_\_\_\_. Ajuste e reestruturação nos países centrais: a modernização conservadora. *In*: **(Des)Ajuste global e modernização conservadora**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993a.

\_\_\_\_\_. As políticas de ajuste no Brasil: os limites da resistência. *In*: **(Des)Ajuste global e modernização conservadora**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993b.

\_\_\_\_\_. **Maria da Conceição Tavares**, 1996 *In*: BIDERMAN, C; COZAN, L.F.L.; REGO, J.M. (Entr.). **Conversas com economistas brasileiros**. São Paulo, Editora 34 Ltda, 1996.

\_\_\_\_\_. Contracapa. *In*: TAVARES, M. DA C.; FIORI, J. L. (Eds.). **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. Império, território e dinheiro. *In*: FIORI, J. L. (Ed.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: RJ Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_. Subdesenvolvimento, Dominação e Luta de Classes. *In*: **Celso Furtado e o Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

\_\_\_\_\_. Globalização e Estado Nacional. *In*: **La Globalización Económico Financiera. Su impacto en América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2002.

\_\_\_\_\_. Alimento hoje as mesmas esperanças pelo amor que desenvolvi em relação ao povo brasileiro, *In*: GUIMARÃES, J. (Ed.). **Leituras críticas sobre Maria da Conceição Tavares**. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.

\_\_\_\_\_. Visão de Mundo: a mãe luso-brasileira do PEPI. **Pepianos**, n. 1, p. 24–29, 2014.

\_\_\_\_\_.; BELLUZZO, L. G. DE M. Notas sobre o processo de industrialização recente no Brasil. **Revista de Administração de Empresas**, v. 19(1), n. Rio de Janeiro, p. 7–16, 1979.

\_\_\_\_\_.; BELLUZZO, L. G. DE M. Capital Financeiro e Empresa Multinacional. **Revista Temas de Ciências Humanas**, v. 9, n. Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

\_\_\_\_\_.; FIORI, J. L. Apresentação. *In*: **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_.; MELIN, L. E. Pós-escrito 1997: A reafirmação da hegemonia norte-americana. *In*: TAVARES, M. DA C.; FIORI, J. L. (Eds.). **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_.; SERRA, J. Além da Estagnação: Uma discussão sobre o estilo de desenvolvimento recente do Brasil. *In*: **Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro**. 2a. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

\_\_\_\_\_.; SOUZA, P. R. Emprego e salários na indústria - o caso brasileiro. **Revista de Economia Política**, v. 1, n. 1, 1981.

\_\_\_\_\_.; TEIXEIRA, A. **A internacionalização do Capital e as “Multinacionais” na Indústria Brasileira**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1980.

\_\_\_\_\_.; TORRES FILHO, E. T.; BURLAMAQUI, E. **Japão: um caso exemplar de capitalismo organizado**. Brasília: IPEA/CEPAL, 1991.

TEIXEIRA, A. **O Movimento da Industrialização nas Economias Capitalistas Centrais no Pós-Guerra**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983.

\_\_\_\_\_. **O Ajuste Impossível** - um estudo sobre a desestruturação da ordem econômica e mundial e seu impacto sobre o Brasil. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993.

\_\_\_\_\_. “O império contra-ataca”: notas sobre os fundamentos da atual dominação norte-americana. **Economia e Sociedade**, n. 15, p. 1–13, 2000.

\_\_\_\_\_. **Utópicos, heréticos e malditos**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

TORRES FILHO, E. T. A crise da economia japonesa nos anos 90: impactos da bolha especulativa. **Revista de Economia Política**, v. 17, n. 1, p. 65, 1997.

\_\_\_\_\_. A Crise do Sistema Financeiro Globalizado Contemporâneo. Mimeo, 2013.

TRIFFIN, R. **O sistema monetário internacional**. Editora Expressão e Cultura. Rio de Janeiro. 1972

WRAY, R. **Trabalho e Moeda hoje**. Rio de Janeiro: UFRJ/Contraponto, 2003.

## APÊNDICE - FORMALIZAÇÃO E COMENTÁRIOS ADICIONAIS AO MODELO DE DISTRIBUIÇÃO DE KALECKI

Este apêndice se propõe a deixar claro dois aspectos da pesquisa de Maria da Conceição Tavares e de suas relações com a obra de Kalecki: (i) que a *mudança estrutural*, em termos de estrutura produtiva, é objeto tanto da obra de Maria da Conceição Tavares quanto de Kalecki; (ii) que o estudo da distribuição salários/lucro, em ambas as abordagens, deve necessariamente passar pelo tema da *mudança estrutural*.

Para Kalecki, são diferentes os padrões de formação de preços nos diferentes estratos da estrutura produtiva. Em geral, Kalecki considera tal determinação depende do horizonte temporal em que se coloca a análise. Isto é, os preços são determinados pela demanda onde a oferta é inelástica, *no curto prazo* (como, em geral, é o caso dos setores produtores de matérias primas e da agricultura). Quando se trabalha num horizonte temporal mais amplo, esses mesmos setores podem ajustar a sua oferta. O mesmo não vale para as atividades que trabalham com capacidade ociosa, em que as quantidades podem se ajustar a variações da demanda. Conforme já colocado anteriormente, a formação de preços é pensada, para Kalecki, a partir da aplicação de um *mark-up* sobre os custos diretos, de valor que depende do grau de monopólio do setor em questão. Trata-se, em geral, dos preços dos produtos acabados.

Chamando a massa de salários na renda nacional por  $W$ , o custo das matérias primas por  $M$  e a razão entre o total dos rendimentos e o total dos custos diretos por “ $k$ ”. Para Kalecki (1954, cap1; p.49), “ $k$ ” é determinado pelo “grau de monopólio”. De Kalecki (1954, p.49), tem-se que:

$$(1) \frac{Y}{M + W} = k \quad Y = kM + kW$$

$$(2) \text{Valor Agregado (VA)} = Y - M = W + \text{Custos Indiretos} + P$$

$$\text{Custos Indiretos} + P = Y - M - W$$

Substituindo “ $Y$ ”, tal como expresso em (1)

$$\text{Custos Indiretos} + P = kM + kW - M - W$$

$$\text{Custos Indiretos} + P = M(k - 1) + W(k - 1)$$

Que, enfim, chega-se a:

$$(3) \text{Custos Indiretos} + P = (k - 1)(M + W)$$

A “parcela relativa dos salários no valor agregado de um ramo da indústria” pode ser escrito como:

$$\omega = W/VA$$

Parte-se da de VA tal como a equação (1):

$$\frac{W}{\omega} = W + \text{custos indiretos} + P \quad \Rightarrow \quad \omega = \frac{W}{W + \text{custos indiretos} + P}$$

Substituindo (2), chega-se a

$$(4) \quad \omega = \frac{W}{W + (k-1)(M+W)}$$

Se, adicionalmente, denominarmos por “j” a razão entre o montante de custos da matérias primas e o custo de mão de obra, podemos fazer as seguintes operações

$$\frac{M}{W} = j \quad \Rightarrow \quad M = jW$$

Que, substituindo em (4), permite-se as seguintes operações:

$$\begin{aligned} \omega &= \frac{W}{W + (k-1)(jW + W)} \quad \Rightarrow \quad \omega = \frac{W}{W + W(k-1)(1+j)} \\ \omega &= \frac{W}{W(1 + (k-1)(1+j))} \end{aligned}$$

$$(5) \quad \omega = \frac{1}{1 + (k-1)(1+j)}$$

Esta, entretanto, é uma equação que demonstra apenas a parcela relativa aos salários numa indústria tida isoladamente. Kalecki (1954, p.50), entretanto, está preocupado com a parcela relativa aos salários dentro dos diferentes ramos industriais como um todo. Assim, o autor procura uma forma de expressar a equação que leve em conta a interação entre os diferentes ramos industriais. Esta, assim, deve incorporar os efeitos da modificação, ao longo do tempo, da composição industrial na indústria como um todo – tanto em função dos volumes produzidos, quanto em função dos preços relativos. Tem-se, então:

$$\omega' = \frac{1}{1 + (k' - 1)(j' + 1)}$$

Onde  $\omega'$  = parcela relativa dos salários no valor agregado;

$k'$  = grau de monopólio nos diferentes ramos industriais

$j'$  = razão, nos diferentes ramos industriais, entre os custos de matérias primas por unidade e os custos de salário por unidade

$\omega'$  não se identifica a  $\omega$  pois leva em conta “as modificações da composição industrial do valor agregado” (Kalecki, 1950, p.50).  $k'$  e  $j'$ , por sua vez, não se identificam estritamente a  $k$  e  $j$  exatamente porque procuram, igualmente, condensar o efeito das alterações da importância dos diversos ramos da indústria (Kalecki, 1954, p.50)<sup>207</sup>.

Tendo em vista os propósitos da nossa tese, o ajustamento da fórmula (6) em relação a (5) não deve ser menosprezado. Chamamos a atenção que o objeto “acumulação de capital” está estreitamente vinculado à procura de Conceição Tavares pelos determinantes da “mudança estrutural”. O modelo dinâmico de Conceição Tavares, criativamente informada em Kalecki, procura dar conta dos efeitos da mudança estrutural sobre distribuição de renda e o crescimento. Paralelamente, as conclusões gerais de Kalecki, em observando o seu próprio modelo, estão expressas nas seguintes passagens:

“Em resumo: a parcela relativa dos salários no valor agregado da indústria manufatureira é determinada, não só pela composição industrial do valor agregado, como pelo grau de monopólio e pela razão entre os preços das matérias-primas e os custos de salários por unidade. Uma elevação do grau de monopólio ou dos preços das matérias-primas com relação aos custos de salários por unidade provoca uma queda da parcela relativa dos salários no valor agregado” (Kalecki, 1954, p.50)

“Veremos assim que, em termos gerais, o grau de monopolização, a razão entre os preços de matérias-primas e custos de salários por unidade e a composição industrial<sup>26</sup> são os determinantes da parcela relativa dos salários na renda bruta do setor privado.” (Kalecki, 1954, p.51)

Na nota “26” de Kalecki, lê-se, por sua vez:

“Deve-se salientar que, por composição industrial, queremos dizer a composição do valor da renda bruta do setor privado. Assim, as modificações da composição dependem não só de modificações do volume dos componentes industriais como também do movimento relativo dos preços respectivos” (Kalecki, 1954, p.51)

O autor polonês havia proposto uma interpretação dinâmica para a relação entre preços e distribuição, de forma integrada à análise sobre crescimento. Da tabela de determinação da renda num esquema de três departamentos, já apresentada no decorrer desta tese, interessa a este

---

<sup>207</sup> “ $j'$ , que equivale à razão entre os custos de matérias-primas por unidade e os custos de salários por unidade, é determinado pela razão entre os preços dos produtos primários e os custos dos salários por unidade e também pelo grau de monopólio do ramo.” “Essa generalização esquemática se baseia em duas suposições simplificadoras: (a) que os custos unitários de materiais se modificam proporcionalmente aos preços dos materiais, isto é, as modificações ocorridas na eficiência da utilização dos materiais não são levadas em conta; e (b) que os custos de salários por unidade nas primeiras etapas da produção variam proporcionalmente aos custos de salários por unidade nas etapas mais avançadas.” (Kalecki, p.50)

ponto demonstrar como evolui, no tempo, a participação dos salários na renda total ( $W/Y$ ). Esta agregação, todavia, será expressão da evolução, num período de tempo determinado, da relação dos salários na renda para cada departamento ( $W_1/I = \omega_1$ ;  $W_2/C_c = \omega_2$ ; e  $W_3/C_w = \omega_3$ ). A evolução temporal da relação  $W/Y$  não será, entretanto, mera somatória das relações lucro/salário de cada departamento, uma vez que seria necessário levar em conta a alteração da composição estrutural geral da economia. Isto é, qual a evolução do peso relativo de cada departamento, de forma a que a relação entre salários e a renda interna de cada departamento fosse ponderada pela sua representação, em cada período, na estrutura global produção (levando em conta preços e volume). Isto termina por vincular as problemáticas da mudança estrutural com a da distribuição funcional da renda, de forma integrável ao modelo de crescimento de Kalecki (já apresentado no decorrer desta tese), ainda que em nível abstrato e formal, tal como nos propusemos neste apêndice.

Maria da Conceição Tavares está, assim, diante de um tema de interação complexa, dificilmente formalizável sem hipóteses simplificadoras, que é a relação entre mudança estrutural - no que se inclui o que Kalecki chamou de "modificações na composição industrial" - e a parcela dos salários no valor agregado. Trata deste tema junto a demais outros, materializando-lhe para o caso da economia brasileira, em que é obrigada, por força do seu objeto, a se desprender das "hipóteses simplificadoras". Quando expressa tais "hipóteses simplificadoras" o faz, apenas, para demonstrar a insuficiência das teses estagnacionistas e das teses que supõem uma estrita oposição entre lucros e salários. Como deveria ser caro a qualquer investigação crítica, sua própria tese não se propõe a ser "definitiva" ou "fechada" - ao contrário, sujeita-se ela mesmo à parcialidade e provisoriade<sup>208</sup>.

---

<sup>208</sup> Comentários, críticas e sugestões sobre esta tese podem ser enviados para joaomht@gmail.com